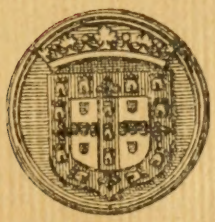
3 1761 06352355 9

PARCERIA
A. M. Pereira Lda.

CONDE DE SABUGOSA

A Rainha D. Leonor

1458-1525

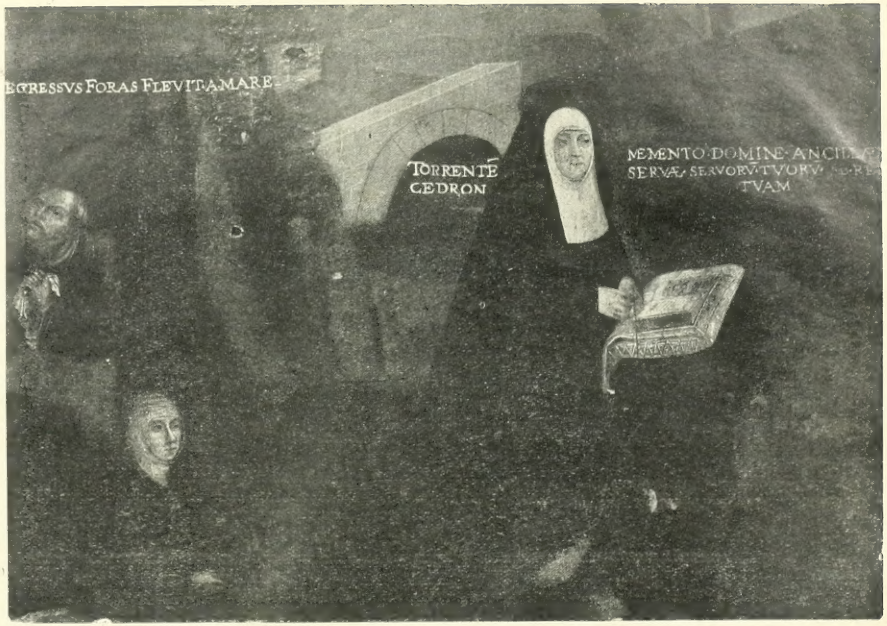


PORTVGALIA
EDITORA
LISBOA — R. CARMO, 75
RIO DE JANEIRO — RUA BUENOS AYRES, 135

A RAINHA D. LEONOR

DO AUCTOR

O Minuete, comedia em 1 acto. = Não entrou no mercado.
Poemetos, 1 vol.
De Braço Dado, 1 vol. = Collaboração com o Conde de Arnoso.
O Paço de Cintra, 1 vol. com illustrações de S. Magestade a Rainha. 1903
Na Guella do Leão, 1 vol. Exgotada.
Auto da Festa, de Gil Vicente, com uma explicação prévia.
Embrechados, 1908 = 1.ª e 2.ª edição. Exgotadas.
Auto da Festa, 2.ª edição.
Historiadores Portuguezes. Conferencia realisada na Liga Naval = 1909 = Exgotada.
Donas de Tempos Idos, 1.ª edição = 1912 = Exgotada.
Gente d'Algo, 1.ª edição. 1915 = Exgotada.
Auto da Natural Invençam, de Ribeiro Chiado, com uma explicação prévia = 1917.
Donas de Tempos Idos, 2.ª edição, com um prologo e cartas inéditas = 1918 = Exgotada.
Neves de Antanho = 1918 = Exgotada.
Gente d'Algo, 2.ª edição com um prologo inédito = 1920.
Embrechados, 3.ª edição = 1921.



Prova photographica
de J. C. Coutinho

A RAINHA D. LEONOR

(COM 60 ANNOS)

Retrato pintado sobre o quadro: *Panorama de Jerusalem* existente no côro da Egreja da Madre de Deus em Xabregas

Estampa I

CONDE DE SABUGOSA

A Rainha D. Leonor

1458–1525

«Del rrey dom Joham parceyra,
dona Lyanor, erdeyra
natural e verdadeyra,
rraynha de Portugual.»

(De Fernão Velho — *Cancioneiro Geral*.
Tomo III, pag. 408)

PORTVGALIA
EDITORA
LISBOA — R. CARMO, 15
RIO DE JANEIRO — RUA BUENOS AYRES 135

DP
602
L4 S3

Explicação prévia

ESTE simples nome — D. Leonor — sem qualquer outro attributo, é sufficiente para designar uma das figuras de mais nobre relêvo na galeria extensa das grandezas de Portugal.

Outras houve que se chamaram como ella.

Mas para as indicar ha que dizer-se: *Leonor Telles*, *Leonor de Aragão*, *Leonor d'Austria*.

Uma, a perfida sereia, de lasciva e sanguinolenta memoria, appellidaram-n'a: *Flôr de Altura*.

Da outra, a cabeçuda aragoneza, cuja vida foi agitada e nulla, ficou o cognome, que a si propria deu, assignando-se: a *Treiste Reynha*.

Da passagem rapida da terceira na Côrte portugueza só ficou memoravel a filha, — e por isso d'ella se diz: *A mãe da Infanta D. Maria*.

Mas a *Rainha D. Leonor* é só uma. O seu vulto é inconfundivel.

Quando n'ella se falla, é certo, acrescentam uns: — a das *Misericordias*; outros: — a do *Hospital das Caldas*; alguns ainda: — a *Fundadora da Madre de Deus*, a *Protectora de Gil Vicente*, a *Introductora da Imprensa em Portugal*.

Não são, porem, expressões empregadas para a distinguir das homonymas, antes formam outros tantos predicados de uma comprida ladainha em sua honra.

É que, apparecendo na scena portugueza, á hora em que a Nação cumpria a sua mais alta missão historica nos destinos da humanidade, soube comprehender o papel que tinha de desempenhar, não só como *parceyra* do grande Rei seu marido, mas como soberana, dispensadora ella propria dos mais apreciaveis beneficios que podem provir de uma alma de mulher: — consolação para os que padecem, idealidade para os que sonham.

Não foi, como muitas heroinas celebres, uma agitadôra de almas, nem perturbou cerebros com philtros amorosos. Não teceu enredos politicos na ancia de governar, nem arrastou exercitos á carnificina.

Fez historia, sim. Mas d'aquella que em vez de descrever com lettras de sangue, morticinios e desgraças, regista com caracteres de oiro as acções de que resultam — bençãos de caridade e obras de belleza.

O seu vulto, no periodo mais fecundo do cyclo aureo, tem uma grandeza notavel que se impõe á attenção de todos os que prezam as glorias patrias; e seduz ainda tambem como estudo de uma alma em que se agitaram, a par da iniciativa fecunda de Rainha de um povo em plena expansão da sua actividade, os sentimentos de maior violencia, que podem atravessar um coração feminino.

Assistiu á agonia da quadra cavalheirosa, e á operação cyclopica effectuada por seu marido com a transformação dos processos pelos quaes se governam as nacionalidades; interessou-se pela faina dos descobrimentos e pelo movimento das ideias, que prepararam a Renascença portugueza; esteve em contacto espiritual com os sabios, os artistas, os guerreiros e os navegadores, de que esta epocha foi tão fertil; presidiu a festas de aparato, a jogos da *gaya sciencia*, a *Côrtes d'amor*, e fundou institutos impereciveis para allivio das miserias; encomendou obras d'arte, que ainda hoje nos encantam; estendeu a sua protecção ás primeiras tentativas dos artifices *empremidores*, e á paciente arte dos que adornavam com illuminuras os livros de *Horas*, em que rezava; e por ultimo, entre as suas maiores glorias, amparou, no seu primeiro balbuciar, o fundador do theatro portuguez.

Como mulher o seu animo foi tocado por algumas das alegrias, que são mais gratas na vida, e foi victima das maiores desventuras que podem retalhar o coração.

Se foi feliz na mocidade com a realisação de um casamento que a desvaneceu, e com o orgulho natural que lhe advinha de se revêr no herdeiro, bem depressa o ciume a mortificou, quando se sentiu preterida por outra no coração do marido. E a orphandade em que a deixou a morte violenta do filho, veiu tirar-lhe a unica consolação na desgraça, aggravada pela existencia do bastardo, que tanto affrontava o seu amor proprio. As conspirações, as tragedias, que afogaram em sangue os seus parentes, e muitos dos que lhe eram affectos; o drama da successão, em que ia quasi naufragando a sua vida conjugal, e como epilogo a morte do proprio Rei, dão a D. Leonor um halo de personagem *shakespeareana*.

A sua vida é uma serie de quadros. A sua figura atravessa-os com singular prestigio.

E comtudo não existe uma obra acerca d'esta Rainha.

Alguns artigos de Revista, alguns capitulos em livros, e algumas allusões a actos da sua existencia, é tudo quanto na nossa litteratura historica se encontra para lhe perpetuar o nome.

A injustiça, que esta lacuna representa, ha muito que me magoava.

Ia esperando sempre que alguem, com melhores dotes que os meus, se aventurasse á empreza de fazer um trabalho de historia, o qual seria ao mesmo tempo uma obra d'arte, em que se destacasse bem nitido, e com linhas bem lançadas, o retrato de tão atrahente e representativa mulher n'um painel digno da sua estatura.

Como esse estudo tardasse, e a memoria de D. Leonor fosse padecendo com tamanha falta, resolvi ajuntar materiaes, que, enfeixados n'um só volume, dessem provisoriamente ao publico uma ideia de conjuncto, até que viesse obra definitiva fabricada por bom artifice do officio.

Ao começar a tarefa tropecei logo no embaraço, que provavelmente obstou a que outros a emprehendessem — deficiencia de elementos.

É tão grande a figura de D João II, tão absorvente a sua acção, occupa elle tanto espaço no tablado em que representou, que todos os outros personagens passam a planos secundarios. Os chronistas quasi que exclusivamente d'elle se occupam, a nossa vista quasi que somente n'elle incide.

Quando, porem, pacientemente se lêem as narrativas, e nos resolvemos a practicar uma dissecação cuidadosa, tendente a fazer resahir isoladamente personagens ou factos dissimulados entre os outros, deparam-se-nos preciosos achados. Uma phrase, uma circunstancia, um facto, uma observação, ás vezes um simples adjectivo, tomam um sentido inesperado, e apparecem-nos com um novo aspectó.

Usando esse processo, respigando aqui e alli, procurando imparcialmente destacar a figura da Rainha nas chronicas dos Reis, em cujos reinados ella viveu, desde D. Affonso V até D. João III, rebuscando noticias em obras que tratam das suas instituições, e tentando tirar inducções verdadeiras da leitura comparada, chegaria talvez (pensei eu) a um resultado compensador do trabalho

Entrei com elle. Feito o estudo preparatorio assaltaram-me logo outras hesitações, sobre a fórma de dar execução á obra.

Varios caminhos podia escolher.

Engendrar um *ensaio*, sobre a Rainha e a sua epocha, á maneira de alguns escriptores francezes, todo feito de generalisações, de ideias abstractas, de opiniões preconcebidas, pretendendo estudar á luz de uma

philosophia, ou apertado entre os varaes de uma escola, a personagem principal e o tempo em que viveu?

A biographia, como pretexto para dissertações declamatorias, tem dado logar a exercicios brilhantes de dialectica. Mas nunca deu um verdadeiro retrato historico.

Desenterrar documentos ineditos e trabalhar só com elles?

Alem de fallecerem em mim as qualidades que fazem dos investigadores de archivos preciosos auxiliares dos historiadores, expunha-me, se quizesse enveredar por esse atalho, a passar a vida na Torre do Tombo; e poucos materiaes colheria alem dos que estão já aproveitados.

Compôr phantasiosamente um quadro recheiado de anecdotas?

É seductora está forma de fazer historia.

Já alguem affirmou que umas *memorias* escriptas pela cozinheira de Pericles seriam seguramente mais interessantes, que a historia da Guerra do Peloponeso em que Thucidades poz todo o seu talento.

É certo que as anecdotas são tão uteis á historia como são os documentos.

Mas se com estes, sómente, é impossivel dar vida a um livro, uma biographia composta de anecdotas, não passa de uma enfiada de historietas.

Alem d'isso desconfio que as *memorias* da cozinheira de Pericles seriam talvez um excellente compendio de receitas, para refugados e frituras, receitas certamente apreciadas em Athenas, mas que pouco nos elucidariam acerca da lucta com Esparta.

Restava servir-me da licção dos chronistas, das buscas dos eruditos, dos casos trazidos na tradição, das noticias colhidas em publicações avulsas, e formar um conjuncto sem pretenções a obra de historiador, mas só de honesto carreador de materiaes.

Foi por este alvitre que me decidi.

Seguir tanto quanto possivel as phases da vida de D. Leonor; recordar os successos de que foi espectadora intelligente, e nos quaes collaborou com o seu influxo; descriminar a parte que n'elles tomou, e a influencia que exerceu no seu meio; conjecturar, (sem torcer o sentido dos textos, e só com o auxilio de bôa hermeneutica) as circunstancias que os chronistas callaram; dar, sempre que possivel fosse, a nota exacta da vida da Nação durante a longa existencia que a Rainha percorreu, e dos personagens que em sua volta se moveram: collocal-a no seu quadro e emmoldurar este n'um caixilho sem arrebiques, foi o meu intento.

A linda figura de Leonor, que, a par de Izabel a Santa, deixou no catalogo das Rainhas de Portugal um rasto luminoso que não se apaga, tem

sido por vezes apreciada com menos sympathia, e tem soffrido reservas as suas qualidades.

Sem intuitos de polemica, pois tenho de mim para mim que as controversias renhidas são gaudio para a galeria, mas d'ellas raras vezes sáe a verdade, diligenciei com a leitura dos bons auctores e o auxilio da logica, retirar da physionomia moral da Rainna e da mulher, algumas sombras que principiavam a prejudicar-lhe as feições.

Com esses retoques, ou para melhor dizer, tentativa de lavagem da pintura, não padece a historia.

Pelo contrario; fica posta n'uma luz mais clara aquella que os proprios adversarios consideram uma das melhores glorias nacionaes.

Se a alguem se afigurar parcialidade o calor de uma admiração legitima, pode facilmente desenganar-se relendo as fontes e verificando a exactidão dos assertos.

A parcialidade só é condemnavel quando representa um pendor para alterar a realidade, escondendo defeitos ou inventando virtudes.

Ora, na obra que compuz, nem omitti erros, nem imaginei excellencias.

Ao *panegyrico* laudatorio, preferi relatar simplesmente uma *Vida*

Com o escrevel-a assim, não fui cortezão interessado, aulico lisonjeiro ou louvaminheiro bajulador, pois a soberana cuja memoria me captiva, morreu ha perto de cinco seculos e já não concede graças nem mercês.

PRIMEIRA PARTE

Prova photographica
de J. C. Coutinho

A INFANTA D. BEATRIZ OU BRITES

(MÃE DA RAINHA D. LEONOR)

Retrato que pertence ao extinto convento da Conceição em Beja, hoje a cargo da Câmara Municipal

CAPITULO I

Os paes

EM Beja, a linda villa gallo-celta, com as suas quarenta torres attestando pergaminhos fidalgos, e em Evora, centro de elegancias e alfobre de erudição, viveram no decorrer do seculo XV o Infante D. Fernando, e sua mulher D. Brites ou Beatriz.[1]

Elle era filho do bom Rei D. Duarte.

Ella do Infante D. João, irmão d'aquelle.

Ambos portanto netos de D. João I e de Fillipa de Lancastre.

Tinham casado em 1447 nas Alcaçovas, e assentado residencia no Alentejo.

Era opulenta, ostentosa, e servida com tanta magnificencia a casa d'estes Infantes, que dava a impressão de uma verdadeira Côrte. E quasi o era, pois D. Fernando que fôra jurado herdeiro do Reino, tinha tão vastos Estados, "que veyo a ser o mayor Senhor, que nunca houve em Hespanha, que não fosse Rey".[2]

A Infanta D. Beatriz parecia destinada pela sórte para representar um papel eminente na sociedade em que ia viver.

Ligada pelo casamento ao immediato successor do throno, emquanto D. Affonso V não teve filhos, esteve suspensa sobre a sua cabeça a corôa de Rainha.

Era nova então, e era elegante.

A garridice com que se enfeitava, o cuidado com que tratava a sua formosura, o brilho das galas com que se adornava, são-nos attestados pela lista do enxoval que recebeu de sua mãe D. Izabel.[3]

---

[1] Tanto em Beja como em Evora tiveram Palacios. O de Beja ainda existia no seculo passado, situado na rua que foi chamada *rua dos Infantes*.

Da residencia em Evora, onde tambem houve uma *rua dos Infantes*, não ha vestigios, nem indicios que demonstrem qual foi o Palacio.

[2] *Historia genealogica da Casa Real*, tomo II, pag. 500.

[3] *Provas da Historia genealogica*, tomo I, pag. [illegible]. Veja-se: «*Enchoval da Infante D. Brites quando casou com o Infante D. Fernando*.»

Esse pittoresco rol é notavel pela abundancia e riqueza, não só de alfaias, de joias e de peças de vestuario com que era fornecido o guarda-roupa da noiva, mas pela minuciosidade dos utensilios de toucador. Um verdadeiro arsenal de frivolidades feminis.

A leitura d'essa longa ementa levanta um pouco o reposteiro dos aposentos da Infanta, onde, pelas antecamaras se viam os matalotes de ferro, as arcas de Flandres, os cofres d'Aragão encourados, e os cofres de Allemanha marchetados, contendo as opas de brocado, de velludo, e de damasquim, os tabardes e mantos de Lila, as fraldilhas ou aventaes de fina lã, e as camisas brosladas de oiro. E, quasi indiscretamente, permitte a curiosa lista, que penetrêmos (em imaginação) no camarim de D. Beatriz. Era alli que ella se toucava com as crespinas e capeleyos de fios de oiro e perolas; era alli que entre as trinta e sete enxaravias de todas as côres ella escolhia a que mais lhe agradava; era alli que avelludava a pelle com polvilhos de Chypre, e se revia nos espelhos de Allemanha; era alli que lhe alisavam os cabellos e lhe seguravam as tranças com os trinta e um pentes passados de mão em mão pelas numerosas aias e cuvilheiras; era alli que as redomas de benjoim e outros perfumes aromatisavam o ambiente, em quanto lhe calçavam os chapins doirados.

Não nos alongaremos pormenorisando os requintes de luxo que a nota nos revela, e que mais parecem destinados a sultana oriental, que a uma Infanta portugueza.

E' que em Portugal no seculo XV, e ainda nos subsequentes, a mulher, ou Princeza, ou nascida na burguesia, semelhava-se muito a uma sultana. D. Beatriz pelo que revela a riqueza e minucias do seu enxoval era como as sultanas prezada do seu parecer.

Depois, no decurso da existencia, as contrariedades que não tardaram em chegar, primeiramente com as ausencias, e aventuras guerreiras do marido, mais ao deante, com a precoce viuvez e sucessivas tragedias na familia, emurcheceram a sua mocidade, e esfriaram n'ella a attracção das mundanidades.

Então procurou na religião o amparo, que só ella dá, e nas practicas piedosas, occupação para o seu espirito.

Representou no drama portuguez um papel ás vezes importante, se não como figura principal, ao menos como uma especie do que em linguagem theatral se chama *um centro*, personagem que na meia sombra, é util para o desenvolvimento da acção.

Deu-lhe o destino por marido um homem, cuja qualidade predominante era uma ambição indomavel.

Alma de celta aquecida ao sol meridional, a phantasia voejava-lhe inquieta, não se accommodando á pacifica existencia — uma *aurea mediocritas* — gosada nas suas terras, ou nas passageiras vindas á Côrte, que ainda não tinha então o brilho, e a vida intensa de intellectualidade que nos reinados seguintes havia de ostentar.

Todos os tios tinham tomado relevo no quadro da sua epocha. Suffocava-o a ideia de lhes ser inferior.

A Africa, iman magnetico que tantos animos portuguezes tem attrahido atravez da historia, seduzia-o como uma miragem querida, como um campo onde dignamente podesse applicar as suas faculdades de Principe e de guerreiro; como uma fonte de honra militar para o seu nome.

Prova photographica
de J. C. Cendon

O INFANTE D. FERNANDO

(PAE DA RAINHA D. LEONOR)

Retrato que pertenceu ao extincto convento da Conceição em Beja, hoje á carga da Camara Municipal

Iria a Africa.

E se o irmão lhe recusasse o emprehendimento d'essa aventura, ou por falta de confiança nos seus dezoito anos [1] ou por ciume (que tambem o ha entre irmãos, sobre tudo se se tracta de gloria) lançava os olhos para alem do Mediterraneo.

Em Napoles reinava D Affonso seu tio, que não tinha herdeiro legitimo.

Facilmente se lhe insinuaria no animo. E a perspectiva de um throno, que á sua imaginação ampliadora se afigurava nucleo talvez de um vasto dominio, seduzia-o irresistivelmente.

Sentia a alma ambiciosa apertada nos muros de Evora, a cidade archaica com as suas ruinas romanas. Então, alongando o olhar sobre os trigaes da monotona planicie alemtejana, o Infante D. Fernando sonhava com viagens aventurosas e casos semelhantes aos que lêra no *Amadis* de Lobeira.

Um dia, que El-Rei D. Affonso V veiu a Evora, encontrou o irmão sob o dominio de uma ancia febril.

O Infante "teve com elle alguns requerimentos».

Expoz-lhe as suas ideias, mostrando desejo de passar á Africa, e de trazer, com os seus feitos, novas joias á corôa portugueza.

Esquecêra o throno de Napoles? Ou guardava essa tentativa como recurso no caso de ser contrariado nos seus designios? . . .

* * *

Os dois irmãos passeavam a par na vasta sala do Palacio.

D. Affonso V, já n'esse tempo com fórte barba negra, lançára sobre o hombro de secundogenito a sua mão cabelluda, n'um gesto de familiaridade protectora.

Tinha pelo irmão uma ternura, que nunca se desmentiu. Mas ouvindo-o expôr os projectos audaciosos, que iam convergir com os seus, e, receando que assim se precipitassem planos proprios, que no intimo acariciava, poz entraves na facundia copiosa do moço Infante.

A principio, moderando paternalmente os impetos, expunha difficuldades na execução.

Depois mais peremptorio, impoz-lhe com auctoridade uma formal negativa.

O Infante embezerrou.

Passados poucos dias vieram dizer a El-Rei que D. Fernando desapparecêra.

Na sua residencia ignoravam, ou pretendiam ignorar,o destino que tomára.

Alguns officiaes da sua casa affirmavam comtudo que "elle tinha posto o rosto em Moura com mostrança de entrar em Castella».

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, cap. cxxxv.

Sua mulher a Infanta D. Beatriz inquietou-se, ou porque realmente não estava na confidencia, ou porque a preocupavam os resultados da fuga. E' provavel que soubesse tudo, porque o marido mandára o seu Estribeiro, Lopo Fernandes Andorinho apparelhar uma caravella na foz do Guadiana, e sahira de Evora "no dia dos Innocentes, que é a terceira oitava do Natal, com Nuno da Cunha seu Camareiro Mór, com o Doutor Vasco Fernandes e dois moços da Camara". Resolvêra ir a Ceuta.

Em casa isso havia de dar alarme. Mas o segredo não foi revelado.

D. Affonso V ao saber do caso, entre irado e desgostoso, mandou logo muitos fidalgos em busca do fugitivo. Elle proprio, impaciente, seguiu de Mourão pelo Guadiana abaixo, direito a Castro Marim, e d'alli a Tavira. Para Ceuta foi mandado João de Mello, a avisar D. Sancho de Noronha, Conde de Odemira e Governador d'aquella Praça, para que guardasse o estreito de Gibraltar.

Era um verdadeiro cêrco. Era uma monteria bem organisada para deitar mão á presa, que n'este caso era caça real — um Infante, irmão do Rei.

O Conde D. Sancho executando as ordens, poz atalaias, que, lá ao longe avistaram uma galé e uma caravella. A galé era de um corsario italiano que, farejando ensejo de rica tomadia, vinha perseguindo a embarcação, que conduzia D. Fernando.

Em bôa hora o Conde aproou n'uma galeota para a caravella que conduzia o Infante. Se mais tardára, o corsario *Peroso* teria lançado mão do irmão do Rei de Portugal, pelo qual exigiria importante resgate. O velho Conde, avistando-se com o Infante, e depois de o deixar bem recatado, abalou para Tavira, onde estava D. Affonso V, o Infante D. Henrique e a Côrte. Julgavam todos que com elle vinha o moço aventureiro. Quando o Conde referiu que este ficára em Ceuta, e desejava alli ser fronteiro, o Rei, julgando tratar-se de uma desobediencia, de quem como vassallo devia acatar as suas determinações, devolveu-lhe imediatamente o Governador com cartas suas, em que ordenava peremptoriamente o regresso ao Reino.

O velho Conde tornou-se sem demora a Ceuta, e logo deu conta ao Infante das ordens de El-Rei.

A entrevista dos dois foi demorada.

D. Sancho cuja barba branca crescêra em signal de luto pela morte de uma filha que o clima de Africa victimára, e de um seu irmão (o arcebispo de Lisboa D. Pedro), exhortava o Infante, com bôas razões, a que seguisse os dictames do seu Rei, e de seu irmão mais velho. D. Fernando roía o freio nervosamente. Mas julgando improficua qualquer resistencia acabou por apresentar ao Conde uma condição. Partiria, sim, mas antes d'isso rogava-lhe que "fizesse a barba e tirasse o dó".

Pensaria que o conde resistindo a esta imposição, aliás pueril, ficava por isso responsavel da sua desobediencia ?

Ruy de Pina que refere a anecdota, não explica mais, limitando-se a dizer que : "o Conde para o fazer lhe metteu por condição que tambem fizesse a sua, que ainda nunca fizera".

O Infante assentiu. E ambos barbeados vieram para Portugal.

El-Rei D. Affonso V deixou-se enternecer com o regresso do irmão prodigo.

Recebeu-o com festa e alegria. Foi macio nos reproches, e foi magnanimo nos beneficios. Deu lhe os senhorios de Beja, Serpa e Moura. Para o captivar pela gratidão? Ou para o prender com as tarefas e cuidados de bom administrador?

O moço Infante, porem, não era um animal domesticavel.

Seduzia-o a aventura. lam-se-lhe os olhos nas terras africanas, onde a nobreza de Portugal se cobria de gloria com as arriscadas sortidas.

Attrahiam-n'o os desembarques perigosos nas praias adustas d'essa Africa, ninho e viveiro de heroes; e as cavalgadas em perseguição da mourama; e a rendição das cidades ornadas de minaretes airosos e cupulas doiradas; e a christianisação das mesquitas dos infieis, logo dedicadas ao culto da Virgem Maria; e o captivar as lindas agarenas, que, transformadas em submissas escravas, eram offerecidas ás mães e irmãs dos captadores, e vinham dar lustre ás residencias nobres de Lisboa.

Sonhava, em vigilias prolongadas, com as espectativas de combates; com a embriaguez da peleja corpo a corpo; com o arremesso das bombardas que arrazavam muralhas e facultavam a penetração das fortalezas. Allucinava o a febre das batalhas e o pleno gozo de uma existencia fertil em commoções, rica de perigos, mas tão de molde a fascinar a imaginação de um soldado, de um Principe, de um portuguez de então.

Apenas reintegrado na sua opulenta e faustosa vivenda, entrou com elle a nostalgia d'Africa, essa especie de feitiço tão caracteristico nos homens de acção, condemnados á vida sedentaria.

Tornou a insistir com o irmão para que lhe permitisse ir sobre Ceuta, de onde o conde de Odemira, capitão naquella cidade, escrevia pedindo provisões e soccorros, visto que o Rei de Fez vinha para o cercar.

Não soffria o animo de D. Affonso V, deixar-se ficar inactivo, quando outros partiam para combater contra os infieis.

O Infante iria. Mas iria na expedição, que elle Rei havia de commandar.

Isto passava-se em 1457. Agora o Rei achava-se viuvo, porque a Rainha morrêra dois annos antes de um "fluxo de sangue„ ou de peçonha como alguns suspeitaram. D. Affonso deixando a successão assegurada poz os filhos á guarda de Diogo Soares de Albergaria e da mulher d'este, D. Beatriz. E depois de desistir de um ataque contra os turcos, n'uma cruzada mais cavalheiresca do que politica, seguiu o pendor natural do seu espirito e voltou de novo o olhar para Africa.

Defender Ceuta? Atacar Tanger? O velho commandante D. Sancho aconselhou Alcacer Seguer.

Tudo se preparava para a partida, quando a peste veiu atrazar a organização da armada. Só no decorrer do anno seguinte sahiu a expedição dividindo-se em trez esquadras.

Ia n'ella o Infante D. Henrique, ainda vigoroso e que "n'aquelle officio era velho artificial„, ia D. Pedro, o filho do Regente; ia o Infante D. Fernando, irmão d'El-Rei.

Este que, durante os mezes de espera, barafustou, a ponto de adoecer com febre, conseguia finalmente realisar o seu desideratum — combater em Africa.

Em Evora deixava, quasi sem custo, mulher e filhos.

A este tempo D. Beatriz já déra á luz os primeiros — D. João, D. Diogo, futuro Duque de Vizeu, e outros que não deixaram historia.

Na primavera, a 2 de maio d'esse anno de 1458, nasceu a primeira filha, e essa creança havia de ser a Rainha D. Leonor.

Gerada e concebida durante o periodo de maior effervescencia de animo do inquieto pae, e da anciedade em que os preparativos da guerra traziam a Infanta sua mãe, parecia essa creança condemnada a desabrochar com as disposições morbidas de um ser desequilibrado, victima de nervosismos herdados dos seus progenitores.

A natureza, porém, assim como a dotou com as tranças loiras e os olhos claros das suas avoengas Lancastres, deu-lhe tambem por um atavismo feliz a alma ponderada da avó — a Rainha D. Filippa.

Quando o Infante partiu, tinha ella cinco mezes. Apenas lhe lançára um olhar, sem ter a suspeita de que seria d'ella que havia de receber a maior alegria da sua vida.

A expedição partiu no ultimo dia de setembro.

Esta empreza e as posteriores — 1462-1463 — tão ferteis em incidentes, formam pittorescos capitulos d'essa epopéa em que Affonso — o Africano, se notabilisou, e em que D. Fernando, o pae de D. Leonor, ganhou a ambicionada gloria... que lhe foi fonte de grandes amarguras.

Embora attrahentes, para quem os soubesse narrar, os episodios das batalhas não teem cabimento n'este arrazoado, tendente apenas a esboçar o caracter ambicioso, audaz, e irrequieto do pae de D. Leonor, e as feições espirituaes de D. Beatriz, sua mãe.

Calma, sensata, e sã de espirito, não podia ella furtar-se á inquietação causada pelos perigos a que o Infante se expunha, aggravados pela perniciosa e traiçoeira acção do clima de Africa.

Atormentava-a além d'isso a constante ebullição do animo do marido que não se contentava de ser Infante, duas vezes Duque, senhor de Beja, de Serpa e de Moura, mestre de Christo, de S. Thiago, fóra o mais. Desdenhava *honras*, mas ambicionava loucamente a *honra* militar. Desde que nascêra o sobrinho deixára elle de ser o herdeiro do throno. Queimava-o a ambição de exercer o cargo de fronteiro em Africa e talvez (quem sabe?) vir a ser fundador de um grande Imperio, visto que perdêra já a esse tempo a ideia de obter a corôa de Napoles.

Os revezes que em algumas occasiões contrariaram a sua acção não o descoroçoavam. Indo até a travez da vontade do irmão expunha-se e arriscava a sorte dos seus em deploraveis incidentes. Valia-lhe isso asperas reprimendas de D. Affonso V, que acabava sempre por perdoar, levado pela sua natureza bondosa, e fraternal complacencia. Practicava temeridades, quasi absurdos, ou correndo as aldeias que se aninhavam na serra de Benaminir, d'onde trouxe centenas de captivos, e grande despojo, ou emprehendendo sucessivos escalamentos a Tanger.

Quando foi da segunda d'essas escaladas houve previamente conselho.

Fernão Telles, homem prudente, fallou primeiro dizendo: "Senhor, n'esta determinação que tomaes, e em que me pedis conselho, antes de dizer meu voto, queria de vós saber primeiro duas coisas, a primeira se houvestes licença de El Rei para só fazerdes o feito, e a segunda se tendes para elle gente que vos abaste."

Mas o conde de Odemira para lisongeiar o Infante respondeu logo com "palavras irosas e asperas» incitando-o ao ataque. E, com elle outros votaram.

Vozes houve, porém, como a do valente Conde de Vianna, que se oppuzeram.

Terminada a sua falla exclamava elle: "Senhor, vêde bem primeiro em que vos metteis!»

Bom era o aviso, porque apenas emprehendido logo o feito se gorava.

D. Fernando tenazmente insistiu em emprehender terceira investida. Obteve para isso o consentimento do irmão, em janeiro de 1464.

Presagios sinistros prognosticavam o desastre.

Partindo a columna de Alcacer, logo que se acharam no cabeço de Almenar appareceu no céu "um cometa que lançava de si muitos raios de fogo». Gomes Freire, nobre fidalgo e grande coração, não teve mão em si que não rouquejasse a exclamação que ficou em proverbio: "Oh noite má para quem te apparelhas?!».

Apparelhava-se para uma catastrophe em que elle e outros muitos, entre os quaes o Conde de Marialva D. Gonçalo, e seu filho, pereceram batalhando.

Conta o chronista a movimentada acção, pintando com vivas côres a subida dos christãos por escadas encostadas ao muro, e a impetuosidade do Infante trepando por uns degraus feitos de troncos de madeiras, quando foi impedido pelo Conde de Odemira, e o commendador-mór de Christo que lhe gritavam dizendo que "não desse causa que Tanger fosse sepultura de Infantes de Portugal».

A mourama venceu.

Com este desastre padeceu cruelmente o animo do Infante D. Fernando, a quem não conseguiram dar balsamo, nem as exhortações confortativas de D. Duarte de Menezes, conde de Vianna, mandado por Affonso V para o consolar, nem tempo depois a desforra brilhante que, com a tomada de Anafé, tirou dos mouros d'Africa, arrazando torres, e destruindo mesquitas.

A sua alma ficou doente. A sua saúde arruinou-se com esta ultima correria. Fernando — O Africano — lhe poderiam chamar tambem pois que foi actor notavel no drama nacional que, (segundo a phrase feliz de Schaeffer) n'este reinado se desenvolveu principalmente em Africa.

Se o destino lhe tivesse deparado um Vasco de Quevedo, com menos emphase e mais poder de commoção, que o do auctor de: *Affonso o Africano*, teriamos hoje um poêma, onde, melhor que nas oitavas monotonas do poeta setubalense, sentiriamos vibrar a alma portugueza, com todas as suas qualidades e defeitos compendiados n'esse moço Infante, audaz, aventureiro, rebelde por vezes, outras docil, amoravel e sonhador, sempre correndo atraz de uma chimera, ou prompto a affrontar a morte para alcançar a gloria. Bisavô e precursor de D. Sebastião, a miragem do Alem-mar arrastava o. Neto de D. João I via em Ceuta, Tanger e Arzila, a expansão de um Portugal futuro. Filho adoptivo do Infante D. Henrique, sentia como o *Navegador* a ancia de alargar o dominio portuguez.

Enfeitava com a pluma da sua phantasiosa imaginação as aventuras guerreiras, fadejava na existencia sempre confiado n'um exito deslumbrante.

Não era comtudo impunemente filho do melancholico D. Duarte a quem uma neurasthenia abafára o espirito n'um manto de tristeza. Se o revez de Tanger lhe confrangeu a alma, a febre que o atacou, depois da cavalgada victoriosa nos areaes de Anafé, abalou lhe fundamentalmente o organismo.

Sentia-se morrer. E, o que é mais pungente, sentia a inutilidade da sua passagem pelo mundo, a derrocada dos seus sonhos de Principe, a ineficacia da sua grande actividade de guerreiro!

Não conseguiam consolal-o nem a affeição carinhosa de sua mulher a Infanta D. Beatriz, nem os filhos quando o rodeavam; pois em vez de allivio, despertavam-lhe com a sua presença anciosas interrogações.

Para que estariam destinados?

O primogenito que á sua volta d'Africa ainda vivia teria como elle o germen da ambição a minal-o?

E os outros?

Se a sua visão mergulhasse nos nevoeiros do futuro, com que assombro veria D. Leonor-Rainha; divisaria um punhal cravado no peito do pequenito D. Diogo; o véu da viuvez a ensombrar o busto da infantil D. Izabel, e a corôa fulgente de uma poderosa monarchia, sobre a cabeça de D. Manoel, o ultimo nascido, ainda ao collo da ama.

A vista, porém, do Infante acabrunhado, doente, e triste, não se projectava tão longe, nem a imaginação por muito phantasiosa que fosse seria capaz de adivinhar tão extranhos, e tão imprevistos acontecimentos.

As cogitações d'esse momento eram sufficientes para lhe golpearem o animo.

Então El-Rei D. Affonso V, vendo o irmão assim succumbido, encontrou o remedio, consolação e conforto, que melhor podiam convir áquelle doente d'alma.

Vejâmos como.

CAPITULO II

A creação de D. Leonor

TINHA o Infante D. Fernando duas filhas; uma, D. Leonor, que nascêra em Beja na casa da Rua dos Infantes a 2 de Maio de 1458, a outra D. Izabel, logo no anno seguinte.

Da primeira, aquella de quem nos ocupâmos, são escassas as noticias que refiram episodios da sua creação, até que casou.

Apenas o franciscano Fr. Jeronymo de Belem, na *Chronica Serafica da Provincia dos Algarves* [1] d'ella se occupa, e ainda assim com aquella linguagem ao mesmo tempo alambicada e incaracteristica que lhe é propria, e mais parece um ramo ou palmito artificial fabricado por mãos de freira, que a vida de uma mulher notavel. "Todos os Escriptores (diz o chronista) que fallam *ainda que de passagem* n'esta preclarissima Rainha, concordam uniformemente, em que a Providencia, mostrára nella uma especial copia da sua idéa Divina; pois a dotou de rara formosura, docilidade de genio, e com propensão para as virtudes, que sendo estas as perfeições, com que a alma mais se adorna, ellas servem de esmalte á Corôa de Principes perfeitos».[2]

Depois refere se ás practicas religiosas, e exercicios devotos com que foi apparelhada para a vida, sem nos elucidar mais sobre as particularidades da sua educação.

Temos, porem, um elemento mais valioso, posto que indirecto, pelo qual nos podemos reger para irmos acompanhando a meninice da filha dos Infantes.

Seu avô, o Rei D. Duarte, deixára escripto um admiravel compendio de virtuosa sciencia, "um A B C de lealdade» proprio para formar almas amoldando-as ao bem, e para cuidar dos corpos, dando-lhes robustez.

---

[1] *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves*, por Fr. Jeronymo de Belem. Part. III, Liv. XIII, cap. XVII, pag. 62.

[2] Ibid, Ibid[2], Ibid[3].

O auctor do *Leal Conselheiro,* [1] apezar de ter morrido moço, foi sem duvida um dos mais eruditos escriptores do seu tempo. E a sua alma de santo, tão santo como seu irmão o captivo de Fez, crystalisou-se ingénua e pura n'aquelle livro que é um dos monumentos mais bellos de Portugal.

A leitura seguida d'essa obra causará talvez enfado ao leitor de agora cujo paladar anda afeito a outros acepipes; mas, se, applicando o preceito do proprio auctor "ler pouco de cada vez„ [2] ao fim da obra achará bom proveito "á maneira da abelha que passando por ramos e folhas mais costuma de pousar nas flores, e dally filha parte do seu mantimento„.[3]

Lel-o retempera o animo, e insensivelmente o espirito encara com doce interesse e sympathia esse Principe melancholico e bom, que não só por herança regeu politicamente o seu povo, e com o exemplo ensinou a viver com direitura, mas que escrevendo, legou á posteridade uma *ensinança,* salutar e á Nação um padrão de Gloria.

Não é pois uma phantasia dizer que os netos tiveram para os guiar como tractado de pedagogia, o livro de tão esclarecido mestre, nem apenas um exercicio conjectural tomal-o como norma pela qual foi pautada a educação de D. Leonor.

Foi aquelle livro um seguro quadrante para a orientação dos espiritos durante longo periodo. Assim o entenderiam os Infantes D. Beatriz e D. Fernando tomando-o como breviario e impondo-o como cathecismo na educação da filha.

* * *

Levantada cedo, e logo depois de ouvida a missa [4] começavam a dar-lhe noções de grammatica ou de lavôres.

E quando ao meio dia ia jantar, [5] tinha já cumprido grande parte dos seus deveres escolares. Por vezes a Mãe, que era muito devota, chamava-a á capella cuja organisação e sumptuosidade nas cerimonias não differiam das que tinha determinado El-Rei D. Duarte para a Capella Real nos capitulos do seu livro que se intitulam:

Do regymento que se deve teer na Capeela para ser bem regida.

Do tempo que se deteem nos officios da Capella.[6]

Inumeros capellães, moços de côro, cantores e musicos, davam ás solemnidades uma pompa que não era inferior ás que El-Rei determinava para as de

[1] *Leal Conselheiro* — o qual fez Dom Duarte — etc. Trasladado por J. I. Roquete, Pariz, 1842, pag. 5.

«E filhayo por huũ A B C de lealdade, ca he feito principalmente para senhores e gente das suas casas, que na theoria de taaes feitos em respeito dos sabedores por moços devemos ser contados, para os quaes A B C he sua propria ensinança».

[2] *Leal Conselheiro,* pag. 6.

[3] *Leal Conselheiro,* pag. 7.

[4] *Leal Conselheiro,* pag. 116.

[5] *Leal Conselheiro,* pag. 116.

[6] *Leal Conselheiro,* pag. 449-455.

sua Casa com tantas minuciosidades, que marcára *meia* hora para a missa rezada, *menos de* hora para a cantada de requiem, *duas* horas para as vesperas, e *seis* horas para algumas das festas da Semana Santa, com sermão, procissões etc.

Temperado assim o espirito de D. Leonor na prática da religião, e armada com as bôas manhas que o mesmo Rei seu avô preconiza pormenorizadamente no *Leal Conselheiro*, com sagaz instincto de psychologo, e como bondoso regedor de almas, não deixariam de attender ás diversões proprias da sua edade e condição.

Musica, litteratura, historia, poesia e exercicios phisicos, então como hoje entravam n'uma educação cuidada. E se percorrermos a *Lista dos livros do uso de El-Rei D. Duarte* n'ella encontraremos os que provavelmente eram aproveitados [1] para instrucção ou regalo intelectual da sua neta. A leitura selecta do *Livro de Galaaz* e do *Livro de Tristam*, o da *Virtuosa Bemfeitoria* que seu tio compusera, o *do Conde Lucanor*, o *Livro das Trovas de El-Rei* e outros foram os que primeiro despertaram na futura Rainha o gosto pelas bellas lettras, que tão inteligentemente veiu a proteger.

Essas leituras, feitas com sobriedade, não lhe sobrecarregavam o cerebro nem lhe enfastiavam o paladar. N'isso era ainda seguido o preceito que D. Duarte déra á Rainha sua mulher, lêr pouco para comprehender bem.[2]

Durante as licções e quando já D. Leonor começava a entrar em estudos superiores não só de historia, lida nas *Chronicas de Portugal* e de *Hespanha*, e da chorographia decorando os *Cadernos das villas de Portugal*, mas tambem ouvindo explicações sobre o *Livro d'Estrologia*, haviam de lhe ter ensinado pelo debuxo que o engenhoso avô desenhára, a conhecer as horas sem auxilio d'outro instrumento.[3]

E seria de ver então a pequenita inclinando a airosa cabeça, a observar o desenho onde o Rei traçára uma roda figurando no céu uma cruz com quatro linhas. Depois a pequena Leonor levantando a vista ao firmamento procurava "a estrella mayor dos guardas da noite", para conhecer as horas por esse quadrante original.

Quem seriam seus mestres?

Não o referem as chronicas. Mas é natural que algumas noções de lettras humanas recebesse de Ruy Dias de Goes, fidalgo ao serviço do Infante seu pae.

O filho d'elle foi o grande humanista Damião de Goes que ao depois em 1511 quando tinha nove annos cursou as lettras no Paço de El-Rei D. Manoel sob a protecção da Rainha D. Leonor. Sendo assim, retribuia por esta forma a intelligente Senhora, com a protecção ao filho, a instrucção que recebêra do pae.

Mas quem principalmente a encaminhou como mestre foi, segundo vimos,

---

[1] *Leal Conselheiro*, Introdução, pag. xx

[2] A) dão ca nom leaes muyto, mas hua parte menos do que poderdes: assy que se poderdes acurar leer doze folhas nem leaes mais de tres ou quatro. E aquesto é por o entenderdes melhor, e o passardes mais tarde, e vos enfadardes delle menos. *Leal Conselheiro*, pag. 444

[3] *Leal Conselheiro*, pag. 458-460

o livro de D. Duarte, o qual não só forneceu dictames para o espiritual, mas tambem preceitos de hygiene.

No capitulo intitulado "Dos aazos per que se acrecenta o sentido do humor menencorico, e dos remedios contra elles„[1] dá o bom Rei conselhos salutares e até pittorescas receitas.

As viandas que não fossem menencoricas, o vinho aguado, os bem ordenados jejuns que convinham á disposição do corpo, entravam no regulamento extrahido do *Leal Conselheiro* onde até se preceituava "a usança das pilulas communs que tomadas de quinze em quinze dias eram muito proveitosas sobretudo quando a tristeza recrescia„.

Tambem a sangravam no tempo proprio e lhe applicavam os vomitorios aconselhados para duas vezes no anno, isto é depois da Paschoa "por a continuação passada do pescado, e a outra no setembro por a fruyta de verão„.

Se o *Leal Conselheiro* foi um bom manual para a educação da filha do Infante D. Fernando, contribuindo para lhe fortalecer o animo com a mostrança de "como muitos erram na maneira de seu viver pela tibieza da vontade„ (prescripções que tão proveitosas lhe haviam de ser na vida); e se dava salutares preceitos de hygiene estabelecendo no capitulo do "regimento do estomago„ quaes as viandas que se devem ingerir, quaes as que se devem evitar, como convém mastigar durante as refeições, e beber o vinho, o leite, ou as natas, etc., um outro livro servia de bom mestre para a aprendizagem dos exercicios corporaes.

O Livro de ensinança de bem cavalgar toda sella não é apenas uma *Arte de cavallaria ou Manual de Picador* como o nome parece indicar.

Occupa-se, é certo, das regras practicas d'aquelle nobre exercicio, mas porque o seu auctor era um psychologo, um educador, e um homem de lettras, dedica muitos capitulos á formação da alma do cavalleiro. Ensina a ser forte de animo, a não ter receios, a mostrar segurança e garbo isto é, a formar além d'um bom cavalgador um nobre cavalleiro.

Para estes é feito e a elles se dirige.

Mas como então, Damas, Aias, Donzellas, Cuvilheiras isto é, toda a Casa das Rainhas e Infantas se transportava cavalgando, ou inquietas facas ou vistosas hacaneas, ou pacificas mulas, muitos dos conselhos do sabio mestre, seriam applicados na educação da pequenina D. Leonor, que acompanhava seus paes nas continuas deslocações das Alcaçovas para Beja, d'alli para Evora ou Alcochete.

Assim, a escolha das sellas, o modo de evitar quedas, o corregimento do freio, o vestuario para cavalgar, a forma de capello ou carapuço e mais preceitos applicados a cavalleiros e escudeiros, seriam aproveitados com as modificações requeridas pelo sexo e edade de D. Leonor.

Não seria necessario, porém, insistir nos capitulos em que D. Duarte falla, no modo como convém evitar o medo e o receio, porque a neta pertencia ao numero d'aquelles de que diz: "primeiramente som alguns sem receo per nacença, porque nacem sem medo.„[2]

---

[1] *Leal Conselheiro*, pag. 123.
[2] *Livro de Ensinança*, pag. 549.

Ella por herança nascêra destemida e animosa.

A hereditariedade que é um tão poderoso elemento no desenvolvimento das faculdades e tendencias revelou-se em D. Leonor poderosamente.

Do pae, o resoluto Infante, cujo espirito emprehendedor se assemelhava ao de D. Henrique o navegador, e ao de D. Pedro o das *sete Partidas* seus tios, recebeu tenacidade nos propositos, e energia nas determinações. Da mãe, a calma Infanta D. Beatriz, proveiu-lhe a clara inteligencia com que esta havia de atravessar, usando de pericia e tacto, as difficeis situações creadas pelo violento e complicado feitio de seu sobrinho e genro. Assim tambem D. Leonor veiu a revellar-se firme e serena nos transes dolorosos que atormentaram o seu coração, sabendo dominar o ciume, o odio á rival, o pavôr nascido das tenebrosas conspirações, o horror proveniente da violencia com que foram suffocadas as rebeldias, a tragedia da morte do filho, o drama da successão, e a perda do marido.

Adeante veremos como se houve atravez dos lances, que a existencia lhe proporcionou.

Agora basta verificar quanto a prepararam para a difficil missão as herdanças paternas, e a educação que recebeu; sem esquecer as qualidades, que por atavismo recebeu da sua avó D. Filippa, a qual lhe transmittiu a seriedade ingleza nas praticas de devoção, e as faculdades ajuizadas no exercicio da caridade que tão fecundamente veiu a exercer.

CAPITULO III

Projectos de casamento

JÁ vimos no final do capitulo I, que El-Rei D. Affonso V, vendo o irmão acabrunhado pelos revezes, e abatido pela doença, resolveu dar-lhe como remedio a maior satisfação, que elle agora podia ambicionar. E assim suavisaria os ultimos dias do guerreiro, realizando ao mesmo tempo um desejo proprio.

Havia tempo já, ruminava elle um projecto que o mallogro das ultimas entrevistas em Hespanha veiu agora fazer desabrochar.

Quando foi das conferencias de Gibraltar e Guadalupe com o Rei de Castella D. Henrique, ficára assente que D. Affonso V casaria com a Infanta D. Izabel (ao deante "Izabel, a Catholica") e que D. João, filho do Rei de Portugal (futuro D. João II) casaria com a Princeza de Castella D. Joanna (que havia de ser chamada a "Excellente senhora).[1]

Obedecia este plano a razões politicas.

Era mais uma das tentativas feitas em successivas epochas, para juntar os Leões de Castella ás Quinas de Portugal.

O Duque de Bragança, Fernando I, deu parecer contrario a este casamento [2], mas não foi a sua carta datada de Villa Viçosa, que impediu o consorcio.

Ora quiz o destino personificado no Arcebispo de Toledo, grande enredador, que a Infanta Izabel casasse com Fernando de Aragão.

Acasalados assim os futuros Reis Catholicos, determinou D. Affonso V desligar o Principe seu herdeiro da alliança projectada em Castella, tomando uma resolução que, além da satisfação propria, ia adoçar a amargura do irmão.

As duas filhas deste, muito novinhas, não eram ainda casadoiras.

Mas segundo o costume por vezes seguido nas grandes casas, os esponsaes contrahiam-se muito antes de os nubentes serem aptos para se unirem pelo matrimonio.

D. Affonso V, que ás sobrinhitas queria como a filhas proprias, destinou a

[1] Ruy de Pina — *Chronica de D. Affonso V*, cap. CLV e CLVII.
[2] *Historia Genealogica*, tomo V, pag. 150.

mais velha para o seu herdeiro, e a segunda para D. Fernando, filho primogenito do Duque de Bragança.[1]

A 12 de Julho, na Villa de Setubal e no Paço do Infante D. Fernando, realizaram-se os dois desposorios, ficando logo D. Leonor Princeza, e D. Izabel Infanta.

Entrou com este concerto uma onda de alegria na alma do Infante. A sua Leonor seria Rainha de Portugal. A outra unir-se-hia ao herdeiro da maior Casa do Reino, a um parente e amigo seu, companheiro de mocidade, e camarada nos campos de batalha.

Estava o Bragança havia muito, viuvo da filha do Conde de Vianna, de quem não tivera filhos.

Embora fosse 28 annos mais velho que a noiva, era, com os seus 40 incompletos, um homem "de gentil presença, adornado de excellentes partes, generoso e de elevados pensamentos, magnifico e magestoso no apparato riquissimo do seu palacio».[2]

As duas irmãs tiveram assim em sorte os mais cobiçados maridos da Peninsula.

Exultava com este acontecimento o pae, exultava a mãe D. Beatriz, ambiciosa como é natural de prosperidades para os seus, e exultava o marido de D. Izabel a quem D. Affonso V, deu o titulo de Duque, e que por este enlace mais intimamente se aparentava com a Casa Real.

A alguem no entanto dava desprazer este arranjo.

O Principe D. João cuja indole, já no alvorecer da puberdade, (tinha 15 annos) se esboçava orgulhosa, altiva, e ciosa da sua cathegoria, recebeu com má avença a ideia de ter por cunhado o Duque de Bragança. Este sentir é proprio já do feitio do futuro D. João II, e da concepção que viria a formar ao depois do que fosse auctoridade real. Não custa portanto a crer nas palavras de D. Antonio Caetano de Souza quando diz na sua Historia Genealogica: "Alguns entenderão, segundo hun rumor antigo, que estas bodas forão o primeiro motivo da origem das custosas revoluções de Portugal. Não ha duvida, que a condição do Principe D. João era tanto em excesso altiva, como a de seu pay benigna, e sómente o poder do respeito del Rei o accomodava a ter ao cunhado por Vassallo, como se esta igualdade do Duque o exceptuasse da obrigação de subdito, e ao Principe diminuisse sobre elle a soberania».[3]

Embora o erudito Theatino duvide de ser este "o motivo da primeira desafeição do Principe ao Duque» a verdade é que os dois cunhados nunca se adjectivaram. E mais que provavel é que "o antigo rumor» tivesse fundamento.

A grandeza da Casa de Bragança sempre causou engulhos ao Principe Perfeito.

O cunhado que agora lhe impunham era seu senior, intimo amigo de seu pae, e de seu tio, e, dava-se ares de superioridade o que havia forçosamente de repugnar á soberba do Principe herdeiro.

E' humano!

[1] Ruy de Pina — cap. CLIX.
[2] *Historia Genealogica*, tomo V, pag. 402.
[3] *Historia Genealogica*, vol. V, pag. 411.

Ainda então era vivo o velho Duque de Bragança, e já o moço D. Fernando II, apenas Conde de Guimarães, mostrava caracter arrogante. Amigo de fausto, fazia-se seguir sempre de grande numero de creados, o que despertava não poucas invejas e odios. Não faltava quem d'isto tomasse pretexto para o indicar á desconfiança suspicaz do Principe D. João, como um elemento importuno, se não hostil, levantado perante a sua situação de successor.

Por isso quando foram celebradas as capitulações para o casamento no Paço do Infante D. Fernando em Setubal, embora acatasse a resolução paterna, remoeu comsigo proprio o desprazer que lhe causava a affinidade creada pelos dois enlaces.

O contracto para o seu não se reduziu então a auto. Só ao depois em 1472 foi ratificado. Mas nem por isso ficou menos ligado desde logo.

Sem demora expediu-se para Roma um mensageiro a pedir ao Papa a necessaria dispensa, afim de que, logo que D. Leonor fosse apta para o thalamo, se consumasse o casamento.

Quaes seriam os sentimentos reciprocos dos dois noivos?

Não é difficil conjectural-os.

Ella, a Princezinha de 12 annos, n'essa edade em que começam a ser abandonadas as bonecas e brinquedos, e a ser acariciadas vagas aspirações sentimentaes ainda não orientadas, sentiu o deslumbramento proprio de quem vê, trazido por um poder quasi sobrenatural, o marido que a sua imaginação infantil idealizára.

"De muito bom parecer e bom corpo, e de meã estatura, porém mais grande que pequeno, muito bem feito e em tudo mui proporcionado", o figura Garcia de Resende nas suas chronicas. [1] Rosto comprido em que despontava a barba, dentes alvos bem postos, olhos pretos, e nas cousas de prazer alegre e bem assombrado, o ephebo real tinha todos os attributos que captivam a phantasia de uma rapariga no desabrochar da puberdade.

Para o Principe D. João a primasita, que o destino lhe trazia como futura consorte, era apenas a creança que em jogos, e corridas nos Paços de seu tio vira brincar descuidada, emquanto elle com os irmãos mais velhos se comprazia em largar os falcões e açores nos campos de Setubal. Sem enthusiasmo portanto, mas tambem sem aversão, acceitou de bom grado a futura esposa.

Em resumo: no espirito de D. Leonor, a figura do Principe abria o sulco indelevel que o diamante grava no crystal; na alma de D. João o vulto da noiva apenas tomava o relevo que o sinete deixa impresso no lacre. Ao depois quando o calor de outro olhar veiu a aquecel-o, facilmente se deixou amolecer. E mais potente havia de ser o sello, que no seu coração havia de imprimir a imagem da amante.

[1] Garcia de Resende — *Chronica de D. João II*. Virtudes, feições, costumes e manhas del Rei D. João o Segundo.

CAPITULO IV

Casada

EMQUANTO se espera de Roma a dispensa pedida, e se aguarda que a noivinha seja nubil, o pae d'esta, o Infante D. Fernando vae-se deixando morrer, consumido pela febre que o mina.

Agora, porém, o tormento do seu espirito inquieto era attenuado. Despedia-se quasi satisfeito por saber a sorte da filha assegurada. Só desejava ver chegar a licença de Roma, e o casamento consummado.

Não lh'o consentiu o destino. No acabar do anno, quando já as folhas das arvores cahiam no chão das hortas circunjacentes ao seu Paço de Setubal, finava-se serenamente, elle que tão irrequieto fôra em vida. Foi a 18 de Setembro de 1470.

Poucas semanas depois chegava o documento desejado; e a 22 de Janeiro do anno seguinte o Principe D. João recebeu a Princeza por palavras de presente.[1] Não houve festejos por "ser ainda tão fresca", a morte do Infante D. Fernando.

Entretanto no cerebro de D. Affonso V a flôr da aventura africana não emmurchecia. A empreza de Africa seduzia-o cada vez mais intensamente.

Era d'alli que esperava a consagração gloriosa do seu reinado. Alargar Portugal, cuja independencia o avô consolidára; e, consolidar elle proprio a obra que este iniciára com a expedição a Ceuta; occupar as praças fortes mussulmanas; abater a arrogancia dos infieis, tarefa tão de molde a satisfazer o seu animo christão; afastar da Peninsula essa ameaça constante, era realizar, emfim, a obra de um grande Rei, era escrever uma epopéa com a sua espada rutilante. Esse plano, cujas linhas indecisas a posterioridade ainda não soube apreciar no seu justo valor, e que elle expunha em palavras entoadas "com mui gracioso orgão" e com grandiloquencia, enthusiasmava seu filho, o Principe D. João, que o ouvia attento, ruminando a seu sabor as palavras do pae. E tão encandescentes gottejavam ellas no seu animo, que o traziam já tomado de embriaguez.

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, cap. CLXI. — Garcia de Resende — *Chronica de El-Rei D. João II*, cap. IV.

Quando ouviu o pae planear a tomada de Arzilla, implorou que o levasse apezar dos poucos annos.

O Rei sorria desvanecido. Agradava-lhe a ardencia guerreira do seu rebento no qual se revia com orgulho.

Os do Conselho, porém, sensatamente faziam ouvir a voz da razão. Em casa do Conde de Monsanto houve praticas e conselhos.

O Conde ponderava:

— "Vós senhor, sois moço, unico herdeiro d'estes Regnos, casado de pouco, que sam tres pontos porque has leis divinas e humanas vos escusam de sairdes fora de vossa casa a fazer guerra em terras estranhas".[1]

E os outros Conselheiros repisavam:

— Era o unico herdeiro. Se pae e filho se embarcassem n'aquella galera arriscando as vidas, e viessem a perder-se, o Reino ficaria abandonado, o throno exposto ás ambições de parentes, e á mercê d'uma invasão castelhana. Nada aconselhava que assim se expozesse a unica esperança de uma continuidade dynastica...

Eram conselhos de velhos, gritados aos ouvidos de duas creanças. E o mais infantil não era o moço de quinze annos. Era o Rei Cavalleiro todo agitado pela febre guerreira.

Partiriam. Voltariam ambos cobertos de gloria e o Principe D. João armado cavalleiro no campo de batalha.

Nas veias d'este fervia o sangue novo. Ardia em desejo de entrar, desde logo, na lucta.

Que se abafem as vozes dos velhos. Rumo á Africa!

Aos 15 de Agosto, dia de Nossa Senhora, organisou-se a solemne procissão "com maravilhoso e grande triumpho" embarcando El-Rei e o Principe na frota que levantou ferro, dirigindo-se primeiramente ao Algarve.

Não nos diz a *Chronica* se á partida estava presente aquella que n'esse momento já era esposa do herdeiro.

O natural, comtudo, é que junto a sua mãe nos Paços de Setubal, onde o luto recente as retivera ambas, seguissem com anciosa attenção os episodios da partida e o seguimento da empreza. No animo de uma perpassavam as scenas das largadas anteriores do marido, agora jacente no Convento de S. Francisco, antes de o levarem para Beja, onde havia de dormir o ultimo somno.

No coração da filha começava a fermentar a inquietação de alma que havia de ser o seu maior quinhão na vida.

Ficou Regente?

Damião de Goes affirma que sim [2] tendo como presidente do Conselho o Duque de Bragança. D. Antonio Caetano de Sousa [3] contesta, demonstrando que por ella ter apenas treze annos, trez mezes e trez dias era menor. E comprova com o pleno poder dado ao Duque. Apenas uma questão de palavras.

[1] Damiam de Goes — *Chronica do Principe Dom Joam*, cap. XIX.

[2] Damiam de Goes — *Chronica*, cap. XXI — «Ficando ha Princesa D. Leonor por Regente e o Duque de Bragança por Presidente do Conselho.»

[3] D. Antonio Caetano de Sousa — *Historia Genealogica*, tomo V, pag. 158-164.

Ventos contrarios embaraçam a rota da armada. Quantos perigos! Quantas horas anciosas para a juvenil Princeza na espera de noticias.

Vagas ao principio, depois mais accentuadamente precisas começaram ellas a chegar tempo depois.

E ella ouvia narrar com natural commoção o desembarque perigoso de El-Rei e do Principe nas terras d'Africa, em bateis que o mar balouçava, ameaçando atiral-os contra o recife, sobre o qual as ondas quebravam com braveza.

Perderam-se assim algumas caravellas com duzentos guerreiros; e oito dos principaes fidalgos mergulharam na morte antes do combate.

Mas posto o pé em terra, logo em dia de S. Bartholomeu a villa de Arzilla fôra cercada e a peleja começára com furor. O Principe (contavam-lhe) batêra-se com tal valentia e "feriu tão bravamente nos mouros, que dos grandes golpes que dava a espada andava toda torcida, e dos que feria e matava toda mui cheia de sangue".

Descreviam-lhe depois a entrada na Mesquita, com a peleja sangrenta em que morreu o valente e ardido Conde de Marialva. A Princeza, orgulhosa e com jubilo ia ouvindo narrar a cerimonia da investidura do esposo na Mesquita moura agora christianisada, quando junto ao corpo estendido do guerreiro, El-Rei armando o filho dissera:

— "Filho! Deus vos faça tão bom cavalleiro como este que aqui jaz".

Esta scena que Mousinho de Quevedo havia depois de celebrar nas emphaticas oitavas do seu — *Affonso* o *Africano*,[1] seria referida á Princezinha com menos litteratura, mas pondo bem em fóco a figura do Principe D. João.

Glorioso, sim. Mas quando voltaria? Quando cessariam as inquietações?

Felizmente quasi a par d'estas novas chegava a noticia da entrada em Tanger, onde o sogro e seu noivo descansavam 17 dias e onde, em commemoração dos feitos gloriosos, El-Rei "ennovou e accrescentou seu titulo com o chamar se d'ahi em deante: D. Affonso por Graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar em Africa".

Meiado Setembro e apenas 33 dias depois d'aquelle em que tinham partido, regressavam a Lisboa, onde foram recebidos com grande triumpho, muitas festas e alegria.

Alegria sobretudo para o coração de D. Leonor que durante essas semanas vivera com animo carregado de cuidados.

Agora tinha-o já de volta, aquelle que em breve passaria de esposo a ser seu marido.

* * *

Elle entretanto com o sangue na guelra dava largas á exhuberante mocidade. Vinha dos campos de batalha onde o seu temperamento fogoso ganhára o

[1] «Será com ella hum Principe subido
A' Ley de Cavalleiro admittido.»

(Canto 12, fl 194, v.)

gosto da aventura. Trazia os sentidos alvoroçados, e na pelle a recordação cariciosa das lindas agarenas, ancillas submissas, destillando nos olhos negros os philtros perturbadores da Sulamite do *Cantico dos Canticos*. O sol d'Africa acalorára-lhe o sangue nas veias. As mouras de Arzilla tinham despertado n'elle impulsos sensuaes, que o seu temperamento não lhe permittia reprimir.

Garcia de Resende, aquelle que foi o seu moço de escrevaninha, diz d'elle, referindo-se ás estroinices d'este periodo: "O Principe como homem mãcebo q̃ era, ainda que o esforço, saber e cuidados erã de muyto mayor edade q̃ a sua: todavia não podia negar o que a natureza dá e aquillo a que geralmente os mancebos são mais inclinados, e algũas horas ia de noite fóra, secreto com hũa ou duas pessoas a folgar em cousas de amores».[1]

D'essas rapaziadas ia resultando avaria seria.

Por vezes sahia da Alcaçova acompanhado sómente de D. Diogo de Almeida, Prior do Crato, ou de D. Fernando de Mascarenhas, capitão de ginetes.

Certa noite vinha elle pelas viellas tortuosas que do Castello descem até á parte baixa da cidade, quando perto de Santa Justa, se lhes defrontou um grupo de embuçados, que avançou ameaçador.

Os vultos ignorando certamente com quem se haviam, e suppondo acharem-se em frente de rascões ou matantes, que rufiavam n'aquella area, atacaram com furia o Principe e os do seu bando. Estes que vinham bem armados e trazendo o braço afeito a dar cutiladas em mouros, descarregaram-n'as valentes nos atrevidos desconhecidos que debandaram, deixando um rasto de sangue.

As armas do Principe ficaram amolgadas. E tão acertados reconheceu serem os golpes recebidos pelos seus, que entrou logo com elle o desejo de saber quem os vibrára. Mandou chamar os cirurgiões da cidade, e habilmente conseguiu averiguar por elles os nomes dos seus aggressores. Sem rancor, mandou-os logo tratar e dar-lhes dinheiro, "e como foram sãos os tomou para seus creados».

A aventura divulgára-se, sem que d'isso resultasse desfavor para o Principe, pois n'esse tempo o caso era corriqueiro, e só vergonhoso quando n'uma rixa alguem mostrava menos valor. O Principe batêra-se como um leão. Mas o risco era grande de um dia ser vencido pelo numero. Ora se fôra imprudente expondo a vida nas batalhas d'Africa, maior era o erro agora de se sujeitar á contingencia de, no rasto de alguma Venus *Péribaria*, encontrar morte obscura, ao voltar uma esquina dos bairros plebeus.

E' provavel que o pae interviesse, e que o proprio bom senso do Principe lhe aconselhasse mais reservas *no folgar em coisas de amores*. O certo é que logo se disposeram os preparativos para o Principe tomar sua mulher e casa.[2]

A Princezinha que certamente ignorava as proezas amorosas do turbulento D. João, a esse tempo estava em Beja com sua mãe a Infanta D. Beatriz, ambas entregues aos aprestos para a bôda.

Não revestiu esta ceremonia um aspecto apparatoso com pompas e festejos publicos. Os dois consortes eram já casados. As nupcias realisaram-se em 1472

[1] Garcia de Resende — *Chronica*, cap. vi.

[2] Para se conhecer quaes os recursos e rendimentos do casal, veja-se *Sociedade Portugueza* do seculo xv, por Costa Lobo, pag. 431 e seg.

com simplicidade, em familia, entre Principes e gente da terra, consistindo a solemnidade na entrega da noiva por sua mãe "que tudo lhe deu ao Principe em muita perfeição".

D. Leonor teve então os dias mais felizes da sua existencia.

Era moça, e a sua formosura, que todos os contemporaneos celebram sem lisonja, trazia captivado agora o Principe, sem que o perturbassem outras preoccupações.

Não que ao espirito d'este escapasse o que se passava na visinha Castella, e não meditasse sobre os contradictorios actos de seu pae, sempre sedento de gloria militar, sempre espicaçado pela ambição de juntar ás Quinas de Portugal os Leões de Castella.

Mas os negocios de Estado n'esse momento eram mais para D. João um objecto de estudo ou um mappa de observação, do que um theatro em que representasse.

Embora já no seu animo levedasse a ambição de se manifestar na scena, (como vamos vêr), ainda n'esse plenilunio de mel, trazia o coração todo entregue á linda noiva que lhe tinham outhorgado, e não entrava com elle o pensamento (que mais ao deante lhe formigou na mente) de que teria sido talvez preferivel haverem-n'o casado com a Princeza Castelhana.

Em Evora decorreram esses primeiros dias, que ella ao longo da vida havia de recordar com tanta saudade.

O testemunho mais expressivo da felicidade dos recemcasados n'esse periodo, é o silencio dos chronistas. Nem o linguareiro Resende, nem o sisudo Pina se occupam d'elles. Apenas Damião de Goes nos diz, que logo depois das festas do casamento vieram para Lisbôa.

Para onde iriam residir? Tambem não o mencionam. Certamente se alojariam ou na Alcaçova, o velho Paço, habitação dos Reis, ou nos Paços de S. Martinho, tambem chamado dos Infantes, por ser destinado aos filhos dos Reis desde o reinado de D. João I.

Foi alli que a Princeza teve os primeiros rebates do fadario que havia de triturar-lhe o coração.

Não ainda ciumes de outra mulher, que isso havia de vir ao depois... Mas não antecipêmos.

A rival que n'este periodo lhe disputava o animo do marido era a governação do Estado. A ancia de mandar, já então a móla real da alma d'aquelle homem, presagiava a paixão á qual se haviam de subordinar todos os outros sentimentos. Seducções femininas, prazeres mundanaes, jogos athleticos, em que era tão dextro, festejos que, sob a sua imaginação phantasiosa, se organisariam, côrtes de amor, ou disputas em verso, que nos serões do Paço lhe attrahiriam a attenção, sempre a tudo sobrepoz a politica.

Começava desde já a definir-se a differença radical no modo de conceber a difficil arte de governar, que sempre existiu entre D. Affonso V, o Rei Cavalleiro, á moda das novellas, e romances da Tavola Redonda, e o Principe D. João, cujo espirito mais se afinava pelo diapasão que havia de servir depois ao florentino Machiavelo.

Aqui como tantas vezes succede, o pae era o arrebatado, o impulsivo, emquanto que o filho era o ponderado, e só obedecia aos dictames da razão.

O curioso é vêr como os dois polos, tocando-se, originaram o mesmo successo.

D. Affonso V olhando para Castella era arrastado pela imaginação, e precipitava-se ardentemente a fazer valer os direitos de sua sobrinha D. Joanna, com quem se considerava desposado.

O Principe, na esperança de que essa arremettida e o casamento do pae podiam fazer de futuro a união das duas corôas, não se oppunha á empreza.

CAPITULO V

Ventos de Hespanha

"De Hespanha nem bom vento nem bom casamento".

O destino parecia dispor os acontecimentos para confirmar este proloquió popular, o qual, se não nasceu então, poderia n'elles ter-se originado.

Vejamos muito pela rama, pois que não estamos fazendo historia, mas sómente esclarecendo o taboleiro politico, qual seja durante este periodo a situação n'esta parte da Peninsula, para podermos apreciar, soccorrendo-nos das informações dos chronistas, e de conjecturas d'ellas derivadas, o estado de espirito dos personagens do drama, principalmente dos trez que mais directamente nos interessam — o Rei D. Affonso V — o Principe Herdeiro, e a mulher d'este, a Princeza D. Leonor, recemcasada, e ainda apaixonada pelo marido.

O Rei Henrique IV, depois do seu divorcio, casára com a filha do nosso Rei D. Duarte, a perturbativa e seductora Joanna, que em 1462 deu á luz a Princezinha do mesmo nome, aquella que havia de vir a ser a *Excellente Senhora* e madrasta de D. Leonor.

Não nos alongaremos sobre a discussão que desde logo levantou o nascimento d'essa infeliz creança, a quem os baldões da politica deram um destino fertil em solavancos. *Beltraneja* lhe chamaram attribuindo a sua existencia aos amores da Rainha de Castella com D. Beltran de la Cueva. Esse vicio de origem, que as facções exploraram depois ao seu sabor, fortalecendo as allegações, com a supposta ou effectiva incapacidade do pae, havia de pesar sobre a cabeça da pobre pequenita, e abalar-lhe os direitos á successão.

O Rei Henrique, indo ao encontro das calumnias, fez proclamal-a herdeira do throno, e o irmão d'elle, o Principe D. Affonso, bem como a Infanta D. Izabel, que veiu a ser a Rainha Catholica, e toda a nobreza, com os delegados dos concelhos, reconheceram-n'a como tal.

E' inutil recordar aqui os incidentes successivos do drama complicado, que se representou na Peninsula n'esse pêriodo agitado, em que se jogou a sorte da pequenina Joanna, sendo destinada a diversos maridos desde seu tio Affonso, até outro seu tio o Rei D. Affonso V de Portugal.

Já esboçámos esse movimentado espectaculo quando nos occupámos, n'outra

obra [1] da existencia da *Excellente Senhora*, e tentámos levantar uma ponta do véu que encobre a sua alma enygmatica.

Aqui apenas convém notar, para não embaraçar o assumpto, que em 1464 (tinha ella dois annos!) seu pae teve em Gibraltar combinado com o Rei de Portugal um duplo casamento.

Por esse ajuste ligar-se-hiam, como já vimos, Affonso V com a futura Izabel a Catholica, e D. João II com a pequenina Joanna.

Se se realisassem esses enlaces, o curso dos acontecimentos teria tomado outro rumo.

A união com Castella, inicio da União iberica, com um Rei portuguez no throno, sonhada por Affonso o Africano, e depois pelo Principe Perfeito, e ainda mais ao deante por D. Manoel, seria desde logo uma realidade.

Essa realidade então foi malograda "principalmente pela grande inconstancia do Rei D. Anrique».[2]

Mas talvez tambem no animo de D. Affonso V pesassem razões de tomo para não ir arcar com a tempestade politica, que ameaçava desde já desencadear-se em Hespanha.

Esta prudente attitude não prevaleceu. D. Affonso tambem era inconstante e voluvel. Era sobretudo ambicioso.

Annos depois (1471-2), quando já Izabel casára contra vontade do irmão, com Fernando de Aragão, vamos encontrar os dois Reis — Henrique de Castella e Affonso de Portugal, entre Elvas e Badajoz, tratando do casamento d'este ultimo com a pequena filha do Rei de Castella.

O fáro politico de Izabel e de Fernando (a esse tempo Reis de Sicilia) déra-lhes alarme dos ajustes, e como já tinham um forte partido em Castella enviaram embaixadores seus a esta conferencia para protestarem contra tal casamento.

A atmosphera estava carregada, e o enlace trazia desde logo um conflicto em que Portugal se acharia envolvido, pois tendo Izabel por si a maior parte dos grandes de Castella "o mal da guerra era tão certo como o bem da victoria duvidoso».

As razões de peso expostas pelos embaixadores de Fernando, as hesitações de Henrique IV de Castella, e as vozes do Conselho de Affonso V ("tendo sobre isso muitas vezes conselho») afastaram n'esse anno de 1472 do horisonte peninsular os projectos de bodas de D. Affonso V e a guerra entre Portugal e os partidarios de Izabel de Castella.

Mas foi apenas um addiamento. Logo passados dois annos, o Rei Henrique IV morria em Madrid, depois de ter saboreado n'um banquete de reconciliação com a irmã um acepipe temperado por um tal Cabrera que, embora seu pagem, era, ao que parece, instrumento dos seus inimigos.[3]

Agora as ambições da terrivel Izabel nem mesmo esse obstaculo, que era o irmão, encontravam já.

[1] *Gente d'Algo* — 2.ª edição, pag. 159
[2] Ruy de Pina — *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, cap. CLIX.
[3] *Gente d'Algo* — 2.ª edição, pag. 157

O que encontravam, era uma pobre creaturinha fragil e desprotegida da sorte, a filha duvidosa d'esse irmão, cujos direitos se levantavam como phantasma perante o energico e arrogante designio de accumular na sua cabeça as corôas de Castella e Aragão.

Afim de definir a situação, D. Izabel fez-se desde logo acclamar Rainha, em Segovia.

Mas a cerimonia realisada sobre um estrado na praça publica não era bastante para assegurar a sua soberania.

Tinha, é certo, um poderoso partido em que figuravam muitos dos nobres. Tinha até (surprehendente circumstancia fabricada pelas inconsequencias da politica) o Duque de Albuquerque, aquelle D. Beltran de la Cueva, que se suppunha pae de Joanna. Mas do outro lado estava uma parte tambem dos grandes de Castella, e entre elles o Marquez de Vilhena, em cujo castello se achava a promettida noiva do Rei de Portugal, e estavam as ambições d'este, e o seu animo cavalleiroso agora posto á prova com as derradeiras determinações do Rei Henrique.

Deixára este, segundo affirmam os historiadores portuguezes [1] embora o contestem alguns hespanhoes,[2] um testamento em que declarava D. Joanna sua filha legitima e Rainha de Castella, pedindo ao Rei de Portugal que tomasse conta d'aquelle Estado, e casasse com ella.

Existiu esse testamento? E foi elle trazido por pessoas de confiança ao Rei D. Affonso V, como affirma Damião de Goes? [3]

Esta questão do testamento é uma novella emmaranhada.

Houvesse ou não, e fosse ou não fosse lido em Extremoz por D. Affonso V, a verdade é que este Rei teve conhecimento das ultimas vontades do cunhado, que foram confirmadas por uma carta do Marquez de Vilhena, escripta ao que parece com assentimento dos nobres que estavam ao lado de D. Joanna.[4]

Todos os pontos mais sensiveis da alma do Cavalleiro eram attingidos com a expressão do apello de alem tumulo.

Invocava o Rei Henrique os seus sentimentos generosos para ir em defeza de uma Senhora desprotegida, espoliada, insultada pelos que arrastavam na lama a honra da mãe d'ella, que era a sua propria irmã. Exhortava-o a proteger essa moçinha tão infeliz, sua interessante sobrinha, entregue aos cuidados do Vilhena, em cuja casa de Madrid ella estava agora refugiada.

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica de D. Affonso V*, cap. CLXXII, diz: «Fez El-Rei D. Anrique seu solemne e acordado testamento, em que declarou a Princeza D. Joanna por sua filha, e por Rainha herdeira dos reinos de Castella. E a El Rei D. Affonso por governador d'elles, pedindo-lhe finalmente que acceitasse a dita governança, e casasse com ella».

Damião de Goes — *Chronica do Principe D. Jouam*, cap. XLI, diz: «estando em seu inteiro juizo fez solemne testamẽto, no qual declarou ha Princeza donna Joanna por sua filha legitima, e unica herdeira pedindo a El-Rei dom Affonso que acçeptasse ho governo dos Regnos de Castella e hos defendesse, e quizesse casar com a Princeza.

[2] Zurita — Lib. 19, cap. 13.

[3] J. B. Sitge na obra *Enrique IV y la Escelente Señora*, pag. 248 e seg. dá conta das varias affirmações sobre este assumpto.

[4] Damião de Goes — *Chronica*, cap. XLII.

Incitava-o a casar com ella, o que não desprazia talvez ao casto viuvo. E, lisongeando-lhe a ambição, emprazava-o a tomar desde logo a governação dos Estados a que ella tinha direito.

Além d'isso na propria familia a ideia d'esse casamento não era reprovada, e sobretudo a provavel empreza guerreira que a isso se seguiria, era ambicionada pelo Principe herdeiro D. João.

Não moviam a este os mesmos sentimentos romanescos do pae. Egualmente ambicioso, sim, mas mais reflexivo no *querer*, mais frio no *sentir*, encarava a situação atravez do seu temperamento em que a razão do Estado, despontava já como elemento predominante.

Na alma de D. Affonso V a flôr da Cavallaria medieval desabrochava com toda a exhuberancia e incoherencia, fertil em chimeras atraz das quaes corria, geradora de utopias que lhe tremeluziam na phantasia, como lantejoulas, inspiradora de aventuras como as de *Amadis*, a novella que mais seduzia as imaginações, e arrastava os animos.

No espirito do filho as determinantes eram outras. A guerra não era apenas um torneio ou uma fonte de gloria. Era mais e melhor.

Era a applicação das energias vitaes n'um sentido util — o engrandecimento da Nação. Era o meio de robustecer na pessoa do Soberano, o poder que andava disseminado nas mãos dos nobres, cujas jurisdicções os levavam a levantar-se por vezes arrogantes. Era a maneira de encorporar na Corôa essa Castella cujos leões ameaçavam constantemente Portugal. Era ainda uma applicação para a actividade de seu pae, e da nobreza, que assim cumpriria sua missão em vez de extorquir privilegios da Regia munificencia.

O casamento do pae, mesmo que a união fosse fecunda, em nada diminuia a sua herança politica. Já a esse tempo no ventre de sua mulher se annunciava a chegada de um herdeiro. Tudo isto, embora não se precisasse nitidamente, lhe andava fluctuando no espirito.

Os principios de direito publico então ainda rudimentares no seu cerebro poderoso, inspiravam-se mais nas maximas dos tractadistas, que nos romances de Cavallaria.

Machiavelo não escrevêra ainda o opusculo *dos Governos* que havia de ficar com o nome de *Principe*, nem o discurso sobre Tito Livio, livros que só appareceram d'ahi a quarenta annos.

Mas o sentido politico d'essas obras teve em D. João II um precursor. A arte de governar os povos assente n'um opportunismo sagaz, com a applicação de remedios ás chagas sociaes conforme as circumstancias de momento, sem attender a principios absolutos; o uso de processos legitimados pelos fins que se pretende alcançar; o emprego da astucia, da dissimulação, da crueldade até, quando necessaria, mas tudo sempre envolvido em palavras de clemencia, de justiça, de bondade; todo esse apparelho de governar tal como o formulou o subtil diplomata florentino durante os lazeres do seu exilio, foi adivinhado, foi presentido, foi applicado pelo genio de D. João II, o maior estadista do seu tempo.

Maior que Luiz XI seu contemporaneo, se é licito fazer comparações entre dois actores de formidavel engenho, representando cada qual um repertorio semelhante, mas em scenarios bem diversos um do outro. Este de cá mais tigre, aquelle mais rapoza. Um mais condôr, outro mais aranha. João II mais corajoso,

luctando com os grandes, esmagando, assassinando, arriscando-se, não se encolhendo com mêdo. Luiz XI mais doble, mais cynico, mais cauteloso, mais cruel, mais egoista. Ambos procurando aniquillar a nobreza, e colhendo a força para a execução do seu plano nas massas inferiores. Ambos pouco attrahentes na accepção sympathica da palavra, mas ambos deixando engrandecidos e fortes os respectivos paizes.

Quem governa, e tem de empregar a violencia, nunca é amado. A historia, porém, modéla em bronze a sua estatua, e illumina com projecções de luz a sua obra.

Machiavelo conheceu a acção governativa dos dois soberanos, e porventura n'ella se inspirou para o que escreveu. Não o Machiavelo dos manuaes de litteratura historica, ou o inventor do machiavelismo do vocabulario burguez. Mas o admiravel escriptor politico, um dos mais profundos psychologos de todos os tempos, e quem soube melhor formular em phrases as ideias que andavam espar sas na atmosphera, e crystalisar as moleculas fluctuantes no ambiente politico da sua epocha.

A Edade Média com todos os seus ideaes ia acabando. O feudalismo na Europa, e aquelles que n'este recanto do mundo representavam aquella instituição social, iam travar a campanha suprema em defeza dos seus direitos. Uma nova força, porém, ia surgir . . .

D. Affonso V, o Rei Cavalleiro, representava o Passado.

D. João II, ia ser o desbastador dos matagaes do Futuro.

CAPITULO VI

Projectos de nupcias reaes — Guerra a Castella

N'ESSE momento, comtudo, e no Conselho que se reuniu em Extremoz para discutir o problema urgente, que era proposto, ambos, pae e filho, estavam de accordo.

E o Principe corria affanoso de um para outro dos que haviam de compôr esse Conselho, para os convencer de que convinha fazer guerra a Castella.[1]

Entravam n'esse areopago o Duque de Bragança e o Arcebispo de Lisbôa, que depois foi Cardeal. Eram duas opiniões de grande peso pela cathegoria e pelo senso politico de que haviam dado provas.

O Duque de Bragança, Marquez de Villa Viçosa, contava a essa data 72 annos.[2] Era neto de D. João I e do Santo Condestavel. E pelos proprios meritos era um vulto eminente. Na sua folha de serviços avultavam acções de valor e conselhos sensatos (nem sempre seguidos)[3] para a boa governação do Estado. Fôra amigo do Rei D. Duarte e fôra amigo do Infante D. Pedro — o Regente. — Estivera no assalto de Tanger onde fôra ferido por uma setta. Desgostoso com os conflictos em que a familia portugueza, e a sua propria, se achavam envolvidos, fôra para Ceuta onde fizera um brilhante governo. Para alli lhe dirigiu o Regente a celebre carta, que é ao mesmo tempo um eloquente testemunho da alma nobre de D. Pedro, e um honroso documento para quem o recebia. Fôra governador do Reino em 1471.[4]

O seu voto bem fundamentado e sagazmente deduzido, foi abertamente contrario á empreza, que reputava inconveniente, sobretudo no que se referia ao casamento. Pedia a El-Rei que mandasse guardar no archivo publico o seu parecer, e resistia a todas as tentativas feitas pelo Conde de Faro, seu filho, e pelo Prior do Crato, que pretendiam fazel-o mudar de opinião.

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. CLXXIII.

[2] D. Antonio Caetano de Sousa — *Historia Genealogica*, tomo V, pag. 103, diz que julga ter nascido em 1403.

[3] Ibid, Ibid, pag. 116.

[4] Ibid, Ibid, pag. 164.

O Principe D. João, primeiramente com enfado e depois com ira mal reprimida, ouvia as rabugices do velho Duque. Chegou mesmo a accusal o de parcialidade a favor de D. Izabel de Castella, de quem era tio. E com desabrimento arguiu-o publicamente de suspeito. Já n'este momento o futuro D. João II desamava animosamente os Braganças.

D. Jorge da Costa, que na historia ficou com o nome de Cardeal de Alpedrinha, tambem no Conselho se manifestou peremptoriamente contra os projectos de casamento e invasão.

Arguto, possuidor de boa visão politica e conhecedor do estado dos animos em Castella, onde a inconstancia dos Senhores d'aquella Nação não dava seguranças, prevía defecções e embustes traiçoeiros. O seu conselho era para attender. A sua opinião era de valor.

Tinha sido mestre da erudita Infanta D. Catharina, filha de El-Rei D. Duarte.

Fôra confessor de D. Affonso V, que por elle tinha especial predilecção. Já desempenhára algumas missões melindrosas entre as quaes, quando era Bispo de Evora, a dos ajustes de casamento do Rei e do Principe.

Tinha n'essa occasião já setenta annos, mas não mostrava tanta edade. Robusto, agil, bom cavalleiro, e franco de palavras, o Arcebispo de Lisboa não tinha papas na lingua. No Conselho disse o que pensava. Mas com essa isempção não agradou ao voluntarioso Principe D. João, a quem não soffria o animo encontral-o pela frente, fazendo opposição aos seus designios.

Iam-se assim accumulando parcellas de rancor contra o Arcebispo, cuja personalidade julgava querer impor-se-lhe. Cada vez lhe era menos bem acceite, com quanto não demonstrasse claramente a sua animosidade. Até que de uma vez, (ou fosse pouco depois d'este Conselho, ou de alguns outros desaccordos que houve entre elles,) o Principe, durante um passeio a cavallo nas margens do Rio de Alpiarça, emquanto ambos galopavam a par, foi reprehendendo o Arcebispo com "palavras asperas e feias„ e, ao passarem junto á ponte, encostou tanto o cavallo sobre o do Prelado, que este julgou ir morrer precipitado no rio. E abalou, ruminando já o projecto de se retirar para Roma, onde estivesse ao abrigo da real féra.

Entretanto não se desdisse do parecer que apresentára no Conselho, mostrando o perigo da arremettida contra Castella, realisada com o impeto projectado pelo Rei e pelo Principe.

Era a voz do bom senso fallando pelas boccas dos dois magnates. Um com mais familiaridade, nascida do proximo parentesco com o Rei e com o Principe, adubava por vezes com uma leve ironia, que á intelligencia do sobrinho não escapava, o discurso persuasivo, para suster o arrebatamento guerreiro e matrimonial.

O outro com mais sisudez, propria do seu caracter de antistite, mas usando de uma logica cerrada que ia impressionando o Conselho.

E ambos, em summa, allegavam que era altamente imprudente tal empreza, quando n'aquelle Reino as divisões eram de tal ordem que em nenhuma das adhesões se podia confiar, pois só obedeciam ás paixões de momento. Bastava attender, (accrescentavam elles), a que alguns dos nobres castelhanos agora insistentes em incitar os portuguezes á empreza, eram os mesmos que já tinham sido ve rs os á solução que aconselhavam agora. O mais prudente (concluiam) era

deixar os castelhanos entre si dirimir o pleito, e proceder depois conforme as circumstancias aconselhassem.

O Rei e o Principe torciam-se contrariados, pois a ambos tentava a aventura. Mas como as vozes do Duque e do Arcebispo eram auctorisadas e os seus argumentos ponderosos, resolveu-se mandar a Castella, Lopo de Albuquerque, Camareiro-Mór, afim de estudar a situação, e saber quaes os elementos com que o partido de D. Joanna podia contar.

Partiu o futuro Conde de Penamacôr. Mas como aquelles que lá procurou, eram os que mais interessados estavam na guerra, isto é, o Arcebispo de Toledo, Affonso Carrilho, o Marquez de Vilhena, o Duque do Infantado, e o Duque de Arevallo, só recebeu promessas de cooperação e certeza de exito.

Regressou Lopo de Albuquerque a Evora (Janeiro de 1475) a dar conta da sua missão.

O Rei sem demora determinou que todos os grandes Senhores, Prelados, Fidalgos e Cavalleiros se preparassem para, em Maio seguinte, se reunirem em Arronches, promptos a partir.

Era, como hoje diriamos, a mobilisação anterior á guerra.

Fernando e Izabel, que então se encontravam em Valladolid entretidos em festas e justas reaes, assim o entenderam, respondendo com uma recusa formal a Ruy de Sousa, o Embaixador que D. Affonso V lhes mandára, emprazando-os a que reconhecessem os direitos da sobrinha, sua futura mulher.

Começou desde logo o apercebimento geral. Em Evora El-Rei nomeia sem detença seu filho — *governador, regedor* e *defensor* do Reino durante a sua ausencia, e d'ahi parte para Portalegre em direitura a Arronches, a villa fronteiriça d'onde havia de sahir o exercito portuguez.

Apenas se decidiu a guerra, todo o Portugal se moveu em preparativos.

Era lá do norte, D. Pedro Conde de Villa Real, que descia á frente dos seus homens.

Eram os Prelados guerreiros: o Arcebispo de Lisbôa, D. Jorge da Costa, que embora no Conselho tivesse opinado em contrario, como politico, agora como homem de acção punha nobremente ao serviço do Rei e da Nação as suas forças de combate; e tambem o Bispo de Evora, D. Garcia de Menezes, Principe de Egreja, diplomata, homem mundano, que em Roma discutia com os Cardeaes nas batalhas sabia commandar legiões, e nas alcôvas deixar-se enleiar nos braços' das seductoras Hetaïras.

Era ainda o Bispo de Coimbra, D. João Galvão.

E era tambem o brilhante Conde de Marialva, D. Francisco de Coutinho. Reforçando estes contingentes vinha D. Fernando, Duque de Guimarães, o qual como um verdadeiro Principe, sahia do Castello de Villa Viçosa capitaneando os seus homens, muitos d'elles já experimentados em Africa.

A todas aquellas forças, aggregava-se um troço de gente aventureira — que representava a poesia da guerra, indomavel, impaciente de batalhar, descuidosa e valente, e que dava ao exercito aquelle enthusiasmo que leva á victoria.

Portugal vibrava.

O Rei e o Principe esperavam parte d'estas forças em Arronches.

Entretanto nos Paços de Lisbôa D. Leonor seguia com attenção interessada os incidentes do drama peninsular, que tanta influencia haviam de ter no seu destino.

Conhecia os projectos de casamento do sogro com a prima de Castella, essa que já estivera destinada a seu marido, e que viria agora por uma surpreza do acaso para Portugal como sua madrasta. Sabia que a outra, Izabel de Castella, já casada com Fernando de Aragão, e declarando se Rainha, se oppunha a esses designios. Sabia que as hostilidades iam começar.

Que consequencias adviriam para ella com o desenrolar do drama? Que lhe traria o futuro á sua existencia?

Era certo que o sogro é que partiria para a guerra deixando seu marido mais que logar-tenente — um Regente, quasi um Rei.

Mas, conhecendo ella tão bem a indole do Principe, nada lhe assegurava que não abalasse um dia para essas terras de Hespanha, deixando-a nas proximidades do nascimento do filho, acontecimento que ella sentia estar para breve. E tremia pensando que o exito do combate podesse ser fatal.

Nos campos de batalha ia decidir-se a sorte de Portugal. Dentro do seu ventre estava-se gerando um ente a cuja existencia as forças occultas e mysteriosas, que regem a vida das Nações podiam trazer um propicio, ou sinistro fado!

Entretanto o mez de Abril, ia terminando n'um desabrochar de primavera risonha.

Maio entrava festivo illuminando as hostes que se dirigiam a Arronches. Os clarins que chamavam á guerra, entoavam tambem um hymno celebrando as projectadas nupcias reaes.

E foi no meio do alvoroço geral que o Principe D. João se despediu de sua mulher, partindo ligeiro a juntar-se ao Pae, a fim de o acompanhar nos ultimos preparativos da campanha. Um dia quando nos arraiaes de Arronches tudo se dispunha á partida, chega pela estrada de Lisbôa, correndo a toda a brida um mensageiro que trazia noticia de importancia.

Empoeirado e offegante atira as redeas do cavallo a um moço de estribeira, e penetra açodado na tenda real. Palpita em todos os animos a curiosidade, ha em todos os olhares interrogações anciosas.

Que teria acontecido?

Que avisos traria o recemchegado?

Breve explodia a boa nova.

CAPITULO VII

Mãe

A Princeza D. Leonor déra á luz um filho. Estava garantida a successão do Reino. Feliz presagio para o exito da guerra.

Illuminava as almas um clarão de esperança. Cada qual commentava o acontecimento ao seu sabor, mas todos se dispozeram a festejal-o.

Como guerreiros e cavalleiros nenhuma fórma melhor para manifestar o regosijo do que as justas, torneios e outros jogos de pericia. Faltavam é certo muitos dos aprestos que costumavam abrilhantar esses festejos e tornal-os mais apparatosos. Não havia pannos, brocados, guadamecis e outras tapeçarias com que guarnecer cadafalsos e tribunas; não havia salas para banquetes ou entremezes, não abundava o scenario das solemnidades reaes e as "*louçainhas dos galantes*". O que sobejava era enthusiasmo, alegria, exhuberancia de vida, calor d'almas, que dá vida ás manifestações.

Damião de Goes, dando conta do successo diz:[1] "Estando El-Rei D. Affonso já prestes para partir Darronches, lhe veo noua, quomo ha Prinçeza donna Leanor sua nóra parira em Lisbôa ho Infante dom Affonso ahos XVIII dias de Maio de MCCCCLXXV das quaes nouas elle o Principe com todolos q̃ ali estavam houveram gram prazer e fezeram muitas festas, has mais delas a imitaçom de guerra, segũdo ho tempo o requeria e as louçainhas q̃ os galãtes cõsigo entam traziam podiã sofrer".

Armou-se a liça. Foi guarnecida com petrechos militares. Delimitada pelos trons, era adornada com arcabuzes e béstas. Bandeiras, flammulas e galhardetes alegravam o recinto, e n'um dos lados da paliçada o Guião real, determinava o sitio em que o Rei e o Principe haviam de assistir aos combates simulados, ás evoluções das companhias, e ao quebrar de algumas cannas. Porventura entraram elles proprios nas pugnas festivas.

Folgança de gente guerreira, esse jubileu marcial, tinha um aspecto deslum-

---

[1] Damião de Goes — *Chronica do Principe Dom Joam*, cap. XLVIII

broso. Bello como espectaculo, mais formoso era ainda pela sua significação. Reunidos alli alguns milhares de homens em volta de Affonso o Africano, faziam estalar nos escudos golpes alegres, e as suas evoluções rhytmicas symbolisavam a communhão de todos os animos na dedicação ao Rei, o primeiro dos cavalleiros; demonstravam a dedicação das espadas para o engrandecimento da terra commum; manifestavam o jubilo por saberem continuada a successão dynastica, sentimento que atravessava como um fio d'oiro, todos aquelles corações de *homens-liges* que, segundo a concepção da Sociedade ao terminar esse seculo XV, formavam o que hoje se chamaria as forças vivas da Nação.

E o Principe que sentia?

Não é facil penetrar no animo do futuro D. João II, nem mesmo quando os documentos alguma coisa revelam.

Muito menos quando as chronicas não fallam.

Os factos, porém, indirectamente se encarregam de nos esclarecer e o que dizem, está de accordo com a idiosyncrasia joannina. Não teve demonstrações exhuberantes, não correu a Lisbôa, a abraçar a mãe do seu rebento, e a beijar essa creança que havia de ser um prolongamento da sua raça.

Deixou-se ficar. Não por insensibilidade na accepção secca da palavra. Mas por essa especie de impassibilidade egoista, necessaria nos chefes, conductores de homens, e nos estadistas manejadores de collectividades. Para enfeixar o Infante lá estavam as donas, as aias, e cuvilheiras; para confortar sua mulher não faltaria o mimo da Infanta D. Beatriz, mãe dedicada e avó certamente carinhosa e desvanecida. A todo o tempo teria ensejo de congratular-se em familia pelo acontecimento.

N'aquella conjunctura o seu logar era no campo de Arronches, assistindo á formação da columna até á sua abalada, era junto do Rei seu pae, que elle tutelava como eterna creança, a quem considerava um pupilo que o destino lhe confiára, e a quem queria acompanhar nas disposições legislativas e nos preparativos militares.

Por isso quando o exercito portuguez se poz em marcha, em vez de regressar a Lisbôa, n'um alvoroço de pae enternecido, resolveu como homem de acção acompanhar o pae a cavallo até Pedra Bôa, já em Hespanha, onde se fez o alardo.

Iam os dois discorrendo, e despachando negocios ou inspeccionando a gente armada.

O espectaculo era soberbo. A' frente do exercito o Adail-Mór do Reino, Diogo de Barros com os ginetes por descobridores. Em seguida como aposentador o marechal D. Fernando Coutinho. Depois Vasco Martins de Sousa Chichorro, como capitão de ginetes, e o Conde de Penamacôr capitão da vanguarda de El-Rei, com toda a carriagem. Vinha então a *batalha real,* o centro do exercito com as bandeiras tendidas, e n'ella El-Rei sempre seguido do seu pagem que lhe levava o guião com a divisa...

Esse guião e essa divisa tem para nós uma significação obscura, o que acontece com outras *lettras, divisas* e *empresas* por vezes de difficil interpretação.

Damião de Goes descrevendo-o diz "levava o seu guiam com sua devisa q̃ era o numero de sette, e hum rodizio de moinho com gotas dagoa ã hũa lettra q̃ dizia já mais„.

O rodizio com gottas d'agoa ao deredor espargidas diz Ruy de Pina que

El-Rei o tomára pela Rainha D. Izabel sua mulher.[1] Mas a lettra? *Já mais?* Duas palavras? Ou uma só? E' tão diverso o sentido da locução! No segundo caso a determinação de: *nunca*, jámais recuar, de sempre proseguir na fama de expansão?

No primeiro, a ancia de conquistar, desde *já*, *mais* gloria, mais terras, mais florões para a sua corôa?

As divisas da Casa de Aviz deixam-nos por vezes o juizo suspenso na curva de uma interrogação.

Y me plait de D. João I — *Desir*, o moto do Infante D. Pedro — e ainda outros, são de enygmatico significado. Oliveira Martins alludindo a esta de D. Affonso V, chama-lhe uma charada pueril.

Serão, não o nego, problemas propicios a bysantinismos e exercicios de hermeneutica. No entanto merecem da posteridade aquella especie de supersticioso respeito, que desperta tudo quanto acompanhou os heroes da grande epocha nas suas façanhas, tudo o que fez desabrochar a epopéa, e representa um movimento d'almas em cata de um ideal.

D. Affonso V era poeta á sua maneira, já o fizemos notar. N'este caso, fosse qual fosse a intenção com que compoz a lettra do guião, o certo é que esse estandarte, embora com uma divisa pueril, levava atraz de si a flôr da gente portugueza, um exercito de cinco mil e seiscentos homens de cavallo, quatorze mil infantes "fóra outra gente de serviços, pagens, e gente aventureira". D'esse exercito ia como Condestavel o Duque de Guimarães, tendo de cada banda — o Conde de Faro e o Conde de Loulé; o Conde de Penella e o Conde de Monsanto.

Deixemos proseguir essa cohorte brilhante, que rodeava o Rei na demanda de uma corôa, de uma noiva, e de uma conquista. E regressando com o Principe a Lisbôa, entremos com elle no Paço, onde a Princeza, sua mulher, o aguardava, impaciente e desejosa de lhe apresentar o filho, orgulhando-se por assim ter cumprido a sua missão.

E' de crer que a elle tambem fosse grato revêr-se n'essa creança, cuja existencia era tão necessaria, e em cuja cabeça ambicionaria no futuro ver collocada a corôa da Peninsula.

Mas das expansões sentimentaes e dos regosijos domesticos, foi promptamente distrahido o seu sentido para as exigencias da governança. "Teve logo muitos e grandes cuidados nas cousas de Justiça, e muito maiores nas de guerra".

Assim o diz Garcia de Resende, alludindo a que na fronteira havia rebates de incursão.

Era por isso forçoso abandonar sua mulher, apenas refeita dos trabalhos

---

[1] D. Antonio Caetano de Sousa — *Historia Genealogica*, tomo III, pag. 74 e 75 diz o seguinte: «Teve El-Rei D. Affonso V por empreza a roda de hum moinho com a letra — *Já mais* a que se juntava a lettra E e o numero VII, como se vê na estampa. Não podemos saber o tempo, em que começou a usar deste geroglifico para formar ideia da sua allusão, a qual se vê em hum confessionario seu, no mosteiro de Varatojo donde a letra E era alma da empreza, e o Rodizio, que era o corpo juntos fazem as palavras *Erro dizio*, como documento admiravel de não encobrir os erros na confissão, e deste logar transferio esta divisa para outros, e o numero VII não sabemos a explicação que talvez poderia ser o dos sete pecados capitaes.»

da maternidade, e o filho, que no berço começava a deixar perceber as linhas das feições, que d'elle haviam de fazer uma tão linda creança.

O interesse do Reino ameaçado prevalecia sobre as pacificas alegrias em familia. Era essa sempre a determinante das suas acções, bem como "o invencivel e esforçado animo que lhe a natureza déra".

Abalou portanto para Extremoz, afim de bem vigiar a fronteira. Ahi logo desenvolveu uma actividade prodigiosa.

Tudo provia. Sem despir as armas, sem se deitar, sem ter descanso, corria onde as entradas de gente inimiga causavam mortes ou roubos, e tudo levava a fogo e sangue. A sua gente era pouca. Mas elle multiplicava-se e multiplicava-a.

Foi então que lhe chegou a noticia de que a villa de Ouguella fôra tomada por um tal Galindo, capitão Castelhano.

Esse Martim Galindo, era mestre eleito de Alcantara, homem bem aparentado, e pessoa notavel.

O Principe D. João precipitou-se com os seus, em direcção a Campo Maior, para cercar a villa tomada pelo Castelhano.

A guarnição era pequena porque o Galindo sahira a correr os campos em redor. Por isso a povoação entregou se sem resistencia. Mas o Castelhano, sabendo-o retrocedeu.

O Principe mandou então o seu Camareiro-Mór João da Silva, sahir-lhe ao caminho afim de impedir a arremettida.

Corria o mez de Junho com as noites quentes d'um verão precoce. O luar cahindo sobre a payzagem alentejana illuminava os corregos, e prateava as flôres brancas das estevas e das urzes maninhas. Noite propicia a emprezas audazes; e audazes eram os portuguezes que caminhavam pela callada da noite em defeza da terra propria.

A' frente da pequena hoste abria a marcha João da Silva, o denodado cavalleiro a quem o Principe confiára o feito. Um pouco separado da sua gente ia conversando baixo com o espia que lhe trouxera o recado. Entraram n'um caminho estreito.

Na outra extremidade surgiu um vulto.

Impossivel saber quem seria. Mas que era inimigo não havia duvida.

Approximaram-se. Então "com a claridade da lua (diz o chronista) reconheceram-se". Eram os dois chefes.

A situação era delicada. Retroceder? Qual dos dois se humilharia a voltar costas? Esperar as respectivas companhias? A estreiteza do corredor não permittia que se alinhassem...

Não hesitaram. Picando de esporas, precipitaram-se um contra o outro, n'um arremesso formidavel. A lucta era de vida ou de morte. Para provarem as suas forças "se deram taes encontros q̃ sem tornarem alos segundos cahiram ambos mortos dos cavallos".[1]

E a lua que impassivel illuminára o duello, ajudava agora os homens d'armas que vinham accorrendo consternados, a procurar e reconhecer os respectivos chefes e transportal-os inertes.

[1] Damião de Goes — *Chronica*, cap. LXV. O sr. Braancamp Freire diz que João da Silva sobreviveu vinte e um dias — Vide *Critica e Historia*, pag. 262.

A morte do Camareiro valido "bom cavalleiro a quem tinha grande afeição„ impressionou profundamente o Principe. Logo chamou alli Ayres da Silva filho do mallogrado guerreiro, e, embora muito moço deu-lhe o officio do pae, "mettendo-o nos seus conselhos para o fazer mais cedo homem e ter mais auctoridade„.[1]

Incidentes como este de Ouguella repetiam-se pelas fronteiras. Todo o verão se passou ou em acudir a elles, ou em tractar de prover os apercebimentos para a guerra de Hespanha.

Faltavam soldados e munições. O Principe por indicação de seu pae fazia dinheiro com tudo. Até deitou a mão aos dinheiros dos orphãos e ás pratas das egrejas, não deixando de recorrer a emprestimos particulares.

A guerra é sempre uma loba faminta que devora homens e milhões.

A proveniencia dos recursos que iam defraudar interesses sagrados, não deixava de alvoroçar algumas consciencias susceptiveis, e de fazer surgir apprehensões sobre o exito da guerra, emprehendida com o producto de extorsões sacrilegas.

No espirito da Princeza pairavam os cuidados, e na superficie da sua alma, levemente supersticiosa, appareciam manchas de escrupulo, e receios dolorosos de que sobre a cabeça do filho impendessem ameaças do destino, attrahidas por estas offensas á justiça, embora justificadas pelas necessidades.

Cêdo começava a tremer pela sorte d'essa creança!

Agora, porém, os seus cuidados de mãe eram distrahidos pelo que se ia passando no Reino, e pelas noticias que vinham de Castella.

* * *

O fim do anno de 1475 passou-se em apercebimentos para a guerra.

Ao mesmo tempo pelo mez de Dezembro vieram chegando alguns portuguezes que estavam em Hespanha, e a quem D. Affonso V déra licença para virem a Portugal tractar de seus negocios.

A estes, tanto o Principe como a Princeza interrogavam curiosos sobre o que se tinha passado desde Maio.

Ouviam então referir a chegada do Rei a Plasencia e a narrativa dos desposorios com a Princeza D. Joanna sua sobrinha, não tendo o matrimonio sido consummado pela falta da dispensa de Roma. Os recemchegados descreviam a cerimonia dos esposorios sobre um tablado erguido na praça publica, todo armado de rica tapeçaria de oiro e seda, ao cimo do qual tinham subido o Rei D. Affonso V e a Sobrinhita, debil creança sobre cuja origem os adversarios continuavam bordando irreverentes historias.

E contavam tambem como logo alli os dois conjuges se tinham feito intitular Reis de Castella, de Leão e de Portugal, beijando-lhes as mãos todos os Senhores, cavalleiros e nobres castelhanos ou portuguezes, que se achavam presentes.

[1] Garcia de Resende - *Chronica*, cap. x.

Accrescentavam ainda que Fernando e Izabel irritados com estes acontecimentos, não só haviam tomado os mesmos titulos, como tinham ordenado que a sua gente de guerra entrasse em Portugal.

Depois contavam como El-Rei D. Affonso V, e sua mulher, tinham ido de Arevalo a Toro, e as escaramuças repetidas até que Fernando emprazára o Rei de Portugal, requerendo da parte de Deus como seu bom parente, que regressasse ao seu Reino sem fazer guerra, ao que D. Affonso respondêra com arrogancia que fosse elle para fóra de Castella.

Representavam tambem a varonil Izabel, activa e energica, reprehendendo asperamente os capitães que haviam aconselhado seu marido a levantar vergonhosamente o cerco de Toro, e (diziam os narradores) "nem El-Rei mesmo ficou sem a sua reprehensão da parte que lhe cabia".

Devia ser curiosa a physionomia do futuro D. João II ouvindo os recemchegados, que lhe figuravam essa scena da reprimenda inflingida pela *baroil* Izabel ao seu marido, reprimenda que havia de repetir-se ainda mais aspera quando elle ao deante recusou a batalha campal, uma especie de duello em campo raso, proposta pelo nosso cavalleiroso Affonso V.

O Principe D. João, difficilmente admittiria que se levantasse um arraial, ou se recusasse um certamen, tendo forças sufficientes para a lucta; e menos comprehenderia a humilhação de *alguem* escutar as exprobações de uma mulher (mesmo a propria) pondo em duvida a sua coragem.

D. Leonor ao observar n'esse momento o rosto do marido, não deixaria de comparar *in mente* Fernando o *Catholico,* sagaz, mas subordinado á consorte energica, com o indomito Principe, que o Destino lhe déra por companheiro.

N'esse momento em que ainda nenhuma nuvem apparecêra no horizonte, era assim que o preferia, masculo, e imperativo — um Principe Perfeito.

Logo depois das narrativas, contando os acontecimentos de Toro e Arevalo, que traziam os portuguezes recemchegados, "vieram outros mensageiros portadores de cartas de D. Affonso V para o Principe seu filho".

Dizia-lhe que "afforrado se viesse a Çamora".

Fica esta povoação a poucas leguas da fronteira, e logo partiu D. João, seguindo por Miranda do Douro.

D'esta vez além de todas as outras preoccupações que já affrontavam a alma de D. Leonor, accrescia a de saber por noticias chegadas com algum atrazo, que houvera uma traição. Vasco Martins de Sousa Chichorro, avisára o Principe, de que o Capitão da Ponte tinha atraiçoado os nossos. Corrêra a unhas de cavallo. E mesmo montado, e com armadura, atravessára o Douro luctando com o impeto das aguas, para prevenir o Principe D. João, rogando-lhe que não proseguisse.

D. Leonor agora sabia-o salvo, e a bom recato na cidade da Guarda.

Mas depois? Quantos perigos o esperavam!

O animo do Principe fervia. Indignado com a traição dos hespanhoes, e receioso de que a situação do pae, e do exercito portuguez, fosse angustiosa, resolveu, mesmo alli na Guarda, penetrar em Castella.

Reuniu conselho, ordenou tudo com previdente engenho, e partiu, deixando a Princeza D. Leonor Regente do Reino.

CAPITULO VIII

A Regencia

ESTAVA Regente aos dezoito annos, e em difficeis e delicadas circumstancias.

A fronteira ameaçada, e em alguns pontos invadida. Exhaustos os recursos de homens, munições e dinheiro. O Rei seu sogro, e o Principe seu marido, ausentes em Castella, e empenhados n'uma guerra de exito incertissimo, pois que alli, nos partidarios de hoje, se esboçavam já os adversarios de amanhã. As forças portuguezas careciam constantemente de novos contingentes.

O anno de 1476 entrava com aspecto temeroso.

O Principe deixára-a, é certo, acompanhada para a governança, de "pessoas de muita auctoridade, lettras e bom conselho, com que nas cousas do Reino se aconselhasse".

Não as nomeiam os chronistas. Mas é facil de imaginar que o mais graduado do Conselho, fosse o velho Bragança, acompanhado de alguns Senhores e lettrados, conhecedores dos negocios.[1]

Esses porém, tinham por missão *dar conselhos*, ensinar a arte de governar os povos, os modos de prover ás necessidades da Nação, e ás exigencias da guerra.

Mas sobre a cabeça da juvenil Regente, é que impendia toda a responsabilidade das resoluções. No seu espirito, já formado, acumulavam-se problemas inquietamente.

Aos seus ouvidos chegava a voz do povo, gemendo e sentindo a violencia das extorsões.[2]

---

[1] *O Conselho* em 1477, era composto de onze membros com honorarios mensaes, que variavam de oito mil quinhentos e setenta e dois reaes, a quatro mil duzentos e oitenta e seis. Vid. Costa Lobo, *Historia da Sociedade em Portugal* no seculo XV, pag. 429.

[2] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. CLXXXVII, diz: «Em cumprimento do qual fizeram logo para gente, apurações e percebimentos geraes, e para o dinheiro além do que se póde haver das rendas do reino, se tomou por certa recadação, toda a prata das egrejas e mosteiros, salvo a sagrada, callezes, custodias e relicarios, e assi por imprestidos de pessoas particulares se houve alguma somma de dinheiro. *E não sem grandes dôres e gemidos do povo que o muito sentiam.*»

Não se perturbou, nem se abateu. Por graça de estado, ou devido já áquella segurança de criterio com que havia de encarar tantas difficuldades pela vida adeante, applicou ao officio de reinar uma serenidade esclarecida, e sobretudo efficaz, para suavisar esses "gemidos do povo".

A dôce influencia de uma Regente tão novinha foi providencial n'essa conjunctura grave, como tambem foi um incidente propicio para a sua iniciação receberem-se de Castella novas bem agoiradas.

O Principe entrando na villa de S. Felices, que lhe era hostil, tomára-a victoriosamente e logo adeante, em Ledesma, assenhoreou-se de mantimentos e dinheiro para o arraial, o que lhe tornou facil a marcha até junto de seu pae, então em Toro.

O encontro dos dois preoccupava a Princeza, porque seria provavelmente o inicio da batalha. E embora os que a rodeavam tentassem animal-a, e demonstrar-lhe que o triumpho era certo, não deixava a sua razão de lhe mostrar os perigos, e o seu coração de se apavorar por antever que aos maiores d'elles, se atiraria ardidamente o Principe seu marido.

Se ella ao menos o pudesse acompanhar, e achar-se no campo da lucta, como D. Izabel! Essa nunca parava. Ora em Valladolid, ora em Burgos, instigando, aliciando partidarios, espicaçando o marido, subornando adversarios, e sem attender a commodidades, nem a cuidados, com a saude abalada (por vezes a gravidez era interrompida com um desmancho), ia sempre galopando no seu cavallo de campanha, e desenvolvendo uma actividade assombrosa, com a ancia de consolidar na sua bem organisada cabeça, a ambicionada corôa de Castella.

A Rainha D. Izabel "que com a sua gente, andava sempre ao rastro do exercito de El-Rei D. Affonso" (segundo lhe diziam) fazia a inveja e o desespero da nossa Princeza. A missão, porém, que lhe competia era outra: — esperar. Vigilante, sim, mas inactiva.

Para moderar as impaciencias do sogro "tão acelerado nas coisas da guerra que á execução d'ella parecia quasi preceder o conselho que tomava para as pôr em obra", lá estava em Toro, o marido, que bem conhecia a natural inclinação do pae. E para conhecer o momento opportuno de entrar em batalha, lá estava elle tambem "com o seu esforçado animo que lhe déra a natureza". O papel que se lhe impunha, e que ella representava no drama, era a apparente inercia, que tanto lhe custava manter, mas que era necessaria ao bem da Nação a que presidia; do marido a quem era devotada; e d'esse pequenino filho, cujo destino interessava as mais fundas raizes da sua alma.

Para os espiritos imaginosos, e o de D. Leonor teve sempre, a par da circunspecção herdada da avó ingleza, a inquieta e impaciente attracção das realisações, que lhe provinha dos tios de Aviz, inclita geração movida pelas molas occultas geradoras de actividade intelligente, a inacção forçada era um tormento.

Foi, portanto, grande a sua magua, por não partir para Toro a juntar-se aos seus, e a desempenhar no theatro da lucta, com mais relevo, a parte confiada á sua prima e madrasta D. Joanna, creança apagada e tão mettida na sombra, pela figura turbulenta da incansavel Izabel.

Mas venceu-se. Esperou. Identificou-se com o destino do povo soffredor, com a angustia das mulheres, cujos maridos batalhavam em Hespanha, com a anciedade das mães, cujos filhos tinham partido nas hostes aguerridas, com a

turba anonyma que nos povoados e nos campos gemia miseria, e que nas ermidas dos logarejos remotos, depunha offertas votivas nos altares da Virgem e dos santos padroeiros, implorando protecção.

Esta influencia benefica da juvenil Regente, *sente-se* mais do que *se lê* nos capitulos dos chronistas, todos occupados naturalmente a narrar o que se ia passando, e a descrever o que foi a batalha de Toro, tão discutida depois, e tão diversamente apreciada, da qual o Principe D. João, sahiu com um prestigio tal, que os proprios adversarios, Fernando e Izabel, quando d'elle se occupavam, era sempre affirmando; "q̃ mór caso faziam da astucia e vigilancia do Principe Don Joam q̃ do açelerado e denodado esforço del Rei dom Affonso seu Padre".

A batalha de Toro, e os incidentes que a precederam e se lhe seguiram, são assumptos que não se prendem directamente com o objecto d'este trabalho. Não lhes falta é certo, interesse proprio, nem são completamente alheios ao nosso assumpto, porque tomaram de assalto o animo da Princeza D. Leonor. Pelas novas que ia recebendo de Hespanha, seguia-os ella attentamente. Mas, como o entrar na descripção e apreciação minuciosa dos feitos militares, e seus resultados politicos, nos desviaria do nosso rumo, remettemos o leitor para as obras que d'isso se occupam. Vamos direitos á cidade onde ficára D. Joanna, a noiva de D. Affonso V, entregue á guarda do Duque de Guimarães, e de D. Pedro, Conde de Villa Real.

* * *

Foi em Janeiro de 1476, quando alli chegou, que o Principe D. João viu pela primeira vez a madrasta. E já n'essa occasião, entre as damas da Rainha, distinguiu uma, cuja belleza desde logo o impressionou.

Mas como teve de acompanhar immediatamente seu pae na empreza guerreira, só mais ao deante attentou deveras na linda portugueza.

Feriu-se então a batalha de Toro. Finda ella o pobre Rei D. Affonso V, depois do dia inteiro a pelejar, e aproximando-se a noite sem lhe trazer a victoria, abalára á desfilada, não a fugir, pois ninguem o perseguia, nem elle era homem para se amedrontar, mas descorcçoado. . .

Ao ver cahir o alferes Duarte de Almeida que, depois dos braços decepados, ainda com os dentes segurava a bandeira, até que rolou no chão vencido, sentiu que os seus projectos tambem, como o seu alferes, tombavam mutilados e agonisantes, n'essa noite tenebrosa de chuva.

Galopou seis leguas á tôa, como os allucinados fugindo anciosos de si proprios

Foi dar a Castro Nuño, cujo castello lhe era fiel. Alli, Pedro de Mendonsa, senhor da fortaleza, recebeu-o de joelhos; e sua mulher apresentou-lhe as chaves n'uma bacia de prata em signal de vassallagem.

O Rei deixou-se cahir n'um cadeirão . . e adormeceu, tal qual uma creança depois de um dia agitado em correrias.

Entretanto o Principe D. João, no campo, não dormia.

Emquanto muitos fugiam, ou se afogavam no Douro, reunia a sua gente ao som de atabales, de trombetas e de fogos que fazia a miudo, reformando um

pequeno exercito para dar batalha na manhã seguinte. Com a luz da madrugada verificou que o inimigo tinha desapparecido. Resolveu por isso ficar no campo trez dias, para assegurar a victoria segundo a lei da Cavallaria. O arcebispo de Toledo desaconselhou-o, allegando que uma noite bastava para attestar essa victoria, com o que o Principe se conformou, pois começava a estar impaciente por saber o paradeiro do pae.

Recolheu a Toro com as bandeiras desfraldadas em signal de triumpho.

Na cidade ninguem sabia de D. Affonso V.

Teria morrido? Estaria prisioneiro?

D. Joanna, que passára a noite em vigilia, meudinha, inquieta e apavorada, perguntava a todos pelo marido. O Principe D. João, seu enteado, não lhe sabia dar conta d'elle.

Então recolheram aos aposentos de D. Joanna, e alli, o Duque de Guimarães entrou a invectivar com voz de estrondo os recemchegados. Arrepellava-se dramaticamente, depennava as barbas e os cabellos da cabeça, e, exprobando entre prantos e lamentações, os que se tinham retirado da batalha, alcunhava-os de fracos cavalleiros, que assim tinham abandonado o seu Rei e Capitão.

— "Oh fidalgos de Portugal, onde está vosso Rei e Senhor?

E arremettendo com o Principe exclamou:

— "Onde deixastes vosso pae?

"O Principe (diz o chronista) posto que tivesse mór dôr e tristeza que nenhum dos da companhia, com palauras prudentes fez tanto que o Duque deixou de se queixar».

Essas queixas, esses lamentos, essas invectivas quasi imperiosas não cahiam em cesto rôto. D. João foi prudente, mas não esqueceu as imprecações do cunhado. E a sua animosidade contra elle avultou-se então, deixando-lhe a recordação indelevel da scena theatral que o Duque estivera representando.

Tambem talvez (se é verdadeira a tradição) lhe occorresse á memoria a scena passada em um baile — *serão de escamizados*, — em casa do Duque de Bragança quando alli fôra disfarçado para ver uma formosa convidada do Duque, e este o desancou e aos seus companheiros com o bastão de um veador.[1]

Tudo lhe havia de pagar, capit l e juros. N'esta occasião, porém, conservou o sangue-frio.

[1] Oliveira Martins — *Principe Perfeito*, pag. 80-81.

CAPITULO IX

A Sereia

EM QUANTO o Duque gesticulava convulsivamente depennando as barbas, o Principe notou entre as donzellas da sua pequena madrasta aquella cuja belleza singular, já lhe alvoroçava os sentidos, e que n'esse momento fitava n'elle os olhos negros, perturbadores, cheios de mysterio e de promessas.

Aquelles olhos peninsulares porque attrahiriam assim os seus?

A' ancia causada pela incerteza do destino do pae misturava-se agora a curiosidade pela significação d'aquelles olhares interrogadores.

E como (segundo elle proprio confessou depois) "era tamanha a sua fragilidade no sexto mandamento que ao mais leve aceno que lhe fizessem, acudia logo a offender a Deus"[1] não mais despegou a vista d'essa mulher.

Simultaneamente chegava a noticia de que El-Rei estava vivo em Castro Nuño.

E ao passo que na cidade em festa o repicar dos sinos, e o toque das trombetas, e atabales atroavam os ares com mostras de alegria pelo recebimento d'essas novas, na alma dos dois — o Principe e a Dama da Rainha, entoavam-se alleluias, e surgiam esperanças radiosas.

Se o phenomeno a que alguns espiritos, ou supersticiosos ou hyper-lucidos, chamam transmissões telluricas, tem uma realidade; é provavel que o coração da Princeza D. Leonor, na Alcaçova de Lisbôa, soffresse n'esse instante a primeira ferroada, a que se haviam de succeder tantos outros golpes, sentindo o que se estava passando em Castro Nuño.

Quem era a Sereia que assim vinha perturbar a paz do lar?

D. Anna de Mendoça.

Tinha ella a esse tempo entre quatorze a dezoito annos, e desabrochava florescente.

Era alguem pelo seu nascimento. Era mais que isso pela sua formosura para

[1] Don Agustin Manuel y Vasconcellos. — *Vida y acciones del Rey Don Juan II*, pag. 311. Camillo Castello Branco, *Narcotico*s, vol. I, pag. 32.

esse rapaz de vinte annos, femeeiro, farejador de aventuras, impetuoso nos sentimentos, e quebradiço de sentidos perante a graça e a frescura mulheril d'uma rapariga tão seductora como aquella.

"Mulher muito fidalga, e moça formosa de mui nobre geraçam". Assim falla Garcia de Resende que conheceu de perto D. Anna de Mendoça, a filha de Nuno Furtado de Mendoça, aposentador-mór de D. Afonso V, e de D. Leonor da Sylva, filha de Fernão Martins de Carvalhal, alcaide-mór de Tavira, e sobrinha portanto de Nun'Alvares.

Mas não era a nobreza d'essa prosapia (e tão illustre era que uma prima de D. Anna foi escolhida para mulher do Duque de Bragança, D. Jayme) que enfeitiçou o Principe. Era o philtro amoroso que ella, só com o apparecer, lhe introduziu no organismo.

Isto passava-se em Março de 1476 em Toro aonde D. João regressára depois da batalha. Foi então provavelmente que se esboçou o idyllio. Simples preludio. Mas quando na primeira semana de Abril regressava a Portugal, o Príncipe trazia em si a semente que havia de germinar com mais força pouco depois.

Diz Garcia de Resende fallando do regresso: "despedido d'El-Rei com muita saudade, e assim da Rainha (deveria talvez accrescentar: e ainda tambem da provocante D. Anna) partiu da cidade de Toro na semana maior e veiu ter a Paschoa a Miranda do Douro".

Alli o esperava a Princeza D. Leonor sua mulher.

Occorrerá aqui perguntar se o espirito d'esta seria então assaltado porq ualquer prevenção ou suspeita; e se desde logo se lhe enroscaria na alma a serpente enlaçadora do ciume, que tanto a atormentou depois. E' possivel que alguma indescrição dos recemchegados de Castella, aos quaes não passaria despercebido o encantamento do Principe, divulgasse aquelle ruge-ruge de côrte, e deixasse a Princeza adivinhar a novidade.

As chronicas não registam qualquer alteração na vida dos conjuges, e até mencionam que a Paschoa fôra passada em familia. Certo é tambem, que não ha por parte do Principe, menção alguma de manifesto agrado ou louvor para com sua mulher, que tão avisadamente cumprira a missão de Regente. Até pelo contrario. Quando foi ao Porto juntar-se com seu pae, para decidir-se a viagem do Soberano a França, não se falla da comparencia da Princeza, e só é mencionada a Infanta D. Beatriz.

Seria occasional a ausencia? Ou nascida do primeiro arrufo?

A esse tempo, ainda não se déra o episodio culminante na vida sentimental do Principe. Mas o romance ia-se intensando com as occasiões de se encontrarem os dois amorosos.

El-Rei D. Affonso V, depois de ter disposto as coisas em Castella "como melhor poude" recolheu com a pequena Rainha D. Joanna a Portugal em Junho, vindo celebrar em Miranda do Douro, o Corpo de Deus.

Houve grande festa n'essa occasião para a investidura de Lopo de Almeida, que foi nomeado Conde de Abrantes. Era Védor da Fazenda, e muito bem acceito do Rei, a quem prestára serviços. Quiz por isso o soberano dar solemnidade ao acto. Durante essa cerimonia, assim como no decorrer das festas do Corpo de Deus, teve ensejo o Principe de avistar-se de novo com D. Anna de Mendoça, que acompanhava a Rainha. Mas logo esta foi despachada para a Guarda,

com a sua comitiva, que se compunha do Conde de Villa Real, do Bispo de Vizeu e das suas Damas. D'alli foram a Coimbra.

Então o Principe, não se contendo, abalou no encalço da caravana, "vindo de Miranda a esta cidade, onde se foi ajuntar com ella, acompanhando-a depois até á villa de Abrantes».

Não era o interesse pela sorte da madrasta, a quem nunca dedicou grande affecto, que assim o trazia n'uma galopada, de Miranda a Coimbra, nem a *ordenança* de El-Rei, conforme Damião de Goes indica.

Era um acicate mais agudo que lhe esporeava o animo. Era um iman mais attrahente que o puxava com força irresistivel, trazendo-o a integrar-se na cavalgada, que de Coimbra se dirigiu a Abrantes, em jornadas paulatinas, como seriam essas em que a Rainha e as suas Damas se transportavam, recostadas em andas e andilhas, ou montando pacificas hacaneas, seguidas da numerosa creadagem, a que eram destinadas brandas azemolas.

Não menos de trez dias de marcha com paragens forçadas nas povoações.

A caminhada assim n'um rancho dava ensejo propicio ao galanteio. Para evitar os calores do estio, punham-se em marcha pelas horas da tarde; e o lusco-fusco, cheio de mysterio envolvia n'um manto complacente a approximação dos namorados. Esboçaram-se então phrases de perigoso interesse. Talvez juramentos já . . :

O primeiro capitulo do romance, foi assim vivído amorosamente, embora platonico ainda, atravez dos campos de Condeixa, e de Thomar.

Mas o Principe teve de arrancar-se ao enlevo em que se ia deixando enlaçar, para ir ao Porto, onde seu pae o esperava com a Infanta D. Beatriz e "todolos grandes e principaes Senhores do Reino» afim de se tractar da viagem do Rei a França.

Não se menciona (como já anteriormente notámos) a presença da Princeza D. Leonor n'este Conselho.

E se os chronistas não se referem a ella, sem que esqueçam a presença de D. Beatriz, sua mãe, é porque a Princeza se absteve de n'elle comparecer.

Não intentaremos explicar a sua ausencia com mais conjecturas, que a leve supposição que já apresentámos.

Entretanto não póde deixar de occorrer a hypotese, ou de um retrahimento da parte d'ella, explicavel pela primeira desconfiança, ou de pouco empenho da parte do Principe, em instar pela sua presença, apressando assim o encontro com sua mulher, e levado do receio que o pruriido de um remorso o trahisse.

A consciencia do Principe não era dotada de uma delicadeza excessiva n'este capitulo. Mas talvez que reconhecendo em D. Leonor, uma alma de lealdade, não lhe apetecesse entrar a defender-se atraz do anteparo de evasivas mesquinhas, ou a brutalisal-a com declarações intempestivas.

A attitude de D. João para com sua mulher, n'este periodo, não é facil de definir.

O que é certo, é que a impetuosidade do sentimento d'elle pela formosa D. Anna subsistiu, sem que comtudo houvesse rompimento com a Princeza.

O que houve foram os afastamentos forçados pela sua tarefa politica.

Decidida no Porto, a viagem do Rei a França, onde ia avistar-se com Luiz XI, e embarcado o ingenuo Affonso V na urca que o havia de levar a Collioure no golfo de Lyão, o Principe logo em Janeiro (1477) foi para entre Tejo e Gua-

diana continuar a guerra, tomando a D. Affonso de Monroy, a villa de Alegrete que o hespanhol occupava.

A este tempo, em França, D. Affonso ia vendo frustradas todas as esperanças pelo monarcha francez que "por ser dissimulado e abastado em promessas e palavras sem effecto, chamavam ho Raposo dalcunha».

Tomado então d'aquelle ataque de neurasthenia a que n'esse tempo chamavam *pura malenconia*, resolveu deixar o mundo, desapparecer, ir em romaria a Jerusalem, como peregrino.

Quando o Principe D. João teve noticia da vezania paterna, e que por uma carta trazida por Antão de Faria, lhe era imposto que logo se coroasse Rei, estava em Santarem com sua mulher. A carta tomou o de espanto e "ficou como fóra de si». Esperou trez dias.

Depois abriu-se com os seus intimos. Para afastar escrupulos consultou o Conselho.

Referem alguns, que n'esse conselho, o Duque de Bragança, "com palavras muito expressivas, extranhára ao Principe, querer acceitar a offerta da corôa».[1]

Finalmente a 10 de Novembro, foi armado um estrado no alpendre de S. Francisco, e ahi jurado Rei.

D. Leonor, a nova Rainha, contava menos de vinte annos, o herdeiro apenas dois e meio.

Um novo reinado ia começar, e já a côrte se apinhava em volta do throno, quando d'ahi a quatro dias, inesperadamente, rebentou a noticia, de que D. Affonso V vinha a caminho de Portugal.

Effectivamente, a breve trecho recebeu-se recado, communicando a chegada a Cascaes.

Que fazer?

Não repugna conceber que a noticia surprehendesse o novo Rei, apenas acabado de acclamar, e que a interrogação lhe acudisse ao espirito:

— Que fazer?

Essa attitude talvez de revolta fôra prevista, ao que parece, por aquelles que acompanhavam o Rei D. Affonso, quando ainda no alto mar, lhe aconselharam a que "não desembarcasse em Portugal, mas em alguma cidade de Africa, porque seu filho não lhe havia de obedecer nem consentir que mandasse nada». Mas o Rei n'um impeto de sinceridade respondêra:

— "Prouvera a Deus que tanta mercê me fizesse que fôsse eu governado e mandado por meu filho.»

Uma conhecida anedocta, narrada por Duarte Nunes de Leão, e acceite por D. Antonio Caetano de Souza[2] é verosimil se não nas circunstancias, pelo menos no espirito.

Refere-a assim o conspicuo theatino: "Havia pouco tempo que o Principe, em virtude da ordem do pae, se levantára Rei, a 10 de Novembro do anno 1477, com o nome de D. João II, e quando teve esta noticia, se achava no Paço de

[1] *Historia Genealogica*, tomo v, pag. 420.
[2] *Historia Genealogica*, tomo v, pag. 422.

Santos [1] junto ao mar passeiando com o Duque de Bragança, e com o Cardeal D. Jorge da Costa, por aquella praia, e voltando-se para o Duque lhe perguntou como lhe parecia que havia de receber seu pae. O Duque que era naturalmente desembaraçado e livre, lhe respondeu com heroica resolução: "Como Senhor, o haveis de receber, senão como vosso Rei, como vosso Senhor, e como vosso pae?„ de que o Principe pouco satisfeito mostrou no semblante o desagrado, e voltando tomou huma pedrinha da banda do mar e fez tiro, lançando com força contra a corrente da agua: o Cardeal que era dotado de grande talento, muy sagaz e politico, fez reflexão n'aquelle tiro e chegando-se para o Duque, lhe disse em segredo:

"Vêdes Senhor, aquella pedra que El Rei atirou com tanto impeto? Pois eu vos asseguro que não me dá a mim na cabeça...„

"Estes motivos impressos no coração d'El-Rey, forão ao que parece as primeiras causas do pouco acolhimento que a Casa de Bragança achou no principio do Reynado.„

Seja ou não verdadeira a historieta, e se passasse em Santos ou em Belem, aquelle passeio dos trez personagens á beira mar, o que se induz, é que pode ter havido hesitação por parte do filho no seu foro intimo, emquanto ao modo de accolher o Rei, mas não ha duvida que ostensivamente logo determinou partir ao encontro de seu pae pelo caminho de Cascaes.

A entrevista foi cordeal, como todos os historiadores referem, e houve bôa fé reciproca em não monopolisar o mando.

D. Leonor, que tinha ficado em Santarem, determinou logo largar d'alli em direitura a Lisbôa, para vêr o sogro. Não era só um acto de cortezia; era um impulso do coração. Não era apenas o cumprimento d'um dever de nóra, era a sympathia por aquelle, cujas qualidades e defeitos se manifestavam tão brilhantes que seduziam as imaginações juvenis, com a sua grandeza de animo, lealdade, cavalheirismo, audacia e uma ingenua bôa avença nos seus modos, que attrahia todos os que d'elle se approximavam. E agora uma nuvem de tristeza dava a esse homem, que tantos erros commettêra, mas cuja phantasia era sempre arrastada por chimeras grandiosas, uma aureola que o circundava n'um halo radiante. As proprias incoherencias, levando-o umas vezes a abdicar por completo em favor do filho outras ambicionando de novo invadir Castella, e consummar o casamento com a sobrinha, todo o borboletear da sua alma inquieta, mas sempre sincera, sobre os problemas mais graves, agora guerreiro, desfraldando estandartes em Africa, logo monge, rezando nas camandulas, em caminho de Jerusalem, ou determinando recolher-se ao claustro humilde do Varatojo, despertavam interesse sobre a sua personalidade.

Antão de Faria, o camareiro e confidente do Principe, que fôra a França por sua ordem, para tractar com o Rei, "de cousas secretas„, e que no seu regresso fôra portador das celebres cartas, de que resultou a acclamação de Santarem, assistira em França, á parte da odysséa do Soberano, e trouxera noticias, relatadas por outros, do que lá se passára.

---

[1] Christoval Ferreira e Santos — *Vida e feitos del Principe Perfeito*, pag. 16 v. da *Belem, Aldea de Lisbôa*

A Princeza D. Leonor, ouviria então decerto, contar como se gastára esse anno, desde que o sogro chegára á nobre cidade de Bourges em *Berry, que é na doce França,* onde na abbadia dos benedictinos, examinára o manuscripto com a historia de Lançarote do Lago; ouviria tambem descripta pelo secretario, a recepção feita pelo sórdido Luiz XI, muito cumprimenteiro, saudando com o chapeu que encobria duas carapuças, com o seu sáio curto de mau panno, e as calças brancas entretalhadas de muitas côres, abraçando hypocritamente, D. Affonso V, com os olhos no Céu, e dando graças a "Nossa Senhora e a Monseor Sam Martim, porque a um tão prove homem como elle era, fizeram tanta mercê„; ouviria tambem narrar a visita ao Duque de Borgonha seu primo, que lhe abriu os olhos sobre o caracter do monarcha francez, e a morte junto aos muros de Nancy, do rival de Luiz XI, cujo cadaver ensanguentado, fôra encontrado por uma lavadeira. Com essa morte de Carlos, o Temerario, tinham-se desfeito as ultimas illusões do *pauvre roy de Portingal.* E d'ahi o seu desapparecimento... bem como o encontrar-se só, desalentado, e triste.

Pauvre roy!

N'esse momento era a commiseração, o sentimento mais forte que animava, e trazia de Santarem a Lisbôa a Rainha D. Leonor.

Rainha?

Fôra-o durante quatro dias. Agora era só uma mulher, uma sobrinha, uma quasi filha, que vinha na intenção de suavisar o animo, e de pôr o balsamo nas feridas moraes do desventurado Rei.

Mas... a esse tempo em Oeiras, quando o pae e o filho se tinham encontrado houvera a scena da renuncia de D. João II, que como filho respeitador, fiel vassallo, e sobretudo habil politico, exhortára o progenitor, a retomar as redeas do governo, bem sabendo entretanto que não lhe sahiriam das mãos.

D. Leonor, vinha agora encontrar o sogro, outro homem differente do que esperava.

N'aquella natureza voluvel, operára-se uma nova transformação. Ou elle não fosse um nervoso, um impulsivo, um impressionavel!

Aos grandes abatimentos succediam-se crises de enthusiasmo. E passeiando a sua gordura, que não deixava de ter uma certa elegancia, dentro das vestiduras soltas, pela sala da Alcaçova, onde se achava com o filho e nóra, só fallava em tomar sua mulher, em governar o Reino, em recomeçar a guerra a Castella.

D. Leonor, silenciosa, escutava as practicas do sogro "entoadas com mui gracioso orgão„ que tanto deleitavam os que o ouviam, e que a elle proprio iam embriagando, como acontece a todos os palradores.

Encontrava-se assim ella, entre aquelles dois homens, que a natureza dotára de modo tão diverso, — o sogro e o marido.

Um, poeta, com todas as chimeras, outro, politico, com todas as manhas de homem de estado.

Mas por uma contradicção curiosa, o poeta dispunha-se a tomar conta dos negocios, e o estadista estava apaixonado.

* * *

Não se lhe tiravam da ideia os olhos da Dama de sua madrasta, a *Excellente Senhora*, que continuava depositada em Abrantes, á guarda dos Condes d'aquella villa. Mas as occasiões de a encontrar, não se lhe proporcionavam faceis. Tanto mais que, julgando de bôa politica, estorvar que o pae se juntasse com D. Joanna, isso o afastava ainda do momento em que pensava com bôa fiança, alcançar os definitivos favores e a ambicionada posse de D. Anna de Mendoça.

Tudo se resolveria, se a *Excellente Senhora* entrasse em clausura, pois ficava assim livre a formosa Dama, como veiu a acontecer tempo depois.

Mas antes d'isso, tres acontecimentos se deram que o preoccuparam, e que tambem, de recochete, influiram no animo de D. Leonor.

O caso de Lopo Vaz Torrão — a derrota do Bispo de Evora — e as pazes com Castella, de que resultaram as *terçarias*.

Com o primeiro, teve D. Leonor desde logo um rebate da inescrupulosa maneira como seu marido se dispunha a *fazer justiça*, empregando para seus fins os meios summarios de supprimir os inimigos. E embora este successo aproveitasse á Infanta D. Beatriz sua mãe, não deixaria de magoar-lhe a sensibilidade, e de lhe affrontar o animo leal.

Lopo Vaz de Castello Branco, por alcunha o Torrão, alcaide-mór de Moura, era um fidalgo por natureza, brigoso e assomado. Um escravo dos seus rancores. Tivera em tempo, uma turra com o principe D. João, por causa de um gavião que este lhe pediu, ao que Lopo Vaz, correspondêra de tão má vontade que El-Rei fôra obrigado a castigal-o. Mas não apaziguou esse castigo a disposição do Principe, que sempre lhe ficou querendo mal, sentimento que mais se aggravou quando o Torrão, para satisfazer odios e vinganças locaes, se pronunciou por Castella, contra D. Affonso V.

Cahindo em si, pediu perdão a El-Rei, e este bondosamente concedeu-lh'o. O Principe, porém, não se fiando em tão versatil vassallo, encommendou a João Palha, a Mem Palha, a Diego Gil e a Ruy Gil, que se encarregassem de liquidar com aquelle figurão as contas antigas e recentes.

Fingiram-se fugidos á Justiça, e entraram em Moura. O Torrão accolheu-os, convidou-os para uma caçada, e elles aproveitaram o ensejo para darem cabo do seu amphitrião, em vez de alancearem o javardo que o fidalgo lhe destinára para desporto nas suas coutadas.

Ruy de Pina, acaba a narrativa, dizendo com toda a naturalidade: "O Principe em pessôa logo accudiu, e toda a côrte após elle, e segurou a villa e a fortaleza, e a entregou á Infanta D. Beatriz, como titor que era do Duque D. Diogo seu filho". Damião de Goes, esse accrescenta que o Principe, *fôra pela* posta, o que indica a anciedade de ver executadas as suas ordens.

Não se julgue, porém, por este facto, que os sentimentos de D. João fossem uma excepção odiosa entre os dos seus contemporaneos, e os seus instinctos mais sanguinarios. Em toda a Peninsula, em França, em Inglaterra, nas diversas côrtes Italianas, ferteis de tragedia, os pleitos eram resolvidos trivialmente

durante os seculos XV e XVI, pela espada, pelo punhal, pela adaga de um sicario á esquina de uma viella, pelas drogas ministradas na vianda d'um banquete, pelo perfume traiçoeiro de um lenço de mulher, ou de umas luvas de gala. Excepção era a bonancheirice de D. Affonso V. Os processos de D. João II, esses eram correntes.

Sómente o Principe Perfeito usou d'elles com frequencia, sem o embaraçarem escrupulos.

A' consciencia recta da sua consorte, é que havia de doer, vêr esses expedientes usados por aquelle a quem ainda consagrava um verdadeiro affecto.

Por diversos motivos, mas tambem impressivos, foi ella sobresaltada nos annos de 1479 e 80.

Com a derrota do Bispo D. Garcia, nos campos de Merida, padeceram o seu orgulho de portugueza, e a sympathia que lhe merecia o Prelado, cujas qualidades brilhantes, o tornavam bem affecto na Côrte. Esse infeliz successo, veiu dar logar a que desde logo começassem as negociações, que haviam de trazer, é certo, a paz á Nação, mas pelas quaes, a paz do seu coração havia de soffrer pela ausencia do filho, que essas negociações lhe roubavam.

Exhaustos os dois povos pelas successivas luctas, impunham agora chegarem a um accordo pacifico.

Fernando e Izabel, necessitavam de consolidar o throno. E no espirito do nosso D. João, começava a esboçar-se o plano, para attingir os seus fins de unificação menos violentamente, e com mais habilidade. Tinha um filho varão.

Os Reis Catholicos, tinham uma filha.

O futuro abria-se em promessas.

No cerebro fecundo e bem arrumado de D. Izabel, a Catholica, germinavam parallelamente, projectos semelhaveis.

Improvisou um pretexto de cortezia, para se encontrar com sua tia, D. Beatriz, a mãe de D. Leonor, e combinaram reunir-se na villa de Alcantara, extremadura hespanhola, (Março de 1479).

D. Beatriz, creatura ponderada, e de intelligencia lucida, procedeu habilmente n'esta conjunctura, e levou a effeito com felicidade, os pormenores da paz.

E' conhecido o tractado que resultou das negociações, ao depois havidas na villa de Alcaçovas, entre D. João da Silveira, Barão de Alvito, e Rodrigo Maldonado, a quem chamavam de Tallaveira, negociações que foram acompanhadas com a assistencia de D. João, futuro Rei, em Setembro do mesmo anno.

Por esse tractado que, revelando astucia por parte de D. Izabel, a Cathotica, não demonstra menos habilidade de D. João II, estipulava-se entre outras coisas, que Fernando e Izabel, deixariam de intitular-se Reis de Portugal, e que D. Affonso V e D. Joanna, desistiriam do titulo, de Reis de Castella. A D. Joanna, pobre *semi-consorte* de Affonso V, dava-se-lhe uma vaga esperança, de um futuro casamento com o filho dos Reis Catholicos, então ainda no berço, (se a elle aos 14 annos, approuvesse receber essa malaventurada): e no caso de a ella não appetecer esse engodo, offerecia-se-lhe, por escolha, ou metter-se freira, ou ir para Moura, em *terçaria*.

O capitulo d'esse contracto, que ficou na historia com o nome de *Terçarias de Moura* é um exemplo curioso, dos meios que a diplomacia d'aquella epocha, empregava para garantia das clausulas fixadas.

Terçaria, dizia-se, porque uma villa, um castello ou uma pessôa notavel, ficava em poder de terceira pessôa, como caução.

N'este caso, ficariam em *terçaria*, na villa de Moura, e em poder da Infanta D. Beatriz: — por parte de Castella, a Infanta D. Izabel — e pela de Portugal, o Infante D. Affonso.

Este Infante, ia nos cinco annos. Branco, loiro, de olhos azues, com a physionomia toda ingleza, que lhe vinha dos avós Lancastres, tinha um não sei quê de extra-humano que encantava todos, e era o enlevo da mãe. Adorava-o.

Do marido, arredado com frequencia, ou por motivos de guerra, ou de administração, e agora entregue ao desvario que o dominava, recebia D. Leonor fraco conforto espiritual.

Para ella, o amor maternal e os cuidados dedicados ao filho, eram o grande refugio. Agora sobretudo, sentindo vagamente que lhe era preferida uma extranha, buscava suavisar as agruras causadas pelos primeiros rebates do ciume, com o occupar-se exclusivamente da creação do filho.

Foi n'este periodo em que a sua alma tanto necessitava de ensopar-se de ternura, que um sêcco e inexoravel tractado de paz lhe veiu roubar o filho.

Bem sabia que elle ia á guarda de D. Beatriz, avó extremosa, e prodiga de afagos. Mas a villa de Moura, n'esse Janeiro de 1480, era tão fria, tão desabrida! No verão ainda peior. Doentia, seria fertil de molestias, e ameaçada sempre da invasão da pestenença. Que faria, se o Infantesinho adoecesse? Era-lhe defezo segundo o tractado ir vêl-o.

Os officiaes mantedores e asseguradores das *terçarias*, houveram do Rei e do Principe, "authentica faculdade e licença para d'elles se desnaturarem".

Mas se D. Affonso e D. João podiam conceder aos guardas, seus subditos, esse *desnaturamento*, isto é, licença para ficarem isemptos de obediencia e sujeição, não podiam *desnaturar* o coração d'essa mãe, impedindo que se aterrasse com a proxima ausencia do filho.

Antes de se separar d'elle, foi para Beja, que fica apenas a meia duzia de leguas da villa de D. Beatriz. Alli vizinha, podia a miudo, quando se effectuasse a entrega, enviar recado a sua mãe, para que a informasse da saude do filho.

* * *

Ora, por esse tempo, a *Excellente Senhora*, que entrára como noviça no mosteiro de Santa Clara de Santarem, foi transferida para Evora, e d'alli, por causa da peste, para o Vimieiro.

Trazia ainda em sua companhia a Dama favorita.

E o Principe, que não descurava a sorte da sua madrasta, trumpho no jogo politico contra seus primos, os Reis de Castella; e que não esquecia os encantos de D. Anna de Mendoça, correu de Beja ao Vimieiro, para de perto intensar os dois negocios que o traziam absorpto: — a profissão da *Excellente Senhora*, e a posse da gentil Camareira.

Nenhuma d'ellas tinha cedido ainda completamente.

Uma, a ex-Rainha, hesitava na escolha entre as *terçarias* onde "a continua

conversação e familiaridade de castelhanos contrarios», lhe podia ser fatal, e o enterrar-se definitivamente no claustro.

A outra hesitava tambem entre a familia, e o poder de attracção que n'ella exercia o Principe, com o prestigio da posição que occupava, da mocidade exhuberante, e d'aquella força mysteriosa que attrahe irresistivelmente um ser para outro ser.

Afinal decidiram-se.

A primeira, escolheu o Mosteiro.

A segunda, preferiu o Amor.

Esse amor onde a levaria? Que importava isso? O Principe estava alli, a seus pés, implorante. . .

Era tudo quanto sabia.

No Vimieiro, pequena villa no termo de Evora, ao palratorio, ou na cêrca do mosteiro, os dois amorosos, tiveram ensejo de se fallar repetidas vezes. A sós? Não o regista a chronica, não o revela qualquer documento, nem a tradição o menciona. Promessas é natural que as houvesse.

A clausura de D. Joanna, estava para breve, e com ella a liberdade de D. Anna. Isso abria horisontes novos.

Acabava o verão. Resolveram então levar a *Excellente Senhora* para Santa Clara de Coimbra. Ahi realisou-se a 15 de Novembro, a triste cerimonia da sua profissão. Já n'outro logar a essa solemnidade alludimos.[1]

O pranto dos seus creados gerou n'ella ainda um sentimento de revolta, que chegou a esboçar-se . . .

O Principe, porém, acudiu logo a temperar os impetos da madrasta, que logo cedeu.

Acabada a cerimonia da profissão da ex-Rainha, se no animo de D. Anna de Mendoça se esboçou tambem qualquer intenção de resistir, o Principe egualmente, soube vencer os derradeiros escrupulos. Cedeu!

Onde se celebraram as suas nupcias profanas?

Dil-o a tradição, pela bocca do sisudo Miguel Leitão de Andrada,[2] na sua *Miscelania*, quando ao tractar da villa da Certã, falla de passagem em Cernache do Bom Jardim.

"Ha um bosque cercado, (diz elle) quasi de uma legua, que seu pae e elle, (refere-se a D. Nuno Alvares Pereira) plantárão e cercátão com fontes de pedraria, azulejos e arvoredos, que se vão ao céo, e muita caça de toda a sorte, veados, corças, porcos montezes, e outra que ainda ha, e ficou do muito que d'isto havia em sua vida), pola singular devoção que sempre teve a N. S. do Olival, hermida devotissima, e muito nobre, que junto a esta villa ha (que elle chamava N. S. do Meio, dizendo estar no meio do Reino de Portugal, que elle fez medir) e nella deixou por sua memoria, huma estatua de cera, do seu tamanho, tirada pelo seu natural, a qual estatua durou té estes nossos tempos, que todos a vimos, e eu muitas vezes n'um nicho d'esta igreja. E porque era tido por santo, lhe foram tirando bocados, os doentes de maleitas, que dizem, sara-

[1] *Gente d'Algo* — 2.ª edição, pag. 176.
[2] Miguel Leitão de Andrada — *Miscelanea*. pag. 451.

vão com isso, e foi comido a bocados, não sem culpa de descuido de seus descendentes que devêrão pôr nesta sua memoria, mais resguardo e acatamento: pois *El-Rei Dom João II, lho mostrara grande, quando vinha a esta hermida, por cuja estatua era; o qual Rei, vinha muitas vezes estar n'este bosque de Bom Jardim, lograr seus gostos com aquella fermosa dama Dona Anna de Mendonça, de quem houve o Senhor Dom George, seu filho (que tanto desejou lhe succedesse no reino, e dizem lhe, escapolio das mãos, por bem leve occasião) o qual, n'esta terra e sitio foi gerado.»*

Não é nosso proposito esmiuçar episodios, apimentando-os com phantasias, acêrca dos amores do Principe Perfeito. Além d'este livro ser principalmente dedicado ao estudo da mulher legitima de D. João II, da sua vida, e da sua missão no mundo, carecemos de dados positivos, para architectar o romance.

De imaginação, seria facil figurar a partida do Principe, abalando de Coimbra para Cernache, logo após a profissão da *Excellente Senhora*, na peugada da ambicionada filha dos Mendoças; as primeiras entrevistas; os passeios no bosque de Cernache por onde os dois namorados se afastavam das vistas indiscretas da familia; as confidencias reciprocas e os primeiros beijos trocados nos bancos de azulejos, ao som monotono da agua vomitada por golphinhos nas conchas das fontes de embrechado; as romagens infindaveis, á capella da Senhora dò Meio, onde o Santo Condestavel, o casto Frei Nuno de Santa Maria, parente d'ambos, por uma ironia gaiata do acaso, assistia na impassibilidade de estatua de cêra ao idyllio pagão da sobrinha, cahindo nos braços nervosos do amante. Tudo isso formaria uma serie de capitulos tentadores para a recomposição de um quadro romanesco. Mas não é essa a nossa missão.

Annos depois Gil Vicente no *Auto Pastoril Castelhano*, chamou a El-Rei D. João II não se sabe bem por quê — *Juan Domado*. Bem applicado seria o epitheto se o genial comediographo tivesse escutado os arrulhos dos dois amorosos entre a ramaria espessa dos bosques do Bom Jardim e visse a féra açamada caricisamente pelas mãos delicadas de D. Anna.

Não fazemos novella. Apresentados os factos deixamos á phantasia do leitor, a tarefa seductora de seguir o par enlaçado pelas avenidas e soutos do parque de Cernache, emquanto os veados em brama perseguem as corças esquivas...

Isto passava-se em fins de 1480.

Em principios de Agosto do anno seguinte nascia o senhor D. Jorge.

O idyllio em Cernache fôra breve, e as entrevistas em que falla Leitão de Andrade, não se continuaram porventura alli.

A realidade brutal, e as exigencias dos negocios do Estado, vieram interromper a lua de mel.

D. João voltou a Coimbra, d'onde no dizer de Ruy de Pina *partiu mui afforrado*, chegando a Beja onde estavam sua mulher D. Leonor e o pequeno Infante.

CAPITULO X

Angustias de mãe — Ciumes de mulher

ERA chegado o momento em que segundo o tratado das Alcaçovas o filho unico dos Reis de Portugal devia ser entregue em Moura á Infanta sua avó.

São concordes Ruy de Pina e Garcia de Resende no referir a dolorosa scena da separação.

"E não partiu d'ante elles (o pae e a mãe) com menos dôr e saudade que se lhes levara os corações d'ambos e o arrancaram da sua propria carne."

A separação foi dilacerante sobretudo para a mãe que vendo-o partir "acompanhado dos principaes Senhores do Reino" não poude reprimir as lagrimas.

Pela estrada que de Beja leva a Moura, o cortejo que lhe levava o filho, ia-se arredando. . . desapparecendo. . . parecia-lhe ficar n'um ermo, e assediada de saudades.

Ao pae não custou pouco tambem. Aquelle pequenito era seu filho, e era uma ancora que segurava no futuro a realisação dos seus projectos.

Mas n'elle a ideia do bem do Reino e das conveniencias do Estado, impeperava sobre todos os outros sentimentos.

Aquella separação era necessaria para acabar a guerra? Cumpram-se os tractados embora soffra o coração.

Alem d'isso outras preoccupações lhe tomavam a attenção.

A questão das *terçarias* complicava-se. Os hespanhoes inventavam pretextos sobre pretextos, para dilatarem a entrega da Infanta D. Izabel. Então D. João irritado não hesitou em recorrer ao expediente extremo de mandar aos Embaixadores castelhanos dois papeis em que por sua propria mão escrevêra, n'um a palavra: *Paz*, n'outro *Guerra*.

Foi um remedio santo. Os Embaixadores entregaram logo o penhor.

Mas sendo as condições da villa de Moura pouco saudaveis de verão, o Principe D. João, ou por ter no sentido a saúde do filho, ou por sollicitação de sua mulher atormentada com a sorte d'aquella creança, entrou em negociações com os Reis Catholicos, e com a sogra, no sentido de mudar as *terçarias* para Beja, que era uma villa sã e lavada de ares.

Encaminhavam-se as coisas favoravelmente, e chegou-se a emprehender grandes obras no Castello de Beja para alojamento dos Infantes, tendo para isso D. Leonor e D. João de se mudar para Torres Novas. Mas surgiram intrigas e enredos que levaram D. Beatriz a reconsiderar. Declarou que não sahiria de Moura, e que as *terçarias* deviam continuar alli.

Esta determinação da sogra exasperou o Principe D. João, naturalmente irritavel. Trocaram-se recados azedos e "começou (segundo refere o chronista) a tomar d'ella alguns descontentamentos".

Os *descontentamentos* de D. João II não eram brandos, por isso este episodio foi um novo motivo de inquietação para D. Leonor.

E' certo que se as terçarias se desfizessem, como logo o Principe alvitrou, teria em compensação a entrega do filho. Mas se se transferissem?

E para onde? Para mais longe d'ella?

Alem d'isso, o rancôr do marido para com sua mãe era já um facto. E se n'elle os agastamentos eram pouco macios, os rancôres eram fundos e persistentes.

Por este tempo, principios do verão de 1481, D. Affonso V, vencido pelos descalabros de todos os seus planos, "retrahido, maginativo e pensoso" sentindo alem d'isso em si a grande depressão causada pela doença que o tivera ás portas da eternidade, em Coimbra, e minado pela "pura malêconia" que lhe invadia o animo, foi-se a Beja onde estavam seu filho e nóra.

Era um espectro. Era uma sombra d'aquelle que fôra tão brilhante cavalleiro. Já com o ferrete da morte estampado na face e o olhar abstracto "como homem que avorrecia as cousas do mundo" chamou o herdeiro a uma recamara do castello "e alli tiveram o pae e o filho, entre si praticas secretas".

Que diria o poeta coroado, agora vencido pela desgraça, ao seu successor, forte, na pujança dos annos, decidido nos seus designios, disposto já a luctar para vencer resistencias que presentia, e esmagar rebeldias que podessem levantar-se?

Se vivesse (a expressão de Ruy de Pina, denota que a ideia da morte pairava na alma de Affonso V) convocaria as Côrtes ainda n'esse anno para Extremoz. Entregaria ao Prinçipe seu filho, a governança dos Reinos, e elle, com habitos de leigo iria encofrar-se no humilde mosteiro do Varatojo.

Atormentava-o a ideia da explosão imminente dos odios entre o filho e os Braganças, odios que já levedavam com o fermento de interesses ameaçados e de repressões imperiosas. Esperava comtudo em Deus para remediar esses males. Confiava talvez tambem n'uma intervenção efficaz de sua nóra, D. Leonor, que evitasse o desencadear da tempestade proxima.

Era ainda uma esperança de crente. Era ainda uma chimera nascida na sua imaginação generosa, attribuindo forças beneficas áquella influencia feminina!

Não occorria porem ao desmemoriado soberano que essa mulher, sua nóra, era filha da Infanta D. Beatriz, com quem D. João andava agora mal avindo; e que era irmã de D. Izabel, Duqueza de Bragança.

Ora aos precedentes motivos de desagrado contra o Duque, os quaes se iam armazenando na alma do Principe D. João, accrescia agora uma desageitada interferencia d'esse cunhado em negocios intimos de natureza sempre melindrosa.

* * *

Foi o caso que á Princeza D. Leonor chegára, havia tempo, noticia certa da ligação amorosa do marido com a Dama da *Excellente Senhora*.

Soffreu os impetos do coração emquanto poude.

Mas tornando-se publico "o trato illicito que o marido tinha com dona Anna de Mendoça, com um amor tão livre e tal constancia,"[1] sentiu invadil-a uma onda tormentosa, e enroscar-se lhe na alma a vibora de olhos verdes.

O ciume tem sempre uma influencia capital na alma da mulher que o sente.

A's que são más transforma-as em féras.

A's que são bôas transfigura-as em martyres.

D. Leonor não tinha indole ferina. Mas a valentia da dôr não lhe permittiu a resignação soffredôra do martyrio.

Commetteu uma imprudencia. Praticou um erro.

Alanceada pelos espinhos que a atormentavam confiou ao cunhado as suas magoas e requereu d'elle uma intervenção salvadora.

Então o Duque, fraco psychologo, embora bem intencionado, sem attentar em que os seus conselhos eram sempre mal recebidos por D. João, quiz usar da auctoridade que imaginava dar-lhe a edade, e teve a desastrada ideia de admoestar o apaixonado Principe. Ao que se disse chegou mesmo a reprehendel-o.

O resultado foi nullo, se não contraproducente.

O auctor da *Historia Genealogica* referindo o caso em conformidade com a noticia dada por D. Agostinho Manoel accrescenta como commentario: "e como as advertencias do Duque se oppunhão a huma paixão amorosa, se fazia ainda mais aborrecida a pratica ao Principe, que como o amor tem qualidade de fogo, quanto é mais opprimido, tanto he mais violento".

O sabio theatino mostra n'estas palavras maior penetração e mais subtil conhecimento das paixões humanas e de psychologia amorosa que o Duque de Bragança. Este tinha o segredo de molestar o cunhado sempre que se manifestava.

Desconhecia o seu caracter? Julgava que a situação excepcional em que se achava lhe permittia fallar com desassombro? O futuro lhe responderia.

A attitude do Duque não facilitou a realisação do desejo de D. Affonso V, que, bastante descoroçoado e apprehensivo com o odio do filho aos Braganças, se arrastou em Agosto até Cintra, onde chegou já tocado da morte.

A febre era muito aguda. Foi logo recado ao Principe, que se apressou em correr a Cintra onde encontrou o pae moribundo.

Um chronista, Nicolau Dias, referindo a morte de D. Affonso V, diz: "Deitou a benção ao Principe dom João seu filho, que reinou depois d'elle, e a dous netos, filhos do dito Principe, um legitimo filho da Princeza Lianor, sua mulher, e outro Bastardo, que nasceu estando elle já doente e muito mal".

Este dizer do auctor da *Vida de Santa Joanna*, obra que se publicou meiado

[1] D. Antonio Caetano de Sousa — *Historia Genealogica*, tomo v, pag. 421

o seculo XVI, induziu o prefaciador do *Principe Perfeito*, de Oliveira Martins, a um erro que seria inutil corrigir, se não levasse alguem a suppor que na camara do Paço de Cintra, onde se finou D. Affonso V, se achavam os seus dois netos.

Diz Barros Gomes [1] "No momento supremo cercaram-o o filho e os netos, e foi então que o Africano etc.....„

Ora a verdade é que nenhum d'elles alli estava, nem podia estar. D. Affonso, o neto legitimo achava-se já em *terçaria*. E D. Jorge, o Bastardo que nascêra em Abrantes no dia de S. Lourenço, não tinha a 28 de Agosto, dia da morte do avô, mais que dezoito dias.[2] Certamente não o iriam buscar áquella villa para o trazerem de roldão atravez de toda a Extremadura que ardia em febres, afim de assistir ao passamento do avô.

O que se deve entender é que durante esta ultima doença, estando já quasi moribundo, alguem, ou fosse o filho no momento de chegar, ou um dos cortezãos que rodeavam o monarcha, lhe désse noticia do nascimento do bastardo D. Jorge, e elle, embora falto de forças, levantasse a mão direita e esboçasse um gesto de benção.

Que pensamentos poria o moribundo n'esta benção em cuja efficacia mystica sinceramente acreditava ?

Que esperança benefica tiraria do nascimento d'essa creança que porventura iria abrandar as durezas do animo de seu filho ? Ou que receios lhe levantaria n'essa hora suprema o apparecimento do neto illegitimo, causa possivel de futuras complicações na familia ?

Talvez com essa benção tentasse conjural-as !

---

[1] Oliveira Martins — *Principe Perfeito*, pag. 53.

[2] Segundo Lopo de Figueiredo nasceu a 6 de Agosto. Segundo Damião de Goes em 12 de Agosto (S.ta Clara). Segundo Nicolau Dias (*V. de S.ta Joanna*, pag. 58) a 10 de Agosto, dia de S. Lourenço.

CAPITULO XI

Começo de Reinado

MORRÊRA D. Affonso V.

D. João seu herdeiro ia ser acclamado. D. Leonor era Rainha. Mas sentia a sua corôa forrada de espinhos cruciantes.

Começava para ella com o novo reinado uma era de difficuldades, de angustias, de luctas intimas em que tantas vezes teria de appelar para o seu bom juizo afim de cumprir o dever de mulher subordinada aos mandamentos do marido, de suffocar sentimentos de familia, de cumprir os impulsos do coração e de abafar os impetos da revolta pela preferencia dada á favorita.

Aquelle que levavam agora solemnemente sobre uma azemola, com cruzes, tochas e clerigos, acompanhado pelo Conde de Monsanto e muitos fidalgos, de Cintra para a Batalha, e cujo sahimento seria celebrado com pompa no sumptuoso mosteiro, fôra sempre para ella, mais que um tio, um verdadeiro pae.

Elle a casára com o seu herdeiro. Elle lhe manifestára dilecção e um carinho como áquella que havia de dar um seguimento á dynastia fundada por seu glorioso avô.

Por tudo isso o pranteava commovida.

Ao marido era ainda incondicionalmente affecta, apezar da infidelidade agora publicamente comprovada.

E se a "passion de los zelos es tan poderosa en las mugeres que communmente atropella la razon„ (conforme a esse respeito diz D. Agostinho Manuel), n'ella não se manifestou em desvairo na presente conjunctura. Bem ao contrario, como vamos ver adeante, acceitou com resignada nobreza a situação creada, e só tratou de acompanhar dedicadamente o marido nas borrascas tormentosas, que os seus processos de reinar provocariam.

D. João, em seguida á morte do pae, depois de se encerrar trez dias vestido de burel, fez-se acclamar Rei no pateo do *Jogo da Pela* do Paço de Cintra, com vestiduras reaes, empunhando significativamente o sceptro, que na mão d'elle era mais bastão de commando do que benevolo cajado de pastor.

Logo em seguida convocou todos os Grandes, os Prelados e os Fidalgos do seu Reino para as exequias solemnissimas que se realisariam na Batalha.

D. Leonor assistiu a ellas.

Se esmiuçassemos a lista dos que se achavam alli presentes encontrariamos os nomes de muitos, em cujo espirito começava a debuxar-se, a par da saudade sincera pelo Rei defuncto, em volta de cujo ataúde os frades psalmodeavam funebremente, uma vaga prevenção para com o actual soberano, que lhes não era excessivamente caroavel.

Vem agora aqui a proposito antes de entrarmos no accidentado periodo, que é o principio d'este reinado, fazer menção do estado dos animos na Côrte.

Sem perfilharmos completamente a divisão em dois campos, duas parcialidades, ou dois bandos conforme indica o Conde de Villa Franca no estudo com que precede o drama que intitulou — *D. João II* — convem referir as suas palavras, tanto mais que esse modo de ver foi adoptado quasi nos mesmos termos por Oliveira Martins, no unico capitulo do *Principe Perfeito* que tinha entre mãos quando a morte o levou.

Diz o Conde de Villa Franca: [1] "Duas parcialidades regateavam preponderancia. Era uma restrictissima. Caudilhava-a do mosteiro de Odivellas a senhora D. Filippa, filha do Infante D. Pedro, e tia de El-Rei, com os poucos sectarios anda vivos de seu pae; os Mendoças, parentes da elegante *favorita*, e os Almeidas e outros ao serviço da *Excellente Senhora*.

Campeavam no outro partido, e este abrangia a quasi totalidade, o opulentissimo Duque de Bragança; seus irmãos, o Marquez de Montemór, o Conde de Faro e o Senhor D. Alvaro, chanceller do reino; o Duque de Vizeu, primo e cunhado do proprio Rei; o talentoso Bispo de Evora, D. Garcia de Menezes, e a flor da fidalguia.

N'este digladiar das duas parcialidades rivaes, n'esta lucta incessante da supremacia e do mando, debatiam-se controversias de familia, recordações tenebrosas, mysterios horriveis."

Oliveira Martins, vae mais longe, e mette, antes mesmo de acabar o reinado de D. Affonso V, a propria Rainha D. Leonor, n'um dos dois bandos.

Diz o imaginoso historiador: [2] "Esta inclinação do Principe, (falla dos amores com D. Anna) veiu juntar-se ás instigações da tia D. Philippa, para dividir em dois partidos hostis, as familias tão enlaçadas, tão unidas, de Aviz e Bragança. Tinha um por esperança, o principe, por Egeria D. Philippa, Anna de Mendonça, no paço, como aia da Rainha, e no coração do Principe como sua querida; tinha com a favorita, a sua familia, mais os Almeidas, e outros que olhavam para o sol nascente. Tinha o outro por chefe, a Infanta viuva D. Beatriz com a filha Leonor ao lado do principe para a guiar, com o filho do Duque de Vizeu, com o genro, de Guimarães, mais os irmãos Montemór, o temerario, Faro e D. Alvaro, o Tímido, com o Bispo de Evora, D. Garcia de Menezes, e a flor da fidalguia, que instinctivamente temia o Rei futuro."

E' sempre seductor para um artista apresentar quadros assim esboçados que impressionam a imaginação. Mas muitas vezes não correspondem á verdade dos factos.

---

[1] Conde de Villa Franca — *D. João II*, pag. XIV.
[2] Oliveira Martins — *O Principe Perfeito*, pag. 222.

Antes de apreciarmos os fundamentos em que os referidos escriptores se basearam para assim extremar tão radicalmente os dois campos, como se desde logo se declarasse uma lucta entre bandos inimigos, vejamos quem sejam os personagens a que se referem, e os sentimentos que os impelliam.

D. Filippa, era filha de D. Pedro, o Regente. Assistira até aos dez annos ás dolorosas peripecias do governo de seu pae; ás disputas d'elle com a Rainha, sua cunhada, a aragoneza voluntariosa; aos enredos tecidos pela acção de seu tio, o primeiro Duque de Bragança, que afinal haviam de tornar inevitavel o desastre de Alfarrobeira. Na sua memoria de creança, fixára-se com indelevel nitidez, cada uma das circumstancias da tragedia . . . a angustia de sua mãe . . . a dispersão da familia . . . Foi recolhida no convento de Odivellas, das monjas de S. Bernardo, e a sua vida, tão agitada na infancia, decorreu depois tranquilla no opulento mosteiro, toda entregue a practicas religiosas e á cultura espiritual, que na sua familia era uma tradição. Não professou; mas fez vida de freira, sem que isso a isolasse completamente do mundo. Escrevia e traduzia livros de orações — a *Vida Solitaria*, de S. Lourenço Justiniano, ou as *Meditações da Paixão*. De mistura com essas lucubrações de sabor mystico, formulava os seus alvitres quando era consultada sobre algum negocio de familia, como foi o "Conselho e voto que deu sobre a *terçaria* e guerra de Castella". Era pessôa de tomo, e a sua personalidade preponderante.

Por isso quando morreu a Rainha D. Izabel, mulher de D. Affonso V, foi entregue á sua guarda, antes de o ser ao aio Diogo Soares de Albergaria, o pequenino herdeiro, que havia de ser D. João II.

O Principe era valetudinario, fraquito. Nem mesmo mostrava ainda a força de vontade. A tia diligenciava regenerar-lhe o organismo, e tonificar-lhe o espirito. E como no d'ella florescia ainda vivaz um sentimento de rancor aos Braganças, a quem attribuia a desgraçada morte de seu pae, foi atirando á alma do pupillo a semente d'esse odio, que depois havia de germinar exhuberantemente.

Conta-se que se encerrava com o pequenito na cella, e, abrindo uma arca, saccava d'alli a camisa ensanguentada e varada pelas lanças, que D. Pedro vestia quando o mataram em Alfarrobeira. Excitava então a sanha da creança "com aquella promptidão que tienen las mujeres para la vengança"[1] e apontava a familia dos Braganças, á vindicta de futuro Rei.

Será verdadeira a historia? O certo é, que a erudita reclusa de Odivellas, não esquecia tudo quanto ouvira, acêrca dos manejos e ambições do Duque D. Affonso, que lhe diziam não ter hesitado depois da tragedia, em encorporar na sua casa os bens do vencido. Mas nada indica que a sua cella de Odivellas fosse o centro da resistencia do partido do Rei, contra os Braganças e outros membros da nobreza.

Emquanto á *favorita*, nunca ella tentou exercer influencia politica no animo de D. João.

Bastava-lhe o encantamento amoroso que o avassalava.

Que não ouvisse com sympathia o rumor que lhe traziam, de que o Duque, sem reservas exprobrava os seus amores, é natural, é humano, é verosimil. De

[1] Agostinho Manuel de Vasconcellos — *Vida y acciones*, pag. 4[illegible].

que fomentasse a sizania, não ha registo. Era uma amorosa. Não era uma intrigante. Emquanto á familia d'ella, os Mendoças, nada indica que se servissem da situação da filha, para enredarem. Se o tivessem feito havia vestigios.

Os Almeidas, Abrantes, esses eram da confiança e da acceitação do monarcha. Ao primeiro Conde D. Lopo, fôra entregue a *Excellente Senhora*. O segundo Conde, D. João, foi Védor da Fazenda, durante todo o reinado, e a elle confiou El-Rei o filho bastardo em 1491, quando teve de o retirar do Paço. Mas estes não tiveram nunca uma preponderancia que nos faça suppor terem feito parte de um partido que na Côrte se formasse junto ao Rei.

D. João II, não commandava um bando. Não capitaneava um partido. Trabalhava elle só. Tinha, é certo, executores dos seus designios. A esses, exigia a passividade do instrumento, e não o concurso do partidario. Era grande de mais para ter Egerias. Mandava.

Do lado dos seus adversarios, sim, houve ao depois um partido, cujo chefe natural, era o Duque de Bragança. Os irmãos d'este, o Marquez de Montemór, o Conde de Faro, e o Senhor D. Alvaro, formavam naturalmente na fileira, em que se encorporava tambem o Duque de Vizeu.

Mas o que é desprovido de todo o fundamento, é incluir a Rainha D. Leonor na mesma facção.

Oliveira Martins escreveu o primeiro capitulo do seu livro, de um só jacto. E na febre da composição, não se deteve a passar cada phrase pela peneira de uma severa critica, o que faria certamente quando tractasse de aperfeiçoar, limar arestas e ponderar os motivos de cada asserção. Inconsideradamente escreveu: "Aos dezeseis annos, o pae casou-o. Com quem? Com o inimigo. Teve por mulher, D. Leonor, tres annos mais moça do que elle".

E adeante, mette a Rainha no partido contrario ao marido, rebaixando-a á condição de quasi espia, para, ás occultas, illucidar os seus parciaes.

Se tivesse acabado a sua obra, não deixaria Oliveira Martins de corrigir este erro que, além de inepto, offende gratuitamente a integridade de caracter, que D. João II, mais que todos, sempre reconheceu em sua mulher. Sempre! Não só a este tempo, tudo indica que ella vivia em completa concordia com o marido, como um mau successo que teve em 1483, demonstra a intima harmonia entre os conjuges.

Mette tambem o illustre historiador, de mistura com os adversarios do Rei, a Infanta D. Beatriz, mãe da Rainha. Essa não morria d'amores por elle. E muita vez no seu intimo o amaldiçoaria.

Matou-lhe um genro, assassinou-lhe um filho, perseguiu parentes seus. Mas que ella capitaneasse os futuros conjurados, ou favorecesse o movimento de opposição contra o Rei, não ha indicios. Se o tivesse emprehendido, não escaparia á repressão que aos outros foi inflingida. A sua auctoridade apontava-a como elemento valioso, e desejado pelos que presentiam a animosidade do Rei. Por vezes se achou em discordancia com elle abertamente.

Nunca porém entrou em conluios, nem a sua casa foi centro de conjuras. Sogra impertinente sim, mas conspiradôra não.

D. Garcia de Menezes, o Bispo d'Evora, esse estava fatalmente destinado a ser um rebelde.

Figura interessante, é a d'este Prelado na historia do seu tempo!

Filho segundo do Conde de Vianna, D. Duarte, foi mais mundano e guerreiro, que pastor de ovelhas.

Fronteiro-mór e bravo militar, esteve na batalha de Toro, e commandou um exercito, que embora batido em Merida, deu provas de valor.

Foi mandado por D. Affonso V, á Italia, como general da armada, em soccorro á cidade de Otranto, contra os turcos. Na sua passagem em Roma, discursou com tanto brilho, perante o Papa Xisto IV e o Sacro Collegio, que o philosopho Pomponio Leto, exclamou: "Beatissimo Padre! Quem é este barbaro que falla com tanta elegancia?„

Erudito, as suas obras litterarias, valeram-lhe fama. Garcia de Resende, registou-a, dizendo d'elle n'um verso:

Nas lettras grão sabedor.

Com todas as qualidades e muitos defeitos de cortezão e mundano, possuia o dom de agradar e de manejar habilmente a affabilidade que attraie sympathias.

Mas a sua alma era loucamente ambiciosa, e o coração excessivamente sensivel.

A ambição arrastou-o á conjura. A fraqueza de namorado á perdição.

Estas são as figuras apontadas como componentes dos suppostos partidos na Côrte. Mas a verdade é que esses partidos não existiam como forças militantes. A situação era mais simples e cifrava-se na existencia de um Rei novo, que era uma interrogação inquietadora, e em face d'elle, a nobreza, n'uma expectativa suspeitosa.

Ia começar um novo acto na scena portugueza. Aos devaneios de expansão e de conquista, succederia a firme vontade de um homem decidido á lucta, para assegurar o poder real, e dar á Nação um governo, fundamentado no poder absoluto do soberano.

CAPITULO XII

A provocação

EMMUDECIDO o orgão que acompanhára o cantochão, durante as cinco encommendações do rito liturgico; calladas as vozes da communidade, que haviam entoado o *Dies Irae*, em volta da eça real; apagados nos tocheiros, os ultimos cirios, cujo fumo leve subia em espiraes, até perder-se nas nervuras da abobada do templo de Santa Maria, da Batalha, como se haviam dissipado na atmosphera as chimeras do Rei defuncto, lá o collocaram na sala do Cabido, encerrado no seu caixão e com elle amortalhada uma epocha — o cyclo da aventura cavalleirosa.

A assembléa debandou, levando cada um dos assistentes, apprehensões, cuidádos ou esperanças, conforme a sua condicção, e as azas com que a imaginação lhe voava.

Os Prelados recolheram ás diocéses, os grandes reentraram nas suas terras, e a Côrte cavalgando facas vivazes ou mulas pachorrentas, aproou em direitura a Evora, atravez da planicie extremenha banhada pelo sol.

D. João ia taciturno, reservado, pensativo.

Alguns attribuiriam a nuvem que lhe escurecia o semblante, ao luto do seu animo sinceramente impressionado com a morte do pae, que ficára lá atraz, dormindo o ultimo somno. Outros, porém, mais scepticos, acêrca da sentimentalidade do monarcha, inclinavam-se a que elle ia ruminando o plano em que tantos d'elles haviam de ser sacrificados, lesados os seus interesses, e perdida a situação que occupavam.

A Rainha, conhecendo a indole do marido, e a de muitos dos personagens que os rodeavam, encerrada nas cortinas das andilhas em que se transportava, ia sentindo carregar-se-lhe a alma com apprehensões agoirentas.

As Côrtes foram logo convocadas para Novembro.

D. João, queria pôr-se em contacto com a Nação, queria sem detença tomar o pulso aos elementos com que havia de contar ou pró ou contra si.

Por feitio, por astucia, e por systema adoptado, apoiou se logo nas camadas inferiores.

Resolveu escutar lhes a voz e favorecel-as contra os Grandes.

Para melhor se aperceber de elementos com que podesse manejar o seu apparelho governativo, espalhou espias por todo o Reino, que o informavam do que se passava. Era perfeita essa policia de investigação. Não composta de valídos, favoritos, ou confidentes, pois julgava uma inferioridade, rebaixar-se a suggestões alheias, mas de creaturas que podesse manobrar a seu talante.

Dava assim razão áquelle cavalleiro inglez, que confessava "ter visto um homem que mandava em todos sem que ninguem mandasse n'elle".[1]

Dois aulicos apenas gozavam o privilegio da intimidade do monarcha, mas sem influencia nas suas determinações — Garcia de Resende, para as coisas de prazer; — Antão de Faria, para executor das determinações reservadas. Este ultimo, foi o que mais fundamente penetrou no animo de D. João II; quem melhor o serviu no cumprimento dos seus mandatos.

Tem se escripto muito sobre este personagem. E os que comparam o Rei, e a sua acção na sociedade que governou, a Luiz XI, não deixam de pôr em confronto o Camareiro-menor, Antão de Faria, com Olivier le Dain, o abjecto barbeiro, confidente e executor das sentenças do *raposo* francez. Estes parallelos são faceis de architectar, invocando qualidades ou defeitos communs. Mas quasi sempre peccam contra a verdade, porque não ha na Historia, situações identicas, nem ha almas como feições perfeitamente eguaes entre si.

A lucta com a nobreza, a dissimulação applicada na practica dos seus designios, a ferocidade coberta com o manto de uma quasi hypocrisia no desfazer de inimigos ou adversarios, dão azo a contrapôr, assemelhando-as, as figuras dos dois soberanos.

E a dedicação submissa dos confidentes, a cega obediencia com que serviam seus amos, tem levado muitos a irmanal-os.

A figura, porém, do nosso D. João II, tem sobre a do monarcha francez um ar de magestade, que o dignifica; uma certa grandeza em afrontar o inimigo, que o põe em melhor luz, que Luiz XI com a sua doblez ingenita, a voluptuosidade na hypocrisia, a crueldade perversa do algoz despido de escrupulos. Do mesmo modo, Antão de Faria, é consideravelmente superior ao barbeiro francez no desempenho da tarefa que se impoz.

Entrou para a casa de D. João II quando este era ainda Principe, na edade de treze annos, e acompanhou-o até á morte, tendo servido como Camareiro, guarda-roupa, cavalleiro-mór, e armeiro-mór. Foi encarregado de varias missões, algumas bem espinhosas, acompanhou o Principe na expedição de Arzilla em 1471; e na batalha de Toro, lá estava quando D. João se bateu, vencendo os inimigos no campo, mas sendo vencido nas salas da *Excellente Senhora* pelos encantos de D. Anna de Mendoça.

Foi por elle mandado a França, entender-se com El-Rei D. Affonso V, quando este por lá tropeçava de decepção em decepção; e d'alli trouxe recado para que o Principe se fizesse acclamar. Pela sua mão passavam todos os fundos para despezas particulares de D. João II.

Era o *privado* na accepção mais intima da palavra.

---

[1] D. Agostinho Manuel — *Vida y acciones*, pag. 64, Garcia de Resende — *Chronica*, cap. CLIV.

Ser *privado* não significava já o exercicio de um cargo ou officio, como o fôra em reinados anteriores. João das Regras, *privado* de D. João I, e que como tal se assigna, foi o ultimo que exerceu este logar.

A *privança* de Antão de Faria, não tinha como aquella um caracter official, era toda feita do favor e benevolencia da parte do soberano, toda de intelligente obediencia por parte do vassallo.

E' de notar que, sendo ordinariamente os valídos mais intimos dos Reis, pessôas pouco bem acceites das Rainhas, que vêem n'elles uns participantes da sua influencia no animo do reinante, quando não os julgam auxiliares de infidelidades ou desvarios, não consta ter nunca Antão de Faria cahido no desagrado da Rainha D. Leonor. Ou fôsse por ella conhecer a tempera de D. João II, e saber que nenhum aulico o suggestionava, ou fôsse porque o seu orgulho a impedia de deixar transparecer qualquer rancor, ou fosse por o Camareiro ser discreto, e possuir o tacto necessario para navegar incolume no mar traiçoeiro de uma Côrte como foi aquella, o caso é que Antão de Faria, apezar de ter ajudado o Rei nas mais melindrosas emprezas, algumas bem dolorosas para o coração da Rainha, nunca foi por ella repellido, nem n'este começo de reinado, nem durante o periodo tragico em que vamos entrar, no qual o equilibrio espiritual da estoica Rainha foi posto a rudes provas.

As Côrtes reuniram-se em Novembro.

Os povos clamaram, queixaram-se, exigiram.

Nos *capitulos geraes do braço do povo* apresentados nas Côrtes, pela voz do terceiro estado, são accusados os Grandes de possuir abusivamente as riquezas, e de tractar deshumanamente os vassallos. Foram attendidos; e as leis que d'essas Côrtes dimanam, são todas tendentes a deprimir a nobreza, e a satisfazer as reclamações do povo.

Entretanto na sala maior dos Paços de S. Francisco em Evora, onde as Côrtes se reuniram, D. João II, em alto estrado, vestindo opa roçagante de tela de oiro forrada de martas, e empunhando o sceptro, ouviu a arenga do Dr. Vasco Fernandes de Lucena, e recebeu obediencia e menagem pelos castellos, que de joelhos lhe prestaram o Duque de Bragança, e os procuradores dos Concelhos e Villas.

Mas antes d'essas menagens se fazerem de facto, reuniu se Conselho para se deliberar a fórma em que haviam de ser prestadas. N'estas reuniões "houve grandes debates e fundamentos de muitos aggravos, pela rigorosa fórma em que El-Rei os queria e quis obrigar".

São estas as palavras com que Ruy de Pina indica claramente as exigencias do monarcha, para que as menagens lhe fossem prestadas em termos que, pelos grandes Senhores, eram consideradas offensivas dos seus direitos e dignidade.

A attitude do Rei, e as suas determinações iam não só deprimir o orgulho e soberba de toda a classe dos nobres, mas tambem cercear-lhes os direitos e os interesses havidos por legitimos, pois tinham sido conquistados em paga de serviços prestados a Nação, nas guerras ou na administração das suas terras.

Era uma provocação directa, que cumpria parar com firmeza.

CAPITULO XIII

A reacção

AGITARAM-SE os animos. Os nobres tentaram desde logo organisar a defeza.

Para chefe da reacção, estava por todos indicado o Duque de Bragança, o maior de entre elles. A opulencia da sua casa — a mais opulenta da Peninsula — a sua situação, o parentesco proximo com a Familia Real, a auctoridade de que dispunha, as tendencias do seu espirito, tudo, tudo o designava para se pôr á frente de um movimento com que se impedisse a extorsão, que ameaçava consummar-se.

Ao Duque não repugnava essa commissão que esperava resolver em bem. Julgava-se inatacavel. Acreditava que a sua interferencia seria efficaz, impondo-se ao cunhado, muito mais novo do que elle, sem se lembrar dos casos de menos monta em que esbarrára já contra aquella vontade inflexivel.

O Duque era intelligente; a sua indole não era perversa; o sentir era honesto. Mas faltava-lhe sagacidade. Nunca comprehendeu que seus primos de Castella, sobretudo a astuta Izabel, lucrando em desunir a familia portugueza, fomentavam, com a apparencia de uma amizade dedicada, a discordia entre D. João II e os Braganças.

Carteavam-se. Trocavam protestos. E n'essa correspondencia formulada talvez já com designio reservado, havia phrases suspeitas, que indicavam vagamente entendimentos para uma rebelião.

O Duque não media bem o alcance das phrases. Aferrolhava toda essa papellada — cartas, minutas e notas que escrevia por sua propria mão, n'um cofre guardado em segurança nos seus quartos dos Paços de Villa Viçosa, por esse tempo ainda dentro da antiga fortaleza.

Ora, querendo demonstrar que a fórma das menagens era extremamente "vigorósa e as suas honras muy prejudicial„ formulou protestos e determinou apresentar a El Rei as escripturas e instrumentos que legitimavam os seus direitos.

Era uma ingenuidade propria do seu feitio intellectual. Nutria a illusão de que uns pedaços de papel antigos teriam influencia no espirito do monarcha, e o forçariam a retroceder nas suas resoluções. Em todos os actos da vida, e no decurso d'este drama epilogado tragicamente, transparece sempre essa

confiança pueril na sua auctoridade, e uma certa bôa fé redemptora de algumas culpas que porventura teve.

De Evora a Villa Viçosa são poucas leguas, que um mensageiro seguro, dispondo de cavallo troteiro transporia em algumas horas.

Chamou aos seus aposentos o bacharel João Affonso, Védor da Fazenda, pessoa de confiança, e ordenou-lhe que partisse sem detença, e logo lhe trouxesse as escripturas de doações, em cujo effeito tinha grande fé.

Recommendou-lhe bem que no cofre secreto escolhesse com cuidado os papeis que para o caso convinham.

O bacharel, ou por ser molengão e a edade com os seus achaques lhe desaconselhar a jornada atravez da campina alentejana onde o frio favorecia catharros, ou levado de "negrigencia, porventura causada de peccados e permittida por Deus" illudiu as ordens de seu amo, e encarregou da missão "um seu filho em que muito fiava".

O rapaz obedeceu de prompto. E em poucas horas estava em Villa Viçosa. Logo se dirigiu aos quartos do Duque.

Havia no Paço dos Braganças um escrivão da sua Fazenda que todos consideravam muito honesto, e cujo nome ficou tristemente célebre n'esta historia.

Creatura avida de conhecer segredos como todos os intrigantes, Lopo de Figueiredo, (que assim se chamava o official da Fazenda) sentiu-se mordido de curiosidade quando viu que o filho de João Affonso, logo depois de chegar, se esgueirava surrateiramente para os aposentos do Duque.

Seguiu o rapazelho, e a pretexto de o ajudar nas buscas, foi gulosamente satisfazendo o seu vicio de indiscreção. Remexeu os papeis mais secretos do Duque.

Subitamente topou com um maço de correspondencia em que havia "algumas cartas e instrucções de Castella e para os Reys de Castella, d'elles proprios e outras em menutas e postulados da propria mão do Duque". Não resistiu ao impulso. Emquanto o moço ia procurando os papeis que requeria, desatou a ler pela rama a correspondencia. Arregalou os olhos. Logo viu que eram documentos de grande importancia e que "tocavam muito contra ho estado, honra e serviço d'El-Rey".

Hesitou talvez sobre o destino a dar áquelle maço que elle presentia ser compromettedor para o Duque. Assaltavam-n'o duvidas. Tomavam-n'o talvez escrupulos. Tão certo é que sobre as almas, ainda as mais disformes, passa ás vezes uma aragem de rectidão. Parecia-lhe que devia repol-o no esconderijo. Mas hesitando sempre e afflorando lhe (quem sabe ?) á consciencia o prurido de que de si dependia n'aquella occasião a segurança e o bem do Estado (e isso seria ainda assim uma attenuante ao seu asqueroso procedimento, embora não regenerasse a sua memoria) sonegou o volume que lhe escaldava as mãos e sumiu-o pela meia manga do ferragoulo, afundando-o depois dissimuladamente no amplo bolso.

Então, emquanto o moço despreoccupado fechava o cofre secreto do seu amo, entrou no espirito de Lopo de Figueiredo o pensamento interessiro, pesando já no proveito que podia auferir com a delação. Levou os papeis para casa e tornou a lel-os.

Emquanto o filho de João Affonso no dia seguinte continuava procurando

as escripturas pelas quaes o Duque julgava que havia de salvar a sua Casa e honras, Lopo de Figueiredo escondidamente ia em caminho de Evora com o maço compromettedor para o amo, e fatal para a Casa de Bragança.

Chegado a Evora, e usando de cautelosas precauções, o traidor tentou fallar com El-Rei. Foi logo recebido. Atirou se aos pés do monarcha; e com protestos de leal vassallo, assegurou lhe que o não movia qualquer odio ao Duque, nem esperança de mercê; mas porque era bom christão, assim procedia... E mostrou-lhe tudo.

Esta linguagem semelhante á de todos os que atraiçoam, foi escutada pelo Rei, com a attenção que lhe merecia tão melindroso assumpto, fazendo no intimo justiça á miseria moral d'esse homem mas acceitando lhe a denuncia, como quem está habituado a lidar com reptis e a aproveitar lhes a baba peçonhenta para os seus fins.

Leu tudo, e ficou pensativo e triste.

Agradeceu ao Lopo, e deu-lhe ordem para que esperasse escondido, até que o despachasse.

Chamou então o seu Camareiro, e ambos encerrados examinaram detidamente os papeis. Não restava duvida. Havia n'elles materia sufficiente para demonstrar ou aparentar uma connivencia do Duque com os Reis de Castella.

Era uma arma preciosa para ferir os inimigos internos. Era um trumpho na mão de El-Rei, para o fortalecer no jogo politico.

Cumpria aproveital-o com habilidade, e sobretudo dissimular, até ensejo opportuno.

Para isso encarregou Antão de Faria, de tirar copias "com pressa e grande segredo„ o que effectivamente o Camareiro realisou, encerrado toda a noite a cumprir esse encargo.

Ao Lopo de Figueiredo, despachou-o logo para Villa Viçosa, com ordem de "os tornar no cofre donde os tirára„, pois a esse tempo ainda o filho de João Affonso continuava pachorrentamente a examinar os papeis que o Duque lhe ordenára trazer.

Preparava assim D. João II o salto, com mão de mestre.

Lopo de Figueiredo, voltou com a sua villania a Villa Viçosa, e o Rei dissimulou. Estas coisas traziam-lhe "muito cuidado e turvações, com mostrança de grande repouso„.

Era habil no afivelar a mascara com que aparentava despreoccupação, em quanto no intimo começava a agitar-se-lhe a sanha.

Recrudesceram n'elle as suspeitas contra o Duque seu cunhado e "nom lhe teve bôa vontade„.

Mas na apparencia continuaram, como até alli, as relações entre os dois, apenas alteradas pelas queixas do Duque, contra as exigencias de El Rei, com respeito a menagens. Callou este os aggravos e nada referiu nem mesmo á Rainha D. Leonor.

Não porque duvidasse da sua lealdade, mas porque receiava que a interferencia provavel d'ella, em favor do marido da irmã e a impressionabilidade natural do seu coração feminino, podessem ser elementos de perturbação na politica, e de embaraço na organisação da defeza contra o ataque preparado pelo partido de que era chefe o Bragança.

Disfarçou. E as Côrtes continuaram a funccionar, até quando á cidade de Evora chegou a pestenença.

Urgia desaccumular a população, agora augmentada com todo o pessoal que a reunião dos Estados tinha trazido á capital do Alentejo.

* * *

Em Janeiro de 1472, o Rei, a sua Casa, os Nobres, os Prelados e os Procuradores das cidades e villas, transportaram-se para Montemór, onde se deviam ultimar os negocios trazidos ás Côrtes.

Era Marquez d'aquella villa, o Condestavel irmão do Duque de Bragança. Seria isso bastante para o não tornar bem acceite de D. João II, e este encontrar pretexto sempre para reprovar os seus actos, fossem quaes fossem. E' humano, é natural este criterio. N'aquelles que estimamos, tudo se nos affigura louvavel e bem avisado. Nos que desamamos, qualquer gesto nos é odioso, qualquer passo tropeça na nossa antipathia.

Ora acontece que o Marquez de Montemór tinha os gestos desastrados mesmo quando queria lisongeiar, e punha o pé em falso, quando julgava caminhar com passo seguro.

Logo que soube da vinda da Côrte para a sua villa, aprestou-se para receber festivamente o Rei e a Rainha. Montou um "ginete com uns cordões e topeteira carmesins„ envergou um garrido gibão de brocado, apenas coberto por um pelote, e com vistosa companhia, veiu ao encontro da Côrte, no arrabalde da villa, seguro de agradar, com o mostrar aquellas galas.

O Rei, a Rainha, Officiaes e Damas da sua Casa, montavam cavallos arreiados com simplicidade, e vinham elles vestidos de burel e almafega em demonstração de luto por El-Rei D. Affonso V, fallecido havia apenas 4 mezes.

A apresentação do Marquez, em ar de festa era, como hoje diriamos — uma *gafle*. Este Montemór e os seus irmãos, eram sempre *gaffeurs* quando se defrontavam com D. João II.

Mas fossem-n'o ou não, era certo que, de luto ou engalanado, o Marquez de Montemór, havia de soffrer provas de desagrado, pois o Rei trazia já fisgada a ideia de o desgostar. Formára o proposito de maltratar os irmãos do Duque, para o aggravar a elle.[1]

Vendo assim o Marquez empavezado festivamente, carregou o sobrolho, apparceceram-lhe nas alvas dos olhos, aquellas veias de sangue que o faziam tão temido, e com a sua voz roufenha, apenas lhe deu um bom dia mal humorado. Não escapou á Rainha e á comitiva, tão desabrido recebimento, que pouco depois era aggravado com o mandar El-Rei alguem manifestar ao Marquez, o seu desprazer, lembrando-lhe que o Rei, por quem trazia tão insolito luto, "o fizéra Marquez de Montemór, e lhe fizéra sempre muitas honras e mercês„.

O Marquez, cuja soberba e vaidade, o traziam sempre insuflado, ao receber

[1] D. Agostinho Manuel — *Vida y acciones*, pag. 92.

assim por terceira pessôa um recado tão deprimente, esteve a ponto de estoirar de furia. Espumava, resentido por El-Rei lhe infligir tal vexação.

Achava se n'esta rabiosa disposição, quando lhe vieram dizer que umas casas occupadas por um creado seu, haviam sido tomadas, para n'ellas se aposentar um famulo do Arcebispo de Braga, D. João Galvão, que viera com a Côrte.

Este Prelado era personagem de grande consideração.

Tinha o titulo de Conde de Santa Comba. Fôra Bispo de Coimbra, e Vedor mór das obras da Beira. Pessôa grata ao Rei, era portanto mal escolhida para servir de *bôde expiatorio* n'esta conjunctura. Mas a falta de tacto do Marquez não se desmentia.

Impossibilitado de descarregar a sua ira contra El Rei, foi-se ao Arcebispo e, publicamente, disse-lhe as ultimas. "Palavras feias e muito injuriosas" referem os chronistas; e taes foram ellas, que o Arcebispo affrontado, logo foi queixar-se do aggravo ao soberano.

Apparecia assim um excellente pretexto para proceder. Logo El Rei reuniu uma junta de Letrados, e *sem suspeita* (esta restricção é significativa) e em vista da decisão, foi intimado ao Marquez, que sahisse de Montemór. Estava elle já retido no seu castello, quando lhe foram transmittir esta ordem. Partiu com a alma ensumagrada e destillando odio. D'ahi a cinco dias estava em Castello Branco assentado em frente de um buffete, esvurmando sobre uma folha de papel a bilis accumulada e, "com danada vontade que para El-Rei tynha compillou e formou hũa instruçam muito desonesta e de capitulos muy falsos e muy defamatorios da vida, honra e estado d'El-Rey".[1]

A raiva em que ardia dementava-o.

Sem attender á gravidade do caso, chamou um tal Affonso Vaz, que arvorou em seu secretario, e expediu-o para Medina del Campo, onde estavam os Reis Catholicos, para lhes apresentar o libello improvisado. Era um verdadeiro pamphleto. Os monarchas castelhanos desconfiaram da auctoridade do mensageiro e, surprezos com a violencia da verrina, desattenderam a exposição. Entretanto esfregavam as mãos de contentes. Regubilavam por sentir que havia realmente discordia entre a gente portugueza. Mas não o deram a entender, porque não queriam provocar um rompimento.

Com a falta de attenção, por parte de Fernando e Izabel, e essa recusa em lhe responder, devia o Marquez ter cahido em si. Mas é tão certo que Jupiter dementa aquelles que quer perder, que em vez de refrear a sua paixão, logo encarregou alguem de redigir novos ataques não menos offensivos. Tão aggressivos elles eram, que consultado o Duque de Bragança, e apezar de não morrer de amores pelo cunhado, ficou contrariado ao lel-os, e mandou estranhar ao irmão, o seu procedimento.

Tudo em vão. O Marquez insistia em os mandar para Castella, e lá foi o triste documento aggravar a situação.

O Rei saberia de todos os recados? E' quasi certo que sim, pois n'isto andou mettido um certo Jusarte que, já vamos vêr como era creatura inconfidente.

[1] Ruy de Pina — *Chronica de El-Rei D. João II*, cap. VI.

Mas D. João dissimulava.

E a Rainha?

Não tinha conhecimento minucioso dos documentos, nem das idas e vindas dos emissarios a Castella, mas sentia o horizonte carregar-se, e presagiava borrasca proxima. Assistira ás scenas em Montemór, vira o Duque de Bragança, seu cunhado, retirar-se desgostoso para o solar de Villa Viçosa, sabia que embora elle fosse menos violento que o Marquez exilado, ou que D. Alvaro, esbulhado do seu officio, tomava as dôres pelos irmãos. Tudo isto ia sommando parcellas de rancor contra El-Rei. Este rancor era avolumado com a teima do monarcha, em não desistir de mandar corregedores ás terras que eram administradas pelos Braganças, o que os molestava e dispunha a revolta.

Eram sufficientes estes motivos para que D. Leonor estivesse inquieta. Com o são espirito que possuia, tomava intimo alvoroço com o vêr accentuarem-se as divisões na familia, e percebia já vagas ameaças, esvoaçando em volta do marido.

CAPITULO XIV

Esperança

OCCUPAVA-LHE o espirito, tambem intensamente, a situação do filho, que continuava em Moura, nas *terçarias*. Longe d'elle, sabendo-o exposto aos perigos provenientes da insalubridade da terra, e a outros, que o coração de mãe phantasiava ameaçadores, cada vez tinha mais ancia de vêr acabada em bôa paz, essa cruel formalidade das *terçarias*, que a privava da presença do pequeno Principe.

Por isso quando soube que El-Rei pensava em propôr aos Reis de Castella, a alteração ou desfazimento da odiosa fiança, rejubilou, e sentiu invadir-lhe a alma uma onda de esperança.

Foi com votos duplamente formulados de Rainha e de mãe, que deu as bôas idas ao Barão de Alvito, quando este foi como Embaixador de El-Rei, tractar com os monarchas hespanhoes, alguns assumptos que interessavam as duas Nações, e dos quaes o mais melindroso, e para ella o mais desejado, era o livramento do filho.

Confiava na auctoridade e na prudencia de D. João da Silveira — o Barão — e muito tambem nas qualidades do Secretario d'essa Embaixada, Ruy de Pina, moço ainda n'esse tempo, mas de natural engenho.

O anno apresentava-se comminador de doenças. No exito da missão d'aquelles dois homens fundava-se toda a esperança da anciosa Rainha. Mas a qualidade dos diplomatas não era força por si sufficiente para persuadir e decidir os monarchas castelhanos.

Fizeram ao Embaixador, é certo, um amistosissimo acolhimento. Até mesmo, tendo chegado a Cordova na Paschoa d'esse anno de 1482, e tendo Izabel, a Catholica, dado á luz uma Infanta,[1] foi o Barão convidado a ser padrinho da neophita, baptisada com pompa na Egreja Maior.

Era o cumulo da cortezia. Mas o despacho aos requerimentos do Embaixa

[1] A Infanta D. Maria, depois Rainha de Portugal, por ser a segunda mulher de El-Rei D. Manoel.

dor, foi nullo. Desconfiados e manhosos os soberanos de Castella, suspeitavam de D. João II e das suas propostas, como este tambem desconfiava da astuta prima, que lhe punha agora por condicção a entrega da *Excellente Senhora*. . .

Que significava esta exigencia? Que occulta influencia andaria a acirrar a malquerença dos Reis de Castella?

Começou então a entrar com elle a suspeita, de que andavam n'aquillo tudo enredos do seu cunhado o Duque de Bragança. A este, (pensava o monarcha) convinha para sua segurança, que não acabassem as *terçarias*, pois continuando n'ellas o Principe D. Affonso, á guarda da Infanta D. Beatriz sua sogra, e indirectamente ao Duque, não podia facilmente proceder contra elle. Entregar aos Reis Catholicos, ou ao proprio Duque, a *Excellente Senhora*, como tambem era suggerido, seria despojar-se do melhor trumpho no jogo internacional.

O Barão de Alvito regressou descoroçoado. E a Rainha penou consternada ao ver o mallogro d'aquella missão.

Só d'ahi a mezes recuperou animo, quando Ruy de Pina voltou duas vezes a Hespanha com a mesma instancia, e finalmente em Janeiro de 1483, juntamente com Frei Antonio, confessor de El-Rei, conseguiu resolver o desfazimento das *terçarias*. Finalmente!

O horizonte parecia aclarar-se. Afigurava-se á Rainha, que as nuvens borrascosas se desfaziam afastadas por prenuncios felizes.

A proximidade do regresso do filho alegrava-a. E ainda outra especie de consolação lhe amparava o animo.

Sentia que estava para ser mãe segunda vez!

Com a volta do Principe D. Affonso, serenavam as suas angustias. Com o nascimento de um novo herdeiro, assegurava mais solidamente a successão, e tapava as boccas maldizentes (se por acaso as havia já então) que dessem a entender a existencia de um afastamento ou retrahimento de seu marido, occasionado por ciumes seus.

Esta gravidez da Rainha, tem assim uma importancia capital para a historia da sua vida, significando que, se o pômo de discordia não estava de todo desviado, era comtudo sincera a affeição que o marido lhe dedicava, e que ella retribuia.

E além de tudo, é uma resposta peremptoria a futuros historiadores que attribuam a D. Leonor um papel odioso, dando por certo que tomada de ciume, e inspirada em affeição de familia, interviera nas conjuras contra o marido.

Rebello da Silva, arrastado pelo desejo (aliás commum a outros historiadores) de achar motivos attenuantes ao procedimento aspero e cruel de D. João II, apresenta o soberano, logo desde a morte do pae, rodeado de inimigos, que formavam um bando de conjurados perigosos; e faz entrar a Rainha n'essa facção.

Diz o eminente escriptor:[1] "Na lucta que rompeu em 1481, porém que estava latente desde a regencia de D. João II, os Duques de Bragança e de Vizeu, representaram o papel principal; mas por detraz dos orgulhosos donatarios, quem não vê a sombra do politico Fernando de Aragão, e *não suspeita mesmo os ciumes e as queixas de uma esposa offendida, da Rainha D. Leonor que não per-*

[1] Rebello da Silva — *D. João II e a Nobreza*, pag. 152.

dorva os amores adulteros do marido, e a publica indifferença com que fugia do seu leito? Eram tão intimas as relações dos Senhores da Casa de Bragança com os Reis de Castella, e tão estreitos os *vinculos que ligavam a mulher de D. João II*, aos Duques, um irmão e o outro cunhado, que não admira, que tanto ella como Fernando e Izabel, tomassem occultamente uma parte importante nas perturbações que se machinavam».

Não fundamenta Rebello da Silva estas asserções, e serve-se só de raciocinios gratuitos, e sem logica, que promptamente rectificaria com outros mais sãos, se reflectisse maduramente.

Logo verificaria: 1.º que as queixas da Rainha, se eram nascidas na sua alma dolorida, não occultavam designios rancorosos de vingança, mais vil que a infidelidade do Rei. 2.º Que aquillo a que chama *publica indifferença com que o marido fugia do seu leito*, é uma affirmação tão infundada, que na primavera de 1483, a Rainha estava gravida; 3.º Que se os dois Duques eram *irmão e cunhado* d'ella, e se a Rainha lhes tinha affeição, o que é natural, seria absurdo que se identificasse com os interesses d'esses magnates orgulhosos, vassallos rebeldes, contra os do proprio marido, e portanto contra os seus, de Rainha e de mãe, fazendo-a assim além de desventurada, inepta.

Para admirar D. João II, não é necessario arrastar na lama D. Leonor, que foi mulher d'elle, e mulher de superiores qualidades.

Mas é tal o pendor com que os espiritos, ainda os mais atilados, se inclinam insistindo em accusar D. Leonor, para exaltar D. João II, que outros escriptores notaveis commettem egual injustiça e torcem a historia tal como ella resulta das chronicas, e testemunhas coevas.

Oliveira Martins, seduzido pelos effeitos a tirar da situação do monarcha trahido por todos os seus, inclusivamente pela propria mulher, escreveu uma nota a lapis intercallada entre os documentos colligidos para a elaboração de um capitulo da sua obra projectada. N'essa nota dizia[1] "D. João II — desespero da solidão. Ninguem com elle — A mulher ligada aos irmãos e cunhados, — preciosa, com remoques, sempre despeitada — Elle superior e rei, ella senhora e fidalga apenas — A irman beata: não queria saber de nada — Por isso o seu refrigerio era a casa de D. Anna de Mendonça sua amante, mãe de seu filho».

E ainda; "o Rei conscio da força da sua *superioridade*, agaçado por tudo, os cunhados, os Braganças e os fidalgos eram o reino. Elle um intruso. *A Rainha do partido contrario.* Submissão intermittente, ares e humildade, caridade (Xabregas, Caldas)».

Estas duas pequenas rubricas resumem um programma, que se chegasse a ser executado pela penna brilhante de Oliveira Martins, seria uma maravilha, mas seria uma iniquidade. Era de esperar que reconsiderasse a tempo, e não prosseguisse na ideia de pintar o casal régio, como dois consortes divorciados pelo caracter, pela indole, pelos interesses.

Elle superior, architectando o seu plano politico solitario, assediado por dissabores, sem conforto domestico, e indo procurar em casa da amante, as consolações espirituaes e os carinhos que na sua lhe faltavam.

[1] Oliveira Martins — *Principe Perfeito*, pag. 84

Ella despeitada, atirando-lhe remoques, *fazendo scenas*, espicaçando o, pretenciosa nas maneiras, alliando a um preciosismo presumpçoso, uma caridade hypocrita.

Em resumo: um casal burguez, em que a mulher com ares de beata não poupa insinuações perfidas, e com falsas apparencias de bondade, occulta hostilidades malfazejas, tornando assim legitima a deserção do marido. Este por seu turno foge do lar para ir constituir um *faux mènage* onde se refugie com os seus chinellos e os seus infortunios. Tudo phantasias.

Mas tão forte é o attractivo exercido por estes dois proceres da nossa litteratura historica, Rebello da Silva e Oliveira Martins, que Barros Gomes, no seu prefacio á obra incompleta d'este ultimo, escreve: "Não seria talvez alheia senão a todas a algumas das intrigas, a propria Rainha D. Leonor, irmã do Duque de Vizeu, cunhada de D. Fernando e fundamente aggravada pelo esposo a quem não podia perdoar os amores adulteros, e a *publica indifferença com que o Rei fugia do seu leito.*"

E' o mesmo criterio, são quasi as mesmas palavras, é sempre a mesma nota evianamente copiaha.

A verdade, já o fizemos ver, é que entre os conjuges não houvera rompimento, nem intimo, nem publico, o que é confirmado pelos factos, e pelas manifestações de sentimento demonstradas por D. João II.

CAPITULO XV

Desesperança

ESTAVA a Côrte em Almeirim, n'esta Quaresma de 1483.

Tudo prenunciava apaziguamento. E até mesmo no proprio animo do monarcha, a alegria de rehaver brevemente o primogenito, dava-lhe bôa disposição para tentar ainda sem violencia, desfazer "os movimentos que no reino já sentia contra si e lhe começavam a ser revelados".[1]

N'isto a Rainha, sem que nada o presagiasse, teve um mau successo.

E, ou porque moveu em condições melindrosas, ou porque o intempestivo acontecimento lhe abalou o animo, cahiu perigosamente doente.

"A sua vida esteve mui duvidosa, e El Rey, por *isso mui enojado*". Estas palavras do chronista, indicam bem claramente a magoa que assaltou D. João II, o que alguns annos adeante se repetiu, quando a Rainha esteve outra vez gravemente doente em Setubal.

Breve se espalhou a má nova.

A consternação foi geral. A Rainha lastimou amargamente esta desesperança. E mal sabia ella então que ao deante havia de causar um desvio na historia e um córte na linha de successão.

Afluiram logo a Almeirim a manifestar o seu interesse, o Duque de Bragança, o Duque de Vizeu e "outros muitos Senhores e Donas do Reyno".

A esta cortezia dos dois Duques, D. João II correspondeu com lhaneza. Agradeceu-lhes fazendo "muita honra e dando de si muita parte".

E, ou fôsse por se achar em disposição conciliadora e por isso inclinado a pacificações, ou fôsse na ideia de "assegurar principalmente a vontade do Duque", ou julgasse de habil politica a tentativa de approximação, resolveu compôr um scenario, e representar uma comedia sua.

Depois de terem assistido na capella, ao officio divino, apartou o cunhado para traz de uma cortina, e em presença do seu capellão-mór, o Bispo de Lamego, D. Fernam Gonçalves de Miranda, fez-lhe uma falla.

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica de El-Rei D. João II*, cap. VIII.

Todas as chronicas dão por extenso a oração emphatica do Rei, e a resposta de não menos emphasis com que o Duque respondeu.

Não foram de certo tão arredondados como os registam os historiadores os periodos dos discursos trocados entre os dois cunhados na capella de Almeirim, em presença do Bispo. Mas ou fôsse este Prelado que os referiu, ou o proprio Rei deu noticia d'elles ao chronista, que depois os redigiu á sua guisa, o sentido que d'elles resalta e deve ser verdadeiro, mostra o Rei, pelo menos apparentemente, conciliador e desejoso de concordia. O Duque por seu lado, submisso sem baixeza, e protestando lealmente sem arrogancia.

O Rei invocou a santidade da casa em que se achavam para dar mais solemnidade á falla.

Disse ao Duque que tinha sido informado das suas tramas e intelligencias com Castella ("ao que nom sey como dee fé"). Prometteu esquecer e perdoar. Fallou-lhe no dever que lhe impunha a sua excepcional situação e grandeza, e no parentesco que os unia sendo maridos de duas irmãs. Allegou que era um Rei novo, e por isso sujeito a erros. Que os aggravos que commettêra para com elle, isto é, a entrada dos corregedores nas suas terras e o degredo do irmão, eram crimes de pouca monta e que o Duque devia supportar. Acabou por o exhortar a dar-lhe ajuda na sua tarefa de governar esta *casa de Portugal* que lhe coubera por graça de Deus em successão.

O cunhado, ouviu-o attento, retorquiu agradecendo e pediu que acreditasse que havia de viver e morrer por serviço d'elle, seu Rei. Sentia-se aggravado, sim, mas certamente El-Rei desaggravaria com grandeza. E terminou allegando lealdade e desejo "de morrer por vosso serviço".[1]

Até que ponto haveria bôa fé de parte a parte? Seria cada uma d'essas fallas a expressão sincera do desejo de viver em paz? Ou seriam apenas gottas de uma poção para adormecer a vigilancia, e anesthesiar a iniciativa do adversario?

Pura comedia?

Ruy de Pina, e Resende, attribuem a El-Rei o "desejo de assocegar a vontade do Duque e fazel-o conforme ás cousas do seu serviço".

D. Agostinho Manoel, porém, diz com mais provavel acerto que El-Rei "no ignoraba la necessidad que tenia de divertir al Duque, i de *fingirse* cõ el recõciliado encuanto no tuviese en su poder al Principe su hijo". Isto explica bem o pensamento reservado do monarcha e o empenho do Duque, em que se prolongassem as *terçarias*.

Sahiu este logo de Almeirim mais alliviado de apprehensões, e dando por certo que tinha adormentado as suspeitas do cunhado, ou que este ganhára medo.

Assim o communicou immediatamente aos irmãos, com quem se encontrou no Vimieiro. N'essa reunião foi resolvido que resistiriam á entrada dos corregedores nas suas terras. O Duque recolheu a Villa Viçosa.

Os outros trez continuaram a encontrar-se mysteriosamente no Mosteiro de Santa Maria do Espinheiro. O Marquez de Montemór, cada vez mais exaltado instava por uma acção immediata contra El-Rei. Os irmãos tentavam acalmal-o.

[1] D. Agostinho Manoel de Vasconcellos — *Vida y acciones*, pag. 97-98.

Tanto mais que D. João II, levado de receios do que podia succeder ao filho emquanto estivesse á guarda de sua sogra, resolveu não mandar os corregedores, e entrou n'uma phase de brandura e que com "palavras doces notificou logo ao Senhor D. Alvaro».

Julgaram os Braganças que o inimigo estava amordaçado. E logo D. Alvaro a escrever victorioso ao Duque seu irmão: "que El-Rei era pesado e curto em seu saber».

Nem tão pesado, nem tão curto como o desejavam. Vigilante e bem informado sabia das secretas reuniões; e que tinha chegado encobertamente a Villa Viçosa, um personagem que a horas mortas, vinha aos Paços do Duque entender-se com elle, depois de despedidos os fidalgos da Casa. E sabia mais, que esse mensageiro, um tal Tristão de Villa Real, trazia recados dos Reis Catholicos.

Asseguravam tambem a El-Rei que o meirinho do Duque, Jeronymo Fernandes, tinha levado para Castella assignada e mettida em cêra uma capitulação, acerca da entrega da *Excellente Senhora*, pela qual os quatro irmãos se compromettiam a desservir El-Rei na guerra.

* * *

Antes de proseguir, convém dizer que nos encostamos em toda esta narrativa ao que é relatado pelos chronistas, auctores coevos, principalmente Ruy de Pina e Garcia de Resende; e ainda ao que nos diz D. Agostinho Manoel, que marcha na esteira d'aquelles, mas que reserva o seu juizo.

Não é de crer que alterassem fundamentalmente a verdade, tanto mais que os factos corroboram algumas das asserções por elles feitas. Mas como são pessoas affectas a D. João II, tendem naturalmente a dar por certo tudo quanto possa fazer da acção vingadôra do monarcha um caso de legitima defeza.

Ha, porem, a attender em todos os actos d'esta lugubre tragedia a factos que, se não justificam completamente o Duque, nem o livram da accusação de leviandade, com que por vezes procedeu, confiando demasiadamente nos seus primos de Castella, devem comtudo fazer suspender o nosso criterio, e, se se pezarem todas as circunstancias não ficará perante a Historia como um vassalo rebelde desservindo traiçoeiramente o seu Rei e a Nação.

A segurança que sempre mostrou de ter a consciencia limpa e isempta do crime de alta traição; a confiança com que se entregou nas mãos do Rei, apezar dos avisos que lhe chegaram, aconselhando-o a que se retirasse, emquanto estava livre, e sobretudo o facto de ter desapercebido todas as suas fortalezas, que ficaram sem a menor força para uma resistencia, são indicações sufficientes para não o considerar traidor.

Foi um parente e amigo inveneumente confiante na sinceridade dos Reis Catholicos, e isso constituia no animo de D. João II, um motivo para o considerar seu inimigo. Foi principalmente o mais poderoso senhor d'este Reino, e chefe de um partido que D. João II necessitava aniquillar.

E' necessario confessar que desprevenido, seguro da sua grandeza e empur-

rado por forças ocultas, deu azo admiravel a que o Rei ou sinceramente ou por politica o considerasse criminoso de lesa Magestade.

Não nos propomos a ser advogado da sua causa como o foram muitos auctores que são citados por D. Antonio Caetano de Sousa.[1]

Nem este trabalho é feito no sentido de aligeirar a sua memoria de culpas, nem de carregar D. João II com a acusação do crime de ter sido n'este processo tenebroso ao mesmo tempo: — parte, juiz, e algoz.

Como porem tratâmos da Rainha D. Leonor que deixámos em Almeirim perigosamente doente, após o parto infeliz, chamamos a attenção do leitor para o que se iria passando no seu espirito, ao passo que se desenrolavam as scenas do drama, em que eram actores — seu marido, seus cunhados e seu irmão o Duque de Vizeu.

E ella que tantas esperanças tivera de ver tudo bem encaminhado com um novo herdeiro junto de si, com a affeição do marido, com a conciliação na familia, assistia agora ao desmoronamento d'esse edificio, sentia de novo assanhados os odios que por momentos julgou serenados.

Conheceria desde logo todas as minuciosidades do emmaranhado enredo?

Não é de suppor. D. João II não podia duvidar da sua lealdade e discreção. Mas porque não queria perturbar-lhe a convalescença, só algum tempo depois a metteu na confidencia, fazendo-a testemunha de uma scena que teve com o Duque de Vizeu.

Todavia por muito reservado que fosse o marido, conhecia-o ella bastante, para suspeitar de que sob a sua apparente serenidade se occultavam os germens de furacões.

E conhecia ella tambem a indole de cada um dos Braganças e de seu irmão Diogo, irrequieto, levianamente audacioso. Isso trazia-a apprehensiva e afflicta com a tranquilidade apparente que não presagiava nada bom.

Foi por este tempo que, estando El-Rei em Santarem, Gaspar Jusarte, a quem o chronista chama: "bom Cavalleiro„ — fez saber ao soberano que tinha revelações a fazer.

O monarcha encarregou Antão de Faria, seu Camareiro, de se ir encontrar secretamente n'um Casal afastado da povoação com o delator. O *bom Cavalleiro* descobriu logo a Antão de Faria que seu irmão Pedro Jusarte, privado e homem de confiança do Duque de Bragança, ia frequentes vezes a Castella com recados do seu amo, e principalmente do Marquez de Montemór, contra a pessoa de El-Rei e que possuia uma instrucção bastante ilucidativa sobre essa materia perigosa.

Quando D. João II ao depois se encontrou em Aviz com Pedro Jusarte, entregou-lhe este o referido documento. Estava assim de posse de um elemento importante para formar o processo que intentava.

Dissimulou ainda mais uma vez no proposito adoptado como regra de proceder. — "Tempos ha para usar de coruja, e outros para usar de falcão. Por emquanto era a coruja que armasenava. A seu tempo o falcão cravaria a garra.„

[1] D. Antonio Caetano de Sousa — *Historia Genealogica*, tomo v, pag. 449 e seg.

Durante a visita que n'esta occasião fez em Aveiro a sua irmã D. Joanna, que estava no convento, ter-lhe-hia revelado alguma coisa?

Invocaria o conselho de amizade, como alguns dão a entender? Crêmos antes que esta visita fosse occasionada com o intuito de consultal-a sómente acerca da educação de D. Jorge, seu filho.

Voltando a Santarem, veiu alli ter a Paschoa com a Rainha D. Leonor. E terminada a festa, chegou uma boa nova que a ambos muito alegrou, por ser annuncio de commum felicidade. Em Aviz achava-se o confessor dos Reis de Castella, que vinha como Embaixador tratar do desfazimento das *terçarias*.

D. João II exultou.

Foi uma semana de Paschoella alegre, essa que então se passou nos Paços de Santarem, e que tão festivamente echoou no coração da Rainha. Ia finalmente rehaver o seu filho. Embora incompletamente refeita do desmancho que soffrêra, apromptou-se com toda a sua Casa, officiaes, damas e cuvilheiras, para acompanhar El-Rei, que foi encontrar o Embaixador em Aviz. Alli a 15 de Março de 1483 assistia á conclusão do tratado, pelo qual o Principe seu filho, se ia achar livre.

Havia tres dias que elle completára 8 annos.

Mas por esse contracto attribuiam-lhe já uma segunda noiva. Era a Infanta D. Joanna segunda filha dos Reis Catholicos.

Tirava este enlace (se viesse a realisar-se) ao Rei D. João II, a esperança de ver o filho herdeiro do throno da Peninsula, pois a filha mais velha, D. Izabel, é que havia de herdal-o de seu irmão, cuja saúde debil não annunciava longa vida. N'este momento, porem, o essencial era ter o Principe livre, e as pazes feitas com os Reis de Castella, o que lhe desembaraçava os movimentos. Alem d'isso, tudo se poderia arranjar depois, visto que no mesmo contracto se estipulava que se ao tempo de o Principe chegar aos 14 annos, D. Izabel estivesse livre, seria com ella que havia de casar.

A' Rainha D. Leonor, era absolutamente indifferente esse remoto noivado. Viesse o filho, (e ambos commungavam n'este sentimento) que o casamento Deus o destinaria.

Por tudo se vê como o interesse de D. Leonor era concorde com o de seu marido, ao contrario das opiniões que a dão por esse tempo alliada dos inimigos, cujo empenho era o prolongamento das *terçarias*. E' tão claro e natural tudo isto, que surprehende como se inventou o contrario.

Para ir buscar o Principe, logo alli de Aviz foram despachados o Mordomo Mór D. Pedro de Noronha, o Chanceller-Mór João Teixeira e Frei Antonio, confessor d'El-Rei.

Estes foram para Moura.

A Côrte dirigiu-se para Evora, onde se alojou "nas casas do Conde de Olivença, junto ao convento de S. João, por serem de bons ares e sadios".

El-Rei trazia de Aviz o documento compromettedor para o Duque. Cumpria proceder sem detença, esperando que agora se apresentasse occasião azada para deitar mão do cunhado. Para o que desse e viesse, apromptou dinheiro e homens de armas. Foi o confiado Duque quem proporcionou essa occasião.

O Principesinho vindo de Moura para Evora, tinha de atravessar terras do Bragança. Hesitou este sobre o que devia fazer. Acompanhar o sobrinho? Fazer-lhe recebimento festivo?

Era esse o procedimento indicado. Mas El-Rei não lhe escrevêra, nem lhe notificára a passagem do filho. Que significaria esse silencio?

Consultou então os que vinham buscar o Principe.

Estes de bôa fé (é de crer) aconselharam que sim, que acompanhasse o Principe á Côrte. Assim ficariam desfeitos os rumores de desintelligencias d'elle com El-Rei, e para este "a hora em que visse o Principe seria de tanta gloria que em seu coração gastaria quaesquer sospeitas".

O Duque, ingenuo, rejubilou com a affirmação.

Entretanto o falcão pairava, aguardando o momento de cahir sobre a presa. E até lhe escrevia "com palavras doces e fengidas", uma carta que mostrada a D. Beatriz, em Moura, desvaneceu todo e qualquer receio. Foi ella propria quem acreditando na bôa fé do genro coroado, aconselhou ao outro genro que fôsse á Côrte.

Debalde o Montemór e os irmãos, desconfiados, preveniram D. Fernando, recommendando que se acautelasse, e recolhesse a tempo ao seu Castello de Villa Viçosa. Bonanchão, alegre, e talvez com a esperança de desfazer as ultimas suspeitas na mente de El-Rei, lá caminha o Duque de Bragança prodigalisando festejos ao Principe seu sobrinho, e entre galas, banquetes e folganças, vae inconscientemente metter-se na bocca do lobo.

Na cidade, o recebimento foi brilhante.

Quando a Infanta D. Beatriz, que acompanhára o neto desde Moura, entregou a sua filha e genro aquella linda creança loura, com os olhos claros e doces que, n'aquelle momento, se irmanavam com o azul do ceu alentejano, o povo que presenceava a scena, commovido, rompeu em gritos de bôa vinda e em alegres danças, retortas mouriscas e bailes de roda, com que movimentava as ruas da velha cidade romana, á qual n'essa occasião quadrava bem o nome de *Felicitas Julia*.

Ás toiradas e aos saráos no Paço, aos banquetes e ás festas do Corpo de Deus, compareceram os dois Duques, o de Vizeu e o de Bragança, sendo acolhidos por El-Rei com abraços e carinhos, "e com tanto amor e mostranças de folgar com elles que parecia que em seu coração não jazia o contrairo".

A' Rainha decerto não revelou o monarcha os seus intentos n'aquella occasião, e ella, toda entregue a essa especie de lua de mel, com a chegada do filho, não curava certamente de cuidados, nem de intrigas, nem de annuncios de tempestade e tragedia.

Entretanto causava espanto a quantidade de gente que El Rei conservava em armas. Mas se a alguem accudia uma interrogação suspeitosa, era logo afogada em musicas e cantares, entre charamellas e tambores.

Foi no meio d'esta alacridade de animos que o Duque de Bragança tendo resolvido retirar-se para sua casa em Villa Viçosa, foi despedir-se de El Rei, na sexta-feira, 29 de Maio. Sahiu da morada em que pousava, e dirigiu-se ao Paço onde encontrou El-Rei, dando despacho n'uma casa do rez-do-chão (logea) [1].

[1] Ruy de Pina, diz: *logea* — que significa, casa baixa no pavimento da rua. Garcia de Resende, diz: *Sobão* que pode ter o mesmo sentido, isto é: *Casa terrea* por baixo do sobrado e do primeiro andar, que está ao nivel ou no andar da rua.

Mandou sentar junto a si o cunhado, e continuou a desembargar por algum espaço. Depois despediu os officiaes e attendeu o Duque, que lhe fez muitos protestos de lealdade, exhortando-o a que não désse ouvidos a denuncias ou accusações contra elle. E insistia, rogando que se informasse bem da verdade, para confusão e castigo de malevolos . . .

Era a repetição do discurso de Almeirim, e esperava obter com o seu arrazoado egual effeito. Pobre mosca, já enrodilhada na teia da aranha astuciosa!

O Rei ouvia-o em silencio. E como a tarde cahia, e n'aquella camara começasse a escurecer, interrompeu a loquacidade de D. Fernando com o convite para subirem á sua guarda-roupa, onde melhor podiam conversar. Chegados alli, D. João II tomou a deixa do discurso do confiado Duque:

— Que sim, que ia promptamente informar-se, e, p ra fazel o sem inconvenientes e com maior seguridade, era necessario, elle Duque, estar ali retido.

Logo entraram, Ayres da Silva e Antonio de Faria, a quem confiou a guarda do prisioneiro.

E assim com tamanha simplicidade, foi preso o mais poderoso Senhor da Peninsula, o mais rico entre os grandes vassallos de Portugal, um dos mais proximos parentes do Rei!

CAPITULO XVI

Primeira tragedia

EM qualquer livro de Historia, mesmo os divulgados em edições populares, o leitor encontrará a narrativa do triste episodio que se seguiu á scena da guarda-roupa. Estudos sérios de escriptores eruditos, tractados especiaes, artigos dispersos em Revistas, periodicos, e até diccionarios teem minuciosamente descripto as lugubres occorrencias de Evora ou de Setubal, e do scenario composto pelo grande tragico coroado, que o escreveu em lettras de sangue nos Fastos Portuguezes.

O theatro, o romance, e a poesia, teem aproveitado com bons effeitos as minucias, e o epilogo da grande lucta travada entre o Rei e a Nobreza.

Os chronistas, por dever de officio, são naturalmente levados a encontrar attenuantes á fereza do soberano ameaçado na sua vida, e embaraçado na acção governativa por adversarios que não o poupavam.

Dos escriptores, alguns ha que seduzidos pela envergadura do homem que, para realizar a sua grande obra, tudo arrisca sem temores nem hesitações, consideram-n'o, usando a phrase do Cardeal de Alpedrinha — "o maior dos Reis, filho do melhor dos homens».

Outros, impressionados pela sua dissimulação, doblez e ferocidade, não hesitam em denominal-o real carrasco, assassino hediondo, hypocrita quando chora a morte do Duque de Bragança, cobarde quando apunhála sem perigo o Duque de Vizeu, e responsavel pela morte de oitenta victimas sacrificadas á sua vingança.

Na bibliographia geral, encontrará quem me lê obras que póde consultar para se inteirar dos successos, e apreciar o homem que os desencadeou.

Nós aqui, apenas vamos tentar a auscultação do animo de uma mulher que o destino collocou na situação difficil de assistir, sem poder usar de intervenção efficaz, ás investidas dos seus mais proximos parentes, contra o marido a quem a ligavam o coração, o dever e os interesses; e bem assim ás represalias d'esse homem de bronze, na tarefa de esmagar resistencias.

* * *

Ao começar do serão, quando a Rainha nos seus aposentos gosava o primeiro descanso sobre os festejos, e desfructava o prazer de ter comsigo o filho, agora entregue ao seu affecto, foi avisada do que se passára na guarda-roupa, e soube que o cunhado se achava prisioneiro.

Mal isto lhe contavam, tanto ella como as Damas que a acompanhavam foram surprehendidas por extranhos rumores vindos das ruas proximas. Calcula-se facilmente o alvoroço causado no gyneceu real, e as apprehensões que assaltaram a Rainha, ainda incompletamente informada do que se passava.

Gente de toda a cidade, por onde a nova rapidamente se espalhára (talvez mesmo levada por emissarios adrede ensinados) accorria vociferando contra os inimigos de El-Rei. E á luz sinistra dos archotes, clamavam vingança e offereciam as suas pessôas para defeza do monarcha.

O povo sempre sugeito a impulsos violentos, agitava-se e proferia ameaças, que entravam pelas janellas da Rainha, trazendo entre improperios o nome do Duque de Bragança.

Os corredores do Paço começavam a ser invadidos pela populaça, avida de manifestar a sua lealdade ao Rei. "Faziam tamanha união, ruido e estrondo que era coisa de grande terror e espanto, e mais por ser de noite".

Era o inicio de uma revolução. Mas revolução de natureza extranha, porque vinha *de cima*. Nunca se sabe até onde irão essas revoluções.

Nem os que as geram, nem os que ateiam as acendalhas, nem os que vão para a rua destruir e matar, podem pôr entraves no movimento. Por isso a essa hora, o Rei, com alguns do seu Conselho e bons lettrados conferenciava, estudando cautelosamente quaes as providencias a tomar, no caso da onda ir alastrando.

Era urgente assegurar as fortalezas do Duque; mandar emissarios ás comarcas e villas, avisar desde logo os Reis de Castella, e o Embaixador que d'alli viéra...

O momento era grave; não soffria delongas a acção por parte do soberano, que portanto só muito tarde communicou o caso á Rainha; e bem assim o desejo de que ella na manhã seguinte assistisse na sua camara a uma entrevista com o Duque de Vizeu.

Era o moço Duque n'esse tempo um rapaz na pujança da vida. Tivera certa aventura amorosa com uma Duqueza em Castella, aventura de que resultára um filho, e um certo prestigio de conquistador que o aureolava. Bastante estouvado e inquieto de espirito, a sua existencia teria sido talvez proveitosa se o tivessem mandado a Africa a combater. Mas aqui, accessivel a lisongerias, e enfatuado com o seu supposto valor, rodeado de intrigas, convenceram n'o facilmente e elle proprio se convenceu de que a sua missão era collocar-se ao lado dos que atacavam a acção governativa do cunhado.

D. João II sabia-o. Não julgava porém opportuno divulgar casos accumulados de rebeldia. Entendeu portanto ser de bôa politica, e de efficaz disciplina domestica, applicar uma forte saccudidella ao rapazote, e dar como testemunha

d'essa scena a Rainha D. Leonor, em cujo bom conselho e influencia no irmão confiava.

O moço Duque chegou á Camara da Rainha, interrogativo, e ficou certamente inquieto, quando encarou o cunhado e sentiu fixado n'elle aquelle olhar que o fazia tão temido. Mais inquieto ficou quando perante sua irmã, El Rei sem mais preambulos "o reprendeo muito por lhe dizerem que elle soubera das cousas passadas que o Duque de Bragança e seus irmãos, contra elle quizeram commetter. E por sua pouca e nom madura hidade lho perdoou, dando lhe sobre isso taes ensynos, castigos e conselhos que pareciam mais de Padre amoroso que de rigoroso Principe».

Garcia de Resende, dando conta do caso, accrescenta que El Rei accentuára que perdoava e esquecia os erros "*principalmente por a Rainha sua irmã, que elle sobre todos tanto estimava e amava*». Estas palavras não são indifferentes, pois attestam os sentimentos de D. João II para com sua mulher, n'aquelle momento.

O Duque ficou estarrecido. Não achou réplica, nem formulou desculpa. Impossibilitava o a commoção de architectar defeza, e receiava talvez que quaesquer palavras aggravassem a situação. Limitou se a beijar as mãos do Rei.

A Rainha, essa interveiu conciliadora.

As palavras do marido tinham-lhe afagado o coração. Reforçou as com conselhos ao imprudente irmão, e agradeceu reconhecida, e como mercê de El-Rei, a interferencia paternal e o perdão.

Entretanto se assim via o irmão livre, e por agora desviado d'elle o perigo, opprimia-a pensar no destino do cunhado, preso alli a poucos passos, mas a quem não podia valer; e na afflicção em que se encontraria sua irmã, a Duqueza, á qual, retirada em Villa Viçosa, haviam de chegar as noticias inquietadoras. Atormentava-a tambem saber que os nobres se juntavam com o intuito de apresentar uma representação a El-Rei, acerca da prisão do Duque. Que alcance teria esse acto? Em que attitude fallariam? Que ameaças do destino impendiam sobre seu marido e sobre seu filho?

A representação dos nobres foi firme, mas platonica. Pediam a vida do Duque, e que as fortalezas ficassem em obediencia de El-Rei. Este protrahiu a resposta até se saber seguro. Mas logo que verificou não haver resistencia no Reino, nem de Castella vir reproche incommodo, negou se a satisfazer o pedido.

O processo foi instaurado.

Entretanto, o animo da Rainha era desviado um pouco d'esse penoso assumpto, com o pensar em que havia de cuidar-se na educação do filho, e formar a sua Casa.

Para aio, foi escolhido D. João de Menezes, o filho mais novo do Conde de Vianna, e para mordomo, Gomez de Figueiredo. Além d'estes, nomearam-lhe muitos criados escolhidos com especial attenção.

Quiz o monarcha dar solemnidade ao acto da posse dos que iam compôr a Casa do Principe.

Por isso reuniu os todos n'uma sala, e sentado n'uma cadeira, fez-lhes uma falla[1] em que expoz o programma da educação de seu filho, as attribuições de cada um, e salientou a importancia do encargo que lhes dava.

[1] D. Agostinho Manuel — *Vida y acciones*, pag. 110.

— "A' vossa disciplina entrego o meu filho unico, para que com razão, conselhos e bons costumes, governeis a sua meninice e depois a sua juventude.„

A falla é longa, e se as phrases empoladas pela penna do historiador não são exactamente as que o Rei proferiu, traduzem bem o sentimento que o inspirou, para que fosse por esses que o ouviam bem modelada a alma do seu herdeiro.

Terminou esta reunião com o ordenar a todos os nobres, cujos filhos tivessem a edade do seu, que os mandassem para o Paço onde elles se educariam, desejando assim formar em volta do moço Principe uma pleiade destinada a bem servir a Nação.

Ao mesmo tempo eram-lhe dados mestres de todas as disciplinas e artes liberaes, e se é certo o que conta um auctor, poz El-Rei todo o empenho em que ensinassem ao Principe, a Philosophia "conformandose con el voto de Platon, que enseña, cuan bienaventurado seria el mũdo si los Principes filosofaran, ó los Filosofos lo governaran„.

Não creio que este trocadilho occorresse assim formulado á mente de D. João II, que certamente nutriria um scepticismo, aliás legitimo, acerca da excellencia de um mundo governado por philosophos. Mas não deixei de indicar o asserto, pois mostra o cuidado que mereceu a educação do moço Principe D. Affonso ao pae, apezar de assediado por tão graves preoccupações, e á mãe que logo se propoz acompanhar de perto a educação do pequenito, agora junto d'ella.

Não estava porém o seu espirito isempto de inquietações.

O processo do Duque preoccupava-a. Sabia agora que elle era acusado, nada mais nem nada menos do que de ter entendimentos com Castella, contra o Rei, e sabia que seus primos os Reis Catholicos, se tinham limitado hypocritamente a manifestar fingida magoa, pelos acontecimentos domesticos na Côrte portugueza, que *elles sempre haviam querido evitar*. O que bem traduzido significava terem determinado conservar-se alheios. Deram-lhe noticia tambem da fuga do Marquez de Montemór e dos irmãos, o que era compromettedor para o preso.

Logo a seguir soube de que na grande sala do Palacio, com as paredes ornamentadas de pannos de Arrás, representando a justiça de Trajano, muitos juizes presididos por El-Rei julgavam o Duque. Estremeceu pensando na sórte que o esperava.

E effectivamente pela madrugada do segundo dia de discussão, teve conhecimento da sentença condemnatoria.

A morte!

Ia ser justiçado n'uma praça publica, o seu cunhado, o marido da sua pobre irmã, para junto da qual ella não podia correr, a levar-lhe consolação ou conforto.

A sua situação delicadissima entre a compaixão para com o condemnado e o interesse pelo marido, que era o interesse seu e de seu filho, obrigava-a a uma immobilidade dolorosa Por isso mesmo mais violenta devia ser a lucta de sentimentos que se agitavam na sua alma. Se o Duque fosse condemnado seria signal de que muito ameaçado se achava o Throno e a vida dos seus. Se, porém, essa condemnação fosse injusta . . .

E a si propria perguntaria talvez (porque de ninguem podia confiar os pensamentos que a atormentavam) se na balança da Justiça não teria pesado alguma

porção d'aquelle rancor que ella sabia tão volumoso no sentir d'El-Rei contra o Duque.

Diziam-lhe é certo, que seu marido tinha chorado muitas lagrimas, dando grandes soluços a cada voto que concluia pela morte. Mas essas lagrimas que significavam? Não poderia elle em vez de simular consternação, demonstrar piedade? Ao seu coração de mulher decerto não accudiria a inevitavel *razão de Estado*, em nome da qual tantas iniquidades se commetem.

Horas dilacerantes para ella deviam ser as que se seguiram á sentença. Alli, no proprio Paço, estava o homem, seu quasi irmão, que ia morrer degollado.

D'alli o iam tirar, levando-o montado miseravelmente n'uma mula, "e Ruy Telles, nas ancas, apegado a elle", seguindo para as casas d'um tal Gonçalo Vaz, *dos baraços*, junto das quaes se fez o patibulo.

A sua afflicção tornou-se mais intensa ainda, quando na camara em que rezava ouviu soar na Torre de Santo Antão as badaladas de um sino, e lhe disseram que aquelle tóque funebre annunciava a morte do Duque.

Depois contaram-lhe ainda como o condemnado vestido "com uma grande loba, capello e carapuça negra, e com os dedos atados, caminhára para o supplicio serenamente, indo junto a elle de um lado, o Padre Paulo, seu confessor, do outro aquelle personagem mysterioso que nunca se soube quem seria, vestido de negro e que servia de algoz! . . .

Levava o Duque a alma entregue a Deus, mas não deixou de exclamar ao ver o cêpo:

— "Ah! Como em França!" alludindo ao que El-Rei lhe contára acerca de um Duque que em Pariz tinham degollado . . .

Agora emquanto o povoleu que assistira á execução se escoava soturnamente com murmurios varios, pelas ruas estreitas, no seu oratorio, D. Leonor, assediada de presagios que a tensão de nervos ia ampliando, apertava contra si o filho, e implorava para elle a misericordia divina, que é o supremo recurso das almas afflictas! . . .

A tragedia teve uma repetição sinistramente burlesca com a execução em effigie do Marquez de Montemór, queimado n'um cadafalso, armado na praça de sua propria villa. Embora o justiçado estivesse a salvo em Castella, foi tal o abalo que sentiu, quando lhe referiram a scena do manequim a arder, que logo cahiu em modorra e finou-se tristemente.

Era mais um luto na familia e mais um motivo para a Rainha cogitar nos fios da mysteriosa intriga, que porventura ainda existiam, ou se viriam a reatar em volta dos seus.

* * *

Uma deslocação da Côrte, sempre ambulante n'esses tempos, veiu distrahir por um breve espaço as attenções oppressas pela recordação das scenas lutuosas.

A Rainha, El-Rei e o Principe, que em Julho tinham vindo para Abrantes, logo em fins de Setembro foram d'alli em romaria a S. Domingos da Queimada, perto de Lamego.

Esta romaria tinha um fim especial, e o sentimento que alli levava os dois consortes, merece ser registado.

Vinham devotamente pedir ao Grande Santo, que já favorecêra D. Affonso V com egual mercê, "que por seus merecimentos *Deus lhe desse, filhos dentr' ambos que El-Rei muito desejava*".

E' Garcia de Resende quem falla [1] e com estas poucas palavras destroe a affirmação dos que pretendem que existiam divergencias ou falta de harmonia conjugal entre D. João II e a Rainha, de cujo leito pretendem que elle desertára.

As chronicas lidas com attenção e cotejadas entre si, ajudam a averiguar factos e a formular conjecturas verosimeis quando as palavras não são peremptorias. Mas d'este caso, e do que no anno seguinte se passou em Santarem, induz-se claramente a bôa maridança em que vivia o casal.

E' tambem significativa a intenção que os levou a Aveiro, depois de El-Rei ter corrido as Provincias de Traz-os-Montes, Minho e Douro, cuidando em reparar fortalezas e negocios de justiça.

A Rainha e o Principe ficaram no Porto, onde veiu juntar-se-lhes El-Rei. E como a invernia foi violenta, só no fim de Janeiro (1484) poderam ir visitar a Infanta D. Joanna, com um projecto que, se se realisasse, teria evitado futuros males.

O Duque de Vizeu, irmão da Rainha, devia casar-se. A sua grande Casa requeria uma Duqueza.

O seu temperamento irrequieto carecia de ser amansado por alguem que tivesse tacto e firmeza, que soubesse manejar dextramente aquelle animal dotado de certo encanto, mas perigoso, se entregue á propria phantasia.

A noiva bem indicada para o irmão da Rainha, era a irmã d'El-Rei.

D. Joanna (segundo affirmam os biographos) era formosa. Contava-se mesmo que Luiz XI, vendo um retrato seu, ajoelhára maravilhado. E embora já na volta dos 32 annos, não emmurchecêra com a sombra do claustro, nem perdêra a frescura da mocidade.

As suas virtudes eram edificantes.

Dava portanto este consorcio esperanças a D. Leonor, de ver o irmão aquietado, e a D. João II garantia de trazer o imprudente cunhado jungido aos varaes do carro conjugal, sendo governado por sua irmã, pessôa de auctoridade.

Era para todos uma segurança de paz.

Mas o projecto não seduzia nenhum dos dois interessados.

A Princeza, logo desde creança, manifestou tendencias mysticas. Aos cinco annos já aspirava a "uma vida mortificada". Viveu depois sempre no Paço, como se fosse em Convento de Ordem rigorosa.

Desertava os aposentos pomposos, para se encofrar em cubiculos á laia de cellas monasticas. Penitenciava-se, jejuava, impunha-se silencios durante dias con-

[1] Garcia de Resende — *Chronica de D. João II*, capitulo L. Frei Jeronymo de Belem, diz que esta romaria foi em acção de graças por a Rainha ter escapado do perigo causado pelo toiro de que o marido a defendeu em Alcochete, e ter tambem escapado da enfermidade que tivera no anno antecedente, (*Chronica Serafica*, pag. 81. Esta versão não collide com a affirmativa de Resende.

secutivos e dormia em camas duras, sem se despir.[1] As subvestes eram de fazenda grosseira e sobre ellas é que vestia as galas proprias da sua categoria.

Fabricava em companhia das suas aias os cilicios e disciplinas com que retalhava a propria carne, ensanguentando-se propositadamente, o que lhe abalou a saúde. E tão voltado andava sempre o seu espirito para Deus, comprazendo-se sobre tudo em meditar a paixão de Christo que adoptou como devota empreza a corôa de espinhos, e fez bordal-a no seu enxoval e gravál-a na sua baixella.

Cedo foi para Ottivellas, e d'ahi, anciosa de mais rigor, determinou ir para Aveiro, onde melhor se mortificasse, em companhia da Madre Brites Leitôa, religiosa de grande virtude. Quiz professar, mas o Rei, os Grandes e o povo, reclamaram protestando, visto poder vir a herdar o throno. Horrorisava-se contudo, quando lhe fallavam em casamento, ou com o Delphim de França, ou com Maximiliano, Rei dos romanos, ou com outros Principes que lhe foram propostos.

Até que afinal fez voto de castidade.[2]

Era esta a noiva destinada ao elegante e mundano Duque de Vizeu, ainda lembrado dos seus exitos recentes em Castella, onde captivára a seductora viuvinha D. Leonor de Sotto Mayor, Duqueza de Villa Hermosa, cunhada de Fernando, o Catholico.

Passar dos braços da linda hespanhola, amorosa e sensual, para os da devota e casta reclusa de Aveiro, amortalhada no habito dominicano, não era projecto que attrahisse o moço D. Diogo.

Talvez isto explique a falta de alvoroço em acompanhar a irmã a Aveiro, e ter ficado em Thomar por se achar *mal sentido*.

O plano afagado pela Rainha D. Leonor que assim esperava prevenir futuras desgraças, desfazia-se em fumo perante a antinomia dos caracteres de seu irmão e de sua cunhada.

Quem sabe se no animo da Santa, quando tempo depois lhe chegou o echo da tragedia de Setubal, não entraria o desgosto de pensar que, annuindo a essa união, teria talvez evitado tantas calamidades! E quem sabe tambem se não foi uma especie de remorso a peçonha que a envenenou, mais ainda que a do pucaro d'agua, ministrado, ao que se disse, por uma endemoninhada peccadora de Aveiro!

Desistindo de realisar aquelle casamento veiu a Côrte para Santarem, onde, para receber os Soberanos, se fizeram festas de toiros, danças e torneios.

[1] Existe no Museu Regional de Aveiro, um retrato que a figura nova e formosa. (Vid. *Subsidios para a biographia da Infanta*, por Lopes de Mendonça no *Boletim da Academia*, vol. XII).

[2] O sr. Lopes de Mendonça, num interessante artigo intitulado *Subsidios para a biografia de Santa Joanna*, publicado no *Boletim da Academia de Sciencias de Lisboa*, vol. XII, menciona e crê que a *precoce propensão mistica não está plenamente demonstrada*. Deixa mesmo a duvidar a existencia d'um caso romanesco, em que ella podia ter sido a heroina, embora as chronicas a têem dado pequena entregue ao mysticismo. Mesmo que isso venha a provar-se, com respeito a primeira mocidade, o certo é que no momento a que nos referimos estava tão completamente entregue a Deus, que recusou unir-se ao seu brilhante primo.

CAPITULO XVII

Serões reaes

EMBORA pareça paradoxal ou inverosimil que, logo quasi em seguida ao terror causado pelas tragedias, desabrochem idyllios, se entreabram sorrisos, se entoem musicas festivas, sejam esboçados passos de dança pulada ou arrastada, echoem nas lezirias ribatejanas os latidos dos sabujos e as buzinas dos monteiros; ou nos serões reaes do Paço, entre as Damas da Rainha e os poetas palacianos, se cruzem os apodos risonhos, as trovas de louvor, as cantigas de maldizer, e se tractem de coisas de folgar, ou se debatam questões subtis de casuistica sentimental, a verdade é que n'este anno, pouco depois de extinctos os echos sinistros, vindos da praça de Evora, todos os animos explodiram n'uma ancia de prazer.

E' um phenomeno vulgar na vida das sociedades.

A humanidade é sempre a mesma. Quando raciocina, parece-lhe incrivel que alguem, tocado pela aza da desgraça, possa vir a gozar.

Passados porém os periodos de abalos violentos em que todos os espiritos são assaltados pelo panico, e apenas o perigo se esvae, os peitos dos que ficam dilatam-se n'uma sensação de allivio, os sentidos aturdem-se, e os fumos de regosijo embebedam todos os cerebros.

Não me proponho aqui seguir na peugada de Erasmo, reproduzindo ou paraphraseando o *Elogio da Loucura*. Apenas verifico a existencia de um facto que se repete em todos os periodos da Historia, e se reproduz tanto nas camadas intimas, depois dos cataclismos, das epidemias e das revoluções, como nas raças cultas, açoutadas por catastrophes, que a fatalidade destinou, ou os homens desencadearam.

A Côrte, no mesmo anno em que se representou o primeiro acto da funebre jornada das conjuras, e em que os corações sentiram, com a doença da Rainha, a ameaça de perderem aquella que era o fulcro da vida intellectual e mundana, dançou, esgrimiu, quebrou cannas e lanças nas liças dos torneios, correu toiros nos terreiros, e poetou requintadamente em verdadeiras *Côrtes de Amor*.

Não era frivolidade inconsciente, indifferença collectiva, ou egoismo individual, que levava a gente de escol a debater nas seroadas reaes, o processo que ficou

famoso com o titulo *Cuydar* e *Sospirar*. A mocidade tem direitos de que não abdica. Gente nova em conjuncção, não é natural que occupe as horas de desfastio com o carpir eternamente as desgraças passadas, ou a entoar em côro, *in perpetuum*, lamentações e threnos biblicos. Por seu lado, aos versejadores já consagrados em torneios lyricos, não soffria o animo ficarem-se mudos, quando em contacto com a mocidade, que lhes aguilhoava o amor proprio.

Foi o caso que se deu com a donzelaria da Rainha, e os velhos poetas aulicos, cortejadores namorados, que enxameiavam na Côrte.

A indole do Rei, e a personalidade da Rainha, davam alento aos espectaculos e mundaneidades.

D. João II, representava sempre, e representava bem. Primeira figura na scena em que se achava, comprazia-se em desempenhar com pericia o difficil papel que se arrogára.

Não era um *cabotino* no sentido pejorativo da palavra applicada a comediantes refeces, ou aos pretenciosos profissionaes do tablado. Mas era fundamentalmente um *theatralisador*, cuja acção se regia conforme as condições scenicas mais apropriadas aos effeitos da optica dramatica.

Nos actos de justiça, nas coisas de prazer, nos officios religiosos, nas caçadas, justas, torneios, mômos e entremezes; na intimidade de familia, nas relações com os soberanos estrangeiros, nos serões do Paço, ou nos actos da vida domestica, a sua individualidade impunha-se sempre como a de um comediante emerito, ou como de emprezario engenhoso.

Agora, juiz inflexivel presidindo ao tribunal que julgava o cunhado, com todo o apparato sinistro, logo *Cavalleiro do Cysne*, deslumbrante no seu trajo medieval, entrando na liça seguido pelo pagem, rutilando oiro e pedrarias, com os oitenta mantedores, e cincoenta aventureiros vestidos de seda, ao som de trombetas bastardas; depois nos saráus de Evora, Santarem e Almeirim, "singular dançador em todalas danças„ meneiando-se entre a assistencia, como o Rei David junto da Arca, ou como os mais dengosos tafues da Côrte florentina de Lourenço de Medicis, o *Magnifico*; e sem quasi transição vemol-o depois em outro serão na casa da Rainha, deitar-se no regaço d'esta e, levantando-se, mandar executar uma alta dança, passar entre os bailadores, e deitar-se no regaço de D. Maria de Ataide sem que esse capricho inesperado molestasse a Rainha, ou escandalisasse os presentes. Mais logo, como na tragedia classica, apunhala elle proprio o cunhado, Duque de Vizeu, preparando a scena, compondo as phrases, mandando lançar nas ruas escuras o pregão que havia de impressionar em seu favor a alma da plebe amotinada. A Angelo Policeano, escreve e recebe d'elle, cartas que sabe haverem de ficar archivados na memoria da posteridade. Chama para a sua Côrte: Sansovino, o architecto; Cataldo Siculo, o poeta e jurisconsulto; Valentino de Moravia, o impressor; Behaim, o cosmographo; Mestre Moysés, o physico; e Abraham, o rabbi astrologo, os quaes juntamente com o Bispo D. Diogo Ortiz, formam um côro maravilhoso n'essa esplendida Sonata scientifica a que se chamou a junta dos mathematicos, que elle regia, e na qual a sua voz predominava. Ao mesmo tempo, dextro e esforçado, faz frente a um toiro, na rua de Alcochete para defender a Rainha; e tempo depois, representa admiravelmente a scena em que manda aos Embaixadores de Castella, os dois papeis comminatorios. Em seguida, envolto na grande loba de Capello solemnisa as Endoenças, e

vestido ricamente com grande Estado Real, assiste ao Corpus Christi e a outras festas pomposamente *cerimoniadas*.

Grande inventor, era tambem actor consummado — *Auctor et actor*. E possuia no seu vasto repertorio, todos os registos com que modulava as inflexões que as circunstancias exigiam.

Desde a tragedia á farça, desde o tenebroso ao pueril, em tudo era *perfeito*. Tudo desempenhava com sinceridade como interprete genial, que era, das proprias obras dramaticas. Chorava com verdadeiras lagrimas, e ria com alacridade contagiosa. Assim, os seus sentimentos manifestados exhuberantemente, e vindo de quem vinham, eram communicativos.

Não é portanto de extranhar que a gente que o rodeiava, logo depois das commoções violentas de dôr, transitasse para os passatempos quasi infantis do "trovar palenceano".

A Rainha, essa, se não tinha na medula da alma, a *vis dramatica* de D. João II, sentia na sua consciencia de soberana o alcance do papel que desempenhava.

Ao seu coração bonissimo, não eram indifferentes as tempestades dolorosas que devastavam a propria familia, nem as alterações prenhes de ameaças, que convulsionavam o corpo da Nação. Mas tinha a amparar-lhe o animo, aquella especie de *graça de estado* que dá ás mulheres nascidas e creadas na esphera em que ella gravitava, a serenidade, a energia, e o valor com que dominam as circunstancias.

Accresce que superiormente intelligente e interessada na orientação de todas as correntes intellectuaes, litterarias e artisticas da epocha, a sua razão clara ajudava-a a abafar lamentos e a procurar nas coisas do espirito, um derivativo salutar.[1]

Ora se occupava em seguir os progressos de uma nova arte, que desabrochava e que havia de revolucionar o mundo — a arte do imprimidor — ora inquieria dos *mômos* projectados para as cerimonias em Santos, ora das trovas compostas pelos mais subtis versejadores de entre os cortezãos, ora dos jogos de cartas inventados pelo pagem da escrivaninha, para desfastio dos serões reaes.[2]

Comprehendia com perspicacia, a intenção politica do Rei, seu marido, desejando que a Côrte não se deixasse ensopar em tristuras, ou prostrar em modorra lethargica.

Cahido o panno sobre o epilogo da tragedia, era preciso que o Paiz não se deixasse succumbir. E a Côrte era o figurino da Nação. Folgar, era portanto uma especie de sacerdocio profano, e por isso cumpria entreter os ocios á maneira de então.

---

[1] «Apparece aqui um elemento que faltou na Corte de D. Affonso V, quasi sempre occupada com as expedições de Africa: uma Rainha intelligente e dotada de um caracter artistico, em volta de quem se dispendiam todos os recursos da imaginação e da galanteria.» Theophilo Braga — *Poetas palacianos*. pag. 261.

[2] «Era em volta da Rainha D. Leonor que se ventilavam as côrtes de amor, e se processavam as questões de casuistica sentimental». Theophilo Braga — *Poetas palacianos*. pag. 262

* * *

Ora, n'este anno de 83 andava no Paço, entre outras, uma formosa rapariga que deixou fama de viveza de espirito. Enfeitiçava corações, e espicaçava com a sua graça e travessura, o estro dos rimadores aulicos.

D. Leonor da Silva, deve ter sido muito prezada na roda palaciana, pela garridice da figura, e pela promptidão das suas replicas e expedientes.

Assim o indica o enxame de *servidores* que a adulavam. *Servidores* na linguagem então corrente, era mais que *chichisbeu*, era menos que namorado. Homens novos, ou já maduros, solteiros ou casados, a quem a belleza ou os embelecos de uma mulher attrahiam tornavam-se seus servidores. Sem outras consequencias.

Rodeavam-n'a, disputavam preferencias, cantavam os seus louvores, e ás vezes vingavam-se do seu desdem, se eram menosprezados.

Muitos eram os que serviam D. Leonor da Silva. Mas entre elles com mais assiduídade, e talvez com um sentimento mais intenso, destacavam-se, Jorge da Silveira e Nuno Pereira.

O primeiro era filho do Coudel-Mór, o velho poeta, conhecido pelas trovas cantigas e versos amorosos, em que era prodiga a sua musa.

O filho era tambem manejador de rimas para uso da Côrte.

Não o era menos Nuno Pereira, o seu competidor nas bôas graças da requestada D. Leonor. Este embora fosse casado com uma Izabel [1] a quem por occasião do seu consorcio tambem dedicou versos, não se embaraçava com o seu estado e cortejava abertamente D. Leonor.

Indo de uma vez ambos os poetas por um caminho, vinha Nuno Pereira muito cuidoso, e Jorge da Silveira dando muitos suspiros.

Jorge da Silveira estacou, e encarando o cunhado atirou-lhe este rifão :

— "Vós senhor Nuno Pereira
Por quem hys assim cuydando ?"

E este illudindo a resposta retorquiu-lhe:

— "Por quem vos hys sospirando
Senhor Jorge da Silveira ?"

[1] Supponho-a irmã de D. Jorge da Silveira, pois dizia este :

«Ter poder de respirar
asaz he Senhor cunhado,»

(*Cancioneiro Geral*, tomo 1, pag. 1.)

e mais adeante
«Vós cunhado qu'alegastes»

(Ibid-Ibid, pag. 14.)

Bem sabiam elles que era uma só a causadora do encantamento. Por isso resolveram recorrer a ella, para que resolvesse qual era mais sincero no sentir, se Nuno Pereira *cuidando*, se Jorge da Silveira *suspirando*.

"Com fee de seruir inteyra
A quem nos fere matando
Vamos, tristes, demandando
Que julgar isto nos queyra."

Fizeram-n'a juiza. E ella remetteu o pleito para ser julgado á noite nos Serões, tornados assim verdadeiras *Côrtes de Amor*.

Estas disputas com fórma de processo juridico, vinham de longe na tradição. Em França desde o seculo XII, debatiam se, em tribunaes presididos pelas mulheres mais formosas e mais nobres, as questões de sentimento e as praxes de galanteria.

As sentenças da Viscondessa de Narbonne, da Condessa de Flandres, e da Condessa de Champagne, tinham ficado celebres na historia da litteratura galante da Edade Média.

Eram verdadeiras decisões ou julgamentos dados em forma de *tenção*, como as dos desembargadores nas causas judiciaes. E nos 31 artigos do Codigo de André Chapelain, auctor da *Eurotica seu Amatoria*, fundamentam-se quasi todos os considerandos, sobre casos de consciencia amorosa.

"Qui ne sait celer ne sait aimer; — "Personne ne peut se donner à deux amours; — "L'amour véritable n'a desir de caresse, — que venant de celle qu'il aime"., etc. etc. etc.

Nas assembléas e sociedades cultas da Europa latina, debateram-se durante a Edade Média, n'estas *Côrtes d'Amor*, ou tribunaes de galanteio, os pontos mais intrincados de subtilezas sentimentaes.

E foi pela dôce Provença, d'onde importáramos o amor da poesia lyrica, e os rudimentos da lingua sonora, com que os nossos avós trovaram, que chegou á Côrte dos Reis portuguezes a moda dos debates, de que é o mais genuino especimen, este do *Cuydar Suspirar*.

D. Leonor da Silva foi na Côrte da Rainha D. Leonor, o que haviam sido em França, Leonor d'Aquitania, Sybil'a d'Anjou, Ermengarda de Narbonne, e todas as outras nobres protectoras de troveiros que em Gasconha, presidiram aos torneios de poesia.

A nossa era perita na instrucção do processo. Intimou logo os dois servidores a que nomeassem *procuradores* ou advogados que os ajudassem.

Nuno Pereira, por parte do *Cuidar*, nomeia João Gomes da Ilha e D. João de Menezes. Escolheu bem. João Gomes, era habil versejador, como se demonstra no Cancioneiro, onde se encontram muitas trovas suas, além das ajudas que deu n'este processo.

E D. João de Menezes, que depois foi Conde de Tarouca, além de poeta, era nada mais e nada menos que Mordomo Mór de D. João II.

Jorge da Silveira, por parte do *Suspirar*, encarrega da defeza, seu irmão Francisco da Silveira, guerreiro da India, e Capitão-mór das Fortalezas de Diu e de Çofala, e por vezes invoca o auxilio do Coudel-Mór, seu pae.

A Côrte dividiu-se logo em dois partidos.

Uns affirmavam que *Cuidar,* é uma fórma mais sincera de demonstrar o sentir.

Outros sustentavam que o suspirar é mais expressivo.

Pereiristas e *Silveiristas,* (como hoje se diria) estenderam o pleito por muitos serões, provocando incidentes graciosos, e a entrada de poetas extranhos ao caso, como Jorge de Aguiar e Pero de Sousa Ribeiro.

Enchem 106 paginas do Cancioneiro de Resende, as allegações rimadas que de parte a parte se produzem, até que a 9 de Novembro, D. Leonor profere solemnemente a sentença a favor do *Suspirar.*

"E porem poys julgador,
Sam supremo neste feyto,
Julgo nos autos d'amor
Sospyrar por vençedor,
Sobre vencydo sogeyto".

E o escrivão lavrando a sentença, marca a data do julgamento.

"A nove dyas do mês,
Dos onze meses do anno,
Da era d'oytenta e tres
Desta sentença medes,[1]
E auto palençeano.
Foy feyta provicaçam[2]
Dento da Côrte outrossy,
Do grande Rei don Joham;
E eu, dyto escryvam,
Questo todo escrevy."

Mas não findou logo a pugna, pois houve aggravos, requerimentos, e a leitura das coplas que Nuno Gonçalves, Alcaide-Mór de Alcobaça, *sacratareo* do Deus do Amor, enviou a D. João de Menezes, em favor do *Cuidar.*

Prolongou-se pelo inverno dentro, e é mesmo provavel que, quando a Côrte se deslocou, levasse ainda os dois partidos, degladiando-se a golpes de estrophes, de rimas e de apódos, em que eram invocadas *Oriana, Iseu,* e outras figuras de lenda na tradição amorosa.

D. Leonor da Silva, proferiu a sentença, mas não deu preferencia a nenhum dos contendores.

Ladina, como era, não se deixou commover por *suspiros* ou *cuidados* apresentados em verso, e escolheu ou acceitou por marido um fidalgo da Provincia, "lá dos Soutos da Beira" para onde se retirou. Então os poetas despeitados, uniram-se na malquerença, e vingaram-se rogando-lhe pragas.

---

[1] *Medes* — mesmo.
[2] *Provicaçam* — publicação.

"Poys que dama tam perfeyta
consentio de a casarem,
e quis ser d'outrem sogeyta
os servidores qu'emgeyta,
tem rrezam de praguejarem."

Alguns d'esses vaticinios são tremendos, e de tão pittoresco realismo, que não os acceita a indole d'este livro, nem as leitoras me levariam a bem que lhes servisse acepipes tão crus e apimentados.

Apenas, para se fazer ideia do tom em que os despeitados se dirigem increpando-a, transcreverêmos esta quintilha:

"Donzella mal marydada
que se nos vay d'esta terra,
deos lhe dê vyda penada,
porque lhe seja lembrada
minha pena lá na serra."

Segue-se um rozario de maldições, desejando-lhe varios dissabores na vida conjugal com o desageitado marido:

"Tenha candea d'azeyte
e lençoes gordos na cama,
crye seus filhos a leyte,
antr' elles sempre se deyte
que pareça mãy e ama.
. . . . . .
Ho marido lh' avorreça
e elle lhe queira mal . . ."

Parêmos aqui para não esmiuçarmos todas as desventuras que os *servidores* agoiram ao casal. Depois de desfecharem aquella saraivada de pragas á perfida que os desprezára, tomou cada qual o seu caminho. E ao deante, Nuno Pereira, tambem foi descansar, ou remoer o seu desengano para um rincão campestre. Lá de Lamego escreve depois uma longa carta ao cunhado, seu antigo rival, que ficára na Côrte, e entre outras coisas diz-lhe:

"Priuar em cas da rrainha
deos vollo deyxe fazer,
e a my hn' uma vinha
a rreguar huuma almoinha,
em que tenho moor prazer.
Deos vos dê muyta privança
com el Rey, nosso senhor,
E a my lavrança,
Aguylhada em vez de lança
Vós paçaão, eu lavrador."

Outras diversões além d'estas, occupavam os saraus da Côrte, sob o olhar benevolo da Rainha. Jogos de cartas ou de destreza, danças, môMos, entremezes, maliciosas armadilhas aos incautos, indiscretas allusões em verso a casos amorosos, allusões a ridiculos, ou desmascarando os cautelosos rebuçados e encobertos com o anonymato, ou desvendando os mysterios de alcova, tudo era trazido aos serões, que deixaram de si tão alegres lembranças, na phrase celebre do bom Sá de Miranda:

Os môMos, os serões de Portugal,
Tão fallados no mundo, onde são idos?
E as graças temperadas do seu sal?

Se a alguem hoje parecerem em extremo futeis essas occupações; ou mesmo um quasi nada amaneirados (ia a dizer piégas) estes jogos de palavras, esta casuistica sentimental, deve considerar que não eram preparados para uma Academia, nem destinados á posteridade. Vieram a nós, trazidos indiscretamente por Garcia de Resende. Eram apenas desfastios de gente moça, não mais frivola, nem falta de engenho do que aquella que em nossos dias se compraz nas charadas figuradas, nos meneios do *tango*, ou nas delicias do *bridge*.

E pensando que os figurantes dos serões, se batiam em Africa, navegavam para a India, ou deixavam memoria de si nos fastos da Historia, e que a Rainha, era aquella que fez desabrochar a musa vicentina, não nos quedarêmos a sorrir com superioridade ao registarmos o Processo do *Cuydar* e *Sospirar*.

* * *

Se se attender á chronologia que nos indicam as chronicas de Ruy de Pina [1] e Garcia de Resende [2] comparando-a com a indicação da data da sentença a que alludimos, uma parte dos episodíos d'este *Processo* deve ter-se passado no Porto. Foi ahi que a Rainha passou o outomno de 1483 e principio do inverno de 1484. [3]

[1] Ruy de Pina — *Chronica de D. João II*, cap. XVI.

[2] Garcia de Resende — *Chronica de D. João II*, cap. L.

[3] O sr. Theophilo Braga, no seu livro *Poetas Palacianos* (pag. 273) diz: «O caracter bajulador dos poetas deste periodo, resume-se no seguinte facto: depois da festa de Corpus Christi, fôra a execução do Duque, e logo em outubro d'esse mesmo anno de 1483, se celebraram os serões do paço em Santarem aonde a melhoria dos poetas tomou parte no afamado processo do *cuidar e suspirar*.» Ora Ruy de Pina, que o sr. Theophilo Braga invoca, diz: «No fim de setembro deste anno, El-Rey com a Rainha, Principe e senhor Don Manuel se partiu d'Abrantes ... . E de Lamego a Raynha se tornou a Viseu e d'hi pela estrada se foy aa *cidade do Porto* — e El-Rei *tornou se ao Porto* onde a Raynha o esperava, e ali por grandes invernos que sobrezieram *estiveram até o Janeiro* do anno seguinte, de mil quatrocentos e oytenta e quatro»

A 9 de Novembro, quando D. Leonor da Silva deu a sentença, estava portanto a Côrte no Porto. Não tem grande importancia o caso.

Apenas serve para verificar que tanto no norte como no sul, a vida da Côrte tinha sempre a mesma intensidade nas diversões.

Não quer isto dizer que se não prolongassem depois os incidentes d'este debate, nas successivas estações da Côrte, que do Porto veiu a Aveiro, visitar D. Joanna, e em seguida a Santarem, onde passou a Paschoa d'esse anno, "com touros, canas e danças em muita perfeição».

A onda de folia mundana não esmorecia, a gente moça não parava no folgar, os corações não deixavam de *cuidar*, e de *suspirar*, e nos Serões, os poetas e as mulheres espirituosas continuavam a mordiscar-se em verso.

CAPITULO XVIII

Novas conjuras

DEU-SE então o caso tão significativo que refere Garcia de Resende no capitulo que se intitula: "Do que aqui em Santarem aqueceo a El-Rei de noyte".

Começa o chronista nos seguintes termos:

"Nos paços de Santarem, estando El-Rei com a Raynha na cama, depois de todos repousados acerca da meya noyte dormindo já El-Rei bateram á porta da camara onde jazia."

O facto narrado minuciosamente com a circunstancia de o soberano ouvir as mysteriosas pancadas, de formular repetidas perguntas, e de se erguer "mui manso", de tomar a espada, a adarga e uma tocha, e de caminhar atraz de um supposto homem ou phantasma, que ia abrindo todas as portas, atravez dos corredores escuros e desvãos do Paço, é episodio de sobejo conhecido, e tem sido objecto de commentarios diversos. Attribuiram uns este caso á inquietação da consciencia mordida de remorsos, e evocadora de visões sinistras, que o Rei tentava afastar perseguindo as. Suppõem outros que a vigilancia permanente do seu espirito, sciente das ciladas de que estava ameaçado lhe dava um alerta a cada rumor que ouvia, ou suppunha ouvir.

São porém os escriptores concordes em que n'este ensejo, como sempre, déra prova de grande valor, indo sósinho affrontar os perigos. Terminado o alvoroço no Paço onde todos despertaram aos brados da Rainha,[1] o soberano de rosto seguro e alegre manda fechar todas as portas, dá boas noites, e "tornou-se a lançar *na cama, com a Raynha* como dantes jazia, e não deixou por isso de repousar e dormir".

E' escusado accentuar (o que ao espirito do leitor terá já accudido) que tanto a inquietação de D. Leonor, sentindo o marido ameaçado, como a communidade do thalamo, de que os dizeres d'aquelle capitulo dão testemunho, comprovam a permanente harmonia do casal.

---

[1] «A Raynha bradou alto e aos brados lhe acudiram, mulheres que á grande pressa chamaram os fidalgos da guarda e monteiro.» Garcia de Resende — *Chronica*, cap. L.

A duras provas ia estar essa harmonia sugeita.

Em difficeis circumstancias se ia encontrar de novo o coração da Rainha, com o desenvolver dos acontecimentos, que se estavam preparando.

A execução do Duque de Bragança deixára os espiritos inquietos. Os descontentamentos fervilhavam.

Interesses feridos, orgulhos abatidos, existencias ameaçadas, e a comparação entre as condições da vida da nobreza, em tempos de Affonso V, com a rispida intransigencia do seu successor, traziam muitos cerebros exaltados, muitas almas dispostas a uma reacção por meios violentos.

Accresce que de Castella, um sopro perfido, tendia sempre a ateiar o incendio na Côrte de D. João II.

D'alli acenavam, mais ou menos dissimuladamente com o engodo de um casamento entre o Duque de Vizeu e a filha bastarda de Fernando, o Catholico, que assim tinha esperança de a ver um dia Rainha de Portugal.[1] Isso daria tambem a Fernando e Izabel a posse da *Excellente Senhora*, seu eterno pesadello.

Aqui em Portugal, a excitação dos que se julgavam mais offendidos pelo novo estado de coisas fornecia acendalha propicia para o fogo que ia lavrando.

O Duque de Vizeu, era, pelas suas qualidades e defeitos, o homem predestinado para n'esta conjunctura ser posto á frente dos que se sentiam ameaçados. De bôa presença, affavel, quasi prodigo, attrahia facilmente sympathias. A sua disposição para os prazeres mundanos, dava-lhe aquella especie de encanto que teem todos os estouvados audaciosos. Leviano, accessivel á lisonja, facilmente suggestionavel, arrastavam n'o a situações irreductiveis, com a ideia de uma missão a cumprir — Salvar o Reino — ser elle Rei. Quando estivéra em Castella, um astrologo (talvez commissionado pela arteira Izabel, a Catholica, predisséra lhe que havia de empunhar um scepetro. Ruy de Pina attribue toda a sua louca empreza, a instigações dos conselheiros.[2] Sabendo-o muito vaidoso excitavam-lhe revoltas de amor proprio, insinuando lhe que o cunhado o tractava de resto, e lhe chamava "rapaz necio e para poco".[3]

O Bispo de Evora, D. Garcia de Menezes, vaidoso tambem, conscio do seu merecimento pessoal, que julgava desprezado, e achando-se sentido com a morte do Duque de Bragança, de quem fôra amigo dedicado, poz toda a sua actividade politica na empreza de lhe vingar a memoria. E' voz unanime ter sido elle a alma de conjuração, da qual o Duque de Vizeu foi chefe nominal e inconsciente.

Avistavam-se secretamente os dois, pela callada da noite, n'um arrabalde de Santarem. E com elles conspiravam D. Fernando de Menezes, irmão do Bispo, Fernando da Silveira, filho do Barão d'Alvito, D. Guterre Coutinho e ainda outros conjurados, que haviam resolvido matar o Rei, e apoderar-se do Principe Herdeiro.

Foi n'esta occasião que, depois da Paschoa, a Côrte se mudou de Santarem para Setubal. Emquanto as nuvens se accumulavam no horizonte, carre-

[1] D. Agostinho Manuel — *Vida e acciones etc.*, pag. 137.
[2] Ruy de Pina — *Chronica de D. João II*, cap. XVII.
[3] Ferreira y Sampayo — *Vida y hechos del Principe Perfeto*, fol. 38 v.

gadas e ameaçadoras, "El-Rei, a Raynha, e Principe e toda sua Côrte, indo para Setubal, foy pelas leziras, a montes e caças, e com muitos banquetes e prazeres e festas».

Extranha cavalgada aquella!

Tem não sei que sabor de lenda macabra, esta marcha festiva na apparencia, este avançar da caravana ambulatoria, ao longo dos campos do Ribatejo, desenfastiando-se em monterias e repastos, cujos convivas estavam já condemnados pelo destino, á morte tragica a breve trecho.

Ballada de espectros galhofeiros! Se alguem se dispuzesse a escrevel-a teria encontrado *un frisson nouveau*, uma fórma inédita de arrepiar a imaginação, mais palpitante que a dos contos de Edgar Poe, de Hofmann, ou de Villiers de l'Isle Adam.

Farejavam os conjurados o momento opportuno para se desfazerem do Rei, e prenderem o Principesito.

D. João II, vigilante, espiava os movimentos d'esses caçadores que elle sabia trazerem-n'o seguido em correrias ás lébres, emquanto não topavam ensejo propicio para abaterem a caça grossa, a peça real, que tinham em vista.

Singular duello, em que os punhaes andavam rebuçados em sorrisos e cortezias!

A Rainha ignorava por completo as machinações dos que tramavam a morte de seu marido, e o encarceramento de seu filho, para, com o pretexto de o fazerem Rei, ficarem senhores da situação.[1]

Minucias tambem as não conhecia talvez El Rei. Só depois em Setubal, quando Antão de Faria lhe communicou a denuncia de um certo Diogo Tinoco, irmão da amante do Bispo de Evora, é que se inteirou da conjura.[2]

O Bispo, imprudentemente, confiára o plano á infiel Tinoca, mulher de baixa condição, e de alma ainda mais baixa, que o trazia captivo. E tambem incautamente não attendêra a que o irmão d'ella, ganancioso e enredador, espreitava de noite as idas e vindas dos conjurados.

Este, disfarçado com um habito de frade, encontrou se na egreja de S. Francisco com o proprio Rei D. João II, a quem revelou tudo.

A delação foi lhe corroborada por D. Vasco Coutinho, o futuro Conde de Borba, o qual por seu irmão estava ao corrente da trama urdida.

Começou então a lucta tenebrosa, tão fertil de episodios, entre o Rei audacioso e dissimulado, e os conspiradores desastrados nas suas tentativas, sempre que intentavam dar o golpe decisivo.

Todo o drama é palpitante de lances theatraes.

Mas por serem de sobejo conhecidos, dispensamo-nos de os referir. Tanto

[1] Ferreira y Sampayo — *Vida y hechos*, [illegible] 44 v. El intento de los conjurados era matar al Rey don Juan, como a tirano, y alçar en su lugar por Rey, al Principe don Alfonso, su hijo, debayo de la tutela de la Reyna Doña Leonor su madre *ignorante sempre destos tratos* y del Duque de Viseu su tio.»

[2] Ruy de Pina — *Chronica de El Rei D. João II*, cap. XVIII, «cuja final detriminaçam era mataremno a ferro, e recolherem o Principe prisoneiro a Cezimbra; e que por logo assessegarem cõ elle o Regno, ho alevantariam por Rey que ho seria attee que o Duque quizesse, o que ficaria em sua mão e vontade.»

mais que a Rainha D. Leonor estava completamente alheia ao que se ia passando. Foi com verdadeiro assombro que, á hora do serão de sabbado [1] 28 de Agosto, ao qual assistia D. Garcia de Menezes, viu entrar nos seus aposentos o capitão de Ginetes Fernão Martins, a chamar aquelle Bispo da parte de El-Rei.

Apenas D. Garcia sahiu, foi logo preso e levado para Palmella.

Nas ruas escuras de Setubal, começavam a ouvir-se rumores sinistros, semelhantes aos que já tinham roncado em Evora, quando a plebe e a soldadesca se amotinaram. A Rainha inquietou-se.

Que seria?

Foi então que lhe disseram, que, n'essa tarde, El-Rei tinha mandado chamar seu irmão o Duque de Vizeu, a Palmella, onde estava com D. Beatriz, mãe de ambos. D. Diogo receiando novidade, tão perturbado se sentiu, que ao sahir a porta, tropeçou e feriu-se na cabeça. Contaram mais á Rainha que El-Rei, ao cerrar da noite o levára á guarda-roupa, e alli o matára ás punhaladas.[2]

Ouvindo isto, a Rainha estremecêra.

Santo Deus! Outra vez sangue derramado!

E sangue de seu irmão! Não indagou mais. Correu logo fóra de si, dando largas á sua exaltação e á sua dôr, direita aos aposentos do marido.

— O Duque de Vizeu assassinado! E o assassino era D. João II, o homem a quem lealmente queria, e de cuja lealdade não duvidava!

Entrou espavorida . . .

O contemporaneo von Popplau, que residiu alguns tempos em Portugal, n'esta occasião, e que tomou informes acerca das conspirações refere: "Se me dijo tambien que la Reina al saber la muerte de su hermano se arrancaba los cabellos, torcia sus brazos, y prorrumpia en gritos y sollozos desesperados. Informado el-Rey, la amenazó, si continuaba así, de envolverda en la misma causa de traicion de su hermano, y entonces se quedó quieta.»

Que ha de verdade n'esta scena?

Verosimil é de certo a explosão de chôro afflictivo de D. Leonor, ao ter conhecimento da scena succedida na guarda-roupa.

E' tambem natural que D. João II, cujas coleras eram tremendas, excitado ainda com as commoções causadas pela scena tragica, sentisse os nervos pouco dispostos a escutar lamentações e chôros mulheris.

Mas d'ahi ao arrancar ella os cabellos, torcendo os braços e barafustando, como collareja enraivecida, e á ameaça por parte d'elle, de a metter no numero dos reus da conjura, vae um abysmo.

Nem a Rainha, Senhora sempre, manifestava de certo a sua dôr theatralmente á laia das mulheres da Ribeira, nem D. João, brutal, sim, mas bom ca-

[1] Ruy de Pina, diz 28 de Agosto; Garcia de Resende, diz 23 de Agosto, Popplau diz: el dia de las visperas de la exaltacion de la Santa Cruz. A nota da pag. 36 diz, 13 de setembro. D. Agostinho Manoel diz, 22 de Agosto.

[2] A scena é descripta por varias maneiras, umas mais theatraes, outras mais verosimeis. Para nós é secundario como se passou a tragedia. O que nos importa é o desfecho e a impressão causada na Rainha.

valleiro, insultaria por esse modo uma mulher, que era a sua, e irmã da victima, atemorisando-a com o espantalho da cumplicidade!

E não daria certamente, com essa ameaça inepta, azo a que lhe imputassem o sestro de fazer accusações gratuitas, ou de, julgando-a culpada, continuar, como continuou, a viver com ella, e a demonstrar-lhe a consideração que até ao fim de sua vida sempre manifestou.

As asserções de Nicolaus von Popplau, embora pittorescas e attrahentes devem sempre ser passadas pelo crivo de uma severa critica.

O nobre Silesiano era *um original* com a mania das viagens, durante as quaes ia tomando notas, que foram publicadas por Javier de Liske [1] e traduzidas em hespanhol por F. R.

Mettido n'um carro, a que ia preso o seu cavallo de combate, e sobre o qual collocava a enorme lança que só elle podia manejar, correu a Europa com pequeno acompanhamento. Chegou a Portugal no anno de 1484, justamente quando a Côrte se encontrava em Setubal. Para alli se dirigiu, na intenção de fallar com El-Rei. Mas tão extravagante era a maneira de se apresentar (dá-nos não sei porquê, a impressão de um precursor de D. Quichote) que julgou ser o melhor introductor para o apresentar na Côrte um cozinheiro de El-Rei, allemão de origem. Escusado é dizer que não teve seguimento essa tentativa. Fallou depois com um *bufão* da Rainha. Este indicou-lhe uma hospedaria "que em Portugal chamam *Stalassum*".

O bôbo fallava flamengo, mas a *estalagem* que lhe indicou era tão réles que, no quarto onde o introduziram, dormiu de conserva com "ladrones y muchachas alegres, jugando a los naipes toda la noche".

Depois de varias peripecias e de algumas cartas dirigidas a D. João II, resolveu apresentar-se á hora da comida do monarcha, que jantava em publico. Conseguiu fallar-lhe, muita vez, e dá a entender que o Rei o mandára sentar á sua meza, e junto a si na egreja. O retrato que traça, de D. João II, é lisongeiro, no que se refere ás qualidades de intelligencia e caracter.

Emquanto ao physico apenas informa: "es de mediana estatura, um poco más alto que yo". Não nos diz qual fosse a sua craveira para nós podermos ajuizar qual fosse a do soberano. Mas devia ser alentado e robusto pelas proezas que executava. Dá-nos conta de que El-Rey "já tenia um herdero suyo, de nueve años, de *cara ingleza*, que se sentaba siempre en la mesa, á su lado".

E' lastima que não chegasse a ser recebido pela Rainha D. Leonor, de quem nos daria alguns traços, certamente interessantes. O Duque de Vizeu offerecêra-se para o levar á presença da irmã. O allemão respondeu "que lo acceptaria bien si S. M. el Rey permitia que yo viesse á su *amantissima consorte* y que ese favor me seria muy agradable, mas sin permisso de su Majestad no convenia, ni seria de buena etiqueta, uma visita semejante".

Esta licção de etiqueta, dada por um viajante allemão a um Duque portu-

---

[1] *Viages de extranjeros por España y Portugal en los siglos* XV-XVI XVII. Coleccion de Javier de Liske — Nicolas de Popplelovo (Nicolaus von Popplau) — Año de 1484. Traducidos del original y anotados por F. R.

guez, merece ser posta de remissa, e deixa-nos incredulos sobre a offerta da audiencia, á qual não torna a alludir.

Faz tambem varias considerações sobre alguns portuguezes nobres, ou de outras classes, com uma incoherencia de criterio que não abona muito a tempera intellectual do figurão.

Chama lhes *folgasões* (como seculos depois, nas coplas de uma *opereta*, haviam de ser consagrados *les portugais toujours gais*) "los portuguezes son holgazanes y no les gusta trabajar„ grosseiros sem bondade, gente sem compaixão, etc.. Desdenha da intelligencia dos cortezãos, e não poupa remoques á sua ignorancia e impertinencia. Embora os julgue leaes e moderados na comida, acha-os feiissimos com as suas cabelleiras negras e capas da mesma côr.

Com respeito ás mulheres, o criterio esthetico do allemão, determina que são quasi todas destituidas de formosura, com modos masculinos, mas com olhos negros de grande belleza. "En amores son ardientes, como las inglezas cuando necessitan intima confianza.„ Impressionou-o sobre tudo o decote exagerado, e assegura que "la parte de detras de sus cuerpos, parece hermosa y grande como á una *Martingans* [1] y tan voluminosa, que deveras lo digo no he visto jamas en el mundo cosa más grande„.

O homem era um mediocre apreciador de belleza feminina, como o provou em Valencia, demonstrando nenhum enthusiasmo perante as desenvoltas valencianas, de quem não apreciou "los besitos ...„ que lhe eram offerecidos. "En verdad (diz elle) aunque nunca en mi vida me haya gustado mucho de dar besos á las mujeres no podia por esa vez privalas de esse obsequio.„

Este extravagante forasteiro, esteve em Setubal até ás vesperas da tragedia epilogada pela morte do Duque de Vizeu e do Bispo d'Evora.

Depois veiu para Lisboa, onde assistiu a uma procissão de graças, pela victoria alcançada por El-Rei, contra os seus inimigos.

As versões que apresenta, ácerca do modo como o Duque foi morto, foram-lhe contadas por alguns cortezãos que chegavam de Setubal, "mas en sus cuentos no estaban conformes„.

E' o que sempre succede, em occasiões de alvoroço. Boatos, narrativas exageradas pelas imaginações, phantasias architectadas sobre um vislumbre de verdade, fórmas exageradas com que se revestem os factos, e além do mais a verdade do proverbio que diz: *quem conta um conto accrescenta um ponto*, tudo influiria para dar aspectos variados ao drama sangrento.

O que não seria a palrice indigena, n'esses dias de nervosismo tão natural depois de acontecimentos taes!

Está se a ver que, a scena da Rainha D. Leonor, desgrenhada, aos gritos estorcendo-se como uma endemoninhada, e os vituperios do marido, ameaçando-a brutalmente com uma vindicta justiceira, é a traducção em allemão dos factos exageradamente narrados pelos informadores, bons representantes da facundia nacional.

D. João II conhecia a lealdade da Rainha. Sabia bem alem disso, que nos

[1] Es un traje popular en Alemania, para hacer fiestas de gansos cebados. (Nota do traductor, pag. [illegible]).

planos dos conjurados, entrava não só a morte d'elle soberano, mas tambem o desapparecimento do Principe, por qualquer meio, depois de lhe darem uma herança ficticia.

Muito desnaturada seria a mulher, que para ver no throno um irmão, leviano, sacrificasse o marido e o filho, que estremecia, e a sua propria situação de Rainha!

E' inutil insistir. Apenas lembraremos que mesmo a sua segra, a Infanta D. Beatriz, pela qual não sentia desmesurada ternura, e que sabia estar em bôas relações com alguns dos conjurados, não fez a injuria de a considerar cumplice. Muito pelo contrario, tentou até a seu modo, talvez pouco carinhoso, mas em todo o caso correcto, desculpar-se da ferocidade com que praticára o assassinato. Mandou seguir logo para Palmella, onde a Infanta residia o desembargador Nuno Gonçalves acompanhado do escrivão da sua Camara, Gil Fernandes, com a missão de mostrarem as causas que o tinham levado áquelle excesso. Ao mesmo tempo ordenou que lhe certificassem a liberalidade que tivera para com o seu outro filho, o Infante D. Manoel, a quem cobrira de honras e mercês.

Era espinhosa a missão dos dois lettrados.

"Entonces fue la primera noticia que tuve de la conspiracion, esta Princeza", diz D. Agostinho Manoel.

Póde bem calcular-se a commoção com que recebeu a noticia. Atravez das lagrimas, mal perceberia as garatujas das escripturas judiciaes, que lhe mostravam, e com o animo atribulado, mal ouviria as razões que os magistrados amontoavam na sua giria juridica...

D. Beatriz, em sua volta via accumularem-se os lutos e as desgraças. Uma filha — a Duqueza de Bragança, na viuvez, separada dos filhos e despojada dos seus haveres. Este agora, o moço Duque, morto como traidor e o seu corpo exposto n'uma egreja publica, á execração do povo...

Que lhe restava fazer? Conformar-se...

Entretanto em Setubal, o alvoroço era enorme. Fecharam-se as portas da villa, effectuaram-se prisões, as tropas percorriam as ruas e os caminhos dos arredores, á caça dos fugitivos. Os officiaes de justiça gritavam "grandes e temerosos pregões", impondo penas terriveis, a quem desse guarida aos criminosos. "Foi uma noite de muito grande terror e espanto e sobretudo muito grande tristeza."

E grande tristeza seria decerto, para a Rainha, assistir ao furor da tempestade, que ia rugindo.

O Bispo D. Garcia, lá do fundo da cisterna, para onde o atiraram, enchavacado em agua, e antes de engulir o veneno que lhe deram, denunciára sessenta cumplices. Foram mortos ou perseguidos muitos d'elles. D. Fernando de Menezes foi degolado, assim como Pedro de Ataíde. Fernão da Silveira fugiu, depois de estar escondido n'um buraco, em casa de um creado... E tantos mais!

Ainda nas vesperas, pensava a Rainha, todos elles andavam aili na Côrte, em sua volta, e já com tão tenebrosos designios. Virgem Santa!

Seriam todos culpados? Fossem ou não, as execuções e castigos iam decerto provocar uma forte reação, e excitar os animos para emprehenderem uma vingança contra El-Rei.

E seu filho! Tão novo, tão innocente, já ameaçado de tão grandes perigos!

Estas ideias, mais vulto tomaram, quando poucos dias depois da sangueira de Setubal, D. João II em Castello Branco se sentiu doente. "E pelo perygo suspeto em que esteve, teve maginaçã errada que fora de peçonha.„[1]

"En aquel tiempo era (el veneno) el genero de muerte, mas usado al que escapava de la de hierro„ diz um escriptor,[2] fallando da morte de D. Guterre Coutinho, a quem El-Rei perdoou a vida.

Não é pois de surprehender que, tanto elle como a Rainha attribuissem a peçonha a doença aliás passageira, que o accometteu estando em Castello Branco. Elle que, segundo é fama, por varias vezes usára d'este meio para se desfazer de inimigos, julgava possivel a reciproca.

Convalescente seguiu com a Rainha e a Côrte pelo Tejo, até Almeirim onde se restabeleceu.

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. XVIII.
[2] D. Agostinho Manuel — *Vida y Acciones*, pag. 148.

CAPITULO XIX

Resurgimento — O Pelicano

A acção inicial do reinado, estava consummada.

O Rei vencêra. Sobre ruinas e sangue, é certo, mas o seu poder ficára assegurado.

Cumpria agora occupar-se da tarefa administrativa a que tinha de metter hombros.

No interior restaurar as finanças, pois os cofres estavam exhaustos pelas successivas guerras; estabelecer a justiça baseada nas novas formas do direito; attender á defeza das fronteiras provendo-as de fortalezas.

Cumpria tambem chamar á Côrte sabios e artistas que para Portugal canalisassem as ideias que começavam a desabrochar, sobre as ruinas do velho mundo do feudalismo, e que originaram o movimento a que havia de chamar-se a Renascença.

Crear uma nova Côrte em que a litteratura, a poesia, as artes e o bom gosto florescessem, tornando-a um nucleo digno da Nação que elle sonhára.

Fomentar as industrias, enfezadas pelas emprezas militares. E para melhor o conseguir procurar no commercio maritimo uma fonte de riqueza, derivando para o nosso porto o trafego monopolisado pela Senhoria de Veneza.

Emquanto a expansão cumpria continuar a obra de seu tio-avô, o Infante D. Henrique, com as expedições de alem-mar, para o que formou a celebre junta de cosmographos.[1]

E não esquecendo o que convinha á bôa politica internacional, impunha-se-lhe firmar em bôas bases, as relações com Castella, e cuidar das possessões da visinha Africa.

D. João II, n'este momento da existencia da Nação que governava, era mais

[1] Vejam-se os trabalhos notaveis do sr. Joaquim Bensaude — *Histoire de la Science nautique portugaise*, 1917, e *Les légendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises*, 1920 — N'esta ultima obra, á pag. 45 lê-se: L'Europe entière cherchait à résoudre uniquement le problème de la route maritime des Indes. C'est D. João II, qui en étudie le plan: c'est lui l'aigle longtemps inconnu, qui plane dans les

que um guerreiro de Arzilla e de Toro, era mais que um estadista, era um vidente, um propheta á maneira biblica, uma especie de Moysés moderno, guiando a seu povo por uma estrada feita de luz, e como o da Biblia, morrendo antes de chegar á terra da Promissão.

Por essa estrada que o grande Rei abria, Portugal caminhava para o apogeu da sua gloria.

A Rainha sua mulher com a lucida intelligencia que lhe illuminava o cerebro, comprehendeu a missão que o destino déra ao marido. Apezar de sentir o coração ainda retalhado pela recordação das tragedias, e o animo continuamente inquieto pelos perigos que ameaçavam a sua tranquilidade, acompanhou-o sempre, seguiu com attenção os seus planos, foi uma poderosa auxiliadora na fulgurante epopéa joannina.

* * *

Não é para desattender aqui o que diz Ruy de Pina, quando tracta da "Mudança que El-Rey fez, no Escudo Real„ no anno de 1485.

Depois de explicar como tirou d'elle a Cruz de Aviz e mandou assentar todos os Escudos direitos escreve: "El-Rey em sendo Principe, tomou por devisa *polla Princeza sua mulher* hũ Pelicano. Ave rompente, sangue no peito, pera sustentamento e criaçam de seus filhos que no ninho tem comsigo. E tanto foy do seu contentamento, que a nom mudou despois que foy Rey, e com ella trouxe por letra correspondente aa piedosa morte do Pelicano que dizia: *Par tua ley e por tua grey.*„

O sentimento que inspirava D. João II adoptando a poetica e symbolica divisa de sua mulher, figurada no Pelicano, sangrando-se para alimentar os filhos persistia, intacto n'esta occasião critica da vida de ambos. E como que affirmando o empenho commum em promover a felicidade do seu povo, accrescentou-lhe a significativa lettra: *por tua ley e por tua grey.*

Essa grey era o rebanho que ambos pastoreavam, era a Nação que começava a ver nos soberanos os defensores naturaes, promptos a darem o proprio sangue pelo bem estar dos vassallos, era o Reino todo que começava a ter consciencia da ideia de *patria*, até então apenas esboçada na alma popular, e agora affirmada na divisa de D. Leonor e traduzida na conceituosa phrase do Rei seu marido.

Fazendo parte d'essa grey, e radiculada no coração de ambos por fortes

---

nuages, qui couçoit dans l'ombre les moyens de le réaliser. D. João tout grand qu'il etait ne faisait qu'achever les plans de D. Henrique».

Vejam-se tambem as obras não menos notaveis do dr. Luciano Pereira da Silva, *Astronomia dos Lusiadas* e as *Edições fac-similadas do sr. J. Bensaúde.*

Por essa leitura dos estudos dos dois sabios que tanto honraram a Nação portugueza, poderá o leitor avaliar o movimento scientifico a que o João II deu um homerico ulso.

O desenvolvimento d'este ponto sahiria dos limites do presente trabalho.

amarras, destacava-se a figura franzina do Principe Herdeiro, agora com perto de dez annos. Muito loiro, de olhos azues, reveladores da sua remota origem, olhos de mysterio, avelludados por uma nuvem de scismadora sentimentalidade meridional, dava a illusão, na brancura da pelle, na meiguice do sorriso, no airoso do gesto, de uma Princeza disfarçada.

A saúde debil, talvez pela permanencia em Moura, quando foi das *terçarias*, inquietava a Rainha, que resolveu leval-o para Cintra, emquanto o marido foi para Alcobaça.

Estava a Rainha em Cintra, quando, no Cabo de S. Vicente, quatro galés de Veneza, que iam para Flandres com muitas riquezas, foram atacadas e roubadas por navios francezes. O capitão e patrões maltratados aportaram a Cascaes.

Eram senhores d'aquella villa os Condes de Monsanto.

As suas armas são, em campo de prata seis arruellas de azul. Ainda hoje se nos deparam n'um pequeno escudo encastoado no muro, que faz recanto da Calçada da Assumpção, á direita de quem desce.

O arco dando ingresso ao castello, uma pequena vigia em fórma de cruz perfurando o muro, e aquelle pequeno escudo, são as derradeiras reliquias da grandeza que era apanagio do Senhorio de Cascaes.

N'esse anno de 1485, o castello[1] era habitado pela Condessa D. Maria de Menezes, mulher de D. João de Castro, com quem casára em 1468. Fôra donzella da Casa da Infanta D. Joanna, e era filha de D. Duarte de Menezes, Conde de Vianna.[2]

O marido estava ausente. Ella, porém, vendo o estado miseravel em que se encontravam os pobres navegantes, acolheu-os fidalgamente no seu nobre alcaçar. Não só lhes proporcionou guarida confortavel, mas, sabendo quanto ao serviço de El-Rei importava cultivar amigavelmente a bôa querença da Senhoria de Veneza, recebeu-os com honras e facultou-lhes dinheiro, cavallos e muares em que se transportassem a Cintra.

N'esta villa a Rainha D. Leonor, (visto que D. João II ainda não chegára) offereceu aos venezianos uma hospedagem realenga, mandando que os distribuissem por diversas pousadas onde se podessem restabelecer dos incommodos passados.[3]

E assim duas intelligentes Senhoras, duas nobres almas de mulher, intervieram efficazmente para estreitar os laços politicos, e as relações de amizade com Veneza, o que muito convinha ainda aos interesses portuguezes.

Logo que D. João II regressou a Cintra, tractou de presentear os venezianos com "mullas, cavallos e vestidos inteiros e dobrados de brocados e sedas». Recebeu-os bizarramente e resolveu depois o conflicto com os francezes, de ma-

[1] Ainda conheci vestigios do palacio no local que hoje se chama o *baluarte*, e que n'esse tempo era um pittoresco conjuncto de rochedos coroados pelas melancholicas ruinas.

[2] Anselmo Braamcamp Freire — *Livro segundo dos Brasões da Sala de Cintra*, pag. 385.

[3] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. XXI. «Onde a Rainha os mandou agasalhar e proveer com grande honra e muita abastança como a suas muitas bondades e grandeza convynha, atée que El-Rey chegou.»

neira tal que a Senhoria de Veneza enviou Jeronymo Donato, "grande Leterado e singular Orador", n'uma solemne embaixada ao Rei de Portugal.

* * *

Começava a aclarar a atmosphera. E embora no espirito de D. Leonor esvoaçassem ainda farrapos negros que lhe alvoroçavam a imaginação, tractava de enxotal-os para attender ás exigencias que a sua situação impunha.

Foi Rainha. Foi-o soberanamente nos acontecimentos publicos, nas cerimonias da Côrte, e nos incidentes que se iam succedendo.

N'este periodo de 86 a 88, alguns occorreram que, embora de desegual importancia, são merecedores de registo, porque á Soberana interessavam e porque são episodios curiosos da vida da Côrte. Um d'elles é a chegada a Portugal do nobre inglez, especie de cavalleiro andante, levantado de animo, e grande apreciador de aventuras, a que o chronista se refere, dizendo: "E n'este anno (1486) chegou aa cidade de Lixbôa, Monseor Duarte, Senhor d'Escallas em Ingraterra, irmão da Raynha de Ingraterra, molher que foy d'El-Rey Duarte".

Este personagem, a quem Ruy de Pina chama *Monseor Duarte*, deve ser Lord Woodwille, irmão da formosissima Izabel Woodwille, cuja belleza, encantos e astucia, tinham enfeitiçado o defuncto Rei Eduardo IV a ponto de o levar a desfazer os projectos de casamento com *Bonne de Saboya*, cunhada de Luiz XI.

A influencia d'essa creatura seductora na historia e nos destinos de Inglaterra, é sobejamente conhecida. A sua existencia occupa um largo capitulo na chronica da ultima metade do seculo XV.

Viuva de John Gray, inspirou uma tão violenta paixão ao femeeiro Rei Eduardo, que o levou a sental-a comsigo no throno. Creou pela sua imperativa influencia, uma Côrte e uma nobreza nova; espalhou odios e beneficios; encheu de honras, mercês e officios rendosos a propria familia. Foi dispensadora de graças, e prodiga de enredos. O pae teve o titulo de Lord Rivers, e desempenhou altos cargos. Casou seu irmão João com a Duqueza de Norfolk, uma irmã com o Conde de Arundel, e outra com o Conde de Penbroke. Seu irmão Antonio, esteve quasi a casar-se com a irmã do Rei da Escocia.

Se o Conde de Warick ficou com o titulo de *faiseur de rois*, Izabel Woodwille foi sua digna emula em crear nobres.

Este irmão da encantadora Rainha é o que na historia figura com o nome de Lord Woodwille. A sua biographia não nos interessaria se não tivesse visitado a Côrte portugueza, havendo aqui recebido um acolhimento festivo.

Chegou ao Tejo, quando D. João II estava ausente. Foi recebido por Fernão Lourenço, Thesoureiro e Feitor da Guiné, que o regalou com banquetes e festas.

Não se demorou porém, o inglez, porque o seu objectivo era ir ajudar os Reis Catholicos, que andavam então na laboriosa empreza da conquista de Granada.

Houve-se por lá "como bom e devoto cavalleiro". Mas regressou breve.

O que o fez abandonar tão depressa a Hespanha?

Julgaria desairoso continuar a batalhar na Peninsula, quando talvez os seus

homens d'armas fossem necessarios em Inglaterra para d'alli irem a França combater a favor do Duque de Borgonha?

Não teria encontrado por parte dos Reis Catholicos o acolhimento que esperava?

Teria elle outra missão que désse por concluida?

O facto é que ainda n'este anno de 1486 voltou a Lisbôa para regressar ao seu Paiz.

El-Rei D. João II, que já estava na capital, aproveitou o ensejo para receber com pompa o nobre aventureiro.

Organisando apparatosos festejos em sua honra, tinha dois fins. Dar uma ideia favoravel do que fosse a Côrte de Portugal á gente ingleza, que assim levaria lisongeira impressão do alliado do extremo occidente, e aproveitar este ensejo auspicioso para cá dentro desvanecer as penosas recordações dos acontecimentos funebres ainda recentes.

D. João II, já o fizemos notar, era por indole espectaculoso.

Quando batalhava, quando matava, quando promovia festejos, escolhia sempre o scenario que mais impressionasse.

Em Toro, em Evora, em Setubal, representou sempre. E nas diversões palacianas ou festejos publicos, era elle sempre o inventor, o contra-regra, e ás vezes tambem actor.

Logo o veremos nas festas do casamento do seu filho, apparatosa *magica*, a que deu por ensaio geral estes festejos para os quaes convidou o hospede inglez.

Ruy de Pina informa que "se fizeram muitas e muy bem guardadas cerimonias, porque El-Rey era d'ellas muito amigo e n'ellas mui sotil e prudente enventor».

N'esta occorrencia organisou um programma variado e attrahente para deslumbrar o altivo insulano, que partia para o seu Paiz, onde a vida cortezã não tinha ainda grande luzimento, como teve depois em reinados posteriores.

Deu-lhe festas de toiros, espectaculo cheio de interesse para os homens do norte. Deu-lhe mômos, uma especie de representação mimica que certamente captivou os guerreiros do *lord*. Deu-lhe jogos de cannas, em que os portuguezes de então brilhavam pela pericia. E deu-lhe lautos banquetes, tão apreciados pelos gulosos companheiros do Woodwille.

Foi festa rija.

De qualquer d'estes divertimentos, D. João era apaixonado, não só como amador, ou, como dizem os hespanhoes de hoje, *aficionado*, mas elle proprio, por seu desporto e desenfado, não desdenhava luctar com um toiro, ou mesmo, como histrião, subir a um tablado.

Mostrou galhardamente a sua destreza e valentia, quando uma vez em Alcochete, indo a pé com a Rainha, com muitas damas e numerosa comitiva em direcção ao terreiro junto da Egreja onde devia realisar-se uma corrida, encontrou de frente um toiro que se tresmalhára, e vinha correndo pela estreita rua.

Tomou pela mão a Rainha. Antepoz-se a ella com a capa no braço e a espada na mão direita, e executando uma sorte habil (como quem diz um *cambio*) conseguiu desviar o animal, que seguiu bufando.

De mômos tambem era grande apreciador. E nos mômos reaes figurou por vezes.

N'esta occasião, porém, foi só Rei e espectador assistindo deslumbrantes banquetes que deu nos Paços da Alcaçova.

El-Rei comeu n'uma meza para a qual convidou o seu hospede. N'outra meza os da comitiva ingleza entremeavam-se "com algũs Condes e homens honrados d'estes Regnos, que na Côrte se acertaram e que El-Rey espicialmente pera isso convidou, onde se fezeram muitas e mui bem guardadas cerimonias».

Quaes essas cerimonias fossem, não nos diz a chronica. Mas é provavel que durante o festim se representassem alguns entremezes, para gaudio e folgança da escolhida companhia. Toiros, e jogos de cannas nos terreiros, banquetes e mimicas nas salas da pittoresca Alcaçova, fizeram as delicias dos forasteiros, que á sua sahida de Inglaterra tinham deixado aquelle reino envolvido em luctas civis, em conspirações e morticinios, e que na sua passagem pela Andaluzia só tinham assistido ás tentativas guerreiras dos homens d'armas dos Reis Catholicos.

E mais captivados ainda ficaram Lord Woodwille e a sua gente, quando para a sua viagem e tornada, D. João II lhes fez mercê d'uma bôa náo apparelhada de tudo o que para sua segurança e provisões lhe cumpria.

Não é de espantar que chegado á sua Patria, o nobre Lord relatasse deslumbrado a sumptuosidade da Côrte portugueza. E comprehende-se tambem como ao perguntar-lhe o Rei, qual era a coisa que melhor lhe parecera, elle respondesse, como atraz dissemos: "Vêr um homem que mandava em todos e ninguem mandava n'elle».[1]

Afeiçoou-se o nosso monarcha ao hospede inglez, ou por encontrar affinidades de caracter, ou porque elle lhe prestou serviços de natureza politica.

Quando dois annos depois teve noticia de que o excentrico guerreiro fôra espontaneamente prestar auxilio com quatrocentos homens seus, ao Duque de Bretanha, então em lucta com Carlos VIII de França, e que na batalha de Saint Aubin, morrêra com quasi todos os seus soldados, mostrou grande sentimento "por perder nelle hũ bõo servidor». Esta expressão de Ruy de Pina, denota que houvera effectivamente algum acto practicado por Lord Woodwille em proveito de Portugal, ou quando estivera com os Reis de Castella, ou quando voltou depois a Inglaterra.

Não encontro outro vestigio que me explique a consideração que aos soberanos portuguezes mereceu, e o sentimento de magoa que lhes causou a sua morte.

---

[1] Garcia de Resende — *Vida e feytos d'El-Rei D. João II*, cap. CLIV. «E la em Inglaterra, fallando nas cousas de cá lhe perguntou el rey, que qual era a cousa q̃ milhor lhe parecera. E elle respondeo q̃ vira hũa de q̃ vinha mui satisfeito, a qual era ver hũ homem que mandava todos e ninguem mandava a elle»...

CAPITULO XX

Vôos d'aguia — Providencias caseiras
Em busca do Preste João — Pragmatica sobre o luxo

A par d'estes acontecimentos de mediana importancia, outros se succediam que, por sua natureza, dão uma nota caracteristica das tendencias com que se ia iniciando a acção propriamente governativa d'este reinado tão fecundo.

O alcance dos arrojados planos de D. João II, seu marido, no que diz respeito á navegação e descobrimentos, não escaparam á perspicacia de D. Leonor.

Sabia ella que já desde 1474, quando o pae o encarregara dos negocios da Guiné, elle pretendia seguir na peugada do glorioso Infante D. Henrique, seu tio, e punha todo o zelo e tenacidade em conseguir que se descobrisse o caminho mais curto para as Indias, — o paiz d'onde viriam as perolas, as especiarias e as riquezas do mysterioso Oriente.

Sabia tambem que um tal José Vizinho, judeu, andava na intimidade de El-Rei, não tanto para o consultar, por ser medico, como para lhe aproveitar a sciencia de cosmographo. E com este, o doutor Moysés, e Abraham Zacuto, astronomo de Salamanca, auctor do *Almanach perpetuo*, e Behahim, o sabio allemão e Diogo Ortiz, Bispo de Ceuta, a quem chamavam o Calçadilha, ao qual, juntamente com Mestre Rodrigo, El-Rei "cômetia estas cousas da cosmographia e seus descobrimentos».

E sabia tambem a Rainha, que a Junta dos mathematicos era com frequencia consultada pelo monarcha, quando appareciam coisas de tomo, como foi da vinda de Christovam Colombo, o qual "requereu a El-Rey dõ João, que lhe desse algũs navios para ir descobrir a ilha de Cypango».[1]

Embora estes negocios se passassem a dentro dos aposentos do Soberano, e elle fosse a esse respeito reservado, cautelloso, e tomasse precauções excessivas, para esconder a estrangeiros as informações e noticias das nossas derrotas, e

---

[1] Barros, Asia, Decada I — Livro Terceiro, cap. XI.

methodos de navegar,[1] não o ocultava á Rainha, cujo espirito esclarecido se interessava, tanto ou mais que sua prima Izabel, a Catholica, pelo movimento de expansão que estava tomando tão grande incremento, com a applicação da astronomia á navegação.[2]

D. Leonor teria muitas occasiões de se inteirar d'estes assumptos, escutando attenta as conversações, que durante os repastos D. João II se comprazia em ter com os seus commensaes.

E' sabido que á sua meza fazia com frequencia sentar sabios, navegadores, e até pilotos, com quem discreteava acerca de pontos relativos ás respectivas profissões.

A's vezes entrava elle proprio a opinar e a impôr o seu criterio, como foi n'aquelle dia em que Pero de Alenquer "muito grande piloto da Guiné„ asseverou quando se achava á meza de El-Rei, ao contrario do que este pensava, que se compromettia a trazer da Costa da Mina, um navio de grande lotação, o que lhe valeu do monarcha um repelão aspero logo amainado com o pedir-lhe desculpa.[3]

Tempos depois Monetarius, o famoso cosmographo, veiu a Evora onde foi recebido por Cataldo Siculo, o sabio siciliano que então era preceptor do Senhor Dom Jorge. O humanista apresentou o mathematico a El-Rei D. João II, que logo o convidou a jantar quatro vezes a seguir, tendo de uma vez, durante oito horas, conversas e practicas "sobre cousas de descobrimentos e cosmographia„.

Cataldo, que se occupava então em compor um poema sobre esses descobrimentos, não deixaria de o lêr ao allemão antes que elle viesse para Lisbôa. Encontrou-se este aqui com Valentim Fernandes, o escudeiro da Rainha, e celebre impressor, que lhe serviu de interprete e o alojou em casa de Joducus von Hür-

---

[1] Joaquim Bensaude — *L'astronomie nautique au Portugal*, pag. 199.

[2] Para se fazer ideia do que seja no reinado de D João II, o papel dos portuguezes no movimento scientifico que precedeu e preparou o periodo das nossas navegações e descobrimentos, leiam-se os trabalhos magistraes do sr. Joaquim Bensaúde que, possuidor de um valioso cabedal scientifico, lucido criterio, e um enthusiasmo patriotico digno do maior reconhecimento por parte da Nação portugueza, tem tractado algumas das questões mais importantes, relativas á astronomia nautica, e desfeito muitas das falsas lendas com que os sabios allemães tentavam obscurecer o merecimento dos nossos mareantes.

Depois do Visconde de Santarem, que patrioticamente pôz em relevo a importancia do esforço portuguez, ninguem se occupára ainda com tanto brilho e proficiencia de demonstrar como os portuguezes precederam quaesquer outros na sciencia applicada ao estudo dos problemas, de cuja resolução proveiu o *descobrimento do mundo:* o conhecimento da esphericidade da terra, e o calculo das latitudes pela altura do sol.

As obras do sabio portuguez são:

Astronomie nautique, 1912. *Introducção ao regimento do estrolabio*, 1914. *Histoire nautique*, 1917. *Les legendes allemandes*, 1919.

Além d'isto, 7 volumes facsimile. I — *Regimento de Munich*; II — *Regimento de Evora*; III — *Almanach Zacuto*; IV — *Tractado da Esphera* e *Arte del marear de Faleiro*; V — *Tractado de Esphera*, de Pedro Nunes; VI — *Canones de Zacuto em hespanhol*; VII — *Reportorio dos Tempos*, de Valentim Fernandes.

[3] Garcia de Resende — *Chronica*, cap. CL.

ter, capitão donatario do Fayal e sogro de Behaim. Conta Monetarius que visitára em Lisbôa um navio de *guerra, do nome da Rainha.*[1]

E' significativo este facto, pois indica não só que D. Leonor estimaria ter o seu nome ligado a um d'esses galeões que levavam dentro de si a todas as partes do mundo pedaços de Portugal, como por demonstrar que D. João II baptisando um navio com o nome de sua mulher, sabia que isso lhe agradaria a ella e á marinharia, que a ambos merecia tantas attenções.

Escusado é pois accentuar, que vivendo D. Leonor n'este meio tão impregnado de intellectualidade, de doutrinas sobre assumptos nauticos, de controversias, de enthusiasmo, (e do melhor,) pelas coisas de espirito e sua applicação, não podia ser alheia aos problemas que se agitavam no campo da sciencia, e aos descobrimentos que se iam realisando.

Podia, é certo, ignorar minucias, e especializações scientificas, só accessiveis aos eleitos, mas commungava com o marido na faina do engrandecimento da Nação, e n'essa ordem de ideias comprehendêra nitidamente o alcance da resolução tomada por elle em 1485, de juntar aos seus titulos, o de Senhor da Guiné, e de enviar Diogo Cão a contornar o continente africano "ao longo da terra, sabendo pouco a pouco o que n'ella ia».

Egualmente compartilhava o enthusiasmo que D. João II poz no plano de encontrar o reino do lendario Preste João, preparando as duas expedições que formam um dos mais brilhantes capitulos na historia da humanidade.

Por mar partira em 1480 Bartholomeu Dias, por terra deviam partir Pedro da Covilhã e João de Paiva.

Uma e outra d'estas emprezas facilitaram a viagem de Vasco da Gama.

Teria a Rainha D. Leonor conhecimento da lenda do Preste João para poder avaliar o significado das duas expedições?

---

[1] Informação do sr. Joaquim Bensaúde em carta particular, da qual extracto os periodos seguintes:

«O trabalho de F. Kunstmann (1854) «H. Münzer's Bericht über die Ent de Kung der Guinea» trata muito ao de leve da viagem de Monetarius a Evora. E' grande pezar não ter sido ainda publicado o manuscripto completo em latim, que creio existir em Munich.

.....

Conta tambem que visitára em Lisbôa um navio de guerra do nome da Rainha, e que n'elle se contavam 30 bombardeiros allemães, commandados por um d'elles de nome Georg Pict. Este navio preparava-se para ir levar a Napoles em Dezembro 1494, uma porção de mouros expulsos. Münzer conta que vira no Castell (provavelmente palacio real) uma grande carta geographica que designa assim:

«Similiter cosmographicum in maxima e bene descripta tabula deaurata, cujus dyameter erat 14 palmarum». Kunstmann da aqui as proprias palavras de Münzer. Como se trata d'uma carta circular de 14 palmos de diametro parece-me provavel que visse a copia da carta de Fra Mauro vinda em 1459 (?) de Veneza, para Affonso V. Kunstmann tambem transcreve a passagem de Munzer relativa á sua visita a Madrid, a Fernando e Isabel...

Kunstmann publicou ao todo 6 trabalhos notaveis, tudo em allemão, relativos a Portugal, sendo 4 d'elles baseados sobre o celebre manuscripto de Valentim Fernandes cujo original existe em Munich, e de que ha copia na Bibliotheca Nacional de Lisbôa.»

Não ha duvida. Essa lenda povoava todas as imaginações desde o seculo XII.[1]

Em 1145 o bispo de Gabala, contára em Roma que um certo João, rei e padre — Presbyter Joannes — (de onde se derivou a designação de Preste João) habitando para além da Armenia e da Persia, viera em memoria dos Reis Magos seus ascendentes, trazer auxilio á Terra Santa. Sobre esta narrativa foi a phantasia de successivas gerações inventando circunstancias maravilhosas, que deram á lenda o caracter ao mesmo tempo poetico e politico, com que evolucionou durante trez seculos.

Serviu ella para embalar as almas atravez da Edade Média, confundindo o Presbytero com o proprio João Evangelista, que, segundo a crença, não morrêra e esperava a segunda vinda de Christo á Terra. No reino d'esse mysterioso personagem havia de imperar finalmente a justiça e a verdade, tanto tempo antes annunciadas aos fieis.

Serviu tambem para excitar a coragem e o valor dos que emprehendiam a victoria do Christianismo, e a conquista dos Logares Santos.

Os escriptores christãos e entre elles Joinville, o delicioso chronista de S. Luiz, collocam o Reino do *Prestre Jehan* no termo do Oriente, lá para os confins da Persia e da Tartaria, ou n'uma India mais ou menos vaga, pois durante longo tempo se empregou a designação da *India menor, India maior, India terceira*, e até o mesmo nome se deu a uma parte da Africa Oriental.

O Infante D. Henrique, tio de D. João II e de D. Leonor, sem ter ideias bem *definidas* sobre a situação das Terras do Rei mysterioso, respondêra a Antão Gonçalves quando partiu para a Costa Africana e lhe promettia colher noticias de regiões afastadas:

— "N'isso me fazeis serviço", e não sómente d'essa terra desejo ter conhecimento; mas tambem das Indias e da terra do Preste João, se poder ser."[2]

Outro tio, o Infante D. Pedro, trouxera de Veneza copia do livro de Marco Polo, que se referia ás terras do *Preste* no extremo Oriente . . .

Encontrar o Preste João, tornára-se uma *questão palpitante.*

A feição poetica e religiosa da lenda, uma vaga tradição de mysticismo social e christão, que envolvia o maravilhoso monarcha n'uma atmosphera de grandeza, eram de molde a seduzir o espirito da Rainha D. Leonor, e portanto a interessal-a no exito da missão confiada por seu marido a Pedro da Covilhã. El-Rei por seu lado punha na empreza de que encarregára o seu escudeiro não só a intenção de alargar conhecimentos geographicos, mas tambem ideias de ordem politica, economica, e de proveito commercial.

O que mais ainda contribuiu para tornar *palpitante* a occasião de se realisar este designio do grande Rei, foi a chegada em 1486 de João Affonso, de Aveiro, que voltava da Costa de Benin, trazendo consigo um enviado do regulo d'aquellas terras. Este negro contava que a vinte luas de marcha da costa, habi-

---

[1] Para conhecimento da evolução d'essa lenda pode o leitor consultar com proveito e deleite o excellente livro — *Viagens de Pedro da Covilhan*, pelo Conde de Ficalho, pag. 1 e seguintes.

[2] Conde de Ficalho — *Pedro da Covilhan*, pag. 29. = Azurara — *Chronica da Conquista da Guiné*, 94.

tava um Rei poderoso, chamado Ogané, que distribuia aos regulos, além de capacetes e sceptros de latão, umas cruzes da feição das que trazem os commendadores da ordem de S. João. Os Embaixadores nunca o viam, porque estava mettido entre cortinados de seda e unicamente ao partirem faziam reverencia ao pé nu, que elle lhes mostrava fóra dos cortinados.[1]

D. João II, ao ouvir as informações dos negros, mandou reunir a junta dos cosmographos, e estes computaram em proximamente trezentas leguas aquella distancia. Consultando as taboas do Ptolemeu, pareceu-lhes que a marcha para leste de Benin, devia levar á Ethiopia sobre o Egypto, e que portanto Ogané devia ser o Preste João.

Era necessario procural-o; e ao mesmo tempo tomar informações da procedencia da canella e outras especiarias que então vinham pelo levante a Veneza.

A occasião era propicia para emprehender esse feito.

Pedro da Covilhã, o escudeiro de El Rei, foi o homem destinado a executar este plano. D. João II, grande farejador de competencias, conhecia o valor do seu creado.

Por seu lado elle, espirito bem dotado, inteirou-se facilmente da sua missão, nas conferencias que teve com os cosmographos em casa de Pedro da Alcaçova, que morava junto á porta da Alfofa, os quaes lhe deram, para seu uso na viagem, uma "carta de marear" que elles proprios construiram.

Depois de elaborado o programma scientifico, foram os dois exploradores, Pedro da Covilhã e Affonso de Paiva, a Santarem, onde a 7 de Maio tiveram a ultima audiencia de Bôa Viagem.

A esta cerimonia, realisada nos Paços d'aquella cidade, deu El-Rei D. João II, uma significação ao mesmo tempo realenga, quasi religiosa, e sobretudo paternal, deitando a sua benção aos dois viajantes. Assistiu a este acto solemne, embora sem pompa, o Duque de Beja; e a sua presença foi decerto grata á Rainha, que muito queria a esse irmão. Via assim com prazer desfeitas as nuvens que porventura ainda ensombravam o horizonte ennegrecido pelas discordias na familia, e folgava que esse irmão fosse chamado a tomar parte n'aquella solemnidade a que El-Rei ligava tanta importancia.

* * *

Emquanto assim D. João II, atirava o pensamento aos confins da terra, e fazia chegar o nome portuguez ás regiões longiquas, ia tentando remedeiar males caseiros.

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. XXI — «Neste anno pelo grande e fervente desejo que El-Rei sempre teve do descobrimento, noticia e participaçam da India, aalem do vivo cuidado e grande trabalho que pera isso mostrou, e obrou de a mandar descobrir pola costa do mar enviou per terra com suas cartas instrucções, e avisos e largas despezas hu Affõm de Paiva, natural de Castello Branco, e outro Joham de Covilhãa, ambos portugueses; pera que por via de Jerusalem e do Cayro passassem ao Preste Joham, que segundo fama era Christão e Senhor das Indias.. »

João de Barros — *Decada* I. Livro terceiro, cap. IV.

N'este anno, com o fim de attender ás representações que lhe tinham apresentado, entendeu dever promulgar uma lei, que se lhe antolhava de grande alcance economico e moral.

Não só na Côrte, mas tambem nas outras esphéras da sociedade, os dispendios em adornos, em galas, em ostentações, eram desordenados.

Já nas côrtes de 1472, os procuradores tinham alvitrado fixar-se legislativamente a qualidade do vestuario de cada uma das classes sociaes.

"Os cavalleiros (diziam elles) usem guarnições douradas nas espadas e punhaes, nas esporas e estribos, vistam panno de lan, qual quizerem, mas a seda seja inferior á dos fidalgos.„[1] E entrando em minucias de regulamento suggeriam uma verdadeira escála hierarchica, no modo de vestir de cada classe, de tal ordem que ao proprio Rei pareceu demasiadamente rigida. Prometteu providenciar.

As côrtes de 1481 e 82, renovaram os seus protestos allegando que a mania do luxo ia lavrando perigosamente, e invadia todas as camadas sociaes, "até a gente mean e meuda„.[2]

E accrescentavam que os fidalgos da Côrte mudavam de trajos amiudadamente, vestiam brocados, pannos de seda e lan de tão altos preços, que davam maus exemplos á gente de baixa cathegoria, que se propunha imital-os, vestindo tambem fazendas caras.

Estes procuradores, gente burgueza, bem intencionada, mas ignorando por completo o que seja a vaidade humana, e desconhecendo o mechanismo pelo qual as sociedades se determinam, suppunham ingenuamente que leis decretadas podiam influir nos costumes e modificar os desregramentos.

Almas simples e candidas as d'aquelles procuradores do povo, que imaginavam endireitar o mundo e reprimir a mania do luxo, com alguns artigos votados em Côrtes!

Nas suas advertencias entravam em minucias que fazem hoje sorrir, mas que denunciam o delirio de ostentação que se apoderára de toda a gente.

Aos grandes fidalgos entendiam que se podia permittir trajos doirados e prateados e servirem-se de jaezes de egual qualidade.

Mas aos escudeiros só deveria consentir-se que vestissem panno *londres*, emquanto que "a gente de officios mechanicos e outra de baixa-mão, parece bem a vossos povos que usem *bristol*, não calçando borzeguins, cervilhas, pantufos chapins, mas sapatos pretos e não de côr. As mulheres usem veus de lan e não de seda.„

Chegavam os representantes dos concelhos, na sua mania de regular a indumentaria, a prever que se impuzesse aos lavradores, creadores, e gente d'esta sorte, nos dias de trabalho, vestirem burel e fustão, trazerem calções e botas; e nos dias santificados, quando viessem á cidade ou villa, trajarem *bristol* e calçarem sapatos pretos, mas não borzeguins.

Não escapou egualmente aos zelozos endireitas o regulamento destinado ás mulheres de vida facil.

---

[1] Costa Lobo — *Historia da Sociedade em Portugal no seculo XV*, pag. 308, seg.

[2] Ibid-Ibid — «Os desregramentos do vestuario luxuoso não somente progrediriam na aristocracia, mas alastraram-se pelo povo.»

E para isso indicavam que "ás meretrizes só se consentisse panno de varas, mas não o de *londres*", e não haviam de trazer mantilhas, mas andar em corpo para se distinguirem das honestas.

Tem um sabor *sui generis* esta maneira de impor moralidade estabelecendo por lei um figurino ás levianas, flores de enxurro, differente do das outras flores das estufas da Côrte, ou dos canteiros das villas e aldeias. Pobres borbolêtas privadas de azas! Como ellas amaldiçoariam os graves e sisudos legisladores que pretendiam prival-as das suas mantilhas!

O que é certo é que, em toda a collectividade portugueza, lavrava a mania do luxo.

Não eram só os procuradores que apontavam esse desregramento.

Garcia de Resende, o galhofeiro moço de escrevaninha de D. João II, sem intenções moralisadoras ou intuitos de algebrista, dá conta na sua *Miscelanea* dos desmandos, da extravagancia, dos gastos e prodigalidades a que esta febre de vaidades ia arrastando tudo.

Não é deslocado transcrever algumas das estrophes com que o desenfastiado versejador tanta luz lançou sobre este assumpto.

"Gastos mui demasiados
vêmos nas donas casadas
em joias, pratas lavradas,
perfumes e desfiados,
tapeçarias dobradas,
as conservas, o comer,
vestidos, donzellas ter, -
as camas e os estrados;
vimos por vinte cruzados
luvas de coiro vender.

As portuguezas honradas
vimos por deshonra haver
no rosto e face poer
e trazer averdugadas [1]
e tambem vinho beber;"

"Vimos cadeias, collares,
ricos tecidos, espadas,
cintos e cintas lavradas,
punhaes, borlas, alamares,
muitas cousas esmaltadas;

[1] *Averdugadas:* saias com barbatanas para as relevar, inchar e fazerem roda, pegadas na mesma saia, o que se fez com os donaires, anquinhas, e os modernos balões ou *crinoline*.

Agora vemos capinhas
muito curtos pelotinhos,
golpinhos e sapatinhos,
fundas pequenas, mulinhas,
gibõesinhos, barretinhos;
estreitas cabeçadinhas,
pequenas nominasinhas
estreitinhas guarnições
e muitas mais invenções
pois que tudo são cousinhas.»

"Depois foram tão polidos,[1]
tão ricos, tão atilados
tão doces e tão luzidos,
e tão cheios de esmaltados.
cabelleiras e tingidos,
e em gastar desordenados,
e em tantos trajos mudados,
tanto mudar de viver,
tanto tratar, revolver,
tanto ser negociados . . .»

Esta critica de costumes, referida áquelle periodo, e a outros posteriores (pois a mania do luxo difficilmente é refreiada) indica a ancia de luzir, e a paixão pelas sumptuosidades, que a todos attingira, trazendo perturbações á vida social.

D. João II, embora elle proprio fosse propenso á ostentação e se deixasse seduzir pelas magnificencias do trajar, resolveu no cumprimento da missão tutelar que se impozéra, attender até certo ponto ás representações das Côrtes.

Dá-nos conta o chronista, da determinação do monarcha, nos seguintes termos[2]: "Outro sy neste anno pola grande licença que os do Regno tomavam no vestir das sedas, brocados, chapados, etc., por El-Rei atalhar a tamanha soltura de que se seguiã grandes perdas, e desmasiadas despesas a seus vassallos, defendeo e pôs por ley que nenhũ de seus Regnos, e Senhorios homẽ, e molher de qualquer estado e condiçã que fosse, nõ trouxesse nẽ vestisse d'hi em diante cousa algũa das dictas, salvo que de sedas os homẽs poderiam trazer soomente jubões e carapuças, e as molheres, sainhos e guarnições de vestidos».

Esta prohibição *que poz por lei* é uma das muitas pragmaticas contra o luxo que n'este paiz tem sahido, quasi sempre com exito nullo, se não contraproducente.

E por uma ironia da sorte, são logo transgredidas pelos proprios promulgadores. Não escapou esta á regra, como veremos adeante, pois logo na occa-

[1] Refere-se aos portuguezes que depois de serem aguerridos iam cahindo em mollicie.

[2] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. XXIII.

sião dos festejos do casamento do Principe, o luxo e o apparato foram desenfreados.

Entretanto, era tão sincero n'este momento, o desejo do Rei e da Rainha, em cohibir os desregramentos, e os excessos de despeza com vestuario, que elles proprios se submetteram aos dictames da lei, embora lhes não fosse applicavel.[1]

A Rainha D. Leonor resolveu concorrer não só com o exemplo, e isso não lhe seria demasiadamente penoso, pois que apezar dos seus 28 annos não era das que sacrificam tudo á garridice, mas com a sua influencia no enxame feminino da Côrte, onde a gente nova, as raparigas formosas, as inspiradoras dos poetas e desnorteadoras de corações, sentiriam não poder empregar a seda, tão vantajosa em realçar as linhas do corpo, e que pela mofina lei só podiam empregar no adorno dos seus sainhos, e guarnição dos vestidos!

Houve certamente reboliço no mundo mulheril, desconsolado com o ver assim cerceados os seus direitos ás frivolidades e galanices.

Mas a curto trecho se consolariam, logo que verificassem que a sua soberania provinha do proprio poder de seducção, e não dos palmos de seda a mais ou a menos applicados ás tafularias.

Logo dois annos depois se desforraram, tendo ensejo de se ataviarem com os mais caros brocados vindos da Italia, por occasião dos festejos da boda do Principe.

Antes de entrarmos nos preparativos d'esse casamento, acompanhemos D. Leonor em dois acontecimentos que lhe prenderam a attenção.

---

[1] «A qual ley como quer que em El-Rey e na Raynha e no Principe e ao Duque, se nom emtendesse, porem elles todos pera bõo exempro do comprimento e execução della sempre a guardarã e compriram como qualquer outro particular». Ruy de Pina —*Chronica*, cap. XXIII.

CAPITULO XXI

Prisão de Maximiliano — Visita de um Principe Negro

ESTAVA El-Rei em Aviz, quando recebeu cartas do seu Feitor em Flandres, Diogo Fernandes, dizendo que entre Carlos VIII, Rei de França, e Maximiliano, Rei dos Romanos, filho do Imperador da Allemanha, se desencadeára guerra que promettia ser encarniçada. Pedia-se que D. João II, pela sua grande auctoridade, fosse medianeiro na paz.

Era Maximiliano primo de D. João II e da Rainha D. Leonor, por ser filho da irmã de D. Affonso V, que casára com Frederico III.

A narrativa accidentada do seu reinado, póde o leitor recordal-a lançando os olhos para qualquer tractado da Historia geral da Europa n'este periodo. Foram grandes as difficuldades com que teve de defrontar-se.

Casára havia annos, com Maria de Borgonha, filha e unica herdeira de Carlos, o Temerario. Agora, fôra eleito Rei dos Romanos (1486), e tendo de ir a Bruges, os burguezes governadores da cidade encurralaram-n'o, mettendo-o n'uma prisão, e matando muitos dos seus homens d'armas.

Esta noticia chegou quando os soberanos portuguezes já se achavam em Almeirim, depois de El-Rei ter vindo de Aviz.

Deram todos por certo que o infeliz Maximiliano fôra tambem sacrificado á sanha dos perfidos burguezes de Bruges.

Foi portanto enorme a consternação na Côrte.

A Rainha a quem aquelle parente sempre deu testemunhos de alta estima[1] recolheu-se logo afflicta e contrariada. E D. João II sentindo invadil-o uma onda de indignação, reuniu conselho resolvendo desde logo mandar, em vez de uma embaixada de mediação pacifica, outra cominatoria com cartas para o Imperador e para o Rei de França.

Determinou tambem que partiria Duarte Galvão do seu conselho, levando amplos poderes, inclusivamente de declarar guerra a quem fosse necessario de-

---

[1] Foi este que offertou o quadro existente ainda hoje no Côro da Madre de Deus, de que adeante nos occuparemos.

claral-a, para restabelecer-se a ordem, e pôr o primo em liberdade, se ainda estivesse vivo. Levaria tambem credito para despender até cem mil corôas d'oiro. Ao mesmo tempo preparar-se-hia uma frota armada para demonstração naval, afim de apoiar a missão.

Como se estava em vesperas de Paschoa, e o Paço de Almeirim, já todo adornado para essa solemnidade, respirava festa, El-Rei e a Rainha mandaram suspender os preparativos, e retirar das paredes dos respectivos aposentos e salas, os ricos pannos e tapeçarias indicadores de alegria e folgança.

Vestiram-se de negro, e "cessaram todos os tanjeres".[1]

Era quasi um decreto de luto geral.

Estas demonstrações nasceriam apenas dos impetos colericos de D. João II, e dos impulsos sentimentaes da Rainha?

Nem esta era espectaculosa nas manifestações das suas penas, nem o Rei tão arrebatado que impensadamente fosse crear uma situação perigosa. Grande, certamente foi a sua indignação, mas para que a ella não obedecesse sómente, reuniu Conselho e a elle levou o caso.

Era preciso patentear bem que depois de pedida a mediação do Rei de Portugal, a prisão de Maximiliano era attentatoria não só da segurança d'esse Principe, mas da dignidade do soberano portuguez. Além d'isso havia conveniencia em assegurar com mostrança de forças um poderio propicio á nossa feitoria em Flandres.

Por tudo isso a ameaça de uma declaração de guerra era de bôa politica para os interesses portuguezes, embora alguns tenham attribuido a resolução de D. João II, a motivos de parentesco.[2]

Não foi necessario proseguir nos preparativos porque pouco mais de um mez depois, estando em Junho, a Côrte em Almada, chegou de Flandres um tal João de Bairros com a bôa nova de que Maximiliano, Rei dos Romanos, fôra posto em liberdade pelos Governadores, receiosos das forças que o Imperador Frederico III enviára em auxilio do filho.

Foi um regosijo geral em Almada. E "em Lixboa se fezeram per muitos dias, e noctes no mar e na terras muitos sinaaes d'alegria com sollenes e devotas procissões".

* * *

Desfeita esta nuvem que escureceu por um momento o horizonte, e fez estremecer a Nação com a imminencia de uma guerra por muitos motivos inopportuna, passou a Côrte para Setubal, alojando-se El-Rei nas Casas da Alfandega e a Rainha e Principe n'outras casas que ficavam juntas a esse edificio.

Foi então que se realisou n'aquella villa uma cerimonia curiosa pelo pitto-

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. XXXII.

[2] D. Agostinho Manuel de Vasconcellos — *Vida y acciones*, pag. 199. «Aunque las cõsideraciones politicas de q̃ ordinario puedẽ mas cõ los Reys, que los respetos de la sangre, i de la razon, parece que pedian menos impetu, en esto caso prevalecierõ los de la sangre.»

resco de que foi revestida, e significativa porque demonstra a importancia da acção colonisadora da Corôa portugueza em Africa.

Entrêmos na risonha villa das margens do Sado, e deixemo-nos guiar pelas informações dos contemporaneos para assistirmos á recepção, catechese e baptismo d'um Principe Negro, solemnidade a que D. João deu grande esplendor, não tanto porque "nas cousas de proposito que tocavam seu Estado era sobre todos muy cerimonial e perfeito„ mas porque via com razão vantagem em dar impressão de grandeza e do poderio de Portugal, aos barbaros que de volta á Guiné, iriam pregoar as maravilhas d'este Reino.

Bemohim, Principe Negro, chefe dos Jalofos das margens do Senegal, por varias vezes recorrêra á auctoridade de D. João II, implorando-lhe protecção para o ajudar a resolver discordias internas do seu Reino.

Enviára lhe uma embaixada trazendo uma grossa manilha de oiro, e cem escravos todos moços, presente symbolico que indicava bemquerença e submissão. El-Rei escusava-se, allegando não poder fornecer soccorros de armas a infieis.

Entretanto Bemohim, por traição de um vassallo, foi expulso do Paiz que governava.

Com a parte da Côrte que lhe era fiel, metteu-se n'uma caravella, e elle ahi vem, bordejando até Lisbôa, com a sua extravagante comitiva, procurar o poderoso monarcha portuguez.

Foi dada logo ordem para se aposentarem elle e os seus no Castello de Palmella com honras reaes, e foram lhes fornecidos pannos finos de côres vistosas, pois eram naturalmente summarias e insufficientes as vestimentas que mal os cobriam. Para conduzir a Setubal o Rei dos Jalofos, foi enviado o Conde de Marialva, D. Francisco Coutinho, com grande numero de fidalgos em luzido acompanhamento, e muitos cavallos e mullas ricamente ajaezadas em que se transportassem.

Este excentrico hospede, era um homem de quarenta annos, de grande corpo, muito negro, barba comprida e excellente presença.

As escadarias do Paço em Setubal, e as salas onde havia de ser recebido tinham sido adornadas com pannos de seda. Nas paredes, em Arrases preciosos desenhavam-se figuras da mythologia e da antiguidade pagã, que faziam arregalar os olhos da gente da Guiné, maravilhada e porventura amedrontada com esse apparato.

Ao fundo da galeria, sob um docel de brocado, elevava-se o throno em que D. João II esperava o seu real hospede. Junto ao Rei, via-se D. Manoel, Duque de Beja, novo ainda, de bella presença e compridas melenas, que lhe assentavam nos hombros. Fazendo parede os Nobres, os Titulares, e os Prelados com vestes de gala.

Quando o Principe Negro entrou, El-Rei deu alguns passos fóra do estrado, levando a mão ao barrete e convidando-o a subir até junto d'elle.

N'esse momento Bemohim "e todolos seus, se lançaram antes seus pees pera lhos beijarem, e fezeram mostrança de tomar a terra de baixo delles, e em synal de sogeiçam e senhorio e por grande acatamento a lançaram por cima das suas cabeças„.[1]

[1] Segundo a tradição data d'esta cerimonia ser a vara de marfim, insignia do Mor-

El-Rei cortezmente levantou-o, e então o preto fallou. A sua falla foi pausada e grave.

Os interpretes iam traduzindo as phrases em que havia, ao que parece, sentenças tão notaveis "que nom pareciam de Negro barbaro, mas de Principe Grego criado em Athenas„.

Sem duvidarmos dos dotes oratorios d'este Demosthenes do sertão, parece-nos que a sua linguagem mais se semelharia á lingua *bunda*, dos indigenas de Angola, que ao elegante atticismo do Principe da eloquencia grega.

No entanto os seus suspiros, as suas lagrimas, os seus protestos de sugeição eram commovedores, e as palavras que Ruy de Pina lhe attribue não deixam de ter uma certa força de persuasão.

D. João II ouviu-o benevolamente, e depois de uma breve falla, despediu-o, para que fosse recebido pela Rainha e pelo Principe, seu filho.

Mais do que as figuras dos pannos de Arrás das paredes seria impressionadora para os barbaros visitantes, a Côrte da Rainha.

Donas e donzellas com os seus toucados de perolas, ostentavam airosos vestidos, dos quaes a seda era banida por lei, mas a que a industria das bellas portuguezas soubera dar lustre, com os luxuosos adornos. Esse batalhão volante de formosas patricias que maravilharia qualquer cortezão europeu, com dobrada razão deslumbrava os pretinhos, pouco affeitos a tão perturbadoras visualidades.

Ellas por seu turno com olhares curiosos, observavam a pretalhada, como um espectaculo novo na Côrte portugueza. Em algumas boccas começavam a esboçar-se leves sorrisos, como é proprio de gente moça em frente de animaes exoticos.

E as Guiomares que figuram no Cancioneiro como inspiradoras de poetas:

"Das trez Guiomares,
aquela que qua leyxastes
syngular das syngulares;

e as Filippas ou seja a de Abreu, á qual dirigiram trovas 26 versejadores, ou Filippa de Almada, cujos versos eram muito apreciados; e as Brancas, entre as quaes certamente a *Coutinho*, que começava a interessar o coração do Principe D. Affonso, (passageiro idyllio que inquietava a Rainha e desesperava o Rei), e Izabel Cardosa que "usava tanto arrebique„; e a levemente garota D. Margarida Anrique, a quem chamavam "mau rapaz„ e todas ellas, essas raparigas da Côrte, amigas de rir e de folgar, reprimiam já a custo as gargalhadas e phrases escarninhas, perante os salamaleques da comitiva jalofa, que se desfazia em esgares grotescos mostrando os dentes muito brancos.

Continham-n'as nas suas expansões zombeteiras, a presença da Rainha D. Leonor, e o aspecto severo da Camareira-Mór D. Maria de Vilhena, (viuva do

domo-Mór da Côrte portugueza, encimada por uma cabeça de negra esculpida em ebano. Ficou por isso chamando-se a *Negrinha*. E era symbolo do poderio portuguez em Africa.

Mordomo-Mór da mesma Rainha, Fernão Telles de Menezes) que a todos se impunha pela sua auctoridade.

Entretanto os pretos avançavam atraz do seu chefe, que se prostrava perante a soberana e perante o Principe.

Este ia já nos seus 13 annos. Com o tabardo bordado que se entreabria sobre o pelote elegante, com a gargantilha de martas guarnecida de oiro d'onde emmergia a cabeça airosa de abundante cabelleira loira que lhe emmoldurava as feições; com o seu olhar azul que ora procurava entre o rancho feminino o olhar de D. Branca, ora pousava curioso sobre o bando dos Jalofos, a figura do Principe D. Affonso, de uma gracilidade eburnea de ephebo, contrastava singularmente com o ebano retinto das cabeças africanas, que continuavam a repetir reverencias perante o throno.

Lá fóra, na rua, o povo aguardava o Principe Negro, e o seu sequito, com impaciencia.

Os carpinteiros das galeotas, os petintaes de capuzes pardos e caras tisnadas, os mesteiraes e outros mechanicos, que tinham abandonado os seus officios para virem gozar aquelle apparato inedito, estendiam os pescoços em espectativa curiosa.

Os pescadores da sardinha, palradores e interrogativos com as carapuças descahidas, (authenticos modelos para quadros do pintor Nuno Gonçalves, davam á lingua n'uma aranha exhuberante. Alguns frades sahidos dos conventos com pretexto da tarefa mendicante, explicavam coisas do paiz d'aquelle Rei.

E o mulherio sempre guloso de pompas espectaculosas, agitava-se com tagarelices e risadas. Vendedeiras do mercado com os cabazes repletos de sardinhas, as moças da fructa que abandonavam os seus logares, impellidas pela curiosidade, outras com os cantaros por encher, distrahidas do caminho da fonte, e velhas embiocadas nos seus manteus de burel, interpellavam os soldados e moços de cavallo, interrogando acerca d'aquelle potentado das terras de além mar, que El-Rei tanto honrava.

Até nas janellas, levantando as adufas, assomavam cabeças curiosas de setubalenses esquivas e recatadas.

A Villa rejubilava, e uns aos outros annunciavam que o Rei Bemohim ia converter-se á religião Catholica, e já começára a instruir-se nas coisas da fé. Sabiam mesmo que antes de ser baptisado ouviria missa na Egreja de Santa Maria de todolos Santos.

Assim foi. Celebrou-se a missa de Pontifical com a maior solemnidade.

O Rei preto e todos os seus, foram dispostos no Côro, e assistiram ao Santo Officio com a maior attenção.

Ao levantar a Deus, quando Bemohim viu todos prostrados "deu de mão a sua touca que tinha na cabeça e assim como todos com os jiolhos no chaão e a cabeça descuberta ho adorou».

D. João II nada poupou para impressionar a imaginação do seu hospede e dos magnates que o acompanhavam.

Festas, toiros, mômos, bailados e até um banquete lhes deu, para o qual mandou "aparelhar a casa e mesa de baixellas, tapeçarias, iguarias, serviços, manistrees, e danças tudo em gram perfeiçam».

Por fim, a 3 de Novembro ás duas horas da noite, realisou se a cerimonia do baptisado de Bemohim e de seus companheiros.

A Camara da Rainha foi disposta cuidadosamente para essa solemnidade, sendo padrinhos — El-Rei, a Rainha, o Principe, o Duque de Beja, um comissario do Papa e o Bispo de Tanger, que era o licenciado Calçadilha.

Foi celebrante o Bispo de Ceuta, e o neophito recebeu o nome de *D. João*, em attenção a El-Rei.

Dias depois, foram baptisados os restantes companheiros.

Despediu D. João II o seu hospede, e deu-lhe de soccorro e ajuda vinte caravellas que o levassem ao seu Paiz, e tudo o necessario para alli se fundar uma fortaleza, em que Bemohim conservasse sempre a vassallagem ao monarcha portuguez.

O posto era importante. As vantagens politicas e commerciaes d'esta fortaleza na foz do Rio, eram de grande alcance.

Mas D. João II, embora fosse conhecedor de homens, e bom avaliador das suas qualidades, d'esta vez enganou-se deploravelmente na escolha que fez para Capitão da Armada.

Pedro Vaz da Cunha, não só deixou de corresponder á missão que lhe foi confiada, como inutilisou todo o esforço que El-Rei empregára, para o bom proseguimento d'esta empreza.

E mais ainda.

Deslustrou o seu nome e o prestigio portuguez, pois ao chegar ao seu destino matou a punhaladas o Principe Jalofo, com o pretexto de que havia suspeitas de que elle era desleal.

Practicado esse acto, voltou subitamente a Portugal.

Paira sobre essa tragedia um mysterio. Hoje é impossivel desvendal-o, como tambem é difficil explicar os motivos pelos quaes D. João II, sempre tão prompto em castigar, e fazer justiça, n'este caso se limitou a mostrar-se «muito anojado».

A razão que dá Ruy de Pina allegando que a pena seria grave e teria de estender-se a muitos, não colhe, pois D. João II, não se embaraçava com essas minharias. Motivos poderosos, mas até aqui indecifraveis, certamente imperaram no animo do inflexivel monarcha, para assim representar um papel de passa-culpas.

Devia ter-lhe custado a não proceder, como tambem á Rainha devia ter sido penoso receber a noticia da deslealdade de portuguezes, e da morte do infeliz Principe seu afilhado, que de bôa fé se entregára á nossa proverbial bizarria.

* * *

Viria agora a pêlo, referirmo-nos, antes que a Côrte largue de Setubal, ao gracioso episodio dos *Porquês anonymos*, que uma manhã appareceram nas paredes do Paço. Era uma satyra que ia beliscar muitas vaidades, umas femininas, outras de emproados magnates; era um chorrilho de ironias, cujo sentido em algumas minucias hoje nos escapa, pois não ficaram *memorias* indiscretas da sociedade que as quadras do malicioso anonymo piparoteou e feriu, deixando si-

gnal das ferroadas em muita pelle mimosa; era uma vingança, mais ou menos venenosa, de quem fabricára, por se sentir menosprezado d'aquella serie de beliscões.

Fizeram os *Porquês* levantar muita poeira nos arraiaes mundanos, e certamente o alvoroço foi enorme entre os cortezãos e gente paçã.

Mas como já em outro estudo nos referimos a este capitulo pittoresco da vida palaciana[1] e como só temos d'elle conhecimento pelas paginas do *Cancioneiro*, sem que as chronicas, ou outros documentos nos elucidem sobre as consequencias, limitamo-nos a fazer notar mais uma vez a curiosa circunstancia de sempre n'este reinado os dramas e tragedias virem entrançados com a *farça* e as coisas de folgar.

[1] *Gente d'Algo* — 2ª edição, pag. 189.

CAPITULO XXII

Vinda do Bastardo para a Côrte

A chegada do Senhor Dom Jorge, filho natural de El-Rei, os amores do Principe D. Affonso com D. Branca, uma rapariguinha tão moça como elle, e o rompimento d'este idyllio, desviaram o sentido da Rainha da impressão causada pela morte de Bemohim.

Porque veiu o Bastardo para a Côrte?

Tinhamos visto atraz que em Agosto de 1481, nascêra D. Jorge, fructo dos amores de El-Rei D. João, com D. Anna de Mendoça.

Ao que parece, o sentimento reciproco foi violento e sincero.

Embora estorvado pelas circunstancias, o par amoroso continuou a dar-se provas de affecto até . . .

E' difficil marcar até quando.

Affirmam alguns escriptores fundados nos dizeres de Ruy de Pina e Resende, que a separação se deu pouco depois da elevação de D. João II ao throno.[1] Em defeza d'esta these escreveu o sr. Anselmo Braancamp Freire, um artigo para o qual chamo a attenção do leitor.[2]

Outros, como Camillo, Oliveira Martins, e na sua esteira Barros Gomes, inclinam-se a que a ligação tivesse continuado atravez de estorvos e embaraços por longos annos.[3]

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LXXXII: «Despois de ser Rei, foi sobre todos mais continente.» Garcia de Resende — *Chronica*, capitulo preliminar. «E sendo em Principe muito amigo de mulheres, despois q huy rei, foi nisso tão temperado e casto, q se affirma nunca mais conhecer outra mulher se a sua.»

[2] Anselmo Braancamp Freire — *Critica e Historia*, cap. VIII pag. 169.

[3] Camillo Castello Branco — *Narcotticos*, vol. 1 pag. 72, affirma que D. João II, contradiz a asserção dos chronistas ao assignar, no momento de morrer, uma tença para D. Anna. Oliveira Martins parece inclinado a esta versão. Barros Gomes, referindo que Oliveira Martins annotou em apontamento especial as datas capitaes das relações de D. João II com D. Anna escreve: «Oliveira Martins, procurava elementos nos cartorios do Convento de Santos, e ylo onde que tem se conhecer a mulher amada por D. João II. N'ella pensou o Rei até o instante derradeiro da sua existencia . . . *Principe Perfeito*. Prologo, pag. 42)

O Conde de Villa Franca, é de parecer que a separação só se realisou depois da morte do Principe D. Affonso.[1] Mas não comprova o asserto, servindo-lhe apenas para d'elle tirar effeitos dramaticos.

O Bispo do Funchal, D. Diogo Pinheiro, no *manifesto em que se mostra a inocencia do Duque de Bragança*, affirma que o rompimento se deu por instancias da Rainha de Castella. Mas não diz quando.[2]

Ora francamente, se não é muito crivel que a Rainha de Castella se mettesse a dar conselhos de moral domestica a D. João II, muito menos ainda se acreditará que elle se deixasse morigerar por sua prima — a Catholica.

O que se me affigura, embora não tenha dados positivos, mas apenas o *palpite* nascido no conhecimento da configuração sentimental dos personagens, é que não houve propriamente um rompimento, houve antes a acção corrosiva do tempo a esfarelar lentamente a paixão amorosa . . .

A ideia que nos dá D. Anna de Mendoça é a de uma mulher extraordinariamente bella, seductora no sentido espiritual e material da palavra, mas sem nunca ter podido affirmar uma personalidade que acorrentasse indissoluvelmente um ente como era D. João II. Apossou-se, por um tempo, dos sentidos do fogoso Principe que se entregou com enthusiasmo a essa ligação, deu-lhe um filho a que elle dedicou muito affecto, foi lhe fiel, pois embora um escriptor lhe chame "muito dissoluta",[3] nem antes nem depois do seu romance regio, teve qualquer desvio, nem foi dada á libertinagem.

Apparece-nos antes como uma precursora da La Vallière. Adorou sinceramente D. João, e tal qual a loira Louise de la Baume le Blanc, quando o seu idyllio esfriou, recolheu-se ao Convento.

O que é certo, é que durante a sua longa vida de mais de 80 annos, sendo primeiramente Dama da Rainha D. Joanna, depois amante de um Rei todo poderoso, e finalmente Commendadeira do Mosteiro de Santos, se não ficou d'ella um padrão que torne a sua memoria perduravel como figura marcante na scena portugueza, não foi tambem uma sensual barregã regia, nem pertenceu ao numero:

"d'aquellas que dão a Deus
o que o mundo já não quer".

Doce sentimental que se deixou apaixonar por um collosso, gravou na alma do grande Rei um sulco dos que não se apagam de todo. Mas não tão fundo, que passados os primeiros ardores o tomasse por completo. A paixão foi arrefecendo sem talvez elle ter consciencia d'isso. Crepusculo de sentimento que se prolongou, diminuindo sempre de intensidade, mas sem haver rompimento. Uma

---

[1] Conde de Villa Franca — *D. João II*, pag. 25.

[2] *Historia Genealogica* — Provas, tomo III, pag. 648. «Ca sabido está, que nunca El-Rey, que Deos aja se pode apartar della, posto que por El-Rey D. Affonso seu Padre e por Confessores, e outros muytos lhe fosse desdito; salvo á instancia da Rainha de Castella, per cuja causa e respeito a elle leixou.»

[3] Fonseca Benevides — *Rainhas de Portugal*, tomo I, pag. 307. «Conta-se que fôra esta dama muito dissoluta na sua mocidade, e que mais tarde como tantas outras trocára o culto de Venus pelas praticas devotas.»

phrase do chronista fortalece esta minha impressão. Quando se tracta da vinda de D. Jorge para a Côrte, Ruy de Pina, referindo-se a descontentamentos da Rainha, diz: "de cuja causa sabia que El-Rei por sua consciencia e auctoridade Real, *era já muito esquecido*".

Seria occasião de applicar a este episodio amoroso do seculo XV, o proloquio francez de tão melancholica significação:

On s'enlace;
Puis un jour
On s'en lasse,
Et c'est l'amour! . . .

Ou a divisa gravada por uma cortezã leviana no esmalte do seu relogio de alcôva:

"L'amour fait passer le temps.
Le temps fait passer l'amour . . ."

D. João II não conhecia nenhum d'estes aphorismos; mas punha-os em pratica no seu romance.

A empreza de reinar tomava-lhe o espirito e distrahia-o dos amores. Para desfastio dos negocios publicos, organisava festejos.

A actividade amorosa extinguiu-se n'elle depressa. Vieram depois as doenças . . .

A entrada de D. Anna no mosteiro, foi portanto um sereno epilogo de romance, sem a violencia de catastrophe. A' data do testamento feito nas Alcaçovas em Septembro de 1495, a mulher que elle adorára com arrebatamento, era mencionada apenas como "*Madre de Dom Jorge*, meu muito prezado filho".

A Rainha D. Leonor, ao invez d'aquella que lhe enfeitiçára o marido, enche a sua epocha. A sua personalidade, se não teve o poder mysterioso dos philtros que prendem os homens, e se nem sempre poude garrotear o seu durante os entretenimentos eroticos, que o trouxeram desvairado, impoz-se-lhe ao espirito de modo que nunca elle deixou de lhe testemunhar affecto, mesmo quando os encantos da amante o dominavam.

E' que a Rainha possuia, além da lucida intelligencia para apreciar situações, uma forte vontade com que conseguia reprimir os impulsos desordenados do coração, se este batia com mais violencia, ferido pelo acicate do ciume ou do despeito.

Tinha além d'isso, o tacto de saber quando devia desviar os olhos, perdoar com bom geito, ou impor-se com firmeza, sem comtudo provocar situações irreductiveis.

Quando nasceu D. Jorge, (e ella teve d'isso logo conhecimento), fôra tão magnanima e discreta na fórma como acceitou o facto consummado, que, se na intimidade, alguma exprobração murmurou, foi abafada pelos cortinados da alcôva régia, e nada transpirou no exterior.

O Senhor D. Jorge, pouco depois de nascer, foi levado para Aveiro, á guarda da sua tia D. Joanna, para que ésta o educasse.

Deu-lhe ella por amo, João Alvarez. O pequeno foi alli crescendo até aos 9 annos.

Quando a Infanta falleceu, a 12 de Maio de 1490, surgiu a difficuldade do destino a dar ao filho illegitimo.

Então El-Rei sabendo que podia contar com a nobreza de animo de sua mulher, recorreu a ella abertamente.

Não se enganou.

A Rainha acolheu de bom grado a ideia de que D. Jorge viesse para a Côrte. E ainda mais, sentindo que pelo proximo casamento do Principe, seu filho, este se affastaria de sob a aza materna, accudiu-lhe ao espirito a possibilidade de uma compensação. Mostrou até desejo de o educar em sua casa.

Este rasgo que dá medida de tempera espiritual da Rainha, foi apreciado com intimo reconhecimento por D. João II.[1]

Quem lêr com attenção as palavras do chronista, não poderá eximir-se a uma grande admiração por essa nobre alma de mulher.

Resolvida a vinda de D. Jorge, foi este entregue ao Bispo do Porto, D. João de Azevedo, que acompanhado de gente de distincção o trouxe a Evora, onde estava a Côrte.

Fóra da cidade foram recebel-o o Principe D. Affonso, herdeiro do throno, o Duque de Beja, o Marquez de Villa Real, e muitos Senhores de Titulo.

Os dois filhos de D. João II, ambos a cavallo, avançaram á frente dos respectivos cortejos.

D. Jorge, miudinho de estatura, mais pequeno ainda do que era natural na sua pouca edade, fez menção de se apeiar para vir beijar a mão do primogenito.

Não lh'o consentiu este. E sobre as sellas, firmados nos estribos, abraçaram-se os dois irmãos.

Depois tomando logar entre o Principe e D. Manuel, Duque de Beja, encaminharam-se os trez, seguidos pelas suas comitivas, para a cidade.

Recebeu-os alli El-Rei, nas casas de João Mendes de Oliveira, onde estava alojado, porque os Paços de S. Francisco andavam já em obras na perspectiva do casamento.

Não é facil de imaginar a affluencia de sentimentos que agitaram a Rainha, quando D. Jorge se ajoelhou perante ella beijando-lhe a mão.

As chronicas na sua linguagem secca, não dizem senão que ella "o recebeu com mostranças de tanta honra e amor como n'elle havia de verdadeiras e louvadas virtudes».

Bem *louvadas virtudes* requeria ella para acolher com ternura o fructo dos amores de seu marido!

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. XLIII. «E porque neste anno a dicta Infante faleceo, conveo a El Rei por remediar a criaçam de seu filho, pedir aa Raynha Dona Lianor sua molher que sem algũa paixam das muitas que em seu nacimento recebera quisese consentir, que viesse e se criasse na Côrte. E a Rainha como em todalas cousas foy sempre exempro de perfectas bondades e grandes vertudes, esquecida já de paixões e descontentamentos passados de cuja causa sabia que El-Rei por sua consciencia e autoridade Real era já muito mais esquecido; e lembrada *principalmente do verdadeiro amor e inteira obediencia que sempre lhe teve*, prouve-lhe nom somente que o Senhor Dom Jorge viesse aa Côrte, mas pedio a El-Rei que lho desse para o trazer e criar em sua casa como por ser seu filho merecia».

CAPITULO XXIII

Casamento do Principe

ENTRAMOS agora n'um periodo em que o sentir dos dois conjuges vibrou unisono, talvez mais do que nunca durante a vida commum.

O Principe D. Affonso ia casar.

O casamento de um filho que, em qualquer casal burguez, é um acontecimento que marca epocha, n'este caso assumia uma excepcional importancia.

Era em primeiro logar assegurar a successão legitima ao throno. Era consolidar uma alliança com Castella, que trazia ao Reino, dolorido e exhausto pelas guerras, uma paz auspiciosa. Era um arpão lançado para realisar o ambicionado projecto da unificação, pois sendo primogenita a Princeza D. Izabel, e tendo seu irmão D. João, uma saude precaria, era de prever que ella viesse a herdar a corôa. Bastava isso para acariciar as aspirações do Rei, e para afagar o sentimento materno.

Accrescia, porém, que o enlace sorria ao noivo, já esquecido do passageiro idyllio com a sobrinha do Conde de Marialva. Trouxera elle lembranças gratas da pequenita prima com quem brincára em Moura, no tempo das *terçarias*. E attrahia o aquella figurinha de loira, temperada de meiguice, de quem nos dias de meninez fôra alegre camarada, e que vinha agora como sua noiva.

E por ultimo este enlace era bemquisto da Infanta D. Beatriz, mãe de D. Leonor, que dedicava a ambos os nubentes egual ternura, pois tinham sido seus pupillos durante o regimen dos refens. Por isso interviera já com todo o coração, quando fôra dos ajustes para que sendo o Principe de 14 annos, se ainda não estivesse casado, se realisasse o seu consorcio com a Princeza Izabel.

A Nação toda rejubilava com esta alliança.

Ordenou D. João II a Embaixada que havia de ir a Castella tractar do casamento. E para fazerem parte d'ella, nomeou trez das mais proeminentes figuras da sua Côrte.

Ia Fernão da Silveira, o Coudel Mór, e Regedor da Casa da Supplicação. Apezar de exercer as severas funcções de magistrado que o cargo de Regedor lhe impunha, o Coudel Mór era bom cortezão e versejava desenfastiadamente. Algumas das suas poesias eram mais que maliciosas ou travessas, chegavam a ser

lascivas.[1] Não era isso pécha que lhe tirasse consideração, pois n'esse tempo permittiam se liberdades que hoje levantariam protestos indignados. Mas nem sempre a sua musa era gaiata ou impudica. As trovas, em louvor de D. Filippa de Vilhena, são reveladoras de uma galanteria requintada, que era bom predicado para quem andava na Côrte. A esta D. Filippa, não só dirigiu versos, como "deu brocado para um gibão, ao poeta que fizesse melhores trovas em favor d'ella». São muitos os seus versos espalhados no *Cancioneiro.*

Pelo que se vê, jurisconsulto sabedor para se entender com os homens de lei, doneador habil no cortejar as mulheres, a escolha do magnate que havia de ir a Sevilha, não podia ser melhor.

O seu companheiro, Doutor João Teixeira, desembargador do Paço, era menos cortezão, mas talvez mais bem enfronhado em jurisprudencia. Fizera uma eloquente oração, quando se conferiu o titulo ao Marquez de Villa Real. Desempenhava a esse tempo o cargo de Chanceller-Mór, o que indica o apreço em que era tido.

Era secretario da Embaixada Ruy de Sande.[2]

Moço ainda, mas já habil e dotado de bôas manhas, tudo o indicava para este officio, o que foi depois confirmado pela escolha que sobre elle recahiu para tractar como Embaixador do casamento de D. Manoel.

Os trez partiram para Sevilha no começo de Março, levando um retrato do Principe, que certamente foi uma das melhores cartas de crédito d'esta missão, não só perante os soberanos, como junto da noiva.[3]

Em Sevilha foram recebidos com demonstrações excepcionaes. Esses festejos na Côrte dos Reis Catholicos, como nunca se tinham realisado até então, mostravam aos enviados portuguezes como era bem acceite aquella alliança,

Quando no Domingo de Paschoella, o nosso Embaixador por procuração do Principe, recebeu a Princeza, por palavras do presente, houve sumptuosos môrnos; e nas justas Reaes tomou parte o proprio Rei, pae da noiva, honrando assim o enlace da filha.

D. João II e a Rainha D. Leonor, que tinham sido avisados do dia em que se devia realisar o casamento, aguardavam a noticia que o confirmasse.

Numerosos escudeiros postos em paradas por todo o caminho, entre Sevilha e Evora vinham a unhas de cavallo transmittindo uns aos outros a bôa nova.

Por este telegrapho rudimentar, logrou o soberano obtel-a em poucas horas.

N'essa segunda-feira, depois de uma boda em casa de Affonso Garcez, cuja filha casára, El-Rei, que assistira a essa cerimonia, impaciente por ainda não ter recebido o recado, montou a cavallo com o Principe seu filho e o Duque de Beja, e dispunha-se a ir ao arrepio dos alviçareiros, quando na Praça desembocou offegante, Filippe do Casal, que a toda a brida vinha desde a Torre dos

---

[1] *Cancioneiro Geral*, tomo III, pag. 137. «Trovas a D. Rodrigo de Castro, que beijava uma dama».. «Trovas a certa dama que beijava D. Guiomar de Castro». pag. 77 etc.

[2] Será o D. Rodrigo de Sande, que tem no *Cancioneiro* umas trovas a umas cervilas que fez de chamalote Manoel de Noronha? tomo III, pag. 137.

[3] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. XLIV «levaram a fegura do Principe, inteira e bem tirada por natural, que natural e verdadeiramente era das muy fermosas do mundo».

Coelheiros, e que sem mais delongas gritou a feliz noticia. Foi então uma explosão de alegria!

Tocaram os sinos em todas as egrejas, estalaram bombardas, accenderam-se fogareos, enramaram-se as ruas, içaram-se bandeiras nas torres.

E foi tal o alarido, a gritaria, o estrondo festivo, que "parecia verdadeiramente que a terra tremia".

A primavera alentejana, com a limpidez translucida do ar que dá tanta alacridade ao scenario, a brancura das fachadas caiadas da casaria, a luz intensa, que sublinhava os contornos dos monumentos, a profundeza azul do firmamento que n'esse dia se assemelhava a um docel de nupcias estendido sobre os noivos, desde a mourisca Sevilha até Evora, a romana, tudo contribuia para tornar mais exhuberante o regosijo nos corações e dar ás festas maior brilho.

Encaminharam-se todos para a Sé, a dar graças, seguindo logo para casa da Rainha.

Foi então que na rua da Selaria lhes sahiu ao encontro, com um pandeiro na mão, D. Briolanja Anriques, dama muito honrada, mulher de Ayres de Miranda".

Nova e formosa a alegre rapariga, neta, por seu pae, de Henrique II de Castella, e irmã de Henrique Henriques, Senhor das Alcaçovas e Aposentador-Mór, e casada com o Alcaide-Mór de Villa Viçosa, esboçou uns passos de dança, rufando no pandeiro, em frente da cavalgada.

E era tal a sua graça, interpretando com gesto airoso o sentir geral, que o Rei, prazenteiro e alegre "a tomou nas ancas da mula e levou assim com muita honra onde a Rainha estava".

A alegria é communicativa.

Velhos e moços, por todo o percurso desataram a cantar e a bailar.

Bailou Ruy de Sousa, Senhor de Sagres, bailou Diogo da Silva, aio do Duque de Beja, que depois foi Conde de Portalegre. Bailaram muitos dos mais sisudos.

Quando chegaram a casa da Rainha, esta que já estava prevenida veiu recebel-os acompanhada de todas as suas Damas e Donzellas.

Rei, Rainha, nobres e povo, commungavam no jubilo, constituiam uma só familia — a familia portugueza — festejando um acontecimento que a todos interessava.

Tem um sabor tão caracteristico este jubileu sentido em commum, não só em Evora, mas por todo o Reino, que involuntariamente o espirito pergunta se a humanidade terá ganho muito, com o que se chama pomposamente o Progresso.

Inventam-se theorias de direito publico, modificam-se sucessivamente as fórmas de governo, e cada vez mais a sociedade é abalada com os empuxões dos ideologos que lhe ameaçam os proprios alicerces.

N'este anno de 1490, e especialmente na cidade de Evora, só havia festança.

Na terça-feira logo ao amanhecer, foi grande o borborinho em frente do Paço.

Trazidos pelos palafreneiros e moços de estrebaria, vinham chegando os cavallos, as facas, as hacaneas e as mulas guarnecidas com as suas gualdrapas vistosas e aparelhos bordados.

A Côrte ia ouvir missa solemne ao mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, nos arrabaldes.

A Rainha, as Damas e as donas honradas da Côrte e da cidade, trajando gala, cavalgavam acompanhadas de El-Rei, do Principe, do Duque e de todos os grandes fidalgos. Eram precedidos dos "mouros e judeus, com as suas toucas, guinolas, e festas e grande concorrencia de povo com muitas folias e invenções».

Tudo se dirigiu ao celebre cenobio onde foi dita a missa. Depois merendaram lautamente e com a mesma alegria "e grande estrondo de prazer» regressaram, já pela tarde, á cidade onde nas ruas, praças e casas particulares, houve comeres muito abastados, e nos Paços danças e saraos até de manhã. Era robusta aquella geração dos nossos avós! Valorosa e resistente nos combates, não era menos vigorosa em aguentar as fadigas da folgança.

Logo no seguinte dia organisou-se uma representação de entremezes no grande pateo do Paço, que foi coberto de pannos ricos, em fórma de docel, tendo ao fundo um grande estrado. N'estes mômos entraram o Rei e os senhores casados, bem como o Principe e Duque de Beja, com os seus fidalgos e gentis homens.

Não dizem as chronicas que especie de representação foi essa em que D. João figurou, mas não deixa Ruy de Pina, que a ellas assistiu, de apontar que vinham "envencionados todos com muita graça e gentilezas de coores e divisas como para seus propositos se requeria».

Durou esta diversão toda a noite. E no seguinte dia o povo concorreu ás festas de cannas e de toiros na praça da cidade, ás quaes a Rainha, o Rei e toda a gente palaciana assistiram com grande estado.

Foram perturbadas as alegrias d'este momento, com a chegada da noticia imprevista que annunciava a morte de D. Joanna, irmã d'El-Rei, a qual na sua voluntaria clausura de Aveiro, se extinguira com trinta e seis annos.

Já morta para o mundo, não o era para D. João II e para sua mulher que sinceramente lhe queriam, e a quem a inopinada má nova causou profundo abalo.

Suspenderam-se os festejos. Os paços foram desornados das galas que os revestiam e as paredes cobertas com pannos azues, que era signal de luto.

* * *

Entretanto, chegavam de Sevilha as cartas dos Reis Catholicos e da Princeza recemcasada para o Rei, para a Rainha D. Leonor, e para o Principe D. Affonso, notificando o casamento.

Cartas officiaes escriptas em estylo de protocollo, mas nas quaes a frieza das fórmas convencionaes era intencionalmente temperada com um sabor affectuoso. Nas da Princeza, transluzia uma scentelha de sentimento pre-amoroso que lhes dava um encanto especial.

E a correspondencia continuou entre os interessados até á vinda da noiva.

Não ha vestigios d'essas cartas. A sua leitura seria certamente curiosa, pois embora a etiqueta abafasse os impulsos dos dois nubentes, algumas phrases deixariam talvez transparecer a impaciencia em que estavam de se encontrar.

Tinham porém, de esperar até Novembro, porque El-Rei queria dar tanto

lustre á vinda da sua nóra, que pouco era o tempo para os complicados preparativos de festas que resolveu realisar em Evora.

Começou por encarregar da direcção de todos os festejos, D. Martinho de Castello Branco, védor da Fazenda, que alliava a uma grande competencia financeira, um notavel engenho. Estava indicado naturalmente para organisador da empreza.

O carrego que o Soberano lhe confiava não era uma simples tarefa de emprezario theatral, ou de perito em visualidades scenicas. Carecia de habilidade em compôr o programma das ceremonias reaes; em determinar os aposentamentos das pessoas de cathegoria, que haviam de concorrer com as suas comitivas, e dos forasteiros attrahidos por tão grandioso espectaculo; em prover tudo com respeito a mantimentos, para que não houvesse fome; no edificar a grande sala de madeira para os banquetes e representações; construir recintos apropriados onde se realisassem os mômos e entremezes, onde se corressem toiros, onde se quebrassem lanças e os justadores se pavoneassem em curvetas e galões; no fazer encommendas para todas as partes do mundo, não só de brocados, telas de oiro, sedas, tapeçarias, arreios e jaezes, mas tambem de conservas, fructas, especiarias, caça, pescado, ginetes, e até officiaes bordadores de chapearia, cozinheiros, e ministris altos e baixos.[1]

E para isso D. Martinho expediu logo mensageiros para o Levante e para o Poente a fazerem compras e provisões. Genova, Florença, Veneza e até Castella forneceram os melhores productos dos seus teares com ricos debuxos, e vistosos padrões; a Allemanha, Flandres, e Inglaterra as lãs finas, os cavallos, e a prata em pasta; a Berberia e Guiné, fructas verdes, e seccas, tamaras, assucar, mel dos seus cortiços, e a cêra para se fabricarem os brandões que haviam de illuminar as salas.

Todos os paizes contribuiam assim para abrilhantar as bodas.

D. Martinho, como homem bem avisado, organisou uma verdadeira Secretaria ou *Casa de despacho*, com vida autonoma para a qual tomou como seu immediato, Anrique de Figueiredo, escrivão da Fazenda, e varios officiaes.

Diversas eram as repartições d'esse organismo; a dos convites aos Grandes Senhores, aos Bispos, aos Cavalleiros para que viessem, recommendando-se a alguns d'estes que trouxessem suas mulheres; a dos abastecimentos; a das aposentadorias; a da limpeza, ou, como hoje se diria da hygiene; a dos banquetes e espectaculos publicos e outras mais.

Como eram muito diversas as partes do programma d'este collossal apparato scenico, foram certamente reservadas algumas para inspecção do monarcha. Outras seriam naturalmente submettidas á attenção da Rainha e das Senhoras que a acompanhavam, taes como os modelos para o vestuario feminino, não só das Damas e Donzellas do Paço destinadas a figurar nos serões, como das bailadeiras mouriscas e moças formosas dos arredores que foram convocadas para virem com os seus pares, cantar, tanger, bailar, e saracotearem-se em folias, para o que recebiam vistosas librés.

---

[1] Nos diccionarios encontra-se: — *menestrel alto*: — musico por arte; *menestrel-baixo*: — musico por ouvido. Não se tratará antes de tenores, baritonos e baixos?

A Rainha, era por sua disposição caroavel de representações theatraes. Interveiu portanto na prefiguração dos mômos que se iam realisar na grande sala que se construiu na horta de S. Francisco, pegada com a porta do mosteiro.

Essa sala ampla e grandiosa, pois media trezentos palmos (ou seja sessenta e seis metros) de comprimento e setenta e cinco palmos de largura é descripta nas suas minucias esplendorosas pelo chronista que nol-a pinta com o seu estrado Real, coreto para os menestreis, amphitheatro para os trombetas bastardas e atambores, copeira para as baixellas, tribunas em que os mestres-sala deviam collocar os convidados; e toda ella forrada de formosos lambeis, illuminada por centenas de tocheiros e de brandões, afóra os que os pagens garridos empunhavam durante as cerimonias.

Foi n'esta sala (tão magestosa que os extrangeiros que alli vieram, ficavam pasmados da sumptuosidade), que se realisaram as principaes festas, depois da chegada da Princeza.

A viagem d'esta, realisára-se solemnemente com numeroso acompanhamento, vindo ella rodeada pelas suas nove Damas, homens nobres de Castella e de Aragão, e da sua Camareira-Mór, D. Isabel de Sousa, fidalga portugueza, que foi posta ao serviço da nova Princeza, pela Rainha D. Leonor que a destacou do seu serviço para honra da nóra.

O Rei e o Principe, impacientes por se encontrarem com a noiva, não resistiram a correr sobre Extremoz á sua espera.

Impulsionavam cada um motivos diversos.

No Rei, a natural curiosidade de ver em pessôa uma nóra sobre cujo enlace fundava tamanhas ambições.

No Principe, um sentimento feito de recordações dos tempos em que com ella brincára nas *terçarias* de Moura, e um nascente enternecimento, que as cartas d'ella, e os retratos chegados de Sevilha, lhe annunciavam formosa, seductora, e bem propria para fazer esquecer aquella D. Branca, que o enfeitiçára havia pouco.

Esse feitiço, esse namorico, esse *entretenimiento* de gente moça déra que fallar. Os poetas palacianos fizeram versos, o bom mulherigo agitou-se cioso e alvoroçado, os homens teceram enredos . . .

Mas, como já vimos, a quem mais preoccupações causára, fôra ao Rei e á Rainha.

Por isso o pae cortára cerce o rebento que ameaçava a sua linhagem. D. Branca fôra sacrificada.

O Principe não oppoz grande resistencia. A prima de Hespanha attrahia-o já.

E tanto se agradaram ao verem-se que, antes d'ella entrar na cidade de Evora, e emquanto ainda se achava alojada no mosteiro de Santa Maria do Espinheiro, cahiram nos braços um do outro, antecipando, com uma apaixonada noite de nupcias, as bodas officiaes.[1]

A Rainha, que alli veiu visitar sua nóra, a qual ainda não vira, teria conhe-

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. XLVI. «Jouveram ambos, e nam sem estranhamento d'algum pecado, por ser contra a honestidade de acatamento, que se devia, e nom se guardou aa Igreja».

cimento d'este ardor amoroso do filho, reclamando com tanta impaciencia os seus direitos conjugaes?

E' mais que provavel, pois os frades fizeram grande escarceu com a circunstancia de ter cahido n'essa noite uma ameia da parede da egreja, mesmo junto á camara dos recemcasados, e tiraram d'isso tão sinistro agouro, que não se decidiram a concertar a muralha.

Para o espirito de D. Leonor, não foi indifferente o presagio mofino. Quantas vezes, pela vida adeante, não lhe accudiria á imaginação este incidente! Com que acuidade essa recordação não lhe pungiria o espirito, quando passados oito mezes, a morte separou os noivos . . .

A desgraça torna supersticiosos os animos mais desprendidos de receios. O de D. Leonor, embora de mulher valorosa, não deixaria de impressionar-se com o vatícinio sinistro.

Agora, porém, o momento era de jubilo. O ruido dos festejos abafou na alma da mãe o desastrado resmungar dos monges.

* * *

No domingo 27 de Novembro de 1490, realisou-se a entrada solemne em Evora, que os chronistas descrevem com todos os pormenores, indo o Rei buscar a Princeza, e atando o cordão rico da Jarreteira ás redeas da mula em que ella cavalgava. Conduziu-a primeiramente á Sé, e depois ao Paço, onde a Rainha os esperava com todas as suas Damas.

Foi então que D. Leonor teve ensejo de apreciar o encanto da nóra. Só com o apparecer conquistára o povo, a Côrte e a propria Familia real.

Diz a tradição, que o Duque de Beja, logo que em Badajoz vira a noiva de seu primo e sobrinho, fôra tomado por um sentimento tão violento que, annos depois ainda o levou, quando viuva, a pedil-a para si proprio.

Se á perspicacia feminina da Rainha não passou despercebido o amanhecer d'aquelle encantamento de seu irmão pela mulher de seu filho, devia esse descobrimento causar-lhe amargosa commoção.

D. Leonor adorava o filho. E tinha uma especial ternura pelo irmão, que era para ella, pela edade e pelas circunstancias, como que uma especie de filho tambem. Se era verdade que o coração d'este fôra arpoado por uma tão inesperada paixão, que ineditas angustias lhe estaria preparando o destino? Que novas tragedias estariam no seio da familia já tão retalhada e ensopada em sangue?

Teria essa ideia contribuido para abalar a saúde da Rainha?

E' certo que durante as festas, nunca deixou de comparecer, já nos serões em que houve danças, nas quaes ella tomou parte, juntamente com duzentos nobres vestidos de capas roçagantes; já assistindo aos mômos e entremezes em que seu marido se comprazia de tomar parte; já nos banquetes da grande sala de madeira, quando ao lado d'El-Rei, do Principe e da Princeza, ceiava n'uma meza do Estrado, emquanto nas mezas dos lados comiam o Duque de Beja, o Senhor D. Jorge, o Marquez de Villa Real, Damas e Donzellas, Arcebispos, Bispos e nobres senhores; já nas festas de toiros, justas e torneios, em que D. João

II se mostrou figurando o Cavalleiro do Cysne "com tanta riqueza e galanteria quanta no mundo podia ser".

Comparecia, sim, mas o seu corpo e o seu espirito eram affectados por causas que escapam a medicos e psychologos.

A alegria nunca é absoluta. A saúde nunca é inexpugnavel. Ha sempre pontos negros que ensombram o futuro. O organismo, ainda o mais perfeito, está sempre na imminencia de ameaças. E á Rainha nem faltavam apprehensões nem sobejava robustez.

São positivos os dizeres de Ruy de Pina, que affirma que aos primeiros rebates da peste, quando as festas foram interrompidas, e os festeiros dispersaram, indo El-Rei para a herdade da *Fonte Coberta*, o Principe e a Princeza para o Espinheiro, e todos os demais para diversos destinos, "a Rainha por *ser doente* ficou com grandes guardas na Cidade".[1]

Já na quarta feira (30 de Novembro) quando viéra com seu filho e nóra tomar logar na tribuna da praça, para assistir ás pomposas justas tão apregoadas, a Rainha *que era mal sentida*, não podia dissimular o que soffria.

Mal sentida porquê?

O Conde de Villa Franca no drama: *D. João II*, dá como certa a presença de D. Anna de Mendoça, em Evora, durante os festejos.[2] Figura-a mesmo assistindo disfarçadamente ás cerimonias em que o amante representava. Forja até scenas de ciumes entre o Rei e sua mulher, o que explicaria, se fosse certo, a indisposição da infelicitada Rainha.

Nada porém nos indica a comparencia de D. Anna, em Evora, episodio phantasiado pelo dramaturgo, para d'elle tirar effeitos theatraes.

Não foi portanto o procedimento do marido que perturbou o socego de D. Leonor.

Pelo contrario, D. João II, embora ainda talvez estivesse preso na graça da favorita, nunca deixou, em publico, de manifestar a mais devota galanteria para com sua mulher.

E' d'isso testemunho a *lettra* com que na vistosa justa, El-Rei se apresentou á frente dos seus mantedores.

Garcia de Resende, no decurso da minuciosa descripção das festas, diz: "El-Rey levava por cimeira huus liames de nao pola Raynha dona Lianor sua mulher cheos de pedraria, e dizia a letra:

"Estes liam de maneira
Que já mais pode quebrar,
Quem coelles navegar".[3]

Interpretando o sentido d'esta *lettra* cabalistica podiamos tirar um significado tendente a demonstrar a fórma como D. João II considerava indissoluvel a união com sua mulher.

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. XLVIII.
[2] Conde de Villa Franca — *D. João II*, pag. 8-19-32 etc.
[3] Garcia de Resende — *Vida e feitos*, cap. CXXVIII.

Mas sem recorrer a requintes de hermeneutica, o que é certo é que a escolha d'aquelles versos era uma homenagem á Rainha. É o chronista que o diz.

Não vinha do marido a causa que a molestava.

Inclinamo-nos a suppor que outra seria.

Se na realidade á sua perspicacia não escapou o que o irmão estava sentindo, doloroso devia ter sido esse invento, deixando a *mal sentida*.

Confiava porém no irmão e sabia que elle não deixaria transpirar tão inopportuno arrebatamento. Os acontecimentos subsequentes deram-lhe razão.

A maneira como o Duque de Beja procedeu, tomando parte com apparencia desannuviada, em todas as solemnidades, as mostras de affeição pelo sobrinho, e, quando veiu a catastrophe, a sincera consternação que d'elle se apoderou, tudo indica que o futuro D. Manoel, refreiou, reprimiu, conseguiu mesmo affogar em si o encantamento.

D. Manoel sabia dissimular. Era um predicado de familia. Sendo sem duvida um defeito, essa faculdade auxiliára já D. João II no desfazer das conjuras, e no desempenho do seu officio.

Se D. Manoel abafou os impulsos do coração, a Rainha por seu lado não deixou transparecer as apprehensões.

Não nos embrenhemos portanto em conjecturas que podiam fazer descambar em romance uma narrativa que só tem por fim apontar todas as verosimeis correntes de sentimento, que agitaram o espirito de D. Leonor, e pozeram á prova as suas virtudes.

Outras eram agora as angustias que a assaltavam.

CAPITULO XXIV

Suspeitas de veneno

INTERROMPIDAS as festas pela arremettida da peste, El-Rei como já vimos foi para a herdade da Fonte Coberta, a pouca distancia da Cidade.

Deu-se então o conhecido incidente, que tem levantado tantas suspeitas em todos os que se occupam d'este periodo da nossa historia.

Em outro capitulo tentaremos apurar se D. João II morreu envenenado.

Por agora limitamo-nos a registar o episodio que lhe trouxe ao espirito a suspeição.

O soberano, depois de beber um pucaro de agua d'uma nascente d'esta quinta, achou-se mal, e com tão violentos symptomas, que se capacitou estar atacado de peste, ou roído por peçonha.

Accudiu-lhe logo á lembrança o aviso que lhe dera pouco antes uma mulher de virtude, ou "religiosa de sancta vida„ como dizem os chronistas.

"Que se guardasse bem de peçonha que lhe ordenavam„ dissera ella. O Rei attribuira o conselho a *truania*, ou embuste da pythonisa, e desdenhava tomar precauções.

Quando porém "sentiu em si movimentos do mal„ convenceu-se de que fôra envenenado. Voltou depressa para Evora, onde deixára a Rainha doente.

E mandou chamar a bruxa para averiguar.

Ella, como todas as creaturas dadas á charlataneria, respondeu vagamente que visto ter sido despresado o primeiro aviso, já nada aproveitavam as suas revelações. A peçonha já fôra ingerida . . .

O monarcha ficou apprehensivo, mas deu ordem para que nada d'isto transpirasse, com receio de que fosse diminuida a sua auctoridade real.

Ou a dóse propinada fôra diminuta, ou a natureza do soberano vencêra a força destructiva do virus, ou não houvera na realidade peçonha, mas apenas uma indisposição gastrica, tão natural em qualquer ente humano, e muito mais em quem como elle "comia muito e muito bem„.

O facto é que, chegado a Evora, restabeleceu-se depressa, e com a saude desvaneceram-se as suspeitas, assistindo alegre e despreoccupado ás festas promovidas pelo Conde de Marialva, em honra dos recemcasados.

Na mente da Rainha, a quem causára dolorosa commoção a chegada do marido doente, cravou-se mais um espinho e mais uma inquietação.

Como mulher ella tinha ainda pelo marido uma sincera affeição, apezar da infidelidade publicamente ostentada, e das tragedias succedidas na sua familia.

Como Rainha, a vida do monarcha era garantia da situação que occupava, e a ancora do seu predominio.

Como christã, o dever prendia-a áquelle homem a que estava unida pelos laços sagrados de um sacramento.

Por isso a ameaça de perdel-o apavorava-a.

Não é necessario insistir desde já n'esta these a que adeante alludiremos de novo.

Depois de estarem em Vianna de Alvito, vieram com os Principes seu filho e nóra, passar em Evora o Entrudo, a Quaresma e a Paschoa, indo logo depois todos juntos, em Maio, para Santarem.

N'essa viagem reinou sempre alegria.

Plena primavera. Os campos em festa. Parecia que a natureza preparára um tapete verde na campina alentejana para os recemcasados passearem a sua felicidade.

A comitiva em grande parte composta de gente moça e bem disposta, acompanhava com exultação aquella marcha nupcial, na qual cada paragem era motivo para diversões e espectaculos.

Estacionaram primeiramente em Montemór.

E d'ahi por deante caminhavam em pequenas jornadas, formando arraiaes com tendas luxuosas. Muitos abrigavam-se em choupanas improvisadas, onde pernoitavam em alegre acampamento.

Nos montes e nas ramarias das arvores, ardiam de noite muitos pharoes que illuminavam os desenfadamentos d'aquella Côrte ambulante, emquanto El-Rei não ordenava o repouso, para no seguinte dia continuarem na digressão. E assim foram em direitura a Coruche, depois a Almeirim, de onde atravessaram o Tejo em barcas, *albetocas* e bateis toldados de vistosos pannos.

Desembarcados da *ativadoira,* ou batel empavezado com bandeiras de seda, ao som de musicas e salvas, os Principes cavalgaram até Santa Maria de Marvilla em Santarem.

Só no dia seguinte, 15 de Junho, o Rei e a Rainha entraram na villa, sem pompa, indo alojar-se no Paço, onde já a Princeza se achava.

Cada manhã, moiros e judeus em folias e bailados, traziam presentes de vaccas, carneiros, gallinhas e caça, que em frente do Paço offereciam em grande apparato.

E as festas continuaram.

Havia serões de sala e *danças áe mezas*[1], bailes mouriscos e outras folganças.

Mas agora como mais proprios da estação do anno, os festejos ao ar livre succederam-se sem interrupção.

Touros, justas e alegres repastos no campo, como aquelle em dia de

---

[1] Supponho serem bailados mouriscos ou populares executados durante os banquetes.

S. João, realisado n'uma horta dos campos de Alvisquer, em que a Familia Real e as Damas, depois de terem assistido a um movimentado jogo de cannas, abancaram em pittorescas cabanas formadas de ramaria e hervas cheirosas.

Numerosas mezas eram occupadas por toda a donzellaria da Rainha e Cortezãos. Depois do almoço foi a alegre conjuncção surprehendida por um ataque simulado, em que o Duque de Beja, com mais doze cavalleiros vestidos á mourisca, figuraram uma cilada de infieis, que foi repellida com festiva bravura.

A estes passatempos seguiam-se caçadas nos montes e exercicios de falcoaria nas lezirias ribatejanas.

E nas tardes de calma ardente d'esse anno, o Rei e alguns dos seus desciam do Paço até á Ribeira, e vinham buscar refrigerio aos ardores do dia retoiçando-se burguezmente e nadando na agua limpida do Tejo, ao abrigo dos choupos marginaes.

Perfeita calmaria na Côrte.

CAPITULO XXV

A tragedia no Campo do Alfange — O Camaroeiro da Rainha

Perfeita calmaria — sim — mas o destino espreitava ciumento a harmonia d'aquella vida dos Reis, e a felicidade idyllica que se escondia na alcova dos Principes.

N'uma tarde, do dia 12 de Julho, D. Affonso, que o pae convidára para ir com elle banhar se ao Tejo, excusou-se, com pretexto de estar cançado, e ficou-se a gozar a sésta na Camara da Princeza, sua mulher.

Quando depois El Rei passou em frente da janella, levantou a cabeça, e vendo-os a arrulhar como pombos n'um beiral, fez lhes a rir uma mesura maliciosa, e abalou em direitura ao Alfange.

O Principe, receiando que o pae tomasse a mal a sua excusa, reconsiderou, e vestiu-se rapidamente.

Notaram os seus privados, que em meio de tantas festas, elle, n'aquella occasião envergasse um pelote, e tabardo aberto, de panno preto tufado.

O gibão era tambem de setim preto. Notaram além disso que, por uma coincidencia inexplicavel, o cavallo, em que devia montar, tinha os arreios negros, assim como negro era o caparação de velludo.

Viu-o a Rainha partir?

Sentiu o agouro d'aquelle vestuario?

E' muito provavel. Garcia de Resende, diz que todos estes negros ornamentos "foram muy claros sinaes da grande desventura que lhe ordenada estava».

Mas ordinariamente estes signaes mysteriosos de acontecimentos tragicos, só occorrem á memoria posteriormente ás catastrophes.

Foi o que aconteceu quando, algum tempo depois, um mensageiro offegante, que subira a ladeira apressadamente, chegou ao Paço com a triste nova de que o Principe estava moribundo nas casas de um pescador, alli em baixo no Alfange.

A Rainha, cujo coração já tanto padecêra, e cujo animo fôra já posto a tão duras provas, soffreu com a má nova um rude abalo.

Comprehendeu a enormidade da sua desventura, e sentiu que alguma coisa se quebrava dentro d'ella. Pallida, allucinada, procurou a nóra, que a esse tempo já fôra de tudo informada, e vira bem patente o ameaço de uma viuvez. Ambas

ellas, assim como se achavam, e sem outros preparativos, precipitaram-se correndo pelos atalhos que levam de Santarem á Ribeira.

Acompanhava-as, pequeno e enfezado, e tropeçando aqui e acolá, D. Jorge, o bastardo, que na sua infantil simplicidade apenas comprehendia que houvera grande desgraça, sem saber bem o que seria.

Todos os que no Paço tinham recolhido a noticia, seguiam a Rainha e a Princeza pela ladeira abaixo, attonitos e compungidos.

A meia encosta encontraram umas mulas de recoveiros ou almocreves, que seguiam seu caminho. Cavalgaram para chegarem mais rapidamente.

A attitude das duas senhoras era tragicamente dolorosa. Impacientes e desejando saber se encontrariam ainda vivo aquelle que para qualquer d'ellas era tudo interpellavam os que iam encontrando, e escutavam as phrases desconexas com que lhes narravam o desastre.

Havia contradicções.

Que o ginete do Principe, diziam uns, era "de singular redea e muito ligeiro» pelo que desafiára D. João de Menezes, commendador de Aljezur a correrem um *pareo*. Na carreira, o cavallo do Principe cahira, ficando o corpo debaixo do animal.[1]

Outros diziam que um rapazito se atravessára no caminho, causando espanto ao cavallo em que o desventurado Principe montava.[2]

Noticias incertas, phrases cortadas por soluços, todo o alvoroço, toda a perturbação que acompanha os grandes desastres!

E assim chegaram á mesquinha morada do pescador para onde fôra levado o corpo ainda com vida do desventurado,[3]

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica*. cap. L.

[2] D. Agostinho Manuel — *Vida y acciones*. pag. 237. «i atravessandosele en medio de la carrera un moço se espantó el cavallo de manera que en toda la furia del correr le derribó». Em confirmação adduz o epitaphio composto por Cataldo, em lingua latina — Vide, pag. 243.

[3] O sr. Pedro d'Azevedo a cuja erudição e gentileza nunca se recorre debalde, consultando-o eu acerca do local onde o Principe teria sido recolhido, forneceu-me copia do documento relativo ao privilegio concedido ao morador da casa onde se deu a morte, o qual transcrevo na integra por ser inédito e de especial interesse:

«Dom Manuell etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que querendo nós fazer graça e merçe a Aluoro Pirez, morador em Alfamge, arrabalde da nosa villa de Santarem, avendo respeito a ele viver na casa em que faleceo o primcepe dom Afomso meu sobrinho cuja alma Deus aja Temos por bem e per esta o privilegiamos e queremos e nos praz que ele nam serva nem vaa seruir per maar nem per terra em paz nem em guerra a nenhũmas partes que sejam salvo comnosco ou com o primcepe meu sobretodos muito prezado e amado filho ou quamdo em especiall o mandarmos por noso seruiço. Outrosy queremos e mandamos que nam pague em nenhũns pedidos emprestidos peitas fyntas talhas nem bolsa nem outros nenhũns emcarregos nem seruidões que per nós ou per o concelho sam ou forem lançados per qualquer guisa que seja nem serua nem vaa seruir em pontes, caminhos, calçadas, caminhos soomente nas testadas de suas casas e heramças nem vaa com presos nem com dinheiro nem seja posto por titor nem curador de nenhũas pesoas que sejam salvo se as titorias forem lydimas nem aja outros nenhũns oficios nem carregos nosos nem do dito concelho posto que pera elles seja pertencente. Outrosy queremos que nam pousem com elle nem lhe tomem suas casas de morada adegas nem cavalariças pera nelas pousarem nem ronper

O quadro tinha uma grandeza tragica, para quem não estivesse, como ellas, allucinado pelo desvairamento da dôr.

Sobre uma enxerga tosca, um corpo de ephebo que parecia destacado de illuminura de missal, ou de vidraça colorida de mosteiro, jazia inanimado. Apenas as feições de uma belleza impeccavel, agora idealisada pela magestade da morte que ia avançando, tinham de vez em quando uma contracção, talvez inconsciente.

Em volta d'essa creança de dezasseis annos, moribunda, que ia afundar comsigo as esperanças de toda a Nação, atropellavam-se os physicos judeus, na tarefa de tentar os ultimos recursos para o chamar á vida.

Clerigos e frades, que iam chegando, entoavam preces em vozes roufenhas, acompanhados pelo soluçar dos assistentes.

Os companheiros do Principe, moços cortezãos, ou de seu pae, velhos guerreiros de Africa e de Toro, sentiam as lagrimas correr, sem tentarem reprimil-as.

De fóra chegavam os bramidos do povo, sempre exhuberante no seu manifestar, com imprecações rugidoras, ululantes, lamentosas, como as do côro na tragedia antiga.

Um sopro de desgraça agitava o ambiente, saturado com o fartum das redes do pescador, e o cheiro acre das drogas applicadas pelos cirurgiões.

E D. João II, em pé, junto do catre "tam lastimador dos que o visitavam, que na dôr e tristeza parecia só e sem companheiro» meditava soturno.

Medía a grandeza do infortunio que o ameaçava.

Foi n'este scenario calamitoso que irromperam D. Leonor e D. Izabel, chegadas de roldão na ancia de abraçarem ainda vivo, o filho e o marido.

Não estava alli uma Rainha. Não estava alli uma Princeza. Eram duas pobres mulheres, mordidas no coração pelas garras da dôr. Dois entes que a amargura dilacerava.

"E assi chegaram honde jazia o Principe, que por doces e amorosas pala-

palha nem cevada galinhas nem outras nenhũmas cousas do seu contra sua vontade nem lhe tomem seu bateil nem bestas de sella nem daalbarda pera nos nem pera a Rainha minha sobretodas muito prezada e amada molher nem pera o primcepe meu filho nem pera outra nenhũma pesca posto que nos estemos na terra. Outrosy queremos e nos praz que a dita casa em que asy o dito primcepe meu sobrinho faleçeo nam seja sempre em nenhũm tempo tomada pera nela pousarem nenhũmas pesoas que sejam contra vontade do dono que dellas for por quamto deste dia pera sempre avemos diso por escuso. Outrosy queremos e nos praz que lhe sejam guardados todos os privilegios liberdades que ele tem e pode ter por ser noso monteiro apousentado se delles amte quyser usar delles ou daquellas liberdades que dellas quyser gozar posto que nam tenha a contra que he hordenado terem os ditos monteiros apousentados por quanto e avemos della por escuso. E mandamos a todos nosos corregedores Juizes e Justiças e outros quaesquer oficiaes e pesoas a que ho conhecimento desto pertemeer que sob as penas conteudas no privilegio do dito momteiro lhe cumpram e guardem estes nosos privilegios e liberdades sem hirem nem consentirem hir contra elles em parte nem em todo por quanto a nos praz asy diso sendo certo que se a asy compsirem que lho agardeceremos e do comtraito allem de em elles seer emxuquetado a dita pena tornaremos a isso e lhe estranharemos como nosa merce for. E por firmeza de todo lhe mandamos dar esta per nós asynada e aselada com o noso sello pendemte. Dada em Lixboa a xbij dias de novembro, Demião Pirez, a fez ano de mil e b° xj (1511) *Chancelaria de D. Manoel*, liv. 41, fl. 57.

vras d'ũa, e da outra, logo nem depois, nom fez de si algũ sentimento, estando em tudo quasi amortecido».

Agora que a noite ia cahindo, a luz sinistra dos archotes tornava mais funebre a pequena estancia. E a fumarada resinosa invadia os pulmões e perturbava os cerebros.

Todos os circunstantes, com o latejar das fontes, sentiam que o juizo lhes fugia.

Entretanto os Mestres da medicina, continuavam applicando as suas "curas e remedios». Mas a esperança ia esmorecendo nos animos.

A respiração do Principe era cada vez mais fraca.

Os Physicos, pela noite adeante, vendo approximar-se o momento fatal, preveniram El-Rei.

Foi então que esse homem de bronze sentiu deveras o descalabro de todas as suas ambições de pae, de Rei, de pastor do seu povo.

Puzera as mais carinhosas aspirações na existencia d'aquella creança. Uma rajada de morte varrêra tudo n'um momento.

Alli perto, soluçando tambem, a figura miudinha do Senhor Dom Jorge, o seu outro filho, suggeria porventura ao Rei a ideia de que ainda aquella ancora lhe ficára. Era muito fragil. Mas era um arpão no futuro.

A Rainha, essa, perdia tudo!

Se não ha dôr humana, que se compare á da mãe que fica orphã de um filho, não haverá muitas mães a quem a morte devastasse a vida como a esta.

O Principe era o seu enlevo, o seu desvanecimento, o seu orgulho. Vangloriava-se com a belleza que o distinguia entre todos, e com as perfeições que o ennobreciam. Punha n'elle todas as esperanças para a resguardar dos ameaços da sorte. Era toda a sua vida. Era até o elo mais forte com que sentia preso a si o marido...

E quebrado elle, o anniquillamento era completo.

Por isso junto á camilha baixa, de joelhos, com os olhos fitos na bocca entreaberta d'essa creança, cujos braços já pendiam inertes, a Rainha assemelhava-se áquella outra que ficou como symbolo da Dôr.

Mater Dolorosa junto ao filho agonisante.

A do campo do Alfange e a do Golgolha na Judea, eram trespassadas pelo mesmo punhal.

A noite ia avançando. E como a morte se avizinhasse cada vez mais, foi necessario arrancal-a d'alli.

O Rei tomou-a pela mão. Era o momento da despedida.

A noivasinha, com a linda juba loira desgrenhada, não se arredára d'alli. Não se queria arrancar . . .

Então o Rei cahindo de joelhos, beijou o filho, deitou lhe a benção, e deu-lhe a mão a beijar.

Os labios do moribundo não se moveram.

A mãe tambem o abençoou. Mas, mais humanamente, o seu amor maternal guiou-lhe as mãos tremulas que, piedosamente, com innumeras cautellas, e geito carinhoso, affastaram o linho do peitilho, e, pondo o peito a descoberto "sobre o coraçam que já bem nom pulsava sem se saber nem poder despedir o beijou muitas vezes».

N'esses beijos poz toda a sua alma.

Levantaram a Princeza que ficára prostrada e ajudaram-n'a a sahir. E El-Rei voltando-se para os circumstantes disse-lhes soluçando:

— "Hi vos fica o vosso Principe, meu filho.»

Os physicos retiraram-se. Os clerigos entraram a cuidar da alma.

* * *

Pouco antes chegára de Thomar a unhas de cavallo o Duque de Beja, que fôra avisado desde a primeira hora.

A jornada de D. Manoel pela escuridão da noite, á brida solta, tem um não sei quê de ballada.

Sinceramente affeiçoado ao sobrinho, a quem o ligavam laços de sangue e sympathia de amigo, a noticia do desastre causára-lhe profundo abalo. E sem detença partiu, galgando leguas, levado pelo sentimento que o attrahia para junto do local onde os seus estavam reunidos, n'essa hora, em volta do Principe.[1]

As trevas que ia atravessando pelo caminho ao deixar para traz aldeias adormecidas, arvores isoladas, campos ceifados, fragas pedregosas, n'uma galopada de lenda, envolviam-n'o como se um manto negro o cobrisse. E emquanto o cavallo galgava leguas, a imaginação tambem lhe corria desenfreada. Pensamentos desordenados atropellavam se-lhe no animo . . . Se iria inda encontrar com vida o sobrinho, o companheiro, o amigo de infancia . . .

Era esse o seu desejo sincero. Mas não deixaria de lhe roçar pela mente a ideia de que talvez a essa hora se encontrava herdeiro d'um grande throno, e que por ventura acharia viuva a Princeza que o encantára.

E' impossivel sondar as profundezas do seu animo.

O que é certo, é que chegado ao logar do sinistro, o seu sentir dava a impressão de verdadeira pena.

A esse tempo sahia da casa do pescador, El-Rei, a pé, taciturno e alheio a tudo.

A Rainha e a Princeza "como mortas, foram atravessadas em mulas para casa de Vasco Palha».

O cortejo lamentoso seguiu entre alas de povo que chorava, cahindo de joelhos e entregando-se ás mais desvairadas manifestações de desespero.

As mulheres retalhavam as caras, os homens arrancavam as barbas . . . E lá em cima em todos os mosteiros e torres da villa os sinos dobravam chamando os fieis á oração, e as procissões percorriam as ruas entoando *misereres* á luz das tochas.

Quinze dias ficou a familia Real encerrada.

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. L — «Em que nom ajudou com menos lastimas, e sentimento o Duque de Beja, que de Tomar onde estava, acodio ali com tanta pressa, como tristeza; e de muito lhe doer sua morte nom era sem causa; porque ambos de minynos, em muito amor e concordia foram juntamente criados, tratados e servidos como proprios irmãos».

"E por sinal de doo (diz Ruy de Pina) por esta perda sem comparaçam, El-Rey se trosquiou, e elle, e a Raynha vestiram os corpos de negro luto, e os corações de mortal door e tristura. E a Princeza cortou os cabellos dourados que tynha e se vestio de triste vaso e almafega».

A infelicidade, fazendo vibrar as cordas mais sensiveis das almas impressionaveis, acorda subitamente na imaginação combalida as vozes latentes ou adormecidas, mais proprias para aggravar a dôr. E começam a assaltar-nos raciocinios afflictivos: "Talvez se podesse ter evitado a catastrophe *se*» . . .

Era assim que a cada um occorria pensar:

Se se tivesse deixado o Principe entregue ao seu idyllio e não o convidassem a vir banhar-se ao Alfange» . . .

"*Se* tivessem verificado que o cavallo não era de confiança» . . .

"*Se* D. João de Menezes se tivesse recusado a correr o *pareo*» . . .

Se . . .

Mas para quê amontoar hypotheses já agora inuteis?

Tanto mais que outra especie de instrumento de martyrio estava agora atormentando o animo da Rainha.

Accudiam-lhe ao espirito, que a afflicção tornava agora mais supersticioso, todas as causas remotas do castigo que lhe era inflingido, todos os avisos mysteriosos, com que o destino agourento annunciára uma vingança.

Quando fôra da guerra com Castella, tinha-se desviado a prata das egrejas e o dinheiro dos orfãos para se adquirirem armas de destruição!

E ainda mais; como espinho dilacerante, retalhava-lhe a alma aquella prophecia dos frades de S. Francisco, quando El-Rei para augmentar o Palacio real por occasião das festas do casamento se apossára das aulas de Theologia, o que os levára a prognosticar que em breve os festejos se transformariam em pranto.[1]

Atormentava-a tambem pensar que a impaciencia amorosa com que o Principe antecipára a consummação do casamento n'aquella noite em Santa Maria do Espinheiro, violando a propria casa de Deus, teria talvez acarretado esta punição.

A derrocada da ameia, que fôra considerada um prenuncio sinistro, pezava-lhe agora no coração como se as proprias pedras o estivessem a esmagar. E não é tambem de espantar que as noites de vigilia attribulada, fossem povoadas com a visão dos phantasmas, figurando as victimas immoladas por El-Rei á razão de Estado, vingando-se do seu perseguidor.

A justiça de Deus era então concebida como uma ameaça terrivel sempre

[1] D. Agostinho Manoel de Vasconcellos — *Vida e acciones*, pag. 258. «Algunas señales precedieron a su muerte, i pronosticos no pocos, que parecieron profecias, como consta de unas palabras, que hallé escritas en el libro de la fundacion de Religiosos de San Francisco de la Observancia en Evora, que entõnces era de Claustrales. Dizen pues que aviendo el-Rei tomado algunas Aulas en que se leía Theologia especulativa, i moral, Logica e Filosofia, que El Rei Don Affonso su padre avia dado a aquellos Religiosos para este effecto, con la ocasion de las fiestas del casamiento del Principe, queriendo estender su Palacio por la parte que quedava incorporada en el Convento; algunos Frailes de buena vida, repugnando a esto, llevaron mal la violencia que el Rei les hizo, i cõ muchas lagrimas dixeron: *Que mui en breve aquellas fiestas se trocarian en llãtos*».

imminente sobre a humanidade. O proprio Rei que procedêra segundo os dictames do seu criterio de Soberano, defensor dos seus direitos e do proveito dos vassallos, arreceiava-se das sentenças do juiz vingador; e sentindo a consciencia morder-lhe desejou apaziguar a colera celeste mandando emissarios por todo o Reino pagar a prata das egrejas e o dinheiro dos Orphãos que seu pae tomára.

E expedia pedidos ao Papa impetrando bullas de absolvição pelos abusos de força que commettêra, e pela usurpação de parte do convento de S. Francisco.[1]

A' imaginação exaltada da Princezinha viuva, tambem accudiam receios de ter havido em todo este lance uma manifestação da vingança divina, nascida no favor com que El-Rei tractava os herejes de todo o Reino.

A desgraça allucinava as consciencias, e encandescia os cerebros!

* * *

Uma creatura porém, escutando somente os impulsos generosos do coração que tanto sangrára, e esquecendo violencias que recebêra, accorreu trazendo consolações com palavras de apaziguamento.

Vinham de quem menos era de esperar, da Duqueza de Bragança, D. Izabel, a viuva de D. Fernando, o justiçado, da irmã do Duque de Vizeu, o apunhalado, da mãe dos desterrados orphãos, que em Hespanha expiavam culpas que não tinham.

D. Izabel ao ter noticia da catastrophe, sentira a grandeza da dôr que esphacelava a alma da Rainha D. Leonor, sua irmã; condoêra-se ao pensar na onda de amargura que n'esse momento afogava o homem que, embora algoz e destruidor da sua felicidade, chorava a perda do filho, e a ruina das esperanças do Reino; enternecêra-se pesando a enormidade da angustia que anniquillava a vida da sobrinha, cujas galas de noiva tão abruptamente se transformavam no manto de amalfega em que se envolvia a sua precoce viuvez.

De Villa Viçosa a Santarem fez uma jornada. Correu para junto dos que padeciam.[2]

Ninguem mais apto para suavisar agruras do que aquelles que já as experimentaram.

O tirocinio do soffrimento ajudara-a a comprehender dores alheias, e a encontrar as expressões que melhor pacificam.

Era mais e melhor que uma vingança generosa. Era uma demonstração de magnanimidade heroica.

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LXX. D. Agostinho Manoel de Vasconcellos — *Vida i acciones*, pag. 238. «Esta vexacion causó tanto escrupulo al Rei como hombre temeroso de Dios, que en satisfacion della impetró del Pontifice una Bula q̃ oi se conserva en el archivo Real en que lo absolve d'esta aparencia de força».

[2] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. L. «A esta pressa e necessidade em que nõ avia remedio nem socorro, socorreo com muita trigança a Senhora Dona Isabel, Duquesa de Bragança qué a estas tristes mudanças logo acodio».

D. Agostinho Manoel de Vasconcellos — *Vida e acciones*, pag. 240, diz o mesmo.

Esta figura de mulher, sublime na abnegação com que vinha espalhar confortos, sem distinguir entre a irmã que estremecia, e o cunhado de quem tinha recebido aggravos, tem uma grandeza que merece especial menção na Historia.

Concilia-nos com a humanidade, que apezar das suas miserias, é capaz de produzir semelhantes rasgos!

A Rainha D. Leonor, apreciou com reconhecimento a benefica influencia d'essa voz que era um balsamo.

D. João II, escutou-a, recebeu d'ella conforto e sentiu-se grato.[1]

Mas já as obrigações do seu officio de Rei o compelliam a olhar para fóra de si proprio, e a escutar os que vinham trazer-lhe condolencias e incital o a que "deixasse encerramentos tam aturados e tristes».

Cumpria receber os Embaixadores de Castella, cumpria dar audiencia a todos os Prelados, aos grandes do Reino e aos representantes das cidades principaes. A vida da Nação exigia que o Monarcha retomasse a sua actividade.

Assim lh'o requereram.

Elle, comtudo, alheiado, absorvido na sua magua, entregue ao seu penar, movia-se como um automato.

Quando sahiu pela primeira vez para ouvir missa, depois de montar na mula guarnecida de pannos pretos, ficou-se scismando.

— "Porque esperava?» perguntaram-lhe.

Como somnambulo respondeu:

— "Espero pelo Principe, meu filho! Chamem-no, que cavalgue comigo.»

Era tão grande a desolação pintada na physionomia d'aquelle homem, e tão commovedoras as lagrimas que borbulhavam nos seus olhos, quando cahiu na realidade, que a todos os que na rua assistiram a esta scena, se communicou uma convulsão de chôro que rompeu unisono.

A Rainha e a Princeza, pelas janellas abertas dos seus aposentos, ouviam a multidão gemer.

Então, porque os nervos excitados com as vigilias continuadas, já não tinham resistencia para se conter, romperam ellas proprias n'um pranto tão dorido "que parecia que os paços se vinham a terra».

E El-Rei acordando do seu sonho apeiou se rapidamente para ir confortar a Rainha e a Princeza.

De outra vez, refere Ruy de Pina, no Terreiro de S. Francisco, adeantou-se aos cavalleiros que o acompanhavam e procurou alguem entre elles.

Perguntaram-lhe o que queria. Ao que respondeu:

— "Queria ver o que nom vejo, que he o Principe, meu filho, porque era ho meu espelho em que me via, que por meus pecados me quebrou.»

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. I. «Comfortava sempre com muito cuidado a El-Rey, e aa Raynha e Princesa; a que em suas aflições muito aproveitou.»

* * *

O sentimento da Rainha exteriorisou-se tambem commovedoramente, com a adopção da nova divisa, que desde então mandou juntar ao brazão d'armas das suas Villas.

Diz a tradição, que ao sahir da casa do pobre pescador, onde o Principe se finára, lançou mão de uma das rêdes que, penduradas nas forquilhas de madeira, seccavam no estreito recinto, e nunca mais quiz separar-se d'essa reliquia que fôra testemunha da sua angustia suprêma.

As recordações dolorosas tambem nos dão, como as felizes, uma certa voluptuosidade.

Imagens piedosas, amuletos preferidos, livros de constante leitura, todos os objectos familiares dos entes queridos, que foram por elles tocados, antes de a morte os levar, que foram acariciados por suas mãos, que formaram parte da sua existencia, são outros tantos vinculos que nos prendem á memoria d'elles.

Mais ainda.

Tudo quanto na hora derradeira os acompanhou, tem para nós um sentido mystico, um prestigio especial, como se um pedaço da alma que partiu ficasse adherente ás suas moleculas.

Nas malhas da rêde, onde os olhos do Principe por momentos se detiveram antes de morrer, por onde o seu alento passou, e que escutaram o seu gemido rouco, sentiu D. Leonor que se enlaçava a propria essencia com a do filho.

E assim tomou para sua divisa — *O CAMAROEIRO.*

Obedecendo a esse impulso sentimental, na escolha de um emblêma tão singularmente expressivo para signalar o seu drama intimo, a Rainha revelava mais uma vez o instincto poetico da raça a que pertencia.

Sem o raciocinar, casava rhytmicamente o seu espirito com a alma do povo.

A uma Nação de marinheiros, quadrava bem uma Rainha que punha junto das suas armas uma allegoria maritima.

O pescadôr adora as rêdes; e Portugal, de norte a sul, é um povo de pescadôres.

As companhas minhotas, que vão ao mar com os seus apparelhos, amam com uma doçura de celtas, essas rêdes, que por suas mãos fabricaram e comsigo andam nas fainas arriscadas.

Os poveiros enfaixados nos seus jalecos de branqueta, galgando as ondas, para ir lançar lá no alto as suas armações, querem com enternecimento a esses utensilios que representam o ganha-pão e sustento da familia.

Os que foram ameaçados de naufragio nas costas do norte, que o temporal açoita, offerecem em *promessa* a Nossa Senhora dos Navegantes, ou ao Bom Jesus da Pedra, as rêdes dos seus barcos, como a dadiva mais valiosa de que dispõem.

E lá vão em fila, devotamente, levando sobre os hombros a comprida serpente, pendurar na parede da Ermida Milagrosa o pittoresco *ex-voto*.

Os tripulantes dos airosos saveiros da Costa Nova, quando estendem na

agua a fligrama com que pescam, põem n'essa tarefa o amoroso cuidado de quem ensópa rendas em espumas brancas.

Em Cascaes, quando ás tardes vem do largo á praia da Ribeira a abundante pescaria nas malhas das rêdes, o alarido é tal, que julgâmos ouvir um hymno pagão, em honra de Neptuno.

E no Algarve, quando a gente palradora, alegre e viva de Olhão, vae nos galeões armar as *artes de enxavega*, as *cerqueiras*, ou os *apparelhos á valenciana*, é tão intenso o seu affecto por todo esse cordâme, onde o peixe vem saltar, agglomerando-se em cardumes, que as rêdes parecem feitas com filamentos do seu proprio ser.

O *Camaroeiro* da Rainha D. Leonor traduz assim a identificação do seu sentir com o sentir do povo, e ao lado do *Pelicano* completa as duas feições typicas da alma d'essa Princeza.

Com a figura da Ave Rompente significa a dedicação á sua Grey. Com a rêde do pescador, toma de entre os petrechos de uma Nação de mareantes o mais caracteristico emblêma, para symbolisar a sua saudade.

CAPITULO XXVI

Complicações sentimentaes

As manifestações de sentimento dos dois conjuges, ou confortando-se um ao outro, pelo muito bem que se queriam,[1] ou remoendo, cada um em si proprio a amargura que os affligia, dão-nos bem a conhecer as indoles respectivas.

Os dois pequenos episodios atraz referidos, do Rei, invocando n'um somnambulismo a presença do filho, e comparando o a um espelho, que se lhe quebrára, são a imagem nitida do que se passava na sua alma.

Foi essa talvez a unica occasião em que não teve o intuito de desempenhar um papel no palco em que se movia. E comtudo representou melhor do que nunca, porque foi sincero. Não pensava em effeitos scenicos, nem cuidou da galeria.

E como a psychologia d'este Rei é complicada, e no seu espirito ha por vezes contradicções que surprehendem, o drama intimo, tambem teve n'elle contrastes imprevistos e demonstrações na apparencia irreconciliaveis.

Assim o leitor desprevenido, quando ler na chronica de Garcia de Resende o capitulo em que o moço da escrevaninha allude á fórma, pela qual o soberano respondeu aos que tentavam consolal-o da perda do filho, ficará surprezo.

---

[1] Convem aqui citar uma passagem da chronica de Ruy de Pina, que manifesta bem a forma como o Rei e a Rainha sentiam a desgraça, e como aquella grande provação os unia ainda mais espiritualmente:

«E recebida esta vistaçam da Princesa, com que ficou mais desconfortada, El Rey foy logo fazer outra tal na Rayynha, *a qual polo grande amor que lhe tynha*, e porque em tudo era vertuosa, Real, prudente e amiga de Deos, *por nom veerla segunda e maior perda da vida do Pay*, posto ma do filho ja nom tynha remedio, quis com emprestado desejo, nom soomente dosse por confortada, mas muito mais por confortadora da paixam e tristeza de El Rey, e com os olhos enxutos das lagrimas que o desigual padecimento do coraçam já secara, deva com tudo muytas graças a Deos e co isto queria, mas não acabava de confortar El-Rey». (Ruy de Pina — *Chronica*, cap. L)

Garcia de Resende, transcrevendo isto quasi pelas mesmas palavras accrescenta:

«E era *tamanho o bem que se querião*, que por confortar hũ ao outro, como estavão juntos, não havia ani chorar, e como eram apartados, as lagrimas e palavras de lastima eram tantas, que não havia quem os podesse vêr sem chorar muito com elles». Garcia de Resende — *Chronica de D. João II*, cap. CXXXII.)

Pois quê, (perguntará), o homem que tão ostensivas mostras dava da sua dôr, é o que então, a poucos dias de distancia, assegura aos seus privados, que se acha confortado?

E para explicar esta enormidade, accrescenta com inacreditavel serenidade, uma serie de raciocinios, mais propria de um Borgia, que de um pae atormentado. Que fôra providencial a morte do herdeiro, pois a sua indole (dizia elle) não o indicava para reger povos, que era muito cheio de branduras; que se prezava da sua gentileza; que se vestia com requinte de elegancia; que só usava setim, martas, ouro e pedrarias, tudo mais proprio de mulheres que de homem; que só folgava na companhia de homens delicados e brandos . . .

Por esta linguagem, julgará alguem, que a cicatriz causada pelo desapparecimento do filho, começava a sarar, e que se consolava com a ideia de que o moço Principe, sendo um mulherengo, um effeminado, quasi um maricas, não seria capaz de empunhar o sceptro.

E comtudo não era um monstro este Rei.

Nem era em toda esta conjunctura um sinistro farçante, simulando perante as plateas o espectaculo de uma dôr inconsolavel, emquanto que nos bastidores com os intimos, se apresentava um frio razoador.

Não!

Para fazer justiça a D. João II, é necessario conhecel-o bem, e olhal-o sem juizos preconcebidos.

E conhecel-o, é admiral-o. Note-se bem, que não digo amal-o.

Os homens que governam como elle, se são sempre admirados, raras vezes vae para elles o nosso carinhoso enternecimento.

D. João II padeceu atrozmente com a perda do filho. Sentiu que alguma coisa essencial, desapparecêra da sua vida. Quando disse que o espelho se quebrára, foi sincero.

Mas na sua natureza, rompia sempre o estadista, o regedor de povos. E o pensamento da herança, logo desde os primeiros momentos, assaltou o animo em que se estava desenrolando a tempestade devastadora.

A *Nação* — o *Povo* — a *Grey*, era como que um outro filho seu, a que tão intensamente queria, como ao filho carnal que perdêra.

Devia attender á sorte dos que restavam.

Já muitas vezes esse destino o preoccupára, pensando no conjuncto de qualidades e defeitos que faziam do Principe D. Affonso um ente encantadôr, pela graça, pela elegancia, pela estatura franzina de ephebo, mas por isso tambem menos proprio, talvez, para lhe succeder na governança, que tanto necessita de energia, da faculdade de mandar, da força para se fazer obedecer, da capacidade para a lucta, da impassibilidade na administração da justiça, da inflexibilidade na aplicação dos castigos e de uma certa rudeza que impõe respeito e quasi terror.

Ora o *Principe gentil*, "mais inclinado ás coisas de El-Rei D. Affonso, seu Avô„ que ás suas não lhe dava garantias que o descansassem.

Confiava em que pela vida adeante o iria instruindo e facultando-lhe tirocinio.

Mas conseguiria? Quem lhe segurava que o Principe D. Affonso, quando herdasse o poder, não iria, poeta e cavalleiro, repetir as loucuras generosas de Avô?

Garcia de Resende foi infeliz na ideia de embrechar na sua chronica este capitulo, na altura em que o apresenta, e despido de qualquer commentario ou explicação favoravel a uma interpretação de natureza mais humana

Lido desprevenidamente, acarreta sobre a memoria do Rei uma nuvem de antipathia . . . para não usar de um termo mais energico.

Aquelle raciocinador impertinente, tomaria o aspecto de um pae descaroavel, se não attendessemos á complicada, mas não desprezivel indole do monarcha, a quem n'aquelle momento accudia á mente a sorte da Nação, e conjunctamente a do seu outro filho — D. Jorge, o bastardo, — em quem depositava lisongeiras esperanças.

A ligação d'estas duas entidades — a Nação e o filho sobrevivente, começou logo a esboçar-se no animo do soberano.

Nada mais impenetravel e de mais difficil estudo que a alma de um conductor d'homens.

E quando essa alma é a de D. João II, e está a mais de quatrocentos annos afastada de nós, augmentam as difficuldades para mergulharmos até ás profundezas do seu pensar, até ao mais intimo do seu sentir.

Achamo nos em presença de um dos mais curiosos problemas moraes, que aquelle periodo, tão fertil n'elles, nos fornece.

Garcia de Resende, embora poeta, o mesmo é dizer adivinho de corações e perscrutador de movimentos espirituaes, era no entanto um mediocre psychologo. Poeta, sim, mas principalmente impressionavel pelas exterioridades do mundo que o rodeiava, sabia melhor referir os festejos deslumbrantes, as diversões palacianas, as anecdotas cortezãs, os certamens entre versejadores, e as graciosas aventuras sentimentaes das mulheres que povôam o seu *Cancioneiro*, do que as tortuosas e intrincadas razões que imperavam no cerebro do homem a quem estava confiada a missão de governar. Escriptor objectivo escapavam lhe as subjectividades e as subtilezas do raciocinio.

Por isso é abundante, prolixo mesmo, nas descripções das festas de Evora e nas noticias lantejouladas que passam na camara optica da sua *Miscelanea*, emquanto que a sua visão é falha ou omissa na observação dos phenomenos moraes.

E' um artista. Não é um philosopho. E' esperto, vivo e folgazão; desenha, tange viola, e enche, com a sua engenhosa e fertil imaginação, as reuniões da gente da Côrte e as horas melancholicas do Rei.

Mas não consegue alcançar com a vista, nem sabe distinguir os cambiantes da consciencia do homem que acompanhou até á morte, a quem foi incondicionalmente dedicado, e que certamente não teve intenção de fazer figurar, n'uma attitude deprimente, perante a posteridade.

Sem querermos ostentar a pretensão de rectificar o razoado do chronista, retorcendo, n'uma glosa desastrada, o seu dizer; nem entrarmos em difficeis conjecturas, architectando hypotheses sobre o estado morbido que influia no pensar d'esse Rei, sempre indecifravel, e muito mais então, seja nos comtudo permittido suppôr, que no momento em que dava aquella resposta aos que pretendiam consolal-o, esse homem ás vezes tão dissimulado, discorria mais comsigo proprio, do que com os ouvintes, sobre a situação angustiosa em que se achava, e sobre o problema fundamental da successão.

Por um phenomeno vulgar, que consiste em procurar attenuantes que nos

consolem da crueldade dos decretos com que o destino nos afflige, accudiam ao espirito do Rei, as razões mais ou menos especiosas, para explicar os designios com que a Providencia descarregára sobre elle tão duro golpe. E como em todos os seus actos predominava a razão do Estado, ia buscando attribuir á catastrophe resultados que diminuissem a agudeza da dôr e as consequencias nefastas que a morte do filho originava.

Não se achava *confortado* no sentido de *consolado* ou *resignado*, mas sim na melhor accepção de *fortalecido*, contra a brutalidade do desastre, pela ideia de que á felicidade "da gente d'estes reinos„ seria preferivel que a sua successão recahisse em mãos mais energicas que as do Principe, aquellas "formosas e reaes mãos de tantos, cada dia beijadas„.

E com a propensão natural d'um pae a quem restava um filho, dava a si proprio a esperança de que Dom Jorge podesse vir a ser o homem que continuasse a sua obra.

Foi esta ideia uma das mais funestas consequencias da morte do Principe D. Affonso.

CAPITULO XXVII

O Drama da successão

A RAINHA D. Leonor, essa, não podia procurar attenuantes, nem encontrar lenitivo para o que sentia.

A sua alma era menos complicada que a do marido.

Nem sempre as complicações sentimentaes teem um grande poder de attração, embora excitem a nossa curiosidade.

Ha almas simples que nos seduzem melhor que os labyrintos intrincados a que outras nos arrastam.

Quando digo simplicidade não quero significar pobreza intellectual, mas sim a nobreza de linhas estructuraes da personalidade, comparaveis só á pureza eternamente elegante do classico na architectura, sem duvida preferivel ao luxo de ornatos, adornos e arrebiques das construcções *rococo*.

D. Leonor sentia o seu infortunio sem derivativos que a alliviassem, sem raciocinios que lhe dessem amparo. Era uma desgraça completa a sua.

Não tinha outro filho, não via no horisonte da existencia um ponto que lhe guiasse o espirito. Pelo contrario. Presentia, estava sentindo já, que essa desgraça ia fazer nascer outra com que a vida lhe correria fertil de tormentos.

O marido a quem queria como mulher, a cuja vontade se submettia como christã, e a quem respeitava por ser Rei era-lhe sinceramente affeiçoado. Não ha duvida. Foi-o sempre, atravez dos temporaes que surgiram.

Mas tinha a sua vontade, e essa vontade era de ferro. Tinha o ciume do poder e d'elle não abdicava. Tinha a ingenua illusão de que o filho sobrevivente, esse pequenito D. Jorge, mirradinho, cuja personalidade era ainda um enygma, porventura inquietador, possuia todas as masculas qualidades que o podiam tornar apto para ser seu continuador.

Cumpria portanto (pensava o Rei) desde já, e sem hesitações cuidar de lhe revigorar o organismo, de lhe apetrechar o espirito com faculdades proprias para desempenhar uma missão como aquella que emprehendêra. Fazer d'elle um prolongamento de si proprio — Jorge I, o filho de João II.

Qual foi então o plano que se lhe gerou na mente poderosa? Como executar esse plano?

Não é facil penetral o nem apreciar bem os processos de que resolveu servir-se para assegurar o futuro do seu governo.

Temos de recorrer ás palavras das chronicas, e, com a prudencia que nunca é excessiva n'estes casos, ir tirando deducções fundadas no conhecimento dos personagens e no jogo das paixões que os agitavam.

O que os dois chronistas contemporaneos ambos familiares da Côrte — Ruy de Pina e Garcia de Resende, nos dizem, quasi pelas mesmas palavras, acerca do episodio que marca um momento critico nas relações entre os dois conjuges, é, (citemos o primeiro) que "El-Rey pola morte do Principe, deu logo cargo do Senhor Dom Jorge seu filho, a Dom Joham d'Almeida, Conde d'Abrantes, e por *se nom espertar mais door aa Raynha* sua molher com a vista do dicto Senhor Dom Jorge lembrando-lhe a morte do filho, ouve El-Rey por bem, que por entam nom viesse a sua Casa . . .»

Ha n'esta resolução uma apparencia de procedimento delicado em attenção ao triste estado da Rainha D. Leonor, com o arredar da sua vista o filho bastardo que iria provocar dolorosas e afflictivas ideias, aggravando o seu sentir.

Não demonstraria isso, se tomassemos o texto á lettra, grande perspicacia da parte do soberano (embora a intenção fosse bôa), nem fidelidade de memoria, esquecendo a magnanimidade com que sua mulher, annos antes, recebêra o bastardo, pedindo até a El-Rei "que lh'o désse pera o trazer a criar em sua casa como por ser seu filho merecia».

E não é de crer que a Rainha, que tão generosa fôra n'aquella conjunctura, sentisse agora repugnancia em continuar a acolher com carinho o Senhor Dom Jorge. Pelo contrario. Em vez de a sua vista a affrontar, talvez até a educação do pequeno fosse para ella um fim, e uma occupação redemptora. Está isso mais de accordo com a indole indulgente e generosa de D. Leonor.

A continuação, porém, da narração de Ruy de Pina (algo confusa, diga-se de passagem) e as palavras de D. Agostinho Manoel de Vasconcellos (que embora escrevesse muito depois dos acontecimentos, estava por isso mais desafogado na sua tarefa critica) levam-nos a reflectir que foram outros os designios de El-Rei, talvez bem intencionado, mas pretendendo escondel-os sob uma capa de dissimulação. E assim aquelles auctores diligenciando exaltar o monarcha levam o espirito dos leitores a ver no seu procedimento antes uma hypocrisia do que uma delicadeza.

D. Agostinho escreve claramente: "El-Rei . . . desseando disponer la succession del Reino en el bastardo, *cõ pretexto* de no affligir á la Reina con la memoria del Principe difunto, le señaló casa i aposento apartado de Palacio, quizá por descubrir con menos engano el animo de la nobleza . . .»[1]

Ou effectivamente invocasse *esse pretexto* ou não, a verdade é que a sua intenção n'esse momento, era affastar o Senhor Dom Jorge do meio em que se ia creando, e subtrahil-o ás influencias que na atmosphera da Côrte podiam inutilisar o esforço para fazer d'elle um Rei á sua maneira.

Era uma determinação fundamentada no seu modo de ver.

---

[1] D. Agostinho Manoel de Vasconcellos — *Vida e acciones*, pag. 240.

Mas para quê dissimulal-a, dando-lhe a apparencia de carinho e attenção para com os sentimentos da Rainha?

Se dermos fé aos chronistas, esta resentiu se com as disposições ordenadas pelo marido.

"Houve d'isso desprazer.„ E interpretando-as no sentido de "que por suspeitas contra ella se fezera„ começou a reagir.[1]

O drama vae-se accentuando. As peripecias, umas intimas e que apenas podemos palpitar, outras de dominio publico, como attestam os chronistas, só tiveram epilogo com a morte do Rei, em Alvor, cinco annos depois.

Durante esse espaço, os personagens que entram na acção, representam papeis difficeis de definir.

O desempenho que cada um deu ao que lhe coube, ainda hoje é discutido com acrimonia.

Podesse eu conseguir sem deturpar a Historia apresental-os taes como elles foram, evitando a perigosa embriaguez, nascida na paixão que embacia o senso critico! . . .

* * *

Uma das figuras que toma agora um logar na scena, com mais importancia que até aqui, é D. Manoel, Duque de Beja, o irmão mais novo da Rainha.

Ia nos seus vinte annos. Fôra o ultimo nascido do consorcio do Infante D. Fernando com D. Beatriz, e tinha já na vida grande experiencia, pois na sua curta existencia atravessára episodios varios desde as *terçarias* onde estivera como penhor até ás tragedias originadas nas conspirações.

As circunstancias que o affastaram dos enredos foram arrastando á morte e ao exilio os seus parentes; e a indole de que era dotado, não só o tinham posto a salvo da vindicta com que seu primo e cunhado arredára do caminho os inimigos, mas até se tornára bem acceite do terrivel algoz da sua familia.

O caracter de D. Manoel está ainda por estudar.

E merece ser retratado, com todas as qualidades e defeitos, por quem saiba manejar pinceis independentes.

Não serei eu quem emprehenda tal tarefa, que requer a envergadura de um Velasquez, e a doçura da paleta do Ticiano. E não sendo D. Manoel protogonista no meu quadro, não me proponho tractar d'elle principalmente.

Entretanto está de tal modo ligado ao assumpto do presente estudo, que a

[1] Christovam Ferreira de Sampayo, não sei com que fundamento diz: «Lleno destos cuydados en primero lugar saco de poder de la Reyna al señor don Jorge, q̃ como queda dicho, se criava en su casa, dando a entender com esta apressurada mudança que alli no estava seguro de que le matassen cõ veneno, por assegurar de todo la herencia al Duque de Beve, pensamento que ofendio gravemente el animo de la Reyna, y engendró en ella la misma sospecha, de que intentarian lo mismo contra el Duque su hermano, y aqui tuvieron principio infinitos disgustos». Christovan Ferreira de Sampayo — *Vida y hechos*, fol. 57 v. Esta asserção cae pela base considerando que logo depois El-Rei mudando de opinião e de tactica pedia á Rainha que tornasse a recolher Dom Jorge em sua casa. (Garcia de Resende, cap. CXXXIII).

cada passo o leitor e eu o encontraremos d'aqui em deante. A elle tentarei referir-me com imparcialidade, sem me sentir deslumbrado pelas lantejoulas manuelinas, nem me deixar arrastar pela sanha contra as normas governativas do *Venturoso*.

Por emquanto vêmos apenas um candidato.

Era a elle, ao Duque de Beja, que competia por direito a successão do throno.

Já vimos porém, que o Rei D. João II via no filho bastardo mais garantias para que não fosse inutilisado o edificio, cujos alicerces tanto lhe haviam custado a lançar com segurança.

Estavam assim postas no taboleiro as peças do xadrez que ia jogar-se.

De um lado a legitimidade.

Do outro lado a vontade do Rei.

Bem veria o soberano as difficuldades a vencer: o nascimento; a pouca edade de seu filho; a má vontade da Rainha, e a opposição de um partido formado de elementos diversos, mas todos tendentes a verem no reconhecimento do Duque de Beja como herdeiro, uma possibilidade de recuperarem antigas regalias, no seu entender usurpadas, e privilegios absorvidos na Corôa.

D. João pesava bem o valor de todas as razões, e de todas essas forças que se aggregavam contra a sua decisão.

Mas reflectia. Se o nascimento do filho de D. Anna de Mendoça era, pela illegitimidade, um empecilho, não o fôra tambem o de seu avô D. João I, gerado nos flancos robustos de Thereza Lourenço?

Encontrar-se-hia certamente um jurisconsulto, um novo João das Regras, que demonstraria, com razões tiradas dos doutores bolonhezes, fundadas na Historia e vivificadas pela eloquencia, que ao filho do Rei competia a herança.

Confiava além d'isso, em que uma educação severamente dirigida e guiada por um bom piloto, daria proveitoso resultado.

Para esse encargo (pensava) ninguem melhor que D. João de Almeida, Conde de Abrantes, cujo caracter e dedicação lhe garantiam um exito lisongeiro na espinhosa missão.

Entregava-lhe uma alma para elle moldar n'um barro ainda docil, e apto para receber as fórmas que lhe imprimisse. Esperava que d'esse trafego sahisse um homem apercebido com todas as virtudes e manhas para exercer a missão de reinar.

Não ignorava o Rei, que em opposição a estas aspirações de pae, surgiriam as pretenções em favor do seu primo e cunhado D. Manoel, Duque de Beja, descendente em linha recta dos legitimos Reis, seus antecessores communs.

Em prol d'esta causa, antojavam-se razões poderosas, que teria de vencer.

Além da legitimidade, D. Manoel tinha por si outros elementos favoraveis.

Era por esse tempo um rapaz attrahente e de apparencia elegante. Se é certo que aquella figura que se encontra n'um livro de *leitura nova*, existente na Torre de Tombo,[1] apresenta fielmente o retrato do Rei D. Manoel, com o indicador

[1] Torre do Tombo — Livro 1 de *Além Douro*. Publicado por A. Herculano no Roteiro de Vasco da Gama.

da mão direita apontando, na attitude de dar uma ordem ou reprimenda ao escriba, encarregado de copiar o codex, é explicavel que o contraste entre a desempenada estatura do Duque de Beja, e a franzina pequenez do corpo do Senhor Dom Jorge, ainda na puericia, inclinasse os animos á candidatura do Duque. Para impressionar a imaginação das multidões, não são indifferentes as vantagens plasticas dos caudilhos que pretendem dominal-as.

Além d'isso, as affinidades com a Casa de Bragança e com o espirito de alguns vultos eminentes, que viam n'elle um penhor de regresso a antigas formulas, tornavam-n'o desejado de muitos que, se não formavam um partido ou facção, constituíam comtudo aquillo a que hoje se chamaria uma forte corrente de opinião.[1]

Para a Rainha não havia hesitações. O irmão é que devia ser reconhecido como herdeiro.

Militavam por elle no seu animo motivos varios. Em primeiro logar o direito. Morto o Principe D. Affonso e não existindo outro filho legitimo do Rei, cumpria remontar na linha de ascendencia, indo buscar a successão a seu avô D. Duarte.

Accrescia que D. Manoel era já uma realidade revestida de prestigio. O Senhor Dom Jorge, apenas uma interrogação de resposta indecisa.

E depois, esse entesinho a que, por piedade e desejo de agradar ao marido, acolhêra e tentára crear na sua casa, nunca deixára de lhe avivar com a sua presença, antigas feridas de amor proprio. Suffocára esse sentir, emquanto Dom Jorge era um pupilo e crescia junto a seu filho.

Agora, que lh'o queriam impôr como herdeiro, reconhecia não ter forças para o encarar como tal, e vel-o, com detrimento dos direitos de seu irmão, no logar que o Principe occupára.

Foram seguramente todas essas razões que imperaram no seu animo para não annuir ás instancias de El Rei, que depois de ter arredado o bastardo, com o *pretexto de não avivar* a dôr da Rainha, agora o queria trazer de novo para junto de si, esperando que por este meio se limariam as arestas que encontrava para seu designio.

Nos periodos em que Ruy de Pina[2] dá conta d'estas evoluções do animo d'El-Rei, embora a grammatica seja retorcida, o sentido não é tão ambiguo como á primeira vista parece.

---

[1] D. Agostinho Manuel de Vasconcellos — *Vida y acciones*, pag. 242. « .. pero ninguna cosa postro tanto el animo del-Rei, como la grande aficion com que todos hablavan en la persona del Duque de Beija, señalandole por heredero . »

[2] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LI. «E por se nom espertar mais door aa Raynha sua molher, com a vista do dicto senhor Dom Jorge, lembrando-lhe a morte do filho, ouve El-Rey por bem que por entam nom viesse a sua Casa, e em caso que El-Rey com fundamento honesto e vertuoso, como mais he de creer ho fezesse; porem a Raynha enterpretando, que por sospeitas contra ella se fezera, foy em seu recolhimento, que El-Rey despois muito procurou, tam dura e tam contraira, que recebendo d'El-Rey muitos que pareciam agravos e desfavores, nunca em vida d'El-Rey o quis recolher nem veer. O que El-Rey com grande eficacia e muito desejo procurava, com algũa maginaçam e desejo que logo, e despois, mostrou de per consentimento de todos aquelles a que a resistencia e contradiçam pertencia, abilitar o Senhor Dom Jorge, pera sua socessam, em prejuizo do Duque a quem direitamente pertencia».

Lendo com attenção a aravia do chronista, deduz-se claramente que D. João II, depois de ter affastado o filho, reconsiderou, parecendo-lhe que o seu affastamento prejudicaria o exito da empreza. E então dirigiu-se á Rainha, a quem "requereu e muito apertadamente lhe pediu que o tornasse a recolher a sua casa."[1] São palavras de Garcia de Resende, mais explicitas que as de Pina, de quem copiou a chronica.

A Rainha recusou tenazmente acceitar essa solução, que n'esta conjunctura não era um simples acto de complacencia familiar, mas significava o reconhecimento official do filho illegitimo como successor "em prejuizo do Duque, a quem dereitamente pertencia".

Por estas palavras o chronista embora afeiçoado a D. João II, não deixa de fazer justiça ás pretenções da Rainha, que sustentava a causa de seu irmão, o Duque de Beja.

E vae mais adeante, dá a entender que esta resistencia energica, por parte de D. Leonor, á vontade do marido, despertou n'este um dos accessos de mau humor, tão naturaes no seu genio arrebatado, e não a poupou a manifestações violentas de desagrado. "Mao trato e pubricos agravos, que d'El-Rey na denegação de seus requerimentos ella recebesse".

Este mau trato e publicos aggravos, devem ser entendidos no seu sentido verdadeiro, isto é, uma série d'aquellas explosões de colera que "o faziam temido e respeitado por todos".

Mas nunca no seu proceder nem nas maneiras deixou de acatar a Rainha a cuias intenções fazia justiça e a quem não retirou a estima nem a especie de respeito terno, que são um dos aspectos sympathicos d'esse bravio animal, herdeiro em tantas cousas do seu afastado avô D. Pedro I.

Havia certamente entre os dois conjuges uma especie de divorcio, agora aggravado pela divergencia nas questões de successão, mas um divorcio estabelecido em bases conciliadoras do qual não era excluido um reciproco affecto que nascêra no conhecimento das qualidades que um ao outro se reconheciam. E esse affecto demonstrou-se d'ahi em deante em diversas occasiões como veremos.

Entretanto os dois causadores da discordia mantinham-se alheiados á lucta.

O Senhor Dom Jorge, affastado do Paço e entregue ao Conde de Abrantes, não attingia provavelmente a razão do conflicto, que a sua existencia originava.

D. Manoel, esse, que pelo contrario as via nitidamente, conservava-se n'uma reserva prudentissima, ou porque a sua indole a isso o levasse, ou porque lhe passasse pela mente a imagem de seu irmão D. Diogo, ou porque confiasse na acção de sua irmã para conseguir o exito da causa que julgava justa, mas em que não punha ambição sofrega.

Abstinha-se de manejos politicos de natureza arriscada. Dava até a entender que acataria submissamente as resoluções do soberano com respeito ao Senhor Dom Jorge. "Como quer que por a muita lealdade amor e grande obediencia que mais que proprio filho a El-Rey tynha e sempre teve fosse de creer que consentiria n'isso e em qualquer outra maior cousa que fôra da vontade de El-Rey".

[1] Garcia de Resende — *Chronica*, cap. CXXXIII.

Mostrava n'esta attitude habilidade e justeza de vistas.

Rebellando-se seria inexoravelmente banido . . . se não o esperasse destino mais tremendo.

Accomodando-se, e sabendo esperar, conseguiria pelo menos a benevolencia do seu temivel cunhado, que continuava a conservalo em sua casa, ou porque sinceramente lhe era affeiçoado, ou porque tendo-o ao alcance da vista melhor podia vigiar-lhe os movimentos, e as manobras dos que trabalhavam por elle.

O que é certo é que quando se resolveu a celebrar no Convento da Batalha as exequias do Principe D. Affonso (o saymento, como então se chamava áquella solemnidade), El Rei D. João II levou na sua companhia D. Manoel, Duque de Beja.

A Rainha e a Princeza ficaram em Santarem.

El-Rei carinhosamente quiz poupar ás duas desventuradas, cujos corações ainda sangravam, a romagem dolorosa atravessando caminhos ladeados com bandeiras negras, e o espectaculo cruel d'essa pompa funebre realisada com o maior apparato em volta da eça do Principe.

Era tão doentio o estado dos espiritos e tal a vibração dos nervos, tal a exaltação dos animos, que muitos dos assistentes, durante a cerimonia, davam em signal de dôr grandes cabeçadas contra o ataúde. Parecia um bando de possessos allucinados pela amargura.

Esta e outras manifestações de pezar, que hoje a sangue frio nos fazem sorrir, impressionavam fundamente todos os que se achavam alli, sobretudo a parte feminina da assembleia, que se compunha da Senhora D. Filippa, irmã da Infanta D. Beatriz, da Duqueza de Bragança e "muitas Condessas, Donas de linhagem e Senhoras do Reino, que para esse fim foram convocadas„.

Em Santarem, com menos ostentação mas recolhidamente afflictas, a Rainha e a Princeza viuva consumiam-se de dôr, e preparavam-se para a separação, pois foi determinado que D. Izabel regressasse a Castella.

Annunciou-se a partida para Setembro e durante todo o periodo até esse lance conservaram-se juntas remoendo a mesma saudade.

CAPITULO XXVIII

Partida da Princeza Viuva - Regresso dos Reis a Lisbôa

QUANDO uma manhã collocaram a Princeza sobre as andas cobertas de burel, que a haviam de levar para fóra da sua vista, houve no coração da Rainha uma renovação de todos os golpes que o tinham lancetado.

O cortejo partiu.

El-Rei D. João II, a cavallo, acompanhava as andilhas em que ia recostada sua nóra. Pelo silencio de todos os que seguiam, pelo luto dos vestuarios, e pela commoção revelada nas physionomias o cortejo parecia antes um sequito funebre.

E para a Rainha era-o na realidade, pois que perdia essa ultima reliquia, a imagem viva da mulher que seu filho estremecêra.

Foi para D. Leonor uma nova amputação.

Quiz logo partir. Sahiu com a alma em farrapos d'essa Santarem, onde entrára havia pouco mais de dois mezes com festiva disposição de espirito e onde perdêra a melhor parte do seu ser.

Do Mosteiro das Virtudes, passou a Alemquer, onde esperou que seu marido regressasse da jornada, depois que em Ponte de Sôr se despedira da Princeza.

O encontro dos dois conjuges avivou em ambos as feridas que os molestavam.

Juntavam-se na mesma dôr.

E se os separava um escolho, se os desunia uma aspiração divergente, a infelicidade unificava as duas almas n'um só desalento.

Não ha n'isto uma contradição. Quantas vezes as chagas de dois corações são soldadura que une discordancias de opinião!

Foi com o pezo da mesma angustia que se encaminharam reunidos para o mosteiro do Varatojo, onde, em frente do altar, ambos cahiram soluçando.

A religião que em qualquer dos dois era ardente e sincera, embora manifestada por diversas fórmas, offerecia um verdadeiro refugio áquelles entes que a adversidade esmigalhára.

No socego do claustro procuraram durante alguns dias apaziguar a tempestade que os devastava.

Mas como urgia entrar na Capital, de onde havia muito estavam ausentes, foram-se arrastando até Collares á espera de que em Lisbôa se concertassem os aposentos da Alcaçova.

Septembro meiava-se com a melancholia dos outomnos nas florestas. Das arvores cahiam já as folhas mortas que a Rainha via precipitarem-se tremendo pelo ar, antes de virem formar no chão um tapete amarellecido. E involuntariamente comparava esse espectaculo ao da sua existencia, da qual tantas illusões e esperanças tombavam mortas tambem.

De um lado a Serra de Cintra subia coberta de brenhas espessas d'onde emergiam os penhascos desformes que, batidos pela luz violeta dos crepusculos n'essa quadra do anno, davam á paysagem d'aquella região uma suavidade triste que se casava harmonicamente com a disposição de animo da Rainha.

Do outro lado a planicie, correndo até ao mar, levava-lhe a imaginação combalida para um horisonte sem fim.

N'uma manhã de Outubro, a caravana real poz-se em movimento. Dirigiu-se a Lisbôa contornando a Serra e deixando á direita, lá em cima a ermidinha de Nossa Senhora da Penha envolta em nevoeiros, atravessou a charneca com a prôa a Rio de Mouro.

Os dois soberanos caminhavam silenciosamente. E a comitiva respeitando esse recolhimento marchava tambem taciturna, ouvindo-se apenas o tropear dos cavallos e muares no pavimento pedregoso da estrada.

Vieram direitos á Mouraria.

Mas como havia ordens severas para que não se fizessem manifestações ruidosas, nem mouros nem judeus accorreram, conforme era costume, com as suas trombetas a receber os monarchas.

Em Nossa Senhora da Graça apeiaram-se a fazer oração, e logo depois, ás portas da cidade em Santo André, foram detidos pelos magistrados e fidalgos que, todos vestidos de burel e com as cabeças e rostos cobertos os aguardavam.

Era soturno esse congresso de espectros envoltos em panno negro que á semelhança de farricocos encapuzados davam á cerimonia um aspecto lugubre.

Quando d'entre elles se destacou um que tentou pronunciar uma breve falla de conforto, a Rainha não poude reprimir por mais tempo o choro, que logo se communicou a todos os assistentes.

Foi entre lagrimas e soluços que subiram as viellas em direcção á Alcaçova, então ainda Palacio Real.

D. Leonor dirigiu-se logo á Camara onde dezeseis annos antes déra á luz o Principe D. Affonso.

E "cortada e trespassada de dôr„ recordou em pranto as esperanças de então comparando-as com a desolação de agora.[1]

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LIV. O chronista á semelhança de Tito Livio ou de Ammiano Marcellino, que põem na bocca dos seus herois palavras e discursos forjados litterariamente para significarem o sentir dos personagens, attribue á Rainha D. Leonor uma apostrophe theatral que nem o seu feitio espiritual nem o estado em que se achava levam a crer que fosse declamada com tanto entono. Mas indica significativamente a estrema consternação que a dominava. Diz a chronica :

«E apousentandose ambos no Paço d'Alcaçova, a Raynha foy logo veer a Camara

Desejava morrer. E como se a natureza quizesse obedecer-lhe, cahiu n'uma syncope.

O Rei accudiu sollicito, carinhoso, com palavras enternecidas, que a reanimaram.

Foi assim que a Rainha se installou na Alcaçova, onde começou então um novo capitulo da sua existencia.

* * *

Quando El-Rei passára pelas aldeias na occasião em que se dirigia de Santarem para a Batalha, afim de assistir ás exequias do Principe seu filho, ouvira o povo chorar em altos gritos lamentando a "ruina da Corôa portugueza".

E chegára-lhe tambem aos ouvidos a voz de muitos que apontavam como herdeiro o Duque de Beja.

O Rei dissimulou, compondo a physionomia e afivelando a mascara da tristeza. Assistira á solemnidade, ouvira o discurso panegyrico de Frei João da Povoa. Mas emquanto o frade prégava, ia apreciando a situação, e considerando que tinha grandes obstaculos a vencer.

Agora surgiam novos motivos de preoccupação, que não eram de somenos importancia.

A nóra, filha dos Reis Catholicos, estava viuva.

Era moça e era formosa. Um segundo casamento que seria natural vir a apparecer no horizonte, comprometteria sériamente os seus planos.

Já lhe constava mesmo, que em Castella, era bem acceite a ideia de um enlace, entre a Princeza viuva, e D. Manoel, Duque de Beja.[1]

O Rei Catholico conseguiria assim embaraçar os designios de D. João II para reconhecer o bastardo como herdeiro, projecto que lhe repugnava. E via-se livre das propostas que o astuto Luiz XI fazia para obter a mão da Princeza, ao mesmo tempo que ia protrahindo perfidamente o ajuste.

D. João II, é claro, não via com bons olhos o casamento do cunhado com a sua antiga nóra, pois isso seria a ruina definitiva dos seus planos.

Mas não achando talvez politico atacar de frente esse projecto, activou em Roma as diligencias para o legitimação do Senhor Dom Jorge, e pediu para elle ao Pontifice, o Governo e Administração perpetua dos mestrados de Aviz e Santiago.

Era uma manobra habil, porque dava ao seu filho uma situação preponderante e de grande prestigio.

onde partira o Principe, e hindo já cortada de doer disse: *Filho, aqui onde vos nasceste, aqui seria raçam que eu agora morresse; e cõ este titulo de Raynha tam desaventurada acabasse; pois perdi o nome de vossa May, porque me eu avia por mais bemaventurada.* E com isto em fegura de morta se leixou cahir no chão, a que El-Rey, tam perseguido de paixões como andava, logo acodio e com remedios pera o corpo, e muy doces palavras e confortos pera a alma a retornou.»

[1] D. Agostinho Manuel — *Vida y acciones* pag 248.

Innocencio VII recusou-se a auctorisar a legitimação, mas concedeu os mestrados que o Rei tanto ambicionava para Dom Jorge.[1]

Preparou então o monarcha a cerimonia com cuidado e deu-lhe a sumptuosidade de que sempre revestia os espectaculos que delineava.

N'este caso, além da sua phantasia imaginadora, tão propria do Principe a quem o seu chronista chama "muy cerimonial", tinha a impulsional-o o fim politico, que queria alcançar com aquella solemnidade, e ainda uma tal ou qual ternura de pae, desejoso de ver b ilhar e prosperar o seu rebento.

Tendo chegado as bullas, pelas quaes o Papa Innocencio, annuira ao pedido do Rei, logo este convocou todos os Commendadores e Cavalleiros das nobres Ordens, para se acharem na Egreja de S. Domingos, de Lisboa, no dia 12 de Abril de 1492.

Devia ser imponente a cerimonia, á qual o proprio soberano assistiu, ouvindo missa de Estado.

E não seria menos curioso o espectaculo do desfilar dos magnates com os seus mantos adornados, ou com a cruz verde floreteada de Aviz, ou com a cruz em fórma de espada de S. Thiago, indo prestar obediencia ao seu novo Grão-Mestre — o franzino Senhor Dom Jorge.

Com esta cerimonia, que na apparencia era apenas uma solemnidade de Côrte, pretendia o Rei ir habituando os homens que tinham predominancia, a considerarem seu chefe supremo, o filho, e assim tornar mais viavel a candidatura, que não desistia de impôr.

Por isso n esmo, não devia aquella solemnidade ter sido do gosto da Rainha.

Não temos documento que nos indique qual foi a sua attitude, perante a deliberação de El-Rei. Mas não é difficil de suppôr que tivesse ficado retrahida, na sua Camara, dos Paços de Alcaçova, atormentada por ver que o marido persistia em fazer do bastardo seu herdeiro, e — o futuro Rei de Portugal.

Essa ideia mortificava-a, não por um prurido de mulher offendida, pois de ha muito fizera o sacrificio do seu amor proprio, mas porque no seu espirito

[1] Camillo Castello Branco, nos *Narcoticos*, vol. I, pag. 32 e seg., conta os esforços empregados por D. João II para realisar o seu plano. Embora não se possa escrever historia sobre depoimentos do grande romancista, são curiosas as paginas em que conta as tentativas do Rei.

Com quanto não dêmos por authentica a anecdota referida não devemos omittil-a para informação do leitor. Diz assim:

«Entre as diligencias que empregou debalde D. João 2.º para ir cimentando o throno para o filho bastardo, conta Diogo de Paiva d'Andrade, nas suas *Lembranças* (mss) a seguinte anecdota engraçada: «Lourenço da Cunha, trinchante de El-Rei D. João 2.º, foi homem de bom juizo e muito zeloso da authoridade e serviço do seu soberano. Querendo D. João depois da infeliz e arrebatada morte de seu filho, o principe D. Affonso, antes de se determinar a deixar por seu successor o Duque D. Manoel, nomear por herdeiro D. Jorge seu filho illegitimo, e entendendo que ficaria mal seguro se lhe não pozessem primeiro umas muito grandes escoras, como seria acabando com os Reis de Castella, que lhe dessem por mulher a filha mais n oça de quatro que tinham, fez de sua mão uma carta de crença; e instruindo em segredo a Lourenço da Cunha do que queria, mandou-o lá. Chegando elle, e achando El-Rei D. Fernando doente, e sabendo que a Rainha Izabel expedia todos os negocios, deu-lhe a carta e disse-lhe que El Rei

recto, aquella obstinação de El-Rei era contraria á justiça, e alterava a ordem da legitima successão na dynastia.

A affeição por seu irmão D. Manoel, pesava tambem, é certo, no coração da Rainha. Não era porém esse sentimento que a determinava, mas sim a intima convicção de que era a elle que pertencia por direito a Corôa.

Em toda esta conjunctura, a sua acção foi passiva. Não se agitava em manejos que perturbassem a Nação, a vida da Côrte, ou contrariassem hostilmente o Rei. Resistencia, sim, havia por seu lado, á imposição do marido.

Mas era leal. Assim o reconheceu elle proprio.

Os factos, melhor que o raciocinio, são d'isso prova.

N'este anno de 1492, quando chegaram as primeiras calmas do mez de Maio, aggravou-se a doença de El-Rei, cujos rebates primitivos se tinham dado, como vimos, quando foi do caso da Fonte Coberta.

Desde aquelle pucaro de agua em que alguns suppozeram haver peçonha, a sua saude era precaria. E o grande abalo causado pela morte do filho, ainda mais o alquebrava.

Não era o mesmo homem. Os cabellos iam embranquecendo precocemente; as carnes abatiam, sentia perturbações que ameaçavam por vezes fazer-lhe perder os sentidos.

Procurava então os aposentos da Rainha, onde podesse distrahir-se e enxotar as apprehensões que o assaltavam.

Foi alli que um dia teve um accidente e cahiu desmaiado.[1]

Considere-se que tamanha não seria a afflição da Rainha, e o reboliço no Paço.

Foram chamados logo os physicos, que accorreram pressurosos com as suas mezinhas e palavras cabalisticas para explicarem os motivos do deliquio.

Aconselharam o uso do vinho, como curativo efficaz para o seu estado. "E por quanto suas paixões eram malêconizadas e tristes, instaram para que medicinalmente o bebesse».

Este novo alarme da doença de D. João II, em que os chronistas vêem a

D. João queria deixar o reino a seu filho D. Jorge e pedia a sua alteza lhe desse por mulher para elle a Infanta D. Catharina sua filha mais moça. A rainha respondeu-lhe logo, que a sua filha não; mas que el-rei seu senhor, tinha uma filha bastarda, que lh'la daria. E Lourenço da Cunha respondeu-lhe: *Senhora, el rei meu senhor, não pretende tanto apparentar se com El Rei D. Fernando como com vossa alteza; por isso se vossa alteza tem outra filha bastarda elle a tomará para seu filho.* Tornou Lourenço da Cunha para Portugal sem outra conclusão nem resposta. Sabendo El Rei d'elle o que com a rainha passara fez-lhe mercê de uma commenda de Beja, Serpa e Moura, que o mestre de S. Thiago, depois fez em trez, e que rendia perto de quatro contos.»

Tambem não me merece a minima confiança uma informação de Zurita, perfilhada por D. Agostinho Manoel, que afirma que El Rei D. João II pensou em pedir a Infanta D. Izabel de Castella para D. Manoel; e D. Leonor de Aragão filha de Fernando o Catholico, para D. Jorge, mas que vendo este projecto contrariado pensára em dissolver o seu proprio matrimonio afim de tornar a casar. E accrescenta o historiador hespanhol: com grande aprazimento e aplauso da propria Rainha D. Leonor. Este desconchavo é rebatido pelo proprio D. Agostinho Manoel que o transcrevêra de Zurita. «Referimos, (diz elle) este discurso de Zurita como cosa a que no hallamos fundamento.» *Vida i acciones*, pag. 298.

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LXIV. Garcia de Resende — *Chronica*, cap. CLXII.

possibilidade de um envenenamento, traz outra vez á superficie o problema tão melindroso quanto difficil de resolver.

D. João II, foi envenenado ? Por quem ?

Adeante tentaremos apresentar todos os elementos que se tem adduzido para esclarecer este espinhoso caso: não só os diagnosticos retrospectivos com que a sciencia moderna pretende esclarecer a natureza da doença que atacou El-Rei, como as supposições de crime, que os factos originaram, attribuindo-se a ambições impacientes, o rapido progresso do mal, que minava a natureza robusta do soberano.

Por agora vamol o acompanhando n'estes ultimos capitulos do seu reinado.

Ainda durou mais trez annos.

E os acontecimentos que n'este espaço de tempo succederam, podem fornecer-nos noções que nos guiem o espirito, se não para o esclarecimento e instrucção de todo o processo, pelo menos para a orientação no exame de algumas das suas peças.

O Rei, passada aquella crise, melhorou.

Tinha negocios publicos que sollicitavam a sua attenção. Embora alquebrado de corpo, conservava a energia e a resolução que caracterisavam os seus processos de governar.

Confirmou-o então ainda, na fórma como, contra todos os do seu Conselho, resolveu admittir em Portugal os judeus expulsos de Castella.

Foi uma obra de justiça ? Foi uma manobra financeira, para arrecadar fortes sommas extorquidas aos israelitas ? Foi uma habilidade politica ?

Sobre o que não ha duvida, é ter sido um acto de energia; pois desgostava Castella, e ia de encontro á opinião dos conselheiros que viam n'essa resolução, além de inconvenientes multiplos, uma grande impiedade.

Facilitar a entrada a uma multidão de herejes, era acarretar (pensavam alguns) sobre Portugal a colera divina.

A Rainha D. Leonor, possuia um espirito largo.

Era devota, piedosa, e encontrava na religião o melhor lenitivo para as chagas moraes que a martyrisavam. Mas não era uma *beata*, no sentido de conceber a divindade unicamente atravez de rezas e macerações, e de agradar ao Deus vingador, perseguindo creaturas que não pertenciam ao seu credo.

Embora considerasse a raça israelita um povo condemnado, não lhe merecia o mesmo odio, rancor e sanha que aos seus primos de Castella e á Princeza que fôra sua nóra, e havia de ser cunhada. Prova-o bem a maneira como tratava os personagens judeus que andavam na Côrte onde exerciam profissões. Com alguns d'elles convivia intellectualmente. A outros acceitava-os com grande tolerancia.

Não sei, porém, se as razões que allegavam os conselheiros, umas de ordem material, outras tendentes a incitar á salvaguarda da pureza da fé, não trariam ao animo da Rainha algumas preoccupações. Tanto mais que, por esse acto offensivo de Deus, prognosticavam-se calamidades como a pestenença que os foragidos de Castella trariam, e a ameaça de outros males.[1]

Entretanto se no intimo temia ver cumpridos esses vaticinios, não exerceu

---

Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LXV.

qualquer pressão no animo do marido (como ao deante a futura Rainha D. Izabel) nem entravou a decisão com que El-Rei quasi desabridamente, e sem attender ás demonstrações dos seus aulicos, admittiu os judeus em Portugal, dando passagem aos que pagassem certas quantias para o thesouro.

N'este periodo, D. João II embora doente, forcejava por esquecer os desgostos e adormentar os padecimentos com providencias governativas de grande alcance, ás quaes directa ou indirectamente se associou a Rainha.

Assim, para a fundação do *Hospital de todos os Santos*, na horta dos frades de S. Domingos, em que o monarcha se empenhou tão grandemente que foi elle proprio lançar nos alicerces um punhado de moedas de oiro, teve decerto a sympathia e talvez a collaboração da Rainha, interessada n'uma obra que era por assim dizer uma precursora da Misericordia, que d'ahi a annos havia de instituir-se.

Esta fundação de um hospital apresenta uma das mais bellas faces do talento omnimodo d'esse Rei, que de tudo o que fosse de utilidade publica ia curando com desvelo,[1] e é uma das primeiras providencias de assistencia medica, até então bastante descurada. Tem talvez ainda outra significação de natureza mais intima — o desejo de alliviar padecimentos aos que soffriam, e que tinham presentimento de um fim proximo.

Sentindo a saude arruinada, o seu espirito impellia o a uma acção, além de altruista, inspirada nos principios de piedade christã. A caridade, fonte de beneficios para os desgraçados, e de paz para a propria consciencia, seduzia o.

A sua alma elevava-se a Deus . . .

Na ancia de melhorar fazia um voto.

---

[1] Determinava novas formas de armar com artilharia ás caravellas, (Garcia de Resende, cap. CLXXXI) inventava instrumentos de guerra (ibid., ibid.), prohibia as malas no intuito de aperfeiçoar as bôas raças de cavallos, (ibid. cap. CXLIII); promovia as expedições para o ultramar e attendia elle proprio ás formas e tonelagem das náos (ib. cap. CXLVII); presidia aos estudos para a formação de novos atlas geographicos, etc. etc.

CAPITULO XXIX

Promessas e Romarias - Doença do Rei Doença da Rainha

ESTAVA então a Côrte em Torres Vedras.

Corria o anno de 1493, e El Rei teve de receber o Embaixador de Napoles e um fidalgo francez que vinha com grande acompanhamento offerecer-se para ir combater em Africa.[1]

Deram essas recepções logar a grandes festejos, extenuantes para o organismo depauperado do monarcha. De novo cahiu doente. Este ataque foi grave.

Julgou-se perdido e prometteu que, se melhorasse, iria a pé ao mosteiro de Santo Antonio da Castanheira, da Ordem de S. Francisco.

A jornada era longa para um convalescente.

Mas o voto fôra solemne e cumpria emprehender a marcha embora fatigante.

Apenas melhoreu, partiu como peregrino acompanhado de poucos, que escolheu para a piedosa romaria.

Antes de a encetar, elle e a Rainha fizeram outra promessa.

Havia no alto da Serra de Cintra uma pequena ermida onde a imagem de Nossa Senhora da Pena acolhia benevolamente as preces dos fieis que iam alli buscar conforto para as amarguras da vida; que iam interceder junto da Mãe de Deus e pedir o seu auxilio; que iam agradecer-lhe os beneficios recebidos.

Era muito milagreira a pequena estatua modelada por imaginario anonymo. E tão prodigiosa, que a fama das curas espalhava-se pelos povos de toda a região. Bandos de romeiros vinham com frequencia acampar junto á capellinha, quasi sempre envolta em nevoeiros, que lhe davam um ar de mysterio propicio ao recolhimento. As praticas prolongavam-se por alguns dias, pois só assim encontrariam o valimento divino.

A Rainha D. Leonor e o marido prometteram ir alli rezar uma novena a Nossa Senhora.[2]

---

[1] Conde de Sabugosa — *Embrechados*. «Uma novena em Nossa Senhora da Pena», pag. 175, 3.ª edição.

[2] Garcia de Resende — *Chronica*, cap. CLXXI.

Este voto feito em commum, n'uma occasião em que já existiam as profundas divergencias nascidas na questão da successão, demonstra que o divorcio era de natureza mais politica que domestica.

Separava-os uma ideia. Mas juntava-os um sentimento.

E esse sentimento tinha a fomental-o além da estima reciproca, que não se apagára, o perigo que ameaçava aquelles dois sêres — a elle a imminencia da morte; a ella uma viuvez cheia de incertezas e deperecimentos.

Ficou assente que a Rainha fosse esperar o marido no Paço de Cintra. Emquanto elle, depois da caminhada até Santo Antonio da Castanheira, seguia d'alli, já então a cavallo, por Santa Catharina da Carnota e S. Francisco de Alenquer, ella com a sua Casa tomava a direcção de Cintra, onde aguardou El-Rei, e onde foi preparada a excursão votiva.

Embora o acompanhamento dos soberanos fosse diminuto — apenas as Damas e Cuvilheiras indispensaveis, e os cargos do Paço desempenhados pelos mais intimos servidores de El-Rei, — o emprehendimento era complicado.

A capellinha á qual se juntou tempos depois o minusculo convento hieronymita, e que modernamente se transformou no espectaculoso monumento de estylo heteroclito, vulgarmente conhecido por *Castello da Pena,* n'aquelle tempo era uma construcção isolada e mesquinha.

Coroando airosamente os fraguedos da Serra, não tinha dependencias que podessem servir de alojamento.

Decidiram pois os soberanos acampar e permanecer durante onze dias junto á capella.

Para alli foram tendas que formavam uma especie de arraial; foi a ucharia embora reduzida, foi a frasca de cozinha, e os copeiros e escanções apenas necessarios.

Esse acampamento, posto que sem ostentação, tinha um aspecto curioso e animado, e os repastos da comitiva nos intervallos das preces eram, no dizer do galhofeiro moço da escrivaninha de El-Rei, "em muita perfeição».

Quem actualmente presenceia ainda os *cyrios* que no fim do verão se dirigem por esse Portugal adeante aos oragos affamados, e assentam arraiaes n'uma agglomeração pittoresca em volta dos monumentos onde as imagens milagrosas recebem o culto dos fieis, terá uma vaga ideia d'aquelle ajuntamento no alto da Pena, no outomno de 1493.

Notará porém, uma differença entre aquella romagem de que a Historia falla, e as modernas romarias que se realisam nos fins de Septembro. N'estas, um sentimento semi-religioso, semi-pagão, vae de mistura com libações e rezas, folguedos e praticas religiosas, tudo ao som de ruidosa alegria.

Na da Pena, ao esmorecer d'aquelle verão, o nevoeiro, que envolvia como um véu cinzento a pequena capella, parecia que se alastrava pelas almas dos que alli se reuniam, afogando-as em presentimentos sinistros.

Não era uma romaria festiva. Era o cumprimento de um voto.

Acabada a novena, a Côrte regressou ao Paço de Cintra, no undecimo dia.

D. João levava a consciencia conciliada com Deus. Mas não lhe faltavam preoccupações.

Os descobrimentos de Colombo e a arenga empollada que o genovez estadeára, com facundia, na audiencia que em Março anterior lhe concedêra, mordiam-

lhe ainda a memoria e com a sua vista perspicaz media bem o alcance que para os Reis Catholicos, seus adversarios, trazia o exito do aventureiro, que podia affectar o dominio portuguez.

Resolvêra tornar effectivos os seus direitos equipando uma armada, expedindo uma embaixada a Castella, e mais ao deante dirigindo-se ao Papa.

Mas tudo isso era aleatorio, ainda muito incerto . . . Então n'um monologo intimo *acusava-se de negrigente.*[1]

Não consentira que se matasse Colombo, como parece que alguem alvitrou; mas doia-lhe (embora a responsabilidade recahisse nos cosmographos) não ter em tempo aproveitado os serviços do navegador feliz, que trazia agora á Hespanha um novo mundo.

A Rainha, além de ver no marido cada vez mais crescentes os progressos da doença, sentia-se ella propria cançada de soffrer e com a saude abalada.

O clima de Cintra n'aquella quadra do anno era desabrido, e por isso desaconselhado para a sua fraqueza. Foi para Setubal, onde permaneceu todo esse anno e parte do outro, 1494.

El-Rei apezar de doente, pois os *inchaços* e os accidentes repetiam-se, não parava, nem descuidava um momento os negocios que lhe tomavam o espirito. Um d'elles era o destino a dar á *Excellente Senhora,* agora em Santarem.

Foi alli visital-a.

Houve varias interpretações sobre os motivos que levaram El-Rei a realisar esta visitação.

Uns attribuiam o acto de D. João II ao desejo de fazer uma pirraça ao Rei Catholico.[2]

Outros affirmavam que fôra antes de morrer despedir-se da *Excellente Senhora* que manifestára desejo de o vêr.[3]

As frequentes visitas a Santarem (perguntámos nós) teriam só por objectivo encontrar-se com a madrasta a quem nunca antes demonstrára uma ternura irresistivel? Ou seria ella o pretexto ostensivo das jornadas, e a causa verdadeira estaria em Abrantes, em casa dos Almeidas? Sendo assim, a antiga dama de D. Joanna, mãe do Senhor Dom Jorge viria a Santarem, onde por coincidencia bem ajustada, os dois amantes se encontrariam.

Renascimento de paixão por D. Anna de Mendoça, como a *visita da saúde* em certos agonisantes? Não é provavel.

Desejo de confidenciar á antiga amante os seus planos para reconhecer como herdeiro o filho? Talvez.

Simples conjecturas. Mas ao que parece as jornadas a Santarem repetiram-se.

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. [illegible]

[2] D. Agostinho Manuel — *Vida i acciones*, pag. 205. «Pero como trato siempre á esta Princesa com toda la cortesia i buena correspondencia, passo á verla sin otro pensamiento lo que hazia de quando en quando, porque demas de merecerlo sus excellencias, i virtudes, *sabia que disgustava al Catolico en la estimacion com que respetava á su opositora con tanta publicidad solo por añadirle cuidados i desconfianças*»

[3] Ferreira e Sampayo — *Vida y hechos*, fol. 8o. «Y de alli se partio El-Rey don Juan a ver, o por mejor dezir, a *despedir-se para sempre de la Excellente Señora doña Juana*»

* * *

Já regressava d'esta visita quando em Alcochete recebeu um aviso dando-lhe noticia de que a Rainha, em Setubal, cahira perigosamente doente.

Sentiu no animo como que um golpe de clava pesada que o esmagasse.

Foi tal a commoção, o cuidado, e a inquietação que lhe causou a noticia, que resolveu sem mais detença partir para junto de sua mulher, cujas qualidades agora, com a ameaça de a perder, lhe appareciam em toda a sua grandeza.

Achava-se porém em Alcochete, sem cavallos em que podesse transportar-se depressa, porque viera desde Benavente n'um barco "com bom vento e bôa viagem", pelo Tejo abaixo.

Os cavallariços, estribeiros, e moços, todo o pessoal encarregado das cavalgaduras vinha por terra pausadamente, porque sabiam que o monarcha resolvêra pernoitar em Alcochete.

Quando chegariam? Não era possivel esperar.

Tratou de mandar procurar animaes que podessem conduzil-o rapidamente.

A terra, porém, era pobre de recursos. Encontraram-se apenas alguns cavallos em que elle e poucos do seu serviço abalaram correndo.

A maior parte seguiu "após elle em bestas de albarda".

De Alcochete a Setubal, por caminhos ruins, a jornada era difficil, e os cavallos não ajudavam.

Chegou já de noite, e correu ao Paço onde lhe disseram "que a Rainha estava muito mal e com pouca esperança de vida".

O alvoroço era geral.

Tinham vindo de Beja, onde estavam, o Duque D. Manuel, e sua irmã a Duqueza de Bragança, e iam chegando muitas pessoas de qualidade, afflictas com as más novas que corriam ácerca da Rainha.

Que já fizera testamento, (diziam), que se confessára, que commungára, que fôra ungida.

Pouca esperança havia.

D. João II na imminencia da viuvez sentiu um grande desalento. "Ficou em extremo triste e eu o vi chorar só, muytas lagrimas com grãdes saluços e sospiros, avendoa já por morta".

E' assim que Resende dá conta da commoção soffrida por seu amo ao ver a Rainha moribunda.

Perante a proximidade da catastrophe começou logo a fervilhar a intriga. Já se lhe dava successora no thalamo real.[1]

Uma das Infantas de Castella era já apontada vindo assim destruir as esperanças das candidaturas do Duque de Beja e do Senhor Dom Jorge.

[1] D. Agostinho Manuel -- *Vida i acciones*, pag. 307. «Todos se persuadian à que se moria, i con este desengañavan los opositores a la Corona, considerando que el-Rei viendose viudo, no tardaria una hora en bolverse à casar; i porque no faltasse nada a los discursivos, tambien señalavan la nóvia que era una de los Infantas de Castilla, con que se promettian grandes bienes»

Multiplicavam-se os boatos, uns nascidos do nervosismo, proprio d'estas occasiões, outros forjados adrede, e com o sentido de servir os designios das facções.

Qual era a natureza da enfermidade da Rainha?

E' difficil diagnosticar pelas palavras dos chronistas, que pouco esclarecem. Ruy de Pina, apenas diz que "accidentalmente cahiu em hũa perygosa doença". Mais adeante accrescenta: „e a achou segundo seus grandes acidentes, com pouca esperança de vida».[1]

Não me parece que a palavra *accidente*[2] tenha aqui o significado de — ataque de doença convulsiva, ou ataque de epilepsia, como vulgarmente se designa.

D. Leonor não era epileptica. Ainda viveu trinta annos[3] e embora com saúde precaria, não se encontra noticia da repetição d'este mal. Foi portanto outra a doença.

E' possivel que tivesse um ataque de peste, *curavel*, mas dos que deixam vestigios devastadores. A Rainha D. Filippa, sua visavó, fôra por ella victimada.

El Rei D. Duarte, seu avô, morrêra d'essa doença em Thomar. Desde então a Familia Real, pelas suas continuadas deslocações, lográra ficar indemne. Quem sabe porém, se agora não era por ella atacada a Rainha?

Como entretanto não se alude a esta molestia, é possivel que não fôsse a *pestenença*, mas sim um *typho malariano*, o mal que esteve para a matar.

Era quasi endemica, então como ainda é hoje, essa doença.

Foi com ella, ao que se nos afigura, que D. João I, estivera quasi á morte no cerco do *Curmá*, e foi talvez esta a doença que levou El-Rei D. Manoel,[4] e a que chamam *modorra*, em consequencia dos symptomas que apresentava.

D. Leonor escapou, e embora ficasse combalida, o seu resurgimento foi motivo de grande regosijo.

Os chronistas a esse proposito alongam-se em phrases elogiosas ás suas qualidades e virtudes. "Nobre, e clara em Sangue Real, em porporçam do corpo, sobre todas fermosa, mui honesta na vida, mui humana sem quebra de seu Estado prudente, devota, e em tudo mui amiga de Deus e d'El-Rey, craro original de nustas bondades„ — e outros mais epithetos laudativos, que formam uma extensa ladainha, em honra da soberana. Por se ajustarem bem á sua personalidade não exhalam o fartum de incenso queimado por thuribularios officiaes.

Hoje mesmo, ainda aquelles que lhe são menos affectos, reconhecem essas qualidades.

A convalescença foi demorada, e pelo verão adeante, ainda se achava muito

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LXIX.

[2] A palavra *accidente* para indicar uma molestia qualquer é empregada com frequencia nos escriptores d'aquele periodo. D. Agostinho Manoel, falando na doença de D. João II, escrevia ainda em 1625 — «Adoeceo El-Rei por este tempo i com tam graves i repentinos *accidentes*» pag. 217.

[3] Garcia de Resende — *Chronica*, cap. CLXXX, «prouve a Nosso Senhor de lhe dar vida porém não inteira saude porque viuendo depois mais de trinta annos sempre foi doente e o mais do tempo em cama».

[4] O sr. Ricardo Jorge inclina-se a que este Soberano morreu de uma encephalite ethargica.

enfraquecida, quando novas apprehensões a vieram assaltar, em vista do estado de saúde de El-Rei.

Inchado, tropêgo, com amiudados desmaios, arrastava-se a custo. Elle, que tão cioso era do mando, começava a aborrecer os negocios publicos e a descuidar a administração.

O colosso sentia-se aluido.

Os physicos que observaram o doente, diagnosticaram peremptoriamente ser a doença de El-Rei, uma *hydropsia*.[1]

Adeante nos occuparemos, com o auxilio de um bom technico, do caracter d'esta doença.

Por emquanto apenas olharemos para os acontecimentos na Côrte, a que deu logar a declaração official do estado do monarcha.

Em primeiro logar, a sahida de Setubal, terra humida, no dizer dos medicos.

D'aqui em deante as deslocações são tragicas. O corpo em busca de allivios. O espirito inventando distracções. A consciencia em procura de socego.

Via dolorosa, percorrida com pausas forçadas e diminutas esperanças.

Determinaram ir para Evora, passar o inverno. Se o clima era mais favoravel, as recordações que a todos os cantos esperavam o Rei e a Rainha, amarguravam-lhes os animos.

A cada volta de rua, em cada Camara dos Paços de S. Francisco, em cada Praça, surgiam na sua visão ora a imagem do filho que alli casára havia pouco, ora o Capello e a loba que vestia o Duque de Bragança, quando foi levado ao patibulo, ora os echos das festas mal agouradas . . .

A "consciencia mordia a El-Rei em muitas coisas».

Para seu balsamo, mandou pelo Reino fóra, officiaes com dinheiro para pagarem a prata das egrejas e o dinheiro dos orphãos.

Afim de os povos não padecerem com a sua falta de attenção, aos negocios publicos, nomeou uma junta, para despachar os casos correntes.

E estava tão fraca a sua mão, que até o assignar lhe era penoso. Mandou fazer um sinete ou chancella para rubricar os documentos.[2]

Que perdida se encontrava já a força d'aquella mão, que d'antes cortava com uma espada trez e quatro tochas de um golpe!

Tentava ainda por vezes, para desafogo do espirito e para tranquillisar os que em roda d'elle assistiam inquietos á decadencia rapida do organismo, retomar alguns dos divertimentos favoritos.

Dava ordem para se chamarem os monteiros, ou para serem convocados os caçadores de altaneria. Montava o seu cavallo favorito, chamava os galgos lebreus e alãos, e lá ia o antigo caçador, n'uma especie de sonho que pouco durava, pois que a fadiga vinha breve dar-lhe rebate do seu estado.

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LXX. «No verão, a doença de El-Rey terminou em crara e mortal idropsia de que seus inchaços e outras paixões davam verdadeiro testemunho».

[2] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LXXI. «E porque o assinar de sua mão lhe danava muito e em algũas cousas era muy necessareo mandou fazer hũ de forma entalhado em ouro, com o qual banhado em tinta d'empremer en sua presença per qualquer que era presente ellas se assinavam».

Um dia lembrou-se de jogar as cannas no terreiro dos Paços. Era um esforço para se illudir, ou para alardear uma apparencia de vigor perante a Côrte e o povo.

Mas a ninguem enganava!

Phantasma de si proprio, mais personagem de ballada macabra, do que mantenedor de justas e torneios, como fôra já, o monarcha apenas conseguia quebrar raras lanças, com esforço e muito custo . . .

Seguiu-se um almoço com que El Rei quiz finalizar esta funcção. Parecia banquete funebre, realisado em necropole soturna, e não um repasto festivo na sala de fresco dos Paços d'Evora.

Os convivas consternados contemplavam em silencio significativo a ruina do collosso.

E elle, apenas acabado o almoço, em que mal tocára, retirou-se melancholico.

Perdêra o apetite. Aborrecia-o ver gente.[1]

Tudo o enfastiava. Consumia-se de tristeza, quando considerava o descalabro da sua existencia.

O calor apertava em Evora. Julho queimava.

O verão alentejano era agora aggravado por um recrudescimento da peste, que fazia muitas victimas.

Resolveu-se precipitadamente a partida para as Alcaçovas, villa situada a uma pequena distancia da cidade, nas faldas da serra, e que, por ser alegre e sadia, fôra aconselhada como favoravel á convalescença da Rainha, e ao estado de saúde, cada vez mais inquietador do Rei.

O Palacio d'essa villa não comportava grande acompanhamento.

Dos quatro mil e quinhentos moradores que havia no Paço de Evora, foram escolhidos apenas alguns cortezãos, para serviço dos soberanos, e alli se installou a pequena Côrte, na expectativa de que a salubridade do logar trouxesse saúde a D. Leonor, e allivio ao Rei enfermo.

Mas a debilidade sempre crescente assustava a todos os que presenceavam os progressos do mal.

Foram convocados os physicos.

Depois de observado o doente, houve acalorada discussão. Accordaram que os banhos das Caldas seriam bem aconselhados.

Mas quaes? Os de Obidos? Ou os de Monchique?

Usou-se então de um processo que, pelo seu ingenuo empirismo, faz agora sorrir.

Mas n'esse tempo em que não havia analyse chimica das aguas, e os diagnosticos não eram seguros, tornava-se necessario recorrer á experiencia *in anima vili*.

Buscaram-se doentes hydropicos, cujo estado se assemelhasse ao do monarcha, e, despachados para os dois pontos, na companhia de pessoas que mereciam confiança, esperou-se o resultado da efficacia das aguas.

O tempo ia correndo, e o mal aggravava-se.

No fim de septembro El-Rei começou a pensar nas disposições para depois da sua morte!

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LXXII.

CAPITULO XXX

Luctas femininas

DURANTE todo esse mez, intensificára-se dentro das paredes do Paço da pequena villa alentejana o drama que tinha começado logo depois da morte do Principe D. Affonso.

D. João II, ainda não tinha desistido da intenção de nomear seu successor o filho bastardo.

Mandára-o vir para junto de si, e instava com a Rainha, sua mulher, para que o visse, que o acolhesse, que concordasse na successão.

A Rainha resistia.

A sua annuencia em recebel-o, significaria um reconhecimento do direito do intruso.

Não quiz vel-o.

Passa um sôpro de tragedia antiga sobre essa lucta entre os dois conjuges, lucta a que o perigo imminente da morte do soberano dá uma intensa commoção.

Não havia odio entre elles, mas a intransigencia nascida dos pontos de vista oppostos, e da firmeza de caracter de cada um; e porventura tambem a interferencia de uma força occulta que actuava no animo do monarcha, originava grande desavença, que se ia aggravando dia a dia.

Um facto que talvez azedasse mais as relações e tornasse mais pronunciada a divergencia, foi a determinação que D. João II manifestou de fazer mercê de uma tença de duzentos mil reaes á sua antiga amante, D. Anna de Mendoça.

Quando tal soube, a Rainha sentiu decerto grande abalo.

Não a espicaçava o ciume, porque a acuidade d'esse sentimento estava agora já diluida e reduzida a polme pelas circumstancias.

O marido achava-se quasi moribundo. E a Sereia já não lhe infundia receios, embora não estivesse esquecida.

Era porém um aggravo publico, perante o qual o seu espirito se sentia constrangido.

Recebeu-o como uma affronta quasi.

Os dois conjuges separaram-se por alguns dias.

Elle foi a Villa Nova de Alvito "a folgar".

Ella á Villa de Vianna, onde residiam a Infanta D. Beatriz, sua mãe, e a Duqueza de Bragança, sua irmã.

Alli, as duas Senhoras, a quem aquella especie de divorcio de El-Rei com sua mulher, compungia e atormentava, trabalharam o espirito de D. Leonor, incitando a a que não continuasse intransigente na teimosia de recusar receber o Senhor Dom Jorge.

Rogos, exhortações, conselhos e pedidos, para que se subordinasse á vontade do marido, tudo foi baldado.[1]

Sabia D. Leonor, que a annuencia teria como resultado a declaração dos direitos do Senhor Dom Jorge, e isso era contrario ás leis do Reino, ao desejo da Nação, e ao seu proprio.

Seria tambem certamente, a victoria da sua antiga rival que porventura estaria ainda trabalhando por detraz da cortina, na ancia de ver o filho herdeiro da Corôa, e mais adeante Rei.

O destino de D. Anna de Mendoça, jogava-se agora.

Se vencesse, a sua situação apresentar-se-hia invejavel, e o futuro trazer-lhe-hia honras de quasi Rainha.

Vencida, o seu destino seria o de quasi todas as amantes de Reis — ou a obscuridade n'uma vida arredada, ou o enterramento n'um claustro.

E ella que ainda se sentia nova, formosa e digna de honrarias, pois que a não ser a fraqueza de amar sinceramente o pae de D. Jorge, nunca prevaricára, olhava certamente com horror o isolamento n'uma cella, e a sugeição de seu filho (o filho do Rei) ao primo que lhe representavam como um ambicioso usurpador de direitos alheios.

Occorre talvez de novo ao espirito do leitor, perguntar quaes seriam a esse tempo, as relações do monarcha, com a attrahente D. Anna.

Já atraz indicámos as opiniões dos criticos, acerca da duração e natureza do affecto de D. João II pela sua amante, e mostrámos a difficuldade de chegar a uma conclusão, assim como tambem é embaraçoso averiguar qual o destino que n'esse periodo teria tido D. Anna.

Ficaria entregue a D. Brites da Silva, Camareira-Mór da *Excellente Senhora* ? Ou seria recolhida no mosteiro de Santos onde era Commendadeira sua tia D. Violante Nogueira ?

E' provavel que tivesse ficado em Abrantes.

Tanto mais que os Condes tinham com ella relações de parentesco pelos Nogueiras.[2]

Sendo assim é plausivel, como já vimos, que algumas das visitas que El-Rei fazia a Santarem com o designio apparente de se avistar com a *Excellente Senhora* tivessem como verdadeiro motivo uma furtiva entrevista com D. Anna, que elle iria encontrar em Abrantes, ou em Santarem onde ella viria tambem visitar a *Excellente Senhora*, de quem fôra dama.

Será apenas uma conjectura. Mas o certo é que *rompimento* propriamente dicto não o houve, e D. João II nunca deixou de ter attenções para com a *madre do Senhor D. Jorge.*

[1] Garcia de Resende — *Chronica*, cap. CCIV.
[2] Anselmo Braancamp Freire — *Critica e Historia*, pag. 167.

Pouco nos importa para o nosso caso saber se o romance sentimental, com todos os arrebatamentos e intimidades enternecidas, durou muito ou terminou logo depois do nascimento do bastardo.

Não houve outros filhos, é verdade. Mas a ligação podia ter continuado sem originar mais descendencia.

E o sentimento do Rei pela favorita, embora mais frouxo, não se *interrompeu*, como o demonstra a doação da tença feita um mez antes de morrer. Isso é prova de que nunca deixaria D. Anna de influir mais ou menos indirectamente na vontade do monarcha.

E' aqui que me parece opportuno chegar, para demonstrar que a famosa desavença entre D. João II e sua mulher, D. Leonor, era principalmente a lucta entre as duas Senhoras.

Por algumas palavras dos chronistas, e por supposições mais ou menos fundadas n'ellas, tem-se dado como averiguada a existencia de uma inimizade irreconciliavel entre os dois conjuges n'este ultimo acto do drama historico.

Divergencia, sim, pois cada um queria impôr o seu candidato. Mas basta attender a que, mesmo no periodo mais agudo da contenda, a Rainha fazia pedidos a seu marido para obras de caridade, e que elle lh'os deferia nos termos mais affectuosos, para verificar que o supposto odio não existia.

Augmentando as arrhas da Rainha, D. João II em carta régia diz: "esguardando nós o muito amor que lhe temos, e como sempre folgamos de lhe fazer graça e mercê das cousas que nos pede, por serem bôas e justas, e como isto que assim pede é por descargo da sua alma.[1]"

Quem tal escrevia não sentia rancor por aquella a quem concedia o accrescentamento dos estipulados vinte mil escudos de oiro.

Mais ainda. Quando partiu para o Algarve, e depois de terem cessado "os *desacordos e desvairos* em que andava com a Raynha sua mulher, e foram alli com muito amor e concordia reconciliados",[2] o monarcha desejou vel-a. Mas sabendo que ella por sua doença correria grande trabalho e perigo se fizesse a jornada "por ser mal disposta" determinou que viesse somente o Duque de Beja.[3]

Por seu lado ella mandou dizer a El-Rei que "a grande pressa o queria ir ver".

Parece ficar bem patente que embora entre os dois houvesse discordancia sobre quem devia ser o herdeiro, não havia uma barreira insuperavel que os separasse.

Profundo fôsse, isso sim, existia entre as duas Senhoras. Estas, depois de terem disputado o coração d'aquelle homem quando novo, reclamavam agora a sua herança politica quando já a morte se approximava.

D. João II não era n'este pleito verdadeiramente um dos antagonistas. Era por assim dizer a arena em que as duas se digladiavam.

Se por seu pendor se inclinava, levado pela tendencia carnal, e receio da

---

[1] Anselmo Braamcamp Freire — *Critica e Historia*, pag. 110, citando o Liv. 1.º de *Reis*, fl. 14.

[2] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LXXVI.

[3] Garcia de Resende — *Chronica*, cap. CCX.

influencia dos Braganças, á successão de seu filho, não era irreductivel a determinação, como os factos se encarregaram de demonstrar.

Intransigentes eram as duas vontades femininas empenhadas n'esta peleja.

De um lado a altiva D. Anna de Mendoça, ciosa dos direitos de seu filho, levada talvez pela ambição de futuras grandezas, e receiosa do destino que lhe reservaria a victoria do partido de D. Manoel. Com ella estariam, e porventura instigando-a, todos aquelles que tinham a perder com a restituição dos bens confiscados aos Braganças e ás familias dos conjurados; todos os que temiam a excessiva influencia d'aquella familia; os intimos de D. João; talvez os Almeidas, Condes de Abrantes e a sua parentella; e os parciaes (que ainda os tinha) da *Excellente Senhora,* por hostilidade aos Reis Catholicos.

Do outro lado — o partido do Duque de Beja, — estava a Rainha D. Leonor, os amigos da Casa de Bragança; quasi todos os nobres; e a grande maioria da Nação. "Isto que todo ho Regno já desejava",[1] era que D. Manoel fosse declarado herdeiro.

A questão da legitimidade tinha grande influencia e augmentava as probabilidades do exito d'esta facção.

Os dois interessados directamente, continuavam como que alheiados do caso.

Um, o Senhor Dom Jorge, junto do pae, ora nas Alcaçovas, ora em Alvito, e depois no Algarve, pouca noção tinha do drama que a sua existencia occasionava.

O outro, D. Manoel, em Vianna, ou em Alcacer do Sal, esperando o epilogo da lucta, conservava-se inerte, e sem tomar parte no pleito.

Activas, as duas leôas.

Não ha, é certo, vestigios que se conheçam da acção directa de D. Anna sobre o animo de El Rei.

Os chronistas não os mencionam. E Antão de Faria, o confidente dos designios de seu amo, era discreto, reservado, e nada escreveu.

Mas ha a concessão da tença de duzentos mil réis, indicando não só ter o monarcha presente na memoria: "a madre de D. Jorge, meu muito amado filho" mas mostrando que por ella conservava affeição.

E D. Manoel já depois de Rei, diz, confirmando a doação: "visto por nós seu pedir, intenção e bôa vontade com que lhos deu o dito Rei, meu Senhor e nós que não menos o assi desejamos e queremos."[2]

Ruy de Pina fallando da reconciliação com a Rainha, escreve: "com grande arrependimento do passado cessou dos desacordos e desvairos em que andava com a Raynha sua molher, e foram alli com muito amor e concordia reconciliados; e fora das *maginações* e *fantesias* en que depois da morte do Princepe andava para o fim que atras toquey . . ."

Estas *maginações* e *fantesias* não seriam os manejos do partido da amante?

O que a logica dos acontecimentos nos indica, é que não estaria inactiva quem tanto teria a ganhar com a victoria de Dom Jorge, e tanto a perder com o insuccesso.

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica,* cap. LXXVI.

[2] Anselmo Braamcamp Freire — *Critica e Historia*, pag. 149, citando a Chancelaria de D. Manoel, liv. 32 º fl. 82 v.

Das diligencias de D. Leonor para fazer vingar os direitos do irmão, se não ha documentos que o attestem, ha o testemunho de Damião de Goes, que nos diz ter sido ella "causa unica delle ficar nomeado na successão destes Regnos".[1] E era logico o seu sentir, não só por ser esta a solução mais conforme ás leis do Reino, mas porque lhe repugnava admittir a successão do Senhor Dom Jorge.

Com a exaltação do bastardo antevia nefastas consequencias para a Nação, e além d'isso (o sentimento é humanamente explicavel) esse acontecimento seria a victoria da rival de sempre. Que lhe dessem dinheiro? Vá! Mas que não fizessem o filho Rei de Portugal.

A quem nos oppozer que faltam provas para assegurar que o drama da successão se revela principalmente pela lucta das duas vontades femininas, que pretendiam impôr se no animo de D. João II, allegarêmos que, lidas sem preconcepção as paginas das chronicas e mantendo o espirito independente para não ser levado por inclinação ou sympathia a favor de qualquer das partes, o que se vê claramente é que a energia propulsôra no partido do Duque de Beja era a Rainha D. Leonor, e no outro partido forçosamente empregava todos os meios de acção a mãe do Senhor Dom Jorge, interessada mais ainda que elle, no desfecho do drama.

D. João II foi o fiel da balança. Embora contra o seu desejo, fez pender o exito para o lado de D. Manoel, o *Venturoso*.

Vejamos em que circunstancias.

---

[1] Damião de Goes — *Chronica d'El-Rei D. Manoel*, cap. II.

CAPITULO XXXI

O Testamento d'El-Rei — A sua morte

ESTAVA El-Rei D. João II em Alvito, emquanto a Rainha continuava em Vianna com sua mãe e seu irmão.

Pleno outomno. N'aquella quadra do anno as noites vinham cêdo.

De uma vez D. João II ceiava á luz de alguns brandões, quando lhe vieram annunciar que um creado do Doutor Pedro Dias, creatura que entre outras fôra como experiencia ás Caldas do Algarve, regressára restabelecido de saúde e livre da hydropesia que o atacára.

O Rei em vista d'aquelle exemplar creou animo.

Via-se já bom; livre das nauseas, dos fluxos sanguineos, das allucinações que lhe perturbavam a vista, dos desmaios que o prostravam, e das nodoas negras que lhe manchavam a pelle.

Sentia que podia recuperar a antiga força.

Aquelle moço são e escorreito, que partíra poucas semanas antes para Monchique, dava-lhe garantias de restabelecimento; assegurava lhe a saúde. Na ancia de a recuperar, resolveu abalar logo.

Os physicos, porém, recuaram perante a responsabilidade de o deixar partir para tomar aguas e banhos, n'aquella estação já tão avançada.

Estava-se no fim de Septembro, e pela demora que certamente haveria nos preparativos, o doente vinha a chegar fóra de tempo e com perigo da sua vida.

Um judeu, medico de grande fama, a quem chamavam mestre Leão, oppoz-se formalmente, declarando que não se associaria a tal loucura.

Se El-Rei partisse, elle não o acompanharia, affirmou.

Outros medicos, porém, discutiram . . .

Havia divergencias . . .

Então D. João II, seduzido pela cura do creado, e movido pelo desejo que tem qualquer doente, de se agarrar a uma taboa de salvação, decidiu partir. Mal o dia rompeu, elle ahi vae açodado para as Alcaçovas, e alli, chamado João Fogaça, Vedor da sua casa, ordenou lhe que immediatamente se metesse a caminho, afim de preparar tudo o que fosse necessario para se aposentar junto das Caldas, onde nada estava apto para o receber.

O servidor seguiu logo com pressa.

Ainda elle ia perto, e já entrava na camara de El-Rei, Frei João da Povoa, um franciscano de grande virtude e valor moral, confessor do monarcha, e em cujo conselho este muito confiava.

Confessou-se demoradamente. Commungou.

E de novo se encerrou com o austero frade.

A Rainha D. Leonor que entretanto chegára de Vianna, accorreu para junto do marido. Foi então que se congraçaram, esquecendo aggravos. A effusão das duas almas, sincera e franca, aquietou-os, desfazendo resentimentos.

Quando a Rainha sahiu dos aposentos d'El-Rei, ficou alli o franciscano.

Cá fóra n'uma ante-sala, Ayres da Silva, Camareiro mór, Antão de Faria, Cameiro-menor, e Garcia de Resende, secretario particular, todos intimos e confidentes do Rei, conversavam baixo, trocando impressões sobre os resultados d'aquelle colloquio que se ia prolongando. Sabiam de que se tractava.

D. João II determinára com o frade fazer testamento. E como sabiam que tinha havido uma completa reconciliação entre marido e mulher sob os auspicios do confessor ("per seu meo") não duvidavam de que no espirito do soberano se resolvêra a questão em favor de D. Manoel.

E' conveniente agora notar que esta grave deliberação foi tomada pelo Rei sem intervenção extranha. Só a consciencia o impulsionou. Mas se houve alguma voz exterior que lhe abalasse o animo n'aquella occasião, não foi outra senão a do confessor, que assim como reconciliára os conjuges, talvez indicasse ao monarcha o dever que se lhe impunha de escolher o herdeiro. E', porém, mais de crêr, em conformidade com a indole de D. João II, que fosse elle, e só elle, quem, avaliando os prós e os contras, entendesse que para bem da Nação lhe cumpria eleger o Duque de Beja. Os dizeres do testamento confirmam esta supposição.

No quarto em que os trez aulicos esperavam continuava a espectativa . . . A porta do aposento de El Rei abriu-se, e assomou entre as hombreiras o vulto de Frei João, que pedia pennas de escrever.

O moço da escrevaninha levou logo os seus *apáros*, deixando o Rei e o confessor sentados a uma banca entregues á redacção do importante documento.

Então vindo de uma das salas que ficava contigua á que era occupada pelos trez privados, appareceu interrogativo o Duque de Beja, e perguntou a Garcia de Resende, que estava El-Rei fazendo.

Presentia que n'aquella occasião se jogava o seu destino. O secretario elucidou-o, e desejou saber se queria que o annunciasse. Respondeu o Duque negativamente, e sentou-se, aguardando.

Entretanto ao ouvido apurado de D. João II, chegára o rumor indicativo de que alguem entrára na ante camara. Chamou Garcia de Resende a quem interrogou sobre o que se passava alli fóra.

O secretario informou-o da sua offerta e da recusa do Duque a que fosse communicar a sua presença.

El-Rei com gesto approvativo respondeu:

— "Bem fez e bem fizeste".

Mandou de novo fechar a porta, e até á noite ficou encerrado com o confessor.

Durante essas compridas horas escreveu o frade o testamento, que é longo e prolixo.[1]

Nas recommendações referentes á salvação da sua alma é minucioso. Pouco nos interessa esta parte para o proseguimento do nosso estudo. Sente se logo que o piedoso franciscano ajudou o testador na redacção da lista de esmolas, de missas, de pagamento de dividas, fundação de hospitaes, ermidas e oratorios.

A nós o que mais nos sollicita a attenção vem depois. Nomeia o Duque de Beja seu successor no Throno. E logo na clausula seguinte recommenda ao seu muito amado e prezado primo, que Dom Jorge, muito amado e prezado filho, tenha com que se possa acudir em alguns trabalhos e necessidades. Lega ao filho por essa clausula, cidades, villas, reguengos e muitas rendas. Recommenda além d'isso ao futuro Rei, que o receba como filho, e que não tendo filhos o considere seu herdeiro.

Se tiver filhas (acrescenta) que o case com a mais velha.

N'estas duas clausulas sente-se ainda um vislumbre de esperança de que as circunstancias façam de seu filho um Rei.

Seria tambem talvez uma maneira de conservar essa mesma esperança no animo de D. Anna de Mendoça!

A D. João pezava porventura tirar as ultimas illusões áquella que tanto estremecêra e que lhe fôra sempre fiel. Consolava-a com a illusoria miragem . . .

E para lhe dar uma prova mais effectiva da sua affeição accrescenta:

"Item ao dito meu primo, encommendo e mando que D. Ana, Madre de D. Jorge meu filho, aja em todolos dias de sua vida em cada um anno dozentos mill reis e se per alguma maneira ouverem de ser tirados mando que lhe dem por elles trinta mill coroas de cento e vinte para soportar sua honra ou pera seu casamento ante de lhe os ditos dozentos mill reis serem tirados nẽ parte delle."

E' para notar, e isso vê-se logo por esta clausula, não ser sua vontade que D. Anna entrasse para um convento. "Pera soportar sua honra" isto é se estabelecer casa; "ou pera seu casamento".

Esta phrase indica tambem que, se havia affeição, estava já bastante diluida a sua intensidade nas ruinas do organismo, e não existia aquelle sentimento de ciume posthumo (permitta se-me a expressão) que em muitos homens se manifesta negando ás viuvas ou ás amantes o gozo de renda depois da sua morte no caso de casarem segunda vez.

Esta clausula no testamento escripto em 29 de Septembro prejudica ou contraria a anedocta referida por Garcia de Resende quando conta a morte do Rei um mez depois.

"E dandolhe a assinar (diz o chronista) hum padrão de certa renda que deixou a dona Anna de Mendoça, mãy do senhor dom Jorge seu filho, tendo a pena na mam para o assinar a deixou cayr e começou de chorar muyto e por-

[1] *Historia Genealogica — Provas.* Tomo II, pag. 167.

que o confortavam disse. Não me conforteis que eu fuy tam mao bicho que nunca me acenaram que nã mordesse, e com muytas lagrimas o assinou.»[1]

Ainda mais uma consideração, além de outras, nos assalta o espirito quando lemos o testamento do Rei.

Ao passo, como vimos, que sem hesitações se refere n'esse documento dictado ao seu confessor em circunstancias tão especiaes, á sua antiga amante, apontando outras personalidades, nem uma vez nomeia ou faz uma allusão á Rainha sua mulher.

Sería voluntaria essa omissão, e sería motivada por algum vestigio de resentimento para com aquella que lhe contrariára os seus designios?

Não foi essa a causa.

Tanto Ruy de Pina como Garcia de Resende, affirmam que na occasião do testamento, os dois conjuges "foram ali com muito amor e concordia conciliados».

E D. João II, quando já depois no Algarve, "desejou muito de veer a Raynha sua mulher» teve o cuidado de recommendar que se a doença de que ella padecia, difficultasse a jornada, a não realisasse.[2]

E' para notar tambem que no anno em que assignava a tença em favor de D. Anna de Mendoça, o Rei que já fizéra anteriormente valiosas doações á Rainha, mandou passar uma carta elevando a importancia das suas arrhas a vinte e oito mil escudos.

O silencio do testamento não indica portanto animosidade latente.

Como explical-o então?

Duas hypotheses me occorrem.

Ou julgaria desnecessaria uma menção, visto que não havia um legado a fazer (em favor da Rainha). No testamento não apparecem senão clausulas de caracter practico, sem serem acompanhados de qualquer expressão de sentimento.

Ou talvez ainda o intento de evitar bolir na questão que houvera acerca da successão, assumpto melindroso que por todos os motivos convinha desviar.

Deixar a Rainha como Regente tinha perigos e renovaria porventura perturbações de ordem publica, semelhantes ás que tinham alvoroçado os animos, quando foi da herança politica de El-Rei D. Duarte.

Seria portanto de bom conselho arredar qualquer allusão á Rainha, e dar como assente a concordia entre todas as partes, com respeito á herança do Throno. Escusado era portanto mencionar o nome de D. Leonor, com quem era sabido estar na melhor harmonia.

Quando fosse tornado publico o testamento, já isso estaria confirmado.

Antes de terminar este capitulo, não deixarei de mencionar uma versão dada

---

[1] Camillo Castello Branco — *Narcoticos* (pag. 32), deixa-se illudir por Garcia de Resende com relação ao momento em que foi assignada a tença a qual já vimos ter sido dada a 24 de Septembro, e confirmada pelo testamento a 29 do mesmo mez. Além d'isso o romancista, preferindo a versão de D. Agostinho Manuel, pôz na bocca do Rei outras palavras «quando em ancias da morte deixou cahir a penna com que assignava uma tença para D. Anna e desatou a chorar. Perguntam lhe o que tem, e sua real senhoria responde: que era tamanha a sua fragilidade no sexto mandamento que ao mais leve aceno que lhe fiz ssem cahia logo a offender a Deus»

[2] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LXXIX

por D. Agostinho Manoel de Vasconcellos, que a ouvira (diz elle) a alguns descendentes de Antão de Faria, mas á qual aquelle historiador nega authenticidade.

Segundo essa variante da tradição, fôra Antão de Faria e não Frei João da Povoa, quem por sua mão escrevêra o testamento. E accrescenta que ao chegar ao ponto de nomear herdeiro, o Rei quiz que o Camareiro escrevesse o nome do Senhor Dom Jorge. Então o escriba suspendeu a penna, e assim de joelhos, como escrevia, suplicou a El-Rei, humildemente, que tal não fizesse.

Allegou muitas razões n'um aranzel, (que D. Agostinho Manoel transcreve) o qual foi interrompido por uma explosão de colera do monarcha contrariado. Levantou-se, deu alguns passos no aposento, e desabridamente em voz alta exclamou:

"— Deixa-me, Antão de Faria! Deixa-me?

Depois, cahindo em si, nomeou o Duque de Beja seu herdeiro.[1]

* * *

Em paz com a familia e com a consciencia, esperando ainda alcançar melhoria na sua molestia, e a regeneração do organismo arruinado, confiando em que com a saúde, teria força para dar seguimento aos seus projectos, sobretudo a expedição, cujo commando destinára a Vasco da Gama, D. João II partiu uma manhã montado n'um cavallo manso, levando a seu lado o miudinho D. Jorge,

Das Alcaçovas, foi em pequenas jornadas até Monchique, onde entrou a tomar banhos.

Ao cabo de quatro achou-se mais vigoroso e appeteceu-lhe correr porcos bravos. Então, "bem forrado para o frio e coberto para o ar, embuçado com uma touca e um chapeu„ lá foi ao encontro dos javardos. Em vez d'elles, porém, esperava-o uma recahida mortal.

Entrou a tremer de frio, o fluxo reappareceu, e teve que terminar os banhos, dirigindo-se a Alvor. Fallava muito na Rainha. Desejava vel-a e ao Duque de Beja.

A Rainha ficára em Alcacer do Sal, com o irmão.

E El-Rei, por saber então que o estado melindroso de sua mulher a impedia de emprehender a jornada, escreveu ao cunhado dizendo que viesse elle.[2]

Tem D. Leonor sido accusada de não accorrer á chamada do marido, querendo os historiadores que a increpam ver na sua inacção uma prova de indiferença ou de aversão, ou até mesmo de cumplicidade no supposto ou verdadeiro envenenamento.[3]

[1] Agostinho Manoel de Vasconcellos — *Vida y acciones*, pag. 331 e seg.

[2] Ruy de Pina — *Chronica*, cap. LXXIX. «Esteve asi El-Rey em Alvor, sem determinação algũs dias, nos quaes desejou muito veer a Raynha sua mulher, e o Duque, e o fallava muitas vezes. E porque sabia que ua Raynha por sua doença que tynha, seria grande trabalho e perygo, rogou ao Duque per sua Carta que o viesse veer».

[3] Oliveira Martins — apontamento a lapis transcrito por Barros Gomes na obra *Principe Perfeito*, pag. 179. — Manoel Bento de Sousa — carta transcripta na mesma obra pag. 176 — Camillo Castello Branco — *Narcoticos*, pag. 26 — Anselmo Braamcamp Freire — *Critica e Historia*, pag. 98, 101, 111, 112, 115, 151, 225 e 238 — F. A. da Costa Cabral — *Dom João II* e a *Renascença Portugueza*, pag. 99, 108, 171, 172, 191 e 193.

Depois analysaremos a questão da cumplicidade; por emquanto tratemos da insinuação de indifferença, inercia, ou rancor que occasionou a ausencia da Rainha, e a sua falta junto do moribundo de Alvor.

A animosidade dos escriptores que se occupam d'este periodo historico, para com D. Leonor, é recente, sobre tudo no que se refere ás suas relações com o marido.

Até meiado o seculo XIX, historiadores e chronistas, embora registem as divergencias de opinião dos dois conjuges, relativamente á successão, e mencionem as desavenças no casal, causadas pelo destino a dar ao Senhor Dom Jorge, collocam a Rainha n'um pedestal formado pelas suas virtudes de mulher, pela sua piedade christã, pela iniciativa exercida na fundação de obras de caridade e no desenvolvimento das sciencias, das artes e das lettras.

Dão-n'a como um modelo á humanidade, e como um exemplar de raras qualidades moraes e intellectuaes.

O desvio d'esta admiração unanime, começou a operar-se modernamente. E' dos nossos dias.

E tem por causa principal a revolução nos processos da critica, generalisados em toda a Europa. Applicados á nossa historia, déram fórmas novas aos moldes das velhas chronicas e deslocaram das suas bases, ás vezes violentamente, alguns vultos consagrados, e factos tidos como dogmas.

A dialectica levou a exageros de apreciação.

A hermeneutica, empregada em estudos de textos e documentos, arrastou espiritos, aliás lucidos e perspicazes, a conclusões extremas. A's vezes tambem as tendencias de eschola impulsionaram os animos, levando os escriptores a applicar principios absolutos, na critica de acontecimentos, que as circunstancias das epochas em que se realisaram, tornam de difficil apreciação.

Em França, Guizot, Thierry, Michelet, Thiers e Renan, para não estendermos a lista dos renovadores da critica historica, seduzidos pelos ideaes das escholas que pretendiam fundar, ou de que eram sequazes, avaliaram instituições e personagens ao sabor das suas sympathias.

Entre nós, a figura já de si grandiosa de D. João II, foi alçada a alturas descommunaes. Simultaneamente a somma de admiração dedicada á obra do grande Rei e á sua personalidade, originou por um processo natural de reacção intellectual a execração votada aos inimigos d'este monarcha.

E encorporando no numero d'elles a Rainha, consideram-n'a não só como chefe de um partido politico contrario ao Rei, mas como impulsionadôra dos attentados contra a sua vida.

Esta accusação excedeu a meta sem proveito para a memoria de D. João II.

Elle pelo seu proceder, é o primeiro que se encarrega de desfazer atoardas e suspeitas, pois no meio das mais violentas explosões, geradas na ancia de fazer Dom Jorge seu herdeiro, e quando mesmo sentia os seus propositos contrariados pela tenacidade de sua mulher, nunca praticou para com ella qualquer acto que demonstrasse menos estima. Até pelo contrario, sentindo a morte approximar-se chama-a para junto de si, e reconhece que se ella não accorre pressurosa a consolal-o, como fizéra na occasião da morte do Principe D. Affonso, é porque o seu estado de saúde o não permitte.

Sentia até El-Rei, (pois que na sua alma incommensuravel os movimentos

desenhavam-se sempre com grandeza) que fôra por vezes injusto, na apreciação das intenções, de D. Leonor a não hesitou, quando as paixões já se apaziguavam com a visinhança do eterno socego, em se lhe dirigir pedindo perdão.[1]

Tem nobreza essa impetração ao animo da Rainha, cuja generosidade lhe era familiar.

E ella ?

Doente em Alcacer do Sal, impossibilitada de montar cavallos, mesmo pacificos, cuja andadura pelos caminhos pedregosos e quasi impraticaveis, lhe aggravaria o martyrio, ou de se estender em andilhas mal corregidas contra as intemperies da estação que se adeantava, expedia febrilmente mensageiros que corriam a posta, tendo paradas[2] em sitios accomodados, para mais depressa receber noticias.

D. Manoel, quando o cunhado o chamára, partiu logo. Mas chegando a Collos, perto de Odemira, recebeu noticias de Alvor, que davam o Rei como morto. Hesitou na deliberação a tomar.

Aconselharam-lhe que não prosseguisse.

A disposição do testamento, que o deixava herdeiro, ainda não era conhecida. Se El-Rei effectivamente tinha morrido, a sua ida a Alvor, offerecia perigos, pois era carregada de incertezas a atmosphera que encontraria em volta do defuncto Rei.

O Duque de Beja meditou. E revolvendo no animo, lembranças das "duvidosas alterações„ que em sua vida já observára, deliberou retroceder, e voltar a Alcacer do Sal, para junto da irmã, com o pretexto de que recebêra d'ella cartas e recados.

Este procedimento a que Ruy de Pina chama *prudente*, tem sido motivo de criticas acerbas. Não o discutiremos, porque não é nosso proposito deprimir ou exaltar o *Venturoso*. Mas é para considerar que n'esse dia, quinta-feira 22 de Outubro, os membros do Conselho, que estavam em Alvor, junto do Rei, tinham expedido para Lisbôa uma caravella requisitando pannos de luto e tochas. Essa circunstancia confirmando a noticia da morte, e a opinião dos que alli se achavam, determinou a resolução do Duque de Beja. Tanto mais, (pensaria elle) que a sua presença seria talvez tomada como uma manifestação de impaciencia, em receber a herança, e porventura iria ao encontro de uma desillusão, pois continuava ignorando o conteúdo do testamento.[3]

O mais ajuizado (reflectia ainda) e a isso o aconselharam, seria voltar a Alcacer do Sal, onde deixára a irmã doente e anciosa . . . Talvez viuva já.

Se não é indicio de uma paixão excessiva que o arrastasse generosamente

---

[1] Ruy de Pina — *Chronica*, cap LXXXI. «Pedio perdam por escripto ao Cardeal Dom Jorge e aa Raynha sua molher, e aa Infanta Dona Beatriz, com palavras de muito arrependimento».

[2] Ruy de Pina — Ibid. Ibid,

[3] Só no sabbado 24 de Outubro, vespera da morte é que Ayres da Silva — Camareiro-Mór, foi encarregado por seu pedido de levar a Alcacer do Sal a cedula que declara D. Manoel successor — vid. Ruy de Pina, cap LXXX e Garcia de Resende cap. CCXI.

para junto do cunhado. tambem não demonstra que o movessem designios occultos, nascidos da ambição criminosa.[1]

Como bem póde imaginar-se, a intriga fervilhava em volta das personagens principaes d'este doloroso drama. Aspirações. despeitos comprimidos, vinganças projectadas, desejos de aproveitar ainda alguns raios do sol que se afundava n'um occaso decisivo, ancia de adular o astro nascente, manifestavam-se em requerimentos de uns, em accusações de outros, e em avisos tendenciosos. Os mensageiros correndo á desfilada, entre Alvor, os Colos e Alcacer do Sal, levavam e traziam noticias que eram adubadas ao sabor de quem as dava e de quem as recebia.

* * *

Entretanto no insignificante casebre da pequena villa algarvia, finava-se o homem, cujo espirito enchêra a sua epocha, e se havia de prolongar pelas quebradas dos tempos.

Batalhára pela independencia da Nação, revolucionára a sociedade que encontrou architectada pelas regras da Cavalaria; esmagára resistencias com a clava herculea que um braço forte brandira desapiedadamente; estendêra a vista para os confins das terras conhecidas, e com ella descerrára nevoeiros e brumas dos mares; procurára novos caminhos por onde Portugal caminhasse atravez do mundo; desencadeára tempestades; machinára tragedias; amára e odeiára com impetuosidade; poeta á sua maneira, creára uma epopéa que havia de entrar nos cantos dos *Lusiadas*, e, artista a seu modo, espalhára em volta de si visualidades scenicas de esplendor desusado.

Mas por um capricho avêsso do destino, a fatalidade contrariára todos os seus impulsos — os generosos e os mesquinhos.

Deixava poderosos os seus adversarios de Castella, sentia latentes as reacções dentro do Reino; amargava-lhe pensar no triumpho de Colombo, sem alcançar uma desforra com a projectada expedição do Gama. Soffrêra com a morte do filho um golpe cruel, no seu amor de pae e nas suas aspirações de realisar para elle a *Iberia una;* e com a impossibilidade de legar ao outro a Corôa, sentira uma quebra dolorosa no seu orgulho.

Que restava de toda a sua obra?

Pontos de interrogação. Motivos de inquieta duvida. Farrapos de um grande plano!

O amargôr na bocca, de que se queixava antes de morrer, symbolisa bem o fel que n'aquella hora suprema lhe porejava no animo.

E comtudo, d'aquelle corpo roído de mazellas, a alma ia-se evaporando n'uma grande serenidade.

[1] D. Agostinho Manoel falla n'uma supposta intenção de Manoel que, ficando em Alcacer do Sal, mais perto estava de Lisbôa e mais facilmente se faria acclamar. Diz tambem que não faltou quem julgasse que o chamamento a Alvor fosse para o afastar de Lisbôa — *Vida y acciones*, pag. 336.

Commungou com Deus, recebendo os sacramentos; commungou com o povo, mandando abrir a porta e gritando: "Deixae entrar essa gente, que folga de me ver e eu a elles:„ commungou com os seus privados, conversando socegadamente.

Então "sahiu a alma da carne, domingo em se querendo pôr o sol„.

A luz outomnica d'esse crepusculo, batendo nas feições masculas de D. João II, longe de accentuar asperezas, dava-lhe uma tranquillidade magestosa.

Assim tambem ao morrer, a figura moral d'esse Rei, tão violento nas suas exterioridades, suavisa-se e toma os tons serenos, que as estatuas tumulares conservam nas cryptas dos mosteiros medievaes.

Santo? Assim o quiz transformar um esboço de lenda.

Não, decerto. Mas um grande espirito que pairou sobre este Portugal que elle estremeceu apaixonadamente com verdadeiro amor de Pae!

CAPITULO XXXII

O supposto envenenamento

ENCONTRAMO-NOS agora em frente de um problêma de melindrosa resolução, a que já atraz nos referimos.

D. João II foi envenenado?

Se o foi; por quem? E quando?

A morte pelo veneno, como arma de vingança, como receita para suicidio, como expediente para herdar bens de fortuna, foi um meio usado constantemente desde que os primeiros homens comprehenderam que a secreção de um animal, a seiva de uma planta, o perfume de uma flôr, podiam cortar a vida a outros homens.

A lenda de Mithridates, prevenindo-se pela ingestão de venenos varios contra os attentados imminentes; o suicidio legal de Socrates, engulindo a famosa cicuta, emquanto discutia estoicamente com os discipulos; a picada da lingua ponteaguda da áspide com que a deliciosa Cleopetra evita sobreviver ao desastre da batalha de Actium, a *cantarella* e outros toxicos subtis, com que, segundo a tradição, os Borgias eliminavam Cardeaes, Principes e Cortezãos, detentores de fortunas avultadas; e o arsenico — rei dos venenos — que nas suas fórmas diversas, fornecia á Marqueza de Brinvilliers, á Voisin, talvez á Montespan e a outras heroinas ou heroes da celebre *Chambre ardente*, os pós com que iam supprimindo grande parte da sociedade franceza, são outras tantas variantes entre as muitas maneiras de morrer ou de matar artificialmente.

N'este canto de Peninsula, como na Italia e em França, os seculos XV e XVI foram ferteis em peçonha.

Era o expediente mais seguro para, com dissimulação, dar cabo dos que se tornavam incommodos. Por isso tambem qualquer caso de morte, cujos motivos não fossem conhecidos, logo era attribuido a veneno.

Ora D. João II, que não se embaraçava no despachar inimigos que estorvassem a sua acção, ou ameaçassem a sua vida, e que, se não directa, ao menos indirectamente deixava manobrar agentes seus, como foi no caso do Conde de Penamacôr, que depois de muito perseguido, morreu mysteriosamente em Sevilha, de D. Guterres Coutinho e do Bispo d'Evora, encofrado na cisterna do

Castello de Palmella, e que se "suspeitou ter fallecido com peçonha„; não é de surprehender que a fama lhe outorgasse um genero de morte semelhante. Tendo com a sua faina governativa molestado tantos animos, ferido tantos interesses, irritado tanta gente que de perto o rodeava, é natural que se levantassem ondas de odio e rancor, e natural seria tambem que aberta ou subrepticiamente attentassem contra a sua existencia.

Por isso não só os contemporaneos, como Ruy de Pina e Garcia de Resende, mas tambem os escriptores seus posteros, trazem a lume a ideia de ter havido varias tentativas de emprego de peçonha, e attribuem a doença final aos estragos causados pelas drogas que lhe foram ministradas.

Apenas ao de leve me occuparia do assumpto, visto não ser a vida de D. João II, objecto deste estudo, se não se tivesse esboçado um movimento de opinião que attribue á Rainha D. Leonor responsabilidades n'esse capitulo.

E visto estar prestes a passar em julgado na Historia, se não uma accusação peremptoria, ao menos uma suspeita, incumbe-me, visto que tracto da sua vida, esmerilhar o caso soccorrendo-me dos elementos ao meu alcance, para desvanecer quanto possivel as duvidas.

Quem primeiro levantou a suspeição, foi Camillo Castello Branco, n'uma das suas verrinas, dirigidas não propriamente contra a Rainh , mas com a intenção "de obstar a que D. João II seja posto nos altares„.[1]

Começa por afirmar que "todos os historiadores da Peninsula concordam que D. João II foi envenenado por mais de uma vez„.[2]

Depois allude a uma supposta affronta infligida pelo Rei, a seu cunhado, Duque de Beja, durante as festas do casamento do Principe D. Affonso, para explicar o rancor de vingança abafada que afirma ter existido na alma do futuro Rei D. Manoel, contra o cunhado. Proseguindo diz que um medico — João de Mazagão, o afilhado de D. João II, vivia na intimidade de D. Manoel e da *Rainha sua irmã*. E facilmente faz deslisar o espirito do leitor, pela ladeira que o leva ao convencimento de que tanto D. Manoel como a Rainha, auxiliados por aquelle medico judeu, estavam empenhados em se desfazer de El-Rei, chegando até a fallecer-lhes valor para se affrontarem com D. João, quando moribundo.[3]

Alludindo ás causas que no animo dos dois influiram para assassinarem o Rei, insiste no odio de D. Manoel ao cunhado, e expõe uma versão absurda com respeito á Rainha.

"N'este meio tempo (diz o romancista) confirmaram-se as suspeitas de envenenamento, com os symptomas de uma segunda dóse mais efficaz. Carregaram-lhe mais a mão. Urgia o desfecho. Era necessario matal-o, antes que elle conseguisse a legitimação do filho; e, quando mesmo a não conseguisse, era necessario matal-o, antes que a Rainha D. Leonor morresse, porque padecia muito, e dizia-se que D. João, viuvando, casaria immediatamente com uma princeza de Hespanha, para ter successão„.[4]

[1] Camillo Castello Branco — *Narcoticos*, vol 1, pag. 40.
[2] Camillo Castello Branco — Ibid., ibid., pag. 28.
[3] Camillo Castello Branco — Ibid., ibid., pag. 36.
[4] Camillo Castello Branco — Ibid., ibid., pag. 34.

Camillo não pára aqui. Discute as propriedades do arsenico, e a incorruptibilidade dos organismos victimados por este veneno, tudo no intuito de "apear um Santo". Invoca para isso a auctoridade de um clinico, o Dr. José Carlos Lopes, cujo parecer apresenta. De passagem, aproveita a occasião, para, com a facundia que o caracterisa, chamar a D. João II — homicida — devasso — traiçoeiro — implacavel destruidor de Judeus, etc.; e para alcunhar o Rei D. Sebastião de supinamente tolo, sobejando-lhe ainda ensejo para dar algumas ferroadas em D. João IV.[1] Tudo a proposito do envenenamento!

Estavam as coisas n'este ponto, quando Oliveira Martins, começou a juntar materiaes para a composição do seu *Principe Perfeito*.

Desde logo se inclinou para a hypotese afirmativa do envenenamento. Primeiramente apenas impressões, de que resultavam apontamentos e notas a lapis, indicativas da sua orientação.

Depois, querendo documentar-se e fundamentar a sua opinião, dirigiu-se ao Dr. Manoel Bento de Sousa, Principe em Sciencias Medicas, e atilado critico em Sciencias Historicas.

Manoel Bento, em duas cartas, revelou brilhantemente esta dupla qualidade.

Brilhantemente, mas não decisivamente.

Logo começa por dizer, que em sua opinião, ao ler as chronicas, a ultima doença de D. João II, foi um envenenamento. Mas accrescenta: "Sou em historia um curioso, e em medicina um profissional. Como curioso lhe responderei, e para agora lhe responder como profissional, faltam me dados positivos; e, agarrando-me ás seguranças que deve ter um *perito* terei de dizer: não sei".[2]

Em seguida adduz quatro argumentos para basear a sua opinião. O primeiro, é tirado dos *factos*, das *pessoas* e da *epoca*. — O segundo, dos symptomas da doença. — O terceiro, do diagnostico d'essa doença que classifica de anazarcha com perturbações cardiacas, tendo a acção do arsenico causado a degeneração gorda do coração e outras visceras. — O quarto, dos successos posteriores á morte de D. João II.

Estes successos posteriores são, entre outros, os favôres concedidos ao medico, que suppõe ser o envenenador, e a fórma como D. Manoel fazia distincção entre elle e Antão de Faria.

Terminando a primeira carta, diz Manoel Bento: "Quer-me parecer que D. Manuel distinguia assim entre o medico devasso e judeu desleal, que se prestara a ser o technico do envenenamento, ao qual devia o throno, e o servidor honrado, que por um lado se arriscára a pagar as severidades de D. João, e pelo outro tivera a hombridade de zelar, á hora do testamento, os direitos do mesmo D. Manuel. Eis as razões que me levam a acreditar no envenenamento, e a suspeitar de mestre João da Paz. Estas rasões, está bem de ver que tiram o maior valor do seu conjuncto."

Logo veremos o peso d'essas razões. Agora basta-nos apontar que, n'este arrazoado, Manoel Bento, embora levante suspeitas sobre D. Manoel, não indica cumplicidade da Rainha, a quem apenas accusa de ser *dura*.

Passado algum tempo, depois da publicação do *Principe Perfeito*, appare-

---

[1] Camillo Castello Branco — *Narcoticos*, pag. 36.
[2] Oliveira Martins — *Principe Peifeito*, pag. 174.

ciam no *Jornal do Commercio* uns artigos sobre assumptos historicos e de critica, firmados com o pseudonyno de *Silex*, os quaes depois foram reunidos em volume, com o nome do seu auctor, o sr. Anselmo Braamcamp Freire.

O valor intellectual de quem os escrevia e a escrupulosidade de processos que empregava na critica, grangearam-lhe a consideração de todos os que se occupam d'estas materias.

Entre os capitulos, destacam-se dois que mais de perto se prendem com o presente estudo — *A Rainha D. Leonor* e — *Envenenado*.

Como é natural, as assersões n'elles contidas, impressionaram muitos leitores, não só portuguezes, mas estrangeiros, porque lá fóra olha-se com attenção para o que aqui se escreve.

Mr. Aubrey Bell, o illustrado lusophilo, que tantos serviços tem prestado já ás lettras portuguezas, nas notas accrescentadas á magistral traducção do *Auto da Alma* de Gil Vicente diz, em comentario aos dois versos:

Ao logar onde gaste
esta peçonha.

assim traduzidos:

. . . that place
Where for this poison there may be space
Some antidote.

o seguinte — "*Esta peçonha.* Would Vicente have written thus of the soul had there been the slightest gossip or suspicion that his patroness, Queen Lianor, had poisoned her husband ? (See the most interesting studies in *Critica e Historia* por Anselmo Braamcamp Freire, vol. I, Lisboa 1910).[1]

Posteriormente em carta particular, communicava-me o distincto escriptor: "Parece-me curioso que Gil Vicente, falle de peçonha no *Auto da Alma*, e de *emponzonada* de *falsos testimonios* no sermão feito á Rainha, e creio que queria demonstrar quão infundadas eram as vozes que corriam, de ter D. Lianor envenenado El-Rei D. João. Mas talvez seja atribuir demasiada importancia aquelles factos".

Tem razão o sr. Aubrey Bell em não dar importancia ás referidas phrases, pois nem no tempo de Gil Vicente alguem podia ter semelhante suspeita, nem seria Gil Vicente que a levantasse, ou, se a quizesse rebater, o fizesse tão veladamente.

O proprio sr. Anselmo Braamcamp Freire, logo no começo do seu artigo, sobre D. Leonor, nos diz: "Nas cronicas e historias, tem ella geralmente passado por uma excelente pessoa".

Foi depois, quando ia proseguindo nos seus estudos, que a admiração pelo Rei D. João II, influiu no sentimento de animadversão votado pelo illustre escriptor a todos os inimigos do grande Rei, aos que o contrariaram, e até mesmo áquelles que eram affectos, por laços de familia, aos adversarios do monarcha.

---

[1] The Modern Language Review — vol. XIII January 1918, Number 1 e, *Four Plays of Gil Vicente* — edited from the editio princeps (1562) with Translation and Notes, by Aubrey Bell — Cambridge, 1920, pag 74, nota 62.

D'estes ultimos, principalmente lhe merecem antipathia — D. Manoel, a Duqueza de Bragança e a Rainha D. Leonor.

De principio não envolve terminantemente esta ultima na suspeita: "Não vou acusar (escreve elle) D. Leonor de ter propinado a morte a seu marido, não tenho provas d'isso; mas parece-me possuir já as suficientes para quasi poder afirmar que D. João II morreu envenenado".[1]

E mais adeante: "Não lhe quero mal nenhum (á Rainha) note-se. Não tenho por ella simpatia; é certo, mas desejo ser justo, e vou dilijenciar se-lo. Não esconderei suas virtudes ainda que torne patentes seus defeitos, não encobrirei as graves culpas de seu marido, apesar da enorme atracção que para elle me arrasta."[2]

Ainda n'esta disposição, e referindo-se ao drama da successão, escreve: "Foi uma luta tremenda, destas que se passam dentro das quatro paredes de uma casa, e na qual a Rainha D. Leonor sempre nobremente sustentou a causa do direito; e é de justiça não se negar louvor a uma mulher fraca e doente; que pugna pela razão e resiste aos maus tratos de um homem duro e aspero, que encarnava em si o principio do absolutismo."[3]

Mas já adeante censurando-a por não ir para Alvor, caem-lhe da penna estas phrases: "Deixou ella partir o marido sósinho para as Caldas de Monchique, deixou recrudescer a doença, e em Alcacer do Sal, onde ficára com o irmão, esperando a presa, só tinha tempo para despachar troteiros velozes, que todos os dias, a cada hora, lhe fossem trazendo noticias do progresso da terrivel agonia de Alvor. E houve umas horas de panico, n'aquella sexta-feira em que D. João II e todos que o rodeavam chegaram a julgar a doença vencida".[4]

Aqui já ha uma ideia, se não de cumplicidade na propinação do veneno, pelo menos de ancia de que o desenlace se desse, sentimento fundado no odio ao marido, que sempre, no seu entender, por elle sentiu.[5] E no fim d'este capitulo pinta-a "altiva, adoentada, triste, inacessivel, absorta em seus cuidosos pensamentos. Saudades? Remorsos? Ella o sabia".

Se fazemos estas transcripções, é para pôr o leitor ao corrente da evolução do espirito do eminente critico com respeito á acção de D. Leonor, sobre quem afinal, no capitulo XII da mesma obra, lança graves suspeitas

Depois de dar como certo que D. João II morreu envenenado, pergunta: "Quem propinou o veneno?"

E fazendo uma erudita e interessante exposição acerca dos physicos que estiveram ao serviço de D. Leonor e de D. Manoel, remata o capitulo com as seguintes conclusões:

"1.º Existiram e foram contemporaneos um mestre João da Paz, fisico e cirurgião de D. Manuel e morador em Guimarães; e um mestre João da Paz, castelhano, medico, morador no Porto, afilhado de D. Manuel, por elle talvez nobilitado depois de 1497, e pae de Duarte de Paz.

2.º Nenhum delles se chamou primeiro mestre João do Porto, nem foi medico da Rainha D. Leonor, nem afilhado e envenenador de D. João II.

[1] Anselmo Braamcamp Freire — *Critica e Historia*, pag. 101.
[2] Ibid, Ibid, Ibid. pag. 105.
[3] Ibid, Ibid, Ibid, pag. 107.
[4] Ibid, Ibid, Ibid, pag. 112.
[5] Ibid, Ibid, Ibid, pag. 131.

O tecnico que por ordem da Rainha e do Duque de Beja se prestou a preparar e talvez propinar o veneno ainda não fica desta vez conhecido. Não desisto por ora de o encontrar; é preciso porém paciencia e exame.„

N'este ultimo periodo o sr. Anselmo Braamcamp, aponta categoricamente como auctores do envenenamento o Duque de Beja e a Rainha D. Leonor.

Dada a auctoridade de quem tal escrevia começou a fazer fé em juizo.

Depois d'esse estudo publicado em 1910, foi dado á estampa em 1914 o livro — *Dom João II e a Renascença portuguêsa*, por o sr. F. A. da Costa Cabral.

O auctor consagra uma profunda aversão á Rainha D. Leonor a quem chama "avára, beata, intransigente, incapaz de compreender o seu papel de rainha que subordinava sempre aos interesses da familia e aos preconceitos de casta.„[1] E atravez de todo o livro não lhe poupa epithetos injuriosos, deprimentes e tendenciosos, pintando-a ora desgrenhada e choresa a carpir a morte do conspirador seu irmão,[2] ora atraiçoando o marido[3], ora como mulher terrivelmente *bragança* e *fidalga*[4] (o auctor julga serem dois defeitos), ora chamando-lhe ironicamente *bondosa*, e insinuando que a astuta senhora confiava na pouca demora que o marido teria cá n'este mundo [5], ora fazendo parte de "um sindicato protector de D. Manoel.[6]„

Finalmente escreve: "Sobre o instigador ou instigadores *proximos* do attentado tambem nada de positivo se sabe. (Convém attender a esta affirmação). Mas é natural que algumas das pessoas mais interessadas na successão da corôa não fossem estranhas ao feito. O auctor dos *Estudos* (sr. Anselmo Braamcamp) declara peremptoriamente que foram D. Manoel e a irmã D. Leonor quem mandou ministrar o veneno. E' possivel, provavel até que assim fosse, dada a indole de ambos elles. Dois factos pelo menos conhecemos que só por si constituem um formidavel libelo contra a rainha: as suas instancias para serem restituidos todos os bens confiscados aos conspiradores contra a vida do marido.[7] (Damião de Goes não affirma, *refere boatos*) e uma clausula do seu testamento referida por um chronista, em virtude da qual a trasladação do seu cadaver para a Batalha, onde jaz o marido "*moralmente seria impossivel*„.

(No capitulo em que tratarmos das Capellas Imperfeitas demonstraremos como esta phrase acerca da clausula de um *testamento que não se conhece* só pode ter uma interpretação, e essa toda favoravel ao sentir da Rainha).

---

[1] Costa Cabral — *D. João II*, pag. 99.
[2] Ibid, Ibid, pag. 170.
[3] Ibid, Ibid, pag. 108
[4] Ibid, Ibid, pag 171.
[5] Ibid, Ibid, pag. 172.
[6] Ibid, Ibid, pag. 190-191.
[7] Damião de Goes — *Chronica de D. Manoel*, Vid. parte I. cap. XIII, Não se falla d'estas instancias. No *Enlencho das variantes e differenças* notaveis, impresso na typographia do Visconde de Azevedo em 1896, é que apparecem os periodos supprimidos pela censura em que o chronista dava conta dos «*varios juizos*, «dizendo huns que mais de poder absoluto a fezera el-Rei, que nam de conselho, .. outros escusavam isto pondo a culpa á Infanta Dona Beatriz sua mãe e á Rainha Dona Leanor irmã del-Rey. . . . etc etc. (Boatos, boatos, boatos)

Até aqui as accusações.

Agora escutêmos em defeza uma voz, e essa de tanta auctoridade e digna de respeito que é a melhor allegação em favor da memoria da Rainha tão molestada pelos que exaltam o marido.

D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, escrevendo a Segunda das suas *Notas Vicentinas*[1] consagra duas bellas paginas á Rainha D. Leonor.

Não occulta os defeitos que lhe encontra nascidos em "algo de positivista, rebelde ou antagonico ao belo idealismo joannino„. Mas embora comprehenda a attitude do muito illustre e doutissimo admirador de D. João II, não regateia louvores merecidos á grande Rainha pelo que "ella fez em favor da civilisação e da humanidade„.

Ouçâmos a illustre escriptora:

"Mas quanto ás suas obras de caridade entendo que é sempre por descargo de alma que tanto o justo como o pecador acode aos desprotegidos.

E vejo que ellas não desabrocharam só depois da morte del rei las obras nas Caldas principiaram em 1488. Interpreto tambem a favor della o procedimento de D. João II que prodigo em dota-la e subvenciona-la, para ser parte no bem que ella fazia, vertia lagrimas amargas, ao vê-la doente, e ainda no fim da vida affirmava "o muito amor que lhe temos„.

Se realmente houve nela o feio instinto da cobiça, por certo não arrebanhava dinheiros para ostentações, mas para os empregar em fundações uteis e belas.

Que o genio absolutista, duro, aspero, agressivo, irritavel e não humano do esposo a mortificasse infinitas vezes e talvez fez que respirasse, ao vêr-se libertada tanto das blandicias como das sevicias dêle, comprehendo-o.

Mas, francamente o digo: confrange-se-me o coração ao lêr a pagina cruel em que *Braamcamp Freire* descreve o triste fim do grande espirito de D. João II como *desejado por ella*; e aquella mais cruel ainda em que afirma que o veneno que matou D. João II foi-lhe preparado e propinado, provavelmente, *por ordem da Rainha e de D. Manoel.*

Bem conheço o proverbio. *¿Quem cometeu o crime? Aquele a quem aproveita.* Proverbios não são evangelhos, todavia. Contém em regra sabedoria infantil. Se a morte do marido aproveitava ao irmão não aproveitava a ela. . . Em casos de tanta gravidade hesito em accusar sem provas irrespondiveis.

As paginas e sentenças do historiador já passaram todavia em julgado. F. A. da Costa Cabral vai mais longe até; presume que D. Leonor "fosse talvez a primeira a atraiçoar o rei e a patria.„

As palavras justas que acabamos de transcrever bastariam, dada a auctoridade e soberania intellectual exercida por quem as escreveu, para impedir que historiadores futuros deem por assente o crime, sem que novamente procedam a mais profundo estudo, e intentem a revisão do processo.

Diligenciando colligir materiaes para uso de quem no futuro emprehender

[1] D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos — *Notas Vicentinas*. Preliminares de uma edição critica das obras de Gil Vicente II Rainha Velha e o Monologo do Vaqueiro. Coimbra, Imprensa da Universidade, pag. 28

essa tarefa com mais competencia que eu, apresentemos agora as nossas reflexões, e vejamos, antes de abordar propriamente o problema "tão interessante quanto enredado„ da morte por envenenamento de D. João II, se contra os dois principaes accusados pôde haver, já não digo provas, pois todos confessam que não existem, mas indicios de culpabilidade.

Camillo já quiz tambem tornar responsavel o moço Duque de Bragança, e n'esse caso seriam trez os réos. Esta accusação que fôra perfilhada por Manoel Bento, arredou-a com bôas razões o auctor da *Critica e Historia*, demonstrando que a pouca edade do Bragança afastava d'elle qualquer suspeita.

Mas D. Manoel e D. Leonor?

O caracter do Rei Venturoso ainda precisa de ser estudado. Mas do que sabemos d'elle, nada nos induz a consideral-o um envenenador, nem mesmo um inimigo do cunhado.

Mostrou-se sempre reconhecido pelas mercês que recebeu, desde que ainda moço e andando em Castella El-Rei lhe deu casa honrada e por divisa a *Esphera*, cujo symbolismo parecia vaticinar-lhe um poderío em todo o mundo. "Recolheu o, creou-o em sua cama, mesa, e nos conselhos e bôas doutrinas com mostranças e obras de verdadeiro amor de filho.„[1]

Vêmol-o depois quando foi da tragedia de Setubal chegar *muito temorisado* á presença de El Rei, e ouvir, tremendo, da propria bocca d'este, a narração da morte do irmão, allegando ter sido a isso forçado para se defender, mas que a elle o amava como ao proprio filho, e affirmava que se esse filho fallecesse o havia por herdeiro. Mais tranquillo, mas ainda receoso, vêmol-o n'essa occasião receber o titulo, honras e villas, e com muito acatamento pôr os joelhos em terra e beijar a mão do soberano.[2]

O sentimento para com El-Rei seu cunhado atravez de todas as tragedias foi sempre mais de temor que de odio. E' caso para o admirar?

Não discuto isso, nem pretendo fazer o seu panegyrico. Apenas tiro inducções.

Durante o periodo mesmo em que o drama da successão chegava ao estado agudo, e o seu nome era apontado como o de legitimo herdeiro, em opposição ao candidato de El-Rei, o seu retrahimento e proposito de não figurar como pretendente nunca se desmentem.

Conhecia bem o cunhado, e não lhe appetecia dar ensejo, por qualquer acto ostensivo, ou mesmo por intermedio de physicos judeus, a fazer jus ao cutello que degolára seu primo o Duque de Bragança, ou ao punhal que atravessára o coração de seu irmão o Duque de Vizeu.

Era intelligente, mas por indole mais um sybarita ou epicureo do que ambicioso do mando ou roído pelo odio. Amigo do fausto e do explendor, comprazia se em organizar embaixadas soberbas, cortejos mirabolantes, caçadas nas mattas de Cintra, e merendas nos terraços sobre o Tejo. Na sua mesa foi magnifico. Nos festejos ostentoso. Sempre gostoso em dar serão ás damas e galantes, e de ver que todos dançavam e bailavam. As festas do seu reinado tiveram a

[1] Garcia de Resende — *Chronica de El-Rei D. João II*, cap. XLVII.
[2] Ibid, Ibid, cap. LIV.

mesma feição *manoelina* que o estylo assim chamado na architectura. Os serões do Paço ficaram na tradição, como na pedra ficou o portico dos Jeronymos, ou a janella de Thomar.

Um Satrapa do Oriente; um Principe da Renascença. Mas nem tyranno como aquelles, nem perfido como estes. Sobre tudo era cautelloso, e a cobiça de magnificencias não o arrastava a ser chefe de conjuras, arriscando a situação em que se achava.

Além de tudo, o que da sua alma as chronicas deixam transparecer, levanos a crêr que os seus instinctos não eram depravados.

Pésa sobre elle, é certo, o labéo da perseguição aos judeus. Mas se póde haver para esse procedimento attenuantes baseadas em considerações politicas ou religiosas, não as haveria para o acto de um homem que a sangue frio, traiçoeiramente envenenasse o seu bemfeitor.

E o D. Manoel que a historia nos mostra não é esse monstro.

Lucraria elle, como se diz, em arriscar-se ao perigo para obter a herança envenenando o cunhado?

O preceito dos criminalistas aconselhando a procurar o criminoso entre aquelles que aproveitam com o delicto cae pela base deante de uma simples consideração. Parece incrivel que ainda não occorresse ao espirito de alguem.

A herança do Throno em favor de D. Manoel dependia, como dependeu não da morte rapida do soberano, mas da *sua vontade expressa em testamento* Essa expressão da vontade, ou livre e espontanea, ou suggestionada pelo seu confessor Frei João da Povoa, ou, em consequencia das exhortações da Rainha, ou dos conselhos de Antão de Faria, ou inspirada na vontade do Reino que elle sabia favoravel a D. Manoel, essa expressão exarada n'um testamento, não a obtinha o pretendente pela propinação de arsenico.

O testamento é que dava direitos a D. Manoel, e não a morte de D. João II.

Envenenar portanto o homem de quem por testamento devia herdar o throno, como herdou, e attentar contra elle antes do testamento feito, seria além de crime repugnante uma refinada estulticia. E D. Manoel não cahia n'essa.

Mas se ao Duque de Beja não convinha attentar criminosamente contra a vida de D. João II, muito menos lucrava com a morte do Rei a Rainha sua mulher, que perdia tudo.

Deslocava se a sua situação de Rainha, passando a ser a *Irmã do Rei*; deixava de aproveitar donativos de que seu marido era prodigo para com ella, e que D. Manoel podia aguarentar ou supprimir; passava a ser a *Rainha Velha* o que na sua edade não era de appetecer, e apressava a subida ao throno de uma nova Rainha, que podia ser em vez de uma cunhada affavel, uma soberana importuna.

Isto pelo que respeita ao lado material e interesseiro da questão.

Se porém encararmos a figura moral da Rainha em toda a sua grandeza, não se nos apresenta como uma megera, uma envenenadôra, uma das grandes criminosas da Historia.

Desde creança adorou o marido, acompanhou-o sempre lealmente, mesmo quando punia os seus mais proximos parentes, foi-lhe fiel ainda quando o sabia enlaçado amorosamente nos bosques de Cernache do Bom Jardim, e, se divergiu d'elle profundamente, tenazmente, rudemente, na opinião acerca da herança do

throno, nunca entre os dois houve uma quebra irremediavel, nunca uma diminuição da estima reciproca.

Foi edificante como mulher do Rei, foi grandiosamente bella na sua tarefa de Rainha.

Não concebêmos a instituidora das Misericordias, a fundadora do Hospital das Caldas, aquella que dispendeu todos os seus haveres em salvar vidas de miseraveis, ou em proteger artistas, instigando na sombra um preparador de toxicos para apressar o advento ao throno de um irmão. Seria uma loucura. E não consta que as suas faculdades tenham sido alteradas.

Se, como se vê, o meu espirito não se conformava com a opinião abonada pela consulta de Manoel Bento de Sousa, impunha se-me recorrer a alguem que scientificamente me elucidasse sobre a doença que victimou D. João II, pois podia ter sido envenenado, sem o ser pela mulher e pelo cunhado.

No proposito de averiguar isso, tanto quanto possivel, dirigi a seguinte carta ao eminente clinico D. Antonio de Lancastre, o qual brilhantemente demonstra na sua resposta que D. João II teve morte natural.

"Meu caro Antonio

Estou diligenciando esclarecer um ponto historico para poder proseguir n'um estudo que trago entre mãos.

Tracta-se de saber se D. João II foi ou não envenenado.

O caso tem sido discutido por summidades scientificas, não só no campo da Historia, como no da Medicina.

Desde que Ruy de Pina na sua Chronica aventou a suspeita de ter sido propinada peçonha ao grande Rei, os chronistas, os historiadores, os medicos, e os romancistas, teem debatido a questão.

Ora, carecendo eu de saber se para a morte d'aquelle monarcha contribuiu a droga tão usada n'aquelle periodo para resolver difficuldades politicas, e que seculos depois tomou o nome de *poudre de succession*, e necessitando alcançar uma consulta com que me escude para apresentar uma affirmativa, e tirar d'ella as illações que a logica impozer, estava indicado o teu nome para que eu a ti recorresse.

Tens a competencia scientifica, tens a auctoridade, que a tua brilhante carreira creou, para dar peso aos teus dictames, tens acuidade na visão, e o *quid divinatorium* que dá aos poetas o dom de desvendarem mysterios, tens além de tudo uma qualidade de que poucos se podem gabar: és descendente em linha recta de D. João II. E isso se não é bastante para fazer um diagnostico, é um motivo para que tu que os sabes fazer, venhas interessado ao amphitheatro, e, com a elegancia de que sempre usas, dês um parecer acerca da doença do teu avô.

Bem sei que estes diagnosticos retrospectivos são difficeis e falliveis. Mas todos nós em se tractando de *verdades scientificas* andamos ás apalpadelas, e a quebrar a cabeça de encontro a muros espessos.

Nem por isso devemos deixar de tactear o terreno, e, das probabilidades fazermos conjecturas, se não affirmativas, o que é sempre arriscado.

Excuso de te expôr os antecedentes da questão, e o estado actual d'ella.

Sabes tudo melhor que eu, e sabes o que medicos, historiadores e romancistas, acerca do caso teem escripto.

Foi realmente D. João II victima dos manejos traiçoeiros de uma facção politica, ou não houve o envenenamento e portanto não existem criminosos?

Para o meu estudo é ponto importante a averiguação e portanto a tua arbitragem torna-se preciosa.

Desde já aguardo a sentença e a ella me sugeitarei.

Teu ex-corde
Antonio.»

A esta carta respondeu D. Antonio de Lancastre com a que em seguida transcrevo:

"Querido Antonio

Guy Patin, esse interessantissimo epistolographo do seculo XVII, ao mesmo tempo *frondeur* impenitente e conservador erudito, conciliando as phobias de Mazarin e de Renaudot, medico dos trez S saigné, son, et séne) como lhe chamaram os seus inimigos temerosos da sua eloquencia e da sua ironia, a proposito dos rumores que os hespanhoes espalharam por occasião da morte do Conde Duque de Olivares, diz:

"Je laisse tous ces prodiges qu'on dit arriver à la mort des Grans, à Tite Live, et quelques Historiens et à la superstition des Espagnols. Je crois qu'ils meurent tout-à-fait comme les autres, en cedant à la mort qui ne manque jamais de venir en son temps.»

S. Luiz na sua ordem do dia á chegada a Alexandria, tambem dizia com mais uncção:

"Je ne suis qu'un homme dont la vie passera comme celle d'un autre homme, quand il plaira à Dieu.»

Inclino-me a estas expressões de bom senso, tanto mais que factos passados em julgado corroboram essa prevenção. Lembrarei o caso de M.me Henriette de Inglaterra Duqueza d'Orléans, occorrido no seculo de Guy Patin, que tão profundamente commoveo a litteratura da epoca na procura de provas de um envenenamento, e que depois do trabalho de Littré ficou demonstrado, ter sido, a morte que o grande Bossuet soube immortalisar na sua magnifica oração funebre, devida á terminação frequente de ruptura interna por processo morbido natural.

Mais recente, e esse passado entre nós, é o caso da morte do malogrado Rei D. Pedro V e dos Infantes.

Quem seria capaz de convencer o povo portuguez d'aquella epoca, que a perda d'esse grande Rei não fôra devida a mão criminosa, tanto mais que a catastrophe d'uma familia inteira, fazia suppor um attentado dynastico?

E no entanto, as autopsias mostraram tratar-se de simples febres typhoides.

* * *

Interessa-te saber saber se D. João foi ou não envenenado.

Peço que recordes que se a sciencia affirma, a arte conjectura, e só como clinico poderei dar a minha desauctorisada opinião, sobre as causas provaveis

da morte de D. João, segundo de nome e a nenhum segundo, como bem diz André Falcão de Resende.

Ahi vae.

Apesar da reserva de Ruy de Pina, "depois do falecimento do Principe El-Rey, ou por a sobeja tristeza e mortal door, que n'elle padeceo, (como é mais de creer), ou peçonha que deram como algũs, sem muita certidam suspeitaram, nunca foi em disposiçam de perfeita saude„ ... auctoridades de grande valor, affirmam que foi envenenado, e mais avançam que foi o arsenico, o veneno em moda, o agente empregado; eu, da analyse dos documentos que são seguramente os mesmos que serviram de base áquella affirmação, julgo que não.

D. João II morreu de uremia, motivada por nephrite chronica, que não podia ser originada pelo envenenamento, mesmo chronico do arsenico, e mais avanço que nos antecedentes pessoaes, muito claramente estabelecidos nos chronistas, podemos achar as origens naturaes d'essa nephrite.

Para justificar este meu modo de vêr, tenho talvez de ser um pouco longo, mas desejo que assistas ao meu caminhar, que procurou fazer-se o mais seguro possivel no terreno historico, partindo de factos os mais evidentes.

Assim, vamos a ver primeiro como morreu D. João II.

* * *

A volta de Monchique, do moço do Dr. Pero Dias = um dos que El-Rei mandára para experimentar as Caldas d'Obidos e as d'aquella serra = curado d'hydropisia, determinou D. João II, cujo estado se agravava assustadoramente a partir para alli.

E precedido de João Fogaça, que adiante foi mandado, "a lhe concertar as Caldas e o seu aposentamento,„ iniciou a viagem, saindo das Alcaçovas n'uma quarta-feira, no principio do mez de Outubro de 1495.

Chegou no domingo a Monchique, onde achou frio.

Na segunda-feira sentiu-se bem disposto, e apezar de ser aconselhado a não tomar banho, "por a frialdade da terra ser já muita„, entrou nas Caldas.

Na terça feira, tomou dois banhos. Na quarta, só de manhã; e á tarde porque ahi perto "estavam *porcos emprazados para monte, com assentamento dos fisicos e bem forrado para o frio e coberto para o ar*„, lá foi em cavallo muito manso; mas apezar d'isso, á chegada achou-se mal "*com grande dor de estomago e com fruxo que o logo muito apertou.*„ Voltou a casa muito triste, onde permaneceu até sexta-feira, *com grandes agastamentos*„.

No sabbado, embora muito fraco, montou a cavallo, e dirigiu-se a Alvor, onde chegou tarde.

Em Alvor ainda se levantou alguns dias, e vinha a uma casa de baixo, mas o seu estado era tão grave, que alli ouvia a missa deitado n'uma *camilla*, mas breve a fraqueza o impediu de levantar-se.

Ahi por 16 de Outubro, diz Garcia de Resende, "porque o fruxo d'El-Rey hya em muito grande crecimento, os fisicos ordenaram de lh'o estancar, e com remedios que pera isso fizeram lh'o estancaram, e porque o humor era já muyto

corruto por todo o corpo, como nam tivesse lugar de sayr, saltou com elle lethargia tam grande que o nam deixava acordar nem abrir os olhos, senam fora de seus sentidos dormir sempre. e com muyto trabalho o acordavam, e acordado dizia a todos com grande efficacia, que por amor de Deos o acordassem e o não deixassem morrer como besta . . .»

E com esta paixão de dormir, esteve até quinta-feira bem noite, vinte e dous de Outubro (quer dizer seis dias) em que os fisicos tomaram por remedio, dar-lhe mezinhas pera tornar ao fruxo, para com elle retornar aos sentidos».

Com effeito, na sexta-feira 23, melhorava apparentemente, a ponto de se reputar em via de cura. Recebeo muta gente, comeo, mas após a refeição, pela tarde, de novo se achou mal.

No sabbado peiorou muito "e se lhe dobrou o fruxo, com que lhe vieram desmaios e mortaes accidentes, pelos quaes El-Rey conheceo sua morte».

No domingo pela manhã cedo, El-Rei ouviu missa, commungou e recebeu a santa unção. "Ao jantar ainda comeo hum meolo de pam molhado em çumo de lombo de vaca assado, e alguns bocados de outras cousas, tendo já tamanho saluço, que cada vez que lhe vinha parecia que já lhe sahia a alma».

Mandou saber em que ponto estava a maré e dando-lhe a resposta disse: "D'aqui a duas horas me finarey, e asi foy».

Falleceo o grande Rei, ao pôr do sol, do dia 25 de Outubro de 1495. Tinha quarenta annos e seis mezes.

Eis um boletim que podia ser de medico, mas é de Garcia de Resende, testemunha presencial.

E' um quadro admiravel de uremia mixta. A forma gastro intestinal, com vomitos, diarrhea e soluços, alterando com a comatosa, não faltando as convulsões finaes, pois ellas constituem o *mui grande* accidente, de que falla o perspicaz secretario de D. João II.

Sentem-se as causas do funesto agravamento da doença, no intempestivo emprego de banhos sulfurosos, que se reforçou, imprudentemente, com o frio da serra e o cansaço da caçada.

E para evitar qualquer duvida, subjeitaram os physicos d'el-Rei o syndroma á prova experimental. Foram os physicos que supprimindo a diarrhea, promoveram o somno de seis dias, e que por medicação intencional o interromperam, para de novo voltarem os symptomas da forma gastro-intestinal, com os quaes falleceo.

Podemos pois já assentar n'uma conclusão segura — é que El-Rei D. João II, em plena anasarca, morre de uremia.

Mas como a uremia é um accidente terminal de muitas molestias, vejamos se no caso subjeito conseguimos estabelecer a origem.

D. João II, já por occasião do tractado de Tordesillas assignado em 7 de Junho de 1494, era, segundo Frei Jeronymo de Belem "assediado com accrescentamento d'inchaços e accidentes mortaes, que sua vida cada dia ameaçavam».

Ora estes inchaços variaveis, que terminam no verão de 1494, segundo Ruy de Pina, "em crara e mortal idropisia» e duram mais de um anno, só uma nephrite chronica os pode provocar.

A uremia pois de que morreu, foi a consequencia logica d'essa nephrite,

Não admira que os medicos do Rei, não fizessem essa distincção, que, segu-

ramente seria, aproveitada pelos chronistas, pois só no seguinte seculo XVI Houllier, primeiro, soube fazer o diagnostico da origem das hydropisias.

El-Rei D. João II, morreu victima de uma nephrite chronica. Ora como os que defendem a ideia de envenenamento o attribuem ao arsenico, veneno então em moda, vejamos se essa nephrite chronica poderá ser a expressão de uma intoxicação chronica pelo arsenico.

Os tratadistas e em especial Lanceraux[1] que, tão detalhadamente, e com tanta competencia, estuda as nephrites toxicas, estabelecem que o arsenico pode matar por lesões agudas, que determina no rim, mas quando as lesões da nephrite aguda não matam, essas lesões desapparecem, não passam ao estado chronico.

Lanceraux mostra que os corpos, como o arsenico e o antimonio que chimicamente se approximam do phosphoro, possuem uma acção analoga sobre os elementos epitheliaes e são aptos, quando ingeridos em grande dóse, a produzir, com differença de intensidade, as mesmas desordens do lado dos rins e outras visceras.

"Laction de ces differents poisons sur les reins est quelque, fois funeste mais, si le malade ne succombe pas, ces organes reviennent á leur etat normal et la fonction se retablit.

Il n'existe jusqu'ici aucune preuve du passage de ces desordres à l'etat chronique. D'ailleurs, les individus atteints d'intoxication phosphorée, avec necrose osseuse comme les ouvriers qui travailleut á la confection des allumettes chimiques, presentent, rarement, de l'albuminurie et ne paraissent pas être specialement sujets aux desordres du coté des reins.„

Portanto não se pode attribuir ao arsenico a nephrite chronica que victimou D. João II.

Não se podendo coadunar com a idea de envenenamento pelo arsenico, o fim da doença de D. João II, vamos a ver se nos pronuncios da sua longa enfermidade, encontramos argumentos para suspeitar intervenção de mão criminosa.

Apezar de no outomno de 1484, em Castello Branco, ter caído brusca e gravissimamente doente, com convalescença prolongada etc., só a crise da Fonte Coberta, em fins de 1480, se considerou inicio de envenenamento: "porque, diz Garcia de Resende, depois da morte do Principe (em 12 de Julho de 1491) tornou El-Rei "logo a adoecer, do mal de que ao adiante morreo, e ouve sospeitas que foy de peçonha, ficou uma hũa geral presumpção que nesta fonte coberta lhe fora dada em agoa que bebeu.„

E' certo pois que El-Rei foi á Fonte Coberta, bebeo agua e adoeceu gravemente, mas que em Janeiro de 1491, podia regressar a Evora, "e logo com brevidade houve saude e foy fóra de maginações que teve por então.„

O que te posso affirmar é que a rapidez da cura, é incompativel com a idea de um envenenamento pelo arsenico.

Na medicina legal de Briand et Chaudé, vol. I, pag. 665, podes ler: "Se o doente não succumbir ao envenenamento agudo (pelo arsenico) a dôr nos membros, a difficuldade dos movimentos, a paralysia, persistem ainda e tornam a convalescença extremamente longa e difficil„.

---

[1] Lanceraux — *Leç. de clin. medicale*, 1879-93.

Esta lenteza da convalescença é explicada pelo modo d'acção do veneno sobre os tecidos.

Logo na Fonte Coberta, D. João II não foi envenenado pelo arsenico.

Embora, talvez impertinente, deixa-me transcrever de Gaglio a breve descripção do que seja um envenenamento chronico pelo arsenico.

A pag. 167 da sua notavel *Farmacologia e Terapia* diz: N'ell avvelinamento cronico si manifestano generalmente debolezza del cuore, edemi ai piedi congiuntivite com edema alle palpebre, irritazioni della mucosa del naso, della faringe e della laringe e da parte del sistema nervoso, svariati disturbi della sensibilitá e della motilitá dovuti a processi di neuriti periferiche multiple. Alla pelle si possono osservare erusioni eczematoze, esfoliazioni, caduta dei capelli e delle unghie».

Como vês em nada se parece este quadro, com os symptomas que os chronistas referem da doença d'El-Rei.

Chamo a tua attenção para o syndroma polynevrite, sobre que todos tratadistas insistem, quando estabelecem a physionomia clinica da intoxicação chronica arsenical.

Em nenhum dos episodios agudos, que balisam a prolongada enfermidade d'El-Rei, e que seriam, no caso, outras tantas tentativas homicidas, se refere signal algum por onde se possa inferir a acção do arsenico sobre os nervos, principalmente, sobre os dos membros inferiores.

No do verão de 1493 — já portanto muito adeantada a doença, em Torres Vedras, esteve El-Rei muito doente e perigoso e fez a promessa, se melhorasse, d'ir a pé d'aquelle logar a S.to Antonio da Castanheira, romaria que fez em dous dias, apezar da grande distancia, seguindo depois d'alli a cavallo para Cintra, onde se foi encontrar com a Rainha.

Lembro-te ainda o episodio do Embaixador D. Alonso da Silva, enviado pelos Reis de Castella, para os informar do seguimento da doença.

D. João II, que fôra d'isso avisado, encontrou o Embaixador, no caminho d'Alcaçovas a Vianna "depois de lhe o Embaixador, diz Garcia de Resende, beijar a mão, lançou hum ginete em que vinha tres ou quatro vezes e alçou o braço e disse alto: Ainda este braço está para dar hum par de batalhas, e dahi, a pouco disse . . . a mouros.»

Isto passava-se em Setembro de 1495, pouco antes da sua partida para Monchique.

Não! Não se veem até á sua morte em Alvor, signaes do envenenamento pelo arsenico.

* * *

Mas o que produzio a El-Rei a nephrite chronica de que morreu?

Houve em D João II a evolução de um processo morbido, natural, que explicando a sua longa doença, terminasse logicamente por aquelle syndroma?

Sem duvida.

Primeiro não devemos esquecer — e tu sabel-o melhor do que ninguem — que a duração media da vida, e mais na segunda metade do seculo XV, era

muito curta; não escapando a essa deficiencia, mesmo aquelles que pela eminencia da sua posição, mais ao abrigo deviam estar das causas de lethalidade. Como é facil de verificar quasi todos os principes da Casa d'Aviz, morreram novos — a propria irmã de D. João II, morreu com 36 annos.

A lucta entre os homens, e entre estes e o meio era aspera.

"Portugal, diz Costa Lobo, na sua brilhante *Historia da Sociedade em Portugal no seculo XV* — pode descrever-se como um vasto matagal, entresachado, afora algumas cidades e villas de pequenas povoações, circundadas de breves arroteas».

As doenças endemicas — e entre ellas o sezanismo — numerosas e graves; e no reinado de D. João II a peste epidemica grassou violenta.

A prophylaxia d'esses morbos, quasi desconhecida. A hygiene apenas despontava n'uma palida aurora.

A alimentação era grosseira (vide A. Franklin) e nas classes superiores, rica em substancias azotadas, em carnes muitas vezes mal conservadas. Faltava ainda n'esse seculo um elemento precioso — a batata — de modo que a infracção da formula de Combes, era quasi a regra.

E até a medicina, pejada de preconceitos e superstições, offerecia uma therapeutica extravagantemente empirica, incerta e por vezes absurda, de que foi victima o mesmo D. João II.

* * *

Os chronistas, embora o seu mister devesse impellil-os para a forma meramente descriptiva, teem por vezes formulas, syntheses, que revellam, como luz intensa, que ao longe illumina, orientações que fatalmente tem de se cumprir.

Assim, quando Garcia de Resende diz:

— "E por amor da justiça, se começa a desventura das traições, que por querer mandar corregedores ás terras dos Senhores, se escandalisaram d'elle» — temos a visão nitida das luctas homericas, que encheram a vida d'um grande Rei no engrandecimento de Poder Real —.

Tambem Ruy de Pina, n'este interessante esclarecimento: "Foy homem que comeo bem. E comia com tanto vagar e detença, que a elle fazia dano, e a todolos que sua meza aguardavam, era de tanto nojo e cansaço, que sem muita pena, toda a nam podiam sofrer nem aturar» — nos edifica na origem de todo o seu grande drama organico, terminado em Alvor.

Está demonstrado que a carne em excesso, bem digerida, é um excitante que gasta, mal digerida é um toxico de effeitos nefastos e progressivos, determinando as differentes phases do arthritismo que Julio Lefebre resume em quatro principaes.

1.ª — Phase digestiva com predominio da prosperidade congestiva. Phase de hyperfuncção.

2.ª — Phase de insufficiencia hepatica, com realisação de estados francamente morbidos.

3.ª — Phase de acção diathesica (acidose) com gasto precoce e rapido de todos os orgãos.

4.ª — Phase de insufficiencia dos rins com alterações mortaes dos tecidos e intoxicação final.

Com effeito ha individuos de estomago hypersthenico, que incessantemente são levados ao abuso de alimentação rica em azote, tendo a desculpal-os a facilidade e velocidade da digestão.

E succede, ainda, como muito bem explica Pascault, o pintor do arthritismo, — como Sydenham o foi da gotta — que esses individuos podem por muito tempo, *adaptar-se* á enormidade das suas exigencias alimentares exagerando as secreções do seu estomago, do seu figado e do seu pancreas etc.

D'esta adaptação pode resultar uma transformação quasi integral de todos os alimentos ingeridos, que lançados na circulação proporcionam uma quantidade de materiaes de energia, absolutamente, fóra de proporção com as necessidades reaes do seu organismo. Este vê-se obrigado ou a esbanjar essa energia de luxo desdobrando a sua actividade physica ou cerebral, ou armazenando os materiaes que não gasta em reservas, e então engorda. Manifestam, pois, estes individuos, uma exhuberancia extraordinaria de vitalidade acompanhada ou não de tendencia a obesidade.

Mas, infelizmente, a resistencia e o poder das visceras é limitado, e d'ellas o orgão mais imperfeito — o *figado* — é o primeiro a claudicar.

Cansado em rever os alimentos que o tubo digestivo elaborou, e em destruir a avalanche de toxinas que os acompanha, flecte no seu eretismo que durante annos foi providencial, e o organismo, pelas brechas do seu primeiro baluarte, é invadido por acidos, productos toxicos ou inuteis. N'esta altura ainda o organismo tenta defender-se armazenando, como já disse, o excedente alimentar na forma de gordura.

E' commum, então, apparecer a cholecystite com as suas numerosas complicações.

A permanencia da insufficiencia hepatica, implica perturbação humeral profunda, tanto mais que o organismo não tem accentuado o desiquilibrio entre as receitas e despezes, e Pascault bem demonstra que, qualquer que seja o mecanismo d'esse desacordo, ha sempre formação de corpos acidos.

Ora tudo isto traz alteração anatomica dos tecidos, sobretudo acção irritante sobre os vasos d'onde resulta o enfraquecimento e a regressão senil dos differentes aparelhos organicos.

O quadro que o individuo representava, transforma se. A pelle perde de elasticidade, enruga, empallidece por esmorecimento hematico, os musculos destonisam se, o coração enfraquece e os rins vão falhar, vencendo-se o ultimo reducto das defezas organicas.

A pouco e pouco as alterações structuraes do rim vão-se pronunciando, negam-se á funcção depuradora e a intoxicação final apparece, tanta vez, na forma de uremia.

Ainda o auctor que vimos seguindo, resume assim: "No artheritico ha excesso de receitas, assimila de mais ao principio, depois assimila mal, e, mais tarde desassimila mal, queima mal e intoxica-se.„

A evolução do arthritismo é mais ou menos rapida. Faz-se n'uns em annos arrastados, n'outros rapida, por vezes, fulminante.

Temos ambos, atada a um passado proximo, a cruciante dôr pela perda d'um amigo e parente illustre que assim se nos finou em poucos mezes

Lembro-me de dous casos que vi, a dous annos de intervallo, em conferencia com o malogrado e eminente professor Sousa Martins seu assistente, que merecem, por interessantes, mencionar.

Eram dous doentes, um de 48 annos, outro de 52, em plena cachexia, encanecidos, pallidos, amyosthenicos, com œdemas generalisados, tigrados de purpura. Ambos tinham sido gastronomos de fama, de força herculea, torciam barras de ferro, levantavam dous saccos de trigo com os braços estendidos, partiam com os dedos peças d'ouro, etc.

Foram calculosos hepaticos durante annos, insufficientes dos rins na occasião, morrendo pouco tempo depois das conferencias.

* * *

Garcia de Resende, mais palaciano do que Ruy de Pina, diz: "que El-Rei D. João II comia muito e muito bem, com muito vagar e cerimonia". Mas, ao relatar a grandeza pantagruelica como aquelle Rei concebeo os banquetes dados por occasião do casamento do Principe, comprehende-se que Ruy de Pina não exagerou.

Vale a pena lêr a descripção d'aquelles festins que podia ter sido feita pelo immortal Rabelais; e para servir de medida á gula que presidia a sua confecção basta esta singela nota: para sustentar, durante os dias de festa, as aves que lhe foram imoladas consumiram-se cento e tantos moios de trigo!

Para ver a importancia que ligava á alimentação, já muito doente, em 1494, foi a Sitima caçar e jantar, e porque faltou abundancia de peixe nas mezas dos seus convidados, quando voltou á cidade ao ver o seu veador João Fogaça que o não acompanhára e levava a barba feita disse-lhe alto perante todos: "Veador, vós vindes com a vossa barba rapada, e eu com a minha cheia de vergonha por quão mal nos hoje destes de comer."

D. João II foi sem duvida um hypersthenico, ingeria e digeria admiravelmente, mas, mais, *adaptou-se*, e durante muitos annos conseguio a transformação, quasi total, d'essa massa de materiaes em energias que opulentaram a sua cerebração superior e, ainda, se traduziram na sua febril actividade physica.

Com effeito, este Rei singular conseguio ser um dos estadistas mais admiraveis da Renascença, foi politico profundo e por vezes machiavelico. Dizia que: = havia tempo para usar de coruja, e tempo para voar como falcão =; diplomata ductil, astucioso e temivel; militar valoroso, e cheio de engenho por occasião da batalha de Touro, refere Damião de Goes que, já os Reis Catholicos diziam d'elle: = "que mor caso faziam da astucia e vigilancia do Principe D. Joam q̃ do acelerado e denodado esforço d'El-Rei D. Affonso seu padre"; justiceiro cego, e incorruptivel: organisador e disciplinador incomparavel. Foi homem de uma tenacidade invulgar, comprehendendo, sempre com os olhos na razão de Estado, as responsabilidades do seu altissimo cargo e sabendo como ninguem apreciar o valor das competencias que sofrega e sagazmente procurou e empregou.

Pelo lado physico foi notavel pela sua força athletica e destreza. Até á sua sua doença foi incansavel. Garcia de Resende pormenorisa assim essas qualidades:

"Foi singular dançador e muito bom cavalgador de ginete e de brida, muito destro, muito braceiro e forçoso, tanto que cortava com uma espada trez e quatro tochas junctas de um golpe, que nunca achou quem o fizesse, apaixonado de todo o genero de caça, etc.

Apezar das multiplas, absorventes, e difficilimas occupações, deslocava-se constantemente, umas vezes por necessidade politica ou militar, outras obrigado pela peste, muitas para satisfazer as necessidades dos seus exigentes musculos, dando a ideia de uma verdadeira peregrinomania.

E' bom considerar, que estas constantes viagens deviam influir na organisação da sua ucharia, e na forma de condimentar os seus alimentos.

Seguramente para aquelle effeito deviam cultivar-se os processos de conservas de carnes e outros alimentos que eram de uso n'aquelle seculo, e o seu abuso d'algum modo devia ter concorrido para activar a intoxicação alimentar.

E pela leitura das chronicas sente-se como estas actividades se vão desenvolvendo em esforço crescente até 1484, em que attinge o paroxismo, matando pelas suas proprias mãos o seu primo Duque de Vizeu. Tinha 29 annos.

Esta prosperidade magnifica do seu equilibrio organico breve se rompe. Não porque, logo depois da morte do Duque adoecesse gravemente em Castello Branco, mas porque no anno seguinte, 1485, engordou ostensivamente. Diz Ruy de Pina: "Até aos trinta annos foi muy enxuto de carnes e depois foy nellas mais revolto.„

Ora o facto de engordar representa, que os materiaes ingeridos e digeridos, nem todos foram convertidos em energias d'acção, mas armazenados no tecido cellular onde vão permanecer como testemunhas d'uma perturbação das combustões internas — metabolismo — diminuidas em intensidade e pervertidas na qualidade, dando origem a numerosos corpos acidos.

Que esta acidose se aggrava progressivamente, dada a continuação das mesmas causas, prova-o o facto do Rei em 1492 embranquecer. Diz Ruy de Pina: "aos trinta e sete anos assim na cabeça e na barba era já mui cão„. Garcia de Resende repete: "que n'essa idade tinha já na barba e cabeça muitas cãs de que mostrava contentamento„.

Com effeito a canicia precoce é symptoma vulgar da grande acidez dos humores e esta acidez traduz do lado do figado, pelo menos, insufficiencia, em D. João II mais alguma cousa.

Ouçamos os chronistas.

"N'esse anno (1492), em casa da Rainha (em Lisbôa), lhe vieram grandes accidentes e desmaios de que esteve muito mal e muito perigoso, e d'ahi em deante nunca foi bem são e foi-lhe apertadamente pedido por todolos fisicos que *porquanto suas paixões eram melanconisadas e tristes* que como mesinha mui necessaria para elle bebesse vinho.„ El-Rei fôra abstemio até então.

Ora esta crise, muito parecida, aliás, com a da Fonte Coberta em 1490 (se não foram phenomenos de botulismo, porque parece houve então outros atacados dos mesmos symptomas), a de 1491 depois da morte do Principe, e a de Torres Vedras em 1493, foi, evidentemente, uma crise grave de figado, por ventura de cholecystite ou de calculose, por isso que Garcia de Resende accentúa, que

"*as suas paixões eram melancolinisadas e tristes*" expressão que na velha medicina traduzia perturbações hepaticas. Isto está de accordo com todos os trabalhos recentes, incluindo os de Marcel Labbé, que provam como a acidose tantas vezes derivada da insufficiencia hepatica determina a seu turno lesões organicas do figado de natureza inflamatoria.

Quer dizer que em El-Rei, como succede na evolução do arthritismo grave, o figado começou a claudicar com a iniciação da leve obesidade dos 30 annos, reagindo mais tarde, porventura na forma de cholecystite dando as crises de 1490, 91, 92, 93, etc., tidas impropriamente como tentativas de envenenamento criminoso.

Insufficiente o figado, invadido o organismo por acidos e todos os productos toxicos, começa o trabalho collossal dos rins para pela sua eliminação salvar a vida permanentemente ameaçada.

Provam os trabalhos, sobre tudo da escola ingleza — Murchinson, G. Johnson, Robson Roose etc., que as desordens das funcções hepaticas promovendo uma assimilação e uma desintegração defeituosas são origem d'uma irritação e subsequente inflammação chronica do rim, podendo ser considerada como uma das causas da doença de Bright

Em D. João II vemos flagrantemente a marcha do arthritismo.

Até aos 29 annos assiste-se a uma euphoria crescente; aos 30 inicia-se o desiquilibrio com saude apparente; dos 35 em diante declina, a principio em crises destacadas, depois de 1492 em estado de doença progressiva, marcando ainda em 1493 em Torres Vedras uma crise gravissima de que a custo se levantou.

Em junho de 1494, já então com œdemas que denunciavam o arrojo da doença para rins, diz Garcia de Resende:

"Andando já bem fraco e descorado, por não perder seu costume jogou cannas . . . o que tudo fazia por seu muito esforço, não tendo já forças, só por dar contentamento aos do seu reino".

E a anemia e a fraqueza eram tão accentuadas (como este momento da doença marca a 3.ª phase dita d'acção diathesica com gasto precoce e rapido de todos os orgãos) accrescenta Garcia de Resende:

"E porque se houvesse de assignar tudo o que se despachasse lhe faria muito damno a sua enfermidade mandou fazer dois signaes, o grande e pequeno, entalhados em ouro, para que como lettra de forma assignasse tudo . . ."

"E accrescenta: e nas Alcaçovas (Julho de 1495) foi a doença d'El-Rei em grande crecimento para mal, que se gastava e sumia, e enfraquecia muito e perdia o gosto de comer".

Em plena insufficiencia renal a intoxicação final era iminente. Com effeito a 25 de Outubro morria (como mostrámos) em Alvor, de uremia.

Resumindo diremos: D. João II realisou as 4 phases do arthritismo:

1.ª — Estomago hypersthenico a que correspondeo uma hyperacidez.

2.ª — Aos 30 annos engorda, o que demonstra insufficiencia hepatica para que, porventura a doença grave de Castello Branco contribuiu; segue-se uma serie de crises hepaticas de que é typica a de Lisbôa. Essas crises são de gravidade progressiva.

3.ª — Faz acidose humoral intensa de que é testemunha a canicie precoce aos 37 annos. Com a acidose sobrevem o desmoronamento organico.

4.ª — Phase — Por fim estabelece-se a nephrite, talvez de forma mixta, com anasarca que se termina pela morte por uremia.

Qual a razão da rapidez da evolução do processo morbido que victimou o Rei? E' sempre difficil achar uma razão em casos actuaes, impossivel á distancia de mais de quatro seculos.

Sem esquecer a hereditariedade, pois a *fita* arthritica de Maurel (de Toulouse) varía de gravidade bruscamente de geração para geração = evolução por saltos de Richandière = e assim paes, apenas levemente tintos d'arthritismo, criam filhos destinados ás mais graves formas, devemos ainda lembrar os trabalhos de Richet sobre anaphylosia alimentar.

A titulo de hypotese apenas, lembrarei que D. João II viveu quasi sempre em zonas de sezonismo, seu pae falleceu em Cintra aos 49 annos, de febres — e é sabido, como no caso seria conspirante essa influencia nas alterações vasculares da sclerose final.

Sem duvida, ainda, a hyperactividade cerebral d'aquelle super-homem, ao serviço da sua natureza hyper-combativa que nem sempre lhe procurou os gozos de uma victoria compensadora, o levaria ao esgoto, á fadiga visceral. Não devemos esquecer que ao systema nervoso imputam auctores de valia a responsabilidade causal do arthritismo e de gotta herdada.

Não esquecendo o pessimo regimen a que o submetteram quando a doença se tornou franca e o obrigaram a beber vinho, para que tinha natural antipathia, aos 37 annos e no momento gravissimo da sua uremia pretendem sustental-o, além de outras cousas com sopas de miolo de pão em molho de vacca assada!

O que é fóra de duvida é que a causa alimentar para o arthritismo adquirido é dominante.

Seneca, bem razão tinha affirmando que o homem não morre, mata-se.

Mas com mais precisão, poucos annos depois da morte de D. João II, em 1507, Nicole de Chesnaye, medico de Luiz XII com graça e verdade estabelecia:

"D'oú vient gravelle peu prisie
Ydropisie
Paralisie
Ou pleuresie
Collique que les boyauls touche?
D'oú vient jaunisse, ictericie
Apoplexie
Epilencie
Et squinancie?
Tout vient de mal garder la bouche.

E como te escrevo no meio de chronicas deixa-me acabar com uma phrase do nosso Ruy de Pina:

"Não se me escusa o coração daquella tristeza que sentem os que desejam muito e podem pouquo».

Lisboa, Junho de 1920.

Teu

Antonio.

* * *

Esta lucida e brilhante exposição, accessivel mesmo aos profanos, e convincente pela bem ordenada argumentação, responde cabalmente á pergunta com que abriu este capitulo.

D. João II foi envenenado?

Não! Não criminosamente.

Quem o matou foram os medicos, mas pelo atrazo da sciencia, e não por obedecerem a influencias occultas.

Quem o matou foram os cozinheiros, condimentando com temperos saborosos, talvez, mas nocivos á saude, as viandas avariadas que o huchão transportava conservadas artificialmente durante as viagens reaes.

Quem o matou foi elle a si proprio por *mal garder la bouche.*

Quem o matou foi a Natureza.

Quem o matou foi a foice que nos trucida a todos, e não o arsenico propinado em familia.

SEGUNDA PARTE

CAPITULO XXXIII

Inicios de Viuvez

EM Alcacer do Sal, D. Leonor, combalida e anciosa esperára noticias.

A cada instante os correios, que se apeavam offegantes, tinham trazido os recados transmittidos de parada em parada entre a camara do agonisante de Alvor e os aposentos da Rainha, tolhida pela doença.

A certificação do fallecimento foi-lhe communicada, assim como a seu irmão o Duque de Beja, na segunda feira, dia seguinte á morte de El-Rei D. João II.

Ao mesmo tempo era recebido o testamento.

E logo na terça D. Manoel é levantado e jurado como Rei, recebendo as homenagens de todos os grandes alli presentes, e de sua irmã.

Já fizemos notar que essa irmã, sobre a qual havia de cahir quatro seculos depois a suspeita de ter contribuido para supprimir a existencia do marido, passava a ser a *Rainha Viuva.*

Tinha ella 37 annos, edade em que as mundanidades ainda seduzem, em que a existencia tem attractivos, não só pelas frivolidades e elegancias (que para essas não tinha já pendor o seu animo molestado pelas angustias soffridas), mas pelas curiosidades do espirito, pelas satisfações do amor proprio, pelo prazer de presidir a uma côrte deslumbrante e sumptuosa, pelo desejo de continuar a ser — a Rainha.

Era ainda moça, e embora doente não perdêra aquella formosura, que deslumbrára os que a viram passar da primeira vez que foi a Obidos; nem se murchára a frescura da sua esplendida belleza loira, herdada das avós inglezas, e adoçada pela graça meridional, que lhe viera da raça de Aviz.

Se o marido continuasse a viver não desceria do throno, não abdicaria da sua posição; continuariam a incensal-a as adulações que lisongeiam e as submissões que acariciam o orgulho.

Morto D. João II o scenario deslocava-se. O papel que lhe incumbia agora representar, transformava-se. A sua missão na Côrte era secundaria. Assim o comprehendeu magnanimamente, estoicamente, com firmeza inabalavel.

E bem necessario era um grande valor de animo perante a nova provação a que ia ser sugeita pela força das circunstancias.

Seu irmão, agora Rei, devia casar-se. Assim o exigia o bem do estado!

Devia o soberano attender ás conveniencias de caracter internacional, pois um casamento em Castella impunha-se e contribuiria para uma paz necessaria. Devia assegurar a sucessão ao throno. E alem de tudo isso espicaçava-o a voz do proprio coração.

Durante quatro annos abafára a paixão amorosa pela Princeza D. Izabel, a viuva do seu malogrado primo, que, inconsolavel, continuava em Castella chorando e repassando na memoria o romance ephemero que vivêra, o sonho começado nas pompas de Evora e desfeito nas areias de Almeirim.

Quando portanto, ainda em Montemór, logo depois de subir ao Throno, recebeu o Embaixador que seus Primos os Reis de Castella lhe enviavam com duas missões, aliás lisongeiras, El-Rei D. Manoel ficou levemente embaraçado, sem atinar com a resposta que havia de dar á segunda.

Trazia o nobre Castelhano D. Affonso da Sylva a incumbencia. em conformidade com o cerimonial das Côrtes, no principio de cada reinado, ou como em linguagem moderna se diria, — *segundo o protocollo*, de felicitar o Rei de Portugal pela sua ascensão ao throno, e alem d'isso de lhe commetter casamento com a Infanta D. Maria, filha de Fernando e Izabel.

Para o Rei era uma proposta auspiciosa. Para o apaixonado era um desastre sem consolação possivel.

Casar em Castella, sim, era a sua ambição, mas com a gentil viuvinha, com D. Izabel, cuja imagem se lhe não diluira na memoria.

Excusou-se "per boas palavras„ do enlace com D. Maria, mas foi insinuando que o seu desejo era pôr na cabeça da Princeza irmã d'aquella, a corôa que já lhe estivera destinada.

Esta solução além de favoravel á paixão que o dominava, tinha a vantagem, pensava o Rei, de, sendo ella a primogenita, e portanto mais habilitada á successão do throno de Castella, trazer-lhe esse premio grande, no caso do herdeiro vir a faltar.

O Embaixador, ouvida a resposta, voltou a Hespanha transmittil-a aos seus soberanos. Estes acceitaram o recado com regosijo.

Ella porém a infeliz creaturinha que inteiramente se dedicára á memoria do querido ausente, e o seguia com toda a sua alma para o Céu, onde suppunha elle achar-se, e para o seio de Deus ao qual se propozera recolher, ficou surpreza, quando conheceu a proposta.

E' certo que era ainda nova e formosa. E' certo que os cabellos loiros que cortára em Santarem, iam agora crescendo opulentos. E' certo que os seus 25 annos tinham ainda a frescura que tanto seduzira o Duque de Beja. E' certo que o leve tom de tristeza que lhe davam as emaciadas feições, revelava n'ella um novo encanto. Mas tudo isso era indifferente á Princeza cuja casta viuvez (a *vidualis castitas* de que falla Pedro Martyr) se passava entre rezas, no intuito de ser freira.

Entretanto El-Rei D. Manoel aguardava a resposta ao seu pedido. Foi para Setubal, onde se encontravam a Rainha D. Leonor e a Infanta D. Beatriz.

Seria então que D. Leonor teve conhecimento do proposito do irmão.

O que n'essa occasião se passaria no seu espirito é difficil de imaginar.

A fidelidade da que fôra sua nóra á memoria do Principe seu filho, a re-

clusão em que se conservára, todo aquelle prolongamento de umas bodas mysticas, que continuavam idealmente a lua de mel interrompida, enterneciam-n'a, afagavam-lhe o coração de mãe.

Saber agora que se tratava de casal-a, e portanto de apagar no seu animo os vestigios do sentimento que o Principe inspirára, atormentava-a.

E' verdade, dir-lhe-hia a voz do bom senso, que melhor era assim. Casava com D. Manoel, seu irmão.

Vinha para o throno que já lhe estivera destinado. E, devendo n'esse throno tomar logar uma Rainha, antes fosse esta . . .

Entretanto o embate de sentimentos devia ter sido violento quando, n'essa Paschoa de 1496 o Rei veiu a Setubal, e em familia esse assumpto foi discutido provavelmente com os outros negocios de familia.[1]

A resposta ainda não chegára.

Ao pensamento da Rainha affluiam agora recordações do passado. Lembrava-se de quando se negociára o casamento da mesma Princeza com seu filho e das esperanças que então lhe sorriam.

Seria para o bem d'este Reino que o destino teimava em a trazer de novo?

O problema interessava-a por mais de um motivo. E desde então seguia attenta o curso dos acontecimentos.

Soube que estando El-Rei em Estremoz viéra alli o mesmo Embaixador de Castella da parte dos Reis Catholicos tractar de allianças. Só allianças politicas? Ou tambem matrimoniaes? Traria resposta da Princeza? Qual seria?

Não foi logo sabida. Mas dizia-se que vinham noticias vagas de recusa. Accrescentavam os que se diziam sabedores dos segredos, que a Princeza continuava no proposito de entrar em religião.

Esta attitude de intransigente resistencia era de molde a commover a Rainha D. Leonor, comquanto temesse que d'essa teimosia viessem resultados funestos.

N'este comenos D. Manoel, nervoso com a tardança na decisão, abriu-se com o Senhor D. Alvaro que, por conhecer bem o pessoal da Côrte de Castella se offereceu para ir alli advogar a causa de seu primo o Rei de Portugal.

E lá partiu o medianeiro. . .

Passaram se semanas. Entrou o anno de 1497 e só vinham informações da teimosia da Princeza D. Izabel.

Os paes — os Reis Catholicos, faziam politica com o caso, e exploravam as impaciencias de D. Manoel.

Induziam a filha a que cedesse, e mettiam em seu reforço pessoas religiosas para a convencerem de que a annuencia era em "serviço de Deus do bem da Paz e utilidade de ambolos Regnos».

Affirmavam-lhe por intermedio d'esses auxiliares que ella tudo podia obter, e que em vista d'isso puzesse como condição a expulsão dos judeus de Portugal, negocio de alta importancia para Fernando e Izabel a Catholica. Era um cerco em fórma posto em volta da consciencia da pobre Princeza.

---

[1] Damião de Goes — *Chronica de El-Rei D. Manoel*, cap. XIII. «Na entrada da Quaresma do anno MCCCCXCVI, se foi a Setuval onde ho estava sperando ha Rainha dõna Leonor, e ha Duqueza de Bragança dõna Isabel, suas irmãs, e a Infanta dõna Beatriz sua mãe, pera tratarem negocios que com elle tinham.»

Finalmente o Senhor D. Alvaro voltou a Portugal, e entrou em Evora onde El-Rei estava, "trazendo a bôa esperança».

D. Manoel como apaixonado impaciente, transformou logo a *bôa esperança*, em *bôa nova*, e sem detença expediu o seu Camareiro-Mór D. João Manoel, como Embaixador encarregado officialmente de pedir a Princeza.

Este D. João Manoel, era pessôa de consideração.

Filho do Bispo da Guarda D. João Manoel, e de Justa Rodrigues, Senhora de grande espirito, que foi ama de El-Rei D. Manoel, e fundadora do Convento de Jesus, o Embaixador, era não só collaço do monarcha, mas engenhoso poeta em portuguez e castelhano, amigo e correspondente de Cataldo Siculo, e desempenhára já missões delicadas no anterior reinado. Tudo o indicava para ir á côrte dos Reis Catholicos, negociar o casamento de seu *irmão de leite*.

Se o Senhor D. Alvaro, na intimidade da familia real espanhola, soubera vencer difficuldades, sobretudo as causadas pelo retrahimento sentimental da saudosa viuva, D. João Manoel era o bom diplomata para ultimar o contracto e representar o seu amo nas cerimonias que o caso exigia.

Despachado o seu representante, D. Manoel foi para Cintra esperando a cada momento receber novas que o alegrassem. Mas como ellas tardavam e o espirito não socegava, voltou para Evora onde mais a miudo podia ter noticias

Impaciencias de namorado!

Foi então que recebeu a famosa carta da noiva tornando dependente a sua vinda para Portugal da annuencia do monarcha a expulsar os judeus.

Esta singular missiva que tanto destôa n'um romance de amôr, não foi um producto expontaneo da obsecação religiosa de D. Izabel, como nos fazem crêr alguns historiadores, que a figuram como um Torquemada de sáias.

Não vem para aqui discutir os motivos politicos ou religiosos que levaram Fernando e Izabel a tomar uma attitude intransigente na perseguição dos judeus. Mas a verdade é que foi esse espirito de intolerancia sanhuda, que inspirou os Reis Catholicos quando dictaram á filha a carta que havia de escrever ao noivo.[1]

Ella preparada pela educação ascetica que a levava a considerar a acção dos herejes na Peninsula como uma offensa a Deus, e como origem de todos os males publicos, obedeceu passivamente.

E D. Manoel porque cedeu?

Por amor? Por politica? Ou por convicção?

Deve dizer-se em abono do monarcha o qual tantos escriptores se comprazem em deprimir que a annuencia não foi uma leviana resolução de namorado, tomada n'um impulso de paixão amorosa.

Os Reis de Castella[2] já antes lh'o haviam requerido como medida util para

[1] Damião de Goes — *Chronica d'El-Rei D. Manoel*, cap. XXIV «No qual meo tempo induzida ha Rainha Princeza, quomo se teve por suspeita, pellos Reis seus pais, screveu huma carta a El-Rei pedindolhe, que dilatasse sua vinda até ter de todo lançado dos seus Regnos os judeus».

[2] Costa Lobo — *Sociedade portugueza no seculo* XV, pag. 46. «El Rei D. Manoel não era indifferente á diminuição do numero dos seus subditos. . .

«Elle não perdeu de vista esta necessidade no seu proceder com os judeus e os mouros, o qual foi menos o resultado de deliberação espontanea do que complacencia com os Reis de Castella e Aragão, a cujas exigencias julgava contrario aos interesses do Estado o denegar satisfação».

os povos dos dois Reinos, já houvera sobre o caso conselho onde se apresentaram diversos pareceres como refere Damião de Goes.[1]

E já ficára tudo resolvido em Muge no mez de Dezembro do anno anterior.

A resolução antipathica e cruel da expulsão dos judeus não traz grande gloria a D. Manoel, mas tem a sua explicação que não é como alguns pretendem uma mistura de fanatismo e de amor fabricada por dois degenerados.

Se o delirio amoroso do Rei o aguilhoava para apressar os seus projectos, não o desviou dos negocios publicos.

Prova-o a tenacidade com que logo no principio do seu reinado cuidou em proseguir na empreza das navegações e descobrimentos resistindo aos conselheiros que a tal se oppunham com razões especiosas.[2]

E n'este verão de 1497, depois de ter dado a capitania de uma armada a Vasco da Gama, para a commandar, despediu-o "com palavras de muita confiança" depositando n'esse auspicioso commetimento esperanças bem fundadas para o engrandecimento da patria.

"Eu vos tenho entre todos escolhido
Para uma empreza qual a vós se deve"[3]

E' mais consolador acompanhar Camões no seu louvor: "a *D. Manoel e seus merecimentos*," que juntar maravalhas e accender fogueira pondo a clara luz os defeitos que teve, e não pequenos, o Rei Venturoso.

* * *

Entretanto o Rei impacientava-se. D. João Manoel em seu nome já contractára o casamento, já se recebêra com a Princeza. E estava assente entre todos que ella entrasse por Castello de Vide.

Então qual era o motivo da tardança?

N'um crescente nervosismo escreveu a seu primo o Senhor D. Alvaro, que novamente se achava em Castella, para intervir outra vez, manifestando aos Reis Catholicos o seu descontentamento.

Não attribuia certamente tantas dilações ao desinteresse de animo de sua mulher.

Illusões de amoroso!

Queria antes pensar (e talvez com alguma razão) que os sogros continuavam a querer explorar a paixão que o dominava.

Todo este enredo que á Rainha D. Leonor não passava despercebido, con-

[1] Damião de Goes — *Chronica*, cap. XXIII.
[2] Damião de Goes — *Chronica de El-Rei D. Manoel*, cap. XXIII.
[3] Camões — *Lusiadas*, canto IV, estancia 7.
[4] Ibid, ibid, ibid. estancia 66.

tinuava agitando no seu animo sentimentos contradictorios. Anciava por ver realisado um casamento que a todos se affigurava propicio ?

E' possivel !

Custava-lhe ver chegar o momento de se avistar de novo com a que fôra sua nóra e agora era sua cunhada ?

E' natural.

Tanto mais que as situações reciprocas tinham-se invertido. A que d'antes era Princeza ia agora occupar o seu logar no throno.

Estimava ver satisfeita a ambição do irmão ?

Assim parece ; pois que durante esse periodo ás vezes com elle se encontrou amigavelmente para ambos resolverem negocios de familia, ou para o acompanhar em cerimonias publicas como acontecêra nos fins de Maio do anno anterior (1496) quando se realisou a posse solemne das sete claristas que vieram povcar o convento de Jesus em Setubal, que seu marido reconstruíra com a direcção de mestre Boitaca.

A paixão do irmão explicava-a ella a si propria, trazendo á memoria a que seu filho tinha sentido por aquella creaturinha de graça que deixára em todos uma recordação indelevel.

Mas que alterações teriam lavrado na sua mocidade os annos de viuvez, e a amargura em que ensopára a alma desolada ?

O retrato que nos resta de D. Izabel (no museu do Prado em Madrid) figura-a esguia de corpo, ajoelhada, com os cabellos lisos repuxados sobre os parietaes, e apertados n'um comprido e estreito sacco que lhe pende ao longo das costas, tendo as mãos cruzadas no peito em attitude de oração, o olhar seguindo vagamente o vestigio de uma chimera intangivel.

Olhando-a, não temos a impressão de encarar com uma mulher que inspire uma paixão indomavel.

Quando muito uma enternecida sympathia como a que se sente pelos modelos de Boticelli.

E, com a sua passagem ephemera pela Historia, não nos deixou ella um traço, um acto, ou uma phrase que denote ser uma domadôra de homens.

Se foi a grande, a maior, talvez a unica aventura sentimental na vida do *Venturoso* é porque (sabe-se bem) o coração não tem leis fixas para se decidir, nem se fundamenta em razões.

* * *

Entretanto o senhor D. Alvaro resolveu tudo. Tão bem manobrou que acarretou comsigo a Rainha Izabel a Catholica, e sua filha, até Valencia de Alcantara.

Ao casamento, que se realisou em Outubro, sem pompa, pois o irmão da noiva ficára perigosamente doente em Salamanca, não assistiu a Rainha D. Leonor.

E' possivel que quizesse logo depois manifestar á nova cunhada o seu pezame pela morte do irmão, que entretanto se finára, deixando gravida sua mu-

lher Margarida de Austria. Mas só temos conhecimento de se ter realisado uma entrevista, talvez a primeira, no mez de Dezembro.

D. Leonor estava então no Lavradio, á espera segundo é provavel, que se accomodassem para seu uso as casas que El-Rei D. Manoel lhe doára em Lisbôa junto a Santo Eloy.[1]

Na pequena villa ribatejana do Lavradio, não havia Paços espaçosos. Mas a Côrte da Rainha D. Leonor era alli pouco numerosa. E os novos soberanos quando chegaram, vindo de Evora para Lisbôa, aposentaram-se com poucos dos seus, tendo provavelmente mandado toda a comitiva, a abundante bagagem e complicada frasca, na sua deanteira para Santos-o-Velho, de onde tencionavam fazer a sua entrada na capital.

A Rainha Izabel, a esse tempo casada de trez mezes, vinha já de esperanças.

O avistar das duas senhoras, as primeiras palavras trocadas, as expressões de affecto, as evocações de um passado já morto, mas existente na memoria de ambas, vão lá imaginal-as! Para qualquer das duas a vida já tinha sido madrasta. E agora, se para a mais nova o futuro se abria radioso, tem-se a impressão (não sei bem porquê; talvez porque nas chronicas não ha uma nota que indique um movimento seu), tem-se a impressão, repito, de que a sua alminha continuava a emmurchecer, e que, pelo contrario, o animo energico de D. Leonor é que reagia contra desfallecimentos.

Bem o mostrou logo depois quando assumiu a Regencia, e teve de confortar o irmão na sua primeira catastrophe sentimental.

E' sabido como os soberanos depois de sahirem do Lavradio e entrarem em Lisbôa foram residir para os Paços da Alcaçova; como poucos dias depois de alli chegados viéra a noticia de ter nascido morta uma creança que Margarida de Austria trazia no ventre; e como os Reis Catholicos chamaram o genro e a filha para irem á sua Côrte a fim de serem jurados herdeiros de Castella e de Aragão.

D. Manoel reuniu Côrtes que decidiram ser necessario ir El-Rei a Hespanha e na sua ausencia ficar Regente a Rainha D. Leonor "pela muita virtude e prudencia, que em sua real pessoa havia".[2]

Estava a Rainha D. Leonor outra vez Regente.[3]

A 29 de Março os Reis partiam com luzida comitiva embora não muito numerosa. Apenas iam trezentos homens de cavallo, porque os sógros pediram a El-Rei que assim evitasse brigas e desgostos entre os creados dos castelhanos e dos portuguezes.

Entretanto na lista do acompanhamento que Damião de Goes nos fornece figuram alguns dos primeiros nomes da Côrte: — O Senhor D. Jorge — D. Di-

---

[1] Sobre estas casas veja-se — *Critica e Historia* do sr. Anselmo Braamcamp Freire, pag. 350 e seg.

[2] Damião de Goes — *Chronicas de El-Rei D. Manoel*, capitulo XXVI.

[3] A carta de D. Manoel dando-lhe a Regencia encontra-se na *Historia Genealogica da Casa Real* — *Provas*, Tomo II, pag. 186. Tem a data de 24 de Março de 149[illegible] — Os termos em que está redigida demonstram como era bem cabida a Regencia, e bem acceite por toda a Nação.

niz irmão do Duque de Bragança, D. Francisco d'Almeida o primeiro Vice-Rei da India . . .

E quantos mais!

Deixemos proseguir os monarchas na sua pittoresca e espectaculosa viagem a caminho de Toledo onde foram jurados. Deixemol-os continuar no seu caminho triumphal para o Aragão, atravessando as terras dos Grandes Senhores — os Medina Sidonia, os Duques de Alba, e do Infantado, que despenderam sommas fabulosas para as recepções festivas.

Deixemol-os ir até Saragoça onde os esperava o primeiro desgosto com a resistencia altiva dos habitantes recusando reconhecel-os como herdeiros. E deixemol-os ver desfeita essa nuvem com o nascimento do filho D. Miguel, sobre cuja cabeça pequenina, ainda envolvida nas primeiras fáchas, ficou desde logo suspensa a corôa dos Reinos de Portugal — Castella — Leão — Sicilia — e Aragão.

O brado de alegria que o Rei Fernando lançou á porta do quarto em que sua filha dera á luz um herdeiro — "Dêem graças a Deus que temos filho varão„, veiu logo transmitido de pósta em pósta á Rainha D. Leonor, que ficára em Lisbôa, no desempenho da sua missão de Regente.

Era a segunda vez que segurava com as proprias mãos o leme do Estado.

Recebido o encargo, não da munificencia fraterna como já vimos, mas pela vontade das Côrtes que assim reconheciam as suas qualidades, tractou de deixar d'esse lisongeiro mandato alguma coisa util.

Como era avisada e sensata não usou dos poderes que essa interinidade lhe conferia para emprehender acções de estrondo. Mas porque era dotada superiormente não deixou escapar o ensejo de beneficiar com a sua iniciativa o povo. cujo destino lhe estava momentaneamente confiado. Vejamos como.

Desde que a mórte do marido a relegára para um plano secundario conservára-se inactiva, na concentração da sua personalidade.

Envergára um trajo negro de viuva, quasi de freira, que escondia a sua cabelleira doirada, enquadrando-lhe o rosto como os das monjas.

O severo manto das Claristas envolvia-a nas prégas amplas, dando magestade ao corpo, mas tirando-lhe a flexibilidade, que lhe enriquecêra de graça a juventude.

Em vez de Rainha apparecia agora uma *nona secular.*

E ao passo que d'esta maneira amortalhava a sua figura elegante nas vestes sombrias, apparelhava o animo para a segunda jornada da vida; aquella em que havia de caminhar isolada.

Sondando a propria alma encontrou n'ella o triplice germen dos impulsos que haviam de oriental-a na sua obra maravilhosa;

— A compaixão pelas desgraças alheias;

— A attracção para Deus;

— O amor pelas coisas do espirito.

Assim como os pintores d'aquella epocha, inspirados na força mysteriosa que o numero trez exerce no espirito humano, distribuiam pelas trez faces dos quadros gothicos a acção das personagens que queriam representar, dando-lhes unidade, mas conservando-lhes independencia, tambem ella dividiu a sua existencia nas taboas d'um maravilhoso triptyco:

— A Caridade;
— O Céu;
— As Artes e as Lettras.

Plantou no uberrimo sólo de Portugal a obra pia que a immortalisou — socorro a todas as miserias; allivio a todos os males. E d'essa generosa iniciativa perdura a memoria na instituição da Misericordia, na linda fachada da Conceição Velha de Lisboa, e na graciosa egreja das Caldas.

Fundou um convento onde pudesse elevar a sua alma á mystica cidade de Deus. E recheiou esse monumento de obras de rara belleza.

Inspirou o estro de um grande poeta e de um grande artista. E d'esse alento ficaram as dez obras que Gil Vicente lhe dedicou; e as maravilhosas joias de ourivesaria, além de tudo mais.

D. Leonor legou á terra onde nasceu a mais fecunda herança com que uma Rainha póde dotar a sua Patria. Na execução d'essa tarefa gastou os trinta annos, que medeiam entre o inicio da sua viuvez e a morte.

Esses trinta annos não podem ser narrados n'uma serie de factos chronologamente seguida.

Entendemos portanto preferivel adoptar, para melhor caracterisar o influx por ella dado ao movimento das ideias, das sciencias e das lettras, a divisão qu naturalmente se impunha, tractando separadamente das trez faces do triptyco:

— A Misericordia — e o Hospital das Caldas.
— O Mosteiro da Madre de Deus, e as Capellas Imperfeitas.
— Gil Vicente, e a Imprensa.

Na superficie d'esse triangulo cabem os acontecimentos que compõem a existencia da Rainha D. Leonor durante esse periodo, e a elles alludiremos conforme os formos encontrando.

CAPITULO XXXIV

A Misericordia

ESMOLANDO nas ruas da populosa Lisbôa d'esse expirar do seculo XV, sempre acompanhado de um anão grotesco, que o seguia com submissão de animal domestico, e precedido de um jumento pacifico em cujos ceirões recolhia os donativos do povo generoso, via-se todas as manhãs, um frade trino já velhinho, percorrer os bairros centraes. Subia as viellas de Alfama, entrava nos logares da Ribeira e nas tabernas do *Mal cosinhado*, nas alfurjas da *Judaria Grande*, nos arcos do Rocio, onde os roupavelheiros e os adelos faziam estendedouro, batia aos portões dos palacios e portarias dos conventos, e, depois de cheios os alforges, porque a colheita nunca era escassa, lá ia, arrimado ao bordão nodoso, levar os productos da precação aos pobres seus amigos, que o esperavam no pateo da Sé, aos doentes que se estendiam nos adros das egrejas, e ás creanças a quem faltava o pão e agasalho.

Terminada essa tarefa penetrava na esnoga ou synagoga, onde, sem imprecações nem azedume, discutia com os rabinos [1] demonstrando lhes as excellencias do christianismo; ou encaminhava-se para o hospital recentemente instituido a levar conforto aos moribundos.

Em tardes de Quaresma ou do Advento subia ao pulpito da Cathedral e prégava ao povo, aos nobres, e aos Reis. As suas fallas não eram as de um doutor da Egreja dissertando sobre pontos de metaphysica ou theologia. Não desfiava subtilezas, não architectava periodos recheiados de latim e inattingiveis á comprehensão dos ouvintes.

Rasteiramente, mas com a eloquencia das almas lavadas, ensinava a practica do bem, as doçuras de exercer a caridade, a satisfação de remir captivos arrancando-os á sanha da moirama, de curar os gafos devastados pelo *mal de Lazaro*, de consolar os tristes prisioneiros, de levar conforto aos padecentes que iam á fôrca.

E era tão insinuante a sua voz, tão cheia de suggestão a sua prédica, era tão convincente a sua fôrça persuasiva, que, sem outro artificio mais que o pro-

[1] Victor Ribeiro — *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa*, pag. 29, apud. — *Chronica da S. S. Trindade*, pag. 312.

prio exemplo e mostrança de contentamento sentido com o allivio dos males alheios, communicava ao auditorio a sua ancia de fazer bem.

Ora, entre esse auditorio encontravam-se bastas vezes o Rei, a Infanta D. Beatriz e a Rainha D. Leonor.

Estabeleceu se logo entre o animo caritativo da Rainha viuva e o do monge trinitario, um parentesco espiritual nascido das affinidades que os approximavam, e do zelo que impellia ambos á missão que os irmanou.

Quando, do alto do pulpito de Santa Maria Maior, Frei Miguel de Contreiras (que assim se chamava o frade valenciano) abrindo os braços, que as mangas soerguidas da sobrepeliz faziam assemelhar a duas azas brancas, se referia a uma irmandade que desde o seculo XIII se achava instalada n'uma das capellas d'aquella Cathedral, sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade, a que o povo chamava a *Senhora da Terra Solta*, por ser terreo o pavimento; quando contava que em tempos idos, tinham sido os devotos irmãos d'esta confraria que acompanharam o pae de Santo Antonio no caminho do supplicio; quando attestava que na missão de enterrar mortos, visitar encarcerados, e confortar os padecentes, a gloriosa irmandade era um exemplo trazido na tradição para ser seguido com um movimento interior de graça, na alma da bondosa Rainha iam-se desenhando os alicerces e delineando os contornos da grande fabrica de beneficios a que se chamou a *Misericordia*, nome que bem significa o anhelo do *coração* no allivio da *miseria* alheia, formosa machina que havia de pôr a funccionar, attribuindo a uma só entidade os quatorze preceitos da Egreja, e que havia de ser uma das glorias de Portugal.

Iniciativa de quem?

Do monge, sob cujo habito branco pulsava um coração generoso?

Da Rainha, que envolta no manto negro da Ordem Terceira, tirava dos proprios infortunios a fôrça para suavisar os alheios?

Em verdade da conjuncção dos dois espiritos alliados no mesmo empenho de realisar, com intuito diverso, mas tambem com proveito da humanidade, a divisa do glorioso Infante de Sagres — *Talent de bien faire.*

O frade trinitario colhendo a tradição caritativa da confraria da Senhora da Piedade, e a Rainha escolhendo-o para seu confessor, para seu prégador, e para executor de uma obra cujo emprehendimento a ambos seduzia, não disputaram primazias ou precedencias, na realisação d'essa empreza. Cada um entrou para a cooperativa com os elementos de que dispunha.

Elle, com a sua bem organisada cabeça, com a sua actividade incansavel, com o seu ardor vehemente.

Ella, com a alta intelligencia que demonstrou n'esta e nas outras obras que iniciou, com a influencia que lhe dava a sua situação, com o coração sempre aberto aos emprehendimentos levantados, com a generosidade que a levava a applicar ás instituições que protegia as suas rendas proprias, e os bens que obteve da rasgada generosidade dos Reis seu marido, seu irmão e seu sobrinho, bens que poderia ter despendido em improficuos desbaratos.

A instituição das Misericordias chega e sobeja para a gloria da Rainha e do seu Confessor.[1]

[1] Victor Ribeiro — *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa*, pag. 32 e 47.

Assim tambem em nossos dias uma Rainha deixou da sua actividade espiritual, entre outros, dois monumentos que a glorificam, e em que teve a collaboração de duas das maiores summidades scientificas do seu tempo.

Na *Assistencia Nacional aos Tuberculosos*, maravilhosa instituição que é um testemunho brilhante das faculdades organisadoras de D. Antonio de Lancastre, empregou essa Rainha o seu esforço fecundo angariando donativos, presidindo em pessôa a cada uma das multiplas secções, e dando um trabalho collossal para o bom funccionamento da poderosa machina.

E fundando por sua propria iniciativa o *Instituto de Bactereologia*, luctando contra os embaraços levantados pelo espirito de rotina, despendendo avultadas sommas, removendo pela sua influencia difficuldades de toda a ordem, conseguiu ver fructificar esta sua outra fundação.

Escolheu para seu collaborador scientifico Camara Pestana, o qual, diga-se em sua honra, sempre reconheceu a parte que a Rainha tivéra n'este emprehendimento.

Nada d'isto impediu que, depois de cada um d'estes institutos ter salvo da tisica, da raiva, e da diphterite milhares de portuguezes, um governo fizesse apagar das fachadas dos edificios o nome da *Rainha D. Amelia* sua fundadora.

* * *

A Regencia de D. Leonor ficou assignalada com a inauguração da confraria, cujos estatutos ou *Compromisso* o intelligente trimiario redigiu.[1]

Foi uma solemnidade pomposa a cerimonia realisada na capella do Claustro da Sé, sob a invocação de Nossa Senhora da Terra Solta.

Na manhã de 15 de Agosto d'esse anno de 1498 apeiavam-se das pacificas hacaneas, em que montavam, a Rainha D. Leonor, a sua Camareira-mór, as Damas, as donzellas ao seu serviço, os seus *mininos*, entre os quaes talvez D. Pedro de Mascarenhas, que depois foi Embaixador de D. João III.

A' porta era esperada por D. Martinho da Costa (irmão do celebre Cardeal de Alpedrinha), pelo Cabido e dignidades ecclesiasticas, e pelo monge confessor Frei Miguel de Contreiras, acompanhado do seu fiel collaborador — Frei Martinho de Molina e dos auxiliares mais assiduos na sua campanha.

Quero imaginar que entre a arraia miuda, que enchia o templo de Santa Maria Maior, não faltaria o anão, que sempre acompanhava Frei Miguel de Contreiras no seu peditorio.

Com a cabeça deforme, o corpo desageitado, as pernas curtas e aquelle olhar infeliz dos seus congeneres, parece-me vel-o encarrapitado sobre um escabello de madeira, ou a fazer esforços para se empoleirar nos maineis de algum cavallete alli esquecido pelos armadores, para assistir ao triumpho do seu patrão.

Se as chronicas, como é natural, não registam a sua presença, não esqueçâmos nós o modesto cooperador da Rainha e do monge.

---

[1] Victor Ribeiro — *Santa Casa da Misericordia de Lisbôa* pag 47 e 49.

Alli, n'essa capella da Piedade, de que hoje já não ha vestigios, nascêra de facto a instituição que rapidamente alastrou por todo o Reino.

Para que não se me impute o intuito de louvar incondicionalmente a Rainha D. Leonor e a sua obra, escrevendo um panegyrico campanudo, com a penna de chronista cortezão, seja-me licito transcrever aqui uma pagina da *Ribeira de Lisbôa,* obra de quem nunca foi louvaminheiro, e em que o auctor traça com mão de mestre o perfil moral da Soberana e define a sua instituição.

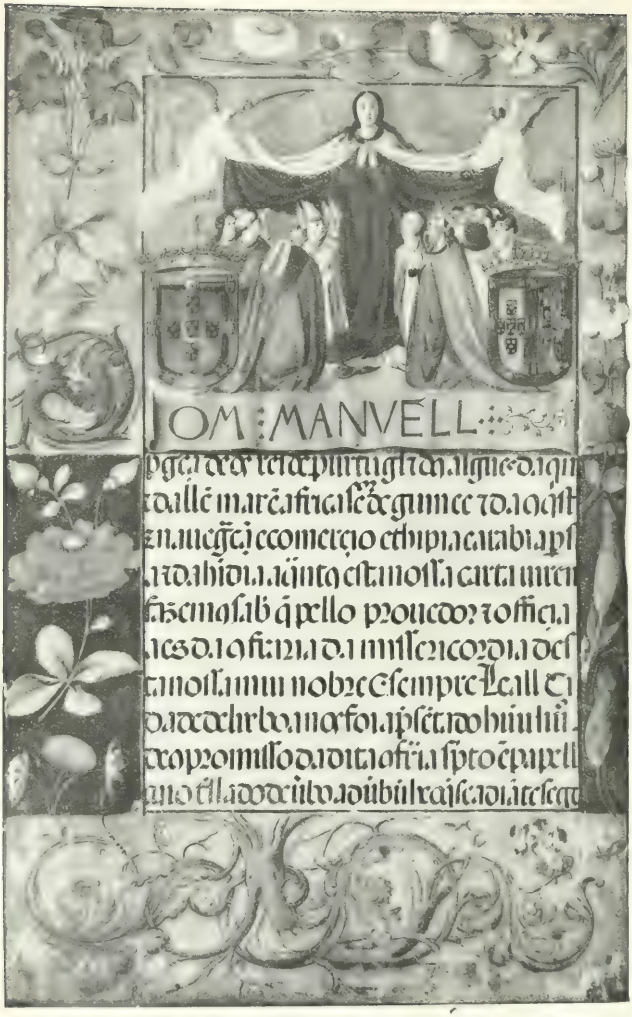
"Esta senhora (diz Castilho[1]) para quem as obras pias eram uma necessidade de coração, instituiu a sua Irmandade, e logrou alcançar do Soberano, á tornada d'elle, o donativo de um conto de réis de renda para o tratamento de orphãos, e quinhentos mil réis para outras obras de caridade; quantias então muito altas e que a generosidade real accrescentou. Bastava a iniciação do seu grandioso e caridoso pensamento, para tornar esta Rainha crédora da gratidão de todos os portuguezes: mas a Rainha não se limitou a iniciar. Pediu, insinuou, accumulou sobre a sua Irmandade beneficente, as esmolas e bençãos dos grandes e dos pequenos, e até privilegios e isenções dos Summos Pontifices. E' bello ver como todos os antigos escriptores portuguezes *se compõem* ao mencionar este instituto caridoso; percebe-se-lhes na voz o respeito á Fundadora; cada um leva uma homenagem a essa admiravel mulher, como quem depõe uma palma e uma saudade na campa humilde em que Ella dorme, acolá, na Madre-de-Deus. E' bello ver como a sua alma ainda hoje está beneficiando este Portugal que ella tanto amou! Aquella Rainha, tão portugueza, é a mais nobre personificação do amor do proximo."

"Tenho-o aqui patente diante dos olhos, o *Compromisso da Misericordia da Lisbôa.* Lêl o é estudar a applicação pratica dos mais santos, dos mais puros dictames do Christianismo. Alimentar famintos e sequiosos, vestir os que nem andrajos, sequer, possuem para se cobrirem, levar a esmola de uns maravedis aos presos e aos doentes, hospedar vagabundos, redimir do captiveiro os pobres soldados, que o serviço da Patria retinha nas Moiramas, dar o ultimo leito em chão portuguez aos Portuguezes desamparados; tudo isto já é muito e a Irmandade cumpria-o. Mas não se limitava a essas obras meramente corporaes; sabia que a parte mais nobre e mais alta do ser humano, a alma tambem padece (e bem crueis) as suas fomes, as suas sêdes, as suas dôres, os seus desamparos, as suas nudezas, os seus captiveiros, e como o sabia, a Irmandade consagrou a esses outros deveres espirituaes os cuidados mais carinhosos.

Pelas prédicas espalhava o bom conselho e a doutrina san, pelas escolas do seu recolhimento de orphans, ensinava a ignorancia; pelas visitas aos hospitaes e ás cadeias, condimentava o pão negro do encarcerado; pela sua devota companhia aos condemnados, consolava as tristezas congenitas com o ser humano; pelas suaves penalidades que o regulamento impunha aos contraventores dos deveres estatuidos, castigava os erros filhos da nossa fraqueza moral; promovia (era lettra expressa do Compromisso) pazes e reconciliações entre quaesquer pessoas que se soubesse andavam desavindas e induzia-as a perdoar injurias, em nome da caridade christan, soffria com paciencia os desmandos alheios; e emfim cumpridos

---

[1] Julio de Castilho — *A Ribeira de Lisbôa,* pag. 207.



Prova photographica
de J. C. Coutinho

COMPROMISSO DA MISERICORDIA DE LISBOA

Illuminura do manuscripto existente na Misericordia de Lisboa

em vida os deveres fraternaes para com as almas, nem então afrouxava; continuava-lh'os depois da morte, em suffragios de todo o genero. Se ha nada mais espantoso do que este suavissimo Instituto lisbonense!»

Em additamento a este testemunho não deixarei de citar as palavras do eminente escriptor o sr. Conde de Nova Gôa, cujo espirito abraça e estuda com egual superioridade os problemas historicos e economicos.

Escreve elle:[1]

"Muito cedo entraram as Misericordias no caminho do emprestimo á lavoura. Cabe mesmo a Portugal a gloria de ter sido o instituidor do credito agricola na Europa. A primeira caixa de emprestimo rural que a Allemanha montou surgiu dois seculos depois da instituição portugueza. Os bancos escoceses vieram cem annos após. Os nossos celleiros communs são de 1576.

Foi a Santa Casa de Lisbôa — justamente a primeira fundada por D. Leonor — que primeiro entrou n'esse caminho. O alvará concedendo a esta faculdade á Misericordia da capital, destina o credito á abertura de terras incultas».

Ahi fica referido por mãos mais habeis do que a minha, o que foi e continuou a ser a obra fundada pela Rainha, sob a inspiração do seu talentoso confessor. O que seja o *Compromisso*, isto é, os Estatutos da Confraria inicialmente escriptos por Frei Miguel de Contreiras, e depois impressos em 1516; a discussão sobre o original d'esse documento; notas acerca do primeiro edificio em que funccionou a Misericordia; o desenvolvimento que tomou, a sua organisação desde a primitiva até fins do seculo XIX; e grande copia de noticias sobre esta piedosa instituição, poderá o leitor curioso ir buscar á obra monumental do erudito escriptor, Victor Ribeiro, intitulada — *A Santa Casa da Misericordia de Lisbôa.*

N'este precioso repositorio achará tudo quanto se liga ao estabelecimento e sua historia.

E' tambem digno de lêr-se o livro do sr. Costa Godolphim — *As Misericordias*, obra de proveitosa consulta para o estudo d'esta Instituição.

Nós, porém, temos que limitar nos ao que propriamente elle foi nos seus principios, quando D. Leonor interveiu na sua vida incipiente.

E se quem me lê é guloso de antigualhas, acompanhe-me ao Archivo da Misericordia actual, e debruce-se comigo sobre o precioso codice escripto em pergaminho. Não perderá o seu tempo, examinando a lindissima illuminura que n'elle se encontra e da qual expressamente consegui obter a reproducção photographica que acompanha este capitulo.

Ao alto, a imagem de Nossa Senhora, de manto azul, sustentado por dois anjos, e, em adoração ajoelhados da banda direita, o Pontifice, cardeaes e frades.

Na esquerda uma Princeza e um Rei, e, em segundo plano, outros personagens.

A figura da Princeza, que n'esta illuminura encontrâmos representa a Rainha D. Leonor.

Quando tratarmos dos retratos d'esta Soberana, veremos qual seja a confiança que este nos merece, para ajuizarmos das feições da Rainha. Seja como fôr, é grande o interesse que desperta esta pintura, pois foi executada em vida

[1] *Correio da Manhã* — Domingo, 15 de Maio de 1921.

d'ella (1520), e certamente o pintor embora fizesse um quadro allegorico, approximou o mais possivel a figura representando D. Leonor, do original que elle conhecia.

Tempos depois os Provedores D. Diniz de Lancastre e seu successor Ruy Lourenço de Tavora, ordenaram que se pintasse na bandeira da Misericordia ao lado direito da Virgem, e em seguida ao Papa e Cardeaes, a figura de Frei Miguel de Contreiras, grave, velho, macilento, de mãos levantadas, e do lado esquerdo um Rei *uma Rainha* e mais irmãos da Confraria.

Essa Rainha, é D. Leonor. Foi pintada bastantes annos depois da sua morte, mas talvez tambem conservasse uma certa semelhança, visto ter sido copiada das illuminuras do Compromisso,[1] porventura por quem a tivesse conhecido, ou recebido em tradição noticia das suas feições.

Essas feições, que no painel se vêem, são as que andaram na imaginação do povo, durante seculos, emquanto a *bandeira da Misericordia* na sua caritativa missão ambulante, percorria as ruas da velha Lisbôa, levada como symbolo de paz ao som da famosa campainha, que um servente ia tangendo. A Misericordia na multiplice tarefa de acompanhar "com o seu auxilio o homem desde o berço á sepultura"[2] trazia com a sua bandeira ao coração do povo portuguez, as imagens dos dois entes que tinham cuidado do seu bem estar — o trinitario com o seu habito branco, em cujo peitoral a cruz azul e vermelha da Ordem se destacava, e a Rainha, com o manto roçagente e a corôa ornando-lhe a cabeça, na attitude de implorar a protecção da Virgem.

Quando o lisboeta ia pasmar deante da magnificencia das procissões, ou fosse a dos *fogareos*, que se fazia em quinta-feira maior pela noite, e em que se encorporavam 300 irmãos, todos vestidos de negro[3] com candêas e vellas na mão, seguidos de mais de dois mil devotos, que a si proprios applicavam disciplinas, e que, de quando em quando ensanguentados, recorriam á marmellada e ao cidrão que a Misericordia lhes concedia, para se reconfortarem, tudo sinistramente alumiado pelas "30 alenternas e dois mil novellos de fiado de estopa engraxadas em borra de azeite e sêbo, para darem melhor lume"; ou fosse quando em 1534 se effectuou a trasladação da Confraria da Capella da Sé, para a sua nova casa, cerimonia que foi, segundo se disse, a mais deslumbrante festa do reinado de D. João III; ou fosse na apparatosa solemnidade, quando em 1588 processionalmente foram trazidas á Misericordia as celebres reliquias; ou fosse no passeio triumphal do arcebispo D. Rodrigo da Cunha em 1639; sempre que a bandeira passava, o *alfacinha* de então a ia saudando e impetrando bençãos para a piedosa instituidora.

Mas quando essa bandeira mais commovedoramente se signalava, era ao encorporar-se nos cortejos de condemnados, que a acção da Misericordia não pudéra arrancar ao patibulo. Então exercia o privilegio sublime, que lhe valeu passar em locução synonima de *perdão de crimes*.

Ser *bandeira da Misericordia* tem ainda hoje a accepção de protector e

---

[1] A descripção d'esta bandeira, é feita por Frei Nicolau de Oliveira, na sua obra — *Livro das grandezas de Lisbôa*, 1804.

[2] Palavras de El-Rei D. Pedro V, citadas por Victor Ribeiro—*Misericordia*, pag. 486.

[3] Vide Estatistica de Lisbôa, 1526, citada por Victor Ribeiro —*Misericordia*, pag. 58.

passa-culpas, evitando castigos. Provem esse dizer do uso antigo "de a Misericordia, fornecer a corda para os enforcamentos. E correu sempre como tradição piedosa, não confirmada por lei ou provisão alguma, que, rebentando o baraço e cahindo o padecente ainda com vida, abatia sobre elle a bandeira da Misericordia, e ficava a coberto da perseguição da justiça, o condemnado. Dizia-se até que muitas vezes a Irmandade, com o fim humanitario de intervir por este modo, no salvamento dos seus protegidos, fornecia cordas passadas por agua forte» [1].

A Rainha D. Leonor, em imagem na bandeira da sua fundação, salvou por esta maneira muito miseravel, de padecer o infamante castigo, e aos que não podia livrar da forca, dava consolação.

Assim, insensivelmente, de envolta com as graças elevadas á Rainha do Céu, o povo dirigia as suas graças á Rainha da Terra.

Salve Regina! Mater Misericordiæ!

* * *

Emquanto ella e o seu confessor lançavam os alicerces d'essa inabalavel creação, que tem resistido a todas as rajadas revolucionarias, sempre com o mesmo nome e com semelhantes effeitos, El-Rei D. Manoel, em Saragoça, soffria, elle o Venturoso, a primeira *desventura* grave. D. Izabel, sua mulher, mal disposta, e, "cuja doença procedia de enguidade», deixava-se morrer, vencida pela vida aos 22 de Agosto, depois de o instituir seu herdeiro. E como valioso legado, entregava-lhe um filho varão.

Era verdadeiramente real esta herdança.

Mas o Principe D. Miguel, a quem os vassalos castelhanos e aragonezes tinham de jurar obediencia, devia por isso ficar com seus avós.

D. Manoel tinha que regressar a Portugal. Assim o fez, partindo a 8 de Septembro e chegando a Lisbôa a 9 de Outubro "sendo recebido com grande contentamento da Infanta dôna Beatriz sua mãe, e da Rainha dôna Leanor sua irmã e de todolos que ahi eram presentes.[2]»

Não é azada occasião agora, para dissertar sobre a psychologia d'este Rei, ou seja no que se refere á sua sensibilidade amorosa, ou ás manifestações affectivas.

Comtudo não nos podemos eximir a uma certa surpreza, pouco lisongeira, ao ver como depois da crise de paixão de que fôra tomado pela Princeza, que alli em Saragoça se esvaíra em sangue para lhe dar um filho, elle cuida sem detença e friamente em entender como testamenteiro no cumprimento dos legados, e em deixar o filho entregue aos avós.

E, o que é mais, espanta-nos ver que encontrou em si serenidade bastante para se conchavar com os sógros, sobre a opportunidade de cada um enviar ao

[1] Victor Ribeiro — *Misericordia*, pag. 102. = Pinho Leal — *Portugal antigo e moderno*, tomo x pag. 601 a 6[illegible].

[2] Damião de Goes — *Chronica de D. Manuel*, cap. XXXII

Papa embaixadas, admoestando-o pelos escandalos causados á christandade, com a soltura de viver e dissolução de costumes da Côrte de Roma.[1]

Foi politica esta resolução? Trouxe beneficios para o bom andamento dos negocios ecclesiasticos da Peninsula?

Impunha-se este procedimento?

Não deixa comtudo de nos causar estranheza a occasião escolhida, e de nos impressionar o manto de indifferença com que foi amortalhada a infeliz Rainha.

Não fallâmos já no desplante com que em tão tragica conjunctura os Reis catholicos e o seu genro, se põem a ralhar com o Summo Pontifice, exprobando os vicios da *Côrte de Roma*, euphemismo em que por ventura era incluido o proprio Alexandre Borgia.

Este, comtudo, não se deu por melindrado. Chegou mesmo a levar tão de bôa mente o caso, que pouco depois mandou a El-Rei "parece que por lhe gratificar has boas amoestações que lhe fezera„ uma espada e uma carapuça forrada.[2]

Damião de Goes acha naturalissimo tanto a reprimenda dos Reis como o agradecimento do Pontifice e accrescenta: "dalli por deante o Papa Alexandre pôs milhor ordem nas cousas ecclesiasticas e costumes da Côrte de Roma„.

Dá prova do bom entendimento que ficou existindo entre o Rei e o Papa o facto seguinte, que n'este ponto especialmente nos interessa por se relacionar com a instituição da Confraria da Misericordia.

Tendo D. Manoel regressado ao Reino e tomado sob o seu agrado a piedosa iniciativa da irmã, logo a considerou como fundação sua, a dotou e obteve do Pontifice a confirmação d'elle.[3]

Ao mesmo tempo D. Manoel attrahido pelo sentimento caritativo que ella representava, e com o alcance social que viria certamente a ter, resolveu edificar um templo magestoso, onde houvesse largueza bastante para funccionar a nova Confraria, que nascêra na Capella da Senhora da Terra Solta.

Esse templo construido sobre a *enosga* ou synagoga dos judeus, no bairro da Judaria Grande, depois chamado Villa Nova[4] é aquelle monumento hoje conhecido por *Conceição Velha*.

Demolido em grande parte pelo terremoto, só d'este monumento nos resta, alem de parte da egreja que era sumptuosa "toda de cantaria com uma altissima abobada da mesma pedra e fundada sobre vinte colunas postas em sua devida

---

[1] Damião de Goes — *Chronica de D. Manuel*, cap. XXXIII.

[2] Damião de Goes — *Chronica de D. Manuel*, cap. XXXIV. Se Damião de Goes não nos dissesse que parece ter sido uma forma de agradecimento e que aquellas peças que os Papas benzem as mandam por honra aos Imperadores e Reis, pensariamos que o Papa hespanhol conhecendo a locução moderna teria queri o assim significar que a *carapuça* talhada pelo Rei de Portugal não lhe servia, e por isso a devolvia.

[3] Damião de Goes — *Chronica de D. Manuel*, Parte IV, cap. LXXXV e Victor Ribeiro — *Misericordia*, pag. 14.

[4] Julio de Castilho — *Ribeira de Lisbôa*, pag. 206. Ha quem conteste ter sido edificada sobre a synagoga: Vide Faria e Silva — *A Egreja da Conceição Velha*, pag. 7. Mas Damião de Goes — *Chronica*, Parte IV, cap. LXXXV diz: «no logar em que fôra a synagoga dos judeos».

correspondencia», a lindissima frontaria[1] que vemos na rua da Alfandega, e que é uma das mais preciosas joias da formosissima Lisbôa.

Para alli foi transferida a Misericordia.

Mas como essa mudança só se effectuou em 25 de Março de 1534, isto é, quasi nove annos depois da morte de D. Leonor, não entra no nosso quadro tractar da sua edificação, da architectura, do portico manuelino, da descripção do edificio, suas officinas e dependencias, casas de despacho, cartorios, hospital para entrevados, recolhimento para raparigas, etc. etc.

A quem desejar fazer um estudo minucioso d'este monumento, recomendamos a leitura da *Ribeira de Lisbôa*, em que Julio de Castilho lhe consagra algumas paginas e tambem os opusculos intitulados — *Nossa Senhora do Restello — os Freires de Christo e a Egreja da Conceição Velha*, em que o sr. Filippe de Nery de Faria e Silva, dá amplas e curiosas noticias, acerca do formoso edificio; e a *Santa Casa da Misericordia*, obra em que o sr. Victor Ribeiro, com proficiente criterio e aturado estudo, faz a historia completa da Instituição.

Lendo essa obra prestimosa, fica se sentindo quanto o influxo da Instituidora das Misericordias, se prolonga no tempo, desde o seu inicio até nós, e se espalha pelo Paiz todo, indo florescer com egual pujança no Brazil, onde a raça portugueza plantada no solo fertil das Terras de Santa Cruz, tem adquirido novos elementos de força e desabrochado em manifestações maravilhosas, na arte de fazer bem.

---

[1] Frei Nicolau de Oliveira — *Grandezas de Lisboa*.

CAPITULO XXXV

O Hospital das Caldas

INSTITUIDA a Confraria da Misericordia que a Rainha continuou acompanhando com solicitude, voltou-se o seu espirito para outra empreza que trazia encetada havia annos já.

Desde quando? Em que circunstancias?

As noticias são confusas, e algumas sem grande fundamento, pelo menos na apparencia.

A origem certa dos banhos das Caldas não é facil de averiguar.

Mas por serem indeterminadas não são contradictorias as informações que nos dão os chronistas que sobre elles escreveram ou seja o Provedor Padre Mestre Jorge de S. Paulo [1] ou Frei Jeronymo de Belem.[2]

Referem uns que "de uma vez em Agosto de 1484 vindo a Rainha de Obidos para a Batalha onde a esperava seu marido para as exequias annuaes de D. Affonso V, passando por aquelle sitio, observou que alguns pobres se estavam banhando em poças de agua e que esta sahia da fonte lançando fumo. Perguntou aos da sua comitiva o que faziam alli aquelles pobres. Ao que elles responderam que eram doentes de frialdades, e que se aproveitavam da virtude d'aquellas aguas como remedio dos seus males».

Está-se a ver o quadro.

Meio inclinada nas andas, que as possantes mulas transportavam, a Rainha segue a jornada acompanhada pelas Damas de sua casa todas sentadas nas an-

---

[1] Vide: *Noticia do que foi hontem e do que e hoje a Villa das Caldas da Rainha*, pelo Caldense Silvano Armando Lopes, 1883.

Em Abril do corrente anno (1921) de passagem pelas Caldas, tive ensejo, graças á amabilidade do digno Thesoureiro do Hospital o sr. Asdrubal Andrada de Mendoça, de folhear o volume manuscripto deixado pelo Provedor P. M. Jorge, de S. Paulo. — Intitula-se: *Livro da Fundação deste Real Hospital; sito na villa das Caldas, fundado pela sr.ª Raynha D. Leonor cuja vida se trata mulher do Principe Perfeito D. João II* — N'elle encontrei referencias ás capellas Imperfeitas e ao testamento da Rainha como adeante farei notar.

[2] *Chronica Serafica da Provincia dos Algarves* Parte III, cap. XX, pag. 71.

dilhas de viagem. Rodeiam-n'a cavalleiros de serviço, toucados com esguios capuzes e pelotes vistosos. Os pagens azougados debicam com as moças da camara, esboçando namorações com derretimento. Seguem-n'a a recova numerosa, os azemeis, os bagageiros, os encarregados da frasca de cosinha, os moços de camara e de estrebaria, as crystaleiras com as suas mezinhas, os ministris com os seus descantes, o bôbo com os seus cascaveis, e toda a caterva que compunha uma comitiva regia nas suas deslocações.

Atravessando a linda paysagem da região de Obidos, que pertencia ás Rainhas desde D. Leonor Telles, e que o sol doira tão docemente, a Rainha, pela frincha dos cortinados de couro do docel ambulante, enxerga n'uma poça que fumega corpos humanos banhando-se.

Ao que se diz, formou logo tenção de estabelecer alli um hospicio. E assim teria nascido o hospital das Caldas.

Affirmam outros que por ter ficado mal disposta, "quasi entrevada„ depois que em Almeirim tivera um mau successo fôra por conselho dos medicos tomar banhos n'aquellas aguas. Para isso se fizera um tanque expressamente, ao qual, depois d'ella curada se deu o nome de *Banho da Rainha.*

O tanque parece que ainda existia em 1656, servindo então para doentes de sarna, sendo depois entulhado.[1]

Ainda outros dizem, fundados na relação escripta, que um tal Francisco de Araujo, tabellião nas Caldas, dirigira ao Provedor M. Jorge de S. Paulo, ser tradição que sahindo a Rainha D. Leonor, de Coimbra para a sua villa de Obidos muito enferma de um cancro, chegando áquella fonte se lavára e logo conseguira saúde. Pelo que fez voto á Virgem Maria, de edificar n'aquelle sitio um hospital.

Não fallam as chronicas n'essa viagem da Rainha, nem na doença a que esta tradicção se refere. Que não era a molestia que tem hoje esse nome é certo. Tanto mais que D. Leonor viveu depois d'isso approximadamente quarenta annos.

Alguma ferida? Talvez; porque na terminologia medica da edade média, qualquer ulcera tomava esse nome.

O caso é que fosse qual fosse o motivo immediato que a instigasse, resolveu consultar o physico-mór, Mestre Antonio de Lucena, e obter uma analyse (digamos assim) das aguas existentes n'aquella região.

Era Mestre Antonio seu medico, e de boamente a coadjuvou, para o que na volta de 1485, e seguindo o methodo empirico então usado, pegou em trez doentes que padeciam do mesmo mal e mergulhou cada um em sua nascente para assim observar qual fosse a melhor.

D'essa experiencia resultou apurar que um dos olhos d'agua (o que nasce juncto da actual egreja) era o mais efficaz, e alli mandou a Rainha dar começo ás obras edificando umas casas para banhos, e uns aposentos para enfermos.

E para que o sitio fosse povoado obteve D. Leonor que seu marido concedesse amplos privilegios[2] aos moradores que até trinta casaes viessem viver nas Caldas. [3]Segundo um dos *item* dos privilegios dados por D. João II foi permit-

---

[1] *Noticia do que foi hontem e é hoje a Villa das Caldas*, pag. 8–9.

[2] D. Antonio Caetano de Sousa, *Historia Genealogica — Provas.* Tomo II, pag. 187.

[3] *Chancellaria de D. João II*, liv 14°, fl 55 V., citado por Braamcamp Freire — *Critica e Historia*, pag. 99.

tido que vinte homens homiziados, (o mesmo é dizer criminosos que andavam a monte) viessem conjunctamente com dez homens *bons*, ser os primeiros habitadores da futura villa.[1]

Singular processo de constituir uma sociedade! Mas o resultado foi excellente porque a povoação prosperou florescentissima.

Em 2 de Janeiro de 1488 foi lançada a primeira pedra do Hospital e das edificações para os moradores.

Desde então choveram sobre a feliz localidade privilegios, doações e beneficios.

A Rainha não só desenvolveu uma actividade intelligente e generosa para o progresso da incipiente collectividade, como não descançou em procurar obter para os seus moradores graças espirituaes.

Fundou a egreja que dedicou a Nossa Senhora do Populo, alcançou indulgencias para os pobres e doentes, e, pensando em afagar o amor proprio dos habitantes, conseguiu que á aldeola fosse dada a cathegoria de Villa que desde logo e atravez dos tempos conservou o nome de *Caldas da Rainha*.

Caldas da Rainha!

Quem visita a região pittoresca em que o hospital é situado, quem vae admirar a elegante Capella de Nossa Senhora de Populo com a sua architectura annunciando o *manuelino*, e aquella inscripção em caracteres gothicos que é como que o sinete posto pela "emlustrissima Rainha[2]" na sua fundação; quem atravessa o hospital outrora administrado pelos Loyos, com o seu albergue para hospedar peregrinos; quem ler os extensos documentos — compromisso, doações e privilegios; — quem seguir os progressos d'esta instituição que é ao mesmo tempo um perfeito modelo de organisação caridosa e um emprehendimento de largo alcance social, não poderá deixar de fazer justiça ao grande coração de D. Leonor, e de admirar as faculdades e engenho com que montou aquella fabrica benefica.

As aguas é que curam, as paredes é que abrigam, os medicos é que receitam, os Provedores é que administram, a natureza é que ajuda a acção dos homens, mas o espirito que conjugou todos os elementos, e que poz em movimento a complicada engrenagem é o da Instituidora, que deixou, em cada obra que emprehendeu, o cunho da sua individualidade tão portugueza!

[1] *Historia Genealogica — Provas*. Tomo II, pag. 189.
[2] Do Letreiro na humbreira e verga da porta da Capella.

CAPITULO XXXVI

Occorrencias na Côrte

EL-REI D. Manoel chegára a Lisbôa como atraz se disse a 9 de Outubro de 1498, e trazia da sua jornada accidentada impressões que se lhe atropellavam na alma.

Viuvo, lamentava por certo a perda da mulher que tanto ambicionára. E esse monarcha que embora amigo do fausto, das magnificencias e da pompa nunca foi femeeiro, posto que alguns linhagistas lhe attribuam n'esta occasião uma incerta aventura amorosa com uma indeterminada *dama alentejana* de quem se suppoz ter uma filha,[1] sentia, segundo parece, que tão precocemente o seu thalamo tivesse ficado deserto.

O filho apenas entrevisto, e retido lá longe como uma especie de arrefem politico não lhe occupava todas as fibras do coração. Era um elemento essencial para a sua ideia de dominio na Peninsula, mas não um pedaço de si proprio cujo afastamento lhe fosse penoso, como se se sentisse amputado.

Cumpria fazel-o jurar herdeiro aqui no Reino. Mandal-o-hia vir, para esse fim politico, mais que por impulso sentimental.

Installou-se provisoriamente nas casas de Pero d'Alcaçova a porta de Alfofa. A porta de Alfofa correspondia approximadamente á actual esquina da rua do Milagre de Santo Antonio e de S. Bartholomeu.[2]

Pero d'Alcaçova era o velho escrivão da Fazenda. Figura notavel na sociedade em que viveu, conseguiu conservar a graça real de D. Affonso V, de D. João II, e agora de D. Manoel que lhe concedia a distincção de se ir alojar nas suas casas.

Não foi o soberano pousar para os proprios Paços Reaes, porque n'essa occasião habitava alli sua mãe a Infanta D. Beatriz.

Estaria tambem a Rainha D. Leonor? Ou já habitaria os Paços de Santo Eloy que seu irmão lhe doára havia dois annos?[3]

---

[1] *Paço de Cintra*, pag. 55.
[2] Braamcamp Freire — *Critica e Historia*, pag. 295, 323 e 348.
[3] 29 de Abril de 1496.

E' possivel que esses Paços se estivessem ainda corrigindo, tanto mais que El-Rei D. Manoel para os tornar mais desafrontados mandára derribar umas casas do mosteiro, afim do Palacio ficar "em terreiro".[1]

D. Manoel pouco se demorou na habitação do escrivão de Fazenda. Foi para Cintra passar os primeiros tempos da viuvez.

Preoccupavam-n'o então assumptos de natureza varia, relativos a negocios de interesse publico, como era ordenar que se reunissem em Lisbôa os Prelados, Senhores e Procuradores do Reino, afim de se realisar a cerimonia do juramento.

E acima de tudo inquietava-o a sorte da armada de Vasco da Gama. Subia repetidas vezes á Serra, e lá no alto, pela janella da Ermidinha de Nossa Senhora da Pena, mergulhava a vista no horisonte em cata das velas que despedíra para a India.

Um dia, a hora da ceia, já em 1499, trouxeram-lhe noticia de ter o Gama chegado á Terceira.

A sua estrella, que parecia ter começado a empallidecer, brilhou outra vez com mais intensidade.

A chegada de Vasco da Gama tinha grande significação e attenuava dissabores que ao seu espirito affluiam.

Foi talvez essa nova que o dispoz a receber com menos commoção a noticia d'ahi a tempo enviada pelos sogros.

Seu filho, o pequeno Principe D. Miguel, n'essa occasião em Granada, fallecêra com vinte e dois mezes.

Damião de Goes diz que "El-Rei mostrou pouco sentimento, e o mesmo se fez em Castella, porque nem lá nen qua se pos por elle dó".[2]

Será possivel que como pae sentisse pouco a morte do filho unico? Será crivel que, como Rei ambicioso não lamentasse a perda do herdeiro do vasto imperio que sonhára?

E' verdade que apenas vira essa creança algumas vezes antes de voltar a Portugal, e não creára n'elle raizes o affecto de pae. E' verdade, tambem, que dentro em si a ambição levantava-se agora em novos vôos.

Não era já só o Senhorio das Corôas da Peninsula que o seduzia, eram novos mundos que lá para o Oriente se entreviam.

E emquanto á Corôa da Peninsula . . . Quem sabia?

Chegavam-lhe agora instancias dos sogros para que acceitasse como segunda mulher, a Infanta D. Maria que já anteriormente lhe tinham offerecido,[3] desejosos da sua alliança.

Ainda podia vir d'alli a herança de D. Joanna, a mais velha, se ella não tivesse successão.

Fez-se rogado. "Excusou-se algumas vezes" ou porque uma especie de fi-

---

[1] Para a topographia dos Paços da Rainha a Santo Eloy consulte-se o que a esse respeito escreve o sr. Anselmo Braamcamp Freire na *Critica e Historia*, pag. 340 e seg. e bem assim a planta da parte da freguezia de S. Bartholomeu que acompanha o artigo intitulado; o *Camareiro*.

[2] Damião de Goes — *Chronica de D. Manoel*, cap. XLV.

[3] Ibid, ibid, cap. XLVI.

delidade á memoria da Rainha Izabel o detivesse, ou porque não lhe appetecia a noiva imposta que na Côrte de Castella conhecêra, com o "queixo do rosto um pouco sumido„ e sem relevo de personalidade ou grande poder de encanto.

Afinal ponderando que, com a morte do filho se impunha um segundo casamento, "deu orelhas aos recados„ dos Reis Catholicos, e acceitou a alliança que lhe propunham.

Este acontecimento que havia de alvoroçar o animo da Rainha D. Leonor, veiu conjugar-se com outros dois que não menos a impressionaram — a trasladação dos restos de seu marido, da Sé de Silves para a Batalha — e o casamento do Senhor Dom Jorge.

* * *

N'este anno de 1500, El-Rei D. Manoel foi a Silves dispôr a solemnidade do cortejo que havia de conduzir o corpo de D. João II.

Levou comsigo o Senhor Dom Jorge e fez abrir o athaúde. As taboas do caixão estavam "comestas e gastadas„. O corpo do Rei que alli dormíra quatro annos estava incorrupto com os cabellos esquadrando-lhe as faces e com a pelle corada„.

Um assombro!

Correram logo boatos de milagres attribuidos ao Rei.[1]

E o phenomeno que seculos depois alguns importariam á acção do arsenico, foi julgado pelos coevos como indicio de santidade.

D. Manoel deixou o Senhor Dom Jorge para acompanhar o cadaver do pae, e correu á Batalha a esperar o feretro, e a prestar homenagem ao seu predecessor com officios em pontifical.

Não convocou Senhoras á cerimonia ou pelo menos não as menciona Damião de Goes sempre abundoso em nomes na sua chronica. Mas certamente D. Manoel trouxe á irmã noticia do que vira e ouvira . . .

Devia ter causado no espirito da Rainha certo espanto a fama de vaiimento celeste attribuida ao marido. Conhecêra-o grande Rei e *justiceiro*. Mas nunca se lhe affigurára D. João como um *justo*, synonymo de santo na expressão religiosa, e muito menos um milagreiro. Mas como era piedosa não se revoltou contra a lenda que começava a esboçar-se.

Por este tempo entrou ella a cuidar do estabelecimento do Senhor Dom Jorge. E a forma como procedeu destróe a versão que lhe attribue um odio invencivel contra o filho de D. Anna de Mendoça.

Não o quizera para Rei, é certo, mas tratava de lhe encher a vida de regalos. Bem o ia demonstrar encastoando na Corôa do Duque de Coimbra, a perola de mais fino oriente que possuia no seu guarda-joias — D. Beatriz de Vilhena — a quem na Côrte chamavam a *Perigosa*.

Creára-a em sua casa. Trouxera-a na sua Côrte, ainda em tempo de El-Rei seu marido. Assistira com jubilo ao desabrochar d'aquella mocidade radiosa. Fol-

[1] Damião de Goes — *Chronica de D. Manuel*, cap. XLV.

gára com os triumphos alcançados na roda em que tão lindas raparigas brilhavam. Applaudira os madrigaes com que a tinham assediado poetas e cortezãos. E se porventura a assaltava o receio de que tanto incenso desvanecesse a sobrinhita e lhe transviasse o juizo, logo reflectia que, embora a alcunha a indicasse como perigo para a tranquillidade da Côrte, não era perigosa para o socego do futuro marido.

D. Beatriz era filha do Senhor Dom Alvaro, irmão do Duque de Bragança. Quando este fôra atirado para fóra do Reino, D. João II, fizéra constar ao Conde de Olivença, sogro de D. Alvaro, o desejo de que ficasse em Portugal uma filha do desterrado, a quem seria dada toda a casa e fazenda do pae.

Tomou ella o appelido de Vilhena, e foi acolhida com carinho pela Rainha D. Leonor.

Tão linda era que logo ao apparecer nos serões joaninos foi saudada em verso pela pleiade dos versejadores de fama.[1] Os signaes que mosqueavam o seu rosto, a graça das suas replicas, a viveza dos seus olhos desnorteavam a mocidade.

E por isso D. Diogo, filho do Marquez de Villa Real lhe chamou a *perigosa*. Com elle, um enxame de palacianos lhe dirigiu versos e a adulou.

A Rainha D. Leonor que lhe conhecia bôa indole e lhe "queria tanto como se fôra filha„ destinou-a a Dom Jorge, visto que o Rei D. Manoel não tinha filha casadoira a quem elle se unisse, conforme D. João II desejára.

Esta, era quasi Princeza, a sua casa era opulenta; tudo a indicava para o filho do Rei.

Elle, o noivo, andava agora na volta dos dezoito annos. Sem grande relevo de espirito, era comtudo bem dotado de animo. Affectuoso, complacente, distincto de maneiras, promettia ser um bom marido e dar a D. Beatriz de Vilhena, a felicidade que n'este mundo se póde alcançar, e que a Rainha para ella desejava. Casou-os. Compareceu nas "honradas bodas que fez em seus proprios paços„ deu á noiva joias, enxoval, e installou-a n'uma existencia promettedora.

Agora ia a Rainha recolher-se ainda mais. Poucas vezes appareceria em festejos, embora os não evitasse quando a sua presença era requisitada ou por exigencias da situação que occupava, ou porque com a sua assistencia favorecia os emprehendimentos do poeta seu protegido, que então começava a balbuciar as primeiras trovas.

Gil Vicente ia romper na scena portugueza trazido pela sua mão.

Mas não antecipêmos.

* * *

D. Manoel casára a 30 de Outubro d'este anno de 1500 em Alcacer do Sal e viéra para Lisbôa residir com sua segunda mulher nos Paços da Alcaçova.

O que esses Paços foram diz-nos Castilho n'um romance em que se respira um ambiente tão quinhentista que, embora obra de phantasia, faz sentir o

[1] *Neves de Antanho*, pag. 43 e seg.

Portugal de então com mais intensidade e sabor portuguez que as chronicas e os alfabarrabios.

"A cavalleiro da resumida Lisbôa do seculo XVI (diz o romancista[1]) torrejava, com as suas muralhas abaluartadas, os seus corucheus de azulejo, o seu arreganho de antiga praça de guerra, o seu aspecto senhoril, o Castello e Alcaçova dos nossos Reis."

E o bom Castilho descreve o formoso Paço com tintas que o fazem resurgir.

Hoje nada existe do que foi, senão alguns restos de paredes, e portaes arruinados.[2]

Nada mais.

No anno de 1502 em que vamos entrar, o Paço da Alcaçova era um dos mais sumptuosos, dos mais ricos, e dos mais bem adornados da Europa.

A 6 de Junho nasceu alli o futuro Rei D. João III, e na segunda noite do seu nascimento representou-se na Camara da Rainha D. Maria, parturiente, o Auto da Visitação.

A esta festa do espirito concorreu a Rainha D. Leonor, madrinha dos dois recemnascidos — o futuro Rei de Portugal e o Theatro portuguez.

N'outro capitulo veremos como se demonstra a sua acção n'este acontecimento.

Agora acompanhemol-a á cerimonia do baptisado do Principe que se realisou na capella de S. Miguel, dentro do Castello, sendo ella e sua mãe a Infanta D. Beatriz madrinhas, e padrinhos o Duque de Bragança D. Jayme, e o Embaixador de Veneza Pero Pasquaglio.

Houve n'esse dia um incendio no Paço. Mas não teve consequencias de maior e a Rainha recolheu em socego ás Casas de Santo Eloy alli na visinhança, onde então já residia.

Não nos ficaram descripções minuciosas d'esse Palacio, do qual hoje nada resta, porque com o terremoto desappareceu tudo.

Onde era?

O Visconde de Castilho, na sua *Lisbôa Antiga*, apresentou uma hypotese, que julgou bem fundada.[3]

Mas posteriormente conformou-se com a opinião do sr. Braamcamp Freire, que diz o seguinte:[4] "Os paços da Rainha D. Leonor tomavam aprossimadamente metade do actual largo dos Loios, desde a esquina occidental da rua de

---

[1] Julio de Castilho — *Mocidade de Gil Vicente*.

[2] Quando, desde Janeiro a Março de 1919, alli estive preso, entre as muralhas que tinham abrigado toda aquella geração, aproveitei o tempo para tirar das pedras noticias da vida de então. Mas as pedras que fallam muito á nossa phantasia raras vezes nos dão documentos valiosos e preciosos. E a critica moderna só se satisfaz com documentos. Uma data gravada, uma sigla, uma inscripção, são ás vezes indicios preciosos. Mas alli não encontrei nada. O terremoto, os municipios, e os governos fizeram d'aquillo tudo uma caserna sem alma. E já houve quem dentro das venerandas muralhas quizesse installar um hotel.

Um Ritz no Castello de S. Jorge!

[3] Visconde de Castilho — *Lisboa Antiga*, vol. VII.

[4] Braamcamp Freire — *Critica e Historia*, pag. 357.

S. Bartolomeu, passando em frente da desembocadura da rua da Saudade, e ocupavam ainda uma parte do chão dos predios que deitam para o lado norte do largo dos Loios, desde a esquina oriental da rua de S. Bartolomeu».

N'esta residencia, decorreu uma parte da vida da Rainha. E mesmo quando depois se deslocava para alguma das suas casas no campo — Almada — Obidos — Abrantes — Lavradio ou Xabregas, onde, como vamos ver, mandou construir um palacio, logo voltava ás casas de Santo Eloy, nas quaes em 1525 veiu a morrer.

Alli é que D. Leonor se considerava em Lisbôa, a cidade por ella preferida. Tão profundamente lisboeta se sentiu sempre, que já em 1495, n'uma carta dirigida á vereação agradecendo o cuidado por essa collectividade manifestado, quando estivera doente, dizia: "que pelo grande amor e grande affeição que tinha a esta cidade, esperava que Nosso Senhor affastasse della as epidemias para estar com socego n'esta terra, porque o tempo que fóra d'ella estava, lhe parecia que não era viver.[1]»

Foi n'este Paço de Santo Eloy, que passou o periodo mais intellectual da sua vida, occupando-se de obras artisticas, litterarias, ou piedosas.

Alli cuidava de fazer encommendas ao seu lavrante Gil Vicente, proximo visinho, pois residia n'umas casas a que ella propria allude no seu testamento, quando diz: "as casas em que vivia Gil Vicente».[2] Alli delineou com a ajuda do genial ourives, os formosos calices que depois legou ao mosteiro da Madre de Deus, a que no mesmo testamento allude dizendo "o que corregeo Gil Vicente e outros dos que elle fez». Alli figuravam na sua riquissima capella os thuribulos com graciosas navetas, os castiçaes e galhetas de prata, as cruzes sacras emolduradas, relicarios preciosos, e cofres lavrados em Florença ou sahidos das officinas dos nossos artifices todos fabricados por inspiração sua. N'esse Paço tambem tinha ella a recheiada Botica com vidros, porcelanas, vasilhas, taboleiros, gamelas e graes, e mais objectos que n'aquelle tempo eram já preciosos e que hoje fariam a felicidade dos collecionadores de velharias. Alli nos serões recatados, tendo em redor as suas donas e cuvilheiras, todas encruzadas sobre esteirões á luz discreta dos candeeiros de latão que alumiavam a sala de lavores, collaborava no bordar dos mantos, das dalmaticas de brocado com os savatrozes de setim e mais obras de agulha, em que tão perita se mostrava aquella Catharina de Besa, que a Rainha no testamento nomeou.

Era tambem n'este Paço que se guardavam os livros em latim, pelos quaes ella seguia a missa, os breviarios em pergaminho e os livros "porque lhe liam á meza».

Este dizer parece indicar, e isso é interessante como particularidade do viver domestico da Rainha, que durante os repastos, as ledôras da Camara se re-

---

[1] Benevides — *Rainhas de Portugal*, tomo I, pag. 308.

[2] O testamento da Rainha D. Leonor, não se conhece porque desappareceu. Apenas temos noticia da parte em que são descriptos os legados ao Convento da Madre de Deus. (Vide *Chronica Serafica*, de Frei Jeronimo de Belem, Parte III, pag. 85), e a parte relativa ás casas em roda do seu Paço. (Vide *Chancellaria de D. João III*, liv. 44.º de *Doações*, citada por Braamcamp Freire — *Critica e Historia*, pag. 354.

vezavam na leitura de obras de que o seu espirito era guloso, ou lhe confortavam o coração.

Entre os volumes preciosos que formavam aquella livraria, merece especial menção:

O LIVRO DE HORAS DA RAINHA D. LEONOR [1]

Quando se examina devotamente e á medida que vão passando uma a uma as paginas d'essa joia de raro valôr, sente-se a commoção enternecida, que invade os crentes, ao tocarem uma reliquia.

Desde o *ex-libris* que em lettra gothica nos diz: "Este liuro foi da Rainha dona Lianor — não se pode dar fóra so pena de excumunhão —" até o final da obra, aquellas folhas de pergaminho em que apparecem á nossa vista deslumbrada as delicadissimas miniaturas attribuidas a Antonio de Holanda, todas a claro-escuro, com toques de oiro (*camaieu*) são motivos das mais encantadoras surprezas.

Além dos quadros de caracter religioso, que occupam algumas das paginas inteiras, outros ha de assumptos profanos nas illuminuras, figurando — um monge aquecendo-se á lareira — a matança do boi — o esboço de uma aventura amorosa, entre um nobre *cavalleiro e a sua dama*, a quem elle offerece e de quem recebe flôres, deante de quem se ajoelha emquanto ella tange cythara, e a quem afinal arrebata na garupa do cavallo, — caçadas com arco ou lança — monteiros tocando buzinas, etc., etc., etc..

Mas não nos prende a attenção somente o valor artistico d'aquella maravilha, que póde competir com os Livros de Horas de D. Duarte, ou de D. Manoel, com os de Luiza d'Anjou, Catharina de Medicis ou Anna de Bretanha. Outro motivo nos alvoroça o animo, quando a fortuna nos faculta examinal-o.

Tem em si o prestigio que dá a tradição, o *quid* dos objectos que uma lenda envolve e que pertenceram a figuras historicas, em cuja vida tiveram uma influencia sentimental.

Sobre cada folha d'esse codice debruçou-se o artista na embriaguez da composição e no intuito de agradar a quem sabia que havia de apreciál-o. E a Rainha foi acompanhando attentamente a inspiração do miniaturista.

Foi depois admirado pela gente culta, a quem a novidade do processo introduzido n'aquella arte, interessava.

E afinal foi folheado com recolhimento pelas mãos da piedosa possuidôra, durante as longas meditações, no inverno da sua vida.

A poesia que aquelle livro exhala, não é só a que vem da perfeição dos desenhos, provém de sentirmos a communhão espiritual, que houve entre o devo-

---

[1] *O Livro de Horas da Rainha D. Leonor* por muito tempo esteve na *Imprensa Nacional*, onde se achava de locado. Encontra-se hoje na Bibliotheca publica. A'cerca d'elle escreveu um artigo muito elucidativo o sr. D. José Pessanha, na *Arte Portugueza* no anno de 1895 — e d'elle se occupou Gabriel Pereira, no folheto intitulado — *Livros preciosos* — Coimbra, 1910.

cionario mystico e quem pelas suas paginas seguia as horas canonicas, e elevava a sua alma a Deus...

Voltêmos aos Paços de Santo Eloy.

Aqui encommendou a Rainha a Gil Vicente, alguma das obras de devoção que elle compoz e que é presumivel, lhe viesse declamar antes de representadas. E aqui tambem ouviu o seu escudeiro Valentim Fernandes, litterato e impressor, que viera de Allemanha e lhe fallava das viagens de Marco Polo, que elle traduzira, e da impressão em lettra de fôrma da *Vita Christi*.

E como em tudo a sua actividade artistica se occupava tinha a servil-a um mouro, azulejador de merecimento, a quem chamavam: "*Alle Azulejo mouro da Rainha D. Leonor*„ que ella empregava em trabalhos de ceramica.

Foi tambem n'estas casas que concebeu a ideia de fundar o *Mosteiro da Madre de Deus*, que depois mandou executar.

Hesitava, porém, na escolha da Imagem da Virgem Mãe, sob cuja invocação havia de ficar o convento.

As exigencias do seu espirito de artista, e os impulsos do seu animo devoto tornavam a eleição difficil.

Começou a espalhar-se pela cidade a noticia e logo affluiram os santeiros de fama, os *imaginarios*, os esculpidores, e os mercadores da Rua Nova, trazendo cada qual um producto da sua officina ou um artigo do seu commercio. Todos a Rainha regeitava porque não satisfaziam a sua aspiração.

Andavam já os creados enfadados resmuneando com tanto refugar, attribuindo-o a capricho da soberana.

Ora um dia chegaram á porta do Palacio dois moços com ar estrangeirado. O porteiro e a demais creadagem, pela physionomia e pelo trajo julgaram-n'os flamengos. Traziam uma Imagem de Nossa Senhora que desejavam vender.

A rara belleza da esculptura impressionou a Rainha e todos os que a rodeavam. Logo ficou assente não poder ser outra a destinada ao futuro cenobio de Claristas.

Tractou se do preço. Tão grande era a somma exigída pelos dois mensageiros que D. Leonor julgou ser jogo de especulação gananciosa. Hesitou. Debateu-se a quantia. E ficou a resolução para o dia immediato.

Accudirá ao espirito do leitor habituado aos manejos habeis dos modernos commerciantes de raridades que os forasteiros flamengos precursores dos nossos mercadores de *bric-à-brac* jogueteavam com o engodo afim de obterem avultada somma.

Objectaremos, porém, que segundo affiança o chronista da *Ordem Serafica* "os mancebos não voltaram mais„. E, accrescenta ingenuamente o franciscano "deram por concluido o negocio e n'isto ficou persuadida a Rainha de que os mensageiros eram Anjos do Céo que d'elle vinham trazer-lhe a Patrona, e Titular do novo Mosteiro„[1].

A Imagem tinha as mãos postas e a cabeça inclinada. Collocaram-lhe na frente um Deus menino, e assim foi para o Oratorio da Rainha, emquanto não ia para a egreja do futuro convento.

---

[1] Frei Jeronymo de Belem — *Chronica Serafica*, parte III, pag. 53.

Onde viria a ser fundado esse cenobio?

Quando D. Leonor ideiou um mosteiro de franciscanas debaixo do instituto e regra primeira da Matriarcha Santa Clara, resolvera edifical o alli no mesmo bairro onde morava, na parochia de S. Bartholomeu.

S. Francisco de Assiz, uma das mais poeticas figuras do agiologio christão seduzia as imaginações e attrahia os animos desde os primeiros confins da edade média. Santa Clara, sua filha espiritual, instituindo a Ordem das Claristas ia despertar em muitas almas o instincto de abnegação que caracterisa aquella Ordem e que attrahiu a Princeza Branca, filha de S. Luiz e Santa Hedwige, Rainha da Polonia.

A Rainha D. Leonor que tinha atravessado tanta tragedia, que tinha sido opprimida por tanta angustia, e alanceada por tão grandes desventuras, sentia a ancia de se recolher em Deus e de juntar a si creaturas com quem formasse uma communidade espiritual, e com quem se refugiasse do mundo n'um mosteiro, não muito afastado da sua habitação. Abrigo nas horas de devoção, consolo nas recordações de amargura.

Estava pois decidida a edificar o convento em communicação com a sua casa, quando uma circunstancia imprevista, que caracterisa o espirito d'aquelles tempos, veiu alterar a resolução.

Vivia na Côrte de Lisbôa uma mulher (o chronista não menciona o nome) de conhecida e famosa virtude. Essa mulher teve uma visão. Era frequente o phenomeno quando a fé viva em organismos hypersensiveis dispunha os cerebros para o sobrenatural.

Se o caso se dava com uma creatura quasi divina em Domremy, no periodo agudo de uma crise nacional, *as vozes* que fallavam á *bonne Lorraine* levavam-n'a á guerra e faziam d'ella — Jeanne d'Arc.

Se o facto se produzia n'um canto da devota Lisbôa quinhentista inspirava a uma vidente o commando de legiões de monjas na empreza de escalarem o Céu.

Esta, vira em sonho uma grande escada semelhante á de Jacob. Uma das extremidades tocava no céu. A outra apoiava-se n'um canteiro do mundo muito florido que ella reconheceu ser Xabregas.

Pela escada subia uma multidão de almas perfeitas e gloriosas.

A Rainha teve conhecimento da apparição, e julgou descobrir n'esses espiritos que subiam purificados as almas das futuras Claristas, e talvez a sua.

Estava indicado o local para o mosteiro.

E como nas hortas chamadas da *Concha* pertencentes a uma D. Ignez, viuva de Alvaro da Cunha, existia um casarão, de apparencia nobre e vastas dimensões, tractou de o adquirir para n'elle installar o devoto gyneceu.

O sitio era aprazivel e considerado n'aquelle tempo um arrabalde proprio para desfastio dos grandes. As casas eram quasi um palacio.

Por isso a Rainha D. Maria appeteceu-as para n'ella passar algumas temporadas.

El-Rei D. Manoel pediu á irmã que lh'as cedesse. Ella, porém, embora a penalisasse contrariar o irmão e a cunhada, fez-lhes saber que já estavam destinadas a outro fim "e que já entregára as chaves das casas a outra maior Rainha.„

CAPITULO XXXVII

A Madre de Deus

QUEM segue de Lisbôa pela estrada que leva a Xabregas encontra á esquerda um monumento extravagante, que se chama a Madre de Deus.

Não é o antigo mosteiro tal como a Rainha D. Leonor o edificou.

Aquella elegante portada, gracioso specimen do estylo (?) a que se chamou *manoelino*, aquella ridicula serie de ameias, umas com o *camaroeiro*, outras com o *pelicano*, e nos angulos umas lettras pseudo gothicas[1] com que um desastrado restaurador adulterou o monumento; aquella formosa Torre hoje degollada (a pretexto de offerecer perigo), aquelle agulheiro de azulejos nossos contemporaneos com que o referido architecto quiz *fingir antigo*, toda aquella misturada que attesta significativamente a falta de criterio e a incompetencia com que se desnaturam os nossos monumentos mais caracteristicos, não é a fabrica primitiva do convento e da egreja.

E se o curioso attrahido pelo perfume de tradição que aquelle edificio ainda exhala, embora mutilado, penetra nos seus muros, sente uma allucinação, um mal estar, uma revolta intima em cada canto que percorre.

Já o destino dado pelos governos a este convento tornando-o, como o dos Jeronymos em Belem, azylo de rapazes menores, que devassam com brincadeiras a severidade da antiga clausura, offerece um espectaculo grotesco, parecendo que houve realmente uma intenção de amesquinhar a magestade, e um proposito de banalisar padrões de epochas gloriosas.

Mas a indignação não tem limites quando ao observar o mistiforio agglomerado por uma recente *restauração* (?) se nos patenteiam intenções pretenciosas colhidas na mofina eschola dos Violet le Duc, e que até fazem suppôr intuitos sectarios de profanar o caracter religioso da fundação. Verdadeiros attentados contra o bom gosto, a arte e a archeologia.

Azulejos arrancados em alguns sitios, n'outros accrescentados com enxertos trazidos de varios monumentos (Pharol de S. Vicente, Convento de Sant'Anna

---

[1] *A. D. M. P.* — Azylo D. Maria Pia!

etc.[1]) azulejos mandados fazer modernamente *imitando antigo;* phantasias ampliando os quadros da sacristia, e tudo isso n'um amalgama que não se sabe se o intento foi restaurar, se modernisar, se fazer servir o monumento de *réclame* a ceramistas e azulejadores. Uma confusão!

Mas onde todos os que tiverem algum criterio ou simplesmente uns pós de bom senso, de bom gosto, ou de consciencia artistica, sentem invadil-os uma onda de repulsão, é quando, ao examinar os capiteis no pavimento superior, do claustro pequeno verificarem a resolução estapafurdia que o *restaurador* tomou de substituir alguns que se achavam talvez mutilados por outros onde se encontra figurado *um comboio com a sua machina fumegante* (!) e alguns symbolos *maçonicos.* (!) Isto n'um claustro do seculo XVI!

Não insistirêmos nas profanações alli realisadas.

Já vem de longe a insania de mascarar monumentos, com a aggravante de commetter o crime apparentando superioridade de criterio archeologico e artistico.

Fallêmos tão sómente na primitiva fundação e reconstruâmos em imaginação o convento como o architectou a Rainha, quando para alli trouxe em 18 de Junho de 1509, as primeiras sete religiosas, que vieram do convento de Jesus em Setubal, sendo abadessa Soror Collecta, cuja sepultura raza se encontra hoje ainda junto á da Instituidora.

E' difficil de reconstituir em imaginação o cenobio, tal como foi, se attendermos aos elementos que concorrem para transformar successivamente as casas de Alvaro da Cunha, até chegar a que é o actual edificio da Madre de Deus.

Primeiramente as obras alli realisadas pela propria Rainha, com o fim de adaptar um palacete ao fim a que o destinára.

Em seguida as obras de El-Rei D. João III, as de D. João V, as de D. José, os destroços causados pelo terremoto e os não menos deploraveis determinados pelo vandalismo dos architectos hodiernos.

Existem comtudo as paredes, as pedras que as formam, alguns objectos preciosos, quadros ou alfaias que a Rainha para alli mandou, ou legou por testamento e que escaparam á rajada devastadôra.

Mas existe principalmente esse *não sei quê*, a que se pode chamar a alma de um monumento, que ainda por alli paira e que as "monstruosidades do tempo e da fortuna", não conseguiram nem conseguirão expulsar. Atmos imponderaveis do espirito da Fundadôra, dos artistas que com ella collaboraram, das religiosas que alli estiveram enclausuradas, rezando e meditando, das multidões de fieis que á egreja vieram implorar milagres, ou receber reliquias prestigiosas, de toda a complexa essencia de sentimentos, que ficam adherentes ao edificio como o perfume do incenso e do rosmaninho permanece nas egrejas ainda muito depois de terminados os officios divinos. Tudo isso se apodéra do animo de quem alli entra, por menor que seja a sua phantasia, ou limitada a sua instrucção.

Restando pouco ou quasi nada da antiga traça, e sendo a maior parte da fabrica posterior á Rainha, não nos deteremos a fazer uma visita minuciosa ao edificio actual. Uma monographia seria aqui deslocada, e para uma descripção

[1] Vide — *Mosteiro e Egreja da Madre de Deus,* por Liberato Telles, pag. 17 e seg.

faltar-me-hiam elementos e os dotes naturaes dos cicerones — eloquencia e . . . inventiva.

As sete primeiras monjas que eram Damas suas, vieram juntar-se mais outras, até prefazerem o numero de vinte, na companhia das quaes a Rainha D. Leonor assistiu á benção da primitiva egreja, realisada com a assistencia do Arcebispo D. Martiuho da Costa, a 18 de Julho d'aquelle anno de 1509.

Essa egreja foi modificada depois por D. João III, tornando-a sala do Capitulo. A que hoje existe foi construida n'um plano mais elevado, porque nas marés grandes, o Tejo invadia o pavimento da primeira.

As obras durante a vida da Rainha, foram continuando sempre, sob os seus auspicios. Seguia-as com interesse, tomando ao mesmo tempo parte nos exercicios espirituaes da communidade, e fazendo vida de freira nas temporadas que passava no convento.

Não professou, porque os votos de pobreza da Ordem a obrigariam a privar-se das suas rendas, que eram applicadas em obras de caridade e de utilidade geral. Mas foi professa sem obrigação de votos, escolhendo a terceira regra serafica, que lhe permittia ser freira sem clausura.[1]

Como as vindas a Xabregas e as voltas aos Paços de Santo Eloy, eram ás vezes fatigantes e prejudiciaes á sua saúde, resolveu construir junto ao convento, um Paço onde habitasse.

No de Santo Eloy, tinha ella um passadiço para o côro da egreja dos frades Loyos, onde ia rezar o officio com uma religiosa, que para esse fim tinha retirado de um mosteiro, auctorisada pelo Papa Julio II.

Além do Palacio de Xabregas [2] e emquanto elle se estava construindo, tinha D. Leonor dentro da clausura uma casa para sua residencia, que por muito tempo se ficou chamando — *a casa da Rainha*,

O Imperador Maximiliano I, com quem ella se correspondia em latim, sabendo da predilecção que sua prima tinha por este mosteiro, e a veneração votada a reliquias de Santos e de Martyres, resolveu fazer doação á Rainha de duas preciosidades que ella muito apreciou.

O retabulo onde está representada a cidade de Jerusalem, sobre o qual foi apposto o retrato de D. Leonor — e o corpo de Santa Auta, uma das onze mil virgens, que se achava no thesouro de Austria.

As solemnidades com que essa reliquia foi recebida em Septembro de 1517; a procissão que se organisou para a transportar do navio em que vinha para o mosteiro; os milagres e prodigios realisados por sua intervenção, são assumptos de muitas paginas dos chronistas.

O que para nós mais interesse tem, é a pintura que se admira na Sachristia e em que estão representadas a Rainha e a procissão. Vê-se alli a fachada an-

---

[1] *Chronica Serafica* — Parte III, pag. 71.

[2] Os Paços de Xabregas construidos pela Rainha D. Leonor, foram habitados por ella e depois por varios soberanos — D. João III, e a Rainha D. Catharina, que alli esteve durante a sua Regencia. Ao depois viveu n'elles a duqueza de Mantua em seguida á Restauração. E finalmente D. João IV, a pedido de sua mulher, doou este Paço á Camareira-Mór condessa de Unhão, e foi renovado pelo Marquez de Niza. Hoje está alli o Azylo Maria Pia.

tiga do templo, com a porta que então servia a egreja e que foi depois entaipada por causa das cheias. O architecto que em 1872 procedeu á restauração, serviu-se da pintura para reconstituir a frontaria, mas não foi feliz no seu emprehendimento.[1]

Accumulou a Rainha n'aquella casa religiosa preciosidades de que nos fallam os livros, mas que na maior parte levaram descaminho.

Das que restam, quem as quizer conhecer ou colher noticias, dê-se ao trabalho de visitar, não só a Madre de Deus em Xabregas, para ver as que ainda alli ha, mas os museus onde se encontram, depois que a orientação moderna arrastou e concentrou n'esses grandes cemiterios d'arte, os objectos existentes nos Conventos, Capellas, Palacios e monumentos, onde tinham vida propria e estavam no seu meio. Leia tambem as obras que d'ellas tractam — *Arte Religiosa*, onde o sr. Joaquim de Vasconcellos escreveu um proficiente artigo[2], Frei Jeronimo de Belem — Benevides, etc..

Era alli que se encontrava a copia do Sudario, que existe em Turim, e fôra offerecida por Maximiliano, além de muitas reliquias mettidas nos seus envolucros, uns de oiro, outros de esmalte, alguns de madeira, mas todos bem significativos do gosto artistico, que a Rainha punha em tudo.

E se o meu leitor quizer ter uma deliciosa impressão de arte, vá ao museu de Arte Antiga, nas Janellas Verdes, examinar o famoso:

RELICARIO DA RAINHA D. LEONOR

Este relicario faz nascer no espirito uma onda de reconhecimento pela Princeza que o encommendou ao seu lavrante, para n'elle conservar um espinho da Corôa de Christo, que pertencêra a seu avô D. Duarte, e fôra trazido mysteriosamente por um velho aos seus Paços.

O relicario é uma maravilha que, juntamente com a celebre Custodia dos Jeronymos, seria o bastante para testemnnhar o grau de perfeição da ourivesaria portugueza no seculo XVI, e o genio do artista que o concebeu e executou.[3]

Quem seria ?

Evidentemente estava em Portugal, pois a Rainha, grande protectora dos ourives, não iria fazer encommendas para fóra, que seriam de tardia execução.[4]

Ora se o artista estava aqui, foi provavelmente Gil Vicente, quem se incumbiu do trabalho. N'esse lindo relicario collocou o genial lavrante o escudo da Rainha, não esquecendo o Camaroeiro e uma cabeça de mulher que segundo o sr. Joaquim de Vasconcellos aventou, poderá ser o retrato da Rainha.

N'aquelle mosteiro a p r dos objectos d'arte de que se rodeava, o que era uma das necessidades do seu espirito, fazia tambem representar algumas das

---

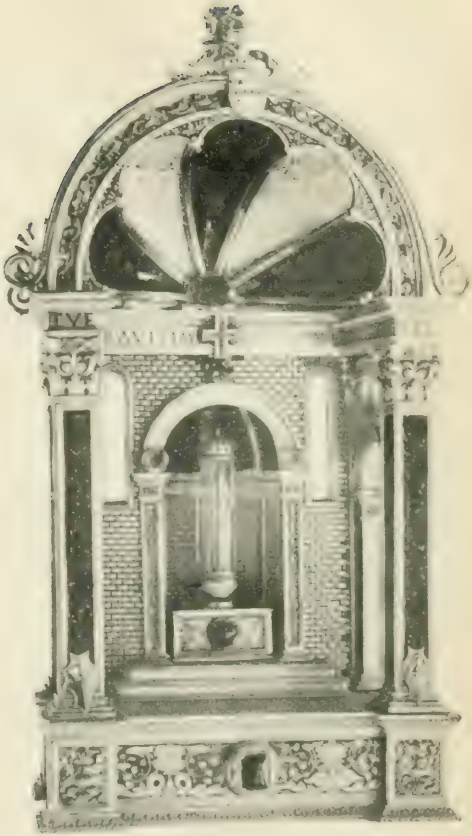
[1] Liberato Telles — *Mosteiro da Madre de Deus*, pag. 14 e 15.

[2] J. de Vasconcellos — *Arte Religiosa em Portugal*, fasciculos 16 e 17. — Frei Jeronimo de Belem — *Chronica Serafica*, Parte III, pag. 26 e segue etc. etc. etc.,

[3] O sr. Joaquim de Vasconcellos, no curioso artigo que já citámos descreve-o, faz d'elle uma judiciosa critica. O leitor pelas duas estampas que apresentamos poderá apreciar aquella obra prima.

[4] Os artistas italianos d'esse tempo levavam annos a executar as encommendas e era necessario ás vezes forçal-os, mettendo-os na prisão, com o succedeu com Fidele de Tener, que fez esperar Isabelle d'Este Ferrara annos e annos por umas pulseiras que lhe encommendou.

COSTAS



FRENTE

ova photographica
de J. C. Cruzinho

RELICARIO DA RAINHA D. LEONOR

Do mosteiro da Madre de Deus, hoje existente no Museu das Janellas Verdes

Estampa I, p. 281

obras dramaticas (de devoção) por ella inspiradas ao seu comediographo. Foi alli que se deu perante a communidade o *Auto da Sybilla Cassandra*, a que mais adeante assistiremos, quando tratarmos de Gil Vicente na Côrte.

Ao mesmo tempo nos dias que alli passava fazia vida conventual, sem distincção das outras religiosas. "Emquanto ellas iam a *Completas*, varria ella mesma o refeitorio e concertava as mezas".[1]

E quando com ellas comia fazia-lhes bôa graça apreciando a saborosa *porea* em cujo condimento as madres eram insignes.[2]

* * *

Quando vinha de Santo Eloy para Xabregas, ou d'alli sahia, passava pelo Convento de Santos-o-Novo, para onde em tempo de seu marido tinham vindo n'uma procissão famosa, as commendadeiras de S. Thiago.

Afastado da estrada, sem architectura caracteristica, aquella grande molle de pedra abrigava uma communidade distincta. D'elle havia de dizer tempos depois o poeta Chiado nas suas prophecias: "E no dia de Paschoa florida, caminho de Enxabregas, perto de Lisbôa apparecerá o Mosteiro de Santos com algumas freiras formosas e outras feias".[3]

Entre as feias em 1502 estava a abbadessa D. Violante Nogueira, tia paterna de D. Anna de Mendoça.

Entre as formosas, mas ainda não freira, estava a antiga amante de D. João II. Desistindo de casar-se como o testamento d'este a auctorisava, (quasi a convidava até) considerou que tendo em Santos-o-Novo uma tia Superiora da Communidade, e que seu filho o Senhor D. Jorge era Mestre da Ordem, a melhor resolução que podia tomar era recolher-se áquelle Mosteiro, fazendo parte *das dezoito donas* que alli viviam.

Com o manto de cassa em musselina branca, tendo no hombro a cruz verde floreteada de S. Thiago e com um toucado da mesma cassa que n'um bico elegante lhe pousava na testa, deixando ver os cabellos ainda formosos, a antiga Dama da *Excellente Senhora* tinha um ar senhoril e attrahente entre as companheiras d'aquella Ordem pouco severa e nada rigorosa.

Não se sabe quando professou. Não se sabe quando foi commendadeira.

Mas sabe-se que em 1509 já governava a communidade.

Ao espirito da Rainha quando se dirigia ao seu mosteiro de franciscanas de disciplina tão apertada, e de obrigada pobresa, occorriam certamente comparações. E então affluiriam lembranças. . .

Mas já tudo se ia diluindo nos nevoeiros do passado. A vida desgasta a acuidade dos sentimentos. Despeitos, ciumes, odios, rancôres, tudo o tempo desbóta. E com a serenidade vem a indulgencia. Já não se odeiavam!

D. Anna tambem padecêra, tambem soffrêra desilusões. Se um impulso do

[1] Frei Jeronymo de Belem — *Chronica Serafica*, parte III, pag. 72.

[2] Moraes — *Diccionario*, vocabulario. *Porèa* — diz: uma potagem que fazem em Lisbôa as Religiosas da Madre de Deus

[3] Alberto Pimentel — *O poeta Chiado*, pag. 231.

coração a desviára, a vida não lhe trouxera triumphos ou alegrias. E a não ser o erro que a paixão absolve, a sua vida fôra exemplar.

A labareda estava apagada. A rivalidade extincta.

Agora as duas seguiam cada qual a sua existencia. Uma dirigindo a communidade de Santos-o-Novo. A outra dedicando-se a obras pias, e a fundações uteis.

Entre, estas as *mercearias* — que instituiu em Torres Novas, Obidos e outras localidades.

Ainda em nossos dias havia *merceeiras.*

"Eram mulheres viuvas e honestas, outras que não houvessem casado, mas de bom comportamento e ajustada vida: que fossem todos os dias ao convento (o de Santo Agostinho de Torres Vedras ou outro da localidade em que vivessem) ouvir uma missa e rezar pela sua alma, com sessenta alqueires de trigo cada uma de sua ordinaria, e sua esmola de dinheiro para um calçado".[1]

Ao mesmo tempo fundava o convento da Annunciada em Lisbôa. O local escolhido para o novo Mosteiro foi o de uma antiga mesquita que se "achava nas faldas do Castello de Lisbôa".[2]

N'essa casa, ao principio ainda mal accomodadas, entraram em 1519 as primeiras dominicanas vindas do Convento de Jesus em Aveiro, pertencentes a familias illustres: — D. Joanna da Silva, D. Brites de Menezes, filha e sobrinha do Conde de Penela e D. Brites de Noronha, filha dos Condes de Abrantes.

Não deixaremos de mencionar, visto que nos estamos occupando das fundações da Rainha, outra a que está ligada uma ingenua lenda de gracioso geito — a Egreja da Merciana no termo de Aldeia Gallega.

"No centro da povoação (escreve o sr. Guilherme Henriques, da Carnota, no seu livro o *Concelho de Alemquer*)[3] está o templo magestoso erigido em honra de Nossa Senhora da Piedade, objecto de um fervoroso culto durante 500 annos. Conta a tradição que em 1305 um pastor de Aldeia Gallega, pastando seus bois nas charnecas visinhas, notou que todas as tardes a certa hora lhe faltava um boi da manada chamado *marciano* tornando mais tarde a apparecer. Admirado do caso espreitou o animal e seguindo-lhe o rasto, foi achal-o ajoelhado aos pés de um carvalheiro, e entre a folhagem da arvore via-se uma imagem pequenina de Nossa Senhora.[4] O pastor apressou-se em avisar o prior de Aldeia Gallega, e elle, com os habitantes, foram buscar a imagem e a trouxeram para a egreja parochial. Na mesma noite a imagem desappareceu e foram achal-a novamente no carvalheiro. Entenderam que a Senhora assim queria mostrar desejos de estar para sempre n'aquelle sitio e por isso lhe fizeram uma ermida alli mesmo que logo se tornou muito concorrida pela fama dos milagres que por intervenção da Senhora se faziam.

---

[1] Frei Jeronymo de Belem — *Chronica Serafica*, parte III, pag. 78.

[2] Ibid, ibid, ibid, pag. 76.

[3] Guilherme João Carlos Henriques — *Alemquer e seu concelho*, pag 304.

[4] Uma gravura que se encontra na capella de minha casa ha longos annos figura o boi *marciano* em extasis defronte da imagem de Nossa Senhora. Se n'este painel o merecimento artistico é mediocre, ha contudo na scena pastoril uma uncção que lhe dá encanto.

O pastor que descobriu a imagem dedicou-se ao serviço da Senhora, servindo de ermitão da mesma ermida, e quando falleceu foi enterrado debaixo do altar d'ella. Nos annos posteriores os devotos vinham colher terra da sua sepultura para curar os padecimentos que os affligiam. Em 1520 a Rainha D. Leonor, viuva de D. João II, movida de devoção pela Senhora, mandou aqui fundar um sumptuoso edificio no mesmo terreno que pa rimitiva ermida occupava, conservando-se o altar original que é hoje o collateral da direita, e mandou collocar sobre a porta um alto relevo representando a descoberta milagrosada imagem. N'uma das suas viagens aqui, acompanhada pelo bispo de Targa, D. Sebastião, a rainha com curiosidade feminina quiz saber de que material era a imagem, e o bispo para a satisfazer, com um canivete que a Rainha lhe emprestou raspou um pouco, quando da ferida começou a pingar sangue cuja nodoa ainda existe. O bispo impressionado do desacato que fizera retirou se para o logar de Mecca aonde em pouco falleceu.»

CAPITULO XXXVIII

As Capellas Imperfeitas — O influxo da Rainha

DEIXAREMOS de esmiuçar a ementa de outras das fundações da Rainha D. Leonor, como a egreja de Santo Eloy no Porto, o Convento de S. Bento de Xabregas, dos Conegos Seculares de S. João Evangelista, aquella graciosa Fonte da Samaritana que estava perto do Paço, e hoje se acha no Carmo, etc. etc. etc., para nos occuparmos do grandioso projecto de edificar, junto ao Convento da Batalha, uma Capella, onde fossem sepultados o Rei, seu marido e o Principe D. Affonso, seu filho.

O monumento que nos prende a attenção, é aquelle encantadôr poêma de pedra, obra por acabar, a que por isso chamaram — *As capellas Imperfeitas*, annexo ao mosteiro da Batalha, que deixa o espirito maravilhado, com a deliciosa maneira de arte architectonica alli revelada; com a graça e riqueza dos ornatos; com o mysterio ligado a alguma das intenções da Fundadôra, do Rei seu irmão, ou do architecto, como é a explicação d'aquella legenda que se repete innumeras vezes, em caracteres gothicos em volta do grande portal, e cuja interpretação tem enleado a imaginativa dos criticos, desde Frei Luiz de Sousa, até D. Carolina Michaelis;[1] com a elegancia das columnas interrompidas; com aquelle ambiente que dentro do abandonado recinto se respira, feito de evocações da epocha gloriosa em que foi concebido e iniciado, de vestigios da alma da Fundadôra que o ideiou e do artista que executou aquella obra prima, e levou para o tumulo o segredo da coroação da sua obra.[2]

E' infelizmente impossivel emprehender aqui uma descripção completa do

---

[1] Frei Luiz de Sousa — *Historia de S. Domingos*, D. Carolina Michaëlis — *As Capellas Imperfeitas e a lenda das divisas gregas*. O Dominicano leu: *Tanyas erey* e sobre esta legenda borda uma erudita interpretação. D. Carolina Michaëlis discordando, apresenta a engenhosissima hypotese baseada na leitura — *Tenaz serei*.

[2] Murphy, o architecto inglez que viajou em Portugal no seculo XVIII, apresenta na sua obra um projecto de cupula. E' tão desgracioso esse projecto, que não abona o espirito do seu auctor. Felizmente ainda nenhum *architecto* pretencioso, emprehendeu terminar as Capellas Imperfeitas. Ainda bem! Deixem-n'as assim com a sua poesia de *abandono*. Ha coisas em que se não toca.

notavel monumento, e não teria a minha penna o condão de saber significar o encanto que aquellas pedras reçumam. Difficil tambem seria descrever o confrangimento que, circunstancias alheias á vontade de D. Leonor, trouxeram ao seu espirito, com a interrupção da obra da Capella, que dedicára a Nossa Senhora da Piedade.

Não deixaremos, porém, de sublinhar a intenção com que foi iniciada a magestosa basilica e de penetrar no animo da Rainha, fazendo resahir os motivos que a levaram a destinar tão lindo mausoleo para receber os despojos dos que tinham sido mais caros ao seu coração.

"No anno de 1509 (diz Frei Jeronymo de Belem) em que a devota Rainha se achava mais occupada na fundação referida, (allude ao Convento da Madre de Deus) deu principio á fabrica da Capella do Convento da Batalha, para jazigo perpetuo do Rey seu marido, que primeiro fôra sepultado na Sé de Silves, e para deposito do Principe D. Affonso, seu filho, os quaes para elle forão trasladados.[1]"

Ora o mesmo chronista Serafico diz, quando se refere á sepultura da Rainha em campa raza, á porta do Capitulo na Madre de Deus, o seguinte:

"Tanto foi do seu real agrado esta eleição, que supposto quizessem trasladar seu corpo para o Convento da Batalha, onde jaz sepultado o memoravel D. João II, seu marido) *taes forão as condições que para este fim deixou em seu Testamento, que moralmente seria impossivel o conseguir-se em algum tempo.*[2]

O seu testamento infelizmente desappareceu e só se conhece a parte que se refere aos legados feitos ao mosteiro da Madre de Deus. Foram infructiferos todos os esforços empregados pelos investigadores que o procuraram.

Aquellas phrases porém, que sublinhámos, tem sido motivo para se julgar que a intenção da Rainha seria que os seus restos mortaes não fossem para juncto do marido, significando assim uma aversão *post mortem* para com o Rei, e manifestando d'uma maneira ostensiva o odio que se havia de manter pelos seculos dos seculos . . .

Quer-me parecer que outra interpretação devem ter as phrases de Frei Jeronymo de Belem, visto não haver o testamento da Rainha, que esclareceria completamente o assumpto.

Que a intenção da testadora não se inspira em rancor ao marido, e que esse supposto resentimento não foi o que impediria os executores a levarem-n'a para a Batalha, demonstra-se facilmente pela consideração, mesmo, de lhe levantar um monumento funebre, tão magnificente como seriam essas Capellas, se viessem a ser concluidas.

Não se exalta assim a memoria de alguem, a quem se tem aversão.

E além d'isso, a Capella era tambem destinada ao Príncipe D. Affonso seu filho.

Estender-se-hia o odio ao filho, que sempre chorou, e que nunca deixou de trazer no coração?

Que monstro seria a mãe que, mesmo depois da morte, não quizesse ir para junto do filho, por incompatibilidade com o pae d'este!!

[1] Frei Jeronymo de Belem — *Chronica Serafica*, Parte III, pag. 75.
[2] Ibid, Ibid, Ibid. pag. 48.

As condições do testamento *pelas quaes moralmente seria impossivel* levar o seu cadaver para a Batalha, parece-me serem outras.

Consideramos, antes de mais nada, impossivel que a Rainha aproveitasse a redacção do testamento (documento onde cada um determina as suas ultimas vontades, com o animo já isempto de paixões terrestres), para atacar a memoria do marido, deixando assim um deploravel attestado de indole atrabiliaria.

E' pois de crêr que a *impossibilidade moral* nascesse de qualquer das duas hypoteses seguintes:

1.ª — Terem os testamenteiros de attender ao sentimento de humildade christã com que a Rainha tivesse determinado (segundo diz Frei Jeronymo de Belem) que o seu corpo fosse á terra e o cobrisse uma simples lapide, pisada pelos pés das suas freiras, quando se dirigissem á sala do Capitulo.

Corpo á terra para ella — Mausoleu sumptuoso para seu marido e seu filho. E isto explicaria a famosa *impossibilidade moral* de a arrancarem desde logo da sepultura mesquinha para as magnificencias da Batalha.

2.ª — Ou então a difficuldade em executar a clausula do testamento pela fórma como, segundo refere o Provedor P.e M.e Jorge de S. Paulo, a Rainha determinára, pois as *Capellas Imperfeitas* nunca se concluiram e isso trazia além da *impossibilidade moral* uma *impossibilidade material*. Transcrevo do livro manuscripto do Provedor os periodos que se referem ao testamento. Escreve elle a fol. 93:

"Dizem-me que no testamento da Rainha D. Leonor, que se guarda no Archivo do Religioso Convento da Madre de Deus, obra sua, ordena a Rainha, trasladem seus ossos pera esta capella da Batalha, quando se de todo aperfeiçoar, com os do seu marido El-Rei D. João 2.º e os de seu filho o Principe D. Affonso, que hera prova cabal do edificio sobredito da *Capella Imperfeita* ser particular obra sua. Fiz deligencia para haver em meu poder o treslado d'este testamento assi pera me certificar n'esta parte da vida e morte da Raynha, porém prevaleceo mais o receo d'aquellas religiosas em não quererem dar noticia do seu testamento que não devia correr do Mosteiro, do que a minha solicita deligencia em procurallo."

Esta versão dadapelo Provedor no seu livro manuscripto merece tanta ou mais confiança que a vaga expressão de Frei Jeronymo de Belem. Mas o que é certo é que por nenhuma d'ellas se poderá concluir que á Rainha repugnasse por motivo de odio ao marido, ir para o mesmo mausoleu com elle e com o filho d'ambos!

Não estava isso na sua indole, nem na logica do seu caracter.

* * *

Para não alongar demasiadamente este estudo, e porque não fazemos chronica dos reinados que a Rainha D. Leonor atravessou, deixaremos de nos referir aos grandes successos que tornaram notavel este periodo brilhante da Historia de Portugal — Descobrimentos — Viagens — Conquistas — Embaixadas — Feitos celebres, com que Vasco da Gama, Affonso de Albuquerque, Pedro Alvares

Cabral, Tristão da Cunha e todos os da grande geração, figuras heroicas da epopéia lusitana, elevaram o nome portuguez a uma gloria immorredoira. Deixaremos tambem de parte os pequenos incidentes de Côrte, como o casamento do Duque de Bragança D. Jayme, em 1502, com a infeliz hespanhola que depois lhe havia de morrer ás mãos; o nascimento em 1503 da Infanta D. Izabel, a encantadora mulher que havia de ser Imperatriz, pelo seu casamento com Carlos V, e que ainda hoje olha tão docemente para nós, na tela do Ticiano; a morte da Rainha Izabel a Catholica, em 1504; o nascimento da Infanta D. Beatriz, que depois foi duqueza de Saboya; os terramotos que abalaram Lisbôa e levaram grande parte dos seus habitantes, espavoridos, para os campos; a peste de 1505 que afastou a Côrte para Almeirim e d'ahi para Abrantes, onde nasceu o Infante D. Luiz; os levantamentos do povo em 1506, e a grande queima de judeus e christãos novos; o nascimento do Infante D. Fernando, que veiu a ser o amigo de Damião de Goes, do Infante D. Affonso, que foi Cardeal, do Infante D. Henrique, que foi Rei e de D. Duarte que foi lettrado e musico; o curioso episodio da lucta, entre o Elephante e o Rhinoceronte a que a Côrte assistiu, n'um pateo da Casa da India; e o fallecimento da Rainha D. Maria, *pouco risonha*, que lavava e costurava semsaborissimamente com as suas damas, mas cuja perda foi tão sentida por D. Manoel, que se recolheu ao mosteiro de Penha Longa decidido a abandonar o mundo.

Como porém não devemos deixar de nos referir a acontecimentos em que a Rainha D. Leonor directa ou indirectamente interveiu, apontaremos ainda que ao de leve as suas relações com o municipio de Lisbôa, e um episodio domestico em que teve interferencia.

As cartas dirigidas pela Rainha aos Vereadores, que se encontram no Archivo da Camara Municipal de Lisbôa,[1] são documentos curiosos para o conhecimento dos costumes do tempo, e do sentir de quem as assigna.

Na de 16 de Septembro de 1484 datada de Setubal, agradecendo os serviços que a Camara lhe offerecia e que acceita dizendo: — "que assim melhor do que o dizeis o fareis„ vê-se a cordealidade existente entre D. Leonor e a cidade de Lisbôa que ella tanto apreciava.

Mas onde esse amor pela Capital, melhor se manifesta é na que tem a data de 15 de Septembro de 1495, das Alcaçovas, declarando que "o tempo que fóra della gastamos havemos que não é viver„.

No anno seguinte escreve outra, datada do Lavradio a 8 de Julho, mandando á cidade o seu capellão para fazer oração pela saúde do publico.

De outra vez recommenda-lhe Frei Fernando, para capellão de Santo Antonio de Lisbôa, (Fevereiro de 1487) e em 1508, queixa-se de o municipio ter lançado a multa de cem cruzados ao physico mór, da Duqueza de Bragança, sua irmã, rogando-lhe que essa multa não seja executada.

Uma outra carta é interessante. Foi o caso que um tal Pero Cochado, carniceiro da Rainha, queixára se-lhe de terem posto na picota (isto é, no pelourinho da cidade), um seu subordinado, accusado do crime de roubar no peso da

[1] Foram transcriptas por F. Benevides, na obra *Rainhas de Portugal*, vol. I, pag. 301 e seg.

carne. A Rainha intercedeu pelo homem junto dos vereadores. Estes porém allegaram não poder satisfazer o pedido, por ser caso de consciencia. Mas o certo é que, por empenho d'outra pessôa, a pena foi substituida pelo pagamento de uma multa, que podia ser o *copo* de prata, que Pero Cochado déra como fiança.

A Rainha agastou-se. E na sua carta escripta em Xabregas a 16 de Agosto de 1509, extranha esta resolução da Camara e, empraza-a a que devolva o copo de prata ao seu dono, visto que o cortador tinha bens por onde pagasse a multa.

* * *

Um outro caso em que a Rainha interveiu, a pedido dos interessados é curioso tambem pelas circunstancias em que se deu, e nos são contadas por Damião de Goes.[1]

D. Alvaro de Castro, Veador da Fazenda e Governador da Casa Civel, fôra pessôa grata a El-Rei D. João II, e continuava a gozar da confiança de El-Rei D. Manoel.

Era o typo do verdadeiro cortezão intelligente.

Ironico e motejador, de uma conversação sempre variada e apropriada á sociedade em que se encontrava, logo que apparecia, todos faziam roda para o escutar. Os seus dictos eram celebrados, e as narrativas que fazia das viagens a Jerusalem e a Roma, ouvidas eram tambem com attenção e interesse. Bastante ufano dos seus merecimentos, folgava em ostentar a superioridade intellectual que o distinguia.

Era casado com D. Leonor de Noronha, filha do Conde de Abrantes.

Esta senhora tinha uma casa opulenta, e ao seu serviço numerosas donzellas de Camara e escravas brancas. Entre ellas havia uma, cuja formosura era notavel, e que D, Leonor muito estimava.

Um creado da casa apaixonou-se pela moura; e como as coisas tomassem proporções maiores, o amorudo serviçal foi despedido e posto fóra de casa.

O amor não se desvanece com uma expulsão.

Pelo contrario. "Como o bem querer d'estes dous se não afastasse (é Damião de Goes que o affirma) continuando em seus amores, tinha o mancebo modo de entrar com esta escrava».

D. Alvaro, suspeitoso, mandou espiar, e uma noite achou o moço namorado dentro de sua casa fallando (?) com a escrava. "Movido de sanha» entrou n'uma tal furia, que logo mandou chamar alguns mouros da sua estrebaria e deu lhes ordem para que açoutassem o intruso, com fortes tagantes. Não ficou logar no corpo ao pobre rapaz, que não fosse chagado pelos azorragues dos mouros.

Imagine-se o rancor concentrado do seductor.

Sahiu d'alli dorido e humilhado. Conforme poude arrastou-se até casa, na ancia de contar a sua desgraça a uns parentes, empregados no Paço.

Na manhã seguinte quando El-Rei D. Manoel ia para a missa, encontrou

---

[1] Damião de Goes — *Chronica de El-Rei D. Manoel*, parte III, cap LX.

no corredor da Capella, um homem livido, envolto n'uma ampla capa, que lhe embargou o caminho.

Perante o espanto do Rei, esse homem que era o amoroso, açoutado durante a noite, deixou cahir a capa e ficou apenas com as roupas brancas, ensopadas em sangue, que ainda escorria das feridas.

Então theatralmente exclamou:

— "Senhor! *Ecce homo!* O vosso governador da Casa do Civel, mandou fazer em mim esta justiça por me achar fallando com uma sua escrava.»

El-Rei e todos os que o acompanhavam, ficaram horrorisados pela crueza do castigo. Logo D. Manoel ordenou á victima que se cobrisse e fosse para casa confiado em sua justiça.

Apenas a missa acabou, expediu André Pires Landim, seu escrivão de Camara, encarregando-o de se dirigir a casa de D. Alvaro.

Quando André Pires entrou no palacio do governador da Civel, este, longe de suspeitar o que o esperava disse prazenteiro ao visitante que era seu amigo:

— "Alguma bôa ventura me entra pela porta com a vossa vinda.»

Ao que o outro, abanando penosamente a cabeça retorquiu:

— "Senhor, eu vos quizera trazer recado de mais gosto vosso. Mas El-Rei manda que sejais suspenso de vosso officio até sua mercê, e esteis preso em vossa casa e que deis logo quinhentos cruzados para os dar a um homem que mandastes esta noite açoutar em vossa casa.»

D. Alvaro enguliu em secco.

Declarou que estava prompto a cumprir as ordens de El-Rei, mas que em sua casa não havia tanto dinheiro de contado. Enviou promptamente alguem a empenhar varios objectos, e entregou a somma ao mensageiro de El-Rei, que sahiu com a somma imposta.

Apenas elle voltava costas, logo D. Alvaro convocou os seus parentes, gente poderosa e com entradas junto do soberano. Referiu-lhes o que se passava e exhortou-os a que se occupassem da sua defeza.

Sem mais detença, a parentella formou o plano de acção e dirigiu-se ao Paço, a protestar junto de El-Rei, pelo rigor do castigo.

D. Manoel ouviu-os attento, e disse-lhes, como quem profere uma sentença:

— "Mesmo que D. Alvaro fosse Rei, não devia fazer justiça em sua casa, senão pelos meios ordinarios.»

E accrescentou que o castigo que lhe déra, parecia ainda brando para a pena que merecia.

Escandalisaram-se os parentes de D. Alvaro, e, sentidos com a offensa á familia, começaram a fazer "magotes e consultas sobelo mesmo caso».

Esboçou se um movimento de resistencia, ou para melhor dizer, uma *parede*, deixando varios membros da poderosa conjuração familiar, de comparecer no Paço por se considerarem aggravados.

D. Manoel não cedeu. Pelo contrario, teimou.

Uma tarde estando a ceiar junto de uma janella viu dois filhos de D. Alvaro, passeando a cavallo com ostensiva bazofia e fanfarronice, curveteando no Terreiro, quando a sua obrigação como moços fidalgos, era estarem alli de joelhos junto á meza, a darem fructas ao Soberano.

Trazia-os de olho e não soffrendo aquella insolencia, logo chamou D. João

de Menezes, Conde de Tarouca, seu Mordomo-Mór, a quem deu ordem para "os riscar dos livros de cozinha", ou seja para lhes tirar o cargo.

Nova celeuma dos parentes de D. Alvaro, que se julgaram ainda mais molestados; e nova vinda ao Paço, a fazerem outra falla, allegando os muitos serviços do governador do Civel.

D. Manoel disse-lhes que em tudo faria justiça, que era o que elles como homens nobres e fidalgos, lhe deviam requerer.

Despedidos com esta resposta ambigua os despeitados retiraram descoroçoados.

D. Leonor, mulher de D. Alvaro, mais sagaz e astuta que os defensores do marido, usou de outros meios.

Mandou dizer a Frutos (ou Fructuoso) de Goes, irmão de Damião, o chronista, que desejava fallar-lhe. Este Frutos de Goes era Guarda-roupa do monarcha e portanto dos seus privados.

Logo respondeu a D. Leonor, que iria sem detença á sua chamada. E seguiu pressuroso para o bairro de S. Bartolomeu, onde os Castros habitavam.

A mulher de D. Alvaro, pediu-lhe conselho para abrandar El-Rei. Era manobra habil.

Elle tambem esperto respondeu que por si nada podia fazer n'um caso em que tinham falhado os esforços e protestos de tão grandes fidalgos.

Mas que conhecia bem a indole de El Rei; que por bons meios e por bons modos se conseguia d'elle o que era impossivel por imposições ou arreganhos. E terminou aconselhando:

— El Rei costuma ir muitas vezes visitar sua irmã, a Rainha D. Leonor, que habita alli perto da casa de D. Alvaro, nos Paços de Santo Eloy. N'essas tardes pede quasi sempre conservas e dôces. Sobre elles bebe agua . . .

Instigava então o ladino guarda-roupa a nobre Senhora a que deligenciasse assistir, como por accaso, a uma d'estas merendas, e que logo que El Rei pedisse agua lhe trouxesse ella mesma o pucaro para elle beber. Era uma maneira de se fazer lembrada. — E accrescentou tambem que devia pedir á Rainha D. Leonor que — "a esse tempo como de si mesma" perguntasse a El-Rei os termos em que estavam os negocios de D. Alvaro.

O conselho foi bem dado e melhor seguido. A Rainha bondosamente auxiliou a mulher de D. Alvaro na piedosa comedia.

Um dia em que D. Manoel merendava com a Rainha D. Leonor, achou-se presente a mulher de D. Alvaro, e El Rei já meio inclinado ao indulto perguntou-lhe pela saúde do marido, o qual ouvira dizer que se achava doente. Ella então cahindo de joelhos disse que a doença de seu marido só Deus e El-Rei a podiam curar.

O soberano mandou a levantar e disse lhe que "tudo se faria por bem".

Ao outro dia mandou Frutos de Goes chamar D. Alvaro ao Paço. Fez-lhe uma pratica muito longa sobre administração da justiça e em attenção aos seus serviços, perdoou ao Governador da Casa do Civel e aos filhos, acabando tudo *em bem*, como promettêra.

O que o chronista se esqueceu de nos dizer foi o destino da formosa escrava moura.

E' de suppor que a sua Senhora não fosse cruel para a ancilla amorosa, e

que lhe permitisse indemnisar docemente o antigo servidor, dos açoutes que D. Alvaro mandára applicar tão brutalmente.

Por esta historia, que já de si é um pittoresco quadro de costumes, vê-se a influencia benefica exercida na sociedade do seu tempo pela Rainha.

D'ella se lembra logo Fructos de Goes, indicando-a como bôa medianeira. A ella recorre D. Leonor de Noronha para obter o perdão do marido.

E' presentida a sua interferencia por El-Rei D. Manoel que se deixa inclinar ao perdão. Finalmente foi nos seus Paços que tudo acabou *em bem.*

CAPITULO XXXVIII

As Artes — A Imprensa — Gil Vicente

SE a Rainha D. Leonor tivesse nascido em Ferrara, se tivesse casado na Côrte intellectual e artistica dos Gonzagas de Mantua; se tivesse vivído em festas e viagens ora em Milão, ora em Veneza, ora em Genova, ora em Verona; hoje subindo o Pô n'uma galera doirada, logo deslisando em gondolas empavezadas nos canaes da perola do Adriatico, pomposamente recebida entre magnificencias pela Senhoria; se tivesse sido a amiga de Vittoria Colonna; e tivesse servido de modelo ao Ticiano, seria proclamada como foi a sua contemporanea — Izabel d'Este — a mais radiosa das mulheres da Renascença.

E os poetas diriam que "ouvindo o seu nome, todas as musas se erguem acclamando-a, e inclinam-se reverentes".

A gloria, porém, da Rainha D. Leonor, embora não tenha a luminosidade esplendorosa que aureolou a da Marqueza de Mantua, dominadôra de artistas, inspiradôra de versos, deslumbrando com as suas joias e elegancias as Côrtes dos principados italianos, seduzindo a Roma dos Papas, declamando entre applausos eglogas de Virgilio, sonetos de Petrarca, e tercetos do Dante; se a sua fama não vibra atravez dos tempos como a d'aquella que os clarins do triumpho celebram, proclamando-a a figura representativa da sua epocha, tem comtudo os mesmos direitos á gratidão da humanidade não só pelo bem que espalhou, como pela somma de intellectualidade e de belleza que fez nascer em volta de si, e que derramou sobre a Nação que lhe foi berço.

A vida de Izabel d'Este, foi um relampago que deslumbrou o mundo. A influencia da Rainha D. Leonor, um facho, que ainda hoje illumina.

Porquê evocar ao mesmo tempo as duas figuras, á primeira vista tão dessemelhantes?

Porquê approximar estes dois nomes?

E' que uma no quadro magnifico do Renascimento foi uma flor geradora de graça.

A outra nos confins da nossa Edade-média foi uma arvore generosa de fructos opimos.

Mas ambas tiveram por missão na existencia semear beneficios.

Vivendo no mesmo periodo, ambas sentiram que ia desabrochar uma nova era, e que as sciencias, as artes, o humanismo, as bellas lettras tendiam a alargar o ambito intellectual da humanidade, desde havia muito enclaustrada nas ideias restritas da Edade média.

Ambas comprehenderam que tinham como empreza, cada qual em seu meio, auxiliar o movimento que ia transformar o mundo.

Acolher os artistas, animar os poetas, concorrer para a transformação das sciencias, rodeiar-se de objectos preciosos, de telas dos mestres pintores, das peças enriquecidas pelos lavrantes, dar á vida o significado do bem, sem que fosse necessario invocar os horrores da expiação, tal foi o conceito que ambas formaram da existencia humana, e que assemelha esses dois grandes vultos do quinhentismo latino.

As differenças que as separam provêem sobretudo de uma representar o *cinquecento* italiano, e de a outra ser a figura feminina mais notavel do seculo XVI em Portugal.

Aquella, embora Catholica, apparece-nos um quasi nada pagã nas suas manifestações artisticas, nos seus enthusiasmos poeticos, nos seus vestuarios espectaculosos, nos velludos e sêdas ostentadas donairosamente, nas pelles raras com que se abafa, e nas joias com que se adorna, expressamente fabricadas para ella por artistas a isso obrigados; fazendo encommendas em Veneza aos dois Bellini, projectando um monumento a Virgilio, visitando com pompa as Côrtes da Italia, assistindo sem repugnancia ao casamento de seu irmão com Lucrecia Borgia.

Esta — a Rainha D. Leonor revela-se-nos imprimindo ao seu viver um sentido mais austero, sem por isso desdenhar a graça, a belleza, e os sorrisos da Arte.

Padecêra, soffrêra, sentira as amarguras da vida. Mas isso, longe de dar á sua alma a rigidez ascetica, apurára-lhe a sensibilidade n'um influxo benefico.

Adorar a Deus, sim, mas não desdenhando a esthetica como meio de prestar culto á Divindade.

E para isso delinêa custodias magnificas em que o corpo do Deus vivo seja venerado entre esplendores de oiro e pedrarias; encommenda os calices burilados onde o sangue divino, elevado acima da cabeça do sacerdote apparece na consagração aos fieis extasiados; manda compôr as pyxides preciosas onde se guardam as particulas dentro dos ricos sacrarios; imagina engenhosos relicarios onde os espinhos da corôa de Christo ou os cabellos da Virgem são conservados nas capellas devotas.[1] Ao mesmo tempo encarrega os architectos de modificar nos monumentos, mosteiros e egrejas, que vae fundando, as linhas do estylo chamado gothico, trazido pelos artifices inglezes para a Peninsula, e de enriquecer a ogiva com as phantasias rendilhadas do que depois havia de chamar-se *manoelino*.

O portico da Madre de Deus, as Capellas Imperfeitas, a egreja das Caldas, e tantas outras fundações, attestam que na architectura ella não influiu menos que seu irmão D. Manoel.

---

[1] Uma das maravilhas por ella mandada fazer com destino á Madre de Deus, é o precioso relicario hoje existente no Museu das Janellas Verdes. Para o seu estudo veja-se o artigo do eminente critico d'arte o sr. Joaquim de Vasconcellos, na *Arte Religiosa*, fasciculo XVI. A elle nos referiremos no capitulo addicional — *Retratos*.

Em litteratura sollicita do poeta seu apaniguado, cujo talento presentiu, com agudeza de criterio, as representações que haviam de substituir os mômos nas egrejas e nos adros, pelos *autos* que ora haviam de ser obras de devoção, ora espirituosas farças de folgar.

E animando os serões do Paço com as trovas, os jogos de cartas, os debates em verso sobre casuistica sentimental, as danças altas e baixas, as *mouriscas* com as retortas saracoteadas pelas escravas brancas, dava á Côrte um movimento mundano sem o qual não ha sociedade polida. Nas sciencias basta recordar que o seu escudeiro Valentim Fernandes, traductor das *Viagens de Marco Polo* imprimiu por seu mandado essa obra, o que denota na Rainha não só conhecimentos de cosmographia, como a consciencia da importancia social d'essa publicação.

A IMPRENSA

Este facto na apparencia tão simples, tem um alcance que ordinariamente não é apreciado na sua inteira significação. Diz-se, é certo, "a Rainha D. Leonor protegeu a introducção da Imprensa em Portugal". Mas o grau de cultura, que esse impulso demonstra em quem determina ou ajuda o movimento que faz implantal-a deve ser avaliado não como uma protecção inconsciente de soberana á adopção de uma moda qualquer, mas como um dos acontecimentos mais fecundos, cujos resultados bons e maus operaram uma revolução.

A lettra redonda transformou o mundo.

Este aphorismo que é um logar commum muito repisado, tem sido largamente glosado e tem dado origem a brilhantes controversias.

E' inutil insistir em demonstrar como a difusão pela imprensa dos manuscriptos antigos foi uma das causas mais efficazes da Renascença, e da exhuberancia com que o espirito humano se expandiu n'esse periodo. Não só impulsionou a Renascença, auxiliou tambem o humanismo esse culto das lettras antigas que vinha da Allemanha. E o que é mais, a Imprensa foi um dos melhores conductores da *Reforma*.

Não o previu certamente em toda a sua acuidade e na totalidade dos seus effeitos, a visão da Rainha D. Leonor. Mas o seu espirito tinha largueza pouco vulgar, que a impediria de cahir facilmente no desacerto da *Sorbonne*, que pouco depois pedia em França a Francisco I a *extincção* da heresia, e a abolição da Imprensa.

Ha correntes na humanidade, que não se entravam. O remedio, se nocivas, é desvial-as com o impulso de outras correntes. Se ha ideias a combater opponham-se-lhe outras ideias, e não se tente suffocal-as por meio da inutilisação do irrigador que as faz circular.

E' possivel que tudo isto, embora vagamente e em embryão occorresse á intelligencia de D. Leonor, quando encommendou a Impressão de varias obras.

O aproveitamento do novo instrumento de diffundir ideias, oppondo as boas ás deleterias, apparecia á perspicacia de D. Leonor, como um meio mais efficaz do que o entrave violento, mas inutil, de um movimento que já não regressaria.

O que fica bem marcado é, que emquanto a Rainha em Portugal favorecia a *Imprensa*, a Sorbonne em Paris pedia ao Rei a sua abolição.

Quaes são as obras que ella mandou imprimir ?

Pela natureza d'ellas, pode avaliar-se bem a orientação do espirito de D. Leonor, quando determinou que fossem compostos em lettra de forma.

I

VITA CHRISTI [1]

E' um dos nossos raros incunabulos.

A obra primitiva escripta em latim por Lundolfo ou Ludolfo Cartusiano — merecêra tanta attenção á Infanta D. Isabel, Duqueza de Coimbra, que a mandou traduzir "ao muy pobre de virtudes dom abade do moesteyro de sam paulo„ ou seja Fr. Bernardo de Alcobaça, a quem é attribuida. Concluia elle este trabalho pelos annos de 1445.

A Rainha D. Leonor conheceu o original e a traducção.

Apreciando a obra, mas considerando que "n'estes regnos som muito mais os vulgares que os que a lingua latina conhecem„ resolveu, para que melhor aproveitasse á salvação das almas, mandal-a "estãpar e de forma fazer em lingoa materna e portugues linguagem : como de feito com divino favor per obra comprio : com *muita dispeza da sua fazenda*„.[2]

Consta a obra de quatro grandes volumes de folha. No exemplar da Bibliotecа Nacional os trez primeiros são em papel de marca maior da ordinaria, e o ultimo em pergaminho.

Da impressão foram encarregados, Valentino de Moravia ou Valentim Fernandez e seu parceiro Nicolau de Saxonia, que n'uma epistola proermial explicam a obra e o trabalho que fizeram, "a petiçam e mandado da dita Senhora Rainha com muyta diligencia nom soomente pelo temporal e transitorio premio que delo avemos daver, mas por servir Sua Real Senhora„.[3]

A fidalga bizarria d'estes typographos antepondo o serviço da Rainha ao estipendio que haviam de receber, torna-se digna de registo.

---

[1] Acerca d'esta obra veja-se : Innocencio — *Diccionario Bibliographico*, vol. I, pag. 3 6 — vol. III, pag. 195 — vol. VII, pag. 397 — e os auctores por elle apontados:

Bibliotecа de Barbosa — Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra, por Francisco Leitão de Andrade — *Memorias historicas do Ministerio do Pulpito e Cuidados literarios* de Fr. Manoel do Cenaculo — *Catalogo dos Auctôres, no Diccionario de Academia — Memorias para a historia da typographia portugueza — Historia chronologica e critica da abbadia de Alcobaça*, por Fortunato de S. Boaventura — *Relatorio acerca da Bibliotheca Nacional de Lisbôa*, por J. F. de Castilho.

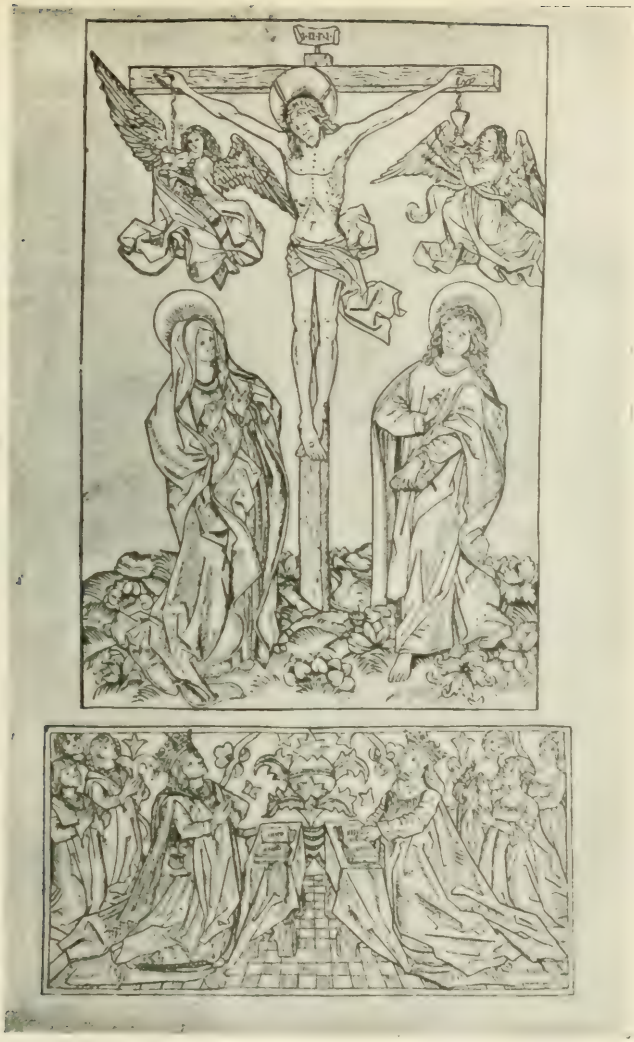
A estas ha a accrescentar, alèm de outras:

Conrado Haebler — *Bibliografia iberica, enumeracion de todos los libros impressos en España y Portugal, hasta el año de 1500.* = Anais das Bibliotecas e Arquivos, vol n.º 3, Julho a Setembro de 1920, onde a pag. 188 no artigo sobre *Incunablos* se dá conta dos 13 exemplares hoje conhecidos.

Deve accrescentar-se áquella lista, o exemplar pertencente ao sr. Jorge de Avillez de Aguilar e Menezes, a que adeante alludirei.

[2] Palavras da *Epistola proermial*, redigida por um dos Impressores, Valentim Fernandez.

[3] Ibid, Ibid.



Prova photographica offerecida
pelo Sr. Conde d'Avila

VITA CHRISTI

FRONTESPICIO DO INCUNABULO

E' que não eram dois mercenarios anonymos, ambiciosos de ganhança.

Valentino de Moravia,[1] impressor e litterato, era um allemão que D. João II chamára a Portugal e que entrou ao serviço da Rainha D. Leonor, na qualidade de escudeiro.

Um escudeiro tinha graduação superior ao lacaio.

Se pertencia a um cavalleiro levava-lhe o escudo nas jornadas. Se servia uma Senhora, acompanhava-a a cavallo ou a pé. Valentino n'essa qualidade, conviveu com a Rainha, e teve ensejo de apreciar o seu alto espirito. Dá d'isso eloquente attestado quando no prologo do *Vita Christi* referindo se a D. Leonor, escreve que era: "do seu proprio natural muy virtuosa e a todo acrescentamẽto e bẽ da republica destes regnos e senhorios: segundo seu poder e boa vontade naturalmẽte inclinada não soommẽte nas cousas q̃ acorporal vida cõvem, mas per hũa singular e virtuosa inclinaçam a q̃las que ao spiritual viver pertence».

Depois de residir alguns annos em Portugal, deixou o nome que indicava a sua origem estrangeira e tomou o patronymico de *Fernandez*.

Como tal o designa o Marquez de Villa Real, D. Pedro de Menezes[2] e elle proprio, quando no livro de *Nicolao Veneto* se appelida.— "Valentym Fernandez Alemã Escudeiro da muy Exçellentissima Rainha Dona Lyanor».

Traduziu as *Viagens de Marco Polo*, o *Livro de Nicolao Veneto* e compoz o *Reportorio dos Tempos*. E' tambem auctor do celebre manuscripto existente na bibliotheca de Munich relativo a descobrimentos portuguezes, o que indica uma cultura pouco vulgar.

Mais que um simples curioso de lettras. Era um sabio verdadeiro.

Vem aqui a talho de foice, fazer notar o parallelo, entre dois officiaes da Casa da Rainha D. Leonor — um, Valentim Fernandez, escudeiro — impressor, e lettrado esclarecido; o outro, Gil Vicente, ourives comediographo e actor.

Não ponho é claro, estes nomes em confronto, nem péso n'uma balança os seus genios, o que seria humilhar gratuitamente o typographo — escudeiro, embora o seu nome fique tambem gloriosamente na historia da intellectualidade portugueza. Chamo sómente a attenção do leitor para as individualidades dos dois apaniguados de D. Leonor.

Os que sustentam a these da unidade em Gil Vicente, — Trovador e Mestre da Balança, apreciarão, não como próva, mas a titulo de coincidencia curiosa

---

[1] Sobre Valentim Fernandez = Valentino de *Moravia*, de *Morano* ou *Mourão* veja-se Innocencio = *Diccionario*, vol. VII, pag. 390 =; Conde de Villa Franca = *D. João II*, pag. XIII; Figaniere = *Bibliographia historica portugueza*, pag. 177. J. Bensaude = *d'Astronomie Nautique au Portugal à l'epoque des grandes decouvertes*. A pag. 179 diz elle:

«C'est précisément ce même esprit moderne de l'observateur èveilé, si evident chez Valentim Fernandes, qu'on ne trouve par chez Behaim. Valentim Fernandes n'etait ni marin ni astronome, son activité se repandait dans bien dez domaines. Imprimeur allemand des plus remarquables, il tradusit aussi en portugais les voyages de Marco Polo, et de Nicolao Conti. Il fut le geographe et l'historien qui recuillit les précieux manuscrits sur les découvertes portugaises aujourd'hui devenues classiques, et fut encore le vulgarisateur du Règlement de l'astrolabe, auquel al ajoute même de nouveaux chapitres».

[2] Conde de Villa Franca — *D. João II*, loc, cit.

a circunstancia de cada qual exercer com superior competencia, mesteres apparentemente heterogeneos, e difficeis de accumular.

Mas só na apparencia. Porque não repugna admittir, que a mesma mão que lavrou o oiro e cobriu os esmaltes da *Custodia dos Jeronymos*, escrevesse as estrophes mysticas do *Auto da Alma*; nem que os dedos de quem tanto se honrava em "a muy nobre arte Impressoria" se occupassem em manejar a penna com que trasladava do latim em portuguez, o livro do Veneziano.

Nicolao de Saxonia, o outro impressor do *Vita Christi*, não deixou de si nomeada. Mas basta para o illustrar que o seu nome figure como *meu parceiro* (é assim que lhe chama Valentim) na composição d'aquelle monumento bibliographico.

A publicação em portuguez é de 1495. Existem como já disse poucos exemplares. O que me serviu para consulta, pertence hoje á notavel livraria do sr. Jorge de Avillez de Aguillar e Menezes, que o herdou de seu pae.

O seu possuidor actual conserva-o com a maior estimação, e com um carinho de bibliophilo apaixonado, embora sem o exclusivismo avarento dos que sonegam os seus thesouros.

Aproveito a occasião para lhe agradecer a hospedagem espiritual, que me proporcionou na sua livraria, e a liberalidade com que fez reproduzir expressamente para esta obra as gravuras que a acompanham.

Se me escutasse, prolongaria comprazido a analyse do *Vita Christi*, fazendo notar meudamente os cuidados que a revisão mereceu á Rainha, encarregando o franciscano Frei André, seu orador, de a deixar "castigada, emendada e bem corrigida" mas sem que alterasse a antiga linguagem; reproduziria as reflexões suscitadas pela traducção a Frei Manoel de Sepulchro[1] que opina, que se o portuguez d'esta obra era puro, corrente e claro, quando Frei André "varão de asseado estilo" o preparou para a impressão, tempo depois, isto é, no seculo XVII "parecia já barbaro e tão difficultoso de verter em o corrente que se dão com o ler mil erros ridiculos"; enfronhar-me-hia no estudo da arte typografica e da gravura em madeira entre nós, de que esta obra é um tão lindo exemplar . . .

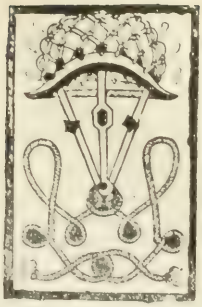
Como, porém, não estou fazendo uma resenha bibliographica, tenho que me restringir.

Não devo contudo deixar de me referir ao que diz um escriptor allemão, sr. Conrado Haebler, na sua *Bibliografia iberica*, a pag. 177 da traducção hespanhola.

"Es uno de los incunables mas hermosos que em toda la Peninsula se han ejecutado, digno de lá proteccion que los reyes de Portugal dieron a sus productores. La estampa que se repite en el verso de las quatro portadas representando la escena del Calvario es copia de la obra del artista aleman que no se conoce sino por sua iniciales E. S.[2] pero que indubitablemente fue maestro acabado en su arte. Los tres escudos al fin del libro son de los impresores. En el de las iniciales no existe duda; los otros, el uno que representa el pelicano en el acto de saciar sus pollos con la propria sangre e que lleva la leyenda: Pola lei

[1] *Refeição espiritual para a meza dos Religiosos e de toda a devota familia*—Prologo, pag. xxxv.

[2] Não sei onde o sr. Haebler descobriu estas iniciaes = E S.



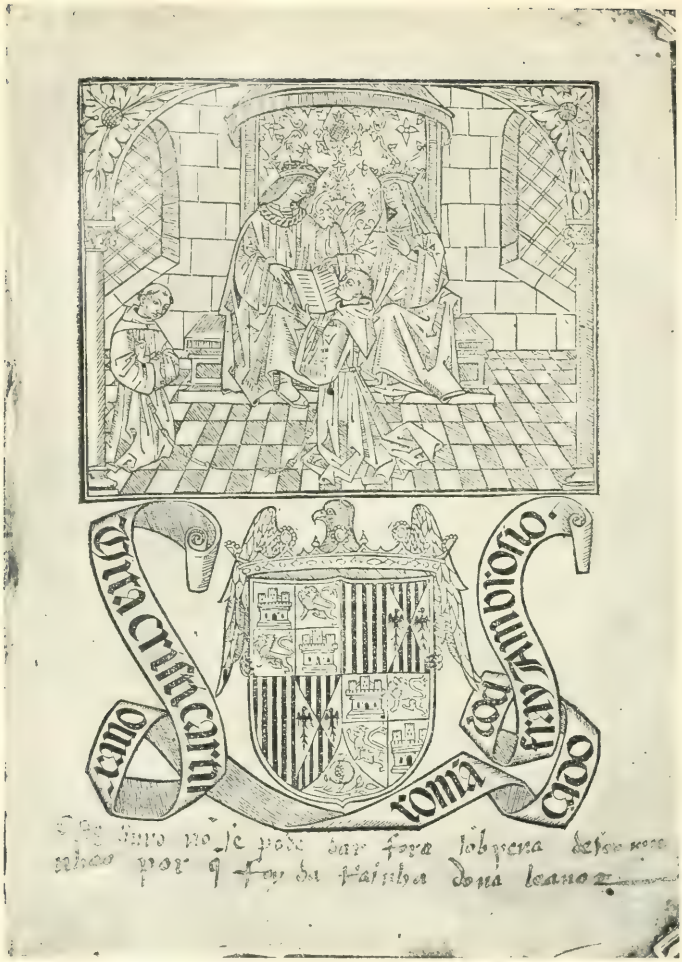
Acabase ho primeyro liuro intitullado de vida de xpo em lingoagem portugues. Nome aquelle que se chama da minuiçe do saluador ho qual he apocrifo. xv. di. Mas este que compos ho venerable meestre ludolfo prior do meesteyro muy honrrado de argenina. da ordem muy excellente da cartura. e foy tyrado segũdo a ordem da hystoria euangelical. O qual mãdou trestadar de latym em lingoagem portugues a muyto alta pançessa infante dona ysabel duquessa de coymbre. e senhora de monte moor. Ao muy pobra de virtudes dom abade do meesteyro de sam paullo. E foy corregido e reuisto com muyta dilligẽcia por os padres da ordem de sam francisco de emtre douregas de obseruãçia chamados menores. E foy empsso em a muy nobre e sempre leal cidade de Lisboa. a principal dos regnos de portugal. Per hos hõrrados meestres e parçeyros Nicolao de saronia. e Valeryno de moravia. por mandado do muy illustrissimo senhor el Rey dom Joham ho segũdo. E da muy esclarecida Rayynha dona Leanor sua molher. A louuor e gloria de nosso senhor jhesu xpo nosso ds e redemptor e da sua intemerada e sempre virgem madre gloriosa sancta maria. em cujo nome e louuor ho dicto liuro foe e he cõposto. cujo louuor e gloria regne em seus fiees ẽ paãos pera sempre amen Em no anno do nascimento do dicto saluador de Mill e quatrocentos e nouenta e cinco. A. xxij. do mes de agosto.

Prova photographica offerecida pelos Srs. Chaves e Alvarez

VITA CHRISTI

ULTIMA PAGINA DO PRIMEIRO LIVRO

Estampa VII, pag. 30



Prova photographica offerecida
por Sua Magestade El-Rei

VITA CHRISTI

FRONTESPICIO DA EDIÇÃO HESPANHOLA

(Pertencente a Sua Magestade El-Rei D Manuel

EX-LIBRIS MANUSCRIPTO

e pola grei, es motivo muchas veces repetido en marcas de typografos, y el otro de um dibujo difficil de explicar me parece que repite las cifras V. F. M. que quiere decir Valentim Fernandez de Moravia.»

Ha aqui varias confusões e erros.

Tanto Innocencio, como este auctor hespanhol, interpretam sem criterio a pagina final de cada um dos quatro livros.

Attenda-se bem á gravura, e depois leia se o que diz Innocencio "no fim veem duas tarjas, uma com a divisa de El Rei D. João II, que era um pelicano, ferindo o peito para alimentar os filhos».

Até aqui está bem. Mas depois accrescenta: "*outra com divisa que se não tem decifrado*» . . .

E nem allude á estampa do fim.

Salvo melhor juizo, parece-me não haver duvida de que a gravura *indecifravel*, segundo Innocencio, e na qual o allemão viu trez iniciaes (!) é simplesmente o *Camaroeiro* ou rêde de pescador, que ordinariamente se representa em sentido inverso. E' por tal modo simples esta explicação que surprehende ter escapado a tão eminentes bibliographos.[1]

Emquanto á gravura do fim da pagina onde se vê um menino sustentando dois escudos em branco, é que me parece claramente ver, sobre cada um dos escudos as iniciaes dos impressores — N. (Nicolao) — V. (Valentim).

Não sei se já algum esquadrinhador teria notado isto. Se assim fôr não peço alviçaras pelo achado.

* * *

Tambem ignoro se alguem já reflectiu que a traducção do *Vita Christi* em castelhano e a impressão executada sete annos depois da portugueza, é indirectamente devida á Rainha D. Leonor.

Esta obra estava traduzida em portuguez desde 1445, por Frei Bernardo de Alcobaça, a rogo de D. Izabel, Duqueza de Coimbra.

Era certamente conhecida nas rodas cultas, e manuseada pelos clerigos que d'ella se serviam para meditação.

Mas existindo já a typographia em Castella, os Reis Catholicos não tinham ainda pensado em dal-a á estampa.

O exemplo de sua prima, a Rainha D. Leonor, ou para melhor dizer a emulação causada pela gloria que a esta advieira, incitou os a fazerem apparecer uma edição em castelhano, incumbindo-se d'esse trabalho Frei Ambrosio Montezino, que a *romanceou*, isto é, que a poz em vulgar, sendo impressor Stanislao de Polonia, e custeando as despezas Garcia de Rueda, de Alcalá de Henares.

N'este ponto de gastos é que os Reis Catholicos não imitaram sua prima, a qual nos dizeres dos proprios impressores, fizera "largas despezas da sua fazenda», com a impressão.

Despertou me interesse esta edição hespanhola, e o interesse mais se intensificou quando soube pela carta de El-Rei D. Manoel II, que adeante transcrevo,

[1] Innocencio no volume 8.º, pag 352, dá afinal a verdadeira interpretação.

da existencia de um exemplar na sua bibliotheca de Twickenham, tendo esse exemplar pertencido á Rainha D. Leonor, como se vê do *ex-libris* manuscripto.

Conhecendo o apreço em que El-Rei tem as coisas portuguezas; o seu amor pelo estudo da nossa Historia; a attenção com que segue o movimento intellectual no nosso paiz, pedi-lhe que me auxiliasse no meu intento de accumular materiaes para que alguem no futuro faça a historia da grande Rainha, e que me fornecesse a reproducção das paginas d'essa obra, na versão portugueza, ou na castelhana.

Não me illudiu a confiança na bôa vontade do Soberano, cujo maior empenho é sempre animar os que trabalham.

Se me decido a dar á estampa a carta que recebi, não é para me *narcisar* com as suas palavras benevolas. Embora as considére um dos melhores titulos litterarios, a que poderia aspirar, não as traria a publico se não impendesse sobre mim o dever de demonstrar que não é em vão que se recorre á generosidade e á illustração, de Quem, longe da Patria, está sempre n'ella em espirito. E assim o meu apparente *egotismo* será relevado pela intenção de pôr em verdadeira luz a munificencia de tão excellente patrono.

"Fulwell Park — Twichenham — Middlesex — 7. IX — 1920.

Meu querido Antonio Vasco — E' com vivissimo prazer que lhe envio as photographias do *Vita Christi* que pertenceu á Rainha D. Leonor.

Receio comtudo que lhe levem uma desillusão.

O exemplar que possuo não foi mandado imprimir em Portugal pela Rainha D. Leonor, mas sim por ordem dos Reis Catholicos, Fernando e Izabel, pelo frade franciscano Ambrosio Môtesino em 1502 na villa de Alcalá.[1]

Apesar d'esse contratempo, pode sem duvida este meu velho volume ter valor para a sua obra sobre a Rainha D. Leonor, pois não deve haver duvida que pertenceu á excelsa Princeza como o indica a pitoresca inscripção da primeira pagina: "Este livro nõ se pode dar fora sob pena descomunhão por q̃ foy da Rainha Dona Leonor."

Qual será a historia d'este livro? Não sei, mas tem elle para mim o encanto mysterioso de ter pertencido a uma grande Rainha, a uma "Dona de tempos idos".

Do *Vita Christi* mandado imprimir pela Rainha D. Leonor, existem, no meu conhecimento, poucos exemplares em Portugal. Quem sabe não terá sido este exemplar offerecido á nossa Rainha por essa outra grande Rainha que foi Izabel a Catholica? A Imaginação permitte que assim se supponha e as datas consentem esse sonho!

A minha collaboração é bem humilde e modesta; tem sobretudo o interesse das supposições que a sua origem torna licitas. Agradeço-lhe pois, meu querido Antonio Vasco, que me tenha dado o ensejo de lhe poder offerecer o que possuo de valôr historico para o seu trabalho.

---

[1] Sua Magestade, n'um bilhete de data posterior, diz-me que tem além d'este exemplar, um outro que pertenceu ao Cardeal Saldanha, e uns commentarios em verso de Juan de Padilla.

E agora deixe-me aproveitar a opportunidade para lhe enviar um outro agradecimento de natureza bem diversa e ainda mais sentido.

Tem o meu querido Antonio Vasco prestado grandes serviços não só ás lettras Portuguezas, mas ao seu Paiz, com as obras que tem publicado. N'esta epoca em que desgraçadamente se esquece a Tradição, que não se pensa no passado, que devia ser o modelo do presente, tem mostrado na nossa bella lingua Portugueza o que foram as glorias de Portugal.

Donas de tempos idos: Gente d'Algo: Neves de Antanho, três obras que patenteiam a nossa grandeza e a sua poesia! Os *tempos idos* teem n'esta epoca de descrença, além da melancolia que representa a saudade, a dolorosa significação de mostrar o que fomos em comparação do que somos. Quem déra que muitos mais houvesse para contar os caminhos que os antigos Portuguezes, a *Gente d'Algo*, seguiram para levar tão alto o nome do nosso Paiz. Grande consolação deve ser para si o viver tanto em espirito no passado, esquecendo em parte a actualidade.

Que orgulho deve sentir ao escrever a vida da Rainha D. Leonor, mulher do Principe Perfeito, aquelle de quem Izabel a Catholica disse ao receber a noticia do seu fallecimento — "Morreu o Homem".

Irmã d'El Rei o Venturoso, viveu ella no apogeu do nosso esplendor, que a mesquinhez de hoje nos faz parecer um sonho doirado.

Quando o seu espirito desce d'essa altura, deve sentir um calafrio ao realisar as baixezas do presente! Para preparar o futuro o melhor guia é imitar o passado, e o seu amor á nossa Terra tem explicado essa via, ás vezes dolorosa, mas tambem tão gloriosa ás gerações de agora: tem querido fazer rejuvenescer os *Tempos idos*!

Permitisse Deus que o sol que illumina o nosso abençoado Torrão derretesse as *Neves de Antanho*, e que ellas irrigassem o nosso solo tão fertil para novamente rebentar com força e vigor da sementeira antiga uma nova epopéa para Portugal.

Então diriamos todos com mais alegria e o meu querido Antonio Vasco com a satisfação consoladora do seu trabalho:

"Esta é a ditosa Patria minha amada."

Com saudade um abraço do seu muito amigo

Manoel.

II

O LIVRO DE MARCO POLO — O LIVRO DE NICOLAO VENETO

— CARTA DE UM GENOVEZ MERCADOR

Trez obras formando um volume. A traducção e impressão, ambas de Valentim Fernandez, escudeiro da Rainha D. Leonor, demonstram a actividade intellectual e profissional do notavel *imprimidor* . . . Appareceu á venda em 1502, pelo preço de cento e dez reaes.

Embora a dedicatoria seja dirigida a El-Rei D. Manoel, não deixarei de incluir a obra n'esta ementa, pois que Valentim continuava ao serviço da Rainha; e

portanto foi com o conhecimento d'esta e com sua auctorisação que a trouxe á luz.

E' excusado occupar-me do livro de Marco Polo, pois toda a gente sabe o que seja essa obra do celebre viajante italiano, as aventuras que refere, a descripção das terras que atravessou e das maravilhas que viu, e a influencia que o exemplar manuscripto, trazido pelo Infante D. Pedro em 1428, exerceu na empreza maritima do Infante D. Henrique e dos navegadores da grande epocha.

Nem tampouco tentarei explicar o que seja o livro de *Nicolao Veneto*, ou para melhor dizer, um dos escriptos do celebre Poggio Florentino, aquelle licencioso narrador de casos eroticos e auctor das *Facecias*, que sendo ao mesmo tempo historiador erudito, salvador de tantos monumentos litterarios de antiguidade, e sabio epistolographo, deixou o seu nome assignalado no quinhentismo italiano.

O que mais nos interessa aqui, é o impulso que elle deu com os seus trabalhos, ao animo do escudeiro da Rainha, levando-o a traduzir um d'elles, e a prefacial-o com palavras que definem bem a estructura da sua intelligencia e a originalidade do seu espirito.

No proemio do Livro de Nicolau Veneto, escreveu Valentim Fernandez logo de entrada: "Todolos homẽs que desejam ser melhores que as outras alimarias, com suma diligencia devem trabalhar que nom passem a vida em silencio como as bestas, as quaes a naturaleza formou inclinados a obedecer a sensualidade e apetito do ventre. Mas toda a nossa força stá no animo y no corpo. Do animo husamos para mandar, do corpo para servir e obedecer. E poys a vida que teemos he breve leyxar memoria de nós a mais longa que poder, me parece melhor, etc.."

Mais adeante continúa: "E por ysso consijrando que a nossa vida nom deve passar em silençio, tomey por descanso antre os grandes trabalhos corporaes que tenho por sostentamento de vida e honra, em a muy nobre arte Impressoria, e quis occupar ho engenho e tralladar este presente livro de Nycolao Veneto de latim em linguagem portugues."

E' ainda digna de nota a subscripção final, onde diz:

"Acabase ho liuro de Marco Paulo, cõ o livro de Nicolao Veneto, ou veneziano, e assi mesmo ho trallado de hũa carta de huũ genoues mercador, que todos escreverõ das Indias, a serviço de deos, e avisamẽto daquelles q̃ agora vam pera as ditas Indias. Aos quaes rogo e peço humildemente q̃ benignamẽte queirã emẽdar e correger ho q̃ menos acharẽ no escrever, s. nos vocabulos das provinçias, regnos, çidades, ylhas y outras cousas muytas e nõ menos em distãcia das legoas de hũa terra pera outra."

Por estas transcripções se pode avaliar a cultura de espirito do celebre typographo, a influencia que n'elle operaram as obras que traduziu e imprimiu, assim como o ambiente intellectual e moral, em que trabalhava.

A figura singular d'este mestre na "nobre arte Impressoria" e traductor erudito de obras tão proveitosas, merecia um estudo especial, que o puzesse em relevo. Ao lado das estatuas colossaes, tão abundantes na esplendida galeria das glorias nacionaes do cyclo aureo, dizia bem um busto cuidadosamente modelado de Valentim de Moravia.

Não ha acerca d'elle, que eu saiba, alem dos artigos de compendios elemen-

tares e diccionarios, outra menção além da memoria que o dr. Schmeller escreveu, folheto raro e de difficil consulta.[1]

Mas em mim, além de fallecerem qualidades de esculptor, não me permittiria a falta de espaço tractar d'elle, collocando-o n'um plintho de dimensões condignas.

III

OS ACTOS DOS APOSTOLOS

Era natural que depois da impressão do *Vita Christi* e do *Livro de Marco Polo* a Rainha desejasse que o seu escudeiro continuasse na tarefa de pôr em lettra redonda obras uteis e valiosas.

Valentim Fernandez, suggeriu então emprehender a composição dos *Autos* ou *Actos dos Apostolos*, como o melhor prolongamento á Vida do Redemptor.

As narrações escriptas pelo Evangelista S. Lucas, relatando os acontecimentos occorridos em Jerusalem, depois da Ascensão de Christo — a vinda do Espirito Santo, no dia de Pentecostes, as maravilhas operadas n'esse dia e nos seguintes, a dispersão dos Apostolos, a fundação das Egrejas de Jerusalem, Antiochia e Roma, as prégações de S. Paulo, e as suas varias viagens até á chegada a Roma; todo esse livro do *Novo Testamento*, que em 28 capitulos contém a historia da Egreja nascente, e é a melhor fonte para essa historia, seria um texto digno de ser estampado.

Assim o comprehendeu a Rainha e assim o ordenou a Valentim Fernandez, accedendo á proposta que elle lhe fizéra.

Do prologo em que o engenhoso escudeiro se dirige a D. Leonor, demonstrando o valor da obra, e contando a historia do seu exemplar manuscripto, se deprehende o interesse que ella ia tomando n'este assumpto.

D'esta obra apenas se conhece hoje o exemplar existente na Bibliotheca de Evora.[2]

Innocencio no *Diccionario* descreve esse precioso volume, que segundo ele pensa pertenceu á casa de Lafões, pois tem na carneira da capa, as armas d'aquella familia.

O titulo é o seguinte:

"Os autos dos apl'os — A epistola de Santiago, apostollo — As duas epistolas de Sam Pedro, apostollo — As tres epl' de Sam Joham apl'o evãgelista — A epistolla de Sam Judas, apostollo."

Logo no verso da primeira pagina: "Seguese o prologuo sobre a impres-

[1] Innocencio — *Diccionario VII*, pag 307 diz: Veja ácerca d'estas versões e das especies correlativas, a memoria que escreveu o dr. Schmeller, com o titulo: Ueber Valeti Fernandez alemã und seine Sammlung von Nachrichten über die Entdeckungen und Besitzungen der Portugiesen in Afrika und Asien bis zum Jahre 1508 (Sobre Valentim Fernandes alemão, e a sua collecção de Relações acerca dos descobrimentos e possessões dos portuguezes na Africa, na Asia até ao anno de 1508) 4.º — folheto de que ha um exemplar na livraria da Academia R. das Sciencias de Lisboa.

[2] Innocencio — *Diccionario Bibliographco portuguez*, tomo I, pag. 313 e tomo VIII, pag. 352 e 353.

sam do presente lyuro intitulado, Autos dos ap'los, o q̃l lyuro mãdou empremir a muy exçelẽtissima princeza e Raynha dona Lionor, molher q̃ foy do muy alto Rey dõ Johã ho segũdo Rey de Portugal, cuja alma d's tê. Feyto p Valentim fernãdez, alemã, seruidor e empremidor de su alteza».

No final da obra torna a dizer-se que foi mandada imprimir pela Rainha, e que essa impressão se acabou "aos xvi dias do mes de desẽbro de mil e quinhentos e çinco annos».

IV

BOOSCO DELEITOSO

E' um infolio de 74 folhas em caracteres gothicos.

Existem apenas dois exemplares. O da Bibliotteca Nacional incompleto, e outro que pertenceu á livraria do fallecido Conde de Azambuja.

Frontespicio gravado em madeira, tendo no alto da tarja que emmoldura a estampa em uma fita sustentada por dois anjos, o titulo — *boosco deleytoso.*

O desenho representa um genio alado mostrando o bosque que se vê representado por baixo das figuras.

No verso do Frontespicio a dedicatoria á Rainha D. Leonor, viuva d'El-Rei D. João II, que occupa dez linhas.

No fim a subscripção que diz: — "Acabouse de emprimir este lyuro chamado boosco deleytoso solitario p. Hermã de Cãpos, bombardeiro del-Rey nosso senhor com graça e privilegio de Sua Alteza em a muy nobrem (sic) a sempre leal cidade de Lixboa cõ muy grande diligencia. Anno da encarnação de nosso Salvador e Redemptor jhesu xpo de mil e quinientos y quinze a vinte quatro dias do mez de mayo».

E' uma obra de devoção, escripta no sentido de bem formar as almas para alcançarem o Paraizo ou bosque deleitoso.

Não mereceria menção se não se recomendasse pelo seu valor bibliographico — lindo specimen da arte, e hoje de uma raridade que o torna precioso, para os colleccionadores.

Para nós tem apenas o interesse de ter sido dedicado á Rainha e ter merecido a sua attenção e feito parte da sua livraria.

V

O ESPELHO DE CHRISTINA[1]

Este titulo que parece destinado á capa de romance frivolo, ou a servir de aperitivo ao paladar de mulheres levianas, foi mandado traduzir do francez pela Rainha D. Izabel, mulher de D. Affonso V. — Na lingua franceza intitulava-se: *Trésor de la Cité des Dames* ou *Livre des trois vertus pour l'enseignement des Princesses.*

[1] Veja-se — *Lições de philologia portugueza*, pelo dr. J. Leite de Vasconcellos, pag. 137.

Fôra escripto por Christina de Pisano.

A obra chamára a attenção das duas Rainhas.

Pelas materias que tratava e pela orientação que se lhes dava, julgára D. Izabel o livro digno de uma traducção, e entendia agora D. Leonor que merecia ser estampado para poder-se espalhar profusamente.

Christina de Pisano sua auctora, é uma figura notavel. Foi a primeira *mulher de lettras* em França. Mais ainda, foi a precursora do feminismo, tomada esta palavra no sentido de defeza dos direitos das mulheres e da sua emancipação moral.

Filha do famoso astrologo bolonhez, Thomaz Pisano — tambem alguns já a teem querido identificar com a mãe de Matheus Pisano, mestre de D. Affonso V.[1]

Antecipou-se a todas as escriptoras, em manejar a sua penna, com o fim de definir os direitos e deveres dos dois sexos.

Atacou as materialidades do celebre *Roman de la Rose* e exerceu uma influencia moral notavel na sociedade do seu tempo, censurando os desregramentos e escandalos do meio em que vivia. *Les Princesses de folle vie* repugnavam-lhe por serem uma deshonra do seu sexo. Como consequencia das suas doutrinas, impoz o respeito pela mulher, condicção essencial para a bôa ordem da sociedade.

Quando escreveu o celebre livro *des Trois Vertus* diz uma sua biographa: "*Les abeilles de Platon voltigeaient sur sa bouche*".[2]

Em portuguez, essa obra tomou o nome de *Espelho de Christina*; e mereceu a sympathia da Rainha D. Leonor que a mandou imprimir.

Hoje o unico exemplar que se conhece da traducção impressa em 1518, é uma preciosidade bibliografica, que se encontra na Bibliotheca Nacional.

D'essa curiosa obra extractei o introito que reza assim: "Aqui começa o livro chamado espelho de Cristina, o qual falla de tres estados de molheres. E he partido em tres partes.

A primeira se enderença as Raynhas, Prinçesas, Duquesas e Grandes Senhoras.

A segũda aas donzellas, em especial aaquellas que andam nas corte das grandes prinçesas.

A terceyra aas molheres de estado, burguesas e molheres do poboo commũ."

Ao fim da terceira parte, na ultima pagina lê-se:

"Por mandado dela muyto esclarecida reyna dona lyanor molher do poderoso e muy manifico rey dõ juan segundo de Portugal. Acabase este libro intitulado das tres virtudes no qual se cõtem muytas probeytosas doutrinas y salutares exemplos assy pera as generosas e grandes donas como pera as outras de qualquer estado o condicion que sejam. E poderam nelle deprender como se ham de regir e governar no regimento de suas casas fazendas e honras. Impresso em ha muy nobre e sempre leal cidade de lixboa por hermam de Campos. Imprimidor y bombardeyro do rey nosso senhor cõ gracia y privilegio de su alteza. — Anno de nostra salvaçam — m. d. yxv iij — annos a xx dias do mes de junio."

Pelo que fica transcripto, poderá o leitor fazer uma ideia do que seja o curioso livro, que além de monumento litterario, é um monumento de gloria para a sua publicadora.

---

[1] Leite de Vasconcellos — *Philologia*, pag. 137, nota — Sousa Viterbo — *Archivo Historico Portuguez*, tomo II, pag. 256 e 257.

[2] Dora Melegari — *Ames et visages de Femmes*, pag. 106.

CAPITULO XL

Gil Vicente

QUEM amparou os primeiros passos do fundador do theatro portuguez?

Exclusivamente a Rainha D. Leonor, viuva de D. João II?

Ou foi essa soberana precedida na gloriosa missão pela Mãe de D. Manoel a Infanta D. Beatriz?

E' com estas interrogações que D. Carolina Michaelis de Vasconcellos abre a segunda das suas *Notas Vicentinas*, trabalho com que anda a enriquecer proveitosamente os estudos sobre o poeta.

E conclue affirmando que a verdadeira protectora de Gil Vicente foi D.Leonor.

Antes, porém, de expormos a opinião da erudita investigadora, e a sua engenhosa demonstração, tentarêmos responder a uma pergunta que já por certo afflorou ao espirito do leitor.

Gil Vicente poeta e ourives—um só homem?

Ou houve dois artistas de genio com o mesmo nome?

Para nós, n'este estudo, é de somenos importancia, optar pela *unidade* ou pela *dualidade*, visto que a Rainha teve ao seu serviço um *lavrante* — Gil Vicente, e encommendou *Autos* e *Obras* de *devoção* ao *trovador* com o mesmo nome.

Mas como a questão tomou um interesse palpitante desde que começou a ser debatida, apontarei por alto as suas phases para avivar a memoria de quem me lê. E se alguem quizer estudar mais profundamente o caso, poderá, com a citação dos auctores que d'ella se tem occupado, embrenhar-se no labyrintho emmaranhado de argumentos e talvez sahir d'elle com uma opinião formada.

Ninguem, até á segunda metade do seculo XIX levantára duvidas ácerca da unidade. Gil Vicente o Poeta tambem fôra Ourives, e compozera a famosa Custodia dos Jeronymos por ordem de El-Rei D. Manoel com o oiro das primeiras pareas de Quilôa.

Não repugnava essa duplicação assombrosa de faculdades.

Outros como Leonardo de Vinci, Raphael, Miguel Angelo, e alguns mais, tinham accumulado aptidões, que ainda hoje fazem o nosso espanto.

N'esta confiança a opinião era concorde, e não tinham nascido divergencias no campo da erudição.

Foi Camillo Castello Branco ahi por 1881 quem na *Historia e sentimentalismo* atirou á publicidade, n'aquelle tom convidativo á polemica que lhe era habitual, a afirmativa de que em vista de estudos genealogicos a que procedêra ficára convencido da existencia de um Gil Vicente Poeta, distincta da de Gil Vicente Ourives.

Ao mesmo tempo o general Brito Rebello trabalhando sobre documentos extrahidos da *Torre do Tombo* sustentava a mesma these. O sr. Theofilo Braga persistia na unidade, que apresentára no *Bernardim Ribeiro.* [1]

Passaram annos. Até que por 1894 o Visconde de Sanches de Baena publicou um livro — *Gil Vicente* no qual apresentava um schema genealogico que separava fundamentalmente o Ourives do Poeta. Eram tão peremptorias as suas affirmativas, tão cheias de indicações acerca dos parentes de Gil Vicente e de noticias colhidas na propria familia que dizia descender d'elle, que parecia evidente a existencia de dois homonymos provindos da mesma familia.

A esta these se encostaram muitos espiritos entre os quaes o de Julio de Castilho que no romance — *A mocidade de Gil Vicente*, (em que pretende seguir a verdade historica) faz do Poeta um sobrinho do Ourives.

Começaram então a apparecer estudos acerca da familia dos Vicentes, seus casamentos — filhos — netos e primos etc., e dos numerosos homonymos que n'esta epocha existiram com varios officios e mesteres.

Affluiam tambem periodicamente em varias publicações documentos desentranhados pelo general Brito Rebelo. Alguns dos seus artigos eram acompanhados com a transcripção de recibos, e diplomas que tinham como ilustração aquelles rabiscos sybilinos, que o General nos afirmava serem assignaturas de Gil Vicente.

Começou então a ser tal a confusão entre os eruditos, que o proprio Brito Rebello, no livro *Gil Vicente* de 1902 confessa honradamente a sua indecisão dizendo: "No meu estudo já citado, inserto no *Occidente* de 1880, dissera que em tempo não tinha tido duvida sobre a unidade, decidindo-me pela dualidade em vista de alguns documentos, que colligira e aproximei; mas pouco depois de ter apresentado esta minha opinião ficava perplexo ante a cóta ou indicação que se acha sobre o registo da carta de 1513 e que dou em facsimile. Essa cóta escripta por mão contemporanea... diz o seguinte: *Gil Vicente Trovador e mestre da balança.* Confesso a minha impotencia perante similhante declaração a qual... faz suspender todo o juizo, e ficar indeciso na resolução do problema."

E mais accrescenta o erudito e sincero investigador: "N'este ponto digo claramente a quem me lêr, — em vista dos elementos reunidos, e já não são poucos... *não posso dizer se o poeta e ourives Gil Vicente são um unico individuo ou são dois* diversos. [2]"

Isto dito por quem passou largos annos na Torre do Tombo a estudar Gil Vicente, e que sobre elle escreveu dois livros, tiraria o desejo a qualquer de discutir o caso.

---

[1] Hoje defende a these contraria.
[2] Brito Rebello — *Ementas Historicas II — Gil Vicente*, pag 71, 94 e 96.

Um outro investigador, porém, que tem dedicado as suas valiosas faculdades de trabalho a estudar egualmente Gil Vicente e a sua epocha, o Sr. Anselmo Braamcamp Freire entrou a publicar em 1907, no *Jornal do Commercio*, uns artigos subordinados ao titulo de: *Gil Vicente — Poeta-ourives.*

Posteriormente na Revista de Historia coordenou os seus estudos, e publicou a biographia do poeta, reunindo depois todos os capitulos n'um volume a que chamou *Gil Vicente Trovador e Mestre de Balança.* [1] N'uma argumentação cerrada e bem deduzida sustenta a these da unidade, affirmando sempre em face de documentos que a critica não póde hesitar.

D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos tem a mesma opinião conforme se vê quando trata este assumpto na Nota Vicentina II [2].

A ultima palavra portanto é a que affirma serem o poeta e o ourives um unico homem — Gil Vicente.

Para nós (já o dissemos atraz) o problema é secundario, visto que a Rainha D. Leonor animou e empregou as faculdades tanto do ourives como do poeta.

A questão, porém, de saber se foi ella quem trouxe ao Paço esse poeta, ou se foi sua Mãe a Infanta D. Beatriz é que merece ser estudada com mais detença; e embora sejamos obrigados a entrar em explicações minuciosas, e por ventura fastientas, não nos podêmos eximir a isso visto tractar-se de pontos importantes na biographia da Rainha.

* * *

Quando n'um artigo intitulado *Almada* que faz parte dos *Embrechados* [3] alludi ao *Auto da India* representado n'aquella villa á Rainha D. Leonor, e referindo-me á sua personalidade escrevi: "Foi ella que cooperando com D. Beatriz sua Mãe appellidada a Rainha Velha trouxe ás festas da Côrte o poeta Gil Vicente.„ Fundara-me para a indicar como colaboradôra de sua Mãe, na rubrica do *Auto da Visitação* onde se lê "por ser a primeira coisa que o auctor fez e que em Portugal se representou estando o mui poderoso Rei Dom Manuel e *a Rainha Dona Beatriz sua Mãe*, e a Senhora Duqueza de Bragança ...[4]„

E ainda n'aquella que diz: "E por ser cousa nova em Portugal gostou tanto a Rainha Velha d'esta representação.„[5]

Encostava-me tambem aos *Indices* das Obras de Gil Vicente, dados á estampa pelos novos obsequiosos de Sacavem (isto é por Julio de Castilho e An-

---

[1] *Jornal do Commercio*, Fevereiro de 1907. *Diario de Noticias*, 16 de Dezembro de 1912 — *Revista de Historia*, Fasciculos 21-22 — *Vida e obras de Gil Vicente — Trovador e Mestre da Balança.*

Daqui em deante citaremos sempre esta obra, de preferencia á *Revista de Historia*, por ser posterior e definitiva

[2] D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos — Nota Vicentina II, pag. 29-30

[3] *Embrechados*, 3.ª edição, pag. 105.

[4] Obras de Gil Vicente, edição de Hamburgo, pag. 1.

[5] Ibid, Ibid., pag. 4.

selmo Braamcamp Freire) bem como aos estudos do Sr. Theophilo Braga e Brito Rebello.

Não excluí, como se vê, da *Companhia* illustre reunida nos Paços d'Alcaçova a Rainha D. Leonor. Inclinei me porém, á hypotese de terem *ambas* contribuido para a introducção do poeta na Côrte.

Agora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, que anda a preparar uma edição critica da Obra Vicentina, ao analysar as Didascalias, applicou á do monologo do Vaqueiro o criterio e a logica de que tão lucidamente faz uzo nos seus estudos, e demonstrou: que a Rainha Velha é, e não podia deixar de ser D. Leonor; que foi ella quem encommendou o *Auto da Visitação*, o *Auto Pastoril Castelhano* e o *dos Reis Magos;* e que portanto o Auto da Sybilla Cassandra foi a ella representado.

Dá portanto a somma de dez obras de devoção dedicadas pelo poeta á Rainha, afóra as farças da *India* e da *Fama*.

Para defender a sua these a illustre escriptora sustenta que deve ter havido um lapso, ou uma omissão typographica, na composição da *Didascalia*, a qual se deve lêr da forma seguinte: *"estando o muy poderoso Rey D. Manuel e a Raynha (dona Lyonor sua Irmãa e a infanta) dona Breytriz sua mãy."*[1]

No intuito de demonstrar que deve ser esta a redacção da rubrica ou didascalia na qual introduz oito palavras que a devem completar, emprega a insigne professora uma serie de engenhosos argumentos que fazem d'esta segunda Nota Vicentina um precioso elemento de estudo.

E' irrespondivel tudo quanto affirma, ou seja quando mostra que o titulo de *Rainha Velha* não póde ser applicado senão a D. Leonor, posto que não fosse vélha em edade; que D. Beatriz sempre foi chamada a Infanta; que esta Senhora nunca representou um papel de relêvo na intellectualidade da sua epocha, nem teve influencia na vida de Gil Vicente, e que pelo contrario a Rainha D. Leonor é figura principal pois "fez a favor da civilisação, e da humanidade mais do que qualquer outra Rainha de Portugal."

Todo este opusculo, ao qual remetto o leitor curioso, tem um valor que excede mesmo a importancia do problema, aliás interessante que o subtitulo indica — *A Rainha Velha e o monologo do Vaqueiro.*

Feita a demonstração e acceite, como consequencia, a modificação proposta, tudo o mais corre logicamente, e de hoje em deante não pode haver duvidas de que foi exclusivamente D. Leonor quem amparou os primeiros passos do dramaturgo, e que foi ella quem encommendou o monologo do *Vaqueiro* e das outras obras de Devoção a que vamos assistir na companhia da intelligente Senhora.

I

O AUTO DA VISITAÇÃO OU MONOLOGO DO VAQUEIRO

A Rainha D. Leonor, conhecia já em 1502 as faculdades de Gil Vicente, ou porque lhe chegasse aos ouvidos a fama do rapaz, trovador de engenho facil, ou porque tendo-o empregado ao seu serviço nas encommendas de objectos artisti-

[1] As palavras entre parenthesis são as que D. Carolina suppõe omittidas por lapso, como depois demonstra.

cos de uso da sua capella, escutasse de vez em quando com agrado, alguma das suas composições.

Um ourives póde bem repetir versos a uma Rainha.

N'uma festa a que assistiu D. João II, já o poeta se encontrava, não sabemos bem em que qualidade, mas incluido na Côrte, pois claramente diz, fallando do monarcha:

Yo lo vi entre estas flores
Con gran hato de ganado
Com su cayado real[1]

Seria portanto a Rainha D. Leonor quem o indicou a seu irmão, El-Rei D. Manoel, quando se tractou de organisar uma representação, mômo ou entremez, que distrahisse a Rainha D. Maria, depois do nascimento do seu primeiro filho? E' possivel, com quanto as rubricas não o digam.

Como se deu isso?

A Rainha D. Maria estava de parto. Era necessario distrahil-a.

Gil Vicente, caracterisado de Vaqueiro, entra no quarto simulando ter levado repelões e murros, ao pretender penetrar "n'aquella cabaña, gloria principal del paraiso terrenal".

A Rainha na sua cama de estrado alto, sob um magnifico baldaquino de damasco vermelho encosta a cabeça nas almofadas. A sua cara levemente desmaiada pelos recentes trabalhos da maternidade, depois da primeira surpreza, mostra-se:

muy alegre y placentera,
muy ufana y esclarecida,
muy prehecha y muy lucida,
mas mucho que dantes era.

D. Manoel em pé junto do leito, com o gibão elegantemente aberto sobre a seda do justilho, e com os cabellos cuidadosamente compostos pelo Guarda-roupa Damião de Goes, vae indicando a sua mulher as phases d'aquelle espectaculo novo para ella, e com gestos dos seus compridos braços que chegavam abaixo dos joelhos, aponta alguns dos pastores, talvez officiaes da Casa real.

Do outro lado do estrado, a Infanta D. Beatriz, envelhecida pelo tempo, sua filha a Duqueza de Bragança, tambem envelhecida pelos desgostos, escutam attentas e surprehendidas, pela novidade do caso.

Do grupo real, destaca-se a figura airosa da Rainha D. Leonor, cujos 44 annos ainda florescentes apezar do vestuario severo e saúde precaria revestem um ar de mocidade, que difficilmente se casa com a denominação de *Rainha Velha*.

Pelas frinchas das portas entreabertas, ou dissimuladas nas prégas dos reposteiros, cabeças curiosas de damas ou cuvilheiras investigam, e vêem para as antecamaras e corredores, commentar ao seu sabor a scena inesperada. Umas arrastadas pela sonoridade dos versos, ficam presas de encanto, outras suffocando

[1] Obras — *Auto Pastoril Castelhano*, tomo I, pag. 9.

a indignação pelo modernismo benzem-se offendidas. — Ha sempre o resmonear da rabugice entre os applausos do triumpho.

Entretanto o Vaqueiro, com a sua voz bem timbrada, apontando para o berço declama:

"Será Rey Don Juan tercero
Y heredero
De la fama que dejaron
En el tiempo que reinaron,
El segundo y el primero . . ."

E fingindo que chama alguns dos pastores seus companheiros, veem estes apresentar ao recemnascido, queijadas, ovos, leite, queijo e mel.

Termina aqui a scena. Talvez ao animo do poeta affluissem duvidas sobre o exito da sua obra. (Todo o artista tem essa inquietação). E' possivel que o assaltassem receios de que influencias malevolas a depreciassem. (As más vontades conseguem muita vez abafar a gloria dos mais bem dotados).

Foi então que uma voz, cujo echo nunca havia de esmorecer no seu animo, lhe chegou aos ouvidos redemptora e lisongeira. Era a da Rainha D. Leonor, que lhe encommendava uma segunda representação da sua peça, para as matinas do Natal.

Cheio de orgulho, mais de trinta annos depois, quando fez a copilação das suas obras, que os filhos haviam de publicar, registou o incentivo recebido, para perpetuar o gesto da Rainha e o seu proprio reconhecimento.

Avalia-se pelo dizer da rubrica escripta, quando a sua protectora já tinha morrido havia muito, toda a gratidão que o poeta sentiu por quem lhe adivinhou o genio e consolidou a reputação.

Foi ella assim quem prodigalisou a Gil Vicente os primeiros e mais valiosos applausos, aquelles que mais affagam o amor proprio de um auctor, mostrando que a sua obra agradára tanto, que se desejava desde logo ouvir a repetição.

D. Leonor encommendando ao incipiente dramaturgo, alli mesmo no Paço de Alcaçova e na propria camara da sua cunhada, uma segunda representação d'aquelle espectaculo,[1] deu ao poeta o mais apreciado galardão que elle podia desejar.

Accedeu logo á intimação. Mas porque o seu melindre de artista não lhe consentia apropriar *Monologo do Vaqueiro* ao nascimento do Redemptor, e para mostrar á Rainha que tivera razão em confiar na sua Musa, apresentou outra obra.[2]

II

AUTO PASTORIL CASTELHANO

O *Auto Pastoril Castelhano* foi inspirado n'uma scena de Presepio e passa-se entre pastores.

[1] Obras — *Auto do Vaqueiro*, tomo I, pag. 5. «Gostou tanto a Rainha velha, d'esta representação, que pediio ao auctor que isto mesmo lhe representasse ás matinas do Natal».

[2] Obras — pag. 5, «e porque a substancia era mui desviada, em lugar disto fez a seguinte obra».

"Zagales, levantar de ahi,
Que grande nueva es venida :
Que es la Virgen parida
A' los angeles lo oí".

Onde seria representado ?

Na capella do Paço Real ? Ou, o que é tambem possivel, na da Rainha D. Leonor, que o encommendára ?

Os *Mysterios, os Milagres, as Lapides e as Moralidades*, eram espectaculos que durante a Edade Media se representavam nas egrejas.

A Rainha encommendando este, sabia que se ia passar alguma coisa mais impressiva — uma obra d'arte, superior ás desenxabidas scenas, até então declamadas.

E realmente ainda hoje, quando o lemos, não nos podemos furtar a um movimento de admiração, vendo, por exemplo, a arte com que é paraphraseado o *Cantico dos Canticos*.

"Tu eres huerta cerrada
En quien Dios venir desea :
Tota pulchra amica mea
Flôr de virgindad sagrada."

E a graça com que um dos pastores ingenuamente confessa que perdeu todo o seu gado por causa de uma bailadeira !

Ora veja-se :

"Nel hato de Bras Picado.
Andava Marta bailando ;
Yo estúvela oteando
Boquiaberto transportado,
Y al son batiendo el pie
Estuve dos horas valentes :
El ganado entanamientes,
A' la fé.
No sé para donde fué."

Mas o que para nós é principalmente digno de attenção n'este Auto, é a falla do pastor Gil, que diz assim :

"Conociste á Juan Domado
Que era pastor de pastores ?
Yo lo vi entre estas flores,
Con gran hato de ganado,
Con su cayado real,
Repastando en la frescura,
Con favor de la ventura . . ."

E o auctor accrescenta em nota:

"Juan Domado dizia por El-Rei D. João II."

Não vem aqui para o caso indagar o fundamento d'este adjectivo — *domado* — cuja significação é incerta, mas em todo o caso encomiastica.[1] Talvez se deva ler *damado*, isto é — *querido*.[2]

O que não offerece duvida, é que Gil Vicente, no primeiro *Auto* que representou á Rainha D. Leonor, por sua encommenda, se refere em phrases laudatorias a El-Rei D. João II.

Não seria necessario mais, para demonstrar que, longe de subsistir na alma da Rainha, a minima parcella de odio ou rancor, pela memoria do marido, lhe era até agradavel que o seu protegido recordasse publicamente esse Rei, evocando a sua figura de *pastor de povos*, em attitude prestigiosa.

Se não tivesse a intenção de dar á falla de Gil Terron um sabor de lisonja, Gil Vicente callaria o panegyrico.

Não nos podemos deter por mais tempo na Capella em que foi representado este Auto, acompanhando em imaginação o auditorio que a Rainha convocára para celebrar com ella as Matinas do Natal de 1502.

Mas não deixaremos de apontar uma circunstancia que nos occorre e que até aqui não temos visto adduzida.

Foi com este *Auto Pastoril Castelhano*, que verdadeiramente o poeta se apresentou em publico.

O *Monologo do Vaqueiro* fôra declamado na Camara da Rainha D. Maria, na segunda noite do nascimento do Principe.

Por muito vasto que fosse o recinto, as condicções em que se dava o espectaculo, obrigavam a restringir o numero dos ouvintes. Apenas a Familia Real, e poucas Damas. O resto da Côrte, sómente ouviria atraz dos reposteiros, pelas portas entreabertas, alguns pedaços da recitação.

Só o bastante para aguçar a curiosidade.

Foi talvez até um dos motivos que levou a Rainha D. Leonor a encommendar a repetição.

Agora, na Capella, o publico era numeroso.

A Côrte, a clerezia empregada nas cerimonias liturgicas; e ainda o povo que era admittido no corpo da egreja, tinham ensejo de ouvir essa "*cousa nova em Portugal.*"

E quando os pastores com "tangeres e bailes" se chegaram ao Presepio e entoaram a linda cançoneta em honra da Virgem "graciosa e morenita" e do *niñíto tan bonito*, passou em todos os presentes aquelle fremito especial, que só os grandes artistas têm o privilegio de communicar a uma assemblêa.

Foi isso o que sentindo tambem a Rainha a levou, "satisfeita d'esta pobre coisa (são palavras de Gil Vicente) a pedir ao auctor que para dia de Reis, logo seguinte, lhe fizesse outra obra".

E assim nasceu: *O Auto dos Reis Magos.*

---

[1] Já em outro logar discutimos este ponto. Vide — *Auto da Festa*. Explicação prévia, pag. 12 e 13.

[2] Taboa glossaria das obras, tomo III, pag. 395.

III

O AUTO DOS REIS MAGOS

Estava lançado (como hoje diriamos) o moço trovador cujo talento havia durante mais de trinta annos, de recrear, commover, consolar, e distrahir a Côrte, e que havia de levantar com a sua obra um monumento inimorredouro.

Saccudido pela exhortação lisongeira da Rainha D. Leonor, que n'esse momento lhe soava aos ouvidos como a propria voz da Gloria a consagral-o, metteu hombros á obra.

Mas os poucos dias que vão do Natal ao dia de Reis ("Trece dias son passados.

Bien contados,
Que ando perdido el tino.")

eram insufficientes para architectar uma peça dramatica de largo folego.

Comtudo, se não é extensa, tem a valorisal a a originalidade da ideia com que foi concebida, e o dialogo dos pastores com um Ermitão.

N'esse dialogo em que são propostos ao Frade alguns casos de consciencia para elle resolver, já desponta a veia comica do comediographo, cuja musa faceta havia de beliscar algumas epidermes.

Será peccado (perguntam os pastores antecipando-se á casuistica de Larraga), será peccado espirrar?

E fazer berrar uma cabra? E arrancar a perna a um grillo? E andar atraz das pastoras?

"Y sospirar
Por Turibia del Corral
Decidme, fraile, es gran mal?

E estar namorado?

"Crió Dios por la ventura
Hermosura,
Para nunca ser amada?"

Era a primeira vez que se ouviam coisas taes.

Mas longe de haver reservas ou protestos por parte dos ouvintes agradou a todos tanto a argumentação entre os pastores e o Ermita, assim como a scena final com a chegada dos Reis Magos, que foi bem acceite a esperança de ouvirem um novo auto.

Qual seria? [1]

[1] Adoptamos na generalidade para a ordem d'estas representações, em que a Rainha D. Leonor teve interferencia, a chronologia proposta pelo sr. Braamcamp Freire. Na fixação da representação de outras obras, não ficamos ainda convencidos com os seus argumentos. Entre outras o *Auto da Festa*, de que foi *publicador*.

IV

O AUTO DE S. MARTINHO

A rubrica diz assim:

"O Auto que adiante se segue foi representado á mui caridosa e devota Senhora a Rainha D. Leonor na Igreja das Caldas, na procissão do Corpus Christi, sobre a charidade que o bemaventurado S. Martinho fez ao Pobre quando partio a capa. Era do Senhor de 1504."

Mesmo que a didascalia não fallasse claro, o assumpto tractado nas dez oitavas do pequeno poêma hieratico revelaria o personagem a quem Gil Vicente dedicava essa obra, tanto era conhecida a caridade da Rainha, prompta sempre a repartir com os pobres a sua capa, como o glorioso S. Martinho da lenda.

Pela rubrica final que diz: "não foi mais porque foi pedido muito tarde" suppõe o sr. Theophilo Braga que teria sido o povo quem *pediu* esta producção.

E' possivel que seja assim, pois em outras composições se diz terem sido *encommendadas* pela Rainha D. Leonor.

Acceitando a conjectura vê-se como o povo fazia justiça aos sentimentos da Rainha, pedindo a Gil Vicente que d'esta maneira symbolisasse a beneficencia da protectora dos pobres.

A Rainha em 1504 estava nas Caldas onde ia ás vezes ou para aproveitar a virtude das aguas, ou para olhar pelos doentes e pelas obras que alli trazia.

A 6 de Junho era o Corpo de Deus. A festa celebrou-se solemnemente havendo procissão.

N'esta solemnidade era de praxe, como se sabe, representar mômos e arremedilhos.[1]

Quem estivesse então nas Caldas, assistiria a um espectaculo curioso.

Em vez de mouros e judeus com as suas danças, guinclas e touros; em vez de diabos com os seus espetos, e os bôbos com os seus esgares, veria apparecer um pobre pedinte entoando uma cantilena . . .

Mas esse pobre pedinte era Gil Vicente, e a cantilena composta de versos formando oitavas em bellos hendecasyllabos:

— "Devotos cristianos dad al sin ventura
Limosna, que pide por verse plagado:
Mirad ora el triste que estoy lastimado
De piés e de manos por mi desventura."

Depois de em sette d'essas estrophes ter pedido esmola, apparece S. Martinho, cavalleiro, com trez pagens a quem o mendigo se dirige implorador.

Mas o Santo que não trazia dinheiro com que o contemplasse responde:

---

[1] Veja-se a descripção feita por Herculano no *Monge de Cister*.

"No sé que te dé, de dolor de ti,
Ni puedo á tus males ponerte remedio.
Partamos aquesta mi capa por medio;
Pois otra limosna no traigo aqui."

E a rubrica accrescenta: "Emquanto S. Martinho com sua espada parte a capa, cantão mui devotamente hũa prosa."

E' facil de imaginar o effeito produzido na assistencia que enchia a egreja das Caldas, e no animo da Rainha, com as palavras e o gesto do generoso cavalleiro.

Este minusculo *Auto* que, pela sua pequenez, e falta de acção é considerado um dos menos notaveis das obras de Gil Vicente tem comtudo a valorisal-o a circunstancia de significar bem que, entre as virtudes, aquella que mais agradava á Rainha, e melhor convinha á sua personalidade é a symbolisada n'essa curta scena em que o *glorioso* S. Martinho exerce tão enternecedoramente — a Caridade.

V

O VELHO OBIDOS

A Rainha D. Leonor, cuja residencia habitual era em Lisbôa, mas que se deslocava frequentemente para Almada, Abrantes, Lavradio e outras terras, ia por vezes descansar ás Caldas, como acabamos de ver.

Quando para alli se dirigia, ou d'alli sahia demorava-se sempre uns dias na sua villa de Obidos.

Aconteceu, porém, que n'esse anno (de 1504 ao que parece [1]) estando nas Caldas, foi em romaria á Nazareth sem que pousasse na villa, cujo orgulho tradicional se julgou affrontado pela preferencia concedida á sua incipiente visinha.

Ora como um amúo seria descabido, e um protesto não era conforme ao sentimento que os animava, os habitantes de Obidos usaram de um meio engenhoso para se fazerem lembrados e mostrarem á Rainha a sua pena — *levaram-lhe um serviço,* — isto é, deram-lhe um presente.

A offerenda foi levada ás Caldas pelo juiz ordinario, vereadores, e outros cavalleiros. E não deixa de ser curiosa a apresentação.

Caracterisaram (como se diz em linguagem de theatro) um homem representando um velho com grande barba branca. O fato de velludo preto, a bolsa da mesma fazenda que trazia na mão, o collar, o cinto e o estoque davam ao personagem um ar grave e auctorisado.

Figurava ser o *Velho Obidos.*

Era acompanhado por dois pagens tambem vestidos de negro.

Quando chegou em frente da Rainha "começou o honrado velho a dizer o que se segue em metros".

Depois de lhe chamar: "serena Senhora famosa, e catholica planta, dos pobres amparo, e dos orfãos abrigo" exclamava:

---

[1] Vide — Brito Rebello, *Ementas Historicas.* Gil Vicente, pag. 27 e 99, nota II.

"Eu, um pobre velho Obidos chamado
Em annos antigo, moderno em cuidados,
Quando me lembram meus tempos passados
Vem-me desejos de ser assolado.
Eu sou enfermo, não me visitaes?
Pobre minguado e orfão tambem
E sou engeitado filho de ninguem
Lançado por portas e não me criaes?
Sou esfarrapado assim me deixaes
Sem me visitar um pequeno espaço;
Por mais de cem annos tive em mim paço
Com muitos serões e bodas reaes?"

E o velho continua a sua falla composta de dez oitavas em arte maior, todas lamentando que a Rainha, passando perto d'aquelle local, não tivesse parado para fazer a sua visita costumada.

Offerece-lhe então como homenagem:

"Além de serviço de fraco metal
Meu alcaide mór illustre e leal
E minha alcaidessa do mesmo teor
Com trezentas lanças de lindo lavor,
E cem escudeiros todos bem criados..."

E depois é apresentada a offerenda.

A Rainha ouvindo a falla commoveu-se e sentiu bailarem-lhe as lagrimas nos olhos em presença d'aquella prova de dedicação.

O velho então deu ordem para que passasse perante ella todo o *serviço*, que se compunha de "quatrocentas gallinhas e patos, além de cento e cincoenta alqueires de cevada".

A nota diz que a Rainha acolheu com muito agrado os offerentes e a offerta, e que desde então "mostrou muito amor áquella villa e a todo o povo".

De quem são os versos?

O General Brito Rebello, suppõe que sejam de Gil Vicente.[1] N'esse caso seria tambem elle quem fizesse o papel do *Velho Obidos*.

E' possivel effectivamente que a gente grada d'esta terra, querendo captar a benevolencia da Rainha, e confiando na habilidade e bôa acceitação que Gil Vicente tinha junto d'ella, o encarregasse de organisar o espectaculo.

Elle, porém, quando colligiu as suas obras, ou não achou esta digna de figurar junto das outras, ou já se não recordava do episodio.

Nós é que não queremos deixal-o esquecido, porque é pittoresco e dá uma nota significativa das relações entre a Rainha e o povo das suas Villas.

---

[1] Em apoio d'esta opinião apresenta a coincidencia de n'um verso da falla do *Velho Obidos* se dizer: *Desde monte junto até Salvaterra* —; e no Auto da *Historia de Deus* se ler tambem: *E desde Çamora até Salvaterra.*

VI

UM SERMÃO

Este sermão, segundo diz a rubrica, foi feito á christianissima Rainha D. Leonor e prégado em Abrantes, ao mui nobre Rei D. Manoel primeiro do nome na noite do nascimento do Illustrissimo Infante D. Luiz. Era do Senhor de 1506.[1]

A quem estranhar que Gil Vicente, o auctor dos Autos e o representador de alguns d'elles, venha agora prégar um Sermão perante a Côrte, n'uma sala dos Paços de Abrantes, lembrarei que não se tracta de uma homilia, de um discurso doutrinal evangelico, de uma prédica de missionario proferida do alto do pulpito, para conversão de hereges.

O imaginoso poeta, cujo espirito se comprazia em variar a fórma com que revestia as suas composições, ora servindo-se da linguagem juridica, ora paraphraseando textos sagrados, ora contrafazendo os prantos de uma beberrona de Lisbôa, e para isso usando de linguagem popular, lançou mão n'esta conjunctura dos moldes das paraneses catholicas, para architectar, como hoje diriamos, *uma Conferencia.*

Uma *palestra* em versos de arte maior, com o revestimento de um discurso sagrado, uma graciosa satyra de costumes envolvida em phrases colhidas nos sermonarios, um pretexto para debicar em adversarios com a apparencia de morigerar, e sempre velando com as teias da critica ligeira, uma philosophia cheia de intenções,— é no que se resume o *Sermão de Abrantes.*

Como nasceu ?

Dil-o o proprio auctor.

Passando n'uma galeria ou antecamara do Paço, onde a Côrte se refugiára da peste em que Lisbôa ardia, Gil Vicente viu n'uma parede caiáda, escriptas a carvão, as seguintes palavras: *Non volo, Volo; et deficior.* (*Não quero, quero, é escusado,* ou *por demais*).

Estas trez affirmações sem sentido, rabiscadas por algum maluco ou inconsciente,[2] serviram-lhe de ponto de partida para compôr o arrazoado com que havia de divertir os Soberanos durante um serão.

Começou por se sangrar em saúde, informando os seus detractores de que era a primeira e ultima vez que prégava um Sermão.

Em seguida dispoz a seu favor a parte feminina do auditorio com aquella invocação á Virgem que tão habilmente termina por uma *Ave Maria* paraphraseada.

Depois, na critica do mundo agonisante e dos *signaes dos tempos* de então, é fulgurante de graça e de veia sarcastica.

O *Sermão de Abrantes* está longe de ser, como já se tem insinuado, um documento que encarte Gil Vicente no officio de *precursor da Reforma* em Portugal e lhe dê o diploma de collaborador de Luthero. Mas é certo que n'esta, como em muitas outras obras suas, falla livremente dos desregramentos dos grandes e (permita-se o plebeismo) não tem papas na lingua.

[1] Este Infante nasceu a 3 de Março, segundo refere Damião de Goes.

[2] *Habentur verba ista originaliter in pariete istius aulae, quae scripsit aliquis stultus.* (*Obras* — Vol III, pag 355).

Foi esta obra declamada á Rainha D. Leonor, e para ella feita. Bastaria este facto para demonstrar que nem era *beata* (no sentido de hypocrita) nem intransigente, nem incapaz de comprehender o seu papel de Rainha, como já lhe tem sido assacado.

Se o fosse, não admittiria na sua intimidade a Musa petulante de Gil Vicente.

VII

EM ALMADA

O AUTO DA INDIA — O PROCESSO DE VASCO ABUL

Em Almada, a villasinha graciosa, que espreita Lisbôa, espreguiçando-se nos montes de Alem, passou a Rainha D. Leonor a primavera do anno de 1509, e alli se demorou ainda até 1510.

Habitava umas casas que recebêra em herança de sua mãe.

A peste tornava Lisbôa inhabitavel.

Almada, embora a pequena distancia, prestava-se, por ser lavada de ares, a uma residencia mais sadia e desanuviada de terror.

Em volta da Rainha, movia-se uma verdadeira Côrte, anciosa de distracção avida de divertimentos.

E conquanto D. Leonor se inclinasse mais ás praticas religiosas e ás representações de *obras de devoção*, não lhe desprazia que em sua casa houvesse reuniões alegres e os serões fossem tomados por *cousas de folgar*.

As suas Damas eram joviaes, maliciosas, amigas da gaia sciencia. Já o tinham demonstrado quando (havia annos) juntamente com as donzellas da Infanta D. Beatriz, se encorporaram no numero das despeitadas para tirarem vingança de Pero de Sousa Ribeiro, a quem troçavam:

"Com o sseu olho rremeleyro
e na mão o sseu babeyro
ca o viamos entrar
antes do demo tomar
Pero de Ssousa Ribeyro"[1]

Agora cumpria distrahil-as, para que os animos da sua roda não succumbissem com a atmosphera deprimente, que a epidemia creava.

Nada mais apropriado, como prophylaxia e hygiene de espirito, que uma invenção de Gil Vicente.

Mandou chamal-o.

E elle accorrendo logo, representou perante a Rainha e todos os que em Almada frequentavam o seu Paço, uma Farça, em que já revela um talento comico, não inferior ao de Moliére — *O Auto da India*.

O que seja essa critica de costumes burguezes, inspirada na leviandade da mulher de um embarcadiço que, emquanto o marido vae para a India n'uma armada, aproveita a ausencia para o substituir na alcova conjugal, pelo suspiroso

[1] *Cancioneiro Geral*, tomo III, pag. 227.

Lemos, ao mesmo tempo que promette entradas a um castelhano, com quem joguetéa; o que seja a arte com que se mostra a perfidia d'essa falsa Artemisa contando depois ao marido a sua fidelidade, o que seja o conhecimento do coração humano, revelado n'essa peça, está já dicto e redicto pelos criticos e commentadores.

O caso, que certamente não era isolado n'essa epocha, em que tantos maridos de mulheres moças, a "quem o sangue atiça" andavam nas esquadras do Levante, provocou sorrisos galhofeiros na gente que assistiu ao serão de Almada.

E se é certo o proloquio que diz: *Ridendo castigat mores*, a Musa gaiata de Gil Vicente, talvez evitasse algumas catastrophes domesticas, com a pintura dos perigos em que incorriam os maridos, que abandonavam imprudentemente as consortes novas, bonitas e levianas, aos impulsos da natureza.

Se o theatro tem por missão morigerar (questão em que não entro aqui) o *Auto da India* foi eschola util, e contribuiu para moderar alguns desregramentos de raparigas mal maridadas.

* * *

Estava a Rainha ainda em Almada, quando se deu o *Processo de Vasco Abul.*[1]

A sua Côrte desenfastiava-se e tentava esquecer as noticias que vinham de Lisbôa, sempre achacada com a peste, ouvindo trovas, compondo versos, ou escutando os vilancetes de Henrique da Mota, de Gil Vicente, do cantor Sebastião da Costa, e outros, que compunham a casa da Soberana.

Henrique da Mota, era habil n'este mister. E a roda feminina dos serões da Côrte da Rainha, divertia-se quando elle repetia as *Trovas a um clerigo sobre uma pipa de vinho, que se lhe foi pelo chão*; quando recitava aquella especie de dialogo que elle compozéra, figurando uma entrevista com o hortelão da Rainha, nas Caldas, "que era um homem muito pequeno, e chamava-se João Grande"; e quando papagueava as trovas dirigidas a uma tal Antonia Vieira, que o emprazára a fazer uma estrophe sobre cada uma das lettras do seu nome. E elle logo improvisou:

"No *A*, Senhora, s'entende
ho Amor muyto sobejo
que me mata e que m'ençende . . ."

A cada lettra segue-se um *rapa-pé* do amorudo e espirituoso Motta, dirigido á appetecida Antonia.

Mas não era só um lamecha. Ora debicava como já vimos, com o provedor das Caldas da Rainha, ora fazia versos a um alfayate a quem tinham furtado um cruzado no Bombarral, ora invencionava com chistes as trovas que traziam interessadas as Damas da Rainha, sobretudo as mais moças e por isso dispostas a folgar com os dictos picantes, os remoques e as picuinhas atiradas a pessoas graves e sisudas.

[1] O sr. Anselmo Braamcamp Freire, colloca este caso no anno de 1509 — Vide *Gil Vicente*, pag. 55.

O accaso favoreceu-as trazendo a Almada um cavalleiro entrado em annos e dado ao bello sexo, mas pouco generoso.

Chamava-se Vasco Abul. Parece ser o mesmo que em 1488, fôra como capitão n'uma das caravellas da Armada, que conduziu D. João de Bemoin, o Principe Jalofo.[1]

O velho lobo do mar, achando-se um dia em Alemquer, viu uma moça bailar. E de tal modo ficou excitado com o saracoteio da rapariga, que tirou uma cadeia de oiro que trazia, e entregou-lh'a galanteadoramente. Mas, ou porque o gesto fosse um mero gracejo, ou porque se arrependesse da generosidade, pretendeu rehaver a cadeia, ao que a dançadeira se recusou, sendo applaudida por todos os que presencearam a scena.

O velhote ludibriado cahiu em contar o caso pouco tempo depois em Almada, quando era recebido pela Rainha. Foi o bastante para que o bando feminino, e o zombeteiro Henrique da Motta se regosijassem por encontrar um ensejo azado para uma farçada.

Propozeram um processo com todas as praxes judiciaes em que fosse julgado o cavalleiro sovina.

Foi o Motta quem organisou esse pleito burlesco, que occupa muitas paginas do *Cancioneiro Geral.*[2]

N'um serão, depois de constituido o arremedo de tribunal, começou por perguntar:

"Que buscays ca nesta terra,
com tal sul
meu Senhor Vasco Abul ?"

Ao que o cupidaneo capitão, prestando-se á troça, responde :

"Hma gentyl bayladeyra
de Alanquer,
fremosa gentil molher
me chofrou d'esta maneyra.
Por me não parecer fea
vendo-a baylar hum dia
lhe mandey por bôa estrea
uma cadea
que eu no pescoço trazya."

Seguem-se todos os tramites como nos tribunaes ordinarios, procedendo-se ao interrogatorio das testemunhas que são entre outros um mestre Gil, cirurgião e poeta; o secretario João Alves, o cantor Bastiam da Costa . . .

E até figura entre os depoimentos o de Branca Alvarez, *crystaleira.* O offi-

---

[1] Vide *Embrechados*, pag. 127 e *Jornal do Commercio* de quinta-feira 2 de Abril de 1903, artigo de Braamcamp Freire.

[2] *Cancioneiro Geral*, tomo III, pag. 523 a 528.

cio d'esta testemunha, como o adjectivo indica, era o que depois foi celebrisado por Moliére.

Embora hoje nos pareça esta intervenção carnavalesca pouco propria da Côrte, Henrique da Motta não hesitou em a fazer figurar para ridiculizar a avareza do antigo embarcadiço.

São expressivas as locuções de que usa a moça da seringa para significar a sovinice de Vasco Abul.

Diz-lhe ella:

"Porque ssey que soys dureyro
em sayr de vós mercês,
deveys andar prazenteyro
por terdes o mealheyro
pregado como sabeys."

Os embargos allegados por Henrique da Motta e o parecer apresentado por Gil Vicente, são cheios de bôa graça portugueza; alguns tendentes a que não se restitúa o collar, outros a que Vasco Abul possa rehaver essa joia mas sendo expulso:

"Seja d'aquy degradado
nam se chame namorado
poys de amor não foy vencido."

Falta a sentença. Porquê? Talvez porque devendo ser proferida pela Rainha, ella não quizesse entrar na conjura alegre com a qual se mette á bulha um velho capitão de navios, que embora se prestasse a ser desfructado, tinha no seu passado serviços de valor.

VIII

O AUTO DOS QUATRO TEMPOS

E' duvidosa a data em que foi representado este *Auto*.

Nem a rubrica a designa, nem os commentadores se pronunciam peremptoriamente.[1]

O que a didascalia nos diz é que foi representado a "El-Rei D. Manoel, nos Paços de Alcaceva, na Capella de San Miguel por *mandado da sobredita Senhora* sua irman, nas matinas do Natal".

Fosse pois no anno de 1504, ou 1505, ou 1511, ou mesmo 1516 como tambem se suppoz, o que é certo é ter elle sido mandado representar pela Rainha D. Leonor na Capella de S. Miguel no Paço da Alcaçova.

O facto de El-Rei D. Manoel ter mudado de residencia para os Paços da Ribeira, não impediria que a representação se realisasse lá em cima no Paço da

[1] O sr. Theophilo Braga — *Gil Vicente*, pag. 144, suppõe ter sido em 1505.
O General Brito Rebello — *Gil Vicente*, pag. 50, propõe o anno de 1504.
O sr. Anselmo Braamcamp Freire hesita em fixar a data da sua representação, *Gil Vicente*, pag. 51-117-118-395.

Alcaçova, que era proximo da residencia da Rainha D. Leonor, continuando a capella do referido Paço a ter culto.

Em nossos dias algumas cerimonias de Côrte, ou profanas como um *Beija-Mão* solemne, ou religiosas como a imposição do barrete cardinalicio, passavam-se no Paço da Ajuda, apesar de os Soberanos não residirem alli.

Podia portanto a Rainha D. Leonor ter preferido a Capella de S. Miguel, por ventura mais accomodada ás exigencias scenicas d'aquelle Auto, no qual figuram, um Seraphim, um Archanjo, dois Anjos, as quatro estações, Jupiter, David em figura de pastor, um Presepio, etc. etc.

E' perante esse Presepio que Jupiter convida os *Tempos* seus irmãos a prostrarem-se reverentes.

Não deixa de ser curiosa a fórma como Gil Vicente submette assim o pae e soberano dos deuses do paganismo ao Deus menino dos catholicos.

"O falso Deus adora o verdadeiro."

IX

O AUTO DA SIBILA CASSANDRA

Outro *Auto* cuja data é imprecisa, este da Sibila Cassandra.[1]

O facto da rubrica dizer que foi no mosteiro de Xabregas e o da Madre de Deus só ter sido fundado em 1509 não é bastante para afastar a hypotese do anno de 1503 pois a esta data havia já n'aquelle local outro mosteiro.

Mas não é natural que se fosse escolher o de S. Francisco para aquella representação.

Deve ter sido portanto no da Madre de Deus, quando este convento já estava povoado de freiras, e a Rainha D. Leonor ia alli passar algumas temporadas.

Porque daria Gil Vicente o titulo de Sibila Cassandra a um *Auto* ou *Mysterio* ou *Milagre*, destinado a celebrar a festa da Natividade n'um cenobio de monjas ?

Phantasia de poeta!

A heroina nada tem com a filha do Priamo e de Hecuba, a formosa sibila condemnada por Apollo a que ninguem acreditasse nas suas prophecias.

A Cassandra de Gil Vicente, em vez de vaticinar successos em cuja realisação o vulgo não crê, applica o seu espirito prophetico a suppor-se destinada "a ser a virgem de quem o Senhor havia de nascer». E com esta opinião não quiz casar. Resiste ás solicitações de Salomão, ás exhortações de Abraahão, de Moysés, de Isaias, aos conselhos de Erutea, de Peresica, de Cimeria, e persiste em affirmar:

---

[1] O General Brito Rebello — *Gil Vicente*, pag. 26, dá como provavel a data de 1503.

Dr. Theophilo Braga — *Gil Vicente*, pag. 136, tambem indica 1503.

Sr. Anselmo Braamcamp Freire — *Gil Vicente*, pag. 118-396, inclina-se a que fosse no anno de 1513.

"Yo tengo em mi fantasia,
y juraria
Que de mi ha de nacer. . .»

Mas quando se corre a cortina do Presepio e Cassandra, vê todo o apparato do nascimento do Redemptor cae prostrada reconhecendo o seu erro e exclamando:

"Señor, yo, de ya perdida
Nesta vida
No te oso pedir nada,
Porque nunca di pasada
Concertada. . .»

Ha talvez n'este Auto uma *moralidade*, pretendendo reprimir a presumpção d'aquelles que se julgam predestinados para representar no mundo um papel eminente; rebater o orgulho dos egolatras; e corrigir a vaidade dos empavonados.

Assim porventura cada uma das freirinhas que escutava as estrophes do poeta, iria applicando a si propria a fustigação infligida á ambiciosa Cassandra.

Uma ter-se-hia julgado eleita de Deus, outra teria toda a illusão que recebêra na sua cella a visita do proprio Menino Jesus, aquelloutra chegaria a ter acreditado que o Senhor a escolhêra entre as demais para se lhe revelar n'uma apparição. . .

Todas ellas iriam applicando ao seu egotismo as censuras que Isaias destina á Sibila:

"Porque tu eres humosa
Soberbia y presuntuosa
Que es la cosa
Que mas desviada es.»

Mas como no final todos os personagens cantavam uma cantiga *cusoada*, isto é, posta em musica, pelo proprio Gil Vicente, as freiras de Enxabregas não se mostrariam resentidas para com o moralisador, e só lastimariam que a Rainha não lhes proporcionasse mais vezes tão deleitoso Natal.

X

O AUTO DA FAMA

E' possivel que a Rainha D. Leonor assistisse por estes annos a qualquer outra representação do dramaturgo seu protegido.

As rubricas, porém, não o mencionam, nem d'isso temos noticia. Convidarêmos portanto o leitor a acompanhar-nos aos Paços de Santos-o-Velho, onde foi posto em scena o *Auto da Fama*.

Este Paço de Santos fôra o antigo mosteiro das Commendadeiras de Santiago.

Mudada a communidade para Santos-o-Novo foi fixar alli residencia o Fei-

tor da Casa da India, Fernão Lourenço, um potentado da Côrte, homem faustoso, muito rico de haveres, e gozando de consideração.

El-Rei D. Manoel, porém, desejoso de possuir uma habitação de prazer nos arredores da cidade, onde podesse ir em passeio pelo rio, merendar e desenfastiar-se, tomou o Palacio por escambo e estabeleceu n'elle uma das suas residencias de verão.[1]

Era alli, segundo nos refere o chronista, que vinha no seu bergantim, toldado de damasco, pelo rio abaixo, ao som de musicas em tardes amenas.

Foi alli tambem que ouviu declamar o *Auto da Fama*?

Assistiu a esta representação a Rainha D. Leonor?

Em que anno se realisou?

A rubrica d'este Auto diz: "A Farça seguinte foi representada á mui catholica e Serenissima Rainha D. Leonor, e depois ao muito alto e poderoso Rei D. Manuel, na cidade de Lisbôa, em Santos-o-Velho, na era do Senhor de 1510".

Pelo dizer d'esta didascalia parece ter havido duas representações. A primeira á Rainha *e depois* outra ainda ao Rei D. Manoel.

Onde se realisou a primeira?

Não é facil de averiguar, tanto mais que segundo a opinião de dois sabios comentadores a data de 1510 está errada. Deverá ser 1515 ou 1516.[2]

O que não offerece duvida, é que a Farça foi representada á Rainha D. Leonor.

E se examinarmos o entrecho d'esta obra, dá-nos esse exame medida de quanto no conceito de Gil Vicente era apreciado o amor da Rainha pelas glorias patrias.

A Fama portugueza entra em scena como pastora.

Este artificio litterario do fecundo dramaturgo, encarnando a Gloria de Portugal, não em uma figura allegorica de grandiloquentes fallas, mas no corpo airoso de uma mocinha que vem trazendo as suas patas, e é requestada pela França, pela Italia e por Castella, é uma das notas mais enternecedoras dos processos vicentinos.

Se lhe desse uma estatura magestosa, envolta classicamente no *peplum*, declamando emphaticamente, deixar-nos-hia frios e desinteressados.

Pelo contrario; a guardadora nascida no torrão portuguez do Minho ou da Beira, prezada da sua origem, desdenhando com certa graça e altivez os requebros dos que a querem tomar para si, tem um sabor tão cá da terra, que ouvin-

[1] Damião de Goes — *Chronica de El-Rei D. Manoel*, parte I, cap. XXXV. Julio de Castilho — *Ribeira de Lisbôa*, pag. 502 e seg.

[2] Brito Rebello — *Gil Vicente, Ementas*, pag. 47 diz: «Nas edições das obras do poeta corre esta peça com a data de 1510, que julgamos um erro pois do seu contexto vemos que não podia ser escripta antes de 1515, portanto suppomos a sua verdadeira deta 1516, erro facil de imprimir, o em vez de 6.»

Effectivamente a *Fama* resistindo ás seducções de um italiano, faz uma resenha das emprezas desde Gôa 1510 até á destruição de Aden 1514.

Braamcamp Freire — *Gil Vicente*, pag. 79 e 80, inclina-se a crer que fosse em 1515 entre outros motivos porque a 23 de Janeiro de 1516 morreu Fernando, o Catholico, sogro de El-Rei D. Manoel, ficando a Côrte de luto.

do-a, sentimos ao mesmo tempo o encanto rustico das nossas aldeias e o orgulho das nossas glorias epicas.

E' Gil Vicente, do mais puro.

Talvez, porém, que o leitor percorrendo este Auto no conchego do seu gabinete e com o paladar affeito ás formulas da moderna technica theatral, sinta um travo aspero, se não mesmo falta de gosto artistico nos galanteios dirigidos em lingua mascavada pelo Francez e Italiano á esquiva portuguezinha.

Os macarronismos de linguagem d'estes dois personagens, que n'uma obra escripta hoje nos pareceriam desenxabidos, são comtudo empregados por Gil Vicente, de maneira que preparam habilmente o espirito do espectador para apreciar gostosamente o contraste entre aquella algaravada e o trecho capital declamado pela *Fama*, em louvor das glorias portuguezas.

"Começae de navegar
Ireis ao porto de Guiné;
Perguntae-lhe cujo he,
Que o não póde negar.
Com ilhas mil
Deixae a terra do Brazil;
Tende-vos á mão do sol,
E vereis homens de prol
Gente esforçada e varonil.
Aos commercios perguntareis
D'Arabia, Persia, a quem se derão
Ou quando os homens se tiverão
Este mundo que vereis.
E não fique
Perguntar a Moçambique
Quem he o Alferes da Fé,
E Rei do Mar quem o he
Ou s'ha outrem a que se applique,
Ormuz, Quiloa, Mombaça
Sofala, Cochim, Melinde
Como em espelhos d'alinde
Reluze quanto é sua graça.
E chegareis
A Goa e perguntareis
Se he ainda subjugada . . .»

A Musa Vicentina n'este Auto, é precursora da Musa de Camões.

Não emprega a tuba sonora da epopéa. Não faz Jupiter prognosticar as grandezas lusitanas, nem refere pela bocca do Gama a Historia de Portugal, em oitavas immorredoiras.

Mas, usando de um instrumento ainda rude, tira d'elle effeitos de geito a fazerem sentir que nos dois poetas ha o mesmo alento — *A Alma Portugueza*.

Quando no fim da representação perante a Côrte, a *Fama* "por ter provado que este Reino a merece mais que nenhum„ foi coroada de louros e levada

n'um carro triumphal pelas duas virtudes a *Fé* e a *Fortaleza*, a Rainha D. Leonor, sentiu-se decerto justamente desvanecida, verificando como a voz do seu poéta, n'aquella obra que lhe era dedicada, soubéra arrebatar o auditorio e fizéra vibrar em cada animo o orgulho patriotico.

XI

O AUTO DA ALMA

Entre as joias do theatro Vicentino, o *Auto da Alma* é talvez a de mais puro oriente.

"*A thing of beauty and a joy for ever*".

Assim a designa paraphraseando o verso de Keats, o sr. Aubrey Bell, eminente lusophilo que tanto a fundo conhece a litteratura portugueza, e que traduziu magistralmente em formosos versos inglezes, esta obra prima.[1]

N'ella como nas *Barcas* o genio do poeta, que ordinariamente é appelidado o *Plauto Portuguez*, sóbe mais alto que o do comediographo latino.

"Este auto é ao mesmo tempo uma obra medieval e uma obra da Renascença — um misterio de catedral e um regalo de Côrte — pelo simbolismo christão e pela culta magnificencia"[2] como a proposito da *Mofina* disse Lopes Vieira, o poéta que melhor tem feito sentir o lyrismo de Gil Vicente.

Pondo de parte n'este *Auto* a pintura de costumes, a caricatura de personagens, a flagelação de vicios e incontinencias; desviando-se das scenas pastoris e das adorações perante Presepios, preparados para as festas da Natividade, o poeta traz á scena a eterna lucta entre o Bem e o Mal.

Não se tracta de uma Farça portugueza.

O drama é humano.

Emquanto houver homens, terão elles de um lado as seducções mundanas com o seu cortejo brilhante, a tentação dos prazeres, as sensualidades que attrahem e arrastam á perdição; do outro o *dever*, que dá a satisfação da consciencia pela victoria, sobre as proprias fraquezas, mas que exige abnegação e desapêgo do mundo.

Aqui o *Vicio* attrahente. Além a *Virtude* com os seus deveres difficeis de cumprir.

Gil Vicente tomou a *Alma* como symbolo da Humanidade e collocou-a entre o *Diabo* e o *Anjo* (o Mal e o Bem), um que a tenta com joias, com a miragem de gozos e deleites sem fim, outro que lhe aponta o caminho do bem e da propria salvação.

E' maravilhosa a scena em que Satanaz explorando a vaidade humana convida a sua presa a vestir um brial elegante, a calçar uns chapins de Valença, a adornar-se com vistosas galas e lhe diz:

[1] Em *The Modern language Review*, January 1918, pag. 50. «*Four Plays of Gil Vicente*», pag. 73.

[2] Lopes Vieira — *Mofina Mendes*. Edição fóra do mercado, 1912.

"O ouro pera que he.
E as pedras preciosas,
E brocados?
E as sedas pera quê?
Tende por fé,
Que p'ras almas mais ditosas
Forão dados.
Vedes aqui um collar,
D'ouro mui bem esmaltado,
E dez anneis
Agora estais vós p'ra casar
E namorar:
N'este espelho vos vereis,
E sabereis
Que nam vos ey de enganar.
E poreis estes pendentes
Em cada orelha seu:
Isso si."

E a alma, já seduzida exclama:

"Oh como estou preciosa
Tam dina pera servir
E sancta pera adorar."

A comparação entre esta scena, e a seducção de Margarida, no *Fausto* de Goethe impõe-se logo a quem lê as duas obras.

Não podemos entrar na empreza de discutir o parallelo entre uma e outra, pois sahiria fóra do nosso quadro e do nosso proposito. O que não devemos é deixar de notar com desvanecimento patriotico, que o nosso quinhentista tractando trezentos annos antes o mesmo assumpto, não é, no concenso unanime da critica, em nada inferior ao semi-deus de Weimar.[1]

[1] Aubrey Bell — *Four plays of Gil Vicente*, pag. 73, notes, diz: «These exquisite verses have something of the scent and perfection of wild flowers, and that mystic rapture which is not to be found in Goethe's more wordly *Faust*. We may, if we like, call the *Auto da Alma* (as also the witch scene in the *Auto das Fadas*) a 16 th century *Faust*, but really no pararel can be drawn between the two plays. The ethereal beauty of Vicente's lyrical *auto*, carved in delicate ivory, is far less varied and human: it has scarcely a touch of the cynicism and not a touch of the coarseness of Goeth's splendid work cast in bronze. It can be compared at most with such lyrical passages as *Christ ist erstanden* or *Ach meige, Du Schmerzenreich, Dein Antlitz gnädig meiner Not*, and as a whole is a mere lily of the valley by the side of a purple hyacinth.

— Tambem Prestage. *The Portuguese drama in the sixteenth century*, *Gil Vicente*, pag. 16, notou que o Diabo em Gil Vicente não tenta seduzir a alma com sarcasmos como no *Fausto*, mas pelos argumentos que mais podem excitar as paixões, vaidades e fraquezas humanas.

Ha pontos até a que dá uma feição mais lyrica e uma nota mais enternecedora. O Diabo no *Auto* portuguez é mais insinuante, mais galanteador, mais engenhoso no procurar os pontos fracos da vaidade humana, mais subtil no tanger o instrumento delicado com que seduz.

Em vez de ironias e brutezas que alvoroçam o pudor, é lisongeiro, sabendo dosear o philtro para entontecer a alma feminina.

Depois de a ter tentado com os dixes e frivolidades que attrahem as mulheres, segreda-lhe curiosamente:

"Agora estais vós molher.
De parecer
Ponde os braços presumptuosos
Isso si
Passeae-vos mui pomposa
Daqui pera alli, e de lá pera ca,
E fantasiae
Agora estais vos fermosa
Como a rosa:
Tudo vos mui bem está.
Descansae".

E o Anjo atalha:

Anjo — "Que andais aqui fazendo?
Alma — Faço o que vejo fazer
Pelo mundo.
Anjo — O' alma is-vos perdendo . . ."

No Auto de Gil Vicente, além das fallas do Anjo da Guarda, com que o poeta symbolisa a voz da consciencia, entra como elemento de salvação a Egreja Catholica, com a interferencia dos quatro Doutores — S. Thomaz, S. Jeronymo, Santo Ambrosio e Santo Agostinho, que apresentam as insignias da paixão de Christo, figurando o melhor alimento para robustecer o animo do peccador e operar a obra de redempção.

Este Auto, revela no poeta não somente um christão no sentido idealista da palavra, mas um inflexivel catholico que considera a "Madre Santa Ygreja" como o melhor refugio para as almas "que vam caminhantes pera a eterna morada".

Como conciliar o sentido dado pelo comediographo, n'esta obra, celebrando a acção regeneradora da Egreja, com as chufas aos frades, com as vaias a dignidades ecclesiasticas, com os sarcasmos referentes á devassidão do clero?

O *Clerigo da Beira*, a *Romagem dos Agravados* com a figura de Frey Paço, o *Auto pastoril portuguez*, uma scena da *Comedia de Rubena*, o *Auto da Feira*, a *Barca do Inferno*, etc., tem sido apreciados de modo a apresentar Gil Vicente como um precursor de Luthero, e como Erasmo, um porta-voz donde proveiu a *Reforma*.

A quem percorrer attentamente e sem opinião preconcebida a obra toda de

Gil Vicente, verá que nem vibrava n'elle a alma incendiaria do revoltado theologo allemão, negando a auctoridade do Papa, a hierarchia ecclesiastica, o celibato, os votos, etc., nem imperava no seu talento, o espirito humanista do lettrado de Bâle, namorado das lettras latinas e da erudição classica, epicurista e sceptico, que só tem de commum com o nosso comediographo a veia sarcastica com que atacava frades e theologos.

Mas Gil Vicente, nos seus remoques, nas suas satyras, nos seus vituperios, não se rebelava contra a instituição, nem se propunha arruinar a Egreja. Flagelava com ironias os que a mal serviam, e n'isso demonstra mais o espirito de um fiscal decidido a vigiar e salvaguardar a disciplina do que a sanha de um demolidor ou um iconoclasta.

E' assim que se comprehende o sentido que deu ao seu *Auto da Alma* "feito á muito devota Raynha Dona Lianor", cuja estructura psychologica, intensamente christã e catholica, não se compraseria de recommendar a seu irmão, uma representação organisada por um destruidor da Egreja, ou um revoltado, nem continuaria a conceder-lhe benevolente protecção e a estima que lhe consagrava.

Onde e quando foi este Auto representado?

A Rubrica diz peremptoriamente: "na cidade de Lisbôa, nos paços da rybeira em a noyte de endoenças. Era do Senhor de MDCVIIj." (1508).

Mas a critica averiguando, prefere a data de 1518.[1]

Aos motivos de ordem chronologica apresentados por o sr. Braamcamp accresce a meu ver outro de ordem litteraria e talvez psychologica.

Lendo com attenção as obras do poeta vê-se que o *Auto da Alma* demonstra não só na metrica e na technica theatral, como tambem no desenvolvimento da acção e no conhecimento do coração humano, um progresso notavel sobre todas as anteriores obras de devoção.

Este *Auto* puramente hieratico integra se admiravelmente no cyclo das *Barcas*. E estas foram feitas em 1516-1518-1519.

Quer-me portanto parecer que é bem determinado o anno de 1518 para ser representado este *Auto* nos Paços da Ribeira.

Porque não assistiria a Rainha D. Leonor a esta representação? Talvez ausente, ou talvez doente não poude comparecer, e *mandou* que se representasse a seu irmão D. Manoel.

Mas no Natal d'esse mesmo anno assistiu á representação da *Barca do Purgatorio*, como vamos ver.

Ou seja dedicada a esta Rainha somente a *Barca do Paraizo*, e a *Barca do Purgatorio*, ou toda a trilogia, como parece fóra de duvida, é certamente motivo

[1] Anselmo Braamcamp Freire — *Gil Vicente*, pag. 52 diz: «Ora esta data em virtude do que já atrás expus, não pode estar certa, porque em Abril de 1508, estava D. Manoel fora da capital, na Chamusca; suponho pois haver gralha na rubrica e em vez de M. D. & viij (1508) se deva ler M. D. XV ij (1512) não só porque em Abril d'esse anno D. Manoel assistia em Lisbôa e residia nos Paços da Ribeira, mas tambem porque é estranho o uso da conjunção & dentro de numeros escritos por aquella forma.

Na pag. 90 da mesma obra é confirmada esta opinião.

de Gloria para a Excelsa Princeza, mas não maior da que lhe provém de ter animado Gil Vicente a produzir essa joia tão bella, como a Custodia dos Jeronymos, que se chama o *Auto da Alma.*

AS BARCAS

Conheceria Gil Vicente as celebres *danças macabras* que desde o seculo XIV se viam pintadas nas paredes das Egrejas ou dos cemiterios na Allemanha, França ou Inglaterra, e em que a figura da *morte* zangarreando com um osso sobre outro uma musica discordante fazia ao som d'ella bailar n'uma ronda phantastica os grandes da Terra — Reis, Principes, Cardeaes e nobres Senhores, juntamente com os humildes, gente do povo, todos irmanados perante a tyrania inexoravel da grande nivelladora?

Não é de crêr que tivesse visto nem mesmo a reproducção graphica de algumas das famosas macabreas de Bâle, de Santa Maria de Lubeck e ainda outras.

Por tradição trazida em reconto chegar-lhe-hia alguma d'essas allegorias, figurando n'um symbolismo impressivo a fatalidade que arrasta, ao som do batuque funebre, a misera humanidade sem distincção de edades, sexos, ou condição social, conduzindo-a á eterna voragem?

Isso é possivel.

As ideias são a poeira do tempo. Andam suspensas na atmosphera d'uma epocha e infiltram-se no espirito dos artistas cuja vibratilidade é mais accessivel que a dos outros seres. Ora o pavor da morte atormentou a Edade Média, alvoroçando como nunca todas as imaginações. Gil Vicente, cujo genio era um instrumento hyper-sensivel, assimilou, dando-lhe uma fórma mais impressiva, a inspiração das pinturas muraes dos claustros e cemiterios, e transformou-a n'uma allegoria mais bella e grandiosa do que aquellas, compondo a famosa trilogia das *Barcas*, em que não ha o bailado macabro com que a morte precipita na sepultura as multidões inconscientes, mas ha a concepção do *alem*, da vida ultraterrestre, com a condemnação no *Inferno*, a purificação no *Purgatorio*, e a glorificação no *Paraizo.*

E' uma *Divina Comedia* do seculo XVI portuguez que, sem ter talvez a grandeza assombrosa do poema do Dante, tem pela sua acção theatral e pelo seu conceito um alcance que a torna imperecivel, e um sabôr *sui generis* que lhe dá um logar á parte entre as obras d'aquelle periodo.

Não nos compete analysar cada uma das faces d'esse formoso triptyco, nem sob o ponto de vista philosophico, nem como trabalho litterario.

Muito está dicto já, e não vem longe felizmente o cumprimento da promessa de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, que tem entre mãos a edição critica das *Barcas.*

O nosso ponto de vista aqui é apenas mostrar a integração das trez partes d'esse poema dramatico no numero das obras em que a Rainha D. Leonor influiu.

Já não seria pequeno o quinhão de Gloria se apenas lhe tivesse sido dedicada a *Barca do Purgatorio* como é indicado expressamente na rubrica d'esse *Auto.*

Mas egualmente lhe pertence a *Barca Primeira* ou do *Inferno* ou *Auto de moralidade* pois de qualquer d'estas trez fórmas se póde chamar.

Permita-se-me um sentimento natural de orgulho por ter contribuido para esta reivindicação, apresentando á insigne commentadôra das *Barcas* a photogravura do rosto de uma edição, que possúo, da *Barca Primeira*, na qual se diz: *Auto de moralidade, compuesto por Gil Vicente, por contemplação da Serenissima e muyto Catholica Raynha Dona Lianor*, etc., etc.

Esta photocopia foi publicada na segunda *Nota Vicentina*[1] juntamente com outras duas das edições existentes na Bibliotheca Nacional de Madrid.

Em qualquer das trez se indica ter a *Barca Primeira* ou do *Inferno* sido dedicada á Rainha D. Leonor.

E não só aquellas duas, mas tambem o foi a terceira, isto é, a da *Gloria* ou do *Paraizo*.

Embora não haja como para as outras duas, uma edição que nol-o atteste ha o facto significativo de entrar na trilogia, que, com o titulo de *Moralidades* compoz em serviço da Rainha D. Leonor e que representou nos trez annos — 1516-1518-1519.[2]

Estas peças dramaticas eram todas destinadas a ser representadas na Capella Real como se usava fazer.

Mas deu-se o caso de adoecer gravemente a Rainha D. Maria, segunda mulher de El-Rei D. Manoel.

Depois de ter dado á luz o Infante D. Antonio, que logo morreu, ficou tão enferma que lhe era impossivel ir do seu quarto até á Capella.

Como porém uma representação de obra de Gil Vicente era sempre um regalo apetecido resolveu se levar á scena nos aposentos da Rainha a:

XII

BARCA DO INFERNO

D. Maria, a soberana que na cama assistira 14 annos antes, quando tivera o primeiro filho, á estreia do poeta, assiste agora, depois do seu ultimo parto, a uma producção do auctor favorito da Côrte em plena florescencia de talento.

[1] D. Carolina Michaelis de Vasconcellos — *Nota Vicentina II*, pag. 12.

[2] Diz a rubrica: *Obras* — vol. I, pag. 214. «Esta prænignuração se escreve neste primeiro livro nas obras de devoção, porque a segunda e terceira parte forão representadas na capella; mas esta primeira foi representada de camara pera consolação da multo catholica e sancta rainha dona Maria estando enferma do mal de que faleceo na era do Senhor de 1517.» O sr. Anselmo Braamcamp no seu *Gil Vicente*, pag. 84, accrescenta: «A data de 1517 indica o anno da morte de D. Maria e não o da representação do *Auto*. Em 9 de Setembro de 1516 nasceu o Infante D. Antonio e logo morreu, deixando sua mãe «tam mal tratada do parto... que atee ha hora da morte nunqua se mais achou bem porque se lhe gerou hũa apostema dentro nas entranhas sem em toda a medicina haver cousa que lhe podesse dar saude pelo que procedendo esta má disposiçam, com que acrescentavam de dia em dia gravissimas dôres fileceo em Lisbôa nos Paços da Ribeira ahos sette dias do mes de Março... de mil quinnentos e dezasete.» D'este dizer de Goes deduz o sr. Braamcamp que seria pois provavelmente composto o auto como outros para ser exhibido ao nascimento do infante que se aguardava. Mas não tendo o successo correspondido ás esperanças adiou se a representação para mais tarde talvez para o Natal.»

Causa um certo espanto pensar que, perante uma creatura que se avisinhava da morte, trouxessem á propria camara a figuração apparatosa da partida das almas para o seu destino ultra terrestre, conduzidas em bateis guiados pelos Diabos, e por elles arrastadas ao Inferno.

Parece que o espirito de D. Maria, impressionavel pela educação religiosa, e pelo abatimento causado pela doença, deveria sentir-se profundamente abalado, e tomado de pavor, vendo o Arraes do Inferno encher a barca fatal com peccadores...

Mas, ou porque habituada piedosamente a encarar sem receio o destino da sua alma, não lhe perturbasse o animo aquelle espectaculo, ou porque sentisse a segurança de que lhe estava guardado um logar no batel onde os Anjos remando haviam de leval-a á Gloria eterna, a verdade é que a prefiguração foi representada *para sua consolação* como diz o proprio Gil Vicente ao redigir a rubrica.

Estas *moralidades* tinham um caracter quasi religioso que as fazia escutar, mais como um ensinamento espiritual, especie de catechése ou exercicio ascetico, do que como espectaculo profano destinado ao gozo dos sentidos ou ao prazer das frivolidades mundanaes.

Assim como posteriormente o pulpito foi uma tribuna politica, que actuou poderosamente nas multidões, ou para intuitos patrioticos, ou para canalisar ondas sociaes, ou para dar rythmo a movimentos populares, assim as representações theatraes trazidas durante a Edade Media para as egrejas com os nomes de *mysterios* — *milagres* — ou *moralidades* foram um formidavel instrumento civilisador.

O palco impressionava mais que o pulpito.

As visualidades eram mais efficazes que as palavras da parenetica sacerdotal. Uma homilia, recheiada de citações latinas declamada na cathedral por um clerigo era menos aterradora para as imaginações que os esgares e gestos dos Diabos, constrangendo os condemnados a embarcarem no batel infernal.

Fidalgos de solar que tinham uzado de tyrania, onzeneiros gananciosos, sapateiros que haviam roubado o povo com o seu mester, frades devassos, alcaiotas como Brigida Vaz "que dava os moços aos molhos", judeus, corregedores e muitos outros, ou criminosos ou prevaricadores, que, na sua passagem pelo mundo tinham infringido as leis moraes e os preceitos da religião, eram vergastados desapiedadamente, e o seu castigo causava nas consciencias de muitos espectadores ou o remorso que cauterisa, ou o arrependimento que redime e regenera.

O theatro como agente moralisador teve então uma grande influencia. E as trez Barcas foram os melhores productos d'esse genero litterario.

A Rainha D. Leonor animando Gil Vicente a compôr e exhibir as suas invenções scenicas contribuiu beneficamente para o depuramento de costumes e saneamento da sociedade do seu tempo.

XIII

A BARCA DO PURGATORIO

A seguir á *Barca do Inferno* foi representada em 1518 a *Barca do Purgatorio* no Hospital de Todos os Santos.

A Egreja era ampla. O auditorio numeroso.

D. Leonor assistia á representação que, segundo diz a rubrica, se realisou nas matinas do Natal.

E' tão lindo o *Romance* que trez Anjos entoam logo de entrada, rythmando-o com os seus remos, que certamente toda a assemblea, ao escutal-o sentiu o animo embalado n'uma onda de lyrismo,

"Remando vão remadores
Barca de grande alegria;
O patrão que a guiava,
Filho de Deus se dizia.
Anjos eram os remeiros
Que remavam á porfia;
Estandarte d'esperança,
Oh quão bem que parecia!
O masto da fortaleza
Como cristal reluzia,
A vela com fé cozida
Todo o mundo esclarecia;
A ribeira mui serena,
Que nenhum vento bolia."

E ouvindo em seguida as fallas dos Arraes dos dois bateis — o *Diabo* e o *Anjo* — ninguem hesitaria em decidir-se, entre o pessimismo do primeiro, e a convidativa exhortação do segundo:

Diabo — "Quanto mais se chega aa fim
Do mundo, a todo o andar,
Tanto a gente he mais ruim;
E juro ó corpo de mim
Que já canso de remar
. . . . . .

Anjo — "Quem quer ir ó Paraizo?
A' gloria, á gloria, senhores!
Oh que noite pera isso!
Quão prestes, quão improviso
Sois celestes moradores
Aviae-vos, é partir;
Que vossa vida he sonhar
E a morte é despertar
Para nunca mais dormir
Nem acordar."

No fim d'esta segunda parte de trilogia das *Barcas*, e depois dos episodios pittorescos do *Lavrador*, da *Regateira*, do *Pastor*, do *Menino*, e do *Taful*, dos quaes só a creança innocente se salvou, indo o *Taful* para as profundas do Inferno, muitos dos assistentes ficariam repetindo consigo proprios as reflexões de Marta Gil — a regateira:

"Oh quem tal arrepender,
Tal maneira de penar,
Lá soubesse no viver!
Oh quem tornasse a nascer,
Por não pecar!"

XIV

BARCA DA GLORIA

Embora, como já dissemos, não haja uma indicação explicita que nos informe sobre se esta terceira parte das Barcas foi offerecida á Rainha D. Leonor, tudo nos leva a crer que sim.

A não ser que o poeta tendo determinado ser violento com muitos personagens altamente collocados, e talvez da privança da Rainha, embora em nenhum ponha nomes, tivesse melindre em associar o nome da sua protectora á diatribe com que ía atacal-os, usando da mesma intransigencia que põe na bocca da Morte quando esta declara ao Diabo:

"Verás como no me escapa
Desde el Conde hasta el Papa."

Mas esta supposição não tem grande fundamento visto que a *Barca da Gloria* se representou no Paço de Almeirim em presença de El-Rei D. Manoel. E' certo que este Rei nunca ouvira taes excessos de linguagem. *King Manoel, we may safely say, had heard no words more outspoken*[1] diz um eminente critico inglez. Mas sabe-se que El-Rei D. Manoel não desadorava que fossem castigados com verdades cruas e apodos mesmo affrontosos os que mereciam censura, ainda que fossem grandes da Terra.

Neste *Auto* o poeta não poupa Condes, Duques, Reis, Imperadores e o proprio Papa a quem o diabo diz:

"Cuanto mas de alto estado
Tanto mas es obligado
Dar á todos buen ejemplo
y ser llano,
A todos manso y humano
Cuanto mas ser de corona
Antes muerto que tirano

[1] Aubrey Bell — *Gil Vicente*, pag. 165

Antes pobre que mundano
Como fue vuestra persona.
Lujuria os desconsagró
Soberbia os hizo daño
y lo mas que o condanó
Simonia con engaño.»

Para evitar que a taes invectivas fosse associado o nome da Rainha D. Leonor seria talvez que Gil Vicente o omittisse na rubrica. Mas não ha duvida que entrando esta *terceira Barca* na triologia faz parte das *Moralidades* que lhe foram consagradas.[1]

Não é certo que ella assistisse a esta representação porque se realisou em Almeirim para onde El-Rei D. Manoel tinha ido depois de consummado o casamento com D. Leonor d'Austria sua terceira mulher.

Esta ouviu então pela primeira vez uma producção do poeta da Côrte. E por isso se explica ser a terceira parte das Barcas escripta em castelhano ao passo que as duas primeiras eram em portuguez.

* * *

Termina aqui a serie das obras de Gil Vicente dedicadas á Rainha D. Leonor ou escriptas por seu mandado, não tendo entre ellas mencionado o *Auto de Fé* que só hypoteticamente [2] pode fazer parte d'esta maravilhosa theoria.

Entre este anno de 1519 e o da morte, mais nenhuma obra dramatica appareceu com o seu nome.

Não deve ser attribuida esta falta a ingratidão do poeta ou menos estima da Rainha. A edade, a doença, o retrahimento em que vivia, affastada mas não esquecida da Côrte, alheiavam o espirito de D. Leonor das festas e solemnidades palacianas.

Gil Vicente tinha a sua actividade empregada em organisar festejos para a entrada da terceira mulher de D. Manoel na Capital, em compôr a *Comedia de Rubena*, em representar as *Côrtes de Jupiter* á partida da Infanta D. Beatriz,

---

[1] D. Carolina Michaëlis — *Nota Vicentina* II, pag. 13.

«Como quiera excelente principe y rey muy poderoso que las comedias, farsas y *moralidades* que he compuesto en *servicio de la reina vuestra Tia.*» (Dedicatoria a D. João III da edição — principe da *Tragicomedia de D. Duardos.*

[2] N'uma edição avulsa d'este Auto existente na minha livraria diz-se:

«*Braz:* Que años ha que acaecio.
Fé: Mil e quinhentos e dez
Braz: Y agora ñace otra vez»

Não ha referencia a ter assistido a Rainha D. Leonor, mas é isso possivel em vista da data.

Duqueza de Saboya, e talvez o *D. Duardos e o Juiz da Beira* que parece terem sido compostos antes da morte da Rainha D. Leonor.

Mas em nenhuma d'estas ha invectivas que pudessem ferir a susceptibilidade da piedosa Rainha a ponto de causarem uma especie de divorcio espiritual entre ella (que não deixára de applaudir as *Barcas*) e o poeta que era agora festejado por seu sobrinho D. João III, decerto menos tolerante.

Nem ella o engeitou, nem elle a esqueceu.

Gil Vicente era um instrumento destinado a contribuir com os productos da sua maravilhosa imaginação para o fausto dos serões na Côrte.

A Rainha sentia-se entrada no ultimo periodo da sua tormentosa jornada pelo mundo, e compunha a alma para emprehender outra viagem mais longa.

CAPITULO XLII

Os ultimos annos

ENTRE o inicio da sua viuvez, e a morte libertadôra, que serie de mudanças na Côrte! Que explosão de acontecimentos pelo mundo!

No reinado de seu irmão, nos primeiros tempos de seu sobrinho D. João III Portugal chegou ao apogeu da grandeza.

Lisbôa um scenario deslumbrante!

O Oriente uma aurora incandescente de luz promettedora de riquezas sem limite, fertil de epopea e de drama, perigosa com os seus "fumos" que estonteavam os cerebros e agitavam os animos.

O espectaculo d'esses dois reinados a que Herculano chama "vasto cemiterio de podridão e lentejoulas" foi para a viuva de D. João II motivo de um proveitoso exercicio espiritual.

Tendo já descido do throno, e por isso livre das preocupações que a situação de Rainha lhe impuzéra, consagrava exclusivamente as energias de que era rica a cultivar a sua alma, e a espalhar flôres de belleza e de encanto.

Entretanto a sociedade transformava-se e novas gerações surgiam com as suas ideias, os seus usos e costumes, novas maneiras de sentir, e diversos modos de o demonstrar.

Garcia de Rezende, na sua *Miscelanea*, dando conta de muitas novidades, mudanças, e grandes feitos não deixa de resmungar dizendo:

"Vemos mui antecipadas
as vidas de agora todas
moços com capas, espadas
moças com moços casadas
ante tempo fazer bodas;
quem deve ser ensinado
reprehendido, castigado,
muito mal pode ensinar,
casa e filhos governar
se deve ser governado.

Os reis, por acrescentar,
as pessôas em valia,
por lhe serviços pagar
vimos a uns o dom dar
e a outros fidalguia;
já se os reis não hão mister
pois toma dom quem o quer,
e armas nobres tambem
toma quem armas não tem,
e dá o dom a mulher.»

Esse renovamento que é uma lei fatal nas sociedades, e que ordinariamente traz a incompatibilidade e a incomprehensão reciproca entre a gente moça que vem rompendo e os velhos que passam, não se deu com D. Leonor.

O seu animo não azedou; não repellia os modernismos, nem lhe davam engulhos as modas e tafularias.

Póde-se amar o passado sem odeiar o presente.

Sempre que os "frequentes e repetidos achaques» de que padecia lhe permittiam, ia á Côrte, tomava parte nas diversões, acolhia benevolamente a mocidade.

Vimol-a já acompanhar as representações theatraes; vimol-a presidir em sua casa aos serões onde se organisavam justas poeticas entre versejadores palacianos; vimol-a proteger artistas, e promover a creação de obras de arte.

Trocava cartas com seu primo o Imperador Maximiliano, e escrevia á Camara de Lisbôa. Assim como fôra sobrinha dilecta de sua tia D. Leonor, depois Imperatriz de Allemanha, dedicava agora affecto especial ás duas sobrinhas — D. Beatriz e D. Izabel que ao depois foram, aquella para Saboya, esta para Castella unir-se a Carlos V.

E tão estimada era a Rainha D. Leonor que no meio dos festejos que antecederam a partida da Infanta D. Beatriz — recepções, banquetes, cortejos e representações — um dos numeros do programma das cerimonias ante-nupciaes, foi a visita solemne de despedida nos Paços de Santo Eloy.

D. Manoel, o Magnificente, deu ás bodas de sua filha um luzimento proprio da Côrte mais faustosa da Europa.

Garcia de Resende, na relação que escreveu intitulada *Ida da Infanta D. Beatriz para Saboya*, refere, como, depois dos contractos celebrados em Abril de 1521 se fez o casamento; como seguiram os preparativos para a abalada deslumbrante; e como tudo foi suspenso até a noiva se restabelecer de umas febres que a tinham accomettido.

Depois, recobrada a saude da bella Infanta, proseguiram as solemnidades.

Ora como os achaques da Rainha D. Leonor não lhe permittiam comparecer n'ellas, entrou na ementa do cerimonial, a despedida da Infanta a sua tia.

Foi um acontecimento para a gente de ambos os Paços (o da Ribeira e o de Santo Eloy) e foi um espectaculo saboreado pela cidade de Lisbôa, cujos moradores n'esse dia ou se entrouxavam nas estreitas ruas, ou se penduravam das janellas e adufas, na ancia de vêr o luzido cortejo.

Logo pela manhã começaram os preparativos.

No Palacio dos Reis, donas e cuvilheiras apromptavam as galas para a Rainha, Infantas, e Damas que haviam de as acompanhar; camareiros e moços da guarda-roupa tiravam dos arcazes as vestes mais luzidas para El-Rei, para o Principe e para os Infantes. Nas cavallariças grande reboliço e actividade dos estribeiros e eguariços com o desgastar a fogosidade dos corseis, ginetes e mulas destinadas a conduzir a Familia Real, e em ajustar os arreios ricos das grandes occasiões.

Na Sé, onde o cortejo devia estacionar, o Arcebispo D. Martinho da Costa, que havia d'ahi a pouco de embarcar com a Infanta, rodeiado do alto clero, do Cabido, e de uma nuvem de meninos do côro, dispunha-se a receber a sumptuosa caravana, entre os repiques de sinos e cerimonias liturgicas.

E alli em cima, nos Paços de Santo Eloy, onde D. Leonor habitava, ia uma grande azafama no pessoal feminino que compunha a Casa da Soberana.

As salas não eram tão vastas como as dos novos Paços da Ribeira, nem tão ricas de tradições como as da Alcaçova, onde na sala dos Leões, e nas que lhe ficavam contiguas, se tinham passado tão curiosos trechos de vida palaciana.

Mas se em Santo Eloy não havia a grandiosidade que deslumbra, sentia-se a atmosphera de interesse que ha sempre nos aposentos onde vivem figuras notaveis por qualquer titulo. A tia da Infanta-noiva, que n'esse dia lhe dava a despedida era já n'aquelle tempo uma reliquia d'um passado, recente sim, mas que inspirava a todos curiosidade e veneração.

A doença e o recato em que vivia, se não lhe permittiam ir aos Serões do Paço, onde o Rei, a Rainha nova e os Infantes, bem como "todolos galantes que iam a Saboya" dançavam, consentiam-lhe comtudo sahir da sua camara e ir ás salas.

Alli a Camareira-Mór, ordenára as Damas e donzellas de serviço; e todas sentadas no chão em alcatifas esperavam o apparecimento da Côrte, emquanto que pelos corredores, ante-camaras e na portaria o pessoal menor corregia os ultimos aprestos.

Os moços de reposte ageitavam nas paredes os razes e os brocados com recamos de oiro.

Creados velhos, que serviam a Rainha com devoção, parecia que resuscitavam trazendo á luz os seus gibões de gala, agora recolhidos sempre nas arcas. Todo o mulherio que se abrigava n'aquelle Paço (e era numeroso, pois á Rainha D. Leonor ficaram como herança as Damas e mulheres de serviço da Infanta D. Beatriz sua mãe)[1] accorria curioso; e mais que todas embasbacadas aquellas moçoilas que das Caldas trouxera, havia trez annos,[2] quando foi da grande peste, em recompensa á Villa que tão affectuosamente a recebêra.

E quando a hora se approximava, o *Pagem Mór* açodado formava em alas pela escadaria a tropa irrequieta dos donzeis que sonhavam com as esporas de cavalleiro.

---

[1] *Archivo Historico*, vol. II, pag. 81-2 102

[2] Vide — *Noticia do que foi honem e é hoje a Villa das Caldas*, pag. 16

Estava tudo a postos.

Entretanto no Paço da Ribeira o cortejo ia-se formando. D. Manoel habil organisador d'esta especie de espectaculos, que umas vezes passeava pelas ruas com o elephante e a onça perante a arraia miuda maravilhada, outras se comprazia em caçadas ostentosas com musicas de charamellas e sacabuxas, ou seguia Tejo abaixo em gondolas empavezadas, levava agora perante o bom povo da capital a propria familia e a pompa da Côrte, em visita a sua irmã.

Depois de declinarem os ardores d'essa tarde domingueira de Agosto lisbonense, começou sahindo do Paço o pittoresco acompanhamento.

Ia El-Rei D. Manoel "vestido á framenga„ montado n'um cavallo de brida.

Logo em seguida n'umas andas em fórma de liteira coberta de pannos d'oiro a Rainha tendo na sua frente a Infanta Duqueza, "muy hermosa á maravilla„. Eram alvo de intensa curiosidade, — a madrasta porque fôra destinada ao Principe D. João, e o pae a tomára para si — a noivasinha porque dentro em poucas horas, barra em fóra, iria levada na frota que se estava preparando. De escolta á liteira cavalgava "n'um ginete singularmente arreiado„ o futuro D. João III com a capa aberta e espada, contrastando o seu vestuario retintamente portuguez com as modas estrangeiras do resto da comitiva.

A seu lado montava n'uma mula branca "com guarnições e andilhas de muito rica chaparia de ouro„ a lindissima Infanta D. Izabel, futura Imperatriz, com aquelle sorriso e olhar tão dôces, que o Ticiano viria a immortalisar, e que haviam de encantar com o seu feitiço o Duque de Gandia.

Um dos attractivos da solemnidade era a figurinha franzina do Infante D. Affonso "mui reverendissimo„ cardeal apenas com doze annos ("o precioso cardeal„ como lhe chama Gil Vicente). Bifurcado em uma mula aparamentada com velludo carmezim parecia "com o seu roxete e vestido de escarlate, capello e sombreiro de setim carmezim„ um brinquedo delicado para enlevo da multidão que lhe sorria cariciosa.

Junto a elle o Infante D. Luiz com dezeseis annos mostrando já o garbo, que o havia de fazer notado como um dos Principes mais perfeitos da christandade.

Formando um grupo "em facas á brida com mui ricas guarnições„ caminhavam os trez Infantes, D. Fernando, D. Duarte, e D. Henrique, este o futuro Cardeal Rei então apenas com os seus nove annos.

E depois "todalas damas assi da Rainha como das Senhoras Infantas, singularmente vestidas e em bestas muito arreiadas, e muitos pages e moços de esporas, muito bem ataviados, e muito mais os galantes que com ellas iam„.

Quem fossem algumas d'essas damas e galantes poderá saber-se lendo as *Côrtes de Jupiter*, o famoso *Auto*, que Gil Vicente representou n'esse mesmo dia depois do serão nos Paços da Ribeira; bem como a extensa lista dos personagens que haviam de acompanhar a Infanta na sua viagem.[1]

Toda essa magnificente conjuncção começou a mover-se caminhando em marcha lenta pela Tanoaria á Rua Nova, que era a arteria principal da tafularia e do Commercio.

---

[1] Garcia de Resende — *Hida da Infanta D. Beatriz para Saboya.*

Os ricos mercadores, que n'ella habitavam, tinham trabalhado a despique, armando-a com vistosas tapeçarias. Era portanto entre colchas de damasco e os mais ricos tecidos vindos do Oriente que ia coleando aquella serpente viva composta da fina flôr da gente portugueza.

Na Sé pararam todos para fazer oração, e depois, percorrendo varias ruas, subiram até Santo Eloy.

No terreiro que ficava em frente dos Paços da Rainha D. Leonor, a procissão estacou.

Apeiaram-se as principaes figuras, entregando as redeas dos cavallos, ginetes e corceis aos estribeiros.

Lá em cima no patamar, D. Leonor, um pouco curvada pela edade e apoiando-se n'aquella bengala ou bastão de cana da India, que seu irmão lhe déra,[1] esperava commovida.

Os achaques e o abalo causado pela separação da sobrinha, que ella sentia ser para sempre, turbavam-lhe o animo.

E emquanto a Côrte se espalhava pelas salas do Paço, a Infanta D. Beatriz abraçando a velha Rainha, dizia-lhe o ultimo adeus.

Á volta, segundo diz a chronica, "vieram por toda a Ribeira, que era coisa mui bem lustrosa».

Como se vê D. Manoel, determinou para o regresso um itenerario differente para que assim, sendo outras as ruas a percorrer, maior numero de habitantes pudesse saudar a noiva e gozar do esplendor d'aquelle cortejo.

E' que esta exhibição brilhante, não significava somente uma cerimonia de familia.

Com ella o Rei queria demonstrar que simultaneamente sua filha se despedia de Lisbôa, coração de todo o Reino, e prestava uma homenagem saudosa á Rainha, que todo o Reino venerava.

E ella, escutando o tropel da cavalgada, que pelas ruas proximas ia desfilando e as acclamações do povo, o repique dos sinos nas torres de S. Bartholomeu, de Santo Eloy e da Sé, todos os echos festivos do noivado, recolhia-se aos aposentos, encostada á sua bengala, e sentia por ventura levantar-se-lhe na alma uma revoada de recordações evocativas dos aspectos deslumbrantes, que trinta annos atraz, tão festivamente em Evora, tinham afagado o seu amor de mãe.

A velhice tem ás vezes d'estas anomalias!

Por um phenomeno de acustica sentimental, transforma o som de carrilhões alegres na toada dolente de lembranças saudosas!

[1] Tinha sido trazida pelos portuguezes na recente viagem. Esta bengala a que D. Leonor se encostava doou-a ao Hospital das Caldas, servindo de distinctivo ao Provedor. Ainda em 1662 existia — *Noticia do que foi hontem*, etc., pag. 26.

* * *

Nos dias que se seguiram, o bairro de Santo Eloy parecia morto. Toda a vida, toda a actividade, toda a turbulencia da população curiosa, affluia para a Ribeira, tentando ver os preparativos para a partida da Infanta.

As náos, as galés, as caravéllas, os galeões da rica armada, embandeirados, com vistosos toldos eram alvo da curiosidade dos habitantes da cidade, que se espalhavam pelos cáes e pelas praias, uns a pé, outros a cavallo. E muitos embarcaram em botes enrammados, para rodear o navio, no qual a noiva havia de ir.

Pelas janellas da cidade de onde se enxergava um trecho do Tejo, as donas mais recatadas, que não ousavam misturar-se com a multidão, debruçavam-se estendendo os collos, na ancia de alcançar o espectaculo do rio em festa, e gozar a vista do embarque da Familia Real com a Côrte.[1]

Lá em cima no Palacio de Santo Eloy, a Rainha D. Leonor ouvia o rumor longiquo das festas, o estrondear dos tiros, o resfolegar ruidoso da cidade, allucinada de prazer. E da sua janella via subir a fumarada que a cada salva se levantava na atmosphera limpida . . ,

Quando na quinta-feira pela manhã, ás oito horas, a náo da *Senhora Infanta deu á vella* seguida de todas as outras e foi, rio abaixo "ao som de muita artilharia que tirava e somma de charamellas, sacabuxas, trombetas, atambores e outros muitos mais instrumentos que tangiam", D. Leonor teve ensejo de assistir lá de longe á ultima festa da sua vida, se festa podia ser para ella aquelle levantar vôo dos galeões, que levavam a sobrinha para um destino cheio de interrogações.

Isto passava-se em Agosto.

Outra partida para viagem mais demorada, veiu d'ahi a poucos mezes alvoroçar-lhe o animo.

Seu irmão, El-Rei D. Manoel, no principio de Dezembro adoeceu "estando na cidade de Lisbôa no mais alto e prospero estado que se a um Rei podia desejar.[2]"

Uma doença a que o chronista chama uma febre, especie de modorra, "doença de que n'aquelle tempo morria muita gente" e que seria ou um typho, ou o que modernamente se chama uma encephalite lethargica, ou estupor epidemico, apoderou-se[3] do seu organismo, ameaçando-o logo com um termo proximo.

---

[1] Quem tiver curiosidade de saber como esse mulherio lisboeta assistiu aos festejos, leia a narrativa feita por Garcia de Resende. Não a transcrevemos para não chumaçar em demasia este capitulo, mas aconselhamos o leitor a que se deixe guiar pelo minucioso chronista que refere pittorescamente as cerimonias do embarque no cáes do Paço da Ribeira

[2] Damião de Goes — *Chronica de D. Manoel*, cap. LXXXIII.

[3] Foi assim que o distincto clinico Ricardo Jorge diagnosticou a doença de que falleceu D. Manoel — Vide *Portugal Medico*, vol. IV, 1918, n.º 8, pag. 500 Esta opinião é contestada pelo sr. Maximiano Lemos, que regeitando tambem a hypotese de Sousa Viterbo — abusos do prazer carnal apresentada no *Instituto*, XLVI, 1899, pag. 934, aventa ter sido «possivelmente uma febre tifoide,— Vide *Revista de Historia* n.º 33, Janeiro a Março, 1920.

Na longa lista das pessoas que o acompanharam durante a doença, não é mencionada a Rainha D. Leonor.

E' de presumir que um dos frequentes achaques que a accomettiam não lhe consentisse accorrer ao Paço da Ribeira, onde D. Manoel, que foi sempre o seu Benjamin, ia morrendo durante nove dias, até que expirou a 13 d'esse mez de Dezembro.

De como teve conhecimento de mais esse desgosto, e como demonstrou a sua dôr, não temos noticia.

Nem sabemos tambem como recebeu a nova do levantamento como Rei de seu sobrinho D. João, de quem era madrinha.

Recolhida, concentrada, repassando na memoria as scenas dolorosas da sua vida, tão fertil de tragedias, assistiu de longe, sem n'elles tomar parte aos acontecimentos dos primeiros quatro annos do reinado que começava.

Mas não foi certamente sem um movimento de surpreza, que lhe chegaram duas noticias, ambas ellas de molde a causarem-lhe penosa impressão.

Foi a primeira a vinda do Conde de Marialva á Côrte, queixar-se a D. João III de que, estando sua filha unica, D. Guiomar, promettida em casamento ao Infante D. Fernando, se oppunha ao matrimonio o Marquez de Torres Novas, filho mais velho do mestre de Santiago, o Senhor D. Jorge, allegando que estava com ella casado. [1]

Este drama que durou annos e que dividiu a Côrte em dois campos oppostos, devia affligir a Rainha D. Leonor.

De um lado estava o Infante D. Fernando, seu sobrinho, filho de El-Rei D. Manoel a quem muito queria.

Do outro, um neto de seu marido, o filho primogenito do Senhor D. Jorge e de D. Beatriz de Vilhena, a quem fôra tão affeiçoada, como atraz já vimos.

Era um dilemma cruciante. Parecia que o destino se tinha apostado em crear situações difficeis e melindrosas, para o seu sentir. Quanta vez, durante a longa existencia, o seu coração fôra posto á prova entre correntes diametralmente contrarias, que lhe esphacelavam o animo!

Neste caso a sua intervenção não era reclamada, mas não podia ser-lhe indifferente a solução.

Não chegou a conhecel-a porque o pleito só veiu a resolver-se em 1529, quatro annos depois de ella morta.

Em sua vida deram se ainda as scenas, para ella tambem afflictivas passadas com D. Leonor, viuva de El-Rei D. Manoel.

O Duque de Bragança, os magistrados da Camara e o povo mesmo, requeriam que D. João III casasse com a madrasta; aquella que d'elle já fôra noiva.

Entre os dois havia affinidades de espirito, uma mutua estima, um affecto de natureza especial, mas o prurido amoroso que lhes brotejára nas almas já se desvanecêra. E se o projecto de casamento chegou a seduzir o monarcha, logo se encheu de escrupulos. Mandou rezar muitas missas, e ficou solteiro. Visitava,

[1] Vide — Frei Luiz de Sousa — *Annaes de D. João III*, cap. VII. Andrade — *Chronyca de D. João III* Sabugosa — *Neves de Antanho*.

é certo, com assiduidade a madrasta, mas sem que o levasse á sua presença o impulso de qualquer paixão.

Houve, porém, quem puzesse mal os olhos n'esta frequencia de visitações, e as attribuisse a damnados respeitos. Os rumores foram avolumados pelo embaixador de Hespanha, Christovão Barroso, despeitado por se julgar desconsiderado na Côrte, e talvez porque a Rainha tivesse desprezado os seus galanteios impertinentes.

E como era intrigante e aventureiro, ao mesmo tempo que fez chegar ao conhecimento de Carlos V a denuncia da supposta ligação, levaría o ruge-ruge aos ouvidos da Rainha D. Leonor. E' uma supposição?

Está, porém, tanto na logica dos acontecimentos, e é tão propria do caracter enredador do Barroso, que a conjectura se nos affigura legitima. Em todo o caso a Rainha D. Leonor conheceu de certo o romance que se teceu em volta dos suppostos amores.

Se assim foi, e se mais este motivo veiu affligil-a, logo a nuvem se afastou com a partida de sua cunhada para Castella, e com o ajuste do casamento de D. João III com D. Catharina, a outra irmã de Carlos V.

A este casamento não assistiu a Rainha D. Leonor, nem chegou a conhecer a nova sobrinha. Com o apparecimento da peste, D. João III ausentára-se de Lisbôa, indo primeiro para Almeirim, depois para Thomar, e em seguida para Evora, onde se fez o contracto de casamento, que se celebrou *por promessa* em Tordesillas a 24 de Agosto de 1524, *e de facto* nos principios de Fevereiro de 1525.

Em 1 de novembro ainda em Almeirim houve festas brilhantes para solemnisar o *recebimento por palavras de presente* da Infanta D. Izabel, irmã de D. D. João III com o Imperador Carlos V.

Teve a Rainha D. Leonor conhecimento d'esses festejos que prognosticavam a partida proxima da sobrinha para Castella?

Talvez não.

* * *

A morte ia-se avizinhando com todo o seu cortejo funebre. "A implicancia dos achaques que confundiam as regras da Medicina e que cansaram os Medicos na applicação de remedios„ ia-lhe exgotando as forças.„

D'ahi a pouco, em 17 de Novembro, finava-se nos Paços de Santo Eloy a Rainha, cuja vida se prolongára tão desoladoramente.

Sobrevivêra-se. E não ha dôr como recordar: ou seja os tempos felizes, de que falla o poeta, ou as amarguras que nos opprimiram durante a existencia.

O Palacio onde expirou era costeado por uma rua que se chamou da *Amargura*. E perto d'esse Paço existia a rua que hoje se chama da *Saudade*. Extranha coincidencia do accaso. . . se não foi o povo com o seu instincto poetico que deu ás ruas por onde ella tanta vez passou aquella designação significativa dos dois sentimentos, que mais fizeram vibrar o animo de D. Leonor — a *amargura* pelo muito que padeceu — a *saudade* porque até das amarguras nos recordamos com uma especie de voluptuosidade.

Morrendo na occasião em que se preparavam novas festas para solemnisar a partida da Imperatriz, o triste acontecimento veiu abafar em luto a explosão de regosijo que aquelle successo originára.

"E neste mêo tempo (diz Frei Luiz de Sousa nos *Annays*) faleceo a Raynha Dona Lyanor tia del Rey e molher del Rey Dom João segundo, cuja morte fez todavia amaynar muito no que se apercebia de festas e pompas de atavios."[1]

Causa um certo esmorecimento não encontrar na penna do monge que fôra o brilhante cavalleiro D. Manoel de Sousa Coutinho, mais caloroso dizer para registar um facto de tal importancia!

Desapparecia da scena portugueza um dos mais notaveis vultos de mulher, que tinham subido ao throno d'estes Reinos, e o grande escriptor não tem para ella na sua chronica um unico adjectivo, proprio para definir e exaltar as qualidades de um espirito que, mesmo os que lhe são desaffectos não deixam de celebrar!

A' sua memoria não faz falta.

A nós é que nos peza não vermos a figura de D. Leonor modelada em relêvo elegante pelo estylo de quem escrevêra a *Vida do Arcebispo*; e por nos acharmos privados de conhecer circumstancias que nos pormenorisassem a sua morte, o seu enterro modesto conforme exigiu; e as verbas do seu testamento... que desappareceu.

O seu corpo ficou em campa raza no Claustro do Mosteiro da Madre de Deus ao lado de Soror Coleta e de Sua Irmã a Duqueza de Bragança com o simples epitaphio que diz:

Aqui está a Rainha D. Leonor...[2]

Quando se fizeram as obras do Claustro Grande foram trasladados para alli os despojos da Rainha. As Infantas D. Izabel e D. Maria por suas proprias mãos limparam os ossos que depois encerraram n'um vaso de barro.

[1] Frei Luiz de Sousa — *Annays*, cap. III.
[2] As inscripções dos trez epitaphios são as seguintes:

AQVI. ESTA. A RAINHA
DONA. LIANOR.
MOLHER. DELREI.
DÕ IOÃO: O SEGVDO
QVE. E. FVNDADORA
DESTE CÕVETO.

AQV. ESTA. A MADRE
SOROR. COLETA.
FVNDADORA. E A.
PRIMEIRA BADESA
DESTA CASA

AQVI. ESTA. DONA.
ISABEL. DVQVESA.
DE. BRAGANSA
IRMÃA. DA. RAINHA.
DONA. LIANOR.

Extravagante destino o de D. Leonor!

Em vez de lhe ser dada sepultura nas Capellas magestosas do Convento da Batalha, que ficaram *imperfeitas,* e onde devia elevar-se o monumento condigno da fundadôra, os seus ossos foram encerrados n'aquella urna grosseira e sobre ella passa diariamente, pisando-a, a multidão . . .

E quiz a sorte mofina que em vez de um panegyrico sonoro, executado pelo "principal entre os nossos escriptores classicos„ na sua harmoniosa linguagem, o vulto de D. Leonor começasse a ser envolvido n'um nevoeiro que ameaçava alterar-lhe a perfeição das linhas.

Oxalá que o presente livro, á falta de outro merecimento, tenha o de chamar a attenção de quem, revendo o processo, projecte clara luz sobre a figura da grande Rainha e garanta á sua memoria a Justiça a que tem direito perante o tribunal da Historia.

CAPITULO ADDICIONAL

O Escudo de armas da Rainha — Iconographia

ALÉM de muitas deficiencias de que certamente enferma este livro, seria para notar a falta de uma referencia ao escudo de armas de D. Leonor.

O Brazão de cada Rei, de cada Rainha, de cada Principe, Infante ou Nobre; e o de cada Cidade ou Villa notavel, é um dos attributos da sua nobreza, faz, por assim dizer, parte da sua individualidade.

E como em heraldica não deve haver caprichos, por ser uma sciencia que obedece a leis fixadas, o arbitrio só póde exercer-se dentro de certos limites, que não é licito ultrapassar.

Parece portanto que, tractando-se de uma Senhora, filha de dois Infantes portuguezes, e casada com o Rei, as suas armas seriam as do Reino "n'um escudo partido das do marido e das proprias d'ella".

E' assim que as encontramos na *Historia Genealogica da Casa Real*,[1] reproduzidas do sello impresso em obrea, que está em uma carta para o Senado de Lisbôa com a data de 7 de Fevereiro de 1487, outro na torre na egreja das Caldas, logo abaixo do molino mostrador de relogio, que modernamente decepou o escudo, e tambem no Relicario, na Pia de Agua benta da Madre de Deus, e na bandeira de um dos quadros da Sachristia do mesmo Mosteiro.

Mas n'outro sello de uma carta, com data de 1510, ha variantes, como já vamos vêr.

Antes d'isso, porém, é conveniente fazer uma rectificação. Fonseca Benevides [2] no capitulo que consagra a esta Rainha, e depois de fallar na morte do Principe D. Affonso diz: "A este funesto acontecimento, foi devido o adoptar a Rainha D. Leonor, por divisa uma rede, e ordenar *que nos brazões de armas das suas villas*, se accrescentasse de um lado, uma rede e da outra um pelicano que era o embiema que havia adoptado seu esposo." E' provavel que copiasse esta informação da obra de Vilhena Barbosa que diz:[3] "Porém depois da ca-

[1] D. Antonio Caetano de Sousa — *Historia Genealogica*, tomo IV, pag. 42, e estampa M. n.º LXVIII.

[2] Fonseca Benevides — *Rainhas de Portugal*, vol. I, pag. 314.

[3] J. de Vilhena Barbosa — *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brazão d'armas*, vol. I, pag. 97.

tastrophe, que lhe arrebatou o principe D. Affonso, seu filho unico, accrescentou aos brasões d'armas de todas as suas terras em memoria d'este fatal successo. . . de um lado uma rede e do outro um pelicano, emblema de seu esposo.»

Induzido pelas palavras dos dois escriptores, procedi a algumas tentativas para encontrar qualquer documento, em que Benevides e Vilhena Barbosa se tivessem fundado para produzir aquella asserção.

Nem os meus amaveis informadores, os srs. Antonio Baião, na Torre do Tombo e Pedro de Azevedo, na Bibliotheca Publica, nem eu, farejando por aqui e por alli, conseguimos obter qualquer esclarecimento.

É certo que os dois emblemas acompanham quasi sempre as armas da Rainha. Mas não sei de documento que mande accrescentar o seu brazão.

Voltemos agora ao escudo.

Ha, como dissemos, algumas variantes. Para dar d'ellas conta, e porque, leigo em heraldica, sou d'aquelles que talvez não entendessem a explicação, mesmo que o erudito auctor da *Critica e Historia* tentasse dar-m'a, vou com a devida venia transcrever os periodos em que elle se refere a este assumpto, asseverando que o escudo do fecho da abobada da Capella Mór das Caldas, é das armas de D. Manoel e não da Rainha D. Leonor. [1]

"Como é que se póde pois explicar a existencia no fecho principal da abobada da capella mór, do escudo das armas de D. Manoel, em quanto Duque de Beja? Não sei, apesar de sem duvida serem, as armas que lá estão as delle desse tempo.

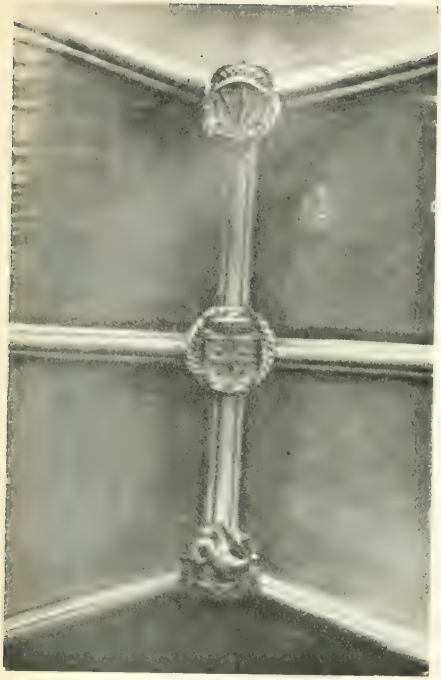
As armas da Rainha D. Leonor, consistiam num escudo partido das do marido, e das proprias della. Como os dois eram primos, tinham ambos por armas, as do reino, as quaes comtudo no escudo de D. Leonor, se não encontram perfeitamente repetidas, por isso que ao centro teem só uma linha de castellos, fazendo bordadura para os dois lados. Não é facil descrever em termos de brasão o escudo da Rainha D. Leonor, e, se o tentasse, talvez me não entendessem.

Numa sua carta de 12 de Março de 1510, vê-se o sinete das armas de D. Leonor. (Corpo cronologico, part. 1.ª, maç. 8.º, doc. 96).

A impressão mostra-nos os cinco escudetes das quinas do reino, repetidos em dois campos a par, cinco em cruz de cada lado, e os campos separados por uma pala, na qual se vêem tres castellos iguaes aos outros catorze, que sobrecarregam a bordadura do escudo todo. Noutro sêlo da Rainha, reproduzido na *Historia Genealogica*, o escudo tem apenas dez castellos na bordadura, existindo entre elles as quatro pontas de uma cruz florida. E' curioso apparecer este sêlo em documento de 1487, tendo D. João II desde 1485 mandado tirar das armas do reino as quatro pontas da cruz de Avis. Foi-se com louvavel economia, aproveitando o existente sinete.

E' muito diverso o escudo do meio da Capella Mór da egreja das Caldas. Nelle esculpiram as armas do reino tendo nove castellos na bordadura, e por diferença duas bricas no campo das quinas. Isto vê-se claramente cá de baixo. Afigura-se mais existir um banco de pinchar, ligando as duas bricas, que se co-

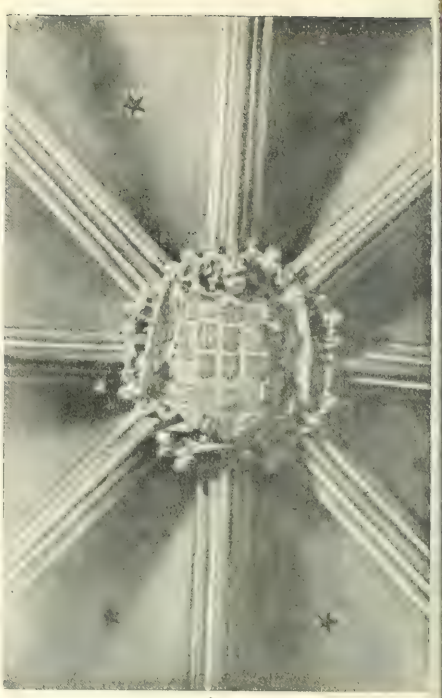
[1] Anselmo Braamcamp Freire — *Critica e Historia* pag 123 e 124



Prova photographica do Sr. Eduardo de Maia Cardoso

Brazão de armas da Rainha D. Leonor
acompanhado do *Pelicano* e do *Camaroeiro*

Na abobada da Egreja das Caldas da Rainha



Brazão de armas

No fecho da abobada da capella-mór das Caldas da Rainha

nhece serem partidas, distinguindo-se a custo umas palas e um franchado tambem com palas e mais duas coisas aos lados, que podem ser aguias.

O conjunto apresenta-nos portanto as armas de D. Manoel, Duque de Beja, tal qual se encontram no *Mestre das sentenças*, manuscrito de 1494, e nos primeiros cinco volumes da *Biblia dos Jeronymos*, que são de 1495. Nestes, advertirei, apagaram posteriormente a diferença, deixando ficar as armas do reino inteiras; mas, olhando-se atentamente, ainda aquella se percebe e claramente se vê na portada do primeiro volume, dentro de uma concha pintada a claro-escuro (cf. nos *Brasões de Cintra*, III, 281).

Como é, pois, repito, que se póde explicar a existencia das armas do Duque de Beja na egreja das Caldas, começada a edificar por sua irmã, em vida de D. João II, e pela mesma concluida, no quinto anno do reinado de D. Manoel? É caso em que nem conjecturas sei fazer».

Sem pretensões a resolver o problema, mas unicamente no intuito de trazer mais elementos elucidativos para a discussão, fui visitar a Capella das Caldas da Rainha, e pedi ao meu amigo Eduardo de Maia Cardoso, distincto amador, que além de conhecimentos technicos possue um gosto artistico muito apurado, que photographasse o fecho da abobada da Capella-Mór e bem assim o tecto do corpo da egreja.

Accedendo amavelmente, obteve as duas provas photographicas que acompanham este capitulo.

Ao examinal-as verifica-se que na abobada do corpo da egreja, está ao centro o escudo de armas da Rainha, e nos fechos dos artezões que lhe ficam proximos, apparecem o *Camaroeiro* e o *Pelicano*.

Aqui não ha duvidas.

No do fecho da abobada da Capella-Mór, é que algumas interrogações ainda persistem conforme as razões apontadas pelo sr. Braamcamp Freire.

Ha porém a observar que pelo exame da photographia reconhece-se não existir o banco de pinchar ligando as bricas (que talvez não sejam bricas pois a photographia não as accusa claramente) e isso desvia a hypotese de estas armas pertencerem a um Infante. E aquillo que á vista desarmada parecia serem duas aguias, são as azas do anjo que sustenta o escudo.

Esta prova photographica, talvez dê ensejo a que o eminente auctor dos *Brasões da Sala de Cintra*, reforme o seu juizo e reconheça, como se me affigura, que estas armas são tambem com ligeiras variantes e apezar das bricas (?) as da Rainha D. Leonor.

ICONOGRAPHIA

EM complemento aos capitulos, nos quaes tentei debuxar a figura moral da Rainha D. Leonor, servindo-me de elementos que, mais pela sua natureza, do que pela arte em os reunir, revelam a sua personalidade inconfundivel, seria meu desejo apresentar uma serie de retratos authenticos que satisfizessem a justa curiosidade do leitor, cobiçoso de conhecer-lhe as feições e de examinar a sua physionomia.

Os retratos completam as biographias.

Conhecer as linhas do rosto de uma mulher cuja vida nos prende a attenção; poder verificar a côr dos seus cabellos, o arquear da sua bocca, ou abrindo n'um sorriso ou murmurante quando reza; apprehender-lhe na commisura dos labios o significado da expressão; mergulhar na profundeza dos seus olhos, e procurar os caracteristicos da sua belleza dominadora, ou carinhosa; estudar a sua mascara, indagando de que origens avoengas provieram as modelações, que accusam a sua raça; induzir, pelo exame d'essa mascara, a indole innata e pelo *facies* a essencia da alma que o espiritualisa; descobrir no conjuncto dos musculos, nas cartilagens ou disposições de lineamentos o mobil das acções que praticou, e o impulsor dos sentimentos, que a agitaram, é uma exigencia tão natural no leitor, que um livro, apenas contando a vida, sem a imagem que mostre o personagem, ficará sempre imperfeito.

Seria por isso grande o meu contentamento se pudesse dar-lhe a conhecer D. Leonor, n'uma successão de quadros, desde que menina a casaram com seu primo, até que envelhecida se enroupou no manto de clarista.

A *vera effigie* da Rainha nas diversas situações que atravessou, daria vida á narração e augmentaria o interesse do assumpto.

Infelizmente porém são escassos os elementos que logrei colher.

Alem dos verdadeiros retratos existentes na Madre de Deus, — o do coro no *Panorama de Jerusalem*, o da sachristia no *prestito de Santa Auta*, — e ainda tambem o do triptyco exposto no Museu das Janellas Verdes, só consegui obter imagens mais ou menos hypotheticas e figuras que, se mostram o *vulto*, não pormenorisam as feições, e por isso não tem rigor iconographico.

Do pae, o Infante D. Fernando, e da mãe a Infanta D. Beatriz, podêmos observar, o leitor e eu, os retratos fidedignos, visto serem copiados de outros tirados do natural.

Graças a um aviso de Monsenhor Amadeu Ruas, illustrado investigador de curiosidades archeologicas, a quem por este meio apresento os meus agradecimentos pelas valiosas informações que me deu, tive conhecimento da existencia d'estes retratos, bem como de um triptyco precioso, de que adeante me occuparei.

"Os retratos dos Paes da Rainha (disse-me Monsenhor Ruas) estão na casa do capitulo do extincto convento da Conceição (hoje a cargo da Camara Municipal) na parede da porta da entrada.»

Apenas colhi tão proveitosa noticia invoquei a collaboração do habil photographo do Museu de Arte antiga, o sr. João Carlos Coutinho, o qual com a arte e conhecimento profissionaes que o distinguem me facultou obter a reproducção das curiosas télas.

Estes paineis de tão alto valôr historico, foram salvos da devastação a que a incuria dos homens tem condemnado tantas preciosidades artisticas do Paiz, pelo fallecido Bispo, o Reverendo Sousa Monteiro, que os levou para o Paço Episcopal de mistura com os *objectos velhos* do Convento ainda em tempo de Madre Felizarda.

Ultimamente foram repostos no edificio d'onde haviam sido retirados — o antigo Convento instituido pelos dois Infantes, representados n'esses paineis.

Como se verá pela data indicada no da Infanta D. Beatriz, a copia é feita no seculo XVIII (1742) e confirmam este millessimo, alguns dos atributos existentes nas duas télas, taes como os escudos das armas reaes, e a Imagem de Nossa Senhora da Conceição, perante a qual a Infanta está ajoelhada, o que denota um ingenuo anachronismo do copiador. No primitivo quadro, a Imagem da Virgem devia ser outra certamente e as armas tambem.

Mas o que deve ser fiel é a reproducção do vulto e das feições.

A Infanta veste o habito de Santa Clara. As linhas do rosto são bem pronunciadas. O olhar accusa aquella expressão de quem tem visto muita coisa triste, e de quem tem chorado muitas lagrimas sobre as atrocidades do Destino. A bocca em cuja flexuosidade ha mais o geito da oração que o do sorriso, está de accordo com a tradição, que dá a Infanta assiduamente entregue a exercicios de piedade, tendentes a dar-lhe conformidade para soffrer amarguras. E a attitude, na oração, de mãos postas, e rosto enquadrado na toalha branca do habito, logo nos leva a comparar este retrato com o de sua filha D. Leonor, nos quadros da Madre-de-Deus.

A Rainha imitaria ou copiaria a postura de sua Mãe? Talvez!

Mas o que é certo é que o mesmo sentimento as fez ajoelhar orando com o habito monachal.

E ninguem poderá negar-se comparando as pinturas, a ver um bem pronunciado *ar de familia* não só nos rostos como no *todo* das figuras.

Não é facil averiguar quando os originaes foram pintados.

O infante D. Fernando morreu em 1470 com 37 annos. A não ser que o pintor o tivesse retratado de memoria, o que não é provavel, foi portanto antes d'aquella data que lhe tiraram as feições pelo natural.

Em 1470 ajoelhado na attitude de quem reza, o olhar do moço Infante pa-

Prova photographica de J. C. Coutinho

TRIPTYCO DE BEJA

Onde segundo uma tradição se vêem os retratos da Rainha D. Leonor e de El-Rei D. João II

Pertencente ao Dr. Francisco Pulido Garcia

rece distrahido sonhando aventuras; e o sorriso revella que as está phantasiando com exito feliz. Alem d'isso a pluma do gorro, que tem junto ao livro de rézas, é symbolica.

Parece que está prestes a tremular nas planicies africanas, correndo atraz dos mouros.

Não é o retrato de um monge, de um asceta, nem mesmo de um Principe devoto.

E' o de um moço, barbado de negro, em plena pujança da vida, e de posse de uma actividade exhuberante — um verdadeiro irmão de Affonso V, como elle apaixonado pelos lances da guerra, e que pede a protecção divina para as suas emprezas.

Alem d'estes dois retratos existem os que se vêem na taboa n.º 10 dos *Portuguese Drawings* do Museu Britanico, Alli ambos os Infantes são representados na flor da mocidade.

Vamos agora aos retratos da nossa Rainha, e antes de chegar aos da Madre-de-Deus comecemos por fallar nos que mais ou menos verosimilmente se pode julgar que representam a sua imagem.

O TRIPTYCO DE BEJA

Quando Monsenhor Ruas me denunciou a existencia dos dois paineis dos Infantes, accrescentou que em Beja existia um triptyco *onde segundo se dizia* figuravam os retratos de D. João II e da Rainha D. Leonor.

Causou-me natural sobresalto a seductora esperança de encontrar um retrato de D. João II, pois que até hoje não se conhecem senão: o problematico *do Livro dos Copos* existente na Torre do Tombo, e o da taboa n.º 13 dos *Portuguese Drawings*.

Indagando a quem pertencia o triptyco vim a saber que é propriedade do Dr. Pulido Garcia, e fizéra parte do espolio de uma sua cunhada parenta do conhecido archeologo Abbade de Castro.

Com a maior gentileza accedeu o seu actual possuidor a que fosse photographado, e, a titulo de curiosidade damos d'elle uma reproducção, quando mais não seja para regalo dos olhos do leitor pois é uma verdadeira maravilha.

Rezáva a tradição, que as duas figuras das taboas lateraes, representavam a Rainha D. Leonor e o Rei seu marido.

Um simples passar de vista tirou-me as esperanças lisongeiras.

A senhora que vêmos do nosso lado direito com o oval do rosto sobre o comprido, e o rasgar de olhos em modo de amendoa, olhos que se nos affiguram negros; a touca branca antes flamenga que peninsular; e o trajo tambem diverso do que se usava na Côrte portugueza, dá logo a convicção de que não é a nossa Princeza. E mais nos fortalece n'essa certeza uma pequena choupana que se vê á direita com os seus telhados esconsos como os das edificações dos paizes do norte, onde as empenas que formam a cobertura externa tem um pendor ou declive proprio para deixar escorregar a neve. E o resto da payzagem não tem sabor portuguez.

Flandres? Os criticos dirão.

Outro tanto a respeito da taboa lateral onde um vulto masculino reza de joelhos.

A face inteiramente escanhoada e a expressão do rosto não se coadunam com os dizeres dos chronistas que nos pintam o Principe Prefeito "braceiro, forçoso, com a barba preta, bem posta, e o cabello castanho e corredio».

Tambem os habitos talares negros e amplos do personagem do triptyco denunciam antes um doutor em leis, ou um ecclesiastico, do que o Rei D. João II.

A payzagem n'esta taboa, mais pedregosa que na outra, não tem egualmente o caracter do nosso torrão, nem as edificações apresentam o typo das que povoavam as nossas Provincias. Aquelle castello a cavalleiro n'uns penhascos, e padrasto a umas habitações de architectura ainda hoje vulgar nas Flandres, aquella estrada serpenteando pela encosta, e passando sobre dois arcos para vir esmorecer junto ao lago onde dois cysnes se narcisam sobre as aguas; todo o quadro, emfim, e a figura principal denunciam não se tractar de Portugal.

Quem sejam os personagens é problema que não tenho elementos para resolver. Mas não são D. Leonor e D. João II.

A pintura central do triptyco representa Christo na Cruz. Ao fundo a cidade santa indicada com arte nas suas minucias. A' esquerda da imagem a soldadesca. Na direita dois vultos femininos e o de um ephebo. As santas mulheres e o discipulo amado? Ou retratos de personagens como tantos dos pintores d'aquella quadra usavam collocar nas suas composições?

No desejo de tornar bôa a tradição que affirma estar n'aquelle quadro o retrato de D. Leonor, podia-se talvez por um esforço de hyper-critica aventar que fosse ella quem aos pés da cruz ajoelha.

Para fundamentar essa hypotese poder-se-hia allegar ter a Rainha querido que tambem no quadro da Madre de Deus a retratassem em frente de Jerusalem, e ter esta figurinha no rosto vagas semelhanças com uma das do outro triptyco existente nas Janellas Verdes e ainda com outra da illuminura do Compromisso da Misericordia. Mas a verificação é difficil.

O resultado muito incerto.

TRIPTYCO DO MUSEU DE ARTE ANTIGA NAS JANELLAS VERDES

Este triptyco é bem conhecido de todos os que tem frequentado aquelle Museu. Está alem d'isso vulgarisado em bilhetes postaes, que o tornam accessivel a todos os curiosos.

E' attribuido a diversos pinceis. Não é aqui logar para essa averiguação; nem possúo competencia para entrar n'esse exame.

Apenas para o nosso caso temos de estudar a taboa central, visto que d'um lado é representado S. Christovão, e do outro S. Sebastião, que nada tem com as figuras que no painel do centro rezam de joelhos á Virgem Maria.

Estes são evidentemente retratos.

E não merece duvida que aquelle que vemos á nossa direita, no primeiro plano, de perfil, com manto de velludo e murça de arminhos seja El-Rei D. Manoel.

Prova photographica de J. C. Coutinho

TRIPTYCO DO MUSEU DAS JANELLAS VERDES

(A figura da taboa central no canto á nossa direita parece ser a Rainha D. Leonor)

Estampa XI, pag. 369

Este quadro, segundo parece, pertenceu á Misericordia de Setubal e tem a mesma disposição nas figuras dos seus congeneres da Misericordia de Lisboa.

N'este, porém, as feições dos personagens bem caracterisadas indicam terem sido tiradas do natural.

E' portanto provavel que um dos trez vultos femininos seja o da Rainha D. Leonor.

Qual d'elles ? O que está mesmo junto ao Rei ?

Embora este retrato se assemelhe um pouco ao que no outro tríptyco ajoelha aos pés da Cruz, e tambem faça lembrar a cara da Rainha na illuminura do Compromisso da Misericordia, não creio que represente D. Leonor. A mocidade, o ar menineiro que denuncia quando muito vinte annos, não permitte que supponhamos ser D. Leonor, a este tempo já viuva, visto que o Rei é seu irmão D. Manoel, e porque já estava fundada a Misericordia a que o quadro era destinado.

Será portanto este retrato da Rainha D. Maria mulher de D. Manoel.

E n'este caso será D. Leonor aquella que vemos um pouco recuada, com o habito de Santa Clara e o rosto emmoldurado na toalha.

As feições são mais afiladas que as dos quadros da Madre de Deus, ha mais doçura na expressão, e o olhar é mais vago. Tem mais poesia. — Mas ha que attender á differença dos pinceis. Este é superior seguramente na sua arte, na delicadeza da factura, no saber representar a idealidade do modelo.

Os outros um pouco mais rudes embora sinceros e tendo de retratar a Rainha com mais alguns annos, e com as feições mais adormentadas pela edade.

Mas ha affinidades que não mentem, traços communs que nos asseguram estarmos em frente de um retrato authentico de D. Leonor.

Estas identificações são sempre arriscadas.

Aqui, porém, não é necessario ser grande physionomista, para se chegar a esta conclusão.

O RELICARIO DA MADRE DE DEUS [1]

Actualmente depositado n'uma machineta ou mostruario de vidro, no museu de Arte Antiga, e de camaradagem com outros objectos de ourivesaria, mais ou menos dignos de attenção, encontra-se o Relicario da Madre de Deus, uma *preciosidade* artistica que bem demonstra o criterio com que a Rainha D. Leonor cuidava em revestir de belleza os seus objectos de piedade.

Quem olhar a estampa fica encantado.

Quem fôr ao Museu examinar o Relicario fica deslumbrado.

D'elle, diz o eminente critico d'arte, sr. Joaquim de Vasconcellos: [2]

"Esta preciosa obra é notabilissima sob muitos pontos de vista. Como favor de ourivesaria está isolado ; não tem par. Os seus esmaltes translucidos, applicados nas condições mais difficeis de uma technica já de si muito melindrosa.

[1] Vide estampa de pag. 284
[2] Joaquim de Vasconcellos — *Arte Religiosa em Portugal*, fasciculo XVI.

cobrindo toda a peça, só tem um termo de comparação — os da Custodia de Belem, de Gil Vicente, nas figuras do Apostolado.»

E mais adeante, depois de discutir o estylo d'esta peça deliciosa e de a descrever minuciosamente diz: "A' direita e á esquerda na base das pilastras da frente, o emblema do *Camaroeiro*, assente nos escudos; falta uma das redes, mas no fecho do arco maior está bem visivel, o brazão real duplo, tal como D. Leonor o usou nos sellos, sob a corôa aberta.» . . . . . .

O que, porém, mais nos interessa n'este capitulo é a conjectura formulada pelo consciencioso escriptor que julga possivel a cabeça de mulher, que se vê na base do Relicario, representar a Rainha.

"Segue (diz elle) a abside saliente em semi-circulo e, descendo ainda, no embasamento, um medalhão circular com uma cabeça de mulher, (*a Rainha?*), e em volta uma fita com a legenda CASA. M. D., que poderá lêr-se *Casa da Madre de Deus*. Epocha provavel cerca de 1520.»

Resistiu o cauteloso critico á tentação de affirmar que n'aquella medalha se achava o retrato da Rainha, e salvaguardou a sua supposição pondo-a entre parenthesis com um ponto de interrogação.[1]

Tambem me seduziu a possibilidade de possuirmos alli mais um retrato.

Mas, pondo a mim proprio egual interrogação e examinando com attenção *in loco* a interessante medalha, perdi toda a esperança.

A cabeça é de uma mulher moça; e em 1520 a Rainha já ia nos 62. Isso não seria comtudo um motivo decisivo, pois que, como vamos ver, no Compromisso da Misericordia (se é ella que lá está) tambem a figuraram moça.

O que porém me convenceu da negativa foi que nas feições do medalhão não ha a minima semelhança com as do retabulo da Madre de Deus.

Somos pois levados a crer que aquella cabeça seja apenas um ornato, como tantos que se encontram do mesmo geito, nos enfeites decorativos d'essa epocha.

Não foi sem magua que nos despedimos da attribuição. Mas. . . *Amicus Plato, sed magis amica veritas.*

O COMPROMISSO DA MISERICORDIA

Quando no capitulo XXXIV ao fallar da Misericordia disse que na illuminura do Compromisso d'aquella Instituição se encontrava uma figura que representava uma Rainha, prometti averiguar a confiança que ella merece como retrato de D. Leonor.

O miniaturista que executou esta obra pretendeu mais formar uma allegoria do que retratar personagens.

Mas qual a razão porque trabalhando em 1520, e portanto em vida da Rainha, que devia conhecer, em vez de a desenhar como ella era então com o severo

[1] No Catalogo da Exposição de Arte Ornamental, citado por Victor Ribeiro — *Santa Casa da Misericordia*, pag. 27, lê-se: «Na parte inferior vê-se um medalhão circular com uma cabeça de mulher, *talvez a Rainha D. Leonor*, e em roda uma fita, etc.»

manto da Ordem, a apresentou esbelta, nova, e com um trajo mais de Rainha que de freira?

Preferiria o pintor, como os seus futuros confrades do seculo XVIII, representar D. Leonor sob um aspecto mais favoravel, e mais lisongeiramente impressivo na alma dos que examinassem o documento?

As feições d'esta pintura, tanto quanto é possivel aprecial-as tem semelhança com as da Rainha nos dois authenticos que já analysámos.

Considerava eu pois este, se não tambem retrato rigorosamente semelhante, ao menos uma tentativa do pintor para fixar na retina de quem o olhasse a effigie da Rainha fundadora da Misericordia. . . *en beauté.*

Se me é permittido um *simile* recordêmos a cabeça da Rainha Victoria de Inglaterra, nossa contemporanea, que, nas libras de oiro se continuou a cunhar, representando-a na frescura dos seus vinte annos, com aquelle penteado caracteristico, ainda quando era já velha e cobria os cabellos brancos com a touca banal usada na *middle class* britanica.

Afagava eu esta supposição quando, ao examinar mais attentamente a illuminura do Compromisso, observei que no escudo que fica ao nosso lado direito se nos deparam umas armas as quaes embora nebulosamente apresentadas[1] me pareceram ser as de Castella e Aragão.

Entrou então comigo a duvida sobre se a Rainha collocada ao lado de El-Rei D. Manoel seria D. Leonor sua Irmã, ou D. Leonor sua terceira mulher.

Mas mal se explica que o pintor, ao enfeitar os Estatutos da Misericordia, relegasse para fóra do quadro a figura da Instituidora, para retratar uma soberana que viera para Portugal tantos annos depois de fundada a Confraria.

Nem é provavel que El-Rei D. Manoel tendo ajudado sempre sua Irmã, a Rainha D. Leonor, com beneficios para a caritativa Instituição, e associando-se a ella na obra benemerita, consentisse que fosse esquecida no piedoso painel.

O miniaturista, trazendo aquelle escudo ao quadro, não quiz talvez significar que as armas pertencessem á Rainha figurada na pintura, mas apenas render preito á Irmã de Carlos V então Rainha (1520) pondo alli o seu brazão.

Assim teria feito justiça á fundadora, collocando-a ao lado do Rei seu Irmão, e á mulher d'este fazendo apparecer o seu escudo.

Sem abonar a conjectura com a fiança de uma demonstração, dou-a pelo que vale para meditação do leitor que, olhando bem para a photographia da interessante illuminura poderá apreciar as minhas hesitações perante o escudo em que se vêem as armas de Castella e Aragão.

Fundado, porém, no accordam da meza da Misericordia de 1575 que manda pintar *nas bandeiras um rei e uma rainha em memoria do inclito rei D. Manoel e da Rainha D. Leonor* como primeiros irmãos d'esta Irmandade, não me

[1] Este codice pertenceu primitivamente á Misericordia, depois passou para a livraria dos Condes de Castello Melhor, se do adquirido no leilão d'aquella importante bibliotheca.

N'essa occasião o sr. Carvalho Monteiro, alias com boas intenções, mandou-o restaurar (!!) e encadernar (!) em Paris (Vide Victor Ribeiro — *Misericordia*, pag. 51).

Póde bem imaginar-se como um *restaurador* e demais estrangeiro, á solta, respeitaria a primitiva pintura. *Limpar* um quadro pode ser legitimo. *Restaural-o* é sempre uma profanação.

despeço da supposição de que a figura pintada no Compromisso seja tambem a da mesma Rainha fundadora d'aquella instituição.

As *Bandeiras da Misericordia*, e o lindo *grupo* que se admira na fachada da Conceição Velha, por terem sido executados muitos annos depois da morte da Rainha não nos podem fornecer elementos iconographicos.

Dão-nos porém o vulto e a significação. — E' uma Rainha — E' a Instituidora — E' D. Leonor.

GRAVURA DO VITA CHRISTI

O Vita Christi, como já vimos, foi impresso em 1495 por Valentim Fernandes e Nicolau de Saxonia. Uma das estampas representa um grupo em adoração, e a figura feminina que n'ella se nos depara é evidentemente a da Rainha.

Se uma prova indirecta fosse necessaria iriamos buscal-a á estampa da traducção em hespanhol da mesma obra, mandada imprimir, sete annos depois (1502) pelos Reis Catholicos "por industria y arte del muy ingenioso y honrado Stanislao de Polonia varon precipuo del arte impressoria".

N'esta obra ha uma gravura figurando um monge de joelhos (talvez Frei Ambrosio Montezino) apresentando o codex a Fernando e Izabel.[1]

Por analogia se pode inferir que uma das figuras da estampa do *Vita Christi*, que o nosso Frei Bernardo de Alcobaça traduziu, seja a da Rainha D. Leonor que a mandou imprimir. Fazemol-a portanto incluir na sua iconographia.

O RETABULO DA MADRE DE DEUS

De todos os retratos os mais authenticos são: o que se encontra no canto inferior do retabulo existente no côro da Madre de Deus que se intitula *Panorama de Jerusalem*, e o do quadro gothico da Sachristia que representa o *Prestito de Santa Auta*.

O primeiro painel mede approximadamente dois metros de altura por dois de largura.

E' curiosissimo e desperta o mais vivo interesse por varios motivos.

A sua historia — a arte do pintor — quem elle fosse — a interpretação do symbolismo alli figurado — a decifração das inscripções — e finalmente o retrato da Rainha D. Leonor n'elle apposto, formariam outros tantos capitulos de uma monographia. Não é aqui logar para a emprehender. Apenas as indicações indispensaveis.

Recebeu-o ella como dadiva de seu primo o Imperador Maximiliano.[2]

[1] N'uma obra editada em 1523 por Germão Galhardo, intitulada — *Manipulus curatorum*, apparece o retrato de D. João III, tambem sem valor como documento iconographico, mas representando aquelle monarcha. — Vide *Anais das bibliotecas e arquivos*, vol. I, n.º 3, pag. 206

[2] Frei Jeronymo de Belem — *Chronica Serafica*, parte III, liv XIII, cap XI, pag 44.

Prova photographica
de J. C. Correia

PANORAMA DE JERUSALEM

Quadro offerecido pelo Imperador Maximiliano a Rainha D. Leonor
sobre o qual [illegible] pintou o seu retrato no canto a esquerda do espectador

(Existente no Côro da Egreja da Madre de Deus)

Estampa XII (pag. 564)

Este Monarcha tinha pela nossa Rainha grande estima, predilecção espiritual e respeito por suas virtudes. Assim o demonstrou enviando-lhe o corpo de Santa Auta, reliquia considerada de grande valor, que fez acompanhar de uma carta em latim.

O *Panorama de Jerusalem*, tem comtudo para nós importancia ainda maior.

Não só é uma obra d'arte de grande valor intrinseco, mas leva-nos a presentir que o Imperador, conhecendo a psychologia de sua prima, e as suas tendencias artisticas e religiosas, intencionalmente escolhêra o assumpto e o confiára a bom mestre da arte para compôr tão soberbo painel.

Obedece, como se pode ver pela photogravura que apresentâmos, ao plano de concentrar n'um só quadro muitas das scenas da Paixão de Christo.

Um edificio central é indicado como o *Templo de Salomão* e em volta muitas edificações dependentes, cuja nomenclatura em rotulos de lettras minusculas, nos diz representarem: a casa de Caifaz — a casa de Pilatos, etc., etc. No alto vê-se Christo crucificado entre os dois ladrões.

Não tentamos sequer descrever esta curiosa pintura, deixando a criticos de arte a tarefa tentadora de o analysar em todos os seus pormenores.

O que n'este estudo nos prende a attenção é o Retrato da Rainha.

Está elle divulgado desde que Benevides, na sua obra *Rainhas de Portugal* o deu em gravura. Appareceu depois em todos os livros e diccionarios que se referem a esta Rainha. Mas porque a gravura não mostrava com fidelidade as feições, nem nos permittia examinar o modo como o retrato foi sobreposto no quadro, abalançámo-nos a emprehender a reproducção photographica do conjuncto, e á parte, a figura da Rainha.

Recorrêmos ao mesmo technico, o sr. Coutinho, que depois de algumas tentativas laboriosas, conseguiu obter duas magnificas provas que nos serviram para a photogravura.

Por ella pode o leitor examinar e *sentir* a physionomia de D. Leonor, comparal-a com a do triptyco do Museu das Janellas Verdes, e com o retrato de sua mãe. Pode ainda verificar a semelhança com a expressão de sua avó D. Filippa de Lancastre, que se encontra n'uma das taboas dos *Portuguese Drawings* do Museu Britanico, e está reproduzida em varias obras.

Não se vê alli uma freira banal amortalhada no seu habito. E' indiscutivelmente uma Princeza, e essa Princeza foi uma das mais notaveis Rainhas de Portugal.

Examinando bem, vê-se logo que a pintura embora mais grosseira que a do resto do painel não é isempta de arte, na especialidade tão difficil de pôr uma alma n'um retrato. Apezar de enmoldurado na toalha o rosto é expressivo, os olhos claros são intelligentes, o geito dos labios espiritualisado n'um meio sorriso de resignação.

Réza — ou para melhor dizer — medita. E a sua meditação é mais do que contemplativa ou extatica, é a aspiração de um espirito superior, que, fustigado pelos vendavaes da existencia, procura no seio de Deus consolação e conforto.

Agora uma interrogação a que não é facil encontrar resposta, mas que tem o seu interesse como problema psychologico.

Que motivo determinou a Rainha a mandar pintar o seu retrato no canto inferior d'aquelle quadro?

Olhando para esse canto e logo abaixo da figura de S. Pedro, attrahe-nos o olhar uma cabeça feminina que, envolta n'uma toalha branca, parece tambem rezar.

Não é personagem no drama da morte de Christo. Não representa alguma das Santas mulheres. Não está alli como as que se vêem lá no alto desempenhando um papel nos Passos da Paixão.

É alguem que, depois do quadro pintado, desejou apparecer n'elle em attitude de quem contempla a tragedia divina, e medita sobre ella.

Mas quem é? Princeza da Casa d'Austria?

Dama d'aquella côrte? Superiora de alguma ordem nobre?

Ou será alguma das Damas da Rainha D. Leonor, e portanto pintada já aqui, ao mesmo tempo que a sua Real Ama?

O processo na pintura exclue esta ultima hypothese. Logo se vê que o pincel que pintou o quadro é differente do que fez o retrato da Rainha.

Affigura-se-me portanto que D. Leonor, quando recebeu o painel offerecido por Maximiliano, teria notado com sympathia aquella figura, talvez de prima sua, que assim quizéra ficar orando perante o Redemptor. Seduzil-a-hia então a ideia de ver a sua effigie em postura semelhante, não por espirito de imitação, mas por uma especie de attracção espiritual que a levaria a acompanhar a sua nobre parenta, como se ambas estivessem no côro recitando juntas as *Laudes* ou as *Matinas*.

Teria então chamado o seu pintor, encarregando-o de a retratar.

Será esta a interpretação?

Desejando trocar impressões sobre a resolução do problema, consultei o eminente critico sr. Joaquim de Vasconcellos que sempre prompto em acudir a quem recorre ao seu saber, me escreveu uma interessantissima carta, de que vou extrahir alguns periodos com devida auctorisação.

Começa elle em carta datada de 22-X-919:

"O quadro da Madre de Deus — *Panorama de Jerusalem*, devia ter sido reproduzido ha muito tempo, não só para estudo da Pintura, mas em ponto grande, por secções, para estudo da symbolização, obtendo-se a ampliação de todas as numerosas inscripções da taboa e de seus monogramas — que ninguem ainda reproduziu! Não conto aqui os decalcos que por vezes tentei obter sobre a propria taboa com auxilio de luz artificial, porque o local tinha raras vezes bôa luz. Visitei o côro da Madre de Deus, em differentes epochas e estações do anno, variando nas horas, mas quê!? o accesso ao quadro era difficil, como V. sabe e viu quando lá estivemos.

. . . . . .

Creio bem que a taboa precisa de tratamento; o vulto e até o rosto da Rainha viuva, D. Leonor soffreram. Quem sabe as surprezas que a Madre de Deus nos reserva ainda? Se até o fundo de certas gavetas do pequeno arcaz da sacristia era formado de taboas pintadas, viradas do avêsso!!

O que é afinal esse *Panorama de Jerusalem*?

Vou direito ao alvo, e apresento-lhe uma ideia, que só communiquei a minha mulher, até hoje.

Não conheço vestigios de semelhante interpretação.

A Rainha viuva, quiz ter perante os olhos a *vista diaria dos Logares Santos*, e com o rosario na mão, ajoelhada perante o S. S. fazia mentalmente a peregrinação á Terra Santa, porque haveria impedimento grave para ir lá pessoalmente. Facil lhe teria sido obter Bulla especial da curia para despensa de alguma promessa de viagem, que poderia ter feito n'um momento afflictivo. Seu confessor espiritual ter-lhe hia suggerido a ideia: mandar pintar um quadro que, ficando na sua casa favorita, incitaria outros á peregrinação projectada, mas não realisada.

Foi presente, de seu primo Maximiliano I, Imperador, o qual D. João II, seu marido libertou do captiveiro em Flandres, segundo se conta. Muito possivel. Esse Maximiliano era um erudito, amigo de Dürer, seu protector generoso, quasi perdulario, tendo ao seu serviço os maiores artistas allemães dos seculos XV e XVI.

Viuvo em 1482, em virtude do desastre de sua esposa Maria, por queda de um cavallo na caçada. Rei dos Romanos em 16 de Fevereiro de 1486 — Imperador em 1493 — uma das suas maiores preocupações foi reconquistar Constantinopla aos Turcos, perdida em 1453. A conquista christã de Granada em 1492, estimulou essas esperanças.

As emprezas litterarias, que foram ao mesmo tempo publicações artisticas do mais elevado custo e merecimento.

Theuerdank [1], Weisskunig, [2] Freydal-Ehrenpforte, [3] Triumphzug, Grabmal, etc., são uma apotheose da monarchia hispanica (Habsburgo-Hispania) graças ás artes de impressão e da gravura em madeira. (Vid. a monographia de M. Thausing sobre Dürer).

Maximiliano pagou a Dürer tambem os desenhos do seu celebre *Livro de Horas*. A influencia do grande artista, visivel em toda a historia da pintura portugueza, desde 1500 — (veja-se Vida de Maria: grande Paixão de Christo, pequena Paixão, Apocalypse etc.), é precedida pela de seu mestre Michael Wohlgemuth, cujas illustrações na *Chronica universal* de Hartmann Schedel (1493), sobem a umas 2.000. Ahi figura uma descripção minuciosa dos Logares Santos, e da cidade de Jerusalem. Os exemplares da Chronica não são raros nas Bibliothecas portuguezas, como tenho verificado ha quarenta annos. Tenho andado vigilante atraz d'esse e de outros *incunabulos* da gravura em madeira como um cão perdigueiro.

Assim lhe posso affirmar que o grande Bädeker á Palestina: Breidenbach (ou Breydenbach) (vid. Brunet, Graesse etc.) 1486, ed-latina, foi bem conhecido na Peninsula. Traducção em hollandez, em francez e em hespanhol — todos incunabulos — eram frequentes nas bibliothecas portuguezas, que examinei de 1870 a 1883 (Lx.ª Academia — Ajuda, Necessidades, Evora, Porto, Vizeu, etc.); o aparato illustrativo d'esse Bädeker em geral, e dos Logares Santos em especial, é de um esplendor incomparavel; a execução, abundancia, *a exactidão*, o rigor, o escrupulo do auctor e de seus numerosos collaboradores, provocam sempre a ad-

[1] *Illustrações de Hans Schäufelein* — com 118 gravuras ed. de 1517 e 1519.
[2] *Illustrações de Hans Burgkmair* — com 245 gravuras.
[3] São 92 originaes, talhados em madeira, blocos consideraveis da Porta ou Arco triumphal, 1515. Dürer desenhou quasi todos.

miração dos bibliophilos e homens de sciencia. Podia se fazer a romaria á Terra Santa, estando em paz na Madre de Deus.

Ha alli a zoologia, a botanica, a archeologia, o commercio, a industria — um microscosmus!

Esse viajante fidalgo (Bernhard von Breydenbach) ou o antecessor Burchardus de Saxonia (ou B. de Monte Sioz) frade dominicano, cerca de 1280-83, descreveram os Logares Santos, de modo a satisfazer os mais devotos peregrinos; as copias do frade eram quasi vulgares, desde o fim do seculo XIII.

Não indaguei por esse lado, porque me interessavam os guias illustrados com gravuras. E' provavel que as houvesse em Alcobaça e existam ainda hoje na Torre do Tombo.

Concluindo estes apontamentos:

A pintura da Madre de Deus é uma excepção em Portugal, symbolica taboa de devoção para um oratorio de uso pessoal da Rainha, viuva de D. João II. E' possivel que na primitiva fosse um panno de armar, que se perdeu.

Não conheço nada semelhante na pintura em taboa nacional; as composições allegoricas são porém frequentes nos tapetes.

P. S.

As publicações atraz citadas promovidas pela generosidade de Maximiliano (filho da Infanta portugueza) e illustradas pelos grandes artistas allemães foram novamente editadas em Munich e Vienna de 1870-1890. Tenho-as na minha livraria. Ahi pode apreciar se a influencia e importancia das allianças de familias portuguezas desde o casamento de Filippe o Bom, de Borgonha com a filha de D. João I. A geração que emigrou (filhas do duque de Coimbra — Regente) deixou a sua existencia assignalada por monumentos de arte incomparaveis. Como é que Holianda (P. de) póde esquecer na sua obra esses marcos admiraveis, espalhados por Flandres, por Italia e por Castella?„

Se fiz esta larga transcripção foi por julgar que, melhor do que eu podia fazer, o eminente critico viria esclarecer o assumpto.

Eu aventára a hypotese de a Rainha, inspirada na figura feminina que se encontrou no canto do quadro em attitude de oração, querer tambem ser representada na mesma attitude, (e á semelhança do retrato de sua Mãe) apparecendo a rezar perante o Panorama symbolico, no topo do qual se vê Christo crucificado.

O sr. Joaquim de Vasconcellos, interpreta a decisão da Rainha pela suggestão do seu confessor que a teria aconselhado a, por esta maneira, se dispensar de cumprir uma supposta promessa feita em momento de afflicção, de visitar os logares santos.

É engenhosa a conjectura e não se póde regeitar.

Fica comtudo em suspenso o problema e por emquanto indecifrado o interessante enigma.

O que é certo, n'uma ou n'outra hypotese, é que D. Leonor, curvada no genuflexorio de velludo, e tendo em frente aberto um livro de Horas illuminado, parece estar murmurando atravez dos seculos a paraphrase do versiculo inscrito como a sahir da sua bocca:

"Memento Domine, Ancillæ tuæ
Servæ servorum tuorum ob redemptionem tuam,„

Prova photographica do Sr. Eduardo de Maia Cardoso

O PRESTITO DE SANTA AUTA

Quadro attribuido a Christovão de Utrecht. Uma das trez figuras de Freira é a Rainha D. Leonor

Existente na Sachristia pequena da Egreja da Madre de Deus

Estampa XIII, pag. 369

Prova photographica do Sr. Eduardo de Maia Cardoso

AMPLIAÇÃO DO QUADRO — O PRESTITO DE SANTA AUTA,

na parte onde se vê a Rainha D. Leonor

O QUADRO DA SACHRISTIA DA MADRE DE DEUS

Na deliciosa sachristia da Egreja da Madre de Deus, que em tempos de D. João V foi construida, graças aos esforços do presbytero José Pacheco da Cunha, e onde felizmente ainda não entrou nenhum *restaurador* com as pretenciosas *restituições*, depara-se-nos o lindo arcaz da pau santo com as suas ferragens e sobre elle os famosos quadros gothicos, maravilhosos pela belleza artistica, curiosos como motivo de estudo.

Não nos deteremos a discutir muitos dos pontos que o exame d'esses quadros tem trazido á discussão — a sua proveniencia — o seu auctor — os assumptos — os personagens que n'elles se vêem etc., etc.

Já Raczynski no seu livro [1] se occupa de alguns d'esses pontos, que mereciam ser de novo discutidos a fundo.

Quem olha para aquelles paineis tem logo a impressão de que a maioria dos personagens são retratos authenticos.

Á nossa esquerda fica o que representa o casamento de D. João III com a Infanta D. Catharina.

Á direita um outro onde, entre gente da Côrte, e ecclesiasticos n'elle desenhados, ha certamente retratos do natural.

Quando se puxa esta tabua, a qual gira sobre os quicios, formando uma especie de porta de armario, encontramos no reverso o quadro precioso, que n'este momento nos interessa mais: A chegada a Lisboa do corpo de Santa Auta, uma das onze mil virgens.

O Imperador Maximiliano (já atraz o dissemos) offerecêra a sua prima a Rainha D. Leonor, a preciosa reliquia, que fazia parte do thesouro da casa de Austria.

A recepção d'esses despojos foi uma solemnidade realisada com a maior pompa, e com um sentimento de devoção caracteristico da epocha, e dos personagens que n'ella figuravam — o Imperador que os doou, — a Rainha que os recebeu.

Formou-se uma procissão a que concorreu a côrte e o povo. Essa cerimonia é o assumpto do quadro que tem sido attribuido a Christovão de Utrecht.

Entre as freiras que assistiram á chegada das reliquias apparece-nos ao canto do quadro uma figura que é sem duvida a Rainha D. Leonor.

Mas surge logo esta interrogação: Seria pintado em sua vida?

O prestito do recebimento da Santa realisou-se em 1517, portanto oito annos antes da morte da Soberana.

Mas se os quadros foram pintados por Christovão de Utrecht, a quem são

---

[1] Le Comte A. Raczynski — *Les Arts en Portugal*, 1846, pag. 256 e seg. Veja-se tambem: Sousa Viterbo — *Noticia de alguns pintores portuguezes e de outros que sendo estrangeiros exerceram a sua arte em Portugal*, 1900, pag. 150 e seg. Liberato Telles — *Mosteiro e egreja da Madre de Deus*, pag. 12 — Noticia da visita e estudo á Madre de Deus promovida pela Associação dos Archeologos. — *Diario de Noticias*, de 16 de Maio de 1916.

attribuidos, e se este pintor, conforme dizem alguns auctores, só veiu para Portugal em 1552 [1] ou não foi elle quem pintou o quadro, ou o retrato é copia de outro.

Da biographia do pintor apenas temos as noticias confusas que nos dão Taborda, Walkmar Machado e Guarentini.

Posteriormente a estes Sousa Viterbo conseguiu apurar que Christovão de Utrecht já residia em Lisboa no anno de 1537, e que era casado com uma tal Anna Rodrigues, morando ambos na Mouraria.

Mas se um dos quadros gothicos representa o casamento de D. João III, que foi celebrado por palavras de presente a 5 de Fevereiro de 1525, conclúo eu que o pintor já antes d'esse anno teria trabalhado para a Familia Real, e portanto teria conhecido a Rainha D. Leonor.

Não é pois infundado suppôr que, ou Christovão de Utrecht ou quem fez os dois quadros da Sachristia da Madre de Deus, tenha pintado do natural o retrato da Soberana.

A semelhança d'elle com o que vêmos no *Panorama de Jerusalem* é flagrante. Os pinceis, porém, não me parecem manejados pela mesma mão O do *Panorama* mais ingenuo, o do quadro gothico mais seguro na technica, mas ambos pintados com o modelo vivo, e portanto egualmente preciosos para a iconographia da Rainha.

As photogravuras que apresentamos e que pela primeira vez vem a publico, podem auxiliar quem deseje aprofundar o estudo, e resolver o interessante problema.

O que tenho como seguro é que estamos em frente de um retrato authentico de D. Leonor até agora não mencionado.

Em 1902 Sua Magestade a Rainha D. Amelia copiou esses dois quadros. A arte com que os reproduziu, o amor pelas coisas portuguezas que poz n'essa tarefa tornaram esses desenhos preciosos.

O que lamento é terem-me as circumstancias actuaes impedido de apresentar n'esta pagina a reprodução das duas obras primas que, além do valor artistico, reunem n'um só documento a manifestação da personalidade de duas grandes Rainhas — a do seculo XVI e a do seculo XIX.

A PIA DE AGUA BENTA DA MADRE DE DEUS

Ao terminar a resenha iconographica da Rainha, seja-me licito apresentar um outro retrato, não das feições corporaes, mas da sua physionomia moral.

Assim como entre as folhas das *Horas da Rainha D. Leonor*, ficaram particulas do seu espirito, porque as suas mãos seguraram aquelle livro, porque o folhearam devotamente, porque diariamente voltaram aquellas paginas uma a uma, e sobre aquelle texto os seus olhos seguiram as horas canonicas desde a *Prima* até á *Nôa*, desde *Laudes* ás *Completas;* assim tambem a *Pia de agua*

---

[1] Raczynski — Ob. cit. pag. 226. Sousa Viterbo *Noticia de alguns pintores portuguezes*, pag. 151.

Prova photographica do Sr. Eduardo de Mala Cardoso

PIA DA AGUA BENTA DE USO PARTICULAR DA RAINHA

NO MOSTEIRO DA MADRE DE DEUS

Estampa XV, pag. 370

benta da egreja da Madre de Deus conserva vestigios immateriaes, mas evocativos da sua personalidade.

Pequena de dimensões, essa *preciosa fonte* de graça, pouco maior do que os regalos de zibelina em que as elegantes dos nossos dias aquentam as mãos friorentas, dava ás da Soberana, pelas virtudes mysticas do liquido bemdicto, o calor espiritual que consola, e é conforto das almas, que uma crença anima.

Cada manhã ao tanger das *Matinas;* cada tarde quando soavam as *Ave Marias;* cada noite quando o sino chamava ás *Vesperas*, ao entrar na egreja, os seus dedos esguios, emaciados, de uma diafaneidade patricia que os espiritualisava, mergulhavam ao de leve na agua lustral, que em sabbado de alleluia fôra benzida com as solemnidades liturgicas.

Em cada uma das faces do pequeno bloco de marmore mandou a Rainha esculpir pelo canteiro [1] um emblema do seu sentir.

O *Pelicano* — o *Camareeiro* — o *Brazão d'armas* — e aquelle *Versiculo* allusivo á força virtual da lympha sagrada, symbolisam os quatro pontos cardeaes da alma de D. Leonor: O Amor á grey — a Saudade do filho — o Orgulho da sua raça — e a Fé em Deus!

FIM

[1] Talvez o mesmo Christovão de Figueiredo a quem encommendára o retabulo do tumulo do Infante Santo na capella do fundador da egreja da Batalha, pelo qual pagou 80.000 reaes.

INDICE

Explicação prévia 5

PRIMEIRA PARTE

CAPITULO I — Os Paes. 13
» II — A creação de D. Leonor..... 21
» III — Projectos de casamento. 27
» IV — Casada 31
» V — Ventos de Hespanha 37
» VI — Projectos de nupcias reaes — Guerra a Castella 43
» VII — Mãe..... 47
» VIII — A Regencia. 53
» IX — A Sereia. 57
» X — Angustias de Mãe — Ciumes de mulher 69
» XI — Começo de Reinado. 73
» XII — A provocação. 79
» XIII — A reacção..... 83
» XIV — Esperança..... 89
» XV — Desesperança. 93
» XVI — Primeira tragedia 101
» XVII — Serões reaes 109
» XVIII — Novas conjuras 119
» XIX — Resurgimento — O Pelicano..... 127
» XX — Vôos d'aguia — Providencias caseiras — Em busca do Preste João — Pragmatica sobre o luxo 133
» XXI — Prisão de Maximiliano Visita de um Principe Negro 143
» XXII — Vinda do Bastardo para a Côrte..... 151
» XXIII — Casamento do Principe..... 155

CAPITULO XXIV — Suspeitas de veneno 165
» XXV — A tragedia no Campo do Alfange — O Camaroeiro da Rainha 169
» XXVI — Complicações sentimentaes 179
» XXVII — O drama da Successão 183
» XXVIII — Partida da Princeza Viuva — Regresso dos Reis a Lisboa 191
» XXIX — Promessas e Romarias — Doença do Rei — Doença da Rainha 199
» XXX — Luctas femininas 207
» XXXI — O Testamento d'El-Rei — A sua morte 213
» XXXII — O Supposto Envenenamento 223

SEGUNDA PARTE

CAPITULO XXXIII — Inicios de viuvez 247
» XXXIV — A Misericordia 257
» XXXV — O Hospital das Caldas 267
» XXXVI — Occorrencias na Côrte 271
» XXXVII — A Madre de Deus 281
» XXXVIII — As Capellas Imperfeitas — O Influxo da Rainha 289
» XXXIX — As Artes — A Imprensa — Gil Vicente 297
» XL — Gil Vicente 311
» XLI — Os ultimos annos 343
CAPITULO ADDICIONAL — O Escudo d'Armas da Rainha 353
Iconographia 357

INDICE DAS ESTAMPAS

O Escudo de Armas da Rainha D. Leonor..... ..... Na capa

ESTAMPA I — Retrato da Rainha D. Leonor (Egreja da Madre de Deus Ampliado do Panorama de Jerusalem).... ..... Front.

» II — Retrato da Infanta D. Beatriz (do extincto convento da Conceição em Beja)..... 13

» III — Retrato do Infante D. Fernando (do extincto convento da Conceição em Beja)..... 14

» IV — Compromisso da Misericordia de Lisboa (Illuminura do manuscripto existente na Misericordia de Lisboa) 261

» V — Relicario da Rainha D. Leonor (Pertenceu á Egreja da Madre de Deus em Xabregas) Actualmente está no museu das Janellas Verdes 284

» VI — Vita Christi — Frontespicio do Incunabulo..... 300

» VII — Vita Christi — Ultima pagina do Primeiro livro 302

» VIII — Frontespicio da edição hespanhola de 1502 (Pertence a Sua Magestade El-Rei D. Manoel) Ex-libris manuscripto 303

» IX — Brazão de armas da Rainha D. Leonor, acompanhado do Pelicano e Camaroeiro (Na abobada da Egreja das Caldas da Rainha) Brazão de armas (No fecho da abobada da capella mór da Egreja das Caldas).... 355

» X — Triptyco de Beja (Pertence ao Dr. Pulido Garcia 359

» XI — Triptyco do Museu das Janellas Verdes..... 360

» XII — Panorama de Jerusalem (Quadro offerecido pelo Imperador Maximiliano á Rainha D. Leonor)..... 364

» XIII — O prestito de Santa Auta (Na Sachristia da Egreja da Madre de Deus) 369

» XIV — Ampliação do mesmo na parte em que se acha o retrato da Rainha 369

» XV — A pia de agua benta da Egreja da Madre de Deus. 370

» XVI — Nas costas da capa — a Estampa final do Frontespicio do *Vita Christi*

ALGUNS DOS LIVROS CONSULTADOS PARA COMPOSIÇÃO D'ESTA OBRA

Leal Conselheiro — El-Rei D. Duarte.
Chronica de D. Affonso V — Ruy de Pina.
Chronica de D. João II — » »
Chronica do Principe D. Joam — Damião de Goes.
Chronica de El-Rei D. Manoel — » »
Historia Genealogica da Casa Real — D. Antonio Caetano de Sousa.
Chronica de D. João II — Garcia de Resende.
Cancioneiro Geral — » »
Critica e Historia — Anselmo Braamcamp Freire.
Vida e obras de Gil Vicente — » »
Rainhas de Portugal — Fonseca Benevides
Livro das grandezas de Lisbôa — Fr. Nicolau de Oliveira.
Archivo Historico — »
Vida e acciones del rey D. Juan II — Agostinho Manoel de Vasconcellos.
Vida y hechos del Principe Perfecto — Christoval Ferreira y Sampaio.
Catalogo das Rainhas — D. José Barbosa
Doutor Minerva — Manoel Bento de Sousa.
Arte Religiosa — (Fascículos 16 e 17) Joaquim de Vasconcellos
Sociedade Portugueza no seculo XV — Costa Lobo.
A Misericordia de Lisbôa — Victor Ribeiro
Livros Preciosos — Gabriel Pereira.
Chronica Serafica da Provincia dos Algarves — Frei Jeronymo de Belem.
Annays de D. João III — Frei Luiz de Sousa.
Ribeira de Lisbôa — Julio de Castilho.
D. João II e a Rènascença portugueza — F. A. Costa Cabral.
Affonso e Africano — Monsalvo de Quevedo
Noticia do que foi hontem e do que é hoje as Caldas da Rainha — Silvano Armando Lopes.
Lições de Philologia — J. Leite de Vasconcellos.
Mosteiro e Egreja da Madre de Deus — Liberato Telles.
Alemquer e seu concelho — G. J. Carlos Henriques (da Carnota).
Viagens por España y Portugal — Nicolas von Popplau
Diccionario Bibliographico — Innocencio da Silva.
Historia de Portugal — Pinheiro Chagas.
Historia de Portugal — Schæffer.
Decadas — João de Barros.
De Rebus Joannis II — Marquez de Alegrete

De Rebus Emmanuelis — D. Jeronymo Osorio.
Narcoticos — Camillo Castello Branco.
Noites de Insomnia — » »
Principe Perfeito — Oliveira Martins.
Vida de Santa Joanna — Nicolao Dias
Obras — Gil Vicente.
Notas Vicentinas — D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos.
Gil Vicente — Brito Rebello.
Ementas » »
Gil Vicente — Theofilo Braga.
Poetas palacianos » »
Four plays of Gil Vicente — Aubrey Bell.
The portuguese drama in the sixteenth century — E. Prestage.
Gil Vicente — Visconde de Ouguella.
Enrique IV y la Excelente Señora — J. B. Sitge.
As Cidades e Villas que teem Brazão — Vilhena Barbosa.
Revista de Historia —
Noticia de alguns pintores portuguezes etc. — Sousa Viterbo.
Histoire de la science nautique portugaise —
Les légendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises — } Joaquim Bensaude.
L'astronomie nautique au Portugal etc. etc. }
Astronomia dos Lusiadas — Dr. Luciano Pereira da Silva
Les arts en Portugal — Le Comte A. Raczynski.
D. João II — Conde de Villa Franca.
D. João II e a Nobreza — Rebello da Silva
Boletim da Academia — Artigo de Lopes de Mendonça
Pero da Covilhan — Conde de Ficalho
Chronica da Conquista de Guiné — Azurara.
A egreja da Conceição Velha — Faria e Silva.
Livro da Fundação do Hospital das Caldas (manuscripto) P.e M.e Jorge de S. Paulo.
Arte portugueza (anno 1895) — Artigo de D. José Pessanha.
O poeta Chiado — Alberto Pimentel
Bibliografia iberica hasta el año 1500 — Conrado Haebler.
Miscelanea — Miguel Leitão de Andrada
Bibliografia historica portugueza — Figanière.
Refeição espiritual — Fr. Manoel do Sepulcro.

ERRATAS E CORRECÇÕES

Pag.	linha	onde se lê	leia-se
8	15	*Thucidides*	*Thucidedes*
29	31	*irmãos mais velhos*	irmãos mais velhos de D. Leonor
44	47	versos	adversos
55	40	Mendonsa	Mendonça
58	25	[illegible]	indiscreção
60	37	[illegible]	[illegible]
64	18	[illegible]	impunha-se
66	31	Miscelania	Miscelanea
73	30	Reyno	Reino
75	32	promptidão	prontitud
80	34	cavalleiro-mor	cevadeiro-mór
»	41	fundos	fundos
86	25	fesia	festa
92	17	[illegible] copiada	[illegible] copiada
93	27	Gonçaloes	Gonçalves
99	14	Antonio	Antão
106	7	pretendem	asseveram
107	11	[illegible]	[illegible]
123	14	pequeno	pequeno
»	40	uma	una
127	20	ches chait	cherchait
128	20	*Por tua ley*	*Por tua ley*
»	10	[illegible]	impulso
132	1	assistindo deslumbrantes	assistindo aos deslumbrantes
135	29	Ent de Kung	Entdeckung
137	8	do Ptolemeu	de Ptolemeu
144	37	curiosa	curiosa
145	42	antes seus	ante seus
149	2	quem fabricára	quem a fabricára
151	20	continentes	continente
154	35	n'elle havia	n'ella havia
160	12	alli vieram	alli vieram
163	12	futuro D. Manoel	futuro Rei D. Manoel
165	14	desdenhava	desdenhára
166	40	*danças de mezas*	*danças ás mezas*

Pag.	linha	onde se lê	leia-se
172	33	Golgolha	Golgotha
193	10	desformes	disformes
214	12	Cameiro	Camareiro
215	27	anedocta	anecdota
219	2	a não	e não
»	28	mnito	muito
223	13	Cleopetra	Cleopatra
228	41	*Enlencho*	*Elencho*
233	6	ex-corde	ex corde
»	38	saber saber	saber
235	10	muta	muita
242	46	Faz	Phase
261	14	a esta	esta
262	21	roçagente	roçagante
264	39	queri o	querido
267		deve ler se 260	
276	42	tamos	temos
279	1	fndado	fundado
282	34	Atmos	atomos
284	25	testemunhas	testemunhar
300	41	*proermial*	*proemial*
301	87	d'Artronomie	d'Astronomie
»	44	dez domaines	des domaines
»	45	tradusit	traduisit
»	48	al ajout	il ajoute
»	»	nouveaus	nouveaux
302	40	sua	suas
303	5	hespanhol	allemão
304	18	Twichenham	Twickenham
320	29	hendecasyllados	dodecasylabos
333	28	concenso	consenso
»	36	Goeth's	Goethe's
»	38	*meige*	*neige*
334	42	A quem	Quem
338	31	os moços	as moças
340	25	sajely	safely
341	9	triologia	trilogia
368	41	hypotese	hypothese

Na pagina 343 onde se le: Capitulo XLII leia-se: Capitulo XLI

Pag.	linha	onde se lê	leia-se
172	33	Golgolha	Golgotha
193	10	desformes	disformes
214	12	Cameiro	Camareiro
215	27	anedocta	anecdota
219	2	a não	e não
»	38	mnito	muito
223	13	Cleopetra	Cleopatra
228	41	*Enlencho*	*Elencho*
233	6	ex-corde	ex corde
»	38	saber saber	saber
235	10	muta	muita
242	46	Faz	Phase
261	14	a esta	esta
262	21	roçagente	roçagante
264	39	queri o	querido
267		deve ler se 269	
276	42	tamos	temos
279	1	fndado	fundado
282	34	Atmos	atomos
284	25	testemunhas	testemunhar
300	41	*proermial*	*proemial*
301	87	d'Artronomie	d'Astronomie
»	44	dez domaines	des domaines
»	45	tradusit	traduisit
»	48	al ajout	il ajoute
»	»	nouveaus	nouveaux
302	40	sua	suas
303	5	hespanhol	allemão
304	18	Twichenham	Twickenham
320	29	hendecasyllados	dodecasylabos
333	28	concenso	consenso
»	36	Goeth's	Goethe's
»	38	*meige*	*neige*
334	42	A quem	Quem
338	31	os moços	as moças
340	25	sajely	safely
341	9	triologia	trilogia
368	41	hypotese	hypothese

ACABOU DE SE IMPRIMIR ESTE LIVRO
AOS DEZESSETE DO MEZ DE AGOSTO
DE MIL NOVECENTOS E VINTE E UM,
NA IMPRENSA DE MANOEL LUCAS
TORRES, DA RUA DO DIARIO DE NO-
TICIAS, NUMERO 61, NA CIDADE DE
LISBOA

Ne proijcias me in tem-
pore senectutis cum defecerit virtus
meam ne derelinquas me.
Adiuua nos deus salutaris noster.

DP
602
L4S3

Sabugosa, Antonio Maria
José de Mello Silva Cesar
e Menezes, conde de
A Rainha D. Leonor, 1458-
1525

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY